

# Coleções, Acervos e Centros de Memória

Memórias e  
História da  
Educação Profissional





CENTRO PAULA SOLEA DO GOVERNO



*Coleções, Acervos e  
Centros de Memória*

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

---

**Governador**

Geraldo Alckmin

**Vice-Governador e Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência,  
Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo**

Márcio França

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**

**Diretora Superintendente**

Laura Laganá

**Vice-Diretor Superintendente**

Luiz Antonio Tozi

**Chefe de Gabinete da Superintendência**

Luiz Carlos Quadrelli

**Coordenadora da Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa**

Helena Gemignani Peterossi

**Coordenador do Ensino Superior de Graduação**

José Carlos Gomes de Oliveira

**Coordenador do Ensino Médio e Técnico**

Almério Melquíades de Araújo

**Coordenadora de Formação Inicial e Educação Continuada**

Clara Maria de Souza Magalhães

**Coordenador de Infraestrutura**

Hamilton Pacífico da Silva

**Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira**

Armando Natal Maurício

**Coordenador de Recursos Humanos**

Elio Lourenço Bolzani

**Coordenador da Assessoria de Desenvolvimento e Planejamento**

André Falchi Bueno

**Coordenadora da Assessoria de Comunicação**

Gleise Santa Clara

**Responsável do Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão –**

**Cetec Capacitações**

Lucília Guerra

**Organizadora**

Maria Lucia Mendes de Carvalho

# *Coleções, Acervos e Centros de Memória*

MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Maria Lucia Mendes de Carvalho (org.)

São Paulo

**CENTRO PAULA SOUZA**

2017

**Coleções, Acervos e Centros de Memória**  
Memórias e História da Educação Profissional

**Organizadora**

*Maria Lucia Mendes de Carvalho*

**Projeto gráfico**

*Fátima Consales*

**Diagramação**

*Fátima Consales*

*Marilena Camargo Villavoy*

**Capa**

*Marta Maria Mendonça de Almeida*

*Diego Pereira dos Santos*

**Editoração, Impressão e Acabamento**

*Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP*

**Ficha Catalográfica**

Tatiane Silva Massucato Arias – CRB-8/7262

---

Coleções, Acervos e Centros de Memória: memórias e história da educação profissional = Colecciones, Fondos y Centros de Memoria: memorias e historia de la educación profesional/ Maria Lucia Mendes de Carvalho (organizadora).– São Paulo: Centro Paula Souza, 2017.

352 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-99697-77-1 – Impresso

ISBN 978-85-99697-78-8 – Digital

I. Educação Profissional. II. Memória. III. Currículos. IV. História Oral. V. Carvalho, Maria Lucia Mendes de.

CDD 370.113

---

# SUMÁRIO

<b>Prefácio</b>	
<i>Maria João Mogarro</i> .....	9
<b>Apresentação</b>	
<i>Maria Lucia Mendes de Carvalho</i> .....	19
<b>Discurso de Abertura Solene</b>	
<i>Maria Lucia Mendes de Carvalho</i> .....	23
<b>Os “restinhos” de memória nos porões escolares: a salvaguarda e os limites da hibernação</b>	
<i>Suely Ramos da Silva</i> .....	27
<b>Arquivo Histórico Institucional: a importância para a história da educação profissional e tecnológica no Centro Paula Souza</b>	
<i>Maria Lucia Mendes de Carvalho</i> .....	39
<b>Cônego José Bento: trajetórias de vida e profissional à identidade da ETEC Cônego José Bento</b>	
<i>Júlia Naomi Kanazawa</i> .....	59
<b>História e Memórias: o Internato Masculino da ETEC Dr. Júlio Cardoso</b>	
<i>Joana Célia de Oliveira Borini</i> .....	71
<b>José Rocha Mendes: sindicalista, deputado e patrono</b>	
<i>Paulo Eduardo da Silva</i> .....	84
<b>História da criação e evolução da ETEC Benedito Storani</b>	
<i>Silviane R. de Oliveira</i> <i>Valdirene O. P. Valdo</i> .....	95
<b>A trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas: câmpus inconfidentes a partir de seu acervo documental</b>	
<i>Melissa Salaro Bresci</i> .....	105
<b>O Centro de Memória IFF – Noroeste Fluminense e a difusão da história institucional escolar através de ações de extensão e de pesquisa</b>	
<i>Fernanda Lima Rabelo</i> .....	120
<b>Recontando a história: os anos iniciais da ETEC Sylvio de Mattos Carvalho</b>	
<i>Analder Magalhães Honório</i> .....	133
<b>Revisitando a história da Escola Agrícola de Barbacena a partir de registros orais</b>	
<i>Ana Carolina de Almeida Bergamaschi</i> <i>Fabrcio Roberto Costa Oliveira</i> .....	142

<b>Os primórdios da Escola Normal em Pindamonhangaba e sua transição para a ETEC João Gomes de Araújo</b>	
<i>Cilmara Aparecida Ribeiro</i>	
<i>Lucia da Silva Teixeira</i>	
<i>Patrícia Campos Magalhães</i> .....	155
<b>Professora Julia Wanderley uma guardiã de memória</b>	
<i>Silvete Aparecida Crippa Araújo</i> .....	168
<b>Coleção de Arnaldo Cecconi: práticas pedagógicas da cultura escolar do curso de mecânica da ETEC Philadelpho Gouvêa Netto</b>	
<i>Jurema Rodrigues</i> .....	185
<b>Desafíos y alcances de la educación en patrimonio en Venezuela: aspectos de la cultura inmaterial</b>	
<i>Jenny González Muñoz</i> .....	205
<b>Desfiles escolares comemorativos no Ginásio Industrial de Orândia: nos anos de 1960 e 1970</b>	
<i>Maria Teresa Garbin Machado</i> .....	217
<b>Relato de experiência profissional e pessoal no Centro Paula Souza: entre 1995 e 2002</b>	
<i>Izabel Castanha Gil</i> .....	230
<b>Qual a importância de se escrever uma biografia alimentar? Estudo a partir da análise de textos biográficos</b>	
<i>Luiz Fernando Santos Escouto</i> .....	246
<b>Desenvolvimento curricular e história: o caso do técnico em informática (Processamento de Dados)</b>	
<i>Fernanda Mello Demai</i>	
<i>Marcio Prata</i> .....	255
<b>A construção de saberes e memórias ao viés das antigas aulas de E.P.B. e de Eventos Culturais e Artísticos na FATEC de Ourinhos (SP)</b>	
<i>Eunice Corrêa Sanches Belloti</i> .....	274
<b>Tecnologia social, educação profissional da Bahia e alterações na vida dos sujeitos</b>	
<i>Claudia Freitas Góes</i> .....	285
<b>Práticas educativas e profissionais: os equipamentos do curso técnico em eletrônica da Escola Rosa Perrone Scavone</b>	
<i>Anderson Wilker Sanfins</i> .....	295
<b>A memória do Centro de Educação Profissional Newton Sucupira como espaço de estudo da educação profissional do estado da Bahia</b>	
<i>Ruy José Braga Duarte</i>	
<i>Átila Cesar de Oliveira</i> .....	307

**O arquivo escolar e o centro de memória do Colégio Agrícola Senador Carlos  
Gomes de Oliveira – CASCGO**

*Danielle Engel Cansian Cardoso*

*Gisele Gutstein Guttschow*..... 316

**O patrimônio cultural da escola Trajano Camargo: um registro dos bens  
materiais**

*Marlene Aparecida Guiselini Benedetti* ..... 325

**A construção de um artefato histórico no curso de mecânica do Ginásio  
Industrial Pedro Ferreira Alves**

*Vagner Braz*..... 343



## PREFÁCIO

A preocupação pela preservação dos acervos escolares com valor histórico, na sua configuração arquivística, bibliográfica e museológica (para destacarmos a dimensão material que hoje ocupa um lugar central na problemática do património cultural da educação) é um eixo central nos textos reunidos nesta importante obra intitulada ***Coleções, Acervos e Centros de Memória*** e que reúne os contributos apresentados no IV Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP, em 2014, no Centro Paula Souza.

Esta obra expressa o significativo interesse pela escola e pelo seu passado, inserindo-se numa linha de continuidade relativamente a iniciativas anteriores, muitas delas também coordenadas pela Professora Maria Lúcia Mendes de Carvalho. Os textos que aqui se apresentam são olhares renovados que professores e investigadores dirigem sobre o património e a materialidade das escolas que habitam e onde exercem a sua atividade profissional, dialogando diariamente com os documentos, livros e artefactos que passaram a investigar, no sentido de compreenderem melhor o seu espaço de trabalho e a sua profissão, assim como desenvolver com os seus alunos projetos de investigação e de intervenção que lhes permitem a construção de uma visão mais adequada sobre o mundo e a sua vida.

Este livro faz parte de um movimento de preservação e valorização do património da educação, que tem vindo a ganhar internacionalmente uma relevância crescente nos campos científicos da educação e da história, nomeadamente no espaço europeu e brasileiro. Assiste-se assim ao desenvolvimento de linhas de investigação no campo académico, neste domínio, as quais se articulam com iniciativas de significativo fôlego no campo da museologia da educação. Estas ações conferem visibilidade à história da escola e ao património da educação em vários países, suportadas por publicações cujos autores pertencem a diversas comunidades científicas e estão, simultaneamente, ligados a projetos e à criação e consolidação de museus de educação de dimensão local, regional, nacional e internacional.

Os elementos que constituem o património educativo pertencem às instituições que os acolheram e usaram, tendo estado eles ao serviço de princípios pedagógicos e metodologias que os consideravam imprescindíveis na organização do processo de ensino e aprendizagem. A utilização deste património, diversificado e rico, só ganha verdadeiramente sentido quando utilizado pelos professores e compreendido no contexto das suas práticas. Importa, para tal, saber como os professores os encararam no exercício da profissão e os integraram nas suas atividades pedagógicas. Deste modo, ganham relevância neste campo os seus testemunhos, que fazem referência à utilização de materiais, utensílios, ferramentas e instrumentos no contexto de sala de aula ou da vida escolar nos diferentes espaços.

Os diferentes elementos que constituem o universo patrimonial da educação constituem uma riqueza em perigo, pois não é demais recordar que ao longo do tempo muitos documentos e artefactos, materiais didáticos ou equipamentos, foram desaparecendo das escolas, sendo imperioso valorizar os que chegaram até nós e podem testemunhar a utilização que foi feita no passado das tecnologias materiais de ensino.

O desenvolvimento tecnológico foi sendo cada vez mais complexo e a sua sofisticação abrangeu várias dimensões da sociedade e dos quotidianos, tendo os novos produtos invadido grande parte das vivências humanas, ao serviço do progresso e do bem-estar. As escolas e o ensino das diversas disciplinas, nomeadamente de carácter técnico-profissional, receberam estes novos materiais e incorporaram-nos nos processos e práticas de ensino, como auxiliares preciosos ao seu serviço e que as novas metodologias reclamavam. Estes materiais constituem também um legado do positivismo, ao serviço dos novos campos do saber e aspirando a um rigoroso exame científico da realidade.

Muitos documentos sobreviveram e os equipamentos e objetos decoram hoje muitas paredes e espaços das nossas escolas, evocando os valores que presidiram à sua elaboração e assumindo uma função cénico-decorativa que evoca a sua importância no passado. Eles representam os avanços da tecnologia e foram ferramentas poderosas, que transmitiam conhecimentos, ideias e valores de forma natural, sem resistências, contribuindo para um processo disciplinar das mentes e dos corpos. Eles exprimem uma visão da sociedade de consumo, um projeto de desenvolvimento e progresso, que cultivou o culto do trabalho, a disciplina e o rigor. Estamos perante uma visão do mundo homogénea, que se quer difundir através destes materiais que são produzidos localmente ou em centros de referência (na Alemanha, França, Inglaterra) e entram no processo de circulação dos equipamentos, materiais didáticos e modelos pedagógicos a uma escala mundial, indo servir as finalidades do ensino em diferentes partes do globo e evidenciando como a forma ou modelo escolar assumiu uma expressão transnacional.

O livro que aqui nos convoca assume a preocupação de preservar esta herança patrimonial e esta preocupação aprofunda-se na resolução dos problemas que vão surgindo, a par de iniciativas de outra natureza que expressam as formas de organização da investigação sobre os acervos escolares e a sua divulgação, um fator estruturante para a sua valorização e inserção na comunidade envolvente.

Um primeiro olhar, objetivado pela preocupação com a preservação, organização e valorização do património educativo, está presente no contributo de Suely Ramos da Silva, dedicado principalmente às realizações sobre o património cultural escolar de S. Paulo, de que é exemplo paradigmático o CRE Mário Covas. Este texto também expressa a importância da história oral e da recolha de testemunhos orais dos atores educativos, como fonte de informação imprescindível para a compreensão dos processos de formação e de contextualização dos patrimónios estudados.

No segundo texto, Maria Lúcia Mendes de Carvalho revela de novo o importante papel que tem vindo a assumir no Centro Paula Souza e o seu contributo para a história da educação profissional e tecnológica, a partir da preservação e investigação

sobre os acervos desta prestigiada instituição e das suas escolas. A autora valoriza o Arquivo Histórico Institucional, cuja vertente privilegia atualmente a preservação de Obras Raras para o patrimônio cultural e tecnológico da Educação Profissional (principalmente manuais escolares do ensino técnico-profissional) e os arquivos pessoais que, a partir dos documentos, convocam memórias e rostos marcantes da instituição, como é o caso da professora Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara. A memória ocupa um lugar central neste projeto. Em 2008, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP foi constituído no decurso do I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, evento alimentado por um trabalho anterior e persistente de historiografia e atividades em centros de memória de várias escolas tecnológicas. Desde então, os Clubes de Memória e os encontros e jornadas sobre memórias e história da educação profissional e tecnológica têm assegurada a formação continuada dos professores e o seu envolvimento em publicações e em organização dos eventos. Os projetos de história oral têm assumido uma visibilidade crescente, com publicações e fixação dos testemunhos orais de professores sobre a sua experiência docente. Assim, o Centro Paula Souza promove “a preservação, sensibilização e difusão do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural e tecnológico”, contribuindo para a formação das gerações futuras e para a gestão institucional no que respeita ao planeamento estratégico e organizacional. Em simultâneo, possibilita a criação de informação, a produção de conhecimentos e a inovação tecnológica. Maria Lúcia Mendes de Carvalho sistematiza este esforço continuado pela preservação e valorização da memória e da história do Centro Paula Souza e das suas escolas, dando também conta das práticas pedagógicas e técnicas desenvolvidas para a organização, tratamento e investigação do rico patrimônio histórico e educativo que possuem. Os seus estudos e atividades trazem uma nova luz sobre a ciência, a técnica e a tecnologia subjacentes ao ensino técnico-profissional.

O esforço desenvolvido a partir do Centro Paula Souza desdobra-se pelas escolas técnicas que formam a sua rede e por instituições localizadas em outros estados do Brasil. Esta tessitura configura uma comunidade de investigadores, que são também professores, e que nos trazem as suas diferentes perspetivas sobre Coleções, Acervos e Centros de Memória de escolas e institutos, destacando alguns dos aspetos que marcaram a atividade de cada instituição:

- Júlia Naomi Kanazawa, sobre a Escola Técnica Estadual Cônego José Bento
- Joana Célia de Oliveira Borini, sobre a Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso
- Paulo Eduardo da Silva, sobre a Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes
- Silvine R. de Oliveira & Valdirene O. P. Valdo, sobre a Escola Técnica Estadual Benedito Storani
- Melissa Salaro Bresci, sobre o Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais: Câmpus Inconfidentes (antiga escola agrícola “Visconde de Mauá”)

- Fernanda Lima Rabelo, sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (centrando-se na atividade do respectivo Centro de Memória, que se insere numa rede regional de centros similares)
- Analker Magalhães Honório, sobre a Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho
- Ana Carolina de Almeida Bergamaschi & Fabrício Roberto Costa Oliveira, sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Sudeste MG – Campus Barbacena (antiga Escola Agrícola de Barbacena)
- Cilmara Aparecida Ribeiro, Lúcia da Silva Teixeira & Patrícia Campos Magalhães, sobre a Escola Técnica Estadual João Gomes de Araújo (antiga Escola Normal de Pindamonhangaba)
- Silvette Aparecida Crippa Araújo, sobre a figura da professora Júlia Wanderley, a primeira mulher do Paraná a frequentar a escola normal, e as suas coleções de fotografias e cartões postais;
- Jurema Rodrigues, sobre a Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto
- Jenny González Muñoz, sobre a educación patrimonial na Venezuela
- Maria Teresa Garbin Machado, sobre a Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (antigo Ginásio Industrial de Orlandia)
- Izabel Castanha Gil, que relata a sua experiência profissional e pessoal, como autora de materiais didáticos e colaboradora do Centro Paula Souza
- Luiz Fernando Santos Escouto, sobre a Faculdade de Tecnologia Estudante Rafael Almeida Camarinha (Fatec-Marília), centrando-se na análise de narrativas dedicadas à importância de se escrever uma biografia alimentar na aula de gastronomia.
- Fernanda Mello Demai & Márcio Prata traçam uma perspectiva diacrônica do desenvolvimento do currículo do curso do Técnico de Informática (Processamento de Dados), destacando a atuação do Centro Paula Souza no contexto da evolução das decisões políticas e legais sobre o tema.
- Eunice Corrêa Sanches Belloti, sobre a Faculdade de Tecnologia de Ourinhos, a partir de sua experiência como professora
- Cláudia Freitas Góes, sobre a Educação Profissional da Bahia no contexto da atuação da Secretaria da Educação do Estado da Bahia
- Anderson Wilker Sanfins, sobre a Escola Técnica Estadual Rosa Perrone Scavone e as iniciativas para preservação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia
- Ruy José Braga Duarte & Átila Cesar de Oliveira, sobre o Centro de Educação Profissional Newton Sucupira – Bahia
- Danielle Engel Cansian Cardoso & Gisele Gutstein Guttschow, sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Campus

Araquari (Centro de Memória do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira)

- Marlene Aparecida Guiselini Benedetti, sobre a Escola Técnica Estadual Trajano Camargo (com um registo detalhado e fundamentado dos bens materiais que constituem o seu património cultural)
- Wagner Braz, sobre a Escola Técnica Estadual Pedro Ferreira Alves

Para a maior parte destas escolas é traçado o seu itinerário histórico, com destaque para a figura do seu patrono e respetiva biografia, mas fixando também a localização, arquitetura e espaços envolventes; os cursos lecionados, com forte componente prática (Agropecuária, Administração, Alimentos, Nutrição e Dietética, Logística e Turismo, Mecânica, Marcenaria, Artes de Couro, Desenho Arquitetónico, Torneiro Mecânico, Desenho de Plantas, Confeção de Calçados, Corte e Costura, Economia (ou Educação) Doméstica, etc.); os recursos materiais e didáticos; a problemática do internato; etc. Os autores recorrem a uma diversidade significativa de fontes de informação de diferentes natureza e suporte, que lhes fornecem dados de grande riqueza e complexidade para a composição da história de cada escola. Cada instituição surge-nos inserida no seu tempo histórico e posicionada na rede de ensino técnico-profissional que se foi construindo, assumindo este livro a função de nos apresentar com um mapeamento consistente das instituições que tiveram e têm a missão de formação técnica e tecnológica da população brasileira, ancoradas na sua história, memória e riqueza patrimonial.

Em estas escolas os professores desenvolveram projetos sobre a sua história e o seu património cultural, em parceria com o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza e o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, contando com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP). Nos textos monográficos sobre as diferentes escolas, realiza-se o projeto inicial “O ensino público profissionalizante no estado de São Paulo: memória institucional e as transformações histórico espaço-regionais” (1998-2002), que teve como objetivo principal realizar a guarda da documentação que se encontrava nas escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo, tendo então abrangido nove escolas. Professores e alunos de cada uma das escolas envolveram-se em atividades de localização e levantamento da documentação, participação em oficinas de conservação preventiva de documentos e conceitualização arquivística, assim como a definição do espaço que no interior de cada escola acolhesse o arquivo, a par da constituição do respetivo Centro de Memória.

Em outros Estados, desenvolveram-se processos similares, como no caso do Centro de Memória IFF – Noroeste Fluminense, que se insere no movimento de criação uma rede de Centros de Memória em vários Institutos Federais na região fluminense e toma como referência instituições como o Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, para as técnicas e procedimentos a adotar na realização de entrevistas e salvaguarda das mesmas.

O mesmo Centro de Memória contou com o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) para atribuição de bolsas Jovens Talentos para o Ensino Médio, tendo os bolsistas desenvolvido atividades diversas, nomeadamente na constituição de acervos fotográficos. De facto, é fundamental envolver os alunos nas iniciativas ligadas ao património escolar. Outros estados brasileiros apresentaram os seus contributos neste domínio, como a Bahia, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Os projetos desenvolvidos foram liderados pelos professores, mas desenvolveram muitas vezes com os alunos, numa perspetiva de envolvimento das atuais gerações no estudo, tratamento e valorização do património educativo, cultural e histórico de que são herdeiros e que têm o dever de cuidar e legar às gerações futuras. Esta envolvimento permite também, por parte dos jovens, a construção da noção de tempo no contacto direto com os vestígios do passado e a objetivação do seu pensamento através do manuseamento das fontes originais. Este processo é particularmente feliz porque proporciona a criação de um enraizamento forte na comunidade e na sua história, tecendo laços de pertença e contribuindo para uma consciencialização que suporta, de forma consistente, o exercício de práticas de cidadania.

De entre os projetos apresentados, assumem particular relevância:

- Os projetos para o levantamento das notícias relativas às escolas que surgem nos jornais locais e regionais;
- Os projetos relativos aos objetos (artefactos, equipamentos, inventários, fotografias), com recurso a sites, legislações oficiais e história oral, assim como bibliografia para a fundamentação teórica e metodológica destas atividades no âmbito da cultura material. Relatam-se assim tarefas de higienização e catalogação dos objetos em uma ficha de identificação do objeto, com seus dados (matéria, dimensão, local, cor, estado de conservação) e seu histórico; elaboração de inventários analíticos dos acervos armazenados em uma base de dados, para uso da comunidade escolar e dos pesquisadores; organização de um acervo digital dos objetos. Os aparelhos e equipamentos dos laboratórios, nomeadamente para o Curso de Eletrónica, são particularmente importantes para este tipo de ensino, pois em alguns casos existem estruturas de laboratórios equipados e muito bem aparelhados, em que se promovem ações educativas e se validam as aulas práticas, pois permitem aos futuros técnicos em Eletrónica o manuseio com os equipamentos que serão utilizados no mercado de trabalho e esta relação contribui para a construção de um conhecimento sustentado sobre a evolução da tecnologia nesta área.
- A arquitetura escolar e sua articulação com um currículo específico (como o estudo de espaços e edificações destinadas a seções específicas, como a agrícola, industrial ou a técnica e a sua relação com o currículo do respetivo ensino).

- O internato masculino e práticas escolares quotidianas, no período dos anos 50 a 70, com a abordagem de temas como a origem geográfica e socioeconômica dos alunos, a escassez de recursos (nomeadamente a deficiente alimentação), a natureza fortemente disciplinadora e controladora da instituição com internato e, apesar desses aspetos, a boa recordação que alunos e outros atores educativos expressam sobre essa experiência.
- Os projetos sobre os arquivos escolares das diferentes instituições para recuperação, tratamento e preservação dos documentos escolares e desenvolvimento de investigações em História da Educação e em património cultural e educativo.
- A constituição dos Centros de Memória nas escolas que pertencem à rede do Centro Paula Souza e demais instituições.
- O projeto “Lugares de Memória de Bom Jesus do Itabapoana”, do IFF – Noroeste Fluminense, do Campus de Bom Jesus, que visa valorizar espaços relevantes do passado de Bom Jesus, entretanto desaparecidos (Cineteatro Monte Líbano, o Aeroclube de Bom Jesus, o Olympico Futebol Clube, a Festa de Agosto, tradicional do município e a Lira Bonjesuense).
- O projeto “Desenvolvimento urbano e comercial em Bom Jesus do Itabapoana”, que realiza pesquisas sobre o crescimento urbano e do comércio no município, a partir do estudo de ciclos econômicos e mudança de atividades produtivas para terciárias.
- O projeto “Memórias do CTAIBB/IFF Bom Jesus”, que se vincula à História Institucional do Campus Bom Jesus, uma escola agrotécnica municipal e posteriormente federal.
- O projeto intitulado “Trajano Camargo: a ocupação do espaço escolar na década de 1960”
- As fontes de informação utilizadas são muito diversificadas e apresentam-se em diferentes suportes:
- Legislação (que inclui os planos de cursos);
- Jornais locais e regionais, com muitas notícias sobre as escolas, como inaugurações, exposições, desfiles escolares comemorativos, etc.;
- Os documentos de arquivo – prontuários, livros de ponto, livros de matrículas, livros de notas de alunos, processos de alunos, livros de leis, ofícios, relatórios escolares, relatórios de professores, cadernos de alunos, livros de almoxarifado do início do século XX, documentos sobre funcionários que compunham o quadro das instituições, mapas demonstrativos de entrada e saída de gênero para o rancho dos menores, livros de procedimento de produção, boletins administrativos de requisição de material e documentos de cotação, etc.;

- Plantas arquitetônicas e mapas, que permitem situar alguns espaços e ambientes emblemáticos, como a biblioteca, os laboratórios, as cantinas, as hortas e os espaços rurais, ou os espaços industriais, em que os atores educativos ainda se reconhecem e que convocam as suas memórias;
- Os objetos, na sua diversidade e expressando a materialidade da cultura escolar – podem ter uma finalidade didática, compor os equipamentos da escola e/ou pertencer aos laboratórios e oficinas, pois estes assumem no ensino técnico-profissional e tecnológico uma importância fundamental; as obras de arte (bustos, pinturas), os móveis, os troféus esportivos, os instrumentos musicais, as ferramentas, máquinas e equipamentos dos laboratórios de metrologia, fundição e de mecânica; relógios e projetores de slides; os monumentos do patrono; outros materiais, como projetor de filme, canhão de luz, máquinas de escrever e troféus esportivos; materiais didáticos e instrumentos científicos; etc.
- As fotografias e outros documentos iconográficos, que contribuem para construir os itinerários históricos das escolas e dão visibilidade aos atores educativos, mas também expressam as suas visões do mundo e a importância atribuída à fotografia como “imagem” do seu tempo, ideia principalmente presente no texto sobre Júlia Wanderley;
- As fitas de vídeo, nomeadamente sobre festividades, cerimónias e rituais;
- Os testemunhos/memórias orais, obtidos principalmente através de entrevistas, em que o entrevistado surge como fonte de informação privilegiada, mas também como um depoente/sujeito complexo portador de uma experiência única sobre o objeto em estudo; em alguns dos projetos apresentados foi possível a constituição de acervos de entrevistas, formando-se bancos de dados de natureza oral;
- A organização e identificação de acervos fotográficos, com a digitalização das fotos e sua organização em arquivo digital, para evitar eventuais perdas futuras de fotografias.

A importância dos testemunhos/memórias orais revela-se em muitos dos textos que compõem o livro e é particularmente incisiva nas entrevistas apresentadas no capítulo das autoras Ana Carolina de Almeida Bergamaschi & Fabrício Roberto Costa Oliveira, sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Sudeste MG – Campus Barbacena (escola Agrícola de Barbacena). Neste caso, as entrevistas originaram um acervo documental que está em depósito na Sala da Saudade “Daciano Miranda de Oliveira”, espaço concedido à Associação de ex-alunos da escola e que abriga outros documentos do património da escola. Este é dos exemplos que ilustram a forma como os estudos sobre o património colocam em diálogo diferentes documentos e fontes de informação e aproximam gerações.

As exposições sobre a história institucional das escolas, as mostras de equipamentos ou instrumentos científicos, as exposições sobre materiais didáticos ou sobre ob-

jetos de uso ordinário na vida escolar aproximam as instituições da comunidade envolvente e convocam a memória das pessoas que já passaram pelas escolas e reconhecem excertos da sua vida nesses objetos do passado e que são trazidos até ao (seu) presente. Estas são importantes atividades de divulgação e contribuem fortemente para a valorização do património e para a identidade de cada escola.

Este interesse científico e social sobre o património cultural da educação consolidou-se fortemente nas últimas décadas e encontrou nos Centros de Memória constituídos nas instituições um dispositivo fundamental para se preservar, divulgar e valorizar coleções e acervos, abrigando também muitos estudos sobre temas de memória e história da educação profissional – o importante universo educativo onde se situa esta publicação.

Lisboa, 16 de Novembro de 2016

***Maria João Mogarro***



## APRESENTAÇÃO

Este é o terceiro livro da coleção memórias e história da educação profissional produzido por professores que atuam no Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional - GEPEMHEP, em sua maioria, e composto de palestras temáticas apresentadas no **IV Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: coleções, acervos e centros de memória**. Esse encontro foi realizado no auditório do Centro de Capacitação, nos dias 6 e 7 de outubro de 2014, quando o Centro Paula Souza completou 45 anos de criação por Decreto-lei, oferecendo cursos técnicos, tecnológicos e de pós-graduação, extensão e pesquisa.

Para celebrar esses 45 anos do Centro Paula Souza foram homenageados gestores que atuam na instituição, durante a abertura solene desse evento, com certificados, broche comemorativo e um relato histórico sobre as trajetórias sociais e profissionais dos professores: Laura Laganá, diretora superintendente; Helena Gemignani Peterossi, coordenadora da Unidade de Pós-graduação, Extensão e Pesquisa; e Almério Melquiades de Araújo, coordenador da Unidade de Ensino Médio e Técnico - Cetec.

Desde 2008, os professores do GEPEMHEP têm desenvolvido projetos de horas atividades específicas (HAE) em memórias e história da educação profissional, coordenados na Cetec, com a finalidade de levantar, analisar e divulgar informações de estudos e pesquisas sobre as origens das escolas técnicas nos municípios, dos currículos dos cursos técnicos e tecnológicos, das práticas escolares e pedagógicas, da cultura escolar e das políticas de educação e saúde. A partir de 2014, demos início aos estudos da cultura material existentes nos centros de memória ou nos acervos escolares da instituição, incentivando a produção de inventários de objetos da ciência e tecnologia, de documentos textuais e iconográficos relacionados a esses artefatos<sup>1</sup>.

Em 2011, o GEPEMHEP produziu o seu primeiro livro denominado “Cultura, Saberes e Práticas”, com palestras temáticas do segundo encontro, e que contou com a participação de três dos oito centros de memória instalados no Centro Paula Souza. Esse livro traz dezoito artigos de professores que atuam com história da educação profissional, sendo dez de outras instituições e oito do Centro Paula Souza. No segundo livro “Patrimônio, Currículos e Processos Formativos”, em 2013, participaram professores de seis centros de memória da instituição, sendo três deles criados nesses dois últimos anos de projetos de estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional. Esse livro traz vinte artigos, sendo quinze deles produzidos por professores do Centro Paula Souza.

---

<sup>1</sup> Programa para o registro de documentos do patrimônio cultural da ciência e tecnologia, está em desenvolvimento, no Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão, sob a responsabilidade dos professores Maria Lucia M de Carvalho e Carlos Eduardo Ribeiro: [www.memorias.cpsctec.com.br/](http://www.memorias.cpsctec.com.br/), e será inserido no site [www.cpsctec.com.br/memorias](http://www.cpsctec.com.br/memorias) como link Museu Virtual da Educação Profissional.

Foi com muita satisfação que organizei esse livro “Coleções, Acervos e Centros de Memória”, que traz vinte e cinco artigos, sendo dezesseis deles produzidos por professores do Centro Paula Souza e, destes, oito de professores que atuam em Centros de Memória, sendo três deles criados nos últimos dois anos. Este livro traz nove artigos de outros professores que atuam com história da educação profissional em instituições de ensino federais ou estaduais no país.

Devido à manutenção e a ampliação de novos centros de memória em escola técnicas e em faculdades de tecnologia, decidimos, na seleção de imagens para a capa desse livro, prestar homenagens a três professoras da educação profissional: a professora Júlia Naomi Kanazawa, curadora do Centro de Memória da Etec Cônego José Bento, em Jacareí, desde que foi criado em 2000, pelo projeto de parceria com o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com financiamento da Fundação de Apoio a Pesquisa – FAPESP, homenageada pela difusão de seus estudos e pesquisas envolvendo sempre estudantes da unidade escolar, como o monitor Renan de Salles Flores Garcia Ferraz (p. 66) que traz o seu objeto museológico de estudo na imagem fotográfica; a professora Jurema Rodrigues, curadora do Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto (p. 185), em São José do Rio Preto, criado nos últimos dois anos, em um espaço cedido dentro da biblioteca da unidade escolar, mas que tem contribuído com estudos e pesquisa sobre a origem da arquitetura escolar aos artefatos, priorizando o curso de mecânica, pioneiro nessa escola técnica; e, para celebrar os 75 anos de existência do curso de “Auxiliares em Alimentação” que deu origem ao atual curso “Técnico em Nutrição e Dietética” na educação profissional, a professora Debble Smaira Pasotti (em memória) que foi contratada, em 1941, como professora de química alimentar, deixando vestígios desse curso nos objetos museológicos que se encontram no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, escola centenária, criada em 1911, em São Paulo, e incorporada ao Centro Paula Souza, em 1994.

Este livro apresenta o artigo “Os ‘Restinhos’ de memória nos porões: a salvaguarda e os limites da hibernação” da professora Suely Ramos da Silva, da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores Paulo Renato Costa Souza – EFAP, convidada para a palestra de abertura desse quarto encontro de memórias e história da educação profissional. Nessa palestra, a professora informou as transformações administrativas que ocorreram na Secretaria da Educação em 2011, com a criação da EFAP, englobando o Centro de Referência em Educação “Mario Covas”, que foi criado pelo Decreto Estadual Nº 46.576, de 1º de março de 2002, junto ao Gabinete do Secretário, diretamente subordinado ao Chefe de Gabinete, com o objetivo de ser um centro irradiador de informações relevantes e de referência educacional.

O Centro de Memória da Educação Profissional no Centro Paula Souza – CMEP-CPS tem projetos propostos no Plano de Metas institucional como apoio aos projetos do Gabinete da Superintendência, e realizados por meio de projetos de horas atividades específicas (HAE) na Cetec. O CMEPCPS está localizado na antiga sede do Centro Paula Souza, no Edifício Paula Souza, onde surgiu a Escola Politécnica, em 1895, em um prédio

tombado pelo CONDEPHAAT<sup>2</sup> em 2002. Nesse espaço, pretende-se dar continuidade a implantação do Arquivo Histórico Institucional para preservar obras raras da educação profissional (p.45-8), possibilitando a pesquisadores de história da educação profissional, dispor desse espaço relacionado com o mundo do trabalho, com uma diversidade de temas do passado, do presente recente e referentes aos currículos e disciplinas de cursos técnicos e tecnológicos, e com a identidade institucional.

Espero que esta obra, produzida coletivamente, possa estimular outros professores a engajarem-se em projetos ou eventos promovidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional no Centro Paula Souza.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2017

***Maria Lucia Mendes de Carvalho***

---

<sup>2</sup> [http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/14\\_ibram.pdf](http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/14_ibram.pdf)



## DISCURSO DE ABERTURA SOLENE

### Homenagem aos professores e gestores do Centro Paula Souza

Hoje, é uma data comemorativa importante para nós professores, funcionários e colaboradores do Centro Paula Souza. Há 45 anos surgiu esta instituição com o propósito de oferecer cursos técnicos de nível superior, criada por Decreto-lei do governador Roberto Abreu Sodré, em 6 de outubro de 1969. Os primeiros cursos foram nas áreas de construção civil (edificações, movimento de terra e pavimentação) e de mecânica (desenhista projetista e oficinas).

Primeiro surgiu a Faculdade de Sorocaba, em 1971, e depois, a Faculdade São Paulo, em 1973, quando o Centro de Educação Estadual Tecnológica de São Paulo passou a ser denominado Centro Paula Souza. Homenagem justa a Antonio Francisco de Paula Souza que promoveu, ministrou e dirigiu cursos nas áreas técnica, tecnológica e de engenharia. Depois, em 1981, vieram seis escolas técnicas geridas pelo setor privado e conveniadas, e o centro passou a oferecer cursos técnicos de níveis superior e médio.

Em 1982, vieram as seis primeiras escolas públicas de ensino técnico e, em 1994, as outras 82 escolas técnicas estaduais. Hoje somos a maior rede pública de educação profissional e tecnológica no País, com 216 escolas técnicas, 63 faculdades de tecnologia, e oferecendo cursos de pós-graduação.

Há seis anos, em 2008, com o **I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional** comemoramos os dez anos do projeto de **Historiografia das Escolas Técnicas mais antigas do Estado de São Paulo**, parceria com o Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo. A partir desse ano, e a cada dois anos, realizamos encontros para apresentar os projetos desenvolvidos em escolas técnicas e faculdades de tecnologia, incluindo a participação de outras instituições, que atuam com memórias e história da educação profissional e tecnológica.

Neste **“IV Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: coleções, acervos e centros de memória”** nós homenagearemos gestores que por suas trajetórias social e profissional marcaram suas presenças como professores, coordenadores, diretores, em prol da educação profissional e tecnológica no Centro Paula Souza. Nesta ocasião tão especial, como professora coordenadora de projetos na Unidade de Ensino Médio e Técnico apresento de forma sucinta, a dedicação e o comprometimento destes educadores na instituição.

A professora Laura Laganá, aqui presente, ministrou aulas de matemática na Escola Técnica Jorge Street, em São Caetano, e posteriormente, na Escola Técnica Estadual Prof. Camargo Aranha, no bairro da Mooca, em São Paulo, onde foi coordenadora de ciência e matemática. Provavelmente, neste cargo começou a identificar as suas qualidades para a gestão. Em 1988, foi criada a Escola Técnica Estadual São Paulo, e a professora Laura

Laganá sua segunda diretora. De licenciada e bacharela em matemática, e depois pedagoga, passou a direcionar a sua formação para administração escolar, foi coordenadora de ensino técnico e chefe de gabinete na instituição. E complementando a sua formação tornou-se especialista em planejamento e gestão da educação. Desde 2004, é diretora superintendente do Centro Paula Souza.

A diretora-superintendente Laura Laganá rendemos a nossa homenagem, por seu trabalho a frente da instituição e pela contribuição a expansão de escolas técnicas e faculdades de tecnologia durante a sua gestão no Centro Paula Souza.

Homenagearemos neste encontro a professora Helena Gemignani Peterossi, aqui presente, que desde o ano de criação da Fatec São Paulo, em 1973, atua nesta instituição. A sua formação de pedagoga certamente contribuiu para sua relação com seus pares, pois em 1988, era coordenadora do ensino superior e, de 1993 a 1997, diretora da Fatec São Paulo.

Entre 1977 e 1997, coordenou os cursos para formação de professores para o Ensino Técnico, atendendo a uma portaria ministerial, com base na Lei 5692/71, que criou os Cursos de Esquema, necessários para atender a profissionalização compulsória de estudantes no País, no início daquela década.

Mestre em filosofia da educação e doutora em metodologia de ensino, desde 2002, coordena a Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa e o Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento de Sistemas Produtivos no Centro Paula Souza.

Essas homenagens nascem do profundo reconhecimento do pioneirismo destas professoras e gestoras. Queremos celebrar os 45 anos do Centro Paula Souza, e neste encontro de memórias e história da educação profissional agradecer aos professores, funcionários e convidados aqui presentes para homenageá-las, e renderem nossa homenagem ao Coordenador da Unidade de Ensino Médio e Técnico, aqui presente, Almério Melquíades de Araújo, por sua atuação e dedicação a educação profissional e tecnológica até o presente momento.

O professor Almério ingressou na instituição pela Escola Técnica Estadual Prof. Camargo Aranha, em 1983, quando esta escola já pertencia ao Centro Paula Souza. Como professor ministrou a disciplina de física, e complementou a sua formação em pedagogia. Mestre, em 1995, e pesquisador contínuo da área de Currículo em Educação Profissional e Tecnológica tem contribuído para a diversidade de habilitações técnicas, oferecidas pelo Centro Paula Souza.

Desde 1997, como coordenador da Unidade de Ensino Médio e Técnico ampliou e consolidou o programa de “capacitação continuada em serviços” e os projetos de “horas-atividades específicas” (HAE) para serem desenvolvidos por professores nas unidades escolares, com o envolvimento dos estudantes. Na sua gestão, desde 2002, são oferecidos cursos de ensino à distância a comunidades interna e externa.

Queremos lembrar que reunimos neste Encontro professores e estudantes, que atuam no Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissio-

nal do Centro Paula Souza – GEPEMHEP, em sua maioria. Encontro este promovido pelo Centro de Capacitações Técnica, Pedagógica e de Gestão da Unidade de Ensino Médio e Técnico.

Agradeço a presença de todos e de todas para prestar esta justa homenagem a estes educadores e administradores. Esta proposição surgiu com a finalidade de celebrar os 45 anos do Centro Paula Souza com estes pioneiros e, divulgar as pesquisas em memórias e história da educação profissional, agradecendo suas participações em entrevistas de história oral para os acervos escolares dos Centros de Memória da instituição.

Muito obrigada!

***Maria Lucia Mendes de Carvalho***



# OS “RESTINHOS” DE MEMÓRIA NOS PORÕES ESCOLARES: A SALVAGUARDA E OS LIMITES DA HIBERNAÇÃO

**Suely Ramos da Silva**

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEESP

---

Pela janela enorme entrava luz, entrava o som dos passarinhos, entrava o som da água a pingar no tanque, entrava o cheiro da manhã, entrava o barulho da despensa a ser aberta pela minha mãe, entrava o som de uma buzina, entrava uma mosca gorda, entrava uma libélula que nós chamávamos de helibélula, entrava o barulho do gato que depois da luta saltava pro telheiro de zinco, entrava o som do guarda a pousar a aká<sup>1</sup> porque ia se deitar, entravam assobios, entrava muita luz mas, acima de tudo, entrava o cheiro do abacateiro, o cheiro do abacateiro que estava a acordar (ONDJAKI, 2006, p. 80).

## Introdução

Atualmente, a preservação da memória tem interessado a todo tipo de instituição, tanto da esfera pública quanto da privada. Tornar-se donos da memória e do esquecimento, é parte das grandes preocupações, de diversos setores de nossa sociedade (LE GOFF, 2006). Nora (1993) fala de uma memória que é viva e que é carregada por grupos vivos e por ser viva está sempre em evolução, uma hora prevalecendo as lembranças em outras o esquecimento.

Dessa forma, a escola, como instituição de larga abrangência social, e toda a memória que emerge de seus acervos históricos educativos, também, estão no foco de pesquisadores nacionais e internacionais de diversas áreas, a fim de compreenderem o processo histórico que permitiu que ela chegasse da forma como a conhecemos hoje e o reflexo de suas ações nas sociedades contemporâneas e de outras épocas. Foi com a expectativa de preservar, valorizar e difundir a história das instituições escolares e suas relações com o que compreendemos como cultura ocidental que surgiram os primeiros centros de memória relacionados à educação.

---

<sup>1</sup> Metralhadora AK-47.

## Centros de Memória e Patrimônio Histórico Educativo

Para reunir e preservar seu patrimônio histórico, assistimos, na atualidade, muitas instituições educativas organizando seus arquivos e criando centros de memória. Nos centros de memória predominam os documentos da atividade fim da instituição. Os documentos da atividade fim retratam o cotidiano de trabalho da instituição e estão relacionados à sua atribuição específica.

Camargo (2009) chama a atenção para o caráter híbrido dos centros de memória, uma espécie de arquivo glamourizado, na medida em que encontramos desde documentos textuais (próprios dos arquivos); peças tridimensionais (próprias dos museus) e, também, exemplares de livros raros ou históricos que, via de regra, fazem parte, apenas, de centros de documentação especializados. Os arquivos têm em sua função, o caráter probatório – é decorrência da necessidade de comprovar que as atividades institucionais foram efetivadas. Neles prevalecem as séries documentais, que correspondem a uma prática rotineira dentro de uma instituição. Por outro lado, o museu tem a função de disseminar conhecimento, mas também de proporcionar entretenimento e tem um acervo de acordo com o seu perfil, diferente da função do arquivo. No caso das bibliotecas ou centros de documentação a maioria dos documentos é de gêneros textuais e seu acervo é constituído de coleções ou seleções, de acordo com o perfil do público a que se destina. O arquivo, contudo, onde prevalece o gênero textual, não provém de uma coleção, pois seu caráter documental já nasce desde sua origem, ou seja, ele é constituído de documentos na sua essência e continuará sempre assim.

Goulart (2010) nos adverte que é do arquivo que o centro de memória extrai sua substância. O arquivo é a alma do centro de memória, que tem como função retratar a empresa, constituindo um acervo com consistência. O centro de memória deve fazer circular o conhecimento e tem como função a transmissão de informação sobre a empresa, auxiliando a gestão e não só preservando a memória.

No final do século XIX, por conta do ensino *intuitivo*, uma gama expressiva de materiais pedagógicos chegou às escolas e hoje, faz parte do Patrimônio Educativo, das mesmas. O *Método Intuitivo* surgiu na Alemanha no final do século XVIII, e: “Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação” (Souza, 1998, p. 159). Pestalozzi projetou-se como a figura principal, deste método que, a princípio, chegou nas escolas privadas, como sinal de inovação das mesmas, mas popularizou-se nas escolas públicas, primeiramente na província do Rio de Janeiro e, em seguida, a partir de 1880, em outras províncias:

Para tudo era necessário material: para o ensino de aritmética, do sistema métrico decimal e da geometria: cartas de Parker, compassos, contadores mecânicos, quadro de geometria, tabuinhas, contador de mão e de pé, caixas de formas geométricas, cadernos de aritmética. Para o ensino da linguagem: coleção de abecedários, e de cartões parietais para leitura, ardósias, cartas de alfabeto, cadernos de caligrafia. Para o ensino de Geografia e História: globo terrestre, tabuleiros de areia, quadros de História do Brasil, mapas. Para o ensino de Ciências físicas e naturais: laboratórios, museus, quadros Decrolle, es-

tampas, quadros de História Natural, esqueleto humano, bússola, microscópios, peças anatômicas, mapas de física. Para o desenho: esquadros, modelo para desenho em gesso, coleção para desenho. Para trabalhos manuais: caixa de tornos, pranchetas para modelagem, máquinas de costura (SOUZA, 1998, p. 168).

Nas escolas públicas de ensino primário chegavam, também, um vasto material para os seus museus pedagógicos – objetos destinados ao ensino, com a intenção de assegurar a experiência concreta dos alunos, a *lição de coisas*. Um rico exemplo desse patrimônio educativo faz parte do Acervo Histórico Caetano de Campos e pode ser observado na exposição: “A escola pública e o saber – trajetória de uma relação”, no Centro de Referência em Educação – CRE Mario Covas<sup>2</sup>. Nas escolas centenárias, pertencentes a rede de ensino da SEESP, ainda é possível encontrar vestígios dessa cultura material, que fez parte de suas práticas escolares. São peças de Arquivo: livros de registro, ponto, matrícula, ocorrências, atas, notas e outros; prontuários, diplomas, relatórios, documentos avulsos, fotografias, projetos arquitetônicos e outros; Biblioteca: livros de literatura e didáticos, cartilhas, dossiês, revistas infantis, periódicos, mapas e outros; Museu: mobiliário, filatelia e numismática, quadros e retratos, relógios, sinos e sinetas, troféus e medalhas, bandeiras, estandartes e flâmulas, uniformes, jogos didáticos, ábacos, globos terrestres e peças dos antigos museus pedagógicos das escolas; Laboratório: mobiliário e equipamentos dos gabinetes de química e física, psicologia, animais empalhados e outros.

O lamentável é que muitos destes objetos estão se deteriorando nos porões das escolas e, frequentemente, só estão preservados porque não há interesse neles e dessa forma os confeccionados em materiais mais resistentes conservam-se, naturalmente. No entanto, há limites para essa conservação e é necessário avaliar o quanto antes o risco de perder valiosas coleções, que não há mais similares nem aqui e nem em outros países.

Além da criação de centros de memória, com foco nas escolas e em seu patrimônio educativo, já estamos assistindo, no Brasil, a criação de museus da educação, como nos Estados: Minas Gerais – Museu da Escola de Minas Gerais (o primeiro do gênero no Brasil); Santa Catarina: Museu da Escola Catarinense; Bahia: Museu Pedagógico da UESB, em Vitória da Conquista; Goiás: Museu Virtual da Educação em Goiás; Paraná: Museu da Escola Paranaense. Os museus da educação estão presentes, contado a história das escolas de vários países, como, Estados Unidos: New York Museum School; Grã Bretanha: Ragged School Museum; Chile: Museo De La Educación Gabriela Mistral; Espanha: Museo Pedagógico de Aragón e Museo Pedagógico de la Facultad de Ciencias de la Educación de la Universidad de Sevilla; Itália: Museo dell’Educazione – Università di Padova; Portugal: Museu Escolar de Marrazes.

## Os Centros de Memória na prática

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Figura 1) é uma rede de ensino com números fenomenais: são 5 300 escolas; 230 mil professores; 59 mil servidores e mais de quatro milhões de alunos.

---

<sup>2</sup> [www.crmariocovas.sp.gov.br](http://www.crmariocovas.sp.gov.br)



**Figura 1** – Prédio da antiga Escola Caetano de Campos, fundado em 1894, que desde 1978 abriga a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Fonte: Acervo SEESP, em 2014.

O prédio da antiga Escola Caetano de Campos, abriga, atualmente, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Com 225 janelas, 86 metros de largura e 37 metros de profundidade nos pavilhões laterais, o edifício foi construído para ser um dos símbolos da educação do Estado. Originalmente, o prédio possuía apenas dois andares, até que, no final da década de 30, ganhou um novo pavimento para abrigar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Por esse motivo, o Caetano de Campos é considerado, também, um dos berços da Universidade de São Paulo. A Caetano foi a primeira escola de formação de professores do Estado de São Paulo. Seu acervo histórico está sob a custódia do Centro de Referência em Educação Mario Covas. O CRE Mario Covas, como é mais conhecido, possui dois setores principais: o Centro de Memória e Acervo Histórico da Educação<sup>3</sup> e o Centro de Biblioteca e Documentação. Com a reorganização da SEESP, pelo Decreto Nº 57.141, de 18 de julho de 2011, esses setores passaram a integrar a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores Paulo Renato Costa Souza – EFAP<sup>4</sup>, com as seguintes atribuições: a) planejar e coordenar serviços de documentação, organização e disponibilização de acervo técnico e memória; b) desenvolver programas de incentivo à leitura.

<sup>3</sup> De 2007 a 2013, integrei a equipe do Centro de Memória.

<sup>4</sup> A EFAP tem como objetivo o desenvolvimento profissional dos servidores da Secretaria Estadual da Educação. Instituída em 2009, é uma iniciativa pioneira no Brasil. Seus cursos combinam o ensino a distância com atividades presenciais e privilegiam processos de formação em serviço. [www.escoladeformacao.sp.gov.br](http://www.escoladeformacao.sp.gov.br)

O Centro de Memória foi criado em 2002<sup>5</sup>, com o objetivo de orientar e subsidiar as escolas de sua rede de ensino a elaborarem projetos de recuperação da memória como: História da Escola, Registros de História Oral, História do Patrono, Criação de Centro de Memória, História e Preservação do Patrimônio Arquitetônico; Organização do Arquivo e outros. Em algumas (poucas) escolas avançou-se mais na experiência do trabalho com a recuperação da memória e foram criados centros de memória, também.

Com a criação do Centro de Memória da SEESP houve uma organização sistemática do que sobrou do acervo da escola Caetano de Campos. A salvaguarda de uma expressiva tipologia de documentos permitiu a criação do Arquivo Histórico Caetano de Campos. Muitos educadores e pesquisadores ficam maravilhados com este acervo que, é composto por mais de 7600 exemplares da Biblioteca Infantil, 824 dossiês didáticos, 160 exemplares de jornais produzidos pelos alunos, 180 jogos didáticos, 2800 slides e uma infinidade de peças do laboratório de Física e Química entre outros. No entanto, ressaltamos que muita coisa já havia se perdido. Quando a Escola Caetano de Campos foi desativada, em 1978, dando lugar à Secretaria da Educação, os alunos foram transferidos para dois prédios escolares, que receberam o nome de Caetano de Campos. Toda a documentação e acervo da escola seguiu junto e por um longo período (do final da década de 70 ao final da década de 90) esteve sem nenhum tipo de tratamento arquivístico ou de conservação. A salvaguarda desse material riquíssimo para a História da Educação só aconteceu quando iniciou o projeto de criação do Memorial da Educação, hoje Centro de Memória e Acervo Histórico.

Cabe lembrar que a preocupação em manter uma documentação que contasse a história da escola como instituição e delineasse sua identidade é nova e vem se espalhando. Segundo Felgueiras (2011):

As memórias da escola, a procura e guarda de acervos de professores foram introduzidas na historiografia em Portugal e no Brasil na década de 1990. Simultaneamente se tornou visível a necessidade de intervenção cívica para a salvaguarda das fontes e, progressivamente, tomou-se consciência da sua importância como um legado a transmitir (FELGUEIRAS, 2011, p. 68).

O conhecimento da prática cultural e suas intersecções, por meio da materialidade escolar, também é alvo do trabalho desenvolvido pela pesquisadora da História da Educação, Maria Cristina Menezes (2005), que realiza por meio da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, um projeto de preservação/organização do acervo histórico de várias escolas da região de Campinas. “Nessa busca, há o encontro com os documentos dos arquivos, ditos “mortos”, com os livros de antigas bibliotecas, além do material museológico, suportes físicos constitutivos das práticas escolares” (Menezes, 2005, p. 13-14). A autora destaca os principais desafios enfrentados na recuperação e organização dos arquivos escolares, na região de Campinas:

---

<sup>5</sup> Era denominado Memorial da Educação, antes do Dec. Nº 57.141, de 18 de julho de 2011, que reorganizou a SEESP.

Os desafios se apresentaram desde o início. A despeito da situação crítica dos acervos, havia resistência em algumas das instituições em aceitar os pesquisadores da Universidade para o trabalho de conservação e organização do acervo. A situação dos acervos, em porões, almoxarifados, sótãos, não era nada animadora; a principal batalha no nosso caso foi com a materialidade das fontes, a situação crítica em que se encontravam os acervos das instituições com as quais trabalhamos em prol da preservação dos documentos, livros e material museológico (MENEZES, 2014, p. 228).

Além dos problemas apresentados, um dos problemas mais sérios dos centros de memória está relacionado à sua condição legal. Numa eventual troca de gestão, seus projetos podem sofrer descontinuidade ou o próprio setor pode ser desativado. Quanto ao destino dos documentos históricos<sup>6</sup>, muitos gestores públicos, até de instituições escolares centenárias, por falta de interesse em preservar a memória ou desconhecimento da lei<sup>7</sup>, doam seus acervos, ou pior ainda, descartam documentos importantíssimos para a pesquisa sobre a História da Educação, sem se preocupar com o porquê ou o contexto de sua criação. É comum, apesar das orientações oriundas dos órgãos específicos do governo, encontrarmos os arquivos permanentes<sup>8</sup> (chamados de “arquivo morto” nas instituições), em péssimas condições de acondicionamento, em locais de difícil manipulação e com alto teor de insalubridade, inclusive, para as pessoas. Um avanço, considerável, para aqueles que buscam nesses arquivos seus documentos comprobatórios de vida funcional ou escolar e para os pesquisadores, em geral, é a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, conforme disposto no artigo 5º: “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. Espera-se que as instituições, a partir dessa normatização, zelem mais pelos seus acervos documentais e passem a conservá-los, associando técnica e responsabilidade.

## A História Oral e o Construto da Memória

A assunção do método da História Oral, como campo de conhecimento, está cada vez mais presente nos meios acadêmicos, museus e instituições de natureza diversa. Segundo Alberti (2005), a História oral chegou ao Brasil com o advento do I Curso Nacional de História Oral, de 7 de julho a 1º de agosto de 1975. É desse ano, também, a criação do laboratório de História oral do Programa de Pós-Graduação em História Oral da Universidade de Santa Catarina. No final da década de 1980, a História Oral já fazia parte de várias instituições brasileiras dedicadas à pesquisa expandindo-se da década de 1990 para cá, com o Brasil, marcando presença, em diversos Congressos Internacionais. Segundo Meihy e Holanda (2007), a História oral é:

<sup>6</sup> Lembramos que os documentos históricos estão sendo produzidos, cotidianamente, também.

<sup>7</sup> Decreto 48.897/2004 – que decreta a guarda permanente de todos os processos, expedientes e demais documentos produzidos, recebidos ou acumulados pelos órgãos da Administração ou acumulados pelos órgãos da Administração Pública Estadual até o ano de 1940.

<sup>8</sup> Conjunto de documentos que deve ser preservado, em definitivo, considerando-se o seu valor para a história da instituição.

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definições de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 15).

Quando nos referimos à História Oral, temos em mente uma história democrática, alicerçada pela História da Cultura, aquela que Darnton (1986) chama de história da cultura com c minúsculo, que não privilegia o pensamento formal, mas que dá voz às pessoas comuns e mostra como elas compreendem o mundo: “Não tenta transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia” (DARNTON, 1986, p. 14). Para Thompson (2002) a História Oral pode “devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (THOMPSON, 2002, p.22).

Em 2013, iniciei o projeto de História Oral “Ensinar e aprender pode ser interessante”, sobre o Ginásio Vocacional Cândido Portinari, de Batatais, com o objetivo de “dar voz” às pessoas que precisaram calar, forçadas pelo governo Militar que se instalou no Brasil em 1964 e revitalizar a noção de identidade dessas pessoas que vivenciaram momentos que mudaram, repentinamente, o rumo de suas vidas.

A motivação inicial para realizar esse trabalho de recuperação da memória e da história da escola começou em 2012, quando fui convidada a participar do evento que marcava o “Jubileu de Ouro” da Cândido Portinari e um dos pontos altos da comemoração era a inauguração de seu Centro de Memória (Figura 2).



**Figura 2** – Espaço expositivo do Centro de Memória da Escola Estadual Cândido Portinari.

Fonte: Acervo da escola, em 2014.

Ao constatar a falta da documentação textual, que havia sido queimada e dispersada por vários locais<sup>9</sup> pelo governo militar e, principalmente, ao sentir dos ex-alunos e de profissionais uma espécie de revolta, “um grito preso na garganta”, pela forma como as coisas aconteceram: a escola foi invadida pelos militares e nenhuma satisfação foi dada aos alunos ou à comunidade, que justificasse ou os convencesse da necessidade de tamanha truculência, senti que havia um vácuo que precisava ser preenchido. Cabe destacar que, recuperar a memória da escola por meio de um projeto individual é um desafio. Somos envolvidos por muitas emoções, que podem impactar no resultado final do trabalho, em relação à sua imparcialidade. Sobre a imparcialidade, vale lembrar Portelli, quando este nos elucida, dizendo que:

[...] a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. Parcialidade aqui permanece simultaneamente como inclusa e como tomar partido: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os lados existem dentro do contador. (PORTELLI, 1997, p.39).

Os Ginásios Vocacionais foram criados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e regulamentados pelo Decreto Nº 38.643, de 27 de junho de 1961. Foi criado, também, o SEV – Serviço do Ensino Vocacional, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário. Para a coordenação do órgão foi designada a educadora Maria Nilde Mascellani, que já coordenava as Classes Experimentais do Instituto de Educação de Socorro. As cidades escolhidas foram: Barretos – polo pecuarista (EE Embaixador Macedo Soares); Batatais – polo agrícola (EE Cândido Portinari); Rio Claro – polo ferroviário (EE Chanceler Raul Fernandes); São Paulo – centro cosmopolita (EE Oswaldo Aranha); São Caetano (EE Vila Santa Maria) – uma experiência com escola de meio período; e Americana – polo têxtil (EE João XXIII).

Entre os objetivos dos Ginásios Vocacionais, destacavam-se: dar cultura humanística e técnica, desenvolvendo aptidões e proporcionando orientação vocacional e profissional; propiciar condições efetivas da formação familiar e social em todas as atividades escolares; promover o conhecimento do belo em todas as manifestações artísticas e culturais; formar a base de educação de líderes capazes de promover, no futuro, a adequação do país às condições de desenvolvimento econômico, social, político, científico e cultural. O aluno deveria possuir perfil democrático e conhecer sua comunidade, para interferir nos seus rumos e transformá-la.

Os alunos ficavam em período integral na escola e a abordagem de todo o trabalho de ensino-aprendizagem era altamente complexa, baseada no *estudo do meio*, com foco em Estudos Sociais, porém, com professores separados de História e Geografia. As disciplinas eram: Português, Inglês, Francês, Matemática, Ciências, Educação Física, Edu-

<sup>9</sup> Uma parte da documentação encontra-se no CEDIC – PUCSP, outra parte no Centro de Memória da FE-USP. No GVIVE – Associação de ex-alunos e amigos dos Ginásios Vocacionais é possível encontrar doações de ex-alunos, também.

cação Artística, Educação Doméstica, Práticas Comerciais, Práticas Industriais, Audiovisual, Educação Musical e Teatro.

De corrente humanista, com objetivos de formação do aluno crítico e engajado, a filosofia do Ginásio Vocacional era baseada nos princípios de Emmanuel Mounier e Pierre Furter. São marcantes, também, as contribuições de Piaget (trabalho em equipe e acompanhamento psicológico do adolescente), Dewey (desenvolvimento de projetos, a partir de problemas concretos; a gestão democrática e a escola como representação de uma mini-comunidade), Paulo Freire (a educação como oportunidade para a conscientização política e transformação da realidade). A seguir, o resumo do projeto de História Oral na EE Cândido Portinari:

### **Resumo do Projeto de História Oral**

#### **Ginásios Vocacionais: ensinar e aprender pode ser interessante**

O objetivo geral do projeto: “Ginásios Vocacionais – ensinar e aprender pode ser interessante” será o de recuperar a memória e a experiência do Ginásio Vocacional de Batatais – EE Cândido Portinari.

Os objetivos específicos são de criar um banco de entrevistas para colaborar com as pesquisas acadêmicas, recuperar a memória da escola e da comunidade e, também, manter um acervo com documentação oral, no Centro de Memória da EE Cândido Portinari, que foi inaugurado em 2012, nos 50 anos da escola.

A meta do projeto é recuperar, por meio da metodologia da História oral, a memória e a história da escola, entrevistando ex-alunos, ex-professores, ex-gestores e ex-funcionários, num total de 18 gravações.

O desenvolvimento do trabalho se dará por meio de entrevistas, seguindo um roteiro, com questões comuns, para que haja a possibilidade de se estabelecer relações entre as respostas e confrontos entre os dizeres.

O cronograma previsto, após replanejamento, é realizar 18 gravações entre 2013 e 2015.

Os recursos materiais a serem utilizados são: 1 gravador de áudio, 1 máquina fotográfica, 1 máquina de vídeo e recursos próprios para a edição e difusão.

O produto final será um banco de entrevistas com 18 gravações, as respectivas transcrições e a publicação de um artigo com a transcrição.

A Comunidade de destino é a comunidade escolar, nas pessoas de ex-alunos, ex-professores, ex-gestores e ex-funcionários da escola, do período em que funcionou como Ginásio Vocacional.

O arquivamento, a difusão e o acesso ao acervo ficará sob a responsabilidade do Centro de Memória da EE Cândido Portinari e da Associação dos ex-alunos e amigos do Vocacional GVIVE.

Durante o governo militar os Ginásios Vocacionais foram alvo de uma infinidade de críticas e boatos, principalmente envolvendo a coordenadora Maria Nilde Mascellani, acusada de ser comunista, por alguns professores insatisfeitos, ao serem dispensados. As escolas passaram a ser observadas pelo exército, mas já passavam por crises internas e externas, envolvendo corpo docente e sua equipe de gestão.

Em 12 de dezembro de 1969, numa ação combinada, os militares invadiram todas as unidades dos Vocacionais. Houve a demissão sumária da Diretora do Ginásio Vocacional de Americana e da Coordenadora do SEV, Professora Maria Nilde Mascellani, além de outras medidas. Dessa forma, concluiu Maria Nilde Mascellani, “o regime militar extinguiu o Ensino Vocacional no Estado de São Paulo, sob a alegação de pedagogia esquerdizante e ideologia nefasta à formação da juventude brasileira” (MASCELLANI, 1988, p. 94).

Em outubro de 2014, para a apresentação da palestra no Centro Paula Souza, entrevistei a atual Diretora, da EE Cândido Portinari, Solange Fabbri, que falou sobre a formação do Centro de Memória:

De quem surgiu a proposta de montar o Centro de Memória?

R.: O centro de memória existia antes de eu trabalhar aqui, mas o resgate do memorial foi em comemoração ao jubileu de ouro da escola, em 2012.

Em que condições estavam as peças?

R.: Boas, mas abandonadas pela escola.

Do que sentiram mais falta?

R.: De arquivos escritos. Encontramos capas duras de livros, sem conteúdo de páginas dentro. Uma grande perda.

Quais foram as maiores dificuldades?

R.: O grande problema dessa escola é o engajamento da equipe docente nas ações da escola, penso que o saudosismo fere o brio dessa equipe.

Os professores fazem algum trabalho pedagógico com os alunos?

R.: Os da sala de leitura, sim.

## Conclusão

Ao pesquisar o patrimônio histórico das escolas e seus acervos adentramos à sua história e nos envolvemos numa atmosfera muito próxima e perceptível de nossas lembranças individuais, convergindo todos os sentidos para as experiências infantis e juvenis vividas há muito tempo e, no entanto, ainda tão reais – experiências da memória coletiva, dos que um dia frequentaram a escola. Essa relação do público de todas as idades com a escola, o significado individual e ao mesmo tempo coletivo dessas experiências se misturam e o que percebemos é que este tipo de espaço educativo, seja um centro de memória ou um museu escolar, não é só um lugar de aprendizagens científicas e culturais, mas um lugar onde as emoções emergem e tocam a todos os tipos de pessoas.

## Referências

### Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: Pinsky, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: CGU, 2011. 23. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 26 jan. 2015
- CAMARGO, Ana Maria de A. Arquivos ou Centros de memória? 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gWI-GfNIN3s> Acesso em 26 jan. 2015.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da Cultura Escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Revista Pro-posições** da Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, SP. v. 16, n. I (46). Jan./abr. 2005.
- GOULART, Silvana. As instituições e seus centros de memória. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xJEiG2IgpwU>. Acesso em 26 jan. 2015.
- MASCELLANI, Maria Nilde. O sistema público de ensino no Ensino Vocacional de São Paulo. **IDEIAS**. São Paulo, FDE, n. 1, 1988; p. 84-95.
- MEIHY, José Carlos Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- MENEZES, M. C. A escola e a sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade da interlocução. **Revista Pro-posições** da Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, SP. V. 16, n. I (46). Jan./abr. 2005.
- \_\_\_\_\_. Entre porões e sótãos: O Patrimônio Histórico-Educativo em cena. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-249, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014223/3111> Acesso em 26.01.2015.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. **Revista Projeto História** São Paulo: PUC. N. 10, pp. 07-28, dez. 1993.
- ONDJAKI. **Bom dia camaradas**. Rio de Janeiro: Agir, 2006.
- RIBEIRO, S. L. S. Por uma História da Educação Profissional: Contribuições e Desafios de Pesquisas em História Oral. In: Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.). **Cultura, Saberes e Práticas**: Memórias e História da Educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.
- PIMENTEL, Maria da Glória Berardo. **Relato da Experiência Educacional dos Ginásios Vocacionais**. Serviço do Ensino Vocacional, São Paulo: SEV. 1967.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997, p. 25-39.
- ROVAL, Esméria. **Ensino Vocacional**: uma pedagogia atual. São Paulo, Cortez, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011. Diário oficial do Estado de São Paulo, 19 de julho de 2011, nº 134.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 60.145, de 11 de fevereiro de 2014. Diário oficial do Estado de São Paulo, 12 de fevereiro de 2014, nº 29.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## Sites e links diversos:

<http://magistra.educacao.mg.gov.br/index.php/museu-da-escola/> Acesso em: 26 jan. 2015

[http://www.museudaescola.udesc.br/index.php?option=com\\_phocagallery&view=categories&Itemid=11/](http://www.museudaescola.udesc.br/index.php?option=com_phocagallery&view=categories&Itemid=11/) Acesso em: 26 jan. 2015

<http://www.museupedagogico.uesb.br/drupal6/> Acesso em: 26 jan. 2015

<http://acervo.reheg.fe.ufg.br/index.php/colecao-museu-virtual-da-educacao-em-goias/>

Acesso em: 26 jan. 2015.

<http://ronelcorsi.blogspot.com.br/2009/08/museu-da-escola-paranaense.html/>

Acesso em: 26 jan. 2015.

<http://www.nycmuseumschool.org/> Acesso em: 26 jan. 2015

<http://www.raggedschoolmuseum.org.uk/> Acesso em: 26 jan. 2015

[http://www.museodelaeducacion.cl/Vistas\\_Publicas/publicHome/homePublic.aspx?idInstitucion=98](http://www.museodelaeducacion.cl/Vistas_Publicas/publicHome/homePublic.aspx?idInstitucion=98)  
Acesso em: 26 jan. 2015

<https://plus.google.com/111132918658033088452/about?gl=br&hl=pt-BR> Acesso em: 26 jan. 2015

<http://institucional.us.es/museopedagogia/> Acesso em: 26 jan. 2015

<http://www.fisppa.unipd.it/servizi/museo-educazione/> Acesso em: 26 jan. 2015

<http://www.museuescolar.pt/> Acesso em: 26 jan. 2015

<http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/> Acesso em: 26 jan. 2015

# ARQUIVO HISTÓRICO INSTITUCIONAL: A IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CENTRO PAULA SOUZA

**Maria Lucia Mendes de Carvalho**  
Unidade de Ensino Médio e Técnico/GEPEMHEP

---

## Introdução

Este artigo aborda uma parceria firmada para criar o *Arquivo Histórico Institucional sobre Obras Raras da Educação Profissional e Tecnológica*, envolvendo bibliotecas de escolas técnicas e faculdades de tecnologia do Centro Paula Souza, com a finalidade de levantar livros didáticos até a década de 1970, e apresenta práticas desenvolvidas nas capacitações com docentes para a preservação e a valorização do patrimônio educativo.

O objetivo é registrar como essas práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidas com professores que atuam no Grupo de Estudos e Pesquisas com Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP), para refletir sobre a organização dos centros de memória da instituição e possibilitar a criação de procedimentos, de forma coletiva, para a gestão documental digital de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos nesses lugares de memória.

Nessas capacitações, as discussões e reflexões com os professores para o desenvolvimento de gestão documental em Centros de Memória são realizadas a partir de suas práticas, e, de referenciais teóricos sobre o patrimônio histórico educativo, o patrimônio cultural e tecnológico, a cultura material e, recentemente, a educação comparada. Durante essas práticas pedagógicas com os docentes, buscou-se estimular a criação de sites de centros de memória nas escolas técnicas e faculdades de tecnologia, a realização de inventários de fontes e coleções, e os registros de objetos da ciência, da técnica e da tecnologia.

Uma instituição educacional do porte do Centro Paula Souza, a maior rede estadual de educação profissional e tecnológica do País, instituída por decreto estadual em 06 de outubro de 1969, e, pioneira em Cursos Superiores de Tecnologia, poderá, por meio de um Centro de Memória da Educação Profissional, divulgar valores instituídos, saberes e fazeres acumulados, possibilitando resgatar e reconhecer a história de professores, de funcionários e de estudantes que o construíram durante a sua trajetória nesses 45 anos de existência. Sabe-se que a memória institucional está relacionada com as definições de Memória, de Instituição e de Organização, embora o conceito ainda esteja em fase

de fundamentação, esta remete a ideia de legitimidade, criação e identidade. Desde a década de 1990, Centros de Memória estão sendo criados e os professores que atuam como curadores e pesquisadores contribuindo para acompanhar a evolução da Identidade Institucional. Por esses lugares serem repletos de documentos da história da educação profissional, são tratados como patrimônio histórico e cultural, fortalecendo os compromissos da instituição com as comunidades internas e externas.

Nesses lugares de memória<sup>1</sup> o gerenciamento de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos permitem os registros, a sistematização, a preservação e a conservação de documentos, de livros e de peças museológicas da cultura material, e que são fontes de informações para: atendimento de pesquisadores; apoio a montagens de exposições temáticas; estudos e pesquisas sobre a história da educação profissional e tecnológica; gestão e difusão de conhecimento, de comunicação e de identificação institucional.

## Arquivo pessoal: professora Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara

Em 22 de novembro de 2011, no Simpósio Raízes, Retratos e Evolução, que aconteceu na Escola Técnica Estadual de Artes, no Carandiru, em São Paulo, a autora moderou os trabalhos que foram apresentados na temática “Raízes e retratos em 100 anos de educação profissional no estado de São Paulo (1911 a 2011)” para comemorar o centenário da educação profissional pública. Na abertura desses trabalhos rendeu uma homenagem em memória de Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara (1955 – 2011) que foi professora e coordenadora de projetos de Química na Unidade de Ensino Médio e Técnico – Cetec, do Centro Paula Souza:

Neste ano tão especial, em que comemoramos com as Escolas Técnicas do Centro Paula Souza as origens da educação profissional pública no estado de São Paulo, cujas raízes começam a partir da existência de três escolas centenárias, a Etec Carlos de Campos e a Etec Getúlio Vargas, em São Paulo, e a Etec João Belarmino, em Amparo, criadas em 1911; nossa homenagem à química, engenheira de alimentos, pedagoga e doutora em engenharia mecânica por toda dedicação e comprometimento, que entrelaçou a história de sua vida à trajetória de profissionalismo, de conscientização das comunidades escolares e acadêmica em prol da educação profissional, enfatizando a educação ambiental.

Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara (Figura 1) nasceu em 15 de março de 1955, em Apucarana, no Paraná, filha de Saiti Kanashiro (1929) e de Luzia Kanashiro (1931). Formou-se em Química pela Universidade Federal do Paraná, em 1979, e em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas, em 1982. Casou-se com Roberto Takashi Tohyora, em 6 de julho de 1985, e teve dois filhos: Rafael Kanashiro Toyohara, em 1986, e Guilherme Kanashiro Toyohara, em 1990.

---

<sup>1</sup> Segundo Nora (1993): Os lugares de memória são antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais, [...]

Em 1989, essa professora tornou-se Mestre em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas, com a dissertação “Determinação de dosagens de nitrato, nitrito e N-nitrosaminas em linguças comercializadas”, ingressando como professora de química na Escola Técnica Estadual Júlio de Mesquita, em Santo André, e como professora Coordenadora de Projetos de Química na Cetec, atuando principalmente com estratégia de ensino, educação ambiental, ensino médio e projetos interdisciplinares.

Dando continuidade as suas pesquisas em educação ambiental, essa professora empregou como metodologia para o ensino da Química o uso da problematização, apresentando trabalhos em vários congressos e publicando o artigo “Rio Paraíba do Sul: Preservando o Futuro do Projeto Interdisciplinar Rio Tamanduateí”<sup>2</sup>, em 1995, e publicando o livro “Educação Ambiental no Ensino Médio focada em Projetos: impactos do Projeto “Rio Paraíba do Sul, Preservando o Futuro” nas Escolas parceiras do Projeto, em coautoria com os professores Sena, Akamatsu, Gonçalves e Teixeira, referente a um projeto de parceria com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – UNESP, entre 2005 e 2008.

Doroti Quiomi Toyohara foi sócia fundadora e membro do Conselho Consultivo da Associação Guardiã da Água – AGUA, uma instituição não governamental, formada por um grupo de cientistas, professores e técnicos das áreas de humanas, biológicas e exatas. Em 2010, recebeu o título de Doutora em Engenharia Mecânica pela UNESP de Guaratinguetá, pela tese “Biocombustíveis: concepções de energia com enfoque para a educação ambiental”, sob a orientação do professor Dr. Galeno José de Sena. Em 20 de fevereiro de 2011, essa professora faleceu durante uma cirurgia, em São Paulo.

O Centro Paula Souza rendeu-lhe uma homenagem, em memória, ao criar a Escola Técnica Estadual Professora Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, em Pirituba, na capital de São Paulo, por meio do Decreto Estadual Nº 57336, de 15 de setembro de 2011 (Figura 2).

Dois meses, após o falecimento dessa professora, a autora entrou em contato com a família para requerer e preservar o seu arquivo pessoal, e em função desse pedido, contou com a compreensão do professor Almério Melquiades de Araujo, coordenador da Cetec, para criar o Centro de Memória da Educação Profissional na antiga sede do Centro Paula Souza, onde funcionou a administração central, desde a sua fundação, em 1969, até junho de 2013, quando está foi transferida do bairro da Luz para a Santa Ifigênia, em São Paulo.

Para receber o arquivo pessoal da professora Doroti Toyohara fez-se três visitas à família, para identificar o acervo e para mantê-lo na ordem que a professora dispôs no escritório de sua residência. Esse processo de transferência levou quase dois anos, considerando o tempo necessário para a Unidade Administrativa e Financeira (Ugaf) liberar a sala 11, que aconteceu em 21 de julho de 2014, e onde está sendo implantado o Centro de Memória da Educação Profissional do Centro Paula Souza.

---

<sup>2</sup> Publicado na Revista Syntesis, São Paulo – SP, 01 de maio de 1995. Disponível em: [http://www.feg.unesp.br/~rioparaiba/palestras\\_pbl/Janio%20I tiro%20Akamatsu%20artigo.pdf](http://www.feg.unesp.br/~rioparaiba/palestras_pbl/Janio%20I tiro%20Akamatsu%20artigo.pdf). Acesso em 24 out. 2011.



**Figura 1** – Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, em 2011.



**Figura 2** – O governador Geraldo Alckmin, a diretora superintendente Laura Laganá, o prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, o viúvo e o pai, na inauguração da Etec Professora Dra. Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, em 2011.

Em 20 de dezembro de 2013, Roberto Toyohara trouxe o arquivo pessoal da professora Doroti Quiomi K Toyohara (Figura 3) doado ao Centro Paula Souza, com carta de cessão de 18 de dezembro de 2013. Nessa data, a sala 11, ainda não estava totalmente liberada, mas a autora recebeu o acervo, contendo 29 caixas de documentos: cadernos, CD Roms, disquetes, documentos pessoais, livros entre outros documentos, do período de 1992 a 2011.



**Figura 3** – Protocolação do arquivo pessoal Profa. Dra. Doroti Quiomi K Toyohara no Centro de Memória da Educação Profissional, na sala 11 da antiga sede do Centro Paula Souza, na Luz, em São Paulo, em 2014. Fotografia: Maria Lucia Mendes de Carvalho, 22/07/2014.

## Memórias e história da educação profissional: contribuição de professores para a preservação e a valorização do patrimônio histórico educativo

É importante lembrar que no Brasil, a discussão sobre políticas públicas referentes ao patrimônio cultural da ciência e tecnologia é recente. Uma portaria interministerial, entre a Cultura e a Ciência & Tecnologia, foi assinada em 2008, no mesmo ano que foi criado o GEPEMHEP no Centro Paula Souza. Nessa portaria, entre os seus 18 objetivos, um recomenda “promover estudos e ações voltadas para a proteção, preservação e a recuperação do patrimônio cultural e científico brasileiro” (GRANATO e LOURENÇO, 2011, p. 95).

Desde 1996, a Cetec tem apoiado projetos para a preservação do patrimônio artístico, histórico e tecnológico na educação profissional no Centro Paula Souza (ALVES, 1998). Entre 1998 e 2002, com o projeto de Historiografia, uma parceria com o Centro de Memória da Educação da FE/USP com apoio da FAPESP, criaram-se oito centros de memória: Amparo, Campinas, Franca, Jacareí, São Paulo (dois), Santos e Sorocaba. De 2003 a 2008, professores dessas escolas técnicas participantes do projeto de Historiografia foram convidados a desenvolverem projetos de horas atividades específicas (HAE) nas unidades escolares (de 5 a 15 horas/semanais), sob a coordenação da professora Julia Falivene Alves da Cetec no Centro Paula Souza.

Em agosto de 2008, a autora passou a coordenar os projetos relacionados à história da educação profissional na instituição, e a partir desses projetos de HAE definiu os eixos temáticos para realizar o I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional (Figura 4), que aconteceu em novembro de 2008, com a finalidade de comemorar dez anos de continuidade do projeto de Historiografia no Centro Paula Souza. Nesse encontro, criou-se o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional – GEPEMHEP, definindo-se as linhas de pesquisa. Ao propor o GEPEMHEP na instituição, considerou-se que:

O patrimônio educativo é uma das faces da multidimensionalidade e complexidade das realidades educativas, assim como a diversidade e pluralidade dos meios de intervenção dos actores educativos. É por tudo isto que é importante a preservação dos objectos, de modo a permitir uma perspectiva alargada e relacional entre as várias dimensões do fenómeno educativo. (MOGARRO, GUERRA, HENRIQUES, 2008)

Desde 2009, a Cetec tem promovido cursos para formação continuada de docentes, por meio dos Clubes de Memórias no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza (Anexo I), o que possibilita envolver professores nas organizações e publicações de encontros e jornadas sobre memórias e história da educação profissional e tecnológica. O Centro Paula Souza ao promover os Clubes de Memórias e os encontros a cada dois anos (Figura 5) para a preservação, sensibilização e difusão do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural e tecnológico contribui não apenas para as gerações futuras, mas principalmente, para a gestão institucional: planejamento estratégico, organizacional, possibilitando a geração de informação para a produção de conhecimentos e da inovação tecnológica.



**Figura 4** – Professores no I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, em 2008.



**Figura 5** – Professores participantes do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, em 2012.

No GPEMHEP os professores propõem e desenvolvem projetos de horas atividades específicas (5 a 12 horas/semanais) nas unidades escolares, contribuindo com a construção da memória coletiva para a história da educação profissional e tecnológica do Centro Paula Souza. Segundo Le Goff (2008, p. 525-6):

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. [...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.

A professora Julia Falivene Alves (1998) escreveu um artigo sobre a origem do projeto de Historiografia (Figura 6), enquanto que outras duas publicações foram organizadas pela Dra. Carmem Sylvia Vidigal de Moraes, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e pela professora Julia Falivene Alves da Cetec (MORAES e ALVES, 2002a, 2002b): o Álbum Fotográfico “Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo. Uma História em Imagens” e “Inventário de Fontes Documentais” (Figuras 7 e 8).



**Figura 6** – Revista publicada pela Cetec no Centro Paula Souza, em 1998.

As publicações produzidas pelos professores que participam do GEPEMHEP foram: “Cultura, Saberes e Práticas”, em 2011, e “Patrimônio, Currículos e Processos Formativos”, em 2013. Em 2013, a autora e a professora Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro, da empresa Fala Escrita, organizaram um curso de “História Oral na Educação”, publicando uma apostila com o apoio do Programa Brasil Profissionalizado, e que gerou um e-book, denominado “História Oral na Educação: memórias e identidades” com 35 entrevistas de docentes, visando à construção da identidade institucional e ao enriquecimento dos acervos escolares.



**Figuras 7 e 8** – Livros publicados no projeto de Historiografia das Escolas Técnicas mais Antigas do Estado de São Paulo, em 2002.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Educação Profissional.

## Arquivo Histórico Institucional: preservar Obras Raras para o patrimônio cultural e tecnológico da Educação Profissional

Para avançar nas pesquisas sobre a história da educação profissional no estado de São Paulo surgiu a necessidade de criar um Arquivo Histórico Institucional no Centro Paula Souza. Este artigo trata de apresentar os primeiros passos para organizar esse acervo, contando com o apoio de bibliotecários da instituição e de professores que atuam no GEPEMHEP. A autora como coordenadora de projetos na Cetec, propôs à bibliotecária Tatiane S. Massucato Arias, diretora de divisão do Centro Geral de Documentação (CGD) do Centro Paula Souza, um projeto de parceria denominado “Arquivo Histórico Institucional sobre Obras Raras<sup>3</sup> na Educação Profissional e Tecnológica”.

Por meio de um ofício conjunto CGD/Cetec, em 11 de fevereiro de 2014, esse centro documentação encaminhou-o às bibliotecas de escolas técnicas (Etecs) e de facul-

<sup>3</sup> Sant’Ana (2001, p.5) ao discutir os critérios para a definição de obras raras considera que: [...] os responsáveis por bibliotecas e outras instituições públicas que guardam livros considerados raros utilizam, em geral, o valor do mercado ou a dificuldade de localização de um dado exemplar como o principal argumento para a determinação do que seja uma obra rara, mas sim a importância histórica do livro e do seu conteúdo.

dades de tecnologia (Fatecs), informando sobre o objetivo da parceria, que inicialmente visou a formação do acervo histórico especializado na educação profissional e tecnológica. Esse acervo ficará localizado na sala 11, da antiga sede, na Praça Cel. Fernando Prestes, 74 – Luz, para estudos e pesquisas de docentes e pesquisadores.

A partir dessa parceria para criar o Arquivo Histórico Institucional sobre Obras Raras na Educação Profissional surgiu o convite do CGD para a autora ministrar a palestra “Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica” aos bibliotecários, no II Encontro entre Bibliotecas de Etecs e Fatecs do Centro Paula Souza, que aconteceu em 13 de dezembro de 2013, solicitando apoiarem, valorizarem e preservarem as obras raras na instituição.

Os resultados preliminares dos levantamentos realizados em bibliotecas da instituição, apresentados na tabela 1, propiciaram localizar publicações do início do século XX, principalmente, publicações institucionais do final da década de 1930. Essas publicações podem estar relacionadas com a política para a produção de livro escolar, estabelecida pelo Decreto-Lei N° 1.006/38. Em fontes primárias, localizadas na Biblioteca da Escola Técnica Estadual Dr. Francisco Nogueira de Lima, em Casa Branca (Figura 9), e no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, onde se encontram livros que foram divulgados pela Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo na “Feira de Amostras”, no Rio de Janeiro, promovida pelo governo de Getúlio Vargas, em dezembro de 1939 (Quadro 1). Entre essas publicações, estão os livros didáticos “Os Cursos de Dietética” (POMPÊO DO AMARAL, 1939), “Princípios Gerais de Alimentação” (FERREIRA, 1939), “Cinco Lições de Química Elementar” (BARDELA, 1939), entre outros, e todos esses livros estão relacionados com o curso de Formação de Professores de Economia Doméstica e Auxiliares em Alimentação, que era oferecido na Carlos de Campos.



**Figura 9** – Livro “Princípios Gerais de Alimentação” de Zenith Freire Ferreira, de 1939. Acervo Histórico na Biblioteca da Escola Técnica Estadual Dr. Francisco Nogueira de Lima, em Casa Branca, em 2014.

Os manuais ou os livros didáticos localizados nesse levantamento, além de permitirem identificar os sujeitos que foram autores e atores nesses processos educacionais, são importantes para ampliar o conhecimento historiográfico sobre a educação profissional e tecnológica no país.

**Tabela 1** – Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia que encaminharam ao CGD listagem de livros didáticos nas bibliotecas editados até a década de 1970.

Nº	Etec / Fatec – Responsável pela listagem	Município	Nº Livros	Notas
02	Etec Amin Jundi Ricardo T. Kawata – Bibliotecário ( 12/3/14)	Oswaldo Cruz	25	Maioria década de 1950
04	Etec Dr. Francisco Nogueira de Lima Vera Maria Nogueira de Lima. Profª de Arte/Reabilitada (18/3/2014)	Casa Branca	287 25	De 1931 até década de 1970 Década de 1960
07	Etec de Hortolândia Joana Izabel Coelho de Oliveira – Bibliotecária – CRB-8/6292 – 12/3/14	Hortolândia	26	Muitos de inglês (USA/ Londres) de 1949 a década de 1960
10	Etec Prof. Dr. José Dagnoni Tatiane Gama – Aux. Adm./ Biblioteca (28/2/14)	Santa Barbara D' Oeste	80	De 1944 a 1970. Maioria década de 1960.
11	Etec Prof. Eudécio Luiz Vicente Regina Maria Bértolo Zupirolli – Diretora (7/3/14)	Adamantina	40	De 1943 a 1969. Maioria década de 1960
12	Etec Vasco A Venchiarutti Rosana Patz Bibliotecária (13/3/14)	Jundiaí	49	De 1907 a 1969. Maioria década de 1960
13	Etec Cons.Almeida Prado Aparecida Stradiotto Mendes Bibliotecária – ETECAP ( 12/3/14)	Campinas	1904	Maioria década de 1960. Tem raridades das décadas 1950 a 60
14	Fatec São Paulo Helena Tiomi O. Pitton Diretor de Serviço – Subst. CRB 8º/4699 (13/3/14)	São Paulo	68	Tem dicionários técnicos de 1948/1958. Poucos, mas raros de 1914, 1939 e 1948.
18	Etec Getúlio Vargas Gilmeire -Analista Téc. Adm. – Biblioteca (12/3/14)	São Paulo	190 25	Maioria da década 1960. Mas tem raridades de décadas anteriores.
19	Etec São José dos Campos Priscila Maria Belini – Bibliotecária (26/2/14)	São José dos Campos	25	Década de 1960

Título da obra / autor (a)	Ano
Os cursos de Dietética da Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo	Mai/1939 Jul/1939 Nov/1939
Aula Inaugural dos Cursos de Dietética	1939
Cinco lições de Química Alimentar (Curso de Dietética)	1939
Orientação do Ensino de Plástica – Prof. Francisco Leopoldo e Silva	1939
Saúde dos Filhos, Alegria das Mães (Noções de Puericultura)	1939
São Paulo e a Educação Profissional	1939
O Ensino Profissional primário e médio agrícola em São Paulo	1939
A organização simples e prática de cardápios racionais para internatos colegiais – Celina de Moraes Passos	1939
Princípios gerais de Alimentação	1939
A racionalização do Ensino Técnico Profissional em São Paulo	1939
Comer para Viver – Dr. Francisco Pompeu do Amaral	1939

**Quadro 1** – Obras publicadas na Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo, em 1939.

Fonte: LAURINDO, 1962

A criação do Arquivo Histórico Institucional da Educação Profissional no Centro Paula Souza, possibilitará a prestação de serviços a professores e historiadores com o seu acervo bibliográfico, além de disponibilizar documentação digital de acervos arquivísticos e museológicos de centros de memória da instituição.

O acervo de um arquivo histórico central poderá conter legislações, planos de cursos da instituição, entre outros documentos, que propiciarão a professores e historiadores compreenderem os ciclos de vida dos cursos, as evoluções curriculares, os conteúdos, os métodos de ensino, as referências bibliográficas indicadas e suas relações com as políticas educacionais, que são marcantes em diferentes períodos no Brasil.

## Práticas pedagógicas para preservação do patrimônio histórico educativo da ciência, da técnica e da tecnologia no Centro Paula Souza

Em dezembro de 2013, a autora participou do “Curso Intensivo de Museus, Coleções e História da Ciência”, ministrado pela Dra. Marta C Lourenço e promovido pela Dra. Maria Cristina Zancul da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara, por indicação da professora Maria Teresa Garbin Machado, do Centro de Memória da Etec Prof. Alcídio de Souza Prado, de Orlândia, e membro do GEPEMHEP.

A Dra. Marta Lourenço é membro do International Council of Museums – ICOM e da Society for the Preservation of Natural History Collections, e as suas pesquisas concentram-se nas áreas de museologia, história das coleções, patrimônio científico e patrimônio universitário no Museu Nacional de História Natural e de Ciência, da Universidade de Lisboa – MUHNAC.

Nesse curso, por dois dias, discutiram-se conceitos e terminologia, o significado de artefatos e espécimes, história de museus e coleções, a documentação em coleções e em protocoções e inventário de objetos. Os participantes receberam antecipadamente uma lista bibliográfica sobre o patrimônio da ciência e da tecnologia no Brasil, em Portugal e na Espanha, e realizaram exercícios sobre a descrição de objetos científicos e do preenchimento da ficha matriz na categoria coleção. Um conceito relevante da prática museológica apresentado para os historiadores de ciências é a cultura material, que segundo Jardine<sup>4</sup> (2013, p.4) é:

not Just collector's showpieces and instruments involved in great discoveries, but also the equipment and buildings of the routine discoveries, but also the equipment and buildings of the routine practices and teaching of the sciences. "Biographies of objects", explorations of the making, uses, and fates of particular instruments, are proliferating, as are case studies based on the reconstruction of instruments and re-enactment once performed with them. Moreover, there has been a significant recent surge of interest in the history of the involvements of the sciences with collections and museums.

No ano seguinte, no Clube de Memórias XVIII, realizado em 06 de março de 2014, a autora decidiu transferir aos professores do GEPEMHEP os conhecimentos adquiridos nesse curso ministrado pela Dra. Marta C Lourenço, e que denominou "Preservação do Patrimônio Histórico Educativo da Ciência, da Técnica e da Tecnologia no Centro Paula Souza" com o objetivo de apresentar e discutir definições e conceitos sobre o patrimônio cultural relacionado à ciência, a técnica e a tecnologia, e com a intenção de organizar as práticas escolares e pedagógicas para promover o "IV Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Coleções, Acervos e Centros de Memória".

Nos Clubes de Memórias, o período da manhã, é sempre utilizado para discussões de categorias de investigações ou de experiências bem-sucedidas em instituições que atuam com o patrimônio histórico educativo. Enquanto que, no período da tarde, na roda de conversa, os professores têm a oportunidade de discutirem as suas práticas em desenvolvimento nos projetos de HAE nas escolas técnicas ou projetos de pesquisa nas faculdades de tecnologia.

---

<sup>4</sup> Tradução da autora: não apenas "showpieces" (peças exibidas) e instrumentos de colecionadores envolvidos em grandes descobertas, mas também o equipamento e às construções das descobertas de rotina, mas também o equipamento e os edifícios das práticas rotineiras e ensino das ciências. "Biografias de objetos" explorações da tomada, usos e destinos dos instrumentos particulares, estão a proliferar, assim como estudos de caso com base na reconstrução de instrumentos e repromulgação, uma vez realizada com eles. Além disso, tem havido recente aumento significativo de interesse na história das participações de ciências com coleções e museus.

No Clube de Memórias XVIII, os participantes da Oficina de Leitura encaminharam antecipadamente, as resenhas do artigo “Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia da Atualidade”, de Marcus Granato e Marta C Lourenço (2011), como atividade não presencial, o que garantiu uma rica discussão do texto na oficina. Nesse artigo os autores tratam de uma pesquisa realizada no projeto “Objetos de Ciência e Tecnologia como Fontes Documentais para a História da Ciência” no Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro. Segundo Granato e Lourenço (2011, p. 87) que trabalham com os artefatos científicos e tecnológicos, é importante ressaltar que

[...] todo processo de musealização inicia-se com a seleção e retirada de um objeto de seu contexto original e completa-se com a exposição, onde acontece o encontro entre o público e os artefatos. E para que esse encontro seja o mais produtivo possível é preciso estudar as formas pelas quais o público interage e se relaciona com os artefatos. [...]

Granato e Lourenço (2011, p. 89) ainda informam que durante a execução do projeto de pesquisa “Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa”<sup>5</sup> aconteceram discussões sobre quais são os objetos do patrimônio cultural da ciência e da tecnologia, e que para designar esse tipo de artefatos esses foram denominados “objetos de ciência e tecnologia”.

Durante a oficina de leitura a partir do texto de Granato e Lourenço (2011), apresentou-se aos professores a “Cartilha de orientações gerais para preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia” do Museu de Astronomia e Ciências Afins, dando destaque a ficha de registro que foi adaptada para a Ficha de Registro de Objeto solicitando aos professores do GEPEMHEP a sua inserção na organização dos Centros de Memória ou Acervos Escolares da instituição. Lembrando que nessa adaptação da ficha incluiu-se na sua construção dados da ficha de registro de documentos proposta da professora Dra. Maria Cristina Menezes da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

No período da tarde, na roda de conversa, denominada “Análise de fichas de registro de instrumentos da ciência, da técnica e da tecnologia no Centro Paula Souza” discutiu-se com os professores as fichas de registro de objetos encaminhadas à Cetec, como atividade não presencial dois do Clube de Memórias XVIII, sugerindo: primeiro, empregar os objetos da ciência, da técnica e da tecnologia como fontes primárias em estudos e pesquisas de história da educação profissional e tecnológica, inventariando os acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos nos Centros de Memória ou Acervos Escolares, a fim de relacionar os documentos durante a elaboração das biografias de objetos; segundo, selecionar objetos que possam ser musealizados para sensibilização, valorização e preservação do patrimônio histórico educativo e do patrimônio cultural da ciência, da técnica e da tecnologia no Centro Paula Souza, com o intuito de conservação e divulgação em exposições institucionais e em práticas escolares e pedagógicas.

<sup>5</sup> Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa: <http://chcul.fc.ul.pt/thesaurus>

Para Granato et al. (2010, p.223), o patrimônio cultural também é dinâmico em sua essência, e acompanha a evolução dos campos simbólicos, impossibilitando associá-lo à ideia de permanência. Em relação ao patrimônio cultural da ciência e tecnologia, esses autores consideram que:

[...] o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos (considerando também documentos em suporte papel), inclusive as coleções arqueológicas, etnográficas e espécimes das coleções biológicas, que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico. Também se incluem nesse grande conjunto as construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos. [...]

Nesse ano, o coordenador da Cetec, professor Almério Melquíades de Araújo, questionou a autora e coordenadora do GEPEMHEP sobre quais as possibilidades de se criar o Museu Virtual da Educação Profissional do Centro Paula Souza. Assim sendo, para atender essa demanda a autora decidiu organizar o próximo Clube de Memórias, discutindo coletivamente, as possibilidades. Antecipadamente, a autora convidou professores de Centros de Memória que são divulgados em sites de escolas técnicas e de faculdade de tecnologia para fazerem apresentações ao grupo. O professor Carlos Eduardo Ribeiro foi convidado a participar do GEPEMHEP, como técnico de informática, a fim de reformular o atual site de memórias, ouvindo os professores nessa capacitação.

O Clube de Memórias XIX, foi realizado entre 7 e 8 de agosto de 2014, e denominado “Práticas pedagógicas de comunicação: inventário, digitalização e divulgação do patrimônio histórico educativo no site da escola”, com a finalidade de discutir a experiência do projeto “Inventário e Digitalização do Patrimônio Museológico da Educação”, desenvolvido pelo Ministério da Educação português e apresentar experiências desenvolvidas por docentes em projetos de HAE ou de extensão, referentes à divulgação dos Centros de Memória em sites das unidades escolares ou faculdades de tecnologia, com o objetivo de reestruturar o site do Grupo de Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica com a participação de seus membros (Figura 10).



**Figura 10** – Home do site [www.cpsctec.com.br/memorias](http://www.cpsctec.com.br/memorias) em 2014.

Em 07 de agosto realizamos a oficina de leitura discutindo o texto “Inventário e digitalização do patrimônio museológico da educação – um projecto de preservação e valorização do patrimônio educativo” de Maria João Mogarro, Fernanda Gonçalves, José Casimiro e Inês Oliveira, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (MOGARRO, GONÇALVES, OLIVEIRA, 2010) para conhecer o processo de musealização e prospectar as categorias empregadas nas classificações de objetos dos liceus portugueses.

No período da tarde, realizamos a roda de conversa “Práticas pedagógicas de comunicação: sites dos Centros de Memória no Centro Paula Souza”, e cujas apresentações estão relacionadas a seguir:

- Centro de Memória Etec Cônego José Bento: desafios e perspectivas  
Julia Naomi Kanazawa (Etec Cônego José Bento, de Jacarei)
- Centros de Memória da Fatec Itu e da Fatec Jundiaí: organização de acervos e implementação de um sistema de informação para gerir a base de dados  
Sueli Soares dos Santos Batista (Fatec Jundiaí)
- Acessibilidade ao Centro de Memória da ETEC João Gomes de Araújo  
Cilmara Aparecida Ribeiro (Etec João Gomes de Araújo, de Pindamonhangaba)
- Os Cinquenta Anos da Etec José Rocha Mendes e a Preservação da Memória  
Paulo Eduardo da Silva (Etec José Rocha Mendes, em São Paulo)

Após as apresentações sobre os sites dos Centros de Memória nas unidades escolares e na faculdade de tecnologia, realizou-se o “Observatório da equipe de informática do GEPEMHEP”, com a participação do coordenador de projetos de informática, professor Carlos Eduardo Ribeiro, da Cetec, e da professora Célia Corazza, da Etec Albert Einstein, e que a partir deste evento darão continuidade aos seus projetos de HAE para promoverem adaptações no site de memórias para gestão de documentos e acesso aos arquivos históricos institucionais.

Durante esse observatório a autora salientou que para criar um “Sistema de Informação para os Acervos de Centros de Memória” é necessário dispor de um vocabulário controlado da educação profissional e tecnológica para descrever e inventariar os acervos documentais (textual, iconográfico e audiovisual), bibliográficos e museológicos nos Centros de Memória, em cada unidade escolar, com a finalidade de criar metadados para o Centro de Memória Virtual da Educação Profissional e Tecnológica, e facilitar a comunicação em rede e a otimização de recursos. Informou que para elaboração das fichas de registro de objetos os professores do GEPEMHEP deverão consultar as referências de arquivística e de museologia apresentadas no Quadro 2, no Anexo II. Para Camargo (2010b)

Coisas, artefatos ou objetos – qual seria a melhor maneira de nomeá-los? A rigor, nenhum desses termos recobriria com perfeição e de maneira excludente o material que, nos arquivos, alcança por vezes o estatuto de documento. Os estudos sobre a linguagem que têm enfatizado, por outro lado, que todo ato escrito supõe a fabricação de um artefato (objeto escrito), o que retira deste termo a força que o poderia distanciar do texto.

A partir das fichas de registro de objetos as regras para classificação de documentos será a da NOBRADE (BRASIL, 2006) e entre os descritores para objetos da ciência e da tecnologia deverão constar os do Thesaurus Acervos Científicos em Língua Portuguesa, elaborados pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e pelo Museu de História Natural e de Ciência da Universidade de Lisboa. (GRANATO e LOURENÇO, 2010). Le Goff (2008) ao referir-se à revolução tecnológica disse que:

[...] A intervenção do computador comporta uma nova periodização na memória histórica: produz-se, a partir de então, um corte fundamental no momento em que se podem constituir séries [...], tem-se dorovante, uma idade pré-estatística e uma idade quantitativa. [...] A história quantitativa não é nem uma revolução puramente tecnológica, nem a consequência de uma emergência do número na história. Não é imposta nem pelo computador e nem pelo passado. Como observa Glénisson, no século XIX, ao princípio era o documento; hoje, ao princípio é o problema. É uma “revolução da consciência historiográfica” (Furet, 1974, p.53 – citado em Le Goff, 2008, p.532)

No dia seguinte, 8 de agosto de 2014, demos prosseguimento ao Clube de Memórias XIX, com os professores participando de uma visita guiada ao Arquivo do Estado de São Paulo, que é referência nacional em instalações de acervos e, no período da tarde, os professores participaram do “Seminário: O emprego do conceito de educação comparada para livros didáticos em história da educação”, ministrado pela Dra. Maria Cristina Menezes da FE/UNICAMP no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza.

Os livros didáticos fazem parte dos nossos projetos de estudos e pesquisas de educação para a preservação e sensibilização do patrimônio histórico e educativo e de parcerias que estamos articulando com a Biblioteca Nacional de Maestros da Argentina<sup>6</sup> e com a Benemérita Escuela Normal de San Luís de Potossí, no México que possuem arquivos históricos com obras raras. Assim sendo, a educação comparada passa ser mais uma categoria de investigação para os professores do GEPEMHEP no Centro Paula Souza.

## Concluindo

No Brasil, políticas públicas relacionadas com o Patrimônio Histórico Educativo e o Patrimônio Cultural e Tecnológico para disseminação de informações a população é recente. O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC foi instituído pela Lei Federal Nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, com o Plano Nacional de Cultura – PNC, que cria o SNIIC, declarando: no artigo 2º, inciso II, proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; no inciso IV, promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções. Enquanto que no artigo 3º, diz que compete ao poder público, nos termos desta Lei: inciso VI, garantir as políticas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, os documentos históricos, acervos e coleções,

<sup>6</sup> Em 2013, realizamos no Centro Paula Souza a Jornada Internacional Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico da Educação Profissional, entre 5 e 6 de setembro, em parceria com a Biblioteca Nacional de Maestros da Argentina. Mais informações no site [www.cpsctec.com.br/memorias](http://www.cpsctec.com.br/memorias)

as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileiras. Em 2013, foi instituído o estatuto de museus, que criou o IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, por meio do decreto Nº 8.124 de 17 de outubro (BRASIL, 2013).

No estado de São Paulo, o governo criou o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, que é uma unidade de atendimento instituída em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual com a finalidade de assegurar aos cidadãos o acesso pleno aos dados, informações e documentos públicos, nos termos da Lei Federal Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e do Decreto Nº 58.052, de 16 de maio de 2012.

Essas políticas públicas instituídas são subsídios para que pesquisadores e gestores se apropriem na busca para a institucionalização dos espaços de memória do patrimônio histórico educativo e do patrimônio da ciência e da tecnologia no nosso país.

A ideia de organizar o espaço do Arquivo Histórico Institucional se deu por meio dos trabalhos desenvolvidos e discutidos nos Clubes de Memórias, que em 2014, tem por finalidade apresentar e discutir definições e conceitos sobre o patrimônio cultural relacionado à ciência, a técnica e a tecnologia, que se encontra nas escolas técnicas e nas faculdades de tecnologia, e que foi empregado nas práticas escolares e pedagógicas do ensino profissional e tecnológico.

O Arquivo Histórico Institucional de Obras Raras está sendo articulado para ser criado no Centro de Memória da Educação Profissional do Centro Paula Souza. Os livros didáticos e as coleções, localizados em bibliotecas, arquivos escolares ou centros de memória, são importantes para a identidade institucional e a construção de saberes escolares, principalmente, quando se celebra 45 anos de existência. O Centro Paula Souza, por ter incorporado escolas centenárias em sua rede, poderá exercer o papel de guardião da história da educação profissional e tecnológica pública no estado de São Paulo.

## Referências Bibliográficas

- ACAM Portinari. Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos**. Diretrizes. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. Disponível em: [https://issuu.com/sisem-sp/docs/documentacao\\_conservacao\\_acervos\\_mu](https://issuu.com/sisem-sp/docs/documentacao_conservacao_acervos_mu). Acesso em: 22 abr 2016.
- ALVES, Julia Falivene. Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo. **Revista Synthesis**, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, n.5, out, p. 31-38. Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/synthesis.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- BARDELA, Zilda. **Cinco lições de química elementar**. Secretaria da Educação e Saúde Pública. Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Publicação 13. 1ª Edição. Santos: Edição do Instituto D. Escolástica Rosa. Escola Profissional Secundária, maio, 1939, 35p. Disponível em: [http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/cinco\\_licoes.pdf](http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/cinco_licoes.pdf)>. Acesso em: 15 de Mar. 2015.

- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2006. <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. 24/12/2013.
- BRASIL. Presidência da República. Ministério da Cultura. Decreto N° 8.124 de 17 de Outubro de 2013. Diário Oficial da União, Ano CL, n° 203, de 18 de outubro de 2013. Institui o Estatuto de Museus, e cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm) Acesso em 6 jan. 2014.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação. Faculdade de Educação/USP/FAPESP, 2010a.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva. **I Seminário serviços de informação em museus**, Pinacoteca do Estado de São Paulo, em São Paulo, 25 e 26 de novembro de 2010b.
- CPS. Centro Paula Souza. **Ementário: Atos Normativos**. CGD/Abril/2014. Disponível em: <http://www.cps.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/cgd/legislacao/ementario-legislacao%20geral-ceeteps.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- CARVALHO, Maria Lucia Mendes (org.). **Cultura, Saberes e Práticas**. Memórias e História da Educação Profissional, São Paulo, Centro Paula Souza, 2011. Disponível em: [http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/cultura\\_saberes\\_praticas.pdf](http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/cultura_saberes_praticas.pdf). Acesso em: 01 mai. 2016
- CARVALHO, Maria Lucia Mendes (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos**. Memórias e História da Educação Profissional, São Paulo, Centro Paula Souza, 2013. Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/curriculos.pdf>. Acesso em: 01 mai 2016.
- CARVALHO, Maria Lucia Mendes (org.). RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. História Oral na Educação: memórias e identidades. e-book. 2014. Disponível em: <http://www.cpsctec.com.br/memorias/arquivos/FalaEscritaCPSPBP.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2016.
- DESVALLÉES, Andre; MAIRESSE, Francois. (org.) **Conceitos-chave de Museologia**. SOARES, Bruno B. CURY, Marilóia X. (tradução e comentários). Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 2013, 98p. Disponível em: [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf). Acesso em: 30 abr. 2016.
- FERREIRA, Zenith Freitas. **Princípios de Alimentação**. Superintendência do Ensino Profissional. Publicação n.19. 1939. 19p. Disponível em: [http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/principios\\_alimentacao.pdf](http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/principios_alimentacao.pdf). Acesso em: 30 abr. 2016.
- GRANATO, Marcus. MAIA, Elias da Silva. SANTOS, Fernanda Pires. CASTRO, Gloria Gelmini de Castro. DAMASCENO, Mariana Silveira. Patrimônio científico brasileiro: inventário nacional de conjuntos de objetos. **IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos países de língua portuguesa e espanhola**, no Rio de Janeiro, em 2013. Disponível em: [http://www.mast.br/pdf/livro\\_de\\_resumos\\_iv\\_siam\\_volume\\_2\\_final.pdf](http://www.mast.br/pdf/livro_de_resumos_iv_siam_volume_2_final.pdf) . Acesso em 04 mar. 2015.
- GRANATO, Marcus. LORENÇO, Marta C. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnológica na Atualidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, n.4, dez.2010/mar.2011. ISSN 2177-4129. Disponível em : <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/25>. Acesso em 30 jan. 2014.
- GRANATO, Marcus. RIBEIRO, Emanuela Souza. CERAVOLO, Suely HANDFAS, Ethel Rosemberg. **Cartilha de Orientações Gerais para Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e**

- Tecnologia.** Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2013, 14p. Disponível em: [http://www.mast.br/pdf/cartilha\\_de\\_orientacoes\\_gerais\\_para\\_preservacao\\_do\\_patrimonio\\_cultural\\_de\\_ciencia\\_e\\_tecnologia\\_ingles.pdf](http://www.mast.br/pdf/cartilha_de_orientacoes_gerais_para_preservacao_do_patrimonio_cultural_de_ciencia_e_tecnologia_ingles.pdf). Acesso em: 30 abr. 2016.
- JARDINE, Nicholas. Reflections on the preservation of recent scientific heritage in dispersed university collections. *Studies in History and Philosophy of Science, set.*, 2013.
- LAURINDO, Arnaldo. **50 anos de Educação Profissional.** Estado de São Paulo. 1911 a 1961. 1ª Ed. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andriolli S.A., 1962.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, 3ª Reimpresão, 2008.
- MENEZES, Maria Cristina et al. (coord.). **Inventário histórico documental: Escola Normal de Campinas** – de escola complementar a instituto de educação (1903 – 1976). Campinas/SP. Faculdade de Educação/UNICAMP, Gráfica Central/UNICAMP, 2009.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene (org). **Álbum Fotográfico – Uma História em Imagens – Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo.** Centro Paula Souza. 1ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002a.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Julia Falivene (org). Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo: **Inventário de Fontes Documentais.** Centro Paula Souza. 1ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002b.
- MOGARRO, Maria João; GUERRA, Marcolina; HENRIQUES, Helder. Cultura Material e Patrimônio Educativo – O Caso do Liceu de Portalegre. In: **XXVIII Encontro da APHES** – Consumo e Cultura Material da Idade Média ao Presente. Minho, Portugal, 2008. Disponível em: <http://www.neps.isc.uminho.pt/aphes28/papers/Mogarro-Guerra-Henriques.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.
- MOGARRO, Maria João. GONÇALVES, Fernanda. CASEMIRO José. OLIVEIRA Inês. Inventário e digitalização do patrimônio museológico da educação – um projecto de preservação e valorização do patrimônio educativo. **Revista História da Educação**, Pelotas, v.14, n.30 p.153-179, Jan/Abr 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28916>. Acesso em 22 mai 2014.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo (10), dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> Acesso em 25 abr 2016.
- POMPÊO DO AMARAL, Francisco. **Os Cursos de Dietética.** Organizados e inaugurados na Superintendência do Ensino Profissional. 1ª Edição. Santos: Edição do Instituto D. Escolástica Rosa. Escola Profissional Secundária, maio, 1939. Disponível em: [http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/carloscampos/livro1939\\_dietetica.pdf](http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/carloscampos/livro1939_dietetica.pdf) . Acesso em 25 abr. 2016.
- POMPÊO DO AMARAL, Francisco. **O Problema do Leite em São Paulo.** Secretaria da Educação e Saúde Pública. Superintendência do Ensino Profissional. Publicação n.28. 1942. 22p. Disponível em: [http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/problema\\_leite.pdf](http://www.cpsctec.com.br/memorias/livros/problema_leite.pdf) Acesso em: 30 abr. 2016.
- SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Revista Online Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, v.2, n.3, p.1-18, jun. 2001. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/viewFile/1886/1727>. Acesso em 30 abr. 16

## Anexo I

Clube de Memórias	Data	Tema
Clube de Memórias I	26/03/09	Como elaborar e divulgar projetos dos Centros de Memória/ Roda de discussão: História Oral.
Clube de Memórias II	03/07/09	<i>O papel do parecerista /orientador nos projetos de memória e história da educação profissional nas unidades escolares do Centro Paula Souza</i>
Clube de Memórias III	25/09/09	A cultura escolar como objeto histórico/ <i>Organização do II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional no Centro Paula Souza (previsto maio/2010)</i>
Clube de Memórias IV	22/02/10	História Oral de Vida: entrevistas – 1º Encontro
Clube de Memórias V	14/04/10	Texto e contexto para Histórias de Vida Oral de Vida – 2º Encontro
Clube de Memórias VI	08/04/11	Centro de Memória na Escola: como e porque montar
Clube de Memórias VII	15/04/11	Recortando Memórias: oficina de edição de vídeos
Clube de Memórias VIII	05/05/11	História do Currículo na educação profissional
Clube de Memórias IX	06/05/11	Fotografias e Memórias
Clube de Memórias X	17/06/11	<i>“Assistir e compreender” Organização do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional no Centro Paula Souza (previsto setembro/2012)</i>
Clube de Memórias XI	29/09/11	Não aconteceu
Clube de Memórias XII	15/02/12	Educação Patrimonial e Acervos Escolares
Clube de Memórias XIII	03/5/2012	Oficina sobre a História das Disciplinas Escolares
Clube de Memórias XIV	07/12/12	Memórias e História da Educação Profissional: retrospectiva dos projetos de HAE e prospecção para 2013
Clube de Memórias XV	21/02/13	Patrimônio Educativo: arquivos escolares e a história da educação profissional
Clube de Memórias XVI	11/04/13	História dos currículos e das disciplinas por meio dos livros escolares.
Clube de Memórias XVII	12/11/13	Currículos e livros escolares como fontes de pesquisa para a História da Educação Profissional
Clube de Memórias XVIII	06/03/14	<i>Preservação do Patrimônio Histórico Educativo da Ciência, da Técnica e da Tecnologia no Centro Paula Souza Organização do IV Encontro de Memórias e História da Educação Profissional no Centro Paula Souza (previsto 6 e 7 de outubro/2014)</i>
Clube de Memórias XIX	07 e 08/08/14	Práticas pedagógicas de comunicação: inventário, digitalização e divulgação do patrimônio histórico educativo no site da escola/ <b>Visita guiada ao Arquivo do Estado de São Paulo/</b> Seminário “O emprego do conceito de educação comparada para livros didáticos em história da educação”

## Anexo II

Numero de Termos	Fonte Bibliográfica de Vocabulário Controlado		
21 Termos	Conceitos – chave de museologia (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013)		
	Arquitetura Coleção Comunicação Educação Ética Exposição Gestão	Instituição Mediação Museal Musealização Museografia Museologia Museu	Objetos Público Preservação Patrimônio Pesquisa Profissão Sociedade
31 Termos	Documentação e Conservação de Acervos Museológicos (ACM PORTINARI, 2010)		
	Ação Educativa Acervo Artefato Catalogação Classificação Coleção Coleta Comodato Conservação Curadoria de coleções Curadoria de exposições Documentação museológica Documento gerado Ecofato	Exame Expografia Inventário Legado Metadados Musealização Museologia Museu	Sistemas de ações museológicas Tombamento Tratamento técnico  Organizações sociais da cultura Patrimônio cultural Pesquisa Preservação Reserva técnica Restauração
	Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO, 2010a)		
	Catalogação na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo Centro de Memória da FEUSP/FAPESP,2010		
228 termos	Centro Paula Souza – Ementário: Atos Normativos Centro Geral de Documentação /Abril/2014 – CEETEPS Legislação estadual / Legislação federal/ MEC/ CEE Fonte: <a href="http://www.cps.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/cgd/legislacao/ementario-legislacao%20geral-ceeteps.pdf">http://www.cps.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/cgd/legislacao/ementario-legislacao%20geral-ceeteps.pdf</a>		
1153 termos	Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa: <a href="http://thesauronline.museus.ul.pt">http://thesauronline.museus.ul.pt</a> <a href="http://www.mast.br/hotsite_museologia/thesaurus.html/">http://www.mast.br/hotsite_museologia/thesaurus.html/</a>		

**Quadro 2** – Fontes de vocabulários controlados para documentos: arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

# CÔNEGO JOSÉ BENTO: TRAJETÓRIAS DE VIDA E PROFISSIONAL À IDENTIDADE DA ETEC CÔNEGO JOSÉ BENTO

**Júlia Naomi Kanazawa**

Escola Técnica Estadual Cônego José Bento

---

## Introdução

Considerando a proximidade da Escola Técnica Estadual (Etec) Cônego José Bento completar 80 anos de criação no dia 5 de julho de 2015, e também a sua contribuição significativa – como instituição escolar – para o desenvolvimento do ensino regular e técnico no município e região ao longo dos anos, foi desenvolvido o presente estudo, que teve como objetivos recuperar as trajetórias de vida e profissional de Cônego José Bento, bem como a trajetória da instituição escolar, da qual ele é patrono desde 19 de novembro de 1940, pelo Decreto Nº 11.588. Na trajetória da Etec serão destacados os cursos que ela ofereceu e oferece, o público escolar e o seu papel na sociedade.

Cônego José Bento também dá nome ao Centro de Memória da escola, que foi inaugurado em dezembro de 2000. Assim esse estudo, igualmente, recuperou a trajetória do Centro de Memória e seu papel na comunidade escolar como lugar vivo e dinâmico na difusão de processos de produção de saberes e de conhecimentos na educação profissional e tecnológica.

A pesquisa foi realizada coletivamente, envolvendo a docente responsável pelo Centro de Memória Etec Cônego José Bento e alunos, que investigaram e coletaram informações em documentos escritos – testamento, legislações, acordo entre partes, relatório, escrituras e jornais locais -, e em documentos imagéticos – fotografias, plantas e pintura, arquivados no Centro de Memória da Etec Cônego José Bento e no Arquivo Público e Histórico de Jacaréí.

## Cônego José Bento

José Bento de Andrade, Cônego José Bento (Figura 1), nasceu em Jacaréí no dia 22 de novembro de 1822. Era filho de Miguel Nunes de Siqueira e de Claudina Maria de Andrade, e conviveu sua infância em companhia da avó Maria da Penha, na propriedade agrícola que ela possuía no município.



**Figura 1** – Fotografia da pintura de Cónego José Bento, s/d. Personalidade que dá nome à Escola.

Fonte: Acervo do Centro de Memória Etec Cónego José Bento, em 2014.

Seguiu para Santos, a fim de prosseguir os seus estudos, porém, pouco tempo depois sua avó o chamou para dirigir os serviços da propriedade agrícola que possuía como feitor de escravos. José Bento opôs-se à decisão de Maria da Penha, já que tinha outras aspirações. Ela acabou desistindo e tratou de lhe arrumar um professor capaz de orientá-lo nos estudos.

Convidado pelo bispo D. Antônio Joaquim de Mello para ser seu servidor, José percorreu inúmeras cidades das Províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pregando o santo-sacramento do Crisma. As esmolas recolhidas durante sua peregrinação destinavam-se a construção do Seminário Episcopal de São Paulo. Recebeu o título de Cónego Honorário da Corporação dos Cónegos de São Paulo e, em ato contínuo foi nomeado Vigário desta Paróquia.

Quando seu irmão mais novo, Padre João Francisco de Siqueira Andrade, que era voluntário da Pátria e fundador da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, na cidade de Petrópolis, para meninas órfãs faleceu, Bento foi nomeado por meio de testamento, seu sucessor para a direção daquela instituição, onde realizou diversas reformas que se faziam necessárias. Concluiu sua formação acadêmica na cidade de São Paulo e ordenou-se sacerdote pelo Bispado do Rio de Janeiro. Nomeado vigário prestou serviço nas paróquias de Santa Izabel e Nossa Sra. da Imaculada Conceição e, posteriormente, solicitou sua remoção para a cidade de Caçapava onde ficou por alguns anos.

Retornou a Jacareí e recebeu, por doação, um sítio distante, aproximadamente três quilômetros do centro da cidade e onde, em 1885, fundou o Colégio São Miguel, o “Coleginho”, como era chamado. Ali ele acolheu os meninos órfãos, abandonados que viviam nas ruas da cidade em plena miséria. Deu-lhes abrigo e alimentação, que também era doada. Ministrou ensino religioso; ensinou a ler e a escrever e, preocupado com eles na fase adulta, ensinou-lhes também os ofícios de alfaiate, pedreiro e sapateiro.

Vivia humildemente, mas como mantinha boas relações com as famílias abastadas da região e da cidade de São Paulo, que contribuíam com doações, foi possível continuar a realizar suas obras. Depois de anos de luta e peregrinação Cônego José Bento foi vítima de paralisia, que o impediu de caminhar com suas próprias pernas. Mesmo assim continuou a ministrar os seus ensinamentos, com o auxílio de uma cadeira de rodas. Faleceu no dia 18 de junho de 1897.

No entanto, preocupado com o destino dos órfãos, deixou um testamento e nomeou uma pessoa de sua confiança para efetuar a sua leitura. Segundo o testamento, era de sua vontade:

[...] não admitir no Colégio São Miguel si não meninos exclusivamente pobres e expostos ao desamparo e na miséria os quais deverom ser educados na religião e no trabalho dando-se aos mesmos instrução primária e secundária de acordo com suas inteligências.

### III

[...] Se acontecer eu falecer antes de ter terminado a entrega deste Colégio a algum a congregação, fica encarregado desta missão o meu testamenteiro e sucessor.

### V

Só pôr sua morte ou pôr qualquer outra circunstância lhe seja obrigado a deixar esta instituição, ficara o Colégio São Miguel sob a direção inspeção cuidado e zelo apostólico perpetuo do excelentíssimo prelado diocesano o mesmo meu testamenteiro alem da direção espiritual da casa da qual fica encarregado devera dirigir administrar todos os mais negócios relativos a esta pia instituição como pôr exemplo receber pôr si ou pôr seus procuradores os rendimentos do patrimônio do Colégio São Miguel.

### VIII

[...] possui esta instituição como patrimônio os seguintes bens Um sítio distante três quilômetros desta cidade onde tem funcionado o Colégio, doação feita ultimamente pelo benfeitor SR. Eduardo Prates, um terreno na rua Barão de Jacarey, onde se esta começando o grande edifício e onde devera ser mudado o Colégio São Miguel, alem disto mais em uma herança deixada pelo caridoso benfeitor Joaquim Floriano Wanderley, pendente da realização e liquidação do inventário disposição testamentária sendo o calculo desta herança para mais de trezentos contos de reis benefício feito em favor da orfandade e exposta ao desamparo nosso as disposições acima constitui a base do programa que a face de deus eu me comprometi executar nomeio e constituo meu testamenteiro e sucessor o SR. Cônego Amador Bueno de Barros, protetores o coronel Francisco Antonio de Lima e José Bonifácio de Mattos, e pôr esta hei pôr feito este testamento e declarado a minha vontade e rogo as justças a república o façam cumprir guardar como nele se contem e declara, humildemente suplico a Santa Sé Apostólica Romana todas as benções e graças de que precisa uma instituição desta ordem a fim de que possa prestar a religião e a humanidade os benefícios correspondentes a este fim, ao meu testamenteiro peço a esmola de dar a meu corpo humilde sepultura e os sufrágios pôr minha alma a sua vontade e pôr verdade dato e assino e faço a provar,

São Paulo 12 de março de 1897, o cônego  
José Bento de Andrade"

## Escola Técnica Estadual Cônego José Bento (1935 – 2014)

No dia 5 de julho de 1935 foi criada a Escola Profissional Agrícola-Industrial de Jacareí (Figura 2) – segunda no Estado de São Paulo que oferecia um curso técnico na área agrícola – pelo então governador do Estado de São Paulo Armando de Salles de Oliveira, considerando a necessidade de localizar uma escola técnica-profissional servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, devido ao desenvolvimento da agrimensura e pecuária nessa zona.

No entanto, por falta de instalações, a Escola iniciou suas atividades administrativas em 1936 e as atividades escolares em 1937. Numa área de 35 alqueires, cedida pelo Bispado de Taubaté e posteriormente desapropriada pelo governo do Estado de São Paulo, começaram-se a construir as instalações para o funcionamento da Escola.

Embora prevista para iniciar suas atividades em 1936, isso não foi possível, em virtude do andamento das construções. Somente em 27 de setembro de 1937, começaram as aulas, com a finalidade de preparar operários, mestres de cultura, capatazes, administradores agrícolas e ainda formar donas de casa, orientadas para as atividades de campo.

Com uma turma de 54 alunos, iniciou-se o curso agrícola, no período diurno, com a seção somente masculina. Do total destes alunos, 42 eram filhos de pais brasileiros e 12 de pais estrangeiros. Vinte e quatro deles foram admitidos no internato.



**Figura 2** – Fotografia do prédio administrativo, década de 1930.

Fonte: Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, em 2014.

O primeiro diretor, Mário França, projetou a Escola pelo desenvolvimento do campo experimental, principalmente do cultivo de trigo e centeio, que era modelo no estado de São Paulo (Figura 3). A Escola foi considerada um dos estabelecimentos modelo de São Paulo na produção da variedade de trigo Santa Catarina.



**Figura 3** – Fotografia do campo de produção de trigo, década de 1930. Entre a plantação, um aluno ao lado de uma mira.

Fonte: Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento, em 2014.

A área de criações de aves (Figura 4) também foi uma de suas preocupações durante a sua gestão. O jornal *Folha do Povo* destacou a participação da Escola também na II Exposição Regional de Pecuária, em Pindamonhangaba

#### **Escola Profissional de Jacarehy**

Com bastante êxito, a Escola Profissional Agrícola Industrial Mixta desta cidade, devida pelo Professor Mario França, tomou parte na II Exposição Regional de Pecuária, realizada em Pindamonhangaba, nos dias 6,7 e 8 do fluente.

Esse certame\_\_um índice incontestável da riqueza do Valle do Parahyba \_\_foi inaugurado pelo Exmo. Sr. Dr. Adhemar de Barros dd. Interventor Federal neste Estado, estando presentes ao acto o Sr. José Lerry Sobinho, Secretario da Agricultura e altas autoridades da administração publica.

A nossa Escola Profissional enviou para a referida esposição belísimos exemplares de aves. Lá notamos quinas de Rhods e de Leghorns, sem favor nenhum, as mais lindas aves em exposição.

Em logar de destaque ficaram também ficaram frangas Catalons e Rhods.

Chamou particular atenção do Sr. Interventor, a exposição de galhos feita pela nossa escola Agrícola, com a declaração seguinte, em grossos caracteres: \_\_\_<<Focamos bens reprodutores por frangos communs.>>\_\_S. Excia. Apreciou este trabalho educacional que a nossa Escola, sem alarde vem executando há longo tempo, com grande proveito entre os que se dedicam á avicultura com grande proveito entre os que se dedicam á avicultura. Os graphicos estatísticos foram também muito suggestivos procando a admiração e commentarios dos entendidos no assunto.

Um dos referidos graphicos demonstrava uma produção de 68.366 ovos pelo aviário da nossa Escola, há 3 annos, com 40 reproducapenas.

Outro graphico que se destacavam pelo seu valor educativo, foi o que se refere ao valor em mundo e que é o seguinte: Dinamarca, 3.513.000; China, 2.598.000; Paizes Baixas,

1.545.000; Austrália, 948.00; Estado Livre da Irlanda, 797.000; Polônia, 710.000; Bélgica 229.000; União Sul Africana, 210.000; diversos países, 1.841.00.

Terminava esse gráfico com a seguinte e dolorosa interrogação:

—<< Avicultores! até quando o Brasil estará no sol “Diversos países”?>>

*Folha do Povo*, 21 de abr. de 1940.



**Figura 4** – Fotografia do aviário, década de 1930. Fonte: Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento, em 2014.

Em 18 de novembro de 1940, passou a denominar-se Cônego José Bento, pelo decreto nº 11.588, alterando-se a denominação para Escola Profissional Agrícola Mista “Cônego José Bento”.

As alunas, de acordo com o Livro de chamada da Seção Feminina da Escola Industrial Mista Cônego José Bento, de fevereiro de 1948, somente foram admitidas, a partir de 1948, com uma turma de 65 alunas regulares e 11 ouvintes. Ao contrário dos alunos, não estudavam em regime de internato.

Com o lema de que no Brasil, as profissões de mestre e a de técnico agrícola eram das mais nobres e indispensáveis e que garantiria a estabilidade econômica do Brasil, à Escola Agrícola, coube principalmente, dar uma profissão agrícola aos jovens, ensinando-os a trabalhar na agricultura e na criação.

Dessa forma, durante décadas, a Escola ofereceu o curso técnico ligado à agricultura e à pecuária. Na década de 1990 passou a ampliar o seu leque de cursos, oferecendo Administração e Florestal. E, atualmente, oferece os cursos Ensino Médio, Ensino Técnico integrado ao Médio e os Cursos Técnicos em Agropecuária, Meio Ambiente, Florestas, Administração, Logística, Química e Redes em Computadores, para um público diversificado.

## Centro de Memória Etec Cônego José Bento

Cônego José Bento também dá nome ao Centro de Memória da escola técnica, que foi inaugurado em 18 dezembro de 2000. O processo de sua organização demandou esforços e foi resultado de muito trabalho e projetos coletivos. O Projeto de Pesquisa “O ensino público profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais”<sup>1</sup>, desenvolvido em conjunto com o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/CMFE-USP, o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza-CEETEPS e a Fundação de Amparo à Pesquisa-FAPESP, foi decisivo para a implantação deste Centro.

Durante a sua trajetória o Centro de Memória vem desempenhando seu papel na comunidade escolar como lugar vivo e dinâmico na difusão de processos de produção de saberes e de conhecimentos na educação profissional e tecnológica, tanto por meio da docente responsável pelo Centro de Memória como pelos alunos.

Quanto aos discentes, um dos primeiros trabalhos realizados foi a pesquisa de natureza histórica, intitulada “A ETEC Cônego José Bento nas décadas de 1930, 1940 e 1950 nos jornais *A Folha do Povo* e *O Combate*”, e desenvolvidas pelas alunas do Ensino Médio: Dayany Oliveira Santos, Paloma Gacic Schon e Sany de Paula Ramos, e por meio de dois jornais do município de Jacaréí. O objetivo foi ampliar o conhecimento sobre a história da Etec Cônego José Bento e refletir sobre a educação escolar discentes, investigou-se como a escola técnica foi divulgada pela imprensa local nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

Com base na leitura e na coleta das matérias foi feito um levantamento quantitativo e da natureza delas, demonstrado, por meio de tabelas e gráficos, bem como análises das matérias e da posição que cada um dos jornais assumiu em relação à Escola. Também por meio de levantamento, de leitura e de sistematização bibliográfica, alguns referenciais teóricos para o estudo foram buscados.

Como resultados, foram identificados, dentre outros, a natureza das matérias e a posição assumida pelos dois jornais em relação à Escola. *A Folha do Povo* publicou trinta matérias no período, relativas aos períodos de matrículas e às inscrições dos cursos oferecidos, às visitas, aos eventos, à integração entre alunos professores e funcionários e aos profissionais que assumiram a direção, sempre de forma descritiva e enaltecida. O jornal *O Combate*, por sua vez, publicou quinze matérias, relacionadas às reformas, aos eventos que ocorreram na Escola, às críticas e insatisfação a determinados fatos ocorridos no seu interior.

---

<sup>1</sup> O Projeto de Pesquisa O ensino público profissionalizante no estado de São Paulo: memória institucional e as transformações histórico espaço-regionais (1998-2002), desenvolvido em parceria com o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa, teve como objetivo principal realizar a guarda da documentação que se encontrava nas escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo. A princípio, nove escolas, inclusive a ETEC Cônego José Bento, foram escolhidas para participar do Projeto. Professores e alunos de cada uma das escolas foram convidados a envolver-se em atividades como levantamento da documentação, localizando-a dentro e fora da escola; participação em oficinas de conservação preventiva de documentos; conceituação arquivística; e discussão do melhor espaço dentro da escola que poderia abrigar os arquivos.

Outra pesquisa denominada “Reminiscências e significados de uma época” foi realizada pelas alunas Mirian Noemi Silva da Costa e Thais Brito Souza com os troféus, com o objetivo de investigar e estudar os eventos que a Etec Cônego José Bento participou nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000.

O aluno Renan de Salles Flores Garcia Ferraz, desde o seu ingresso na primeira série do Ensino Médio, em 2012, tem se envolvido sistematicamente nas atividades organizacionais e de pesquisas do Centro de Memória da Etec Cônego José Bento.

Um dos projetos desenvolvidos por ele foi “Objetos escolares: um encontro de múltiplas possibilidades”, com o objetivo de investigar e estudar os equipamentos utilizados durante as aulas do curso Técnico em Agropecuária, oferecido em diferentes modalidades, nas décadas de 1940 a 1980. Esse estudo foi realizado por meio de equipamentos, inventários, fotografias, sites, legislações oficiais e história oral. Além disso, foram levantadas e sistematizadas referências bibliográficas relacionadas à fundamentação teórica e metodológica sobre a cultura material.

Primeiramente, realizou-se a higienização e catalogação dos objetos em uma ficha de identificação do objeto, contendo seus dados gerais (matéria, dimensão, local, cor, estado de conservação), seu histórico. Também para contribuir para a preservação desses equipamentos, elaborou-se um inventário analítico do acervo armazenado em uma base de dados para uso da comunidade escolar e dos pesquisadores. Para solucionar problemas como manuseios freqüentes desses objetos e identificação de dados, organizou-se um acervo digital.

Os resultados de seus trabalhos com o acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento foram reconhecidos e apresentados em Encontros de Memórias, em Mostra e em Encontro de Iniciação Científica Júnior.

No primeiro bimestre de 2014, alunos das 1<sup>as</sup> séries do Ensino Médio e da 1<sup>a</sup> série do Ensino Técnico Integrado ao Médio – Técnico em Administração, realizaram pesquisas sobre os diversos objetos escolares que compõem o acervo do Centro de Memória. Os resultados das pesquisas foram apresentados na 12<sup>a</sup> Semana de Museus, cuja temática nesse ano foi “Museus: coleções criam conexões”, no período de 12 a 18 de maio de 2014.

Quanto à docente responsável pelo Centro de Memória, dentre os trabalhos desenvolvidos, destaca-se o desenvolvido no Projeto HAE 2013 “Seções industrial e técnica do ensino agrícola da Etec Cônego José Bento (1935-1964): arquitetura e currículo”.

Considerando o espaço escolar como fonte de experiência e de aprendizagem, que demonstra na sua materialidade – construções – um sistema de valores sociais e culturais, e considerando a importância da arquitetura escolar para a constituição de um determinado currículo; este estudo teve como objetivo estudar as edificações destinadas às seções industrial e técnica e sua relação com o currículo do ensino agrícola, no período de 1935 a 1964.

O recorte temporal tem como marcos a criação da Escola – 1935 até a sua transferência para a Secretaria da Educação, pela Lei nº 8.407, de 13 de novembro de 1964.

De natureza histórica, a pesquisa empregou a investigação, coleta e análise dos dados a partir de prontuários, livros de ponto, jornais local e regional, fotografias, rela-

tórios escolares, entrevista com a ex-aluna Maria Luiza Rezende, plantas arquitetônicas, arquivados no Centro de Memória Etec Cônego José Bento e no Arquivo Público e Histórico de Jacareí.

As fotografias se constituíram em fontes especiais, pois são portadoras de elementos significativos para a compreensão do tema. Na memória das escolas públicas, elas se constituem em um instrumento de memória institucional e de recordação. Tais registros são objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias consistem em testemunho e representação da escola em determinada época, pois revelam a um só tempo o modo de ser, mas também o de se conceber a escola; além de revelar formas determinadas de os sujeitos se comportarem e representarem seus papéis – professor, aluno, classe etc. Elas trazem informações sobre a cultura material escolar, como os arranjos espaciais – arquitetura, as relações sociais, os contextos humanos – professores, alunos, diretores e suas respectivas posturas.

Como afirma Kossoy (2002, p. 128-129),

[...] exercício fascinante é o de resgatar nomes, hábitos e o dia-a-dia dos moradores [...], o gesto, [...], o explícito e o implícito. [...] as imagens servem para que possamos fazer descobertas, para que possamos preservar a lembrança de certos momentos e das pessoas que nos são caras; para que nossa imagem não se apague; para que não percamos referências do nosso passado, dos nossos valores, da nossa história, dos nossos sonhos [...].

Desse modo, a fotografia escolar possibilitou o conhecimento e forneceu informações sobre a escola. No entanto, ela não reuniu em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele; apesar do seu amplo potencial de informação contido na imagem, não substitui a realidade tal como se deu no passado. (KOSSOY, 1989, p. 72 e 73)

## Considerações finais

Assim como Cônego José Bento que, em 1885, acolheu no Colégio São Miguel, o “Coleginho”, localizado no sítio que recebeu em doação, e distante 3 quilômetros do centro de Jacareí, os meninos órfãos, abandonados que viviam nas ruas da cidade em plena miséria e deu-lhes abrigo e alimentação; ministrou ensino religioso; ensinou a ler e a escrever e, preocupado com eles na fase adulta, ensinou-lhes também os ofícios de alfaiate, pedreiro e sapateiro, a Etec Cônego José Bento, localizada geograficamente em uma área privilegiada, de 33 alqueires, cedida pelo Bispado de Taubaté e, posteriormente, desapropriada pelo governo do Estado de São Paulo, e oferecendo um ensino-aprendizagem de qualidade, vem promovendo o desenvolvimento local e construindo as relações sociais e culturais ao longo de sua existência.

O Centro de Memória Etec Cônego José Bento, por sua vez, vem desempenhando seu papel na comunidade escolar como lugar vivo e dinâmico na difusão de processos de produção de saberes e de conhecimentos na educação profissional e tecnológica.

Há um longo caminho a percorrer para esse trabalho de preservação e salvaguarda de documentos, já que não temos ainda uma política oficial eficaz, mas é uma luta, tendo em vista a sua função social e científica.

Por outro lado, considerando a importância e riqueza das fontes escolares para a compreensão e o conhecimento da história da educação brasileira, nosso objetivo de educadores é continuar a mobilizar a comunidade escolar, envolvendo alunos, professores e funcionários na organização e manutenção do Centro de Memória e de seu acervo escolar, tornando-o dinâmico, seja pela utilização de algumas fontes escolares em sala de aula, seja pela pesquisa docente e discente, seja pela preservação dessas fontes, com métodos adequados, condições de instalação, organização correta e acesso às informações que estão contidas nos documentos. Queremos que os documentos saiam do anonimato e do silêncio aos quais, muitas vezes, são confinados, bem como tenham o seu acesso facilitado para um número cada vez maior de pesquisadores da história da educação.

Além de instrumentos fundamentais para a compreensão da história da nossa escola e da construção da memória educativa, esses documentos permitem apreender a realidade educativa em que foram produzidos, bastando que os pesquisadores lhes confirmem validade.

Concretamente, esses documentos apresentam múltiplas possibilidades de pesquisa científica e podem contribuir para as pesquisas em educação.

## Referências

### Fontes Primárias

Fotografia da pintura de Cônego José Bento, s/d. Personalidade que dá nome à Escola. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

Fotografia do aviário, década de 1930. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

Fotografia do campo de produção de trigo, década de 1930. Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

Fotografia do prédio administrativo, década de 1930. Acervo: Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

Jornal *Folha do Povo*, 21 de abr. de 1940.

Planta da área total da Escola Agrícola e Industrial Mista Cônego José Bento, setembro de 1952. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

Planta da Escola Profissional de Jacarey, 18.12.1935. Acervo do Centro de Memória Etec Cônego José Bento.

Testamento (cópia) de Cônego José Bento de Andrade, 12 de março de 1897.

### Referências Bibliográficas

ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964). **Revista Histedbr on-line**, p. 102-123.

- ARAÚJO, José Carlos e GATTI JR., Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação no Brasil:** instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUF; Campinas: Autores Associados, 2002.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos e GATTI JR., Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação:** instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales, 1929-1989.** Tradução de Nilo Odália, São Paulo: UNESP, 1991.
- BURKE, Peter. **A escrita da História:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes, São Paulo: UNESP, 1992. (Biblioteca básica)
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 14.ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- CORREIA, Ana Paula Pupo. **História e arquitetura escolar:** os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo e ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pró Posições**, v.1, n. 1 (46), jan.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza e GATTI Jr., Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação no Brasil:** instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.
- GONÇALVES, Rita de Cássia. A arquitetura escolar como materialidade do direito desigual à educação. **Ponto de Vista**, v. 1 n. 1 jul/dez 1999.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001, p. 9-44.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história.** SP: Ática, 1989. (Série Princípios)
- KOSSY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 3. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5.ed., Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História:** novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- MACHADO, Lourdes Marcelino. Ensino Agrícola no Estado de São Paulo: Introdução ao Estudo da Relação Trabalho-Educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.74, n.176, p.185-250, jan/abr. 1993.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960).** Disponível em: [www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/.../Dicotomia.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/.../Dicotomia.pdf). Acesso em 30 mai. 2014.

- MOTA, Maria Sarita. Saberes rurais: o caso da fazenda modelo e das escolas rurais do sertão carioca. In: **1º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, UFF, Niterói, 4 a 7 jul. 2006.
- PERGHER, Renan Dinis e outros. Arquitetura escolar: grupos curitibanos da República Velha. Disponível em: [https://revistamdc.files.wordpress.com/2009/07/renan\\_cicau.pdf](https://revistamdc.files.wordpress.com/2009/07/renan_cicau.pdf). Acesso em 30 mai. 2014.
- ROSAI, Eloisa Helena da. E GALERA, Joscey Basseto. **A gestão do espaço físico escolar**: um desafio social. Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1699-8.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1699-8.pdf). Acesso em 30 mai. 2014.
- SILVA, Fábio Luiz da. **A arquitetura escolar como fonte para a história da educação**. Disponível em: [www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/.../aescola/aarquitecturaescolar.pdf](http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/.../aescola/aarquitecturaescolar.pdf). Acesso em 30 mai. 2014.
- VIEIRA, Analúcia de Moraes. **A linguagem da arquitetura na educação** (ESEBA-UFU). Disponível em: [www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_309.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_309.pdf). Acesso em 30 mai. 2014.
- VIEIRA, Analúcia de Moraes. **A arquitetura no espaço-tempo escolar**. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetilhas/article/view/3566>. Acesso em 30 mai. 2014.

# HISTÓRIA E MEMÓRIAS: O INTERNATO MASCULINO DA ETEC DR. JÚLIO CARDOSO

**Joana Célia de Oliveira Borini**  
Escola Técnica Estadual Dr. Júlio Cardoso

## Introdução

A Escola Técnica Estadual (Etec) Dr. Júlio Cardoso, inaugurada dia 24 de abril de 1924, contou com um internato masculino que era utilizado para abrigar alunos da região, que não tinham condições de ir e vir todos os dias, devido a carência de meios de transporte, na década de 1940. O internato masculino, criado no final da década de 1940, e desativado na década de 1970, foi o alvo da pesquisa.

No final da década de 40, diante da procura por alojamentos, a Escola alugou uma casa que serviria de Internato para cerca de 50 alunos, e que funcionou precariamente, enquanto buscava-se apoio do Estado para oficializar a iniciativa. Por meio do Decreto-Lei Nº 21.732, criou-se um internato para abrigar alunos desprovidos de recursos, residentes no município ou procedentes de outras cidades, que desejavam frequentar os cursos do estabelecimento. O imóvel, destinado a tal finalidade, situava-se à Rua Couto Magalhães, tendo sido doado à Sociedade dos Amigos da Escola Industrial pelo Dr. Antônio Petraglia.

O Decreto Nº 20.571, de 14 de junho de 1951, autorizou o funcionamento do internato na Escola Industrial Dr. Júlio Cardoso, de Franca. Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado de São Paulo, considerou o dever social que incumbia ao Estado de facilitar os meios de educação, e que permitiria às classes menos favorecidas à devida formação profissional. Considerou, também, que no orçamento vigente da Superintendência do Ensino Profissional havia verba própria para a instalação do internato. Afirmava que a Escola Industrial “Júlio Cardoso”, de Franca, possuía instalações suficientes para o funcionamento de um internato, e decretou:

**Artigo 1.º** – Fica autorizado o funcionamento, a partir do segundo semestre do corrente ano letivo, de um internato junto à Escola Industrial “Júlio Cardoso”, de Franca, com a finalidade precípua de atender a candidatos desprovidos de recursos, residentes naquela cidade e localidades circunvizinhas, que desejem frequentar os cursos do estabelecimento. **Parágrafo único** – O internato a que se refere este artigo denominar-se-á “Internato S. Eufrásia Amélia Monteiro Petraglia”. **Artigo 2.º** – A admissão, na qualidade de aluno interno, far-se-á após a realização dos exames de admissão, na ordem estrita

da classificação. **Artigo 3.º** – Os candidatos à matrícula como alunos internos, uma vez aprovados nos exames, deverão requerer à Diretoria de Escola, juntando os seguintes documentos: **a)** prova de residência da família, passada por autoridade competente; **b)** atestado de profissão dos pais, em que se declare as pessoas dependentes e respectivos proventos, passado pelo órgão empregador. **Artigo 4.º** – A lotação do internato será fixada anualmente pela Superintendência do Ensino Profissional, de acordo com as possibilidades das instalações e das dotações orçamentárias. **Artigo 5.º** – O funcionamento do internato será regulado dentro de noventa (90) dias, por meio de Regimento, aprovado pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação. **Artigo 6.º** – Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, 14 de junho de 1951. No Parágrafo único, onde se lê: “O internato a que se refere este artigo denominar-se-á “Internato S. Eufrásia Amélia Monteiro Petraglia”. Leia – se: “O internato a que se refere este artigo denominar-se-á” Internato D. Eufrásia Amélia Monteiro Petraglia”.

Com essa denominação, Internato D. Eufrásia Amélia Monteiro Petraglia, o internato chegou a abrigar 50 alunos (COMÉRCIO DA FRANCA 1951). Como prova de reconhecimento ao benemérito doador, vincular-se-ia seu nome à Biblioteca do Colégio.

A Escola Industrial de 1951, época da inauguração do internato, até 1970, quando foi desativado, oferecia os seguintes cursos masculinos: Mecânica de Máquinas; Marcenaria; Fundição; Ajustador Mecânico; Artes de Couro; Desenho Arquitetônico; Construção de Móveis; Desenho Técnico; Torneiro Mecânico; Desenho de Plantas; Artes Industriais; Mecânica Geral; e Confecção de Calçados.

## Objetivos

Analisar os documentos: livros de matrículas; livros de leis; ofícios; fotos, matérias publicadas nos jornais locais, plantas, ofícios, relatórios, entre outros, que se encontram no acervo do Centro de Memória, referentes ao Internato Masculino da Escola Industrial D. Eufrásia Amélia Monteiro Petraglia;

Realizar um encontro de ex-alunos para que se confraternizem e relembrem o tempo de convivência no Internato da Escola Industrial;

Identificar e apresentar práticas escolares no referido período, bem como o dia a dia do internato.

## Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada no acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, durante o ano de 2013 e início do ano de 2014. Inicialmente fez-se um levantamento dos documentos que seriam importantes para a realização da mesma. Os documentos pesquisados foram: oito livros de notas de alunos, sendo que cada livro contém os registros de mais de um curso; livros de matrículas; livros de leis; ofícios; plantas; fotos, matérias publicadas nos jornais locais, entre outros. Posteriormente, fez-se um levantamento por ano, iniciado por 1951, de todos os cursos masculinos que funcionavam na escola.

Após esse levantamento, que durou de fevereiro até o início do mês de abril, iniciou-se o trabalho de agrupamento de cada curso até 1970, ano da desativação do internato masculino.

Observou-se também que alguns cursos masculinos, já funcionavam desde a inauguração da escola, outros foram criados no período pesquisado, como foi o caso da Mestria. Concluída a referida etapa, passou-se para a busca de leis que pudessem comprovar o início do funcionamento do internato. A maioria dos alunos que frequentavam o internato fazia o curso de Mecânica, fato comprovado através de uma ficha preenchida pelos ex-alunos em um encontro realizado na escola dia 09 de novembro de 2013.

Ao analisar as fichas dos alunos do curso de Mecânica, nos livros de notas, no currículo estudado, podemos citar na Cultura Geral que o ensino de Geografia, História e Ciência, não eram ministradas em todos os quatro anos, variava de curso para curso, em alguns a Geografia era ministrada nas 1<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup> séries, a História nas 2<sup>as</sup> e 4<sup>as</sup> séries, enquanto que a Ciência aparecia nas três últimas séries, porém essa regularidade não era mantida.

Recebemos a visita da ex-aluna do curso de Corte e Costura, Neusa Garcia Cezullo, filha do Sr. Garcia, que foi durante 12 anos o responsável pela casa onde funcionava o internato, gentilmente nos ofereceu fotos dos internos da década de 1950 e 1960. As referidas fotos foram gravadas em CD Rom e oferecidas como mimo, no encontro com ex- alunos, realizado em novembro de 2013.

## Resultados e Discussão

Na pesquisa da documentação referente ao arquivo da escola, foi possível traçar um perfil dos alunos que buscavam o ensino profissional. A maioria era filhos de lavradores e comerciantes, seguidos por filhos de operários urbanos ligados a diversas atividades. Quanto à nacionalidade, a maioria era composta por brasileiros, mas pela listagem de nomes é possível perceber um número significativo de descendentes de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos.

No Ensino Industrial Básico (O FRANCANO, 1951), época do funcionamento do internato (Figura 1), as grades curriculares segundo a modalidade escolhida: Mecânica de Máquinas (fundição, forja, serralheria, ajustagem, ferramentaria, máquinas operatrizes, construção e montagem de máquinas); Fundição (modelação, moldação, fundição de ferro, bronze e outros metais); e Marcenaria (marcenaria, tornearia, entalhe manejo de máquinas, estofaria acabamento de móveis).



**Figura 1** – Alunos desenvolvendo trabalhos na oficina mecânica, 1945.

Fonte: Acervo Iconográfico do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2014.

No Industrial Básico, no Curso de Mecânica, constam as disciplinas: – Geografia nas duas primeiras séries e História nas duas últimas séries. Do currículo constavam também as disciplinas: Português, Aritmética e Geometria, Canto, Desenho, Marcenaria, Tecnologia, Acabamento de Móveis, Artes Decorativas, Higiene, Organização, Contabilidade, Mecânica, Fundição, Canto e Educação Física. Por meio do Decreto Federal Nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, que regulamentou a Lei Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, as disciplinas práticas foram englobadas como prática profissional. Em meados de 1950, canto orfeônico passou a denominar-se Educação Musical, tornando-se disciplina avaliada através de notas. O quadro 1, do curso de Mecânica, com início em 1953, retrata uma grande evasão/repetência escolar.

Ano	Curso	1ª série	2ª série	3ª série	Repetência e Evasão
		Alunos	Alunos	Alunos	
1953	Ajustador Mecânico	21	11	04	81%

**Quadro 1** – Índice de evasão e repetência no curso de Mecânica, em 1953.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2014.

## O Internato

No relatório anual de visitas de inspeção, de 1949, Iracema Del Monaco, Técnico de Educação, mostra que o Internato já estava organizado e, naquele momento, estavam lutando para ampliar, a fim de atender aos numerosos pedidos de toda a região. Além disso, a Caixa Escolar criou, durante o ano, uma Cooperativa Escolar, que prestou excelentes benefícios aos alunos em geral, e permitiu uma ampla assistência aos alunos monetariamente necessitados.

No ano de 1949, a Escola Industrial tomou posse, da Granja Santa Maria do Carmo, oferecida gentilmente pelo Dr. Antonio Petraglia, que colocou a disposição da Escola. O Sr Antonio Stefani, servente da Escola, foi designado para cuidar da granja. Após uma reorganização, modificou o curso de inúmeros filetes de água, formando um sistema de irrigação apropriado ao cultivo de verduras e legumes para o sustento dos alunos que frequentavam o refeitório da Escola. Houve a construção de um chiqueiro para a criação de porcos; os resultados foram excelentes, com a produção de gordura e carne para a alimentação dos alunos. Posteriormente, a Escola comprou algumas vacas para a produção de leite para o ano de 1950.

No relatório anual de visitas de inspeção, de 1951, o Técnico de Educação, Celina de Moraes, descreve que Franca é uma cidade que serve uma extensa zona, propiciando a inúmeros municípios, não só do Estado de São Paulo como o de Minas Gerais, os meios essenciais à evasão de seus produtos econômicos. Ressalta que, não é somente nesse setor que se projeta o município. Franca, contando com inúmeras escolas de todos os níveis, a Escola Industrial, é muito procurada pela mocidade estudantil dos municípios compreendidos pela Alta Mogiana e pelo chamado Triângulo Mineiro. Compreendendo a importância desse fator educacional e observando que maior seria o número de estudantes de fora, mormente em nosso Estabelecimento, caso houvesse maiores facilidades de permanência em nossa cidade, sem constantes viagens diárias e nem sempre possíveis, dado o desencontro frequente de horários, a Diretoria intentou desde logo, a solução do importante problema. A solução mais viável, mais prática e mais concisa, seria naturalmente a instalação de um internato que abrigasse mais alunos. A princípio, resolvidos os entraves principais, o local apropriado e refeição, a Diretoria fez instalar como é do conhecimento desse Departamento, o internato das alunas (em prédio particular) e o dos alunos em dependências da própria Escola. O Internato da Escola abrigou em condições precárias, durante o período do ano letivo, 19 alunos, procedentes da zona rural de Franca. Embora com acomodações improvisadas e restritas, foram obtidos os resultados previstos. Foi preciso limitar o número de internos. Dos municípios vizinhos, acorreram inúmeros candidatos a uma vaga em nossa Escola, visto a existência de alojamento. As refeições foram ministradas na Escola, obedecendo sempre às instruções emanadas do Serviço Médico desse Departamento. A Prefeitura local e outras das cidades fronteiriças

contribuíram com verbas especiais para melhor atender às despesas decorrentes de aluguel de prédio, alimentação, roupas de cama, etc., uma vez que a verba oficial era naturalmente insuficiente.

Para o ano de 1952, já contava a Diretoria com verba oficial à altura das necessidades, além de prédio próprio doado ao Estado pelo Dr. Antônio Petraglia. Por meio do Ofício de 16 de abril de 1952, do Técnico em Educação, Celina de Moraes, à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, essa descreve que depois de estudar os Mapas de Alimentação da Escola Industrial de Franca, referente ao mês de março de 1952, fez as seguintes observações:

[...] a) Os cardápios servidos são muito insuficientes e não estão de acordo com os cálculos de princípios alimentares neles expressos. b) A quantidade de carne servida é mínima. Tratando-se de alunos internos não podemos concordar que continue a ser dada essa porcentagem de um produto tão essencial. c) O leite também não é suficiente. O mesmo podendo-se dizer da manteiga e dos ovos. d) Verduras, legumes e frutas não constam do cardápio. Como se vê, seria um absurdo continuar com semelhante regime alimentar. O total de despesas do mês foi de Cr\$ 12.206,40. Ora, a verba dessa Escola para este ano é de Cr\$ 250.000,00, dando uma média de Cr\$ 26.600,00 mensais. Insistimos em que modifique totalmente esse regime deficitário e que os mapas tragam um cálculo exato e não números fictícios, como estão sendo feitos. A Escola mantém um internato e, a quota calórica está muito baixa, pois, a média foi de 2.900 por dia. Seria preciso, pelo menos 3.500 Calorias diárias. Sugerimos que se deem mais leite, carne, manteiga, queijo e ovos, sempre que possível. A verba deste ano permite que sejam despendidos até Cr\$ 25.000,00 por mês, e o total da despesa de mês de Junho foi de Cr\$ 18.786,40. A Escola fez os cálculos do regime alimentar oferecidos aos alunos, de maio a dezembro de 1951, e enviou o mesmo aos órgãos competentes.

Em 1952, por meio do Processo Nº 1804/52 – São Paulo, 29 de julho, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, fez a seguinte avaliação:

[...] no que diz respeito à alimentação, a Escola de Franca forneceu, no início de 1951, uma alimentação deficiente, melhorando, porém, a partir do mês de Junho. Ao analisar o quadro (quadro 2) do valor alimentar das refeições, fornecido pela Escola de Franca no decorrer do ano findo, que colabora com a nossa afirmação de que seria preciso, pelo menos 3.500 Calorias diárias. [...]

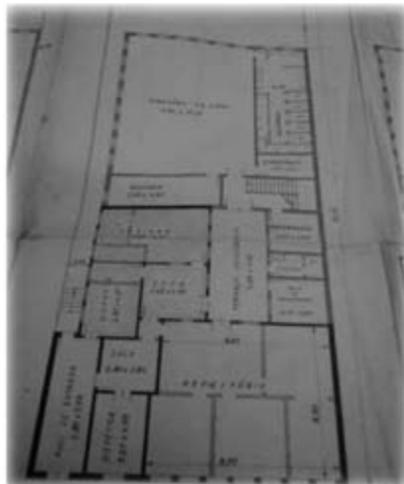
Mês	Proteínas	Gorduras	Hid. Carbono	Calorias
Março	71,0	47,7	328,6	2.024
Abril	80,7	61,9	441,8	2.647
Mai	85,1	75,3	443,8	2.796
Junho	90,2	70,54	503,08	3.010,9
Julho	-	-	-	-
Agosto	87,8	76,7	484,7	2.982,9
Setembro	84,9	87,5	472,3	3.019,9
Outubro	107,4	89,5	509,5	3.237
Novembro	100,6	65,4	508,0	3.025
Dezembro	103,08	65,8	478,0	2.817
Totais	810,78	640,34	4.169,78	25.559,7

**Quadro 2** – Valor nutricional alimentar das refeições fornecidas, em 1951.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2014.

## A Reforma do Internato

Em 1952, através de um projeto (Figuras 2 e 3), a Escola solicitou a reforma do internato, que segundo as vistorias, estava em condições precárias, situado à Rua Couto Magalhães, 681, pertencente à Associação dos Amigos da Escola Industrial, por termo de doação do Sr. Dr. Antonio Petraglia. Os compartimentos do prédio que se destinavam a permanência noturna dos alunos, possuíam apenas uma janela cada um, desprovidas de venezianas, elemento que proporciona ventilação, permanente nos compartimentos destinados ao dormitório. Devido ao estado lastimável que se encontrava o prédio, este não proporcionava facilidades para que aquela administração pudesse manter aquela casa em melhores condições de higiene. O telhado velho e, as paredes, abaixo do forro, apresentavam sinais de água de chuva que corriam parede abaixo; todas as paredes internas e externas encontravam-se rachaduras grandes, e partes desprovidas de revestimento, com tijolos expostos e totalmente desgarrados um do outro. A iluminação deficiente, sendo necessário o uso da iluminação artificial durante o dia. O salão dormitório abrigava 18 camas beliches onde dormiam 36 alunos, as camas ficavam próximas dos vitrô que não podiam ser abertos à noite, por estarem sujeitos as correntes de ar nas cabeças dos alunos; lavanderia estava ainda em piores condições, sem ventilação, sem insolação, ambiente frio e úmido. As instalações sanitárias, construídas no quintal de fora do prédio principal, com quatro vasos e quatro chuveiros para 69 alunos internos e funcionários. Devido às condições precárias em que se encontrava o prédio, o Internato da Escola, necessitava de ser reformado.



**Figura 2 e 3** – Plantas da reforma do Internato.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2014.

## O Cotidiano no Internato

Assim que o internato foi inaugurado, o Sr. José Garcia Peres foi trabalhar de vigilante por indicação de um professor. Ele foi durante 12 anos o responsável pela casa e pelos alunos que lá viviam. Segundo os ex-alunos, o relacionamento do Sr. Garcia com os internos era “firme”, “rígido” e ao mesmo tempo paternal, muitos meninos chegavam com 12, 13 anos e choravam a ausência dos pais. A rotina do Sr. José começava pela manhã, recolhendo as crianças e jovens que em fila, dois a dois e de mãos dadas, ouviam seu apito, sinal para que seguissem até a escola, distante três quadras. A princípio as crianças almoçavam na própria escola e posteriormente passaram a fazer refeições no internato (Figuras 4 e 5). Dentro do internato as crianças seguiam normas disciplinares severas com horário para acordar e dormir, arrumavam as próprias camas e tinham direito a uma folga no domingo, dia em que era permitido se ausentar para ir ao cinema, à missa ou a qualquer outro passeio.

Não raro, essas normas eram desrespeitadas, alunos pulavam as janelas e, como punição ficava sem a folga do domingo. Todas as ocorrências eram anotadas e comunicadas ao diretor. O aluno somente perdia o direito ao internato quando fosse reprovado nos exames da escola. O Sr. Garcia, aconselhava, guardava pertences e dinheiro, alugava caminhão para passear no domingo e chegou a abrigar em sua própria casa os alunos que perdiam o direito ao internato, até que terminassem o curso e, por isso, acabava criando um vínculo afetivo muito forte com eles. Sr. Garcia trabalhou até se aposentar na Escola Industrial.



**Figura 4** – Internato, em 1952.



**Figura 5** – Cozinha do Internato no ano de 1958.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2014.

O internato masculino foi de fundamental importância para alunos que vinham não só de cidades da região como de outras localidades. Na década de 1970, quando já havia sido desativado, era comum encontrar nos jornais da cidade notas com os dizeres “Estudantes estão à procura de quartos”, como a que foi publicada no Comércio da Franca (1971), em que a direção solicitava a quem tivesse quartos disponíveis para serem alugados a cerca de 30 jovens que desejavam “organizar pequenas repúblicas para cursar o Colégio Técnico Industrial”, que entrassem em contato com a escola, observando que as refeições seriam fornecidas na própria escola. Sobre o internato, Antônio Soares Cervila, aluno entre 1956 e 1959, deu o seguinte depoimento:

O internato era uma república de estudantes, na sua maioria, adolescentes. Lá sob a vigilância do Sr. Garcia, vivíamos em perfeita harmonia como se fôssemos todos irmãos. Mesmo com as diferenças de condições sociais, econômicas, religiosas, dificilmente se via um atrito entre os internos, sendo o que predominava era a amizade e a solidariedade, com muitas gozações, porém, prevalecendo, acima de tudo, o respeito. Era comum um emprestar para o outro: roupas, calçados, pasta de dente, perfume, entre outros. Algumas normas de disciplina tinham de ser rigorosamente obedecidas, principalmente, respeitar: os colegas e funcionários, os horários de despertar, recolher, café da manhã, entrar e sair da escola, jantar, fazer as lições de casa à noite e retorno ao internato nos dias liberados para saídas. Distante oito quadras da Industrial, diariamente, nas idas e vindas, uma procissão de alunos apressados para não chegar atrasados na escola ou na volta mais apressados ainda para chegar primeiro na fila do almoço ou jantar, desfilavam na rua General Carneiro, como um pelotão do Tiro de Guerra. A consideração e respeito dos meninos eram absolutos e incontestáveis pelas meninas que semi-internas, apenas tomavam as refeições no Internato, elas também, alunas da escola, alojavam-se em repúblicas nas proximidades do internato. Jamais a sociedade conservadora da época tomou

conhecimento de atos imorais e reprováveis, praticados por casais de namorados da Júlio Cardoso. Graças ao internato da Júlio Cardoso e aos professores, hoje, somos cidadãos plenamente realizados. (CERVILA, 2012)

Um outro depoimento, foi colhido com a entrevista do ex-aluno, interno, José Augusto Brandão, e que foi aluno do curso de Mecânica, entre 1956 e 1958:

Cara Professora Joana Borini, que satisfação e saudades ser levado a falar sobre o Internato da Júlio Cardoso, na Rua Couto Magalhães, local onde passei, talvez, os melhores momentos de minha adolescência. Consegui ser interno graças à benevolência do Prof. Evaristo Fabrício, à época Diretor da Escola Dr. Júlio Cardoso, o qual procurei por não ter moradia em Franca, já que era residente em Igarapava-SP. Era o início do ano de 1956 e a autorização do Prof. Evaristo era válida até “segunda ordem”, mas felizmente lá morei até o fim do curso em 1958. O Internato era apenas para meninos, porém o refeitório também servia a algumas garotas. Não tenho o número exato, mas éramos por volta de 60 a 80 internos e recebíamos atendimento completo, com alojamento, refeições e roupa lavada, tudo sob a severa vigilância do Sr. Garcia, espécie de gerente no local. A estrutura do internato também contava com as cozinheiras, pessoal de limpeza e com uma “dietista” (hoje nutricionista) que cuidava para que tivéssemos alimentação saudável. O cardápio era o básico da cozinha brasileira: arroz, carne, macarrão, legumes, frutas, e, sempre, todos os dias, batatas nas mais variadas preparações, como cozidas, fritas, purê, rosty, com e sem carnes, etc., etc. As regras do internato eram rígidas, e não poderiam ser de outra maneira; só podíamos sair a passeio após o jantar com volta até 21 horas, as quintas e sábados. Alguns mais corajosos se aventuravam a sair em dias não permitidos, usando uma tábua como ponte entre a janela do quarto e caixa d’água e desta para a rua, e fazendo o retorno pelo mesmo caminho, isto quando algum “sacana” não retirava a tábua e deixava o coitado dormindo no quintal, ao frio e relento. Os banheiros não eram os melhores, deixavam a desejar e o banho era frio. As roupas eram lavadas na lavanderia do internato, gratuitamente, e só lavávamos as roupas íntimas, lenços, etc., e quando colocados a secar ao sol, ficávamos todos vigiando para evitar surpresas. Nossa rotina, que era quebrada diuturnamente pelas frequentes bagunças promovidas por quase todos, consistia em jogos de tênis de mesa e só, pois o espaço era minúsculo, não existia televisão nem outro meio de diversão; assim restavam-nos as brincadeiras nem sempre sadias como abrir os armários de colegas e comer as sobremesas ou frutas ali deixadas (escondidas). Veio-me à lembrança o dia em que, ao me levantar e tentar vestir a calça de brim descobri que tinham dado um nó na altura do Joelho e ainda molhado o referido nó para dificultar o desmanche; resultado: perdi parte da primeira aula e ainda levei bronca do Dr. Baldijão, professor de português, e muito conhecido pelo seu mau humor, ao contrário de sua esposa, D. Nenê, também professora, de ciências, conhecida pela delicadeza e simpatia. Nos fins de semana, para quebrar o tédio, jogos de futebol de salão (ainda não era futsal) no pátio da escola, idas a cinema para quem tinha dinheiro para tal absurdo, conversas com as garotas vizinhas na praça defronte ao internato, e as intermináveis lembranças da terra natal, da casa e da comida da mamãe. Hoje, decorridos tantos anos, alguns de nós, ex-alunos, ainda tentamos nos reunir anualmente para tentar reviver este passado em que fomos tão felizes, mas sempre falta algum colega que já se foi. Mesmo assim estas reuniões já são esparsas – a última foi em 2013 e na própria Escola que nos acolheu na juventude e nos preparou como cidadãos. Obrigado pela oportunidade de relembrar esta saudosa época.

O nono encontro dos ex-alunos ocorreu na Quadra da Escola, no dia 09 de novembro de 2013, foram recebidos com um café da manhã, música, apresentações de alunos do Ensino Médio e muitos discursos, sorteios de brindes, entrega de diplomas de honra ao mérito. Após as homenagens, serviu-se um almoço a todos os presentes, em torno de 80 pessoas, sendo: 19 do curso de Mecânica, familiares, ex-alunas, a Direção da Escola, e, mais oito professores da escola. O quadro 3 apresenta os ex-alunos internos que participaram desse encontro.

Nº	Nome do Aluno	Turma (ano)
1	Ademar Batista Correa	1960
2	Albertino Garcia de Paula	1962
3	Alvino Guimaraães	1956
4	Antonio Carlos Margagona	1961
5	Antonio Paulino Marques	1958
6	Antonio Soares da Costa	1963
7	Antonio Soares Cervila	1959
8	Artur Bassi	1961
9	Benedito Francisco da Silva	1959
10	Célio Silva de Souza	1961
11	Célio Poppi	1954
12	Delmo Poppi	1956
13	José Amaro de Castro Barros	1963
14	José Augusto Brandão	1958
15	José Carlos Salermo	1962
16	Juvenal da Silva	1964
17	Lourenço Aguila Lopes Filho	1957
18	Nelson Val de Abreu	1961
19	Sergino Jorge Hauck	1959

**Quadro 3** – Ex-alunos do curso de Mecânica, internos, que participaram do IX Encontro de ex-alunos da Dr. Júlio Cardoso, em 2013, na escola técnica.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Dr. Júlio Cardoso, em 2014.

A ex-aluna do curso de Corte e Costura, Neusa Garcia Cerzullo, filha do Sr. Garcia, esteve presente no 9º Encontro dos ex-alunos, e nos ajudou a identificar algumas fotos. A Dona Nenê (Eufrida Ewbank Seixas), que o ex-aluno se refere em seu depoimento, professora de Ciências, conhecida pela delicadeza e simpatia, hoje com mais de 95 anos, esteve presente no encontro de novembro de 2013, deixou um discurso emocionante.

## Conclusão

Conclui-se que o Internato Masculino da Etec Dr. Júlio Cardoso, já funcionava, mesmo antes do Decreto 20.571, de 14 de junho de 1951, que considerou o dever social que incumbia ao Estado de facilitar os meios de educação que permitiam às classes menos favorecidas a devida formação profissional. Afirmou que no orçamento vigente da Superintendência do Ensino Profissional, havia a existência de verba própria para a instalação do internato, que foi de fundamental importância para alunos que vinham não só de cidades da região como de outras localidades. Assim que o internato foi inaugurado, o Sr José Garcia Peres, foi o responsável pela casa e pelos meninos que chegavam com 11 e 12 anos. E que mesmo estando longe de seus familiares, os internos participavam das reuniões de caráter cívico-social, promovidas pela diretoria, visando à formação moral e cívica dos estudantes, sendo que a elaboração dos programas comemorativos das datas nacionais, ficavam a cargo do Grêmio Estudantil, que realizava campeonatos esportivos, programas festivos como: aniversário da escola e do patrono, festas juninas, piqueniques, festas de confraternização.

Comprova-se que o internato era destinado aos alunos menos favorecidos, principalmente aqueles que residiam na área rural ou em outras cidades. Através dos encontros dos ex-alunos, eles relataram como era viver aos 11 anos de idade, longe da família, por meses e meses sem ter contato. Conviviam com as diferenças de condições sociais, econômicas, religiosas, e, dificilmente ocorriam atritos entre os internos, o que predominava era a amizade e a solidariedade, prevalecia, acima de tudo, o respeito. Mesmo diante das dificuldades, agradecem essa formação ética e moral que receberam.

Na época, com todas as dificuldades, a Escola procurou todos os recursos para manter o internato por mais de 20 anos, e chegou a abrigar 80 internos que recebiam atendimento completo, com alojamento, refeições e roupa lavada, todo o necessário, para que pudessem estudar com a dignidade.

Com o desenvolvimento dos meios de transportes, facilitou as idas e vindas, através de ônibus, fato que contribuiu para a desativação do Internato Masculino D. Eufrásia Amélia Monteiro Petraglia, em 1970. Em 1971, era comum encontrar nos jornais da cidade notas na imprensa local, de estudantes à procura de quartos para serem alugados.

## Referências

### Fontes Primárias

- ALÉM da formação técnica, encaminha os alunos aos cursos normais. **O Francano**, 17 fev.1951.
- CRIADOS diversos cursos de Mestría. **Comércio da Franca**, 26 jun, 1951.
- ESTUDANTES estão à procura de quartos. **Comércio da Franca**, 2 fev.1971.
- FRANCA, na vanguarda dos movimentos educacionais. **O Francano**, 1 abr. 1951.
- Livro de registro de Relatórios dos Diretores, 1945-1965, **Arquivo Permanente da Etec Dr. Júlio Cardoso**.

Livros de Registro de Matrículas 1924– 1970, **Arquivo Permanente da Etec Dr. Júlio Cardoso**.  
MELHORANDO os aspectos técnicos do ensino. **Comércio da Franca**, 12 julho.1951.  
MESTRIA e Industrial Básico. Ofício n.157 de 26 de abr. de 1955.  
ORGÃO DE COOPERAÇÃO ESCOLAR DA INDUSTRIAL. Ata da Assembleia Geral da Instalação oficial do Órgão de Cooperação Escolar da Escola Industrial, 18 de maio de 1961.  
SÃO PAULO. Governo do Estado. Decreto-lei de 30 de janeiro de 1942. Regulamentação da Lei Orgânica do Ensino Industrial.  
SÃO PAULO. Governo do Estado. Decreto-lei Nº 20.296 de 17 de fevereiro de 1951. Regulamentação do Ensino Industrial.  
SÃO PAULO, Governo do Estado, Decreto Nº 20.571, de 14 de junho de 1951, autoriza o funcionamento do internato.  
SILVA, Adriana Vieira Gomes da. Trabalho e educação: ensino profissionalizante em Franca: Escola Industrial “Dr. Júlio Cardoso” 2002. Trabalho de Conclusão de Curso.  
TOMAZINI, Maria Lúcia; ADIB, Mauriel Arley. História e memória da ETESG “Dr. Júlio Cardoso”. 1991. (Acervo do Centro de Memória da Etec Dr.Júlio Cardoso).  
VISITAS de Inspeção. **Relatórios**.1949 – 1959.

## Fontes Orais:

BORINI, Joana Célia de Oliveira. Entrevista com o ex-aluno Antônio Soares Cervila, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr Júlio Cardoso, 28 de abril de 2012.  
BORINI, Joana Célia de Oliveira. Depoimento do ex-aluno José Augusto Brandão, no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr Júlio Cardoso, 22 de setembro de 2013.  
BORINI, Joana Célia de Oliveira. Entrevista com a ex-aluna Neusa Garcia Cerzullo no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Dr Júlio Cardoso, 20 de outubro de 2013.

## Referências Bibliográficas

CARAPONALE, Priscila Ferrer, Cotidiano Escolar: A Escola Profissional de Franca (1924-1942). Tese de mestrado. PUC-SP– Franca, 2007.  
LIMA, Cacilda Comássio, Educação para o Trabalho: A Escola Profissional de Franca (1924-1970). Tese de doutorado. Unesp – Franca, 2007.

# JOSÉ ROCHA MENDES: SINDICALISTA, DEPUTADO E PATRONO

**Paulo Eduardo da Silva**

Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes

## Introdução

Pesquisar sobre a trajetória política de José da Rocha Mendes Filho foi uma experiência enriquecedora e ao mesmo tempo prazerosa. O patrono de nossa Escola Técnica Estadual (Etec) José Rocha Mendes (Figura 1) nasceu no início do século XX e sua atuação política se misturou aos mais importantes lances ocorridos na primeira metade daquele século. O mais fascinante em se contar essa história é que ela tem como pano de fundo o embate entre os Estados Unidos e a União Soviética e a atuação de Rocha Mendes se mistura a todo um contexto que inclui a espionagem de ambos os lados, a caça aos comunistas, o Macarthismo, revoluções pelo mundo e o constante medo de que uma guerra nuclear eclodisse a qualquer momento. Assim colocado, até parece mais um trecho de livro de Ian Fleming, mas na verdade, todos esses elementos fizeram parte do contexto vivido pelo personagem e em vários momentos influenciaram direta ou indiretamente alguns eventos presentes em sua vida política. Tivemos a oportunidade de analisar uma infinidade de documentos produzidos pelo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) paulista entre as décadas de 1940 e 1960, e tentamos montar um perfil de José da Rocha Mendes Filho, procurando identificar entre a documentação, além do político e ativista combativo, os traços do sindicalista e do homem do povo.

A documentação é por si só, muito fria e extremamente burocrática apenas deixando evidente, o “perigoso elemento comunista” e o “agitador das massas” que incomodava tanto a indústria paulista durante o segundo mandato de Getúlio Vargas, quanto os órgãos de repressão do Regime Militar. No entanto, tentaremos ainda estabelecer os aspectos humanos e os compromissos pessoais com a luta do operariado e da própria bandeira do socialismo, que aparentemente, foram o grande compromisso assumido por Rocha Mendes ao longo de toda sua vida pública. Este compromisso o colocou por diversas vezes nas garras dos órgãos de repressão e vez por outra, chegou a ser preso e torturado. Mesmo destituído de seu mandato e colocado no limbo político, Rocha Mendes perseguiu seus ideais socialistas e não abandonou a luta por melhores condições de vida para o operariado. A firmeza de seu caráter e a persistência das opiniões assumidas logo no início de sua carreira política, lhe custaram muito mais que perseguições políticas:

à medida que a repressão política recrudescia, o cerco foi se fechando em torno do ex-deputado que acabou por pagar com a própria vida o fato de não se render às ameaças e pressões do Regime Militar.



**Figura 1** – Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes, na Vila Prudente, em São Paulo.

Fonte: Centro de Memória da Etec José Rocha Mendes, em 2014.

## Um jovem combativo

José Rocha Mendes (Figura 2) começou a trabalhar cedo, se considerarmos os padrões atuais para ingresso no mercado de trabalho. Em 1937 com apenas 14 anos, iniciou sua longa carreira como gráfico na Companhia Paulista de Papéis e Artes Gráficas, onde permaneceu até fins de 1946. Nesta data, o departamento no qual trabalhava foi transferido para outra empresa, a Papelaria Riachuelo no Centro Velho de São Paulo. Rocha Mendes continuou no emprego, mas começou a perceber que a situação dos trabalhadores brasileiros estava muito aquém daquela alcançada por trabalhadores de outros países. Algo teria de ser feito para melhorar as condições de vida e trabalho do operariado paulista. Logo, nosso jovem gráfico perceberia que a situação política nacional e internacional era extremamente complexa e que o Brasil era uma peça chave no cenário latino americano.

A Segunda Guerra Mundial havia terminado e o país começava a se ajustar aos novos tempos. Com o fim da ditadura do Estado Novo e do afastamento de Getúlio Vargas do poder, novas eleições são convocadas. O General Eurico Gaspar Dutra é eleito para o cargo e as esperanças de um país melhor e mais justo ganham novo impulso. A tão aguardada volta da democracia, no entanto, seria bastante efêmera. Os órgãos de repressão montados durante a longa ditadura Vargas continuavam muito ativos e nem havíamos acabado de comemorar o fim dos combates na Europa, estes órgãos já retomavam o combate aos “elementos subversivos”.



**Figura 2** – José Rocha Mendes. Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec José Rocha Mendes, em São Paulo, em 2014.

Buscando seu lugar neste complexo cenário e tentando se defender dos abusos patronais, Rocha Mendes procura se ligar às entidades de defesa dos trabalhadores e começa a participar ativamente do movimento sindical. Em julho de 1947 inscreve-se como membro da Agremiação Paulista de Trabalhadores (APT) tornando-se mais tarde, elemento atuante na diretoria da entidade como responsável pela Comissão de Organização. Esta entidade acabou fechada pelos órgãos de repressão do governo de Eurico Gaspar Dutra, seus arquivos foram apreendidos pela polícia e seus membros processados pelo Estado.

Cabe lembrar que todo este episódio ocorre em plena Guerra Fria, quando a influência norte-americana sobre o governo se fazia sentir com maior intensidade. Os soviéticos haviam conquistado metade da Europa e a Alemanha Nazista então derrotada, era dividida entre a União Soviética e os Estados Unidos. Nesse contexto, a “ameaça comunista” punha em pânico as elites brasileiras e em boa parte da classe média paulista, o que justificava aos olhos de muitos a repressão às entidades de trabalhadores, vistas como foco de greves e badernas.

A repressão, contudo, não se limitou a operários e sindicalistas. O espírito da “caça às bruxas” e o Macarthismo exigiam a cassação dos elementos ligados ao socialismo em seus direitos mais elementares. O próximo passo foi a não diplomação dos deputados eleitos pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) e partidos a ele ligados, bem como elementos que tivessem sido fichados pelo DEOPS. Com isso, Luiz Carlos Prestes e diversos outros candidatos eleitos legitimamente, não puderam assumir seus mandatos parlamentares.

Um relatório reservado do DEOPS nos dá conta de que no mesmo ano de 1947, Rocha Mendes é preso pelos órgãos de repressão por “ter sido encontrado afixando cartazes comunistas contra a cassação de mandatos dos parlamentares comunistas”<sup>1</sup>. Este

<sup>1</sup> Relatório reservado do DEOPS de 29/08/1958.

mesmo relatório informa ainda que ele “é elemento ainda identificado com os ideais comunistas”. Assim que começou a ter consciência da situação da classe operária no Brasil e das ideologias que se digladiavam no cenário internacional, nosso personagem percebe que a luta pela causa socialista deveria passar necessariamente pela manutenção do regime democrático brasileiro e prosseguiu por toda vida na defesa desses ideais e dos grupos mais humildes da sociedade.

Apesar das acusações feitas no relatório serem muito sérias dado o período delimitado pelo qual o Brasil passava no cenário internacional, os órgãos de repressão optaram por não aplicar “procedimento criminal” contra Rocha Mendes, em função da falta de “base legal” neste caso.

O sindicalista prosseguiu em sua luta em favor do operariado em geral e dos gráficos em particular, pois era a essa categoria a que pertencia desde que começou a trabalhar ainda adolescente. Participou de inúmeros atos públicos, greves e passeatas, distribuiu panfletos considerados “subversivos” sendo detido pela polícia diversas vezes e dessa forma, ampliando em muito a ficha policial em poder dos órgãos de repressão. Com uma atuação tão combativa dentro do sindicato, Rocha Mendes foi conquistando o respeito dos colegas de luta e de toda a categoria dos gráficos de São Paulo. Com o tempo, o sindicalista que tinha uma modesta participação na organização de eventos dentro do sindicato, foi galgando degraus até se tornar presidente da entidade. Uma vez nessa posição, Rocha Mendes se tornou ainda mais combativo e atuante, abraçando de vez a causa socialista e trabalhando sem trégua para a vitória de seus ideais.

Ao analisar os primeiros passos de Rocha Mendes na vida sindical paulista, não pudemos deixar de fazer um paralelo com a emblemática figura de patrono de nossa escola e de nosso Centro de Memória. A coragem demonstrada por ele ao encarar as estruturas do poder, especialmente num período muito delicado da história do país são um exemplo para nossos estudantes que se formam técnicos e que ingressam no mercado de trabalho enfrentando dificuldades muito próximas àquelas que nosso patrono enfrentou em sua juventude. Cabe mesmo uma reflexão acerca de quais conteúdos (explícitos ou não) acabaram sendo absorvidos pelos alunos que, sendo membros do Centro de Memória, participaram desta pesquisa e que tiveram contato direto com a documentação, os dramas pessoais, as dificuldades enfrentadas por Rocha Mendes, sua visão de mundo e seus valores. Acreditamos ter sido uma experiência única para nossos alunos ter podido ler em fontes primárias, a trajetória política de um personagem que até aqui, era apenas uma imagem na parede e um nome a ser recordado. Durante nossa pesquisa, o personagem ganhou forma, personalidade, defendeu pontos de vista, se envolveu em situações extremas e mostrou seu caráter e determinação. Os eventos em que Rocha Mendes participou e seus traços de personalidade certamente deixaram impressões positivas nesses alunos e transformaram aquela “imagem na parede” em uma pessoa de carne e osso com um grande passado e uma história de vida que merece ser contada. Foi sem dúvida uma grata surpresa poder descobrir um personagem tão rico e uma feliz coincidência que nossa escola tenha sido escolhida para receber seu nome.

## Viena

Em janeiro de 1953 eclodiu mais uma greve de operários na capital. Foi nessa ocasião que Rocha Mendes foi mais uma vez detido e levado à delegacia do DEOPS para prestar esclarecimentos. O relatório em que consta esta prisão do sindicalista indica que houve “resistência” por parte do sindicalista. Ao fazer declarações ao jornal “Hoje” ligado ao PCB, Rocha Mendes declarou ter sido “brutalmente espancado” pelos agentes policiais, fato obviamente omitido no relatório da polícia.

O ano de 1953 foi marcado por enormes responsabilidades e muito trabalho para Rocha Mendes. Neste ano, foi indicado para o cargo de Secretário da Federação Nacional dos Gráficos, onde além de representar os gráficos de São Paulo, teria também de se ocupar com questões de âmbito nacional e internacional.

Não tardou mesmo a que aparecessem compromissos importantes em nível internacional para que nosso sindicalista fosse requisitado. Por volta de outubro desse mesmo ano, foi escolhido como delegado ao III Congresso Sindical Mundial a ser realizado em Viena, Áustria. Nesse momento, o movimento sindical buscava sua articulação em nível mundial, promovendo encontros e congressos, onde os trabalhadores e principalmente os líderes sindicais pudessem trocar experiências e fortalecer o movimento operário como um todo. Não podemos nos esquecer de que esta estratégia vinha claramente de encontro aos interesses do PCB dentro da lógica de um movimento operário internacional que levasse à vitória da Revolução Socialista nos demais países industrializados. Nesse período, o Macarthismo recrudescia seus ataques e a União Soviética procurava se defender através da contraespionagem e da ampliação de sua influência sobre o movimento sindical dentro do bloco capitalista. O ano de 1953 em que Rocha Mendes vai representar os trabalhadores brasileiros em Viena, é também o ano da condenação à morte do casal Julius e Ethel Rosenberg, acusados de espionagem dentro do programa nuclear americano. Num cenário tão conturbado politicamente, podemos imaginar o risco que representava para um líder sindical sul americano, participar de um congresso visto por todos como francamente comunista e, portanto, subversivo. Não podemos deixar de admirar a coragem e ousadia deste personagem tão combativo, num período especialmente perigoso para o movimento sindical como um todo e principalmente, para alguém que defendesse os ideais socialistas.

Rocha Mendes retorna de Viena no mesmo ano, mas nem assim sua agenda política lhe dá trégua. Muito pelo contrário: sem nenhum descanso, o líder sindical mergulha com extremo afinco num turbilhão de palestras, atos públicos, passeatas e intermináveis reuniões de trabalhadores de todas as origens. Seu ânimo é inesgotável e os compromissos políticos vão se avolumando.

A influência do sindicalista não passa despercebida pelos órgãos de repressão. A essa altura Rocha Mendes se torna uma espécie de alvo preferencial da polícia política exatamente por causa da enorme ascendência que este tem sobre a massa trabalhadora e especialmente, sobre os gráficos de São Paulo. Isso fica bem explícito num relatório reservado datado de 19 de fevereiro de 1954, onde se lê: “Nos gráficos de São Paulo, José

da Rocha Mendes e Benedito Lucas Sales, elementos comunistas, praticamente mandam no respectivo sindicato, estando no momento, preparando uma nova luta”<sup>2</sup>.

O sindicalista não ficaria impune ao assumir um papel de tamanha importância dentro do movimento sindical paulista e brasileiro. A vigilância dos órgãos de repressão seria intensificada na mesma medida em que essa influência crescia e, a partir daí, cada passo e cada palavra deste personagem assumiria relevos nunca vistos anteriormente.

## A panela vazia

Aclamado pela classe trabalhadora paulista, nesse mesmo ano de 1954, José da Rocha Mendes é escolhido como candidato a deputado pelo PCB juntamente com candidatos de outras categorias profissionais. A crise econômica pela qual o país passava naquele momento representava um fardo a mais que os trabalhadores deveriam carregar. A inflação corroía os salários, os gêneros de primeira necessidade aumentavam sem parar e os salários nunca acompanhavam os preços. Muito pelo contrário: segundo documentos da época, bastava que o governo anunciasse estar estudando a possibilidade de revisão do salário mínimo, para que os preços disparassem no varejo. Era um efeito perverso do movimento sindical, pois os trabalhadores pressionavam o governo no sentido de aumentar os salários. Caso fossem bem-sucedidos em ganhar o apoio governamental, os preços automaticamente disparavam anulando qualquer efeito que o salário pudesse ter na vida do trabalhador. Isso era também uma maneira dos empresários protegerem seus lucros, ao mesmo tempo em que mandavam um claro recado ao movimento sindical como um todo.

Foi também nesse período que Rocha Mendes começa a dar maior ênfase à questão da carestia e ao combate aos efeitos nocivos da inflação. Não é à toa que quando inicia sua campanha para deputado estadual, o sindicalista se intitula: “o candidato da panela vazia”, numa clara referência às dificuldades que o trabalhador paulista enfrentava diante da crise econômica que se intensificava ano a ano. Foi a forma encontrada pelo então candidato para atrair seu eleitorado, composto principalmente pela parcela mais sofrida do operariado.

A veemência de seus discursos e sua postura diante dos poderes constituídos não passou despercebida pelos órgãos de repressão. Já falando como candidato diante de uma grande assembleia dos gráficos de São Paulo, Rocha Mendes não economizou munição contra aqueles que ele via como verdadeiros inimigos dos trabalhadores. Um relatório da polícia política datado de 26 de abril de 1954 assim registrou seu discurso:

Usando da palavra, José da Rocha Mendes, assim como outros oradores, atacou os poderes constituídos, o governo de Getúlio Vargas, os governos estaduais e municipais, o delegado regional do trabalho a Federação das Indústrias, declarando-os reacionários e inimigos dos trabalhadores. O presidente do sindicato dos Gráficos (Rocha Mendes), que é um instrumento nas mãos dos comunistas, juntamente com os adeptos do credo

<sup>2</sup> Relatório reservado do DEOPS de 19/02/1954.

vermelho, estão interessados em eleger José da Rocha Mendes deputado estadual. [...] O PCB escolheu vários oradores para falarem no dia 1º de maio, sendo Rocha Mendes um deles, durante as comemorações a serem realizadas no Estádio Proletário do Hipódromo. Rocha Mendes foi também um dos signatários de um manifesto ao proletariado, para que participe dessas manifestações, manifesto esse que foi assinado por outros dirigentes operários comunistas. É presidente da Comissão Paulista de Congelamento de Preços, organismo sob a égide do Partido Comunista e que vem realizando comícios com o intuito de agitar as massas, aproveitando-se da atual alta de preços”<sup>3</sup>

O relatório procura deixar em evidência as ligações profundas do candidato com os comunistas, caracterizando-o como “mero joguete” nas mãos do PCB e de seus membros. No entanto, pelo que pudemos apurar da trajetória política de nosso personagem, José Rocha Mendes estava muito além de compromissos tão rasteiros e sua visão do momento político ultrapassava os limites estreitos da política partidária, como teremos oportunidade de demonstrar mais adiante.

Apesar de bastante identificado com o programa do Partido Comunista, Rocha Mendes teve de sair candidato pela legenda do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido este ligado ao getulismo e a outras correntes sindicais. Essa concessão foi necessária, pelo fato do Partido Comunista ter sido declarado ilegal, justamente devido ao acirramento do macarthismo no plano internacional. Mesmo não sendo deputado pelo seu partido de origem, o candidato não se desviou de seus objetivos e prosseguiu na defesa dos humildes e na busca por condições materiais que pudessem levar à implantação do socialismo no Brasil.

## Deputado

A dedicação de Rocha Mendes aos seus ideais e à classe trabalhadora paulista rendeu frutos. Nosso personagem foi eleito com expressiva votação e o apoio de grande parcela dos trabalhadores sindicalizados ou não. Uma vez eleito, Rocha Mendes alçaria um voo ainda maior dentro do cenário político de São Paulo. Mais do que nunca, usará suas imunidades e sua posição como deputado na defesa do operariado e na consolidação de sua imagem como defensor “das panelas vazias”, contra a carestia e os baixos salários. Essa imagem acompanhará a partir daí o mais novo deputado de São Paulo por toda sua carreira política e se tornará uma marca indissociável de sua atuação junto aos trabalhadores.

Um fato extremamente grave, no entanto, vem nublar esta grande vitória de Rocha Mendes. O suicídio de Getúlio Vargas causa uma enorme reviravolta no cenário político nacional. Os partidários do finado presidente, aproveitando-se do momento político, passam a atacar os opositores de Getúlio, empastelar jornais oposicionistas e voltar sua ira contra todos aqueles que de alguma forma haviam criado entraves à sua atuação. Não nos esqueçamos também, que uma expressiva parcela da população brasileira se uniu a este coro de descontentes, chorando a morte do “Pai dos Pobres”. O funeral de Getúlio foi

<sup>3</sup> Relatório reservado do DEOPS de 26/04/1954.

um dos episódios mais comoventes e ao mesmo tempo, mais impressionantes de que tivemos notícia em qualquer época de nossa história, dada a grandiosidade das multidões que acorreram para prestigiá-lo e as imensas filas formadas para a última homenagem ao presidente morto. Parte dessa comoção, também se voltou contra os comunistas, vistos como “agentes de Moscou”, ateus e que não respeitavam as instituições mais “elementares” como a família ou a propriedade privada.

A perseguição aos comunistas se ampliava. O governo federal fechava o cerco em torno de todos aqueles que mesmo remotamente, pudessem ter qualquer inclinação para as ideias socialistas. Alguns sindicatos passam a sofrer intervenção federal e o próprio mandato de Rocha Mendes passa a ser ameaçado. Havia também o risco de as próximas eleições presidenciais não se realizarem devido ao caos político que se instalou no país e também pelo fato dos setores mais conservadores da sociedade e do Exército se sentirem “acuados” diante de tamanha explosão de conflitos e da própria comoção surgida na esteira deste suicídio.

As enormes incertezas criadas por este momento político singular obrigam nossa personagem a apelar às forças democráticas e ao apoio da imprensa para garantir o respeito à Constituição Federal. Nesse momento, Rocha Mendes recorre especialmente à imprensa operária, que sempre esteve ao lado de sua luta na defesa do Estado de Direito. Em um festival realizado no Teatro Colombo em 08 de março de 1955, Rocha Mendes assim se referiu à importância da imprensa operária:

É com prazer que falo nesta casa, onde tantas vezes estive em atos públicos, lutando ao lado dos trabalhadores em suas reivindicações. Agora o prazer é maior ainda, sendo esta a festa da Imprensa Popular. Estamos aqui para combater os que querem rasgar a Constituição. A nossa presença neste teatro é uma trincheira contra aqueles que querem nos escravizar. Ainda hoje vimos o Ministro do Trabalho com uma simples penada cercar a liberdade dos trabalhadores têxteis, pois proíbe o registro da chapa 1, a chapa que tem os verdadeiros defensores da classe, visando com isso impedir que os têxteis elejam a diretoria que irá defendê-los verdadeiramente. Para com isso ser vencedora uma chapa a serviço do Ministro do Trabalho. Mas nós ainda temos a imprensa livre em nosso país, essa imprensa que nos defenderá contra os desmandos dos maus governos. Os jornais da imprensa popular apresentam suas opiniões livres, a imprensa popular faz tudo para que seja respeitada a liberdade de imprensa. Os jornais da imprensa popular levantaram uma bandeira em defesa dos trabalhadores e das instituições públicas, eles farão tudo para defender a opinião do povo brasileiro e as liberdades públicas<sup>4</sup>.

A despeito do cenário político brasileiro já estar suficientemente conturbado, o deputado tinha ainda de encontrar espaço em sua agenda para se ocupar de questões internacionais. Um relatório reservado do DEOPS datado de 28 de abril de 1955 nos informa de que nesse mesmo ano, ele fez uma viagem à China (que neste momento, já fazia parte do bloco socialista) para se avistar com líderes daquele país. O pretexto para esta viagem seria a comemoração do 1º de maio junto aos trabalhadores chineses, porém dada a filiação de Rocha Mendes com o socialismo, é justo supor que os entendimentos com líderes chineses

<sup>4</sup> Relatório reservado do DEOPS de 29/08/1958.

incluísem futuros acordos políticos e comerciais com o Brasil, caso este passasse a integrar o bloco socialista. Mais do que nunca, o ex-sindicalista perseguia o ideal de um Brasil igualitário, livre da fome e com oportunidades para todos. No ano seguinte, outro relatório nos informa que Rocha Mendes faria outra viagem, desta vez para Helsínki (Finlândia) onde participaria do Movimento Mundial da Paz como representante da classe operária Brasileira.

Havia razões de sobra para a formação de um movimento de âmbito mundial voltado à paz, bem como de um similar no Brasil – a Assembleia Nacional das Forças Pacíficas. Em agosto de 1953 os soviéticos haviam explodido sua primeira bomba atômica o que materializou o pesadelo de uma guerra sem precedentes na história, além de tornar palpável pela primeira vez o risco real de extermínio da raça humana no planeta. Desde os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki o pesadelo atômico passa a fazer parte do imaginário popular e o medo se torna uma presença constante na vida do cidadão e nos noticiários. Isso motivou parte do movimento sindical brasileiro a encampar a luta pela paz mundial e fazer de Rocha Mendes seu representante num fórum que repercutisse para além das fronteiras brasileiras. Isso não reduz a vigilância dos órgãos de repressão sobre o deputado. Muito pelo contrário: a cada viagem, ele se destaca mais e mais diante da massa trabalhadora e seu prestígio e influência só fazem crescer, o que logicamente leva os agentes de segurança a aumentar a vigilância sobre ele. Os agentes do DEOPS se tornam uma verdadeira sombra na vida de Rocha Mendes, vigiando-o dia e noite, seguindo todos os seus passos e fazendo-se onipresentes em todos os ambientes por ele frequentados.

A despeito de toda a vigilância a que era submetido, o deputado da panela vazia continuou incansável na defesa de seus ideais e na busca por um Brasil mais justo. Prosseguindo em sua empreitada, tornou-se Secretário Geral da Federação Nacional dos Gráficos e membro da Federação Sindical Mundial, segundo um relatório de 07 de fevereiro de 1956. Essas novas responsabilidades vão exigir ainda maiores empenhos e novos riscos por parte do deputado.

Em 1957 ele viaja para a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), para participar do IV Congresso Sindical Mundial. Podemos imaginar os riscos representados por esta decisão. Visitar a Alemanha Oriental naquele momento significava “estar do outro lado do espelho” e para um líder operário sul americano, poderia representar a impossibilidade de retorno ao país de origem dada a instabilidade política que já tomava conta do continente. Mesmo assim, Rocha Mendes não se intimidava e não media esforços para marcar suas opiniões e posições políticas. Ao retornar do exterior como já era de costume, o deputado passava por uma verdadeira maratona de palestras, conferências, atos públicos e encontros os mais variados com a classe trabalhadora visando sempre à divulgação das novas ideias e conceitos captados lá fora.

## O fim de um ciclo

Nessa época, o cerco aos comunistas se fechava cada vez mais e Luiz Carlos Prestes havia se tornado o alvo preferido das perseguições voltadas a impedir a atuação política do PCB no âmbito nacional. Em virtude disso, os sindicatos e as associações de

trabalhadores iniciam uma verdadeira campanha pela legalização do PCB e o retorno de Prestes à vida política do país. Fiel a seus princípios, Rocha Mendes se empenha numa infinidade de atos públicos em favor do líder comunista. O momento político, no entanto, não favorecia tais pretensões. Prestes permaneceria proscrito e o enorme empenho de Rocha Mendes não traria os resultados esperados. O empenho do deputado Rocha Mendes, contudo, não passaria despercebido da classe trabalhadora paulista. A firmeza de seu caráter e sua determinação na luta, renderiam a sua reeleição em 1958. Com um novo mandato na mão, nosso personagem partiria para novas frentes de batalha.

No âmbito internacional, as coisas também mudavam de maneira espantosa. Ao contrário do que pregava a cartilha marxista, um dos países mais pobres do Continente Americano faz sua revolução e acaba aderindo ao bloco socialista. Era o ano de 1959 quando Fidel Castro e seus guerrilheiros tomam Havana e transformam Cuba no primeiro e até hoje único país socialista do continente. Isso representa um duro golpe no controle que os norte americanos mantinham sobre o Caribe e a maioria dos países latino americanos.

Na esteira desses avanços do socialismo pelo mundo, o PCB entende que a luta também deve passar pelo repúdio aos regimes de extrema direita. São organizados em São Paulo, diversos atos públicos em defesa dos presos políticos espanhóis e portugueses que padeciam com as torturas perpetradas pelos regimes franquista na Espanha e salazarista em Portugal. O próprio Rocha Mendes tentou, sem sucesso, usar sua influência política para que o governo brasileiro desse asilo político a um desses perseguidos pelo regime espanhol. O momento político nacional, no entanto, não era favorável a essas iniciativas.

Novas eleições se aproximavam, o mandato legislativo se esgotava, sendo necessário que Rocha Mendes se lançasse novamente candidato à Câmara Estadual. O destino, contudo, preparava uma peça para pregar ao deputado dos humildes. O PCB numa reunião da alta cúpula decide pela expulsão de Rocha Mendes de seus quadros. O deputado se torna um eleito sem partido e a partir daí, não teria mais ao seu lado a máquina sindical que tanto o apoiou em toda sua carreira até aqui. Encerrava-se um ciclo na vida política de nosso personagem e outro ciclo deveria se iniciar. Um fato de tamanha importância não passaria despercebido pela polícia política que assim registrou a expulsão em relatórios datados de 04 de outubro e 10 de dezembro de 1962:

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, segundo informações reservadas, o deputado estadual José da Rocha Mendes Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, acaba de ser oficialmente expulso do Partido Comunista Brasileiro, pois [...] não soube assimilar o marxismo-leninismo, tornando-se um burocrata, deixando de acatar as tarefas que lhe eram determinadas pelo Comitê Estadual do P.C. Brasileiro. [...] Que o senhor Rocha Mendes manteve ligações com elementos da classe dominante, entre os quais o Sr. Abreu Sodré, reacionário e líder da UDN. Que o P.C. Brasileiro incumbiu o Sr. Rocha Mendes de defender ardorosamente a Revolução Cubana da tribuna da Assembleia Legislativa [...] Que o Sr. Rocha Mendes Filho, nunca foi disciplinado, nunca assimilou o marxismo. Frequentou cursos do partido, porém nada aprendeu, de sorte que o partido nunca deveria

ter lançado o seu nome para candidato a deputado estadual<sup>5</sup>. [...] Finalizando, diz a fonte, que os deputados José da Rocha Mendes Filho e Jethero de Faria Cardoso, por indisciplina partidária, foram definitivamente expulsos das fileiras do PCB [...]<sup>6</sup>

Para salvar sua candidatura e continuar sua luta pelo operariado, Rocha Mendes teve de sair por outra legenda. O deputado da “panela vazia” se lança pelo desconhecido PSB, Partido Socialista Brasileiro, que na verdade era outra vertente das várias correntes socialistas que procuravam espaço na conturbada política brasileira naquele momento. Mais uma vez a máquina sindical nascida a partir do desmantelamento do Getulismo passa a agir. O candidato dos operários paulistas vence mais uma eleição e consegue mais quatro anos para continuar na construção de uma nova ordem política e social para o Brasil.

As mudanças políticas não dão trégua a Rocha Mendes, apesar de tudo. A crise política que se instalara no governo desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961 vinha se arrastando com uma série de idas e vindas. Numa súbita mudança de rumo, o mandato do deputado recém-eleito é cassado e sem o apoio dos antigos companheiros de luta, era quase impossível uma reação naquele momento. Rocha Mendes se vê sozinho e sem mandato. Pouco depois, o Golpe Militar de 1964 encerra definitivamente qualquer pretensão que ele pudesse ter a outro cargo eletivo.

Nesse momento de sua vida pública, a documentação disponível silencia. Não existem outros registros de como o ex-deputado sobreviveu ao Golpe Militar, nem qual a trajetória que seguiu a partir daí. Pelo que sabemos, foi também perseguido pelo Regime Militar e torturado pelos órgãos de repressão. O último documento anexado ao dossiê com seu nome tem apenas uma anotação lacônica: “Falecido em janeiro de 1968”.

Aparentemente, nesse ínterim, havia surgido entre o ex-deputado e o então governador Abreu Sodré, um respeito e uma admiração mútuos. Acreditamos que toda a dedicação de Rocha Mendes à sua causa, tenha sensibilizado Abreu Sodré. É bem provável que Sodré tenha passado a admirar o grande homem e o político de princípios inabaláveis que aquele personagem, agora morto pela ditadura militar, tenha representado num momento tão difícil para o país. De qualquer forma, Abreu Sodré quis homenagear aquele homem que pagou um alto preço pela sua firmeza de caráter e decidiu por colocar seu nome em uma escola profissional, para que no futuro, a vida e a obra deste brasileiro fossem lembradas. Podemos ainda nos lembrar das palavras do próprio Luiz Carlos Prestes: “A felicidade consiste na consciência do dever cumprido”.

## Referência:

SÃO PAULO. Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS – Dossiê 30 – B – 276 – José Rocha Mendes – Pastas 01,02 e 03. Microfilmes 08 06 336 e 08 06 337.

<sup>5</sup> Relatório reservado do DEOPS de 04/10/1962.

<sup>6</sup> Relatório reservado do DEOPS de 10/12/1962.

# HISTÓRIA DA CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ETEC BENEDITO STORANI

**Silviane R. de Oliveira**  
**Valdirene O. P. Valdo**

Escola Técnica Estadual Benedito Storani

---

## Introdução

Este artigo tem por objetivo relatar a história da criação da Escola Técnica Estadual (Etec) Benedito Storani da cidade de Jundiáí no Estado de São Paulo, bem como das suas mudanças frente às exigências educacionais da sociedade e das transformações tecnológicas ao longo dos anos.

Para execução do trabalho, foram realizadas pesquisas nos arquivos da escola, em acervos de jornais da região, levando em consideração imagens e registros; entrevistas com colaboradores e professores da escola com o objetivo de resgatar momentos e fatos que marcaram sua história; levantamento bibliográfico sobre a história da cidade de Jundiáí e o seu crescimento econômico. Os fatos levantados neste último item ajudaram a entender as mudanças relacionadas à demanda da empregabilidade local, fator que levou a escola a expandir e diversificar seu atendimento implantando novos cursos técnicos.

A ideia surgiu a partir de uma capacitação oferecida pelo Clube de Memórias XVII aos professores pelo Centro Paula Souza, onde foi apresentada a proposta de desenvolver projetos de horas atividades específicas (HAE), relacionados com o patrimônio artístico, histórico e tecnológico da educação profissional e de alguns trabalhos já publicados por outras escolas técnicas.

Conhecida na região de Jundiáí como “Colégio Agrícola”, a escola está localizada em uma Área de Proteção Ambiental (APA) anexa à Serra do Japi. Com uma área aproximada de 300 hectares, oriunda de uma fazenda de café de propriedade do imigrante italiano Benedito Storani, sua história começa em 1945 com a fundação da Escola Prática de Horticultura de Jundiáí pela Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Ao longo dos anos a escola foi passando por várias transformações para atender às necessidades dos estudantes e às demandas de empregabilidade local, que acompanharam o crescimento econômico da região ao longo do tempo.

Hoje a escola está vinculada ao Centro Paula Souza e oferece à comunidade de Jundiáí, e região, ensino médio de qualidade e seis cursos técnicos profissionalizantes:

Técnico em Agropecuária, Administração, Alimentos, Nutrição e Dietética, Logística e Turismo Receptivo e dois cursos integrados ao ensino médio: Nutrição e Agropecuária.

## Um pouco da história de Jundiáí

Jundiáí é um município do interior do estado de São Paulo, localizado próximo a 57,7 Km da capital Paulista, e outros grandes núcleos urbanos como Campinas, Limeira e Sorocaba. Dispõe de um cinturão verde, que corresponde a mais de 50% da área total, que é de 43,2 mil hectares, sendo cerca de 9 mil hectares pertencentes à Serra do Japi, área de preservação ambiental tomada pelo Governo Estadual. O nome Jundiáí tem origem na palavra “jundiá”, que em tupi, significa “bagre” e “Y” que significa “rio”.

A região de Jundiáí até o final do século XVII era habitada por índios, que se dedicavam ao plantio de milho e mandioca. A fundação do município está ligada à vida de Rafael de Oliveira e Petronilha Antunes que, por motivos políticos, em 1615, saíram de São Paulo e se instalaram nos arredores, fundando a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro e afugentando os índios.

Nos séculos seguintes, XVIII e XIX, a economia da região girava em torno de lavouras de subsistência, que abastecia os moradores, e do cultivo de cana de açúcar. Em 28 de Março de 1865 Jundiáí foi elevada a categoria de cidade. (JUNDIAÍ, [20--]).

Na segunda metade do século XIX, a produção cafeeira ganhou força no oeste de estado de São Paulo, impulsionando o crescimento da cidade e atraindo várias indústrias para região. Em 1867 é inaugurada a Ferrovia Santos – Jundiáí com a construção da estrada de ferro. Nessa época, devido à crise da mão-de-obra escrava, os produtores rurais começaram a buscar novos trabalhadores. Tem início assim, o processo de imigração europeia com a participação do Governo Federal. Os primeiros imigrantes Italianos se instalaram no núcleo “Barão de Jundiáí” hoje chamado de Colônia. (PEREIRA, 1988).

Os imigrantes Italianos que aqui chegavam traziam apenas a roupa do corpo, poucos bens, lembranças de um país que ficou para trás e algumas cepas de uva. Com o trabalho essas famílias adquiriram terras, passando de colonos a proprietários e incrementando a atividade agrícola na região. (SANTANA et al., 2013).

De acordo com Santana (2013), a imigração mudou rapidamente as características da cidade, da população e da produção agrícola da região. Devido ao clima da região, iniciaram a cultura das vinhas e a produção de vinho. Mas tarde com a queda do valor do café na bolsa de Nova York, a viticultura ganhou destaque na região.

Nos anos subsequentes, vieram a Cia. Paulista de Estradas de Ferro (1872), da Cia. Ituana (1873), da Cia. Itatibense (1890) e a Cia. Bragantina (1891), caracterizando Jundiáí como uma cidade estratégica no setor ferroviário. Porém, a inauguração da estação ferroviária de Jundiáí, ocorreu apenas em 1909.

Na primeira metade do século 20, além de Jundiáí consolidar sua vocação agrícola, o município também descobriu a sua vocação industrial, que perdura até hoje, pois a cidade possui um dos maiores parques industriais da América Latina.

A industrialização de Jundiaí teve início na região próxima à Ferrovia e às margens do Rio Guapeva, com a chegada do comércio têxtil e cerâmico. A primeira fábrica de cerâmica na região foi a Cerâmica Jundiaiense, que em 1940, foi vendida ao grupo Duratex. Em 1948 com a inauguração da Rodovia Anhanguera chegaram as indústrias metalúrgicas. (SILVA, 2013). Na década de 1960, a prefeitura municipal de Jundiaí criou a legislação que regulamentava e incentivava a instalação de novas indústrias na região: o Plano de Incentivo e Desenvolvimento Industrial (PLANIDIL). Em 1972, foi criado o distrito industrial, que regulamentava e separava a área urbana da industrial. O objetivo dessas medidas era atrair novas empresas para região e promover o crescimento do município. (SILVA, 2013).

Em 1978, é inaugurada a Rodovia Bandeirantes. Nas décadas seguintes (1980 – 1990), devido às medidas adotadas pelo município e a chegada da nova Rodovia, diversas empresas começaram a se instalar na região, dentre elas: Grupo Itaú (Itautec, Itaucom e Adibord), Plascar S/A, AGA, White Martins e outras do ramo de autopeças. (SILVA, 2013)

Ainda na década de 1990, vieram as indústrias de bebidas: em 1991 chegou ao Brasil a SPAL Indústria de Bebidas S/A - fabricante da Coca-Cola, hoje de propriedade da mexicana FEMSA; e em 1994 a Pepsi Cola, por meio da Buenos Aires Embotelladora (BAESA), que mais tarde perdeu espaço no mercado brasileiro para a concorrente Coca-Cola, e consequentemente o direito de fabricar o refrigerante Pepsi no Brasil; hoje a fábrica é de propriedade da AMBEV. (SILVA, 2013)

Nas décadas seguintes, se instalaram na região as empresas Parmalat, Incepa, Fleishmann & Royal, Vinagre Castelo, Frigor Hans, Astra, Klabin, Sadia, Sara Lee Café, dentre outras. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, até 2012 haviam aproximadamente 16.577 empresas inscritas no Cadastro Central de Empresas, dentre elas micros, pequenas, médias, grandes empresas, estabelecimentos industriais e prestadores de serviços.

Atualmente Jundiaí possui um parque industrial com mais de 500 empresas atuando em vários setores, como: químico, embalagens, autopeças, metalomecânico, alimentos, cerâmico, logística, plástico, dentre outros. Dispõe de zonas industriais e dois distritos industriais com infraestrutura completa, além de uma incubadora de empresas em parceria com a prefeitura, Ciesp/Fiesp e Sebrae. (KAVAKAMA, 2009) Devido à ligação das rodovias Bandeirantes e Anhanguera com o Rodoanel Mário Covas, nos últimos anos, Jundiaí vem se firmando como um dos polos de logísticas e distribuição da Região Metropolitana da São Paulo. Atualmente, abriga cerca de 500mil m<sup>2</sup> de área construída, ocupada por centros de distribuição de empresas como Duratex, Sadia, Nissan, Caravel, dentre outras. (SILVA, 2013).

Mesmo com o crescimento industrial nas últimas décadas, a cidade conhecida nacionalmente como “Terra da Uva” ainda conta com produção significativa de frutas, principalmente uvas do tipo Niágara, morango e outros hortifrutigranjeiros. (SANTANA et al., 2013).

## Benedito Storani e a Fazenda Bonifácio

Benedito Storani, filho de Emygdio Storani e Henriqueta Valestre, nasceu em Macerata, Itália, em 1880, e migrou para o Brasil, em 1888, com seus progenitores. Desembarcando no porto de Santos, seguiu viagem por linha férrea até Rio das Pedras, no município de Capivari, estado de São Paulo, onde foi admitido como colono na Fazenda denominada “Monte Belo”, de propriedade de Marquês de Itú, e lá permaneceu por quatro anos. Mudou-se para Campinas, onde trabalhou como colono nas Fazendas “Pedra Branca” de propriedade de Floriano de Moraes e “Fazenda Barreiros” de propriedade de Manuel de Queiroz Ferreira. (JUNDIAÍ, 1984)

Em 1895, mudou-se para cidade de Jundiaí, com o objetivo de trabalhar como colono na “Fazenda Malota” de propriedade de Rodrigo Soares de Oliveira e Horácio Soares de Oliveira. Após algum tempo, começou a trabalhar por conta própria e montou uma pequena fábrica de macarrão e um negócio de secos e molhados. (RIBEIRO e BONE, 2013).

Em 14 de dezembro de 1915, adquiriu do Coronel Camilo Antonio de Moraes, parte da “Fazenda Bonifácio” e por consequência, abandonou o comércio e voltou às lavouras. Segundo historiadores, o Coronel Camilo Antônio de Moraes desejava viajar pela Europa, e ofereceu parte da fazenda a Benedito Storani, para pagar depois, em linguagem popular “fiado”. Para quitar sua dívida, Benedito Storani, comercializava o café colhido na própria fazenda e lenha para as tecelagens da região. Em 1922, adquiriu sua segunda propriedade, a “Fazenda Japi”. (JUNDIAÍ, 1984).

Em 1925, volta ao comércio como proprietário de uma Fábrica de Tecido na Vila Rocinha, hoje município de Vinhedo. (JUNDIAÍ, 1984; RIBEIRO e BONE, 2013)

Benedito Storani tornou-se um grande empreendedor. Dedicava-se à pesquisa sobre as atividades econômicas da região, sabendo como poucos naquela época como prever o futuro. Em sociedade com o senhor Serafim Ricci, montou a Fiação e Tecidos Santana. Na cidade de Araraquara juntamente com o senhor Américo Brasiliense fundou uma usina de automotor, que tinha por objetivo suprir a falta de combustível provocada pela segunda guerra mundial. (JUNDIAÍ, 1984)

Em 1929, a crise nos EUA, atingiu as exportações de café afetando os produtores da região, que precisaram mudar de atividade. Nessa época, o senhor Benedito Storani, resolveu mudar de atividade e optou por dedicar-se à indústria, estendendo suas atividades nos municípios de São Paulo, Santos, Araraquara, Jaboticabal, Leme, Campinas, Itatiba e Vinhedo (RIBEIRO e BONE, 2013; Jundiaí, 1984).

Benedito Storani foi casado com dona Joana Foresto e teve onze filhos. Conquistou cidadania brasileira em 28 de maio de 1942. Faleceu em 20 de Novembro de 1950, aos 70 anos de idade na cidade de Jundiaí. (RIBEIRO e BONE, 2013; Jundiaí, 1984). A Figura 1 apresenta Benedito Storani junto da sua esposa e dos seus filhos. Infelizmente não foi possível identificar o ano em que esta foto foi tirada, apenas que ela foi cedida pela neta de Benedito Storani, Célia Storani, para uma exposição que aconteceu na Etec Benedito Storani em 2012.



**Figura 1**– Foto do senhor Bendito Storani e sua família.

Fonte: RIBEIRO e BONE, 2013.

Com relação à área que hoje pertence à escola, antiga Fazenda Bonifácio, não foi encontrada nenhuma referência que deixasse claro se a propriedade foi doada ao Governo do Estado de São Paulo pela família ou se o fato ocorreu por acerto de impostos.

## Da criação da escola à entrada para o Centro Paula Souza

Privilegiada quanto à sua localização no Município de Jundiaí, a Escola possui uma área de aproximadamente 300 hectares anexa à Serra do Japi, próxima à rodovia dos Bandeirantes (km 62), que liga os grandes centros urbanos de Campinas a São Paulo e a rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, que dá acesso às cidades de Itupeva, Cabreúva e Itu. A sede da escola está situada na Avenida Antônio Pincinato, 4355, próxima ao Aeroporto Estadual de Jundiaí.

A história da Etec Benedito Storani começa, em 06 de julho de 1945, por meio do Decreto Lei Nº 14.846, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, que dispõe sobre desapropriação de imóveis de propriedade do senhor Benedito Storani para fundação da Escola Prática de Horticultura de Jundiaí. A finalidade da escola era qualificar filhos de produtores e trabalhadores rurais frente às novidades tecnológicas do setor, estimulando o crescimento e fortalecimento agrícola da região. (RIBEIRO e BONE, 2013; SÃO PAULO, 1945).

O local ocupado pela escola, como citado anteriormente, era uma fazenda de café. A fazenda possuía uma casa sede e casas modestas em formato de “colônia” que abrigavam os trabalhadores da fazenda. Para abrigar a escola, algumas das instalações da antiga fazenda foram mantidas e um conjunto de quatro salas de aula foram contruídas e utilizadas até o final da década de 60. (RIBEIRO e BONE, 2013).

A partir de novembro de 1964, por meio do Decreto Lei Nº 8.407, a escola passa a ser chamada de Ginásio Agrícola Estadual de Jundiá e transfere sua administração para a Secretaria do Estado dos Negócios da Educação. Porém, o reconhecimento como “Colégio Técnico Agrícola”, veio apenas em 1969, com o oferecimento do Curso de Agropecuária autorizado pelo Ato Nº 45, publicado no D.O.U de 04 março do mesmo ano, chamado de Integrado, já que o mesmo era vinculado ao antigo colegial. Desta forma, a data tida como fundação da escola foi 04 de março de 1969, ano de implantação do primeiro curso técnico.

Nessa época, as aulas aconteciam em período integral. Por se tratar de um curso técnico agrícola, cabia aos professores da área técnica ensinar aos alunos a atuar em atividades como: plantio, adubação e colheita de hortas, pomares e parreiras de uvas, higiene das instalações, manejo zootécnico; dentre outras atividades. (RIBEIRO e BONE, 2013).

No início da década de 1970, através do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio (PRODEM), a Secretaria do Estado dos Negócios da Educação assina um convênio com o Ministério da Educação e Cultura para ampliar o Ginásio Agrícola Estadual de Jundiá. Começa então a construção da nova ala, composta por laboratórios, refeitório, biblioteca, salas de aulas, alojamento para estudantes e uma área para o setor administrativo da escola. A chamada “parte nova”, mostrada na Figura 2, foi inaugurada em 1979 e é utilizada até os dias atuais.



**Figura 2** – Ala nova inaugurada em 1979.

Fonte: Arquivos da Etec Benedito Storani, em 2014.

Em 1975, após a publicação do projeto de Lei nº 559/75 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a escola passou a se chamar Escola Estadual de 2º Grau “Benedito Storani”, em homenagem ao ex- proprietário das terras onde a escola foi fundada. Por meio do Decreto Nº 37.735, de 27 de outubro de 1993, que autorizou a transferência da administração das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecno-

lógica “Paula Souza” – CEETEPS, a escola Estadual de 2º Grau “Benedito Storani”, passou a ser chamada de ETE Benedito Storani e posteriormente Etec Benedito Storani.

Quanto à gestão interna, a escola foi administrada pelos seguintes Diretores em seus respectivos anos: Nelson Whitaker (1969 – 1973); José Fernando Herling Martins (1974 – 1975); Sonia de Túlio (1976 – 1986); Estacio Lupinaci Pinto (1987 – 1989); Neide Camargo (1990 – 1991); Terezinha Conceição Moreira (1992 – 1995); Renata Elsa Stark (1996 – 1997); Ednilse Cassia de Mello (1998 – 2000); Lúcia Helena Romitelli (2000 – 2008) e Eduardo José da Silveira Alvarez (2008 – 2014).

## Novos cursos Técnicos

Ao longo dos anos a escola foi passando por várias transformações para atender às necessidades dos estudantes e às demandas de empregabilidade local. A chegada das indústrias em Jundiá trouxe consigo a necessidade de qualificar a mão-de-obra da região. Para LEITE (2008), a melhor forma de conseguir trabalhadores qualificados para suprir essa necessidade é buscar o profissional com formação técnica.

Com o aumento na procura pelos cursos técnicos, sob a Coordenação do Centro Paula Souza em 1994, a Escola Técnica Estadual Benedito Storani, atendendo as mudanças da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que no primeiro momento preconizava a desvinculação do Ensino Médio do Ensino Técnico, interrompe a formação do Técnico Integrado oferecendo o Ensino Médio regular (1998) no período da manhã e o ensino de Técnico em Agropecuária no período vespertino. A partir deste momento a escola começa a ampliar o número de cursos técnicos oferecidos à comunidade da cidade de Jundiá e região.

Foram vários cursos ofertados desde então: Técnico em Pecuária (1998 - 2008), Técnico em Agricultura (2001 - 2009), Técnico em Turismo (1998 - 2009) Técnico em Agricultura Familiar (2004 - 2005), Técnico em Agroindústria (2008 - 2010), Técnico em Recursos Hídricos (2003 - 2009). Hoje a escola oferece o Ensino Médio Regular (desde 1998), Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (2010), Técnico em Nutrição e Dietética Integrado ao Ensino Médio (2014), Técnico em Turismo Receptivo (2009), Técnico em Nutrição e Dietética (2004), Técnico em Alimentos (2004), Técnico em Administração EAD (2013). Segundo a professora Laura Laganá, diretora-superintendente do Centro Paula Souza, a demanda pelos cursos técnicos tende a aumentar nos próximos anos, já que existe ainda uma necessidade de profissionais, em determinadas áreas. (MANDEL, 2011).

Assim, para os próximos anos a Etec Benedito Storani pretende implantar o curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, já que existe uma demanda reprimida, devido à grande quantidade de empresas do setor na região e nenhuma outra Etec que ofereça esta qualificação profissional e também o primeiro curso de Técnico de Viticultura e Enologia do Estado de São Paulo devido à necessidade de qualificar os diferentes elos da cadeia produtiva da uva e do vinho da região de Jundiá.

## Projeto Vale Verde

A Etec Benedito Storani hospeda projetos que contribuem com o município de Jundiá. A partir de 1997, a escola passou a ser sede do projeto “Vale Verde”. O projeto consiste de uma parceria entre a Secretária de Educação do Município de Jundiá e a Etec Benedito Storani, que nasceu da necessidade de oferecer uma alimentação mais natural e saudável aos alunos das escolas municipais da região. O “Vale Verde” produz e disponibiliza para as escolas municipais beterraba, cenoura, alface, chicória, cheiro verde, couve, almeirão, rabanete, entre outras hortaliças, nos 8 hectares destinados ao projeto.

Com o projeto a Etec Benedito Storani busca a utilização das áreas próprias disponíveis para ampliar a atuação de práticas no âmbito pedagógico e aproximação da mesma com a comunidade.

## A Etec Benedito Storani nos dias atuais

Com relação à infraestrutura, hoje a escola conta com um bloco central (Bloco I) constituído por dez salas de aula, dois laboratórios de informática, laboratório de nutrição e dietética, laboratório de análises químicas e microbiológicas, laboratório de panificação, biblioteca e refeitório; um bloco secundário com anfiteatro e alojamento para alunos; uma unidade de processamento de frutas; quadra de esportes; um bloco destinado a cooperativa; e, em fase de construção o bloco terciário destinado ao futuro curso Técnico de Enologia e Viticultura, com laboratórios de análises químicas e microbiologia, adega e espaço para as dornas de fermentação.

Na Figura 3 a área que deu origem a escola, conhecida como “colônia” (Bloco II) foi totalmente restaurada, em 2002, e conta com 3 salas de aulas, um laboratório de Informática, um refeitório e cozinha destinado a merenda escolar, estufas para cultivo protegido em diferentes sistemas de produção, horta convencional e orgânica, que atendem aos alunos do curso Técnico em Agropecuária



**Figura 3** – Etec Benedito Storani: setor chamado Bloco II, 2014.

Fonte: Silviane Oliveira, 2014.

Conhecida também como “Escola Fazenda”, ainda conta com setores como: bovinocultura, suinocultura, aviário, caprinocultura, cunicultura, plantações (anuais e perenes) e hortas (orgânicas e convencionais).

Quanto à formação, hoje a Etec Benedito Storani, forma alunos de Ensino Médio e Técnico nos cursos de alimentos, nutrição e dietética, turismo e administração e o tradicional agropecuária, atendendo a demanda do mercado de trabalho e sempre priorizando pela qualidade no ensino.

## Considerações finais

Através da pesquisa realizada ficou evidente que a história da escola acompanhou a trajetória de Jundiaí, superando desafios e tentando se adequar às necessidades do mercado.

Ao longo do tempo a escola passou por transformações, expandiu-se e continua crescendo para atender às expectativas principalmente de empregabilidade local, com o objetivo e o grande desafio de oferecer ensino de qualidade disponibilizando para o mercado mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho.

Atualmente a Etec Benedito Storani está recebendo investimentos do governo do estado de São Paulo, para o plantio de uvas, construção de novas salas de aula e laboratórios para atender ao curso de Técnico em Enologia e Viticultura, sendo o primeiro curso técnico na área de vinhos oferecido no Estado de São Paulo.

## Referências

### Fontes Primárias

- SÃO PAULO. Decreto Lei 14.846, de 6 de julho 1945. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 7 jul. 1945. p. 1.
- SÃO PAULO. Lei 1.053, de 17 de setembro de 1976. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 18 set. 1976. p. 1.
- SÃO PAULO. Decreto Lei nº 8.407, de 13 novembro de 1964. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Legislativo, São Paulo, SP, 9 dez. 1964. p. 1.
- SÃO PAULO. Ato complementar Nº 45, de 30 janeiro de 1969. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 4 mar. 1969. p. 1081.

### Referência Bibliográfica

- KAVAKAMA, A. B; et al. **RELATÓRIO JUNDIAÍ: SETOR 2.** Departamento de Projeto AUP 266 Planejamento de Estruturas Urbanas. USP: São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0266/Anos\\_Anteriores/Trabalhos\\_Alunos\\_Aup\\_266/Diagnostico\\_Municipio\\_e\\_Setor\\_2.pdf](http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0266/Anos_Anteriores/Trabalhos_Alunos_Aup_266/Diagnostico_Municipio_e_Setor_2.pdf)>. Acesso em: 10 jun 2014.

- PEREIRA, E.; FILLIPINI, E. **Cem anos de imigração italiana em Jundiaí**. Jundiaí: Estúdio RO, 1988.
- RIBEIRO, S.L.S.; BONI, M. **Pontes da Memória: histórias da nossa gente** – São Paulo: Prefeitura de Jundiaí. Fala Escrita, 2013. 164 p.
- SANTANA, C. S; et al. Uma Análise de Tradição Histórico-Cultural da festa Italiana de Jundiaí a Partir de Estudos Sobre sua Ambientação. **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura**. 12 ed. Jundiaí, 2013. Disponível em: <[www.revista-fatecjd.com.br](http://www.revista-fatecjd.com.br)>. Acesso em: 03 jun. 2014.
- SILVA, A. O. Dinâmica Territorial da Indústria e da Circulação no Estado de São Paulo: O papel do município de Jundiaí. **Encontro de Geógrafos da América Latina**. Peru, 2013. Disponível em: <[http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra\\_Aline-Oliveira-Silva.pdf](http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Aline-Oliveira-Silva.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2014.

## Internet

- APERCITY.COM. **Fotos antigas de Jundiaí**. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1579418>>. Acesso em: 3 jun 2014.
- JUNDIAÍ. Indicação 4 254. Benedito Storani: 1 Centenário de Nascimento. Jundiaí: Câmara Municipal de Jundiaí, 1984. Disponível em: <<http://www2.camarajundiai.sp.gov.br:81/-camver/indica/1984/04254.pdf>>. Acesso em: 06 mai 2014.
- JUNDIAÍ. A cidade: **História**. Jundiaí: Prefeitura do Município de Jundiaí, [20--]. Disponível em: <[http://cidade.jundiai.sp.gov.br/pmjsite/portal.nsf/V03.02/cidade\\_historia?Open-Document#>](http://cidade.jundiai.sp.gov.br/pmjsite/portal.nsf/V03.02/cidade_historia?Open-Document#>)>. Acesso em: 3jun 2014.
- JUNDIAÍ: A terra da uva. 2008. Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/mp-princid-296.htm>>. Acesso em: 03 jun 2014.
- JUNDIAÍ. Projeto alimentar Vale Verde será ampliado. Imprensa, 2013. Disponível em: <[www2.jundiai.sp.gov.br/2013/01/projeto-vale-verde-sera-ampliado/](http://www2.jundiai.sp.gov.br/2013/01/projeto-vale-verde-sera-ampliado/)>. Acesso em: 15 jun 2014.
- LEITE, A. **Curso Técnico Abre Portas para Emprego**. SCRIBD. Brasil, jun. 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/3685308/artigo-Cursos-Tecnicos-Abre-Portas-para-Emprego>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- MANDEL, G. **Cresce a demanda por cursos técnicos em São Paulo**. JPONLINE. Notícias. São Paulo, ago. 2011. Disponível em: <<http://jovempan.uol.com.br/noticias/2011/08/cresce-a-demanda-por-cursos-tecnicos-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- MELHOR de Jundiaí: **Jundiaí**. Disponível em: <<http://www.melhordejundiai.com.br/index.php/jundiai>>. Acesso em: 3jun 2014.

# A TRAJETÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS: CÂMPUS INCONFIDENTES A PARTIR DE SEU ACERVO DOCUMENTAL

**Melissa Salaro Bresci**

Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Sul  
de Minas Gerais  
Câmpus Inconfidentes

---

## Introdução

Em quase um século de existência muito há de se saber sobre a história do hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Câmpus Inconfidentes. Com o objetivo de se resgatar uma história que nesse ano completou 96 anos, iniciou-se em 2011 um projeto de pesquisa, de higienização, organização e catalogação de seu arquivo morto. A reconstrução da história da escolarização no Brasil é possível de ser feita a partir dos documentos produzidos pela escola. Esses documentos são registros produzidos por indivíduos e situações singulares, com ou sem intencionalidade, ou consciência de sua utilidade *a priori* ou mesmo *a posteriori*. Sendo assim são testemunhos da vida escolar, da cultura do período, das questões da época e do local em que foram produzidos.

Tendo em vista as novas necessidades de compreensão do universo escolar, bem como a deterioração de tais documentos, torna-se relevante pesquisas que se proponham a conservação e organização desses acervos, visto que o universo escolar produz intencionalmente ou não toda uma gama de documentos que fazem parte de sua história e auxiliam aos pesquisadores. O objetivo deste projeto é levarmos os fatos presentes nos documentos, registros iconográficos e também materiais como objetos de laboratório, maquinários ao conhecimento da comunidade escolar, bem como a população de seu entorno, demonstrando a importância desta instituição para a região em que se encontra.

O rememoro desta instituição, desde os tempos de patronato agrícola até sua transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia é de grande importância, pois reflete uma parte importante da história da educação técnica no Brasil, para reviver essa história foi necessário a limpeza e o arranjo do material disponível, uma vez que o arquivo estava em um estado deplorável de conservação antes da iniciação do projeto, desta forma foi possível a avaliação de documentos, principalmente registro de matrículas e cadernos de alunos, os quais revelaram uma educação totalmente discriminatória, desenvolvida especialmente para meninos ao léu da sociedade. “Destruindo” as memórias do arquivo notamos uma diversidade de informações que poderiam ser usa-

das de diversas formas, uma delas foi a apresentação de alguns dos resultados obtidos em forma de exposição iconográfica, que teve como objetivo a divulgação do acervo, outra forma as pesquisas que geraram publicações em congressos no campo do currículo e das reformas educativas, bem como a compreensão da formação dos patronatos agrícolas iniciados em 1908 do qual o referido instituto é resultante.

O acervo encontra-se ainda em fase de organização e limpeza, mas já com preciosidades conhecidas como livros de almoxarifado do início do século XX, relatórios de professores, funcionários que compunham o quadro da instituição. O desafio agora é tentar fazer com que a comunidade compreenda a importância de se conhecer e preservar sua história, para assim conseguirmos obter apoio institucional para a continuidade das pesquisas e organização do acervo institucional inclusive os não documentais.

## **O movimento de preservação e rememoro da História escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes.**

O presente trabalho desenvolve-se a partir do projeto “O arquivo escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes: recuperação e preservação da História da Educação através dos documentos escolares” que buscava e ainda em processo de produção, busca o rememoro escolar a partir do acervo documental, através da limpeza, acomodação e catalogação arquivística do acervo.

A medida em que o trabalho foi se desenvolvendo, encontrou-se inúmeros documentos que recontam a história escolar de quase 100 (cem) anos de instituição técnico/agrícola, que datam desde 1918 com o Decreto Nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, que autorizava o Ministro da Agricultura a criar escolas agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério até a institucionalização das redes federais de educação profissional, científica e tecnológica nos estados brasileiros em 2008 com a Lei Federal Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O acervo em questão, expressa a organização e a estruturação física e educacional da antiga escola, que é de extrema importância para conhecer a história de nossas escolas, sua constituição, organização e seus cursos. Isso por que, como nos lembra Nadia Gaiofatto Gonçalves (2006)

A escola produz em seu cotidiano, diversos tipos de documentos e registros, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocráticos, que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico. Há toda uma legislação que orienta essa produção, como exigência para a legalidade das ações da instituição, envolvendo seu funcionamento, e a organização e controle de suas atividades. Além disso, pode-se encontrar no arquivo escolar outros tipos de documentos que excedem a determinação legal, como fotografias, jornais produzidos pela escola, cadernos de alunos, recortes de jornais com matérias referentes à instituição, bilhetes, entre outros.

Esses documentos registram os acontecimentos produzidos por indivíduos que por sua vez consideram a sua materialidade em seus vários aspectos, suas relações conflituosas ou pacíficas, suas culturas religiosas ou suas políticas e populares, estabelecidas nessas múltiplas práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e comportamentos gerados a partir das vivências dessas instituições (NOSELLA; BUFFA, 2009)

Essas normas e práticas, que variam no espaço e no tempo e que podem até coexistir mantendo suas diferenças, aninham-se na instituição escolar e é possível evidenciá-las com base nos seguintes tópicos (...) contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo; (...) alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; professores e administradores; (...) saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino. (NOSELLA; BUFFA, 2009. p. 18)

A partir disso, o trabalho refere-se ao arquivo que se constitui de documentos referentes ao almoxarife da antiga escola agrícola, mapas demonstrativos de entrada e saída de gênero para o rancho dos menores da época (que hoje é considerado o alojamento), além de livros de procedimento de produção, boletins administrativos de requisição de material e documentos de cotação. Nestes, destacam-se os documentos referentes aos alunos e funcionários da Escola Agrícola, como boletins e trabalhos escolares e relatórios de professores que pertencem às décadas de 1940 e 1950, a partir desses documentos, desenvolveu-se trabalhos de análise histórico escolar sobre as disciplinas escolares, inseridas no estudo das instituições escolares, localizadas sob a cultura escolar, esta entendida por sua vez, como “um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e os comportamentos a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão e assimilação de tais saberes e a incorporação destes conhecimentos” (JULIA, 1995, p.354; 1996, p. 129. In.: VIÑAO, 2008, p. 188). E as disciplinas escolares entendidas como os modos de transmissão cultural que são dirigidas aos alunos, fazendo parte dos currículos e constituindo saberes que circulam no cotidiano das salas de aula (CHERVEL, 1990, p. 186; BITTENCOURT, 2003, p. 9. In.: CARDOSO, 2007, p. 3), especificando a disciplina de matemática.

Além desse trabalho, desenvolveu-se e ainda cresce junto ao projeto tantas outras produções como no campo das fotografias antigas da escola e entre outros.

Também foram levantados livros de registro de portaria, livros de ponto, de ofício a este que referiria ao pagamento de servidores e relatórios de acontecimentos da escola. Além de relatórios de desligamentos de alunos, livro de certificado de alunos que haviam terminado o curso profissional no aprendizado agrícola, boletins e respectivas atas contendo a avaliação do professor a respeito do andamento do curso e mais planos gerais de ensino do Ginásio Agrícola “Visconde de Mauá” que visava expressar o seu funcionamento nos anos 1979, 1982 e 1984.

Vale lembrar que os documentos do acervo ainda não foram totalmente catalogados e analisados, visto que a imensa quantidade de documentos e o grande processo de deterioração dificultaram o processo de limpeza, acomodação e catalogação do arquivo.

## A História da Educação Profissional a partir do acervo escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes

A história escolar da referida instituição originou-se no período imperial, quando as instituições profissionalizantes brasileiras passaram a ter seu olhar voltado para a formação de agrônomos. A primeira escola agrícola que se sabe é o Imperial Escola Agrícola da Bahia, no Engenho de São Bento das Lages, (SOARES, 2010) que se instituiu em 23 de junho de 1875. Ao longo dos anos novas escolas foram criadas, como em Pelotas (RS), Piracicaba (SP), Lavras (MG) e entre outras, que passaram a dirigir-se também para a formação de veterinários e se transformaram em Ginásios de Agronomia e Veterinária.

Percebe-se que a partir do Decreto Nº 787, de 11 de setembro de 1906, chamada de Lei de criação Nilo Peçanha que instituiu quatro escolas profissionais, das quais a sedes eram: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras, para o ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola, caracterizou o ensino técnico/agrícola apresentado na entidade deste trabalho. A criação deste decreto definiu a mão de obra industrial, devido à necessidade de “modernização” e urbanização brasileira na época e a crescente preocupação com os desvalidos e abandonados pela sociedade (D’ANGELO, 2000) a partir disso considera-se também a fala da autora, quando expressa que

[...] a educação profissionalizante no início da década de 1910 parecem expressar o medo que as elites sentem das multidões que começam a se aglomerar nas principais cidades brasileiras com o final da escravidão e principalmente a repressão à vadiagem, não só através da ação policial, mas através de uma educação preventiva (D’ANGELO, 2000, p.5)

Diante disso, os Patronatos Agrícolas nascem com o Decreto Nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, que autorizava o Ministro da Agricultura a criar escolas agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. Considerando que cabia ao governo impulsionar o movimento de transformação econômica do País, ao passo que com a criação do ensino profissional a produção agropecuária se tornaria “frutuosa”, estabelecendo um equilíbrio entre a população urbana e rural ao mesmo tempo que tirando os meninos órfãos e marginalizados das cidades contribuiria para a verdadeira formação técnica agrícola do País.

Isso por que no período da Primeira República (1889-1930) o País imbuído de modernização e urbanização nos centros das cidades principalmente na cidade do Rio de Janeiro, capital federal da época, se via descaracterizado pelos órfãos e pelos ditos “perigosos” para sociedade, que não estavam habilitados a incorporar uma nova concepção de trabalho, pois não possuíam a educação esperada para atuar com mão de obra eficaz, segundo (BOEIRA, 2012, p. 27) “Parte desta população percebida como “atrasada” estava inserida em atividades ilegais; os registros policiais dão conta de diversos delitos envolvendo-os (embriaguez, vadiagem, jogo etc.), ameaçando a ordem pública e o bem-estar social que se buscava”.

A solução vista para controlar essa parcela da população era a educação que fazia controle sobre essa parcela pobre da população. A criação de leis, decretos e regimentos buscavam controlar os problemas vigentes aos quais a infância pobre estava exposta e o desejo de modernidade presente pelas elites era confrontado pela presença dos pobres nos espaços urbanos e rurais (BOEIRA, 2012).

Assim, em maio desse mesmo ano foi instalado o Patronato Agrícola “Visconde de Mauá”, situado no Núcleo Colonial de Mauá em Resende-RJ. Que por sua vez, fracassou devido aos conflitos estabelecidos entre professores, alunos e funcionários, levando a abertura de inquéritos e dispensa de alguns servidores, também houve o aparecimento da gripe espanhola que atingiu grande número de alunos e funcionários, aumentando as dificuldades de funcionamento da escola.

Com o trancamento da instituição, alguns de seus funcionários foram transferidos para escolas de outras cidades e alguns deles vieram para o Núcleo Colonial Inconfidentes, situada na atual cidade de Inconfidentes-MG, que na época se via recém emancipada e com ótimas condições econômicas, a qual sediou a instalação em 1919 de mais um Patronato Agrícola, oriundo do então Patronato de Resende que permaneceu com o mesmo nome “Visconde de Mauá”.

Para a população, a instalação da escola não era favorável, já que ela destinava a educação de menores abandonados que pertenciam a diferentes regiões e de costumes completamente distintos aos deles. Porém com o passar do tempo, os moradores foram se acostumando “Uma nova sociedade ia se formando, com novos costumes, novas amizades [...] os funcionários do Patronato logo se adaptaram aos costumes do povo da Sede e o povo com eles” (GUIMARÃES, 2010, p.176)

A instalação do Patronato efetivou-se em 5 de abril de 1920, quando chegaram os primeiros alunos, 50 (cinquenta) vieram do Curso Complementar de Pinheiros, 3 (três) da Fazenda Santa Mônica, apenas 1 (um) de Delfim Moreira e 2 (dois) de Ouro Fino por ordem do Sr. Juiz de Direito da cidade. Todos os alunos segundo Guimarães possuíam espírito deprimido e estado de miséria psicológica e moral, a qual era necessário instruí-los ao nível de moralidade e “bons hábitos”, a fim de estabelecerem bom convívio de trabalho e disciplina. Desse modo, a instituição passou a oferecer instrução primária, em que eram ministrados: Português, denominado na época de Língua Pátria, nessa disciplina eram ministradas lições de ler, escrever, redação e gramática, na disciplina de Matemática eram ensinado apenas as quatro operações básicas, já as disciplinas de História e Geografia eram dadas pouca importância, sendo ministradas algumas noções sobre o assunto.

Na época, os meninos foram divididos em duas turmas, isso por que a escola dispunha de apenas uma sala de aula, sendo que os períodos de aulas alternavam com os trabalhos agrícolas. Isso facilitava o controle dos alunos e o processo de “regenerar” vocabulário bastante usado da época que significava educar nas mais diversas situações, principalmente a que envolvia as crianças pobres. (BOEIRA, 2012) Neste modo, os alunos deveriam ser educados com duas medidas disciplinares, a primeira destinava a disciplina do tempo, fiscalizando as diferentes formas cotidianas dos indivíduos, por exemplo, tem-

po para acordar, para brincar, para trabalhar e etc. A segunda maneira é a disciplina trabalhista, atendendo ao projeto de construção de adultos que incorporassem os princípios das ideologias do trabalho, ou seja, desde pequeno o indivíduo deve se acostumando com os ritmos e habilidades necessárias para o trabalho.

Nesta perspectiva, o Brasil que se via num processo de modernização e valorização do trabalho urbano e agrícola, direcionava os meninos “desvalidos” para os centros coloniais a fim de incorporá-los nos meios disciplinadores trabalhistas. Porém, nessas instituições atentando para o Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá”, os alunos eram conhecidos por apenas seus números, sendo eles enumerados e seus nomes ficando desconhecidos pelos professores e servidores da escola, descaracterizando o menino no meio escolar e caracterizando o aluno apenas como trabalhador agrícola.

Outro fator contribuinte para a valorização trabalhista é o fato de que a referida instituição agrícola se via em plena construção. Como citado acima, ela possuía uma sala de aula para quase 60 (sessenta) alunos e no decorrer dos anos mais meninos chegavam totalizando em 1921, 150 (cento e cinquenta) meninos que participavam efetivamente da construção dos prédios como o dormitório e alguns pavilhões distribuídos pela colônia, com a instalação da escola foi doado alguns hectares de terra em diferentes partes da região, para facilitar a prática dos trabalhos agrícolas que era próximo da Sede. Além das construções dos pavimentos, a indícios que os alunos construíram a estrada que liga a colônia a cidade de Ouro Fino/MG e dentre os mais variados trabalhos agrícolas como culturas, desbravamento, drenagem entre outros, tudo em prol da agricultura e aprendizagem dos meninos.

De acordo com Guimarães (2010, p. 194) havia grande frequência dos meninos participarem de desfiles pelas ruas da cidade de Ouro Fino-MG, demonstrando exercícios militares e físicos o que promovia o grande poder disciplinador que o sargento instrutor exercia sobre os alunos. Esse tipo de comportamento representa alto poder da educação militar presente na escola e na vida cotidiana dos educandos, característica presente na época, já que, era preciso disciplinar e controlar os alunos, vistos por sua vez, como marginalizados e indisciplinados perante a sociedade elitizada.

No ano de 1934, o Governo Federal estabeleceu o Decreto Nº 24.115, de 12 de abril, no qual os Patronatos Agrícolas seriam transformados em Aprendizados Agrícolas a fim de dar-lhe aos estudantes um ensino técnico profissional de formação profissional do trabalhador rural e do operário agrícola. Segundo Guimarães (2010) este ato introduziu nas instituições de ensino agrícola impulsionaria a lavoura e as indústrias derivadas, auxiliando os pequenos agricultores do então Aprendizado que recebeu o nome de Aprendizado Agrícola “Minas Gerais” e atribuindo à formação do trabalhador rural e do operário agrícola. Neste momento, percebe-se que ainda a estrutura de Patronato era apresentada no estabelecimento, visto que, segundo (GUIMARÃES, 2010, p. 195)

O Aprendizado Agrícola “Minas Gerais” iniciou suas atividades recebendo menores do Patronato de Passa Quatro e de outras localidades, principalmente os filhos de agricultores [...]. A antiga estrutura [...] ainda continuou por algum tempo, mas, foi, aos poucos, se adaptando aos novos recursos didáticos-pedagógicos

Desse modo, a instituição iniciou-se o processo de escolarização a partir dos planos de iniciação agrícola e adaptação cujo os princípios destinavam ao ensino básico de ler e escrever e noções agrícolas, cujo os estudantes recebiam as aulas nos horários determinados e cumpriam rigorosamente as obrigações de limpeza da escola e das outras localidades do estabelecimento.

Neste momento, vale destacar que a maioria dos documentos encontrados no arquivo recontam essa fase das décadas de 1940 a 1960, ou seja, é importante aqui abordar-las a fim de compreender o processo educacional da época, fazendo referência ao Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá”, a escola em questão foi instituída pelo Decreto Nº 982, de 23 de dezembro de 1938, que pretendia a formação de profissionais agrícolas aos filhos de órfãos de pequenos e médios proprietários rurais, que seriam aptos a exercer qualquer exploração agrícola de acordo com as modernas práticas no campo agrícola. Pois, esta Lei também decretava que os estabelecimentos de ensino agrícola deveriam orientar-se e dirigir-se a pesquisas agrícolas com o objetivo do melhoramento do cultivo de plantas, com o fim de adaptar a agricultura ao ambiente, aumentando assim as colheitas.

De acordo com Guimarães (2010, p. 197) “o ensino era feito de maneira teórica e prática, sempre acompanhada de educação física por meio de ginástica e jogos adequados ao mesmo tempo física, moral, intelectual e profissional”. Porém, o que os documentos analisados revelam é que, as iniciativas de ensino e produção agrícolas somente começaram a aprimorar-se no ano de 1942, com um ensino provisório que pretendia-se a formação de dois diferentes profissionais: o primeiro ensino, era destinado a crianças de 10 (dez) a 13 (treze) anos, com duração de 4 (quatro) anos, chamado de Instrução Primária, que ao seu fim, os alunos recebiam o certificado de Trabalhador Rural; já o segundo destinava-se a formação de Profissionais Agrícolas para alunos de 12 (doze) a 16 (dezeses) anos, este curso tinha a duração de 2 (dois) anos.

As disciplinas eram distribuídas de acordo com a seriação e adaptação dos alunos, assim, para o primeiro ano do curso Instrução Primária eram ministradas as disciplinas de Primeiras Letras, quatro operações fundamentais, desenho de imaginação, educação moral e cívica e educação física.

Para o segundo e terceiro anos as disciplinas compreendidas eram português, aritmética, noções de geografia e corografia do Brasil (destinava-se ao estudo geográfico do território Brasileiro, não há indícios que essa disciplina era mantida separada da disciplina noções de geografia, acredita-se que ela era uma subdivisão desta disciplina), desenho a mão livre, noções de ciências físicas e naturais, noções de agricultura, máquinas agrícolas, clercultura, apicultura e sericultura, educação moral e cívica e também educação física. No entanto, essa última disciplina mencionada não foi ministrada em nenhuma das turmas por falta de profissionais aptos a exercerem a função, e isso se manteve ao longo dos anos, nos documentos do arquivo IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes há indícios que os alunos ficaram sem aula até 1948.

No quarto ano os alunos somente praticavam os trabalhos e as disciplinas agrícolas, e era constituída de todas as práticas mencionadas nos anos anteriores, além de noções de higiene e socorros de emergência.

Além dos cursos mencionados, a escola também oferecia o curso de adaptação, ele era destinado ao trabalhador rural, jovem ou adulto, a qualificação profissional. Seu currículo compreendia as disciplinas de avicultura, apicultura, sericultura, máquinas agrícolas, defesa agrícola, tratamento dos animais domésticos, indústrias agrícolas, combate às pragas e moléstias das plantas cultivadas e outras disciplinas e trabalhos que julgar-se necessárias. Qualquer pessoa poderia inserir a este curso, mesmo sem a necessidade de qualquer outro curso antecedente, assim muitos dos alunos eram analfabetos ou tinham poucos conhecimentos sobre ler e escrever.

Em todas as turmas, os alunos praticavam os trabalhos nas oficinas, na horta, no pomar, no jardim, no apiário e no aviário. Nada muito diferente do que era visto no Patronato Agrícola, escola na qual antecedeu ao Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá” na década de 1920 e alguns anos de 1930, evidenciando a mesma estrutura.

Isso se manteve no Aprendizado com o Decreto Nº 23.979, de 08 de março de 1934, em que aprovou os regimentos dos estabelecimentos de ensino agrícola subordinados a SEAV, no qual regulamenta que os alunos realizem a limpeza diária da escola. E isso se sucedeu ao longo dos anos apresentando poucos funcionários e os meninos que praticamente sustentavam a escola.

A escola mantinha um regime altamente disciplinar, os alunos eram proibidos de receber visitas periódicas de pessoas estranhas e até mesmo de familiares, seus dinheiros eram mantidos sob guarda da instituição, não podiam manter transações de qualquer natureza com outras pessoas e eram proibidos de entrar nos estabelecimentos da instituição fora dos horários permitidos.

Nesse período, também foram encontrados indícios de instrução pré-militar aos alunos, pelo Decreto-Lei Nº 4.642, de 02 de setembro de 1942, em que destinava a instrução obrigatória aos alunos do sexo masculino de idade de 12 (doze) a 16 (dezesesseis) anos, matriculados em qualquer estabelecimento de ensino. E a escolas a manter centros de instrução pré-militar. Desse modo, os alunos matriculados no Aprendizado entre a idade correspondida eram instruídos com o intuito de promover a iniciação para a prática militar, mais tarde em 1946 foi publicado o Decreto-Lei Nº 9331, que extingue a instrução pré-militar:

A norma legal previa o fim da instrução pré-militar para alunos menores de dezesseis anos e da instrução militar para os maiores. As estas normas legais citadas acima, que institucionalizaram a instrução militar preparatória ou a instrução pré-militar são relevantes em uma análise sobre as práticas e o pensamento militar nas escolas civis. (NASCIMENTO, 2008).

E isso aconteceu devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939), em que o cenário social e econômico tornou-se ainda mais complexo. Ainda mais, quando o Governo Vargas se aliou as forças nazifascistas “tornou-se imperativo qualificar a força de trabalho para atender novas demandas (ROMANELLI, 2006). Assim, o Estado Novo, as repercussões do conflito mundial e o dualismo educacional interno formariam intrigante tripé no contexto desafiador do processo de formação da sociedade brasileira de então” (SOUSA, 2013. p. 3)

Nos anos de 1939 e 1943, a escola sofreu grandes conflitos no quadro de funcionários, devido à falta de pagamento aos funcionários e de verbas para a instituição, em alguns processos administrativos destinados a Delegacia do Tribunal de Contas de São Paulo, que é um dos documentos analisados, consta a solicitação dos professores para o pagamento proveniente de três meses de aulas lecionadas. Nos demais documentos não há relatos que os professores foram pagos. Desse modo, houve uma grande redução no quadro de funcionários que chegavam a 26 (vinte e seis) funcionários e chegaram a apenas 4 (quatro) em 1939.

Nessa época o Brasil sofria grandes efeitos da crise mundial desde 1929, a crise acentuou-se quando o governo que protegia os preços do café no mercado internacional, já não podia mais ser sustentada. A superprodução e as retiradas do produto do mercado, processo em que havia se realizando por muito tempo, e os financiamentos vindos do exterior para garantir o lucro do produtor, não puderam mais ser levadas a efeito. Ou seja, a crise mundial subtraiu o governo a possibilidade de continuar realizando os financiamentos dos estoques dos produtores e estes estoques haviam atingidos uma quantidade extremamente alta, tendo a certeza que jamais seriam vendidos (ROMANELLI, 2010). Desse modo, o país ficou “entregue à própria sorte para resolver os problemas que lhe vinham de fora e que se complicavam com o aspecto agudo que lhe acarretava a crise de superprodução do café” (ROMANELLI, 2010, p. 50)

Com efeito, as demandas destinadas as escolas passaram a atender outro viés, hora, a necessidade emergente era de atender a economia. E as escolas, tão pouco as escolas agrícolas do interior ficaram com os resquícios da economia brasileira.

Em 1947, o Aprendizado passou a denominar-se Escola de Iniciação Agrícola “Visconde de Mauá” pelo Decreto Nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947, no Governo Dutra.

Nessa nova concepção de ensino agrícola que configurava a um ensino mais elaborado, ainda não denominado de curso técnico, por falta de condições de aparelhagem e recursos para os cursos. Dessa forma, deu início a novos cursos aprovados pela SEAV, o curso de Iniciação Agrícola e o de Mestría Agrícola que eram cursos de nível rural básico.

O curso de Iniciação Agrícola pretendia a formação de capatazes rurais, que por sua vez ingressavam mediante a exames vestibulares de português e de matemática, as provas eram escritas e orais. A forma de ingresso era a mesma para o curso de Mestría Agrícola que destinava a formação de Mestre Agrícola. A grade curricular para o primeiro curso compreendia as disciplinas de português, matemática, ciências, geografia, história, agricultura, desenho e criação de animais domésticos, as disciplinas eram divididas em 3 anos, em todos os anos os alunos realizavam trabalhos nas oficinas intercalados com as disciplinas, nada muito diferente dos cursos dos anos anteriores da instituição. Para o segundo curso era destinado o português, matemática, ciências, geografia e história do Brasil, agricultura, criação de animais domésticos, noção de veterinária e higiene rural, desenho, economia e administração rural e possuía 2 anos de duração, e bem como os trabalhos na oficina.

Para os alunos analfabetos que, por conseguinte, não eram aprovados nos vestibulares, havia o curso de adaptação que era o mesmo curso dos anos anteriores, mantendo as mesmas características e os mesmos apontamentos. Sendo ele a solução para a obtenção de uma habilitação profissional. No entanto, como já mencionado neste trabalho, este curso só apresentava disciplinas de base prática e agrícola, ou seja, os alunos entravam, permaneciam e saíam analfabetos e com uma titulação mínima profissional.

Diante disso, em 1950, pelo Decreto Nº 27.745, de 31 de janeiro, desse mesmo ano, decreta que a escola agrícola passa a denominar-se Escola Agrícola “Visconde de Mauá”. Essa mudança de nomenclatura não influenciou diretamente a estrutura física, mas sim organizacional, foi incluído aulas de língua estrangeira no curso de Iniciação e as disciplinas subdividiram-se em higiene rural, socorros de urgência, noções de economia e administração rural e desenho técnico no curso de Mestria, além de ser inserida a grade curricular a disciplina de conservação de produtos agrícolas.

Nos documentos analisados, a alguns relatórios que datam de 1946 a 1951 de professores que descrevem como eram na prática os trabalhos didáticos e pedagógicos desses cursos agrícolas destinados a formação de trabalhadores agrícolas e a percepção da escola e dos professores com os alunos.

Estes documentos revelam que muitos professores lecionavam diferentes disciplinas num mesmo ano, acredita-se que por falta de professores específicos, os profissionais da instituição acabavam tomando para eles as responsabilidades que destinavam a outras pessoas, percebe-se também que esses profissionais não eram diplomados e alguns eram ex-alunos; revela o diretor da época que essa problemática interfere no valor de ensino, já que os professores ministram apenas aulas destinadas a alfabetização, além da falta de pagamento aos professores e de verba que a instituição sofria.

E os professores relacionavam-se com os alunos de maneira desordenada, isto é evidenciado quando em um dos relatórios a professora diz que é grande a dificuldade de aprendizagem dos alunos, devido ao meio rural que eles viviam, e a falta de escolas na região não proporcionavam uma educação suficiente, apresentando alunos inferiores aos alunos da zona urbana.

Outras considerações observadas é a descrição dos materiais didáticos pedagógicos na escola, é importante ressaltar aqui que todos esses relatórios que estão sendo descritos, foram encaminhados a SEAV, na qual era o órgão em que a instituição era subordinada. Os professores mencionam a falta dos materiais, não há salas de aula adequadas, as salas são extremamente pequenas e falta de laboratórios específicos e organizados, “a escola encontra-se em desordem”.

Em outro relatório o professor José Epaminondas Ribeiro, já observa os alunos de outra forma e que os trabalhos dos professores deveriam ser maneira diferente, “deveria fazer parte dos deveres profissionais dos professores, aconselhando todo zelo possível no que respeita à boa disciplina no curso das aulas, a fim de que possam ser evitados os complexos de inferioridade que muito prejudica o educan-

do”. Porém, considera que as possíveis causas dos alunos sem aproveitamento eram dadas por falta de cuidados disciplinares de que necessitavam os alunos “sub-normais”, assim chamado por ele. Acredita-se que ao considerar o aluno como anormal, esta falando do aluno inquieto e indisciplinado, ele sugere que para melhorar o desempenho dos educandos é preciso a cooperação do corpo vigilante, nas horas recreativas e utilizar de toda a prática que influencie na formação da personalidade e do caráter dos alunos.

Em 1964, pelo Decreto Nº 53.558 de 13 de janeiro, a instituição passou a denominar-se Ginásio Agrícola “Visconde de Mauá”, a partir da mudança de nomenclatura a escola deixa de pertencer ao Ministério da Agricultura e passa a ser subordinada pelo Ministério da Educação e Cultura, há indícios que nesta época o ginásio passou por profundos transtornos econômicos, por falta de recursos da União (GUIMARÃES, 2010). Em consequência disso, a mesma estrutura da Escola Agrícola foi mantida, e os exames vestibulares foram mantidos para o ingresso na 5ª série, em virtude da mudança de ministério, o ano letivo devia comportar 180 dias e a ano agrícola coincidir ao ano letivo.

Neste momento, é importante reportar que os documentos desta época ainda não foram analisados e, portanto, nesta fase não há indícios concretos do histórico curricular, bem como, a estrutura educacional e física. Somente é analisado figuralmente mediante obras como (Guimarães, 2010) e alguns documentos que generalizam a trajetória educacional neste período.

Desse modo, parte-se para a transição da instituição de Ginásio Agrícola para Escola Agrotécnica Federal, de acordo com (GUIMARÃES, 2010) sua transformação ocorreu de forma gradativa de modo que no ano de 1977

[...] a escola funcionou com cinco turmas, três de sétima série e duas de oitava série, atendendo a um total de 138 alunos. Em 1978, ainda com cinco turmas, duas eram da oitava série e três da primeira série do Curso Técnico em Agropecuária, de 2º grau, com um total de 175 alunos. Em 1979, estavam matriculados, 203 alunos, sendo 113 da primeira série e 90 da segunda” (GUIMARÃES, 2010, p. 217)

A partir do Decreto Nº 83.935, de 4 de setembro de 1979, a escola passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes “Visconde de Mauá”, ou seja, o decreto atribuía a tarefa a todos os estabelecimentos de ensino subordinados à (COAGRI) Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (órgão, no qual a escola era vinculada desde 1973) vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, passaria a denominar Escola Agrotécnica Federal, seguindo do nome da cidade local. Diante disso, a escola passou a oferecer somente cursos de 2º grau – atual ensino médio que era vinculado aos cursos técnicos.

O mesmo regimento era apresentado na escola, com atividades vinculadas ao treinamento do trabalho produtivo e profissionalizando, em outras palavras, eram os alunos que realizavam os trabalhos agrícolas, colheita e comercialização nas lavouras e nas instalações da escola. O sistema pedagógico adotado era chamado de Sistema Escola-Fazenda – “o aluno apreende para fazer e faz para aprender”, funcionava com programas

agrícolas de aulas teórico/práticas, aliados a cooperativa escola e o trabalho com serviços à comunidade (GUIMARÃES, 2010).

Em 1995, novos cursos foram implantados, cursos de Técnico em Informática, Técnico em Agrimensura e ainda pós-médio em Informática, para os ingressantes que já concluíram o ensino médio, e mais tarde em 1996 o curso técnico Agrícola subdividiu-se em quadro cursos “Técnico em Agropecuária, em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria” (GUIMARÃES, 2010, p. 221).

Posteriormente, esses cursos foram modificados, extinguindo a necessidade de mantê-los junto os ensinios médio, poderiam ser cursados concomitantemente ou sequencialmente, porém, quem optava pelo curso sequencial teria necessariamente ter já cursado o ensino médio.

Ao longo dos anos, novas medidas de expansão educacional foram sendo implantadas na instituição como cursos superiores de cunho tecnológico, em 2004 foi implantado o Curso Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental e, em 2006, o Curso Superior em Tecnologia em Agrimensura, além de cursos profissionalizantes como o Curso Técnico em Administração Integrado, a fim de proporcionar educação gratuita com o objetivo ofertar educação àqueles que não possuíram o ensino médio, na modalidade PROEJA – educação de jovens e adultos.

Finalmente em 2008, com a Lei Federal Nº 11.892, de 29 de dezembro do mesmo ano, que unifica as três escolas agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho criando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Que tem o âmbito de oferecer educação superior, básica e profissional, nas suas variadas especialidades na educação profissional e tecnológica.

## Considerações Finais

A partir do processo de reconstrução e aprimoração do arquivo do referido instituto, pode-se verificar a constante e pertinente dificuldade de organização e remanejamentos dos documentos e dos materiais ali contidos. Uma vez que, até então não houve qualquer iniciativa decorrente da organização e preservação do arquivo. Além de que, muito dos documentos levantados apresenta falta da parte documental, ou seja, muitos documentos apresentam desordem e folhas avulsas, dificultando ainda mais o processo de rememoro do acervo do IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes.

Esse problema é verificado quando,

Vidal preocupada com o *descarte documental* tendo como foco os arquivos escolares, aponta a necessidade de um diálogo entre arquivistas e historiadores. Esse diálogo faz-se urgente, principalmente, se considerarmos as mudanças paradigmáticas que vêm ocorrendo nos últimos anos no campo da pesquisa historiográfica. (MARINHO, 2006, p. 201, grifo do autor)

Entretanto, esse dialogo necessário no campo historiográfico não existe e nem nunca existiu na referida instituição desse trabalho, pois acredita-se que esse dialogo só

é possível quando a instituição assume seu papel frente as iniciativas impostas para a colaboração perante ao trabalho realizado no arquivo.

No que se refere à história escolar profissional da entidade é pertinente verificar que, os processos de implementações das instituições agrícolas nas décadas de 1940 a 1950, décadas em que se encontram a maior parte documental, portanto a ênfase é dada nesse período. Observa-se a constante mudança de nomenclatura que a escola sofreu devido, sobretudo, as diferentes fases em que o país sofria.

Primeiramente, ao Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá” que foi imbuído das correntes ondas de industrialização da Primeira República, sofreu as “ondas” dos modernos princípios da agricultura que só permaneceram no papel, e na prática a escola só sentiu os resquícios da crise econômica.

Depois mais uma mudança de nome, agora Escola de Iniciação Agrícola “Visconde de Mauá”, foram criados dois novos cursos, que só não eram cursos técnicos por que a instituição não possuía equipamentos adequados para o ensino, dessa forma, a instituição continuou com o ensino agrícola, porém para sua inserção foram criados processos vestibulares, a fim de selecionar os alunos e conseqüentemente o ensino. Agora os alunos provêm de boa conduta, já que a escola trazia o hábito de educar aquelas crianças abandonadas e marginalizadas.

Mas o que fazer com aqueles que não possuísem escolarização? A solução dada foi matricula-los no curso destinado apenas a prática agrícola e ao seu fim, a formação de profissional agrícola, e os alunos continuavam analfabetos e com uma profissão que para época e região havia grande necessidade.

Mais tarde, a escola foi elevada a Escola Agrícola “Visconde de Mauá”, nenhum impacto significativo na estrutura física e pedagógica a escola sofreu, os processos vestibulares e os cursos continuaram os mesmos.

Neste trabalho não foram analisados os conteúdos das disciplinas, isso porque nosso objetivo era analisar como aconteciam as relações dentro da Escola Agrícola entre professor e aluno, o currículo e as suas relações com as reformas educacionais da época, quais as concepções formativas por traz dessa instituição. E como proposto, acreditamos que essas relações eram conflituosas entre os professores que viam aos alunos como insolentes, que a única medida era a inserção de medidas altamente disciplinadoras.

Esse processo aliou-se ao modo pelo qual houve a instrução militar na escola, devido às relações governamentais com os países nazifascistas e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de gerar pessoas habilitadas para o exercício militar, sendo as escolas o caminho para fortalecer ao mesmo tempo o espírito pela pátria e a criação de novos guerrilheiros.

No que se refere ao processo de organização escolar a que o país sofria fica evidente que a escola não apresentou nenhuma consideração estabelecida pelas Reformas de Francisco Campos (1931) e Capanema (1942), já que o movimento em prol da educa-

ção tinha o objetivo adequado o ensino à modernização do país, com ênfase na capacitação para o trabalho e na formação das elites. (ZOTTI, 2006)

Havia a defesa de que 'a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, a importância da 'criação' de cidadãos e de reprodução/modernização das 'elites', acrescidas da consciência cada vez mais explícita acerca da função da educação no trato da questão 'social': a educação rural, para conter a migração do campo para as cidades e a formação técnico-profissional do trabalhador, visando selecionar o problema das agitações urbanas' (MORAES, 2000, p.132) (ZOTTI, 2006, p. 2)

Com isso, concluímos que não houve mudanças na educação agrícola, já que ela era subordinada a um órgão completamente diferente a das escolas brasileiras e as reformas educacionais só intensificaram a proposta de profissional esquecendo totalmente do ensino.

## Referências

- BRASIL. Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm) Acesso em 23 jun. 2014.
- BRASIL, Decreto nº 53.558 de 13 de janeiro de 1964 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53558-13-fevereiro-1964-393545-norma-pe.html> Acesso em 23 jun.2014. Acesso em 26 jun. 2014
- BRASIL, Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906. <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/LeisOcerizadas/leis1906vll.exe.pdf> Acesso em 26 jun. 2014
- BRASIL, Decreto nº 12.893, 28 de fevereiro de 1918. Disponível em: [http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12893&tipo\\_norma=DEC&data=19180228&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12893&tipo_norma=DEC&data=19180228&link=s) Acesso em: 04 mai. 2014.
- BRASIL, Decreto nº 83.935 de 4 de setembro de 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 26 jun. 2014.
- BRASIL, Decreto nº 982 de 23 de dezembro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-982-23-dezembro-1938-350702-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18 mai. 2014.
- BRASIL, Decreto nº 23.979 de 08 de março de 1934. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=25733&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em 19 mai. 2014.
- BRASIL, Decreto-Lei nº 4.642 de 2 de setembro de 1942. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=25755&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>> Acesso em 19 mai. 2014.
- BRASIL, Decreto nº 22.506 de 22 de janeiro de 1947. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=155093>> Acesso em 21 mai. 2014.
- BRASIL, Decreto Nº 27.745, de 31 de janeiro de 1950. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextolIntegral.action?id=138453>> Acesso em 21 mai. 2014.

## Referências Bibliográficas

- BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A escola profissional de São Carlos**. São Paulo, EdUFSCar, 1998.
- CARDOSO, M. A. História das Disciplinas Escolares e Cultura Escolar: apontamentos para uma prática pedagógica. In: **VII Jornada do Histedbr: A Organização do Trabalho Didático na História da Educação**, Campo Grande, MS: Uniderp, 2007. v. 1. p. 159-160.
- D'ANGELO, Márcia. **Caminhos para o advento da escola de Aprendizes artífices de São Paulo (1910-1930): um projeto das elites para uma sociedade assalariada**. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. A escola e o arquivo escolar: discutindo possibilidades de interlocução entre atividades de ensino, pesquisa e extensão. Eixo temático: 7. Historiografia da educação brasileira e história comparada (Comunicação). **IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006**. PUC – Goiás. p. 3. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuaiscoautorais/eixo07/Nadia%20Gaiofatto%20Goncalves%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2012.
- GUIMARÃES, Leyde Moraes. **Inconfidentes, a terra que me viu nascer: aspectos históricos gerais**. Inconfidentes-MG, O autor, 2010.
- MARINHO, Nailda. Os arquivos escolares como fonte para a História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 10, p. 193-220, 2006.
- NASCIMENTO, A. O. A nação em armas: o militarismo na educação republicana no Brasil e em Portugal. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju – SE. V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2009.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 2010.
- SOARES, Lindamar Etelvino Santos. Análise do poder disciplinador das escolas agrícolas (1947 – 1956). In: **II SENEPT – Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**, 2010, Belo Horizonte – MG. 100 anos de educação profissional e tecnológica no Brasil: desafios à formação do trabalhador, 2010. v. 1.
- SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. Estado Novo: novas práticas? A educação escolar no Liceu Industrial do Rio Grande do Norte (1937-1942). In: **XXVII ANPUHI – Simpósio Nacional de História**, Natal – RN, 2013.
- VINÃO, Antônio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de história da educação**, nº18, 2008.
- ZOTTI, S. A. O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE**, 2006, Goiânia. IV Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE ANAIS – A educação e seus sujeitos na história. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. v. 4.

# O CENTRO DE MEMÓRIA IFF – NOROESTE FLUMINENSE E A DIFUSÃO DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL ESCOLAR ATRAVÉS DE AÇÕES DE EXTENSÃO E DE PESQUISA

**Fernanda Lima Rabelo**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)

## Introdução

A memória local é considerada, hoje, aspecto fundamental de estudos acadêmicos, especialmente históricos e sociológicos, que buscam valorizar a identidade local, hábitos culturais, lugares de convívio social ou instituições que muitas vezes não existem mais como no passado, para que estas não “desapareçam” em meio ao forte processo de globalização que passamos. Esta identidade local e, especialmente, interiorizada, se torna foco cada vez maior de estudos com o surgimento dos Centros de Memória em universidades, escolas técnicas no interior de estados e em municípios com poucas ações de salvaguarda de memória, museus ou centros de pesquisa histórica.

A partir do surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de experiências de escolas profissionalizantes anteriores e de acordo com o Eixo Temático do Encontro, “Coleção, Acervos e Centros de Memória como lugares vivos e dinâmicos na difusão de processos de produção de saberes e de conhecimento na educação profissional e tecnológica”, busca-se pensar o papel educacional e extensionista dos Centros de Memória recém-criados em Institutos Federais, especialmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), uma vez que praticamente todos os Institutos contêm *campi* interiorizados de ensino. Desta forma, a implementação de Centros de Memória para se preservar, valorizar ou “revalorizar” estes espaços educacionais, funciona como ponto de partida para se pensar em temas de memória e da memória institucional, foco desta apresentação.

Neste sentido, nos embasamos na análise da memória e da História local, por meio também de leituras e de pesquisa em História Oral, especialmente, para compor nosso *métier* de pesquisa. A memória, de acordo com Pierre Nora (1993) e Maurice Halbwachs (1990), possibilita desvendar o que a História não desvenda, que é a continuidade de uma relação passado-presente por meio do fenômeno da lembrança e fortemente relacionada a indivíduos que compartilham experiências. Esse compartilhamento de experiências, fundamental na constituição de uma memória coletiva, tem uma vocação,

como Nora (1993) afirma, mais ligada a grupos específicos, menos universal, e, portanto, relacionado a uma História local ou regional:

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desaccelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação universal. (NORA, 1993, p. 9)

Na sua relação com o presente, a memória, de acordo com Nora e Halbwachs, se relaciona mais intimamente do que os estudos da História. Apesar do crescimento dos estudos do tempo presente na área da História, Halbwachs relaciona a História intimamente a ações do passado com menor relação direta com o presente, e sim indireta. O campo da História, porém, tem se aberto, cada vez mais, ao relacionamento contínuo passado-presente, foco do nosso trabalho. A análise de Halbwachs não é crítica à visão de História renovada presente nos acadêmicos de *Annales*, mas corrobora a relevância dos estudos históricos focados no tempo recente e relacionados à memória:

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. [...] A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparadas por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 67-72)

A partir da relação História-Memória, pretende-se analisar, com as memórias de ex-servidores, ex-professores e alunos egressos do atual Campus Bom Jesus do IFF, uma antiga escola agrícola vinculada à Universidade Federal Fluminense e transformada em Campus do IFF, como professores e servidores que permanecem nesta instituição são protagonistas desta história, como essas lembranças se entrelaçam transformando-as em uma memória coletiva, e as relações entre práticas de ensino e administrativas antigas e atuais, dando continuidade ou modificando procedimentos e práticas da instituição de ensino. Além disso, buscou-se valorizar a memória da instituição com estudos e pesquisas que mostrassem sua origem, sua relevância local no passado, e relacionando-a com uma História em permanente construção, que não foi dissipada com a transformação do Colégio em Campus do Instituto Federal, mas transformada, em um processo de reconstrução do passado que tem uma forte continuidade.

Para tal análise, objetivamos apresentar o projeto de criação de Centros de Memória do IFF a partir de pesquisas, ações e culminância de projetos com resultados, realizados até o momento, no Campus Bom Jesus do Itabapoana. Mais comumente chamado *Campus Bom Jesus*, esta unidade interiorizada de ensino se vinculou ao IFF em dezembro de 2008 (Figura 1). O Centro de Memória IFF-Noroeste Fluminense, localizado neste Campus, foi criado a partir de edital de projeto de extensão em julho de 2012, com o objetivo de efetuar ações de salvaguarda e de divulgação de pesquisas

ligadas à História e à memória local. Neste mesmo ano, quatro instituições de ensino do IFF aderiram ao projeto de Centros de Memória: Campus Campos dos Goytacazes Centro, Campus Avançado Rio Paraíba do Sul, Campus Bom Jesus e Campus Quissamã. Estes *campi* se localizam em municípios do Norte Fluminense e Noroeste Fluminense, sendo o único do Noroeste Fluminense o Campus Bom Jesus.



**Figura 1** – Pavilhão de Ensino e entrada do IFF Campus Bom Jesus, 2011.

Fonte: Acervo Centro de Memória, Campus Bom Jesus, em 2014.

O projeto de criação de Centros de Memória é um projeto em desenvolvimento, devido ao pouco tempo de criação dos mesmos. Renovado por meio de editais, no início de 2014 surgiu a primeira iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura em transformá-los em instituições fixas nos *Campi*. Hoje, o IFF conta com sete centros de memória: além dos já citados, foram criados os Centros de Memória do Campus Itaperuna (Noroeste Fluminense), Campus Macaé (Norte Fluminense), Campus Cabo Frio (Baixadas Litorâneas) e Campus Guarus (Norte Fluminense). Cada Centro de Memória realiza diferentes pesquisas e ações de extensão na área da História e memória. Como exemplo, podemos citar ações de salvaguarda da cultura ribeirinha de Campos dos Goytacazes, do patrimônio arquitetônico do Centro do mesmo município, de manutenção e pesquisa do acervo institucional do Campus Macaé e de ações de educação patrimonial e salvaguarda de tradições da cultura quilombola de Quissamã.

Localizado no Noroeste Fluminense, uma região com poucas ações de salvaguarda e estudos de memória, caracterizada por baixo desenvolvimento econômico e baixo IDH no estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2014), o Centro de Memória IFF-Noroeste Fluminense busca renovar a visão de uma História que muitos moradores temem desaparecer, devido às ações do tempo, e de uma identidade local, que se dissipa com a gradual

migração de habitantes para áreas mais enriquecidas e com maior geração de empregos do estado do Rio Janeiro. Devido ao papel pouco destacado, atualmente, desta região na economia fluminense, há também uma tendência forte de desvalorização de sua própria memória, situação essa que se agravou nas décadas de 1980 e 1990 e a crise financeira a qual o país e o estado passaram.

Os institutos federais, instituições recentes na nossa História educacional, criados em 2008, vieram a cumprir um papel de promotores de uma educação técnica e tecnológica no interior do país, expandindo a rede federal de escolas profissionalizantes já existentes. O projeto de associação de cursos técnicos, integrados ao ensino médio, superiores na área tecnológica e complementares às necessidades do mercado de trabalho já existiu em diferentes momentos do nosso passado educacional, destacando-se as décadas de 1940, 1960 e 1970 (PACHECO, PEREIRA E DOMINGUES SOBRINHO, 2009). Quando da criação dos primeiros institutos, em 2008, muitas destas escolas técnicas pertenciam a quadros dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) ou mesmo escolas técnicas vinculadas às universidades, como é o caso do Campus Bom Jesus.

## Centro de Memória de Bom Jesus

O Centro de Memória de Bom Jesus (Figura 2 e 3) buscou, assim, realizar ações que privilegiassem a pesquisa e a divulgação do patrimônio material e imaterial regional, na perspectiva de privilegiar regiões interiorizadas de atuação do Campus, que abarca o noroeste do estado do Rio de Janeiro e o sul do estado do Espírito Santo, devido à diversidade de alunos recebidos na instituição destas regiões.



**Figura 2** – Equipe do Centro de Memória, exposição “Memórias do CTAL-BB/IFF Bom Jesus”, agosto de 2013.

Fonte: Acervo Centro de Memória, Campus Bom Jesus, em 2014.



**Figura 3** – II Mostra do Conhecimento do IFF Campus Bom Jesus, outubro de 2013.

Fonte: Acervo Centro de Memória, Campus Bom Jesus, em 2014.

A primeira ação do Centro foi de trabalhar por meio de projetos de pesquisas vinculadas à realidade local e coordenados por professores da instituição. Coordenado pelo professor de Sociologia Eduardo Moreira, o projeto “Lugares de Memória de Bom Jesus do Itabapoana”, ainda em andamento, busca valorizar espaços relevantes do passado de Bom Jesus e que não existem mais ou não funcionam mais da forma como foram concebidos, a destacar: o Cineteatro Monte Líbano, o Aero clube de Bom Jesus, o Olympico Futebol Clube (Figura 4), clube que comemora este ano cem anos, a Festa de Agosto, festa tradicional do município e a Lira Bonjesuense. A segunda pesquisa, coordenada pela professora de Geografia Laila Pessanha, “Desenvolvimento urbano e comercial em Bom Jesus do Itabapoana”, ainda em andamento, busca realizar pesquisas sobre o crescimento urbano e do comércio no município, a partir do estudo de ciclos econômicos e mudança de atividades produtivas para terciárias. A terceira pesquisa, foco do nosso trabalho realizado desde 2012, “Memórias do CTAIBB/IFF Bom Jesus”, se vincula à História Institucional do Campus Bom Jesus, uma escola agrotécnica municipal e posteriormente federal, criada em 1970 e federalizada em 1976, quando se tornou colégio agrícola vinculado à Universidade Federal Fluminense, com sede em Niterói.



**Figura 4** – Campo de futebol do CTAIBB com salas ao fundo, década de 1980.

Fonte: Acervo Centro de Memória, Campus Bom Jesus, em 2014.

A iniciativa de pesquisar a memória institucional surgiu da própria comunidade de professores e servidores da instituição, que buscavam, há tempos, recriar a História institucional por meio de ações de pesquisa, porém sem saber como realizar estas pesquisas de cunho histórico. A partir desta necessidade, no momento em que as ações do Centro de Memória começaram, iniciaram-se as ações de pesquisa sobre a memória institucional, de forma sistemática e com o uso de múltiplas fontes históricas.

A partir da análise de documentos institucionais, de organização e identificação de fotografias e do uso da memória oral, buscou-se criar meios de preservação da sua História e de sua memória. O primeiro passo foi salvaguardar fotografias da instituição (Figuras 5 e 6), que estavam guardadas em local não apropriado, e identificá-las, por meio de informações da comunidade de antigos professores e servidores que ainda pertencem aos quadros da instituição. Após a identificação destas fotografias, foi iniciado um trabalho de organização, catalogação e digitalização das mesmas. Buscamos também, por meio de ações de divulgação na internet e exposições, tornar conhecida esta história.



**Figura 5** – Banda do CTAIBB em desfile, década de 1970.

Fonte: Acervo Centro de Memória, Campus Bom Jesus, em 2014.



**Figura 6** – Desfile do Colégio na Festa de Agosto, 1970.

Fonte: Acervo Centro de Memória, Campus Bom Jesus, em 2014.

Em relação à sua história institucional, inicialmente, o Colégio Técnico, vinculado à Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana, iniciou suas atividades como colégio técnico agropecuário, com vias de expandir suas ações profissionalizantes para Veterinária e Zootecnia. Inaugurada em 9 de abril de 1970, seu fundador, Ildefonso Bastos Borges, um ex-técnico do Ministério da Agricultura, veterinário local e de família tradicional, visionava transformar o colégio em um centro de estudos universitários. Porém, Ildefonso faleceu no dia da inauguração do Colégio, se tornando, assim, um verdadeiro símbolo para

a instituição que recebeu o nome de Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB). Em 1976, com a transição para a UFF, o CTAIBB expandiu atividades de pesquisa, vinculando estágios de alunos de Veterinária na instituição. Com o tempo, o Colégio passou a se tornar uma referência de memória importante em Bom Jesus do Itabapoana, único município do Noroeste Fluminense a sediar um Colégio Universitário. (RABELO E MOREIRA, 2013)

O CTAIBB, assim, se tornou um local de referência para a história de Bom Jesus, e por gerações esteve vinculado à memória do município, de municípios vizinhos e seus habitantes. Por se chamar Colégio Técnico Agrícola, recebeu o apelido de “Agrícola”, presente até hoje na memória dos moradores que resistem em chamá-lo de IFF ou Campus Bom Jesus. Apesar dos estudos de produção animal crescerem com o passar dos anos, a vinculação com as Ciências Agrícolas sempre foi muito forte. No imaginário social daquela comunidade, o Colégio tinha uma dupla representação: inicialmente, voltado para os estudos técnicos e ao campo; posteriormente, um colégio federal com Ensino Médio forte, e que, portanto, era uma referência importante para os filhos da classe média que desejavam estudar na universidade.

Por meio da História Oral, as diferentes visões sobre o CTAIBB e a atual visão existente do Campus podem ser melhor compreendidas. O Centro de Memória do Campus Bom Jesus foi criado com o objetivo inicial de constituir acervo de entrevistas para futuras pesquisas sobre a memória regional, a qual a instituição de ensino tem um papel fundamental na consolidação de uma identidade local. A partir da entrevista de ex-alunos, servidores e professores que ainda atuam no Campus, foi possível ter uma visão mais ampla da construção desta identidade e de como a memória institucional foi construída.

As entrevistas tiveram como base o modelo adotado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, um dos primeiros a adotar técnicas e procedimentos de entrevistas e salvaguarda das mesmas no Brasil. A partir da conceituação teórica e das técnicas de pesquisa oral de Verena Alberti (2004) e Janaína Amado e Marieta de M. Ferreira (1996), privilegiou-se a constituição de acervos de entrevistas para este projeto e para outros projetos do Centro de Memória IFF Noroeste Fluminense. Devido ao pouco acesso a fontes documentais escritas, as fontes orais se tornam ricas fontes de informação sobre lugares de memória local. Porém, só elas não bastam para a pesquisa; é necessário cotejá-las com intensa pesquisa imagética e documental, efetuada a partir de documentos guardados da instituição em sala apropriada e organizados no passado, o que possibilitou um reconhecimento maior dos processos institucionais os quais o Campus passou, desde sua criação até a transição para o Campus do IFF.

Na análise do uso de fontes orais como fontes de memória, é necessário pensar no narrador como um sujeito complexo e não somente uma fonte histórica; contextualizar sua importância para o projeto e seu roteiro de entrevista; conhecê-lo melhor para familiarizá-lo com a pesquisa e também compreender o papel do discurso na entrevista, como é comum em casos em que ocorre um “silenciamento” da memória, analisado por

Michel Pollack (1992) como o “não-dito”. É necessário compreender que a memória é seletiva; é contraditória; é única e ao mesmo tempo, coletiva, corroborando ou afastando sentidos comuns da cultura local. Como bem analisa Verena Alberti (2012), é importante entender para quem o entrevistado fala, qual instituição e para qual propósito. Isso pode mudar completamente o discurso, ou fazer com que o mesmo se torne peça chave no entendimento da memória local:

E nossos entrevistados? Para quem falam? Para nós, os entrevistadores, certamente – e por isso é tão importante, para a análise da entrevista, saber quem é o entrevistador e como ele se apresentou, para entendermos a relação de entrevista que ali se estabeleceu e, por extensão, entendermos (ou procurarmos entender), porque o entrevistado disse o que disse. O entrevistado também fala para nossas instituições, depositárias de nossas entrevistas e, muitas vezes, vistas como depositárias da própria História. [...] Em alguns casos, o entrevistado também fala para a comunidade acadêmica, para aqueles que vão escrever a história daquele acontecimento ou período. E, finalmente, ele fala para os pares – tanto os que participaram do mesmo movimento ou ação como os opositores. (ALBERTI, 2012, p. 162-163)

Desta forma, o uso de depoimentos e a constituição de acervo de entrevistas no Centro de Memória não estão ligados a um resgate simples e puro de acontecimentos do passado. Eles estão ligados a uma valorização da memória de sujeitos que necessitam de uma revalorização a partir do momento em que esta memória começa a ser esquecida ou suplantada por novas memórias. A análise do discurso das entrevistas, a partir de uma perspectiva de compreensão do sujeito, sua experiência pessoal e sua experiência compartilhada deve apenas servir como uma das muitas fontes de análise do historiador na reconstituição de uma História local.

Ao analisar o processo de construção de uma memória institucional, foco deste trabalho, pudemos perceber diferentes visões sobre a identidade escolar. Neste processo de entrevistas, diferentes visões se coadunam ou se opõem naquilo que se refere à construção de uma identidade institucional, especialmente devido às mudanças profundas sofridas no Campus com a criação de uma nova realidade institucional ao aderir ao projeto dos institutos federais de educação.

Na discussão da identidade da instituição, Cristiano Ferolla de Lima, professor de Agronomia desde 1983, partilha de uma visão de mudanças profundas que trouxeram desenvolvimento à instituição de ensino e, principalmente, ao município de Bom Jesus. Não só as transformações físicas e financeiras foram importantes para esta mudança, mas a mudança com a vinda de novos cursos, aumento de alunos e professores, qualificação dos mesmos e expansão do ensino:

– Fernanda: você já comentou [...] que você acha que essa mudança para o IFF foi um divisor de águas para a instituição. Fala mais um pouquinho por que isso foi um divisor de águas para a escola. – Cristiano: Foi Fernanda, sobre todos os aspectos [...]. Essa mudança foi total, foi na estrutura física, funcionários de modo geral, técnicos administrativos, docentes, discentes, maior aporte financeiro [...]. Eu digo pros meus alunos, só não estuda quem não quer. Você não precisa sair de Bom Jesus para fazer um bom curso, e isso era uma coisa totalmente fora da realidade [...] no passado recente. Se você pega a década de 1960, é uma doideira [...] naquele momento, a cidade muito acanhada, muito

contida, muito ligada à religião, com estratificação social bem definida, às dez a cidade morria. [...] – Fernanda: você acha que a identidade da escola mudou? – Cristiano: Eu acho que sim. A escola era até então conhecida como escola agrícola, hoje não. O que é muito louvável, o que é muito interessante. Nós temos que ter um ensino agrícola cada vez melhor; sem dúvida, mas a gente tinha uma clientela que não tinha muita afinidade com a agropecuária, então que bom que [podemos] atender essa clientela, [o perfil dos alunos] mudou. A realidade socioeconômica também. Na minha leitura é. Pode ser que eu esteja enganado, que eu não tenho o perfil desses alunos. A princípio, a classe média bonjesuense se faz mais presente. Na minha percepção. [...] A identidade [do Campus] está sendo moldada, está sendo lapidada, eu diria que a princípio sim. Porque se você a vê enquanto instituição, ela é muito recente. (ENTREVISTA DE CRISTIANO FEROLLA DE LIMA, 01.07.2014)<sup>1</sup>

A transformação da identidade do atual Campus também é vista por João Renato de Oliveira Escudini, atual diretor, professor de Ciências Agrícolas desde 1984 e ex-aluno da instituição, como algo natural, como uma mudança positiva dos tempos. Essa identidade é redefinida de acordo com os atores e o tempo, e o colégio vive uma constante transformação:

Quando nós tínhamos três turmas, da Agropecuária [...] a gente estava acostumado a falar família do CTAIBB, família “Ctaibbana”. Hoje já não usamos mais esse termo, porque [em] uma família a gente tem que conhecer o outro, tinha toda essa relação de carinho, [...] [que] foi mudando. Nós passamos de no máximo 90 alunos, para 300 alunos, num primeiro momento já foi um crescimento [...] [o IFF], acho sim, que é um projeto bacana. Como todo projeto novo, não nasce redondinho. Tem que acertar muito. Essa parte dos campi, a parte de normatizar, é um grande feito do reitor, ele está fazendo. (...) tem muita coisa pra fazer. Isso eu acho que ainda leva uns quatro, seis anos, pra arredondar. (ENTREVISTA DE JOÃO RENATO DE O. ESCUDINI, 25.03.2014)

Em relação às diferenças de qualificação, aulas e docentes, João Renato também analisa que houve mudanças, negativas e positivas:

Eu tenho observado às vezes o número de aulas práticas [que] têm diminuído. Tem aumentado as aulas de sala de aula. Mas hoje nós temos outro tempo do professor, muitos recursos didáticos, computador em sala, internet, digital, ele pode lá mostrar uma planta, ele mostra ali com detalhes. Mas tem situação que não tem jeito, o aluno tem que estar lá no campo mesmo. [...] na prática você treina [...] como todo profissional, já passei por isso [...] tem que se preparar pra enfrentar o primeiro emprego. [De positivo], eu acho que esse grupo mais jovem [tem mais] qualificação. O nível de conhecimento, sem dúvida, melhorou, aí não só pelo fato de nós termos vários doutores, mestres, mas pessoal qualificado. Mudou com o número de alunos, a própria marca IFF pegou, pegou bem, [...] isso aí, na nossa época, [era] uma escola respeitada e tudo, mas ligada à universidade, CTAIBB era um apêndice mesmo. Sem dúvida foi um avanço. O diretor, quando chega em qualquer órgão aqui, isso abre as portas mesmo. ((ENTREVISTA DE JOÃO RENATO DE O. ESCUDINI, 25.03.2014)

---

<sup>1</sup> As entrevistas de Cristiano Ferolla de Lima e João Renato de O. Escudini estão depositadas no Centro de Memória IFF Noroeste Fluminense, no Campus Bom Jesus. As entrevistas estão em fase de transcrição para posteriormente serem abertas para consultas educacionais.

Em relação à identidade da instituição, houve mudanças inevitáveis na sua percepção:

A identidade mudou. Isso é a dinâmica própria dela [ da instituição], se mudam as pessoas, muda a cara da instituição. Então hoje se [fizer] uma média de servidores, de idade, você vê que está [com] uma média bastante jovem. Se contar os antigos, vai encher uma mão, tá? (risos) Mais jovens, gente de quinze anos [de trabalho] pra baixo, dezoito anos pra baixo, meia vida, né? [O] IFF é uma instituição, que apesar de quarenta anos, é uma instituição novíssima, que tem muito o que aprender, crescer, batalhar, discutir, para chegar no nível que todo o mundo quer, a gente tem esse orgulho, mas a gente tem que avançar mais ainda. Isso daí, esse avanço que eu penso, isso é normal no ser humano, na instituição, ela tem que estar sempre avançando, porque senão a tecnologia avança, e isso te atropela... ((ENTREVISTA DE JOÃO RENATO DE O. ESCUDINI, 25.03.2014)

Desta forma, a partir da análise de depoimentos para compreender transformações sociais, institucionais, visões institucionais e se discutir um assunto relevante hoje nos institutos federais, que seria a construção de uma identidade ancorada na interiorização dos campi, ao mesmo tempo em que reflete políticas nacionais e um projeto educacional novo e ainda em construção, é possível compreender melhor não só o papel da instituição para o município mas como a memória institucional é fundamental para se pensar neste novo projeto educacional.

Ainda no processo de construção desta memória institucional, alunos e bolsistas tiveram papel fundamental para o andamento das atividades do Centro de Memória. Com bolsas Jovens Talentos para o Ensino Médio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), bolsas de extensão e de pesquisa do próprio Campus, foi possível não somente desenvolver o projeto, mas desenvolver no corpo discente práticas de pesquisa histórica, comuns geralmente no Ensino Superior. Estes bolsistas organizaram fotografias e as identificaram com servidores antigos; analisaram projetos desenvolvidos ao longo dos anos; analisaram fontes escritas de fundação do Colégio; participaram do processo de criação de roteiro, participaram das entrevistas e puderam, assim, vivenciar o cotidiano da pesquisa histórica e desenvolver capacidades de pesquisa, se tornando agentes da construção do conhecimento. Em depoimento, é possível perceber a mudança na visão do conhecimento histórico por parte da aluna Bruna Crisóstomo de Almeida, bolsista Jovens Talentos da Faperj entre 2012 e 2013 e aluna entre 2011 e 2013 do curso técnico integrado à Agropecuária:

Eu não sabia como era o trabalho de pesquisa histórica, eu pensava que era muito diferente. Eu não sabia os cuidados que nós tínhamos que ter, por exemplo [com] as fotos. Antes, eu deixaria em álbum, não veria importância em datar. Hoje, tenho mais cuidado com isso, vejo que são coisas importantes para a memória da instituição. Antes, eu via a História muito como uma “historinha”, como algo muito distante. Hoje eu vejo como algo mais real, mais concreto. Eu gostava até de ler coisas sobre [História], era como se fosse um livro. Hoje, eu [...] estudo História já pensando na realidade, levo mais para o cotidiano. (BRUNA CRISÓSTOMO ALMEIDA, outubro de 2013)<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Os depoimentos de Bruna Crisóstomo Almeida e de Alan Polate da Silva foram colhidos para confecção de pôster para a II Mostra do Conhecimento do Campus Bom Jesus e para a XV Mostra Jovens Talentos da Faperj, em 2013, depositado no Centro de Memória IFF Noroeste Fluminense.

Em um segundo depoimento, o bolsista Alan Polate da Silva, bolsista Jovens Talentos da Faperj e aluno entre 2011 e 2013 do curso técnico integrado à Informática, analisa a relação entre História ensinada e História pesquisada:

O projeto foi importante para mim porque mostrou [...] como, mesmo numa realidade próxima, existe toda uma História a ser resgatada e como funciona o trabalho do historiador para colher estas informações. Eu tinha uma ideia já porque tinha alguns livros [de História], mas foi diferente do que eu imaginava. Foi positivo, porque eu percebi que é muito pessoal, você ouvindo relatos e lendo documentos, aprende muito sobre a vida das pessoas. A minha concepção de História mudou muito. Porque a História que a gente estuda em sala de aula é bem diferente de uma pesquisa histórica, e aí eu vi que a História vai muito além do que a gente estuda. Pretendo dar aula, quero ver como é dar aula, e a História tem muitos campos interessantes, e acho, depois de um tempo, [que] eu posso decidir qual caminho eu vou trabalhar. (ALAN POLATE DA SILVA, 2013)

Dentre as atividades efetuadas pelo Centro de Memória e relacionadas ao projeto de “Memórias do CTAIBB/IFF Bom Jesus”, podemos destacar a organização e identificação de acervo fotográfico; a digitalização do mesmo e sua organização em arquivo “na nuvem”, para evitar perdas futuras de fotografias, que já tinham sido castigadas em enchentes ocorridas no colégio e comuns na região Noroeste Fluminense; entrevistas de servidores e professores que atuaram na fase CTAIBB e permanecem hoje vinculados à instituição; a organização de três exposições sobre a História institucional, duas em Mostra Científica no próprio Campus, e uma no Espaço Cultural Luciano Bastos, espaço que se localiza no próprio município, e realiza exposições culturais abertas para a comunidade; transcrição e salvaguarda de documentos e das entrevistas, que serão abertas para quem desejar as utilizar para fins educacionais após o fim das transcrições.

Outras atividades realizadas pelo Centro e relacionadas aos três projetos existentes seriam as de pesquisa em jornal local, no site do IBGE e entrevistas sobre o comércio em Bom Jesus do Itabapoana; pesquisa sobre dois lugares de memória de Bom Jesus, que seriam o Clube Olympico F.C., e o clube do município vizinho de Bom Jesus do Norte, Ordem e Progresso F.C., com organização de exposição sobre os cem anos dos dois clubes; organização de documentário sobre a Festa de Agosto com oficinas realizadas pelo setor educativo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em andamento; participação de alunos e professores em mostras de pesquisa e extensão em *campi* do IFF e em Encontro de Educação em instituição de ensino superior; pesquisa e inserção de conteúdos sobre a História e patrimônio local nos sites da *Wikimedia Foundation*, mais especificamente na Wikipédia, enciclopédia virtual desta organização, que recebe colaborações de todas as partes do mundo, projeto também em andamento.

Desta forma, o Centro de Memória IFF-Noroeste Fluminense buscou, nesses dois anos de existência, consolidar uma prática de pesquisa no Campus, valorizar a memória local a partir de estudos que conciliassem interesses da comunidade escolar e interesses da comunidade local. Tentou, com isso, incentivar o trabalho de pesquisa e extensão nos institutos federais, uma das “missões” instituídas no momento de sua

criação, além de trazer à tona uma história que ainda tem muito o que se pesquisar, valorizando sujeitos e comunidades locais, que são atores fundamentais desta memória em construção.<sup>3</sup>

## Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Da “versão” à “narrativa” no Manual de História Oral. In: **História Oral**, v. 15, n. 5, p. 159-166, jul-dez 2012.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- IBGE. Estatísticas de cidades, Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=33&search=rio-de-janeiro> Acesso em 08 jul. 2014.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.
- PACHECO, Eliezer, PEREIRA, Luiz Augusto e DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: **T&C Amazônia**, Ano VII, Número 16, pp. 1-7, fev. 2009.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. Pg. 1-15.
- RABELO, Fernanda L. e MOREIRA, Eduardo. Lugares de memória de Bom Jesus do Itabapoana: a recuperação do patrimônio imaterial do município a partir de registros orais e visuais. In: **Anais do X Encontro Regional de História Oral. Educação das Sensibilidades: violência e desafios contemporâneos**. Unicamp, 10 a 13 de setembro de 2013. In: [http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372613388\\_ARQUIVO\\_LugaresdeMemoriadeBomJesusdoItabapoana\\_FernandaRabeloeEduardoMoreira.pdf](http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1372613388_ARQUIVO_LugaresdeMemoriadeBomJesusdoItabapoana_FernandaRabeloeEduardoMoreira.pdf) Acesso em 08 jul. 2014.

<sup>3</sup> Agradecemos o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do Instituto Federal Fluminense, promotora do projeto de Centros de Memória no Instituto, da Diretoria de Pesquisa e Extensão do Campus Bom Jesus e de ex-alunos e alunos bolsistas que participaram das etapas de construção do Centro de Memória e de seus projetos ligados à memória de Bom Jesus.

# RECONTANDO A HISTÓRIA: OS ANOS INICIAIS DA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO

**Analder Magalhães Honório**  
Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho

---

## Introdução

O objetivo principal deste trabalho é reconstruir uma pequena parte da história da Escola Técnica Estadual (Etec) Sylvio de Mattos Carvalho, mais precisamente, conhecer um pouco sobre os seus anos iniciais, desta forma foi definido como recorte o período compreendido entre o ano de 1986, quando ocorreu a sua criação por meio do Decreto Nº 25.326, de 03 de Junho de 1986<sup>1</sup>, do então governador do estado Franco Montoro, até o ano de 1993, quando aconteceu a sua transferência da Divisão Estadual de Ensino Tecnológico (DEET) para o Centro Paula Souza, por meio do Decreto Nº 37.735, de 27 de Outubro de 1993<sup>2</sup>, do governador Luiz Antonio Fleury Filho.

Matão, cidade da região central do Estado de São Paulo, distante 300 km da capital paulista. O Censo de 2010 realizado pelo IBGE apontava uma população de 76.786 habitantes<sup>3</sup>. Segundo Diniz (2012), Matão é economicamente um dos municípios mais importantes de sua região, principalmente pela existência de indústrias de pequeno, médio e grande porte no setor metalomecânico e agroindustrial, o autor afirma ainda que o crescimento destas empresas se deu a partir da década de 1970, quando passou por um processo de modernização agrícola, ocorrendo então a instalação de grandes empresas de implementos agrícolas e de sucos cítricos, isso mostra que Matão sempre teve vocação para a indústria, e com o crescimento destas indústrias na cidade a educação profissional passou a ser aleijada tanto por políticos, quanto pelos industriais, e também pela população em geral. Neste sentido a criação da Etec Sylvio de Mattos Carvalho veio para suprir essa lacuna existente na educação matonense; é por colocar no mercado de trabalho, ano após ano, a mão de obra técnica que move as indústrias, principal atividade econômica do município, que a história desta importante instituição de ensino deve preservada. Desta forma o presente artigo procura trazer de volta um

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1986/decreto-25326-03.06.1986.html>

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=14724>

<sup>3</sup> Vide Censo do IBGE – 2010 (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>)

pouco desta longa história de sucesso, trazendo alguns aspectos dos anos iniciais da Etec Sylvio de Mattos Carvalho.

## Materiais e Métodos

Para este trabalho, foram utilizados documentos escolares como planos de cursos dos anos de 1987, 1988, 1989, 1990 e 1992 e também o livro de controle de retirada certificados nº1, onde constam das habilitações parciais e plenas do ano de 1989 ao ano de 2005, mas para este artigo foi levado em conta apenas as páginas 1 a 22, onde constam os concluintes do período entre 1986 a 1993. Foi a partir da análise destes documentos é que tornou possível o levantamento de informações importantes para a reconstrução desta pequena parte da história da escola técnica.

A análise desses documentos foi realizada através do grupo de estudos “Memórias e História da Etec Sylvio de Mattos Carvalho”, que é formado por alunos do curso de “Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio” e coordenado por mim, e cujas principais atividades desenvolvidas, no primeiro semestre do grupo, foi a digitalização de documentos escolares para posterior tratamento de imagens, a fim de disponibilizá-los no futuro Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho.

Além disso, o grupo ainda se concentrou em buscar personagens que pudessem colaborar como fonte de história oral, sendo realizado o levantamento de professores e alunos da época, e em seguida, houve várias tentativas de contato com ex-professores e ex-alunos. No entanto, as tentativas ainda não resultaram em material que pudesse ser utilizado para este artigo.

## O Início da História

A Etec Sylvio de Mattos Carvalho, criada em 1986 como já citado, deu vida a um prédio que já tinha sua história antes mesmo de abrigar a escola técnica, Diniz (2012) mostra que a história começou no ano de 1940, quando por iniciativa do Poder Público municipal foi criado por meio do Decreto-lei Nº 42, de 31 de dezembro de 1940, o Ginásio Municipal Doutor Adhemar. Como o Ginásio foi criado sem a existência de um prédio para abrigá-lo, teve suas aulas iniciais provisoriamente realizadas nas dependências do primeiro grupo escolar, onde hoje é a Escola Estadual José Inocêncio da Costa. Diniz (2012) conta ainda que no dia 08 de fevereiro de 1942 foi lançada a pedra fundamental do edifício do Ginásio Municipal, que foi inaugurado em 30 de dezembro de 1943.

O autor afirma ainda que a construção do prédio se deu pela previsão de transformá-lo em um Ginásio Estadual num futuro próximo, mas a manutenção do Ginásio pelo município se tornou muito onerosa, mesmo com subvenção parcial, dada pelo estado na época, o que fez com que por meio do Decreto-lei Nº 76, de 18 de abril de 1944, o Ginásio Municipal fosse arrendado à iniciativa privada pelo prazo de 10 anos através de concorrência pública vencida pelo Colégio Anglo Latino de São Paulo, que assumiu em 05

de Julho, do mesmo ano, a gestão do Ginásio e ficou por apenas 02 anos e 07 meses. Por meio do Decreto-lei Estadual Nº 16.871, de 10 de fevereiro de 1947, o Ginásio Municipal foi incorporado ao estado. Em 1965, o ginásio estadual tornou-se o Instituto Estadual de Educação Professor Henrique Morato, e com o aumento do número de alunos o prédio começou a ficar pequeno, e por isso deram início a construção de outro prédio próximo, onde hoje funciona o Henrique Morato para onde os alunos foram transferidos, e com isso o prédio ficou por algum tempo desocupado.

Em 1975, por meio do Decreto Federal Nº 76.065, de 31 de julho de 1975<sup>4</sup>, é autorizada a funcionar a Faculdade de Ciências e Letras de Matão, que dá novamente vida ao prédio, que funcionou regularmente até 1985, quando se formou a última turma.

## Da criação à incorporação ao Centro Paula Souza

Chegamos, portanto, ao ano de 1986, quando enfim foi criada a Escola Técnica Estadual de 2.º Grau, de Matão, em 20 de janeiro de 1987, e que através da Lei Nº 5.542 recebeu a denominação de Escola Técnica Estadual de 2º Grau “Prof. Dr. Sylvio de Mattos Carvalho”. Matão (2011) conta que o Patrono da Escola, nasceu em 13 de dezembro de 1913, em Dobrada, e graduou-se no ano de 1935 em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, e foi o primeiro diretor do Ginásio Estadual e Escola Normal de Matão, onde também lecionou História, Ciências e Sociologia. Foi um dos primeiros advogados de Matão, trabalho em que se destacou como profissional que visava não apenas o lucro, e, muitas vezes exerceu seus conhecimentos profissionalmente gratuitamente. Faleceu em 29 de abril de 1979, além de dar nome a escola técnica, ele teve ainda seu nome perpetuado em Matão em uma praça do município.

No ano de 1987, a ETESG Prof. Dr. Sylvio de Mattos Carvalho ofereceu 136 vagas para o Ensino Técnico de 2º Grau, na Habilitação Profissional de Mecânica. Uma análise do plano escolar de 1987 nos permitiu conhecer um pouco do perfil dos alunos na época; um fato interessante é que a maior parte dos alunos, ou seja, 73 deles possuíam idade acima de 19 anos, sendo sete deles com idade superior a 30 anos, e esses alunos já integravam a força de trabalho. A maioria deles, dentro dessa habilitação oferecida pela escola, era 125 dos 136 alunos iniciantes que trabalhavam com carteira assinada. Com isso é possível perceber que a implantação da Escola Técnica colaborou na formação de muitos dos trabalhadores da época, que muito provavelmente não tinham muitas opções para retornar aos estudos por conta do trabalho. Neste sentido, vale ressaltar que as aulas eram no período noturno, o que dava oportunidade para que os alunos permanecessem nos seus trabalhos. Além dos 73 alunos, com idade acima de 19 anos, a primeira turma contava ainda com 14 alunos com 19 anos, 17 com 18 anos, 10 com 17 anos, 20 com 16 anos e apenas dois com 15 anos, entre os 136 alunos havia apenas uma aluna do sexo feminino. O plano afirma ainda que os alunos apresentavam nível razoável

<sup>4</sup> Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=205318>

de condições socioeconômicas, fazendo parte de famílias de pequena e média renda e com instrução básica.

Quanto à estrutura da escola à época, contava com um total de 11 salas de aulas, uma sala de aula estava adaptada para o laboratório de Física, Química e Biologia e outra adaptada para Desenho Técnico, possuía ainda uma sala adaptada para o funcionamento da secretária da Escola Municipal Adelino Bourdignon, que também utilizava outras sete salas de aulas no período noturno para o supletivo. Além disso, a Escola Municipal José Inocêncio da Costa, também utilizava algumas salas durante o período da manhã e da tarde, muito possivelmente porque a escola estava em reforma neste período.

Além dessas escolas, a guarda municipal também utilizava uma sala no andar térreo da escola, uma sala para os professores, dois sanitários para alunos e dois para professores e funcionários, uma oficina didática de mecânica com um sanitário anexo, a quadra de esportes, uma cozinha pequena e uma diretoria que estava desativada por abrigar livros da biblioteca da extinta faculdade de ciências e letras.

Dentro das prioridades para o ano de 1987, o plano previa adequação aos módulos das Escolas Técnicas Estaduais, a organização e instituição da biblioteca, a instalação da oficina didática de mecânica com a instalação da rede elétrica e dos equipamentos. Além da reforma do prédio, a aquisição de todo o mobiliário, a organização e constituição da APM e do Centro Cívico. Cabe ressaltar que o Centro Cívico configurou como meta nos planos escolares seguintes, o que nos leva a entender que nunca chegou a ser construído, mas é uma questão a ser levantada em possíveis entrevistas com professores e diretores da época.

O primeiro conselho de escola da Escola Técnica teve como presidente o Prof. Luz Manoel Frattini, também o primeiro diretor da escola técnica, além disso tiveram em sua composição os professores Alexandre Luiz M. de Freitas, Aparecida P. B. M. Grilo, Célia Regina Pereira Gomes, José Arnaldo Bottesini, José Carlos Torchio, Margarete Coelho de Carvalho, Maria de Fátima Jacob Silva e Paulo Cavichioli, e contou com a participação de cinco alunos, sendo eles Ezequiel Gonçalves, Gregório Fernandes, José Roberto Afonso, Luiz Gonzaga Tagliavini e Theodora P. B. Tagliavini e também cinco pais de alunos, sendo a Sr<sup>a</sup>. Ana Aparecida Girassol Alves, o Sr. Joaquim Pereira, o Sr. José Pancieira, o Sr. Manoel de Araújo Ferreira e o Sr. Rinaldo Arthur.

O primeiro ano de funcionamento da Escola Técnica terminou com apenas 89 alunos frequentando a escola; vale ressaltar que além dos 136 iniciantes, a escola recebeu durante o decorrer do ano duas transferências. Dos alunos iniciantes, 49 alunos deixaram de frequentar as aulas, 35,5% dos alunos, dos alunos frequentes apenas um ficou retido na primeira série, desta forma a escola apresentou um índice de aprovação de 98,8% conforme rendimento escolar contido no plano de escolar de 1988.

É preciso lembrar que no primeiro ano do ensino técnico de 2º Grau apenas uma das disciplinas era técnica, todas as outras eram disciplinas do 2º Grau, com isso, por algum motivo que não pode ser identificado pelo plano escolar, a escola que antes oferecera três turmas da habilitação de mecânica, divide suas turmas em três habilitações, desta forma os alunos do segundo ano foram divididos por grupo em habilitações diferentes e

não mais apenas na habilitação de mecânica como previa o plano escolar de 1987. Além destas turmas de 2ª série, foram abertas outras cinco turmas de 1ª Série, sendo duas de mecânica e três de eletrônica/eletrotécnica, e com isso o número de classes salta de três para oito, e o número de alunos de 89 para 305. Assim como no ano anterior, prevalece o maior número de alunos com idade acima de 19 anos, eram 188 alunos com este perfil, e cerca de 61% desses alunos, houve, portanto, um aumento de 8% de alunos com idade maior que 16 anos, também aumentou o número de alunos com idade superior a 30 anos, o número foi para 26 contra sete do ano anterior, assim como o número de alunas do sexo feminino que deu um salto de uma aluna para 12 alunas.

Um ponto importante a se considerar no plano escolar de 1988 foi à chegada de equipamentos para a escola, começava então a criação dos laboratórios e da oficina mecânica, já que agora a escola passaria a oferecer a partir deste ano, as disciplinas técnicas, assim a escola recebeu equipamentos da Etec José Rocha Mendes, de São Paulo, da Etec Albert Einstein, de São Paulo, da Etec Rosa Perrone Scovone, de Itatiba, e da Etec Guaracy Silveira, de São Paulo.

A primeira grande mudança que pode ser observada no plano escolar de 1989 foi o diretor da escola, neste ano, quem assina o plano escolar e consta como presidente do conselho de escola é o Prof. Antônio Lourenço Custódio, que teve como diretor substituto o professor Angelo José Marquezi. Neste ano, a escola começou suas atividades com 353 alunos divididos em 12 turmas: sendo seis turmas na 1ª Série, quatro de eletrônica/eletrotécnica e duas de mecânica; três na 2ª Série, uma de mecânica e duas de eletrônica/eletrotécnica e três na 3ª Série, sendo uma de mecânica, uma de eletrônica e uma eletrotécnica. É importante lembrar que no ano de 1988 entraram três turmas de eletrônica/eletrotécnica e ficaram apenas duas turmas, o mesmo ocorreu com mecânica, onde de duas turmas oferecidas na 1ª Série, ficou apenas uma, possivelmente por conta da alta evasão, uma das turmas se dissolveu ficando apenas outras duas. No ano de 1989 o número de alunos chegou a 353, um crescimento de apenas 15% se comparado ao ano anterior, o crescimento de 1987 para 1988 foi de 125%, no entanto ao analisar os números é importante lembrar que o número de turmas crescia, no primeiro ano apenas três turmas foram abertas, no segundo foram cinco, já no terceiro o número aumentou para seis, o problema do não crescimento do número de alunos na mesma proporção do número de turmas era com certeza a evasão, que fazia que diminuíssem o número de turmas nas segundas séries.

Um número que chama atenção no ano de 1989 é a redução de alunos com idade acima de 19 anos, agora apenas 175 alunos, ou seja, 49,6% dos alunos tinham este perfil, a menor porcentagem dos três anos de escolas, em contrapartida aumentava o número de alunos com idade entre 15 e 16 anos, o número saltou de 10,8% para 20,1%, estes números mostram que a escola estava se popularizando entre os alunos em idade escolar, a população começava a ver a importância da educação profissional para o mercado de trabalho.

É em 1989 que os primeiros alunos concluem a habilitação parcial técnica, e com isso conseguem concluir o 2º Grau, os números não são dos melhores, apenas 42 dos 136

que iniciaram conseguem concluir o 2º Grau, ou seja, 30,9% dos alunos. Mas é importante lembrar que estes são os alunos da primeira turma, o que mais chama atenção é o baixo número de concluintes de eletrotécnica, apenas quatro, já em mecânica foram 13 e em eletrônica, 25.

Neste ano, é criada a APM – Associação e Pais e Mestres da escola, e citada a data de 14 de junho de 1989, como data da primeira reunião extraordinária da APM, que é presidida pelo Prof. Antonio Lourenço Custódio, presidente nato e composta pelos pais de alunos Sr.<sup>a</sup> Maria Tereza Fabri, Sr.<sup>a</sup> Marilda Aparecida Rodrigues Martins, Sr.<sup>a</sup> Maria da Silva Santos e o Sr. Hugo Destefani, dos professores José Arnaldo Bottesini, Ayrton Poletti Junior e Vanderley Azevedo de Brito e dos alunos Arnaldo Mikio Endo e Carlos Eduardo Marchetti. Embora o plano cite a composição da APM, é importante ressaltar que o plano escolar do ano seguinte diz que: a atividade da APM, havendo apenas uma contribuição mensal dos alunos para custeio de uma máquina de xerox para elaboração de apostilas.

Chegamos, portanto ao ano de 1990, onde quem assumiu a direção da escola foi o professor Prof. Waldemir Thomaz Picchi, neste ano houve algumas alterações na estrutura do plano escolar, e o plano escolar de 1990 não traz detalhado os números de alunos por idade como nos anos anteriores, a exemplo do ano anterior, foram abertas 12 turmas das quais quatro são de 1ª Série, três de 2ª Série, duas de 3ª Série e três de 4ª Série, como o número de salas que consta no plano escolar são 12, possivelmente não foram abertas novas turmas por conta da capacidade física da escola. Mas é importante salientar que neste período a escola contava com três turmas de 4ª Série que somados davam um total de 42 alunos, ou seja, o que usualmente eram matriculados em cada turma, mas como se tratavam de habilitações diferentes, cada uma ocupava uma sala, inclusive uma turma de apenas quatro alunos.

O número de alunos subiu para apenas 372, 19 a mais que o ano anterior, isso mostra que a evasão escolar começava a diminuir, já que o número de turmas era o mesmo e houve um aumento de 19 alunos. No entanto o número de concluintes das habilitações parciais continuava baixo, em 1988 entram 218 alunos nas 1ªs séries, destes apenas 63 alunos concluíram, sendo 31 de eletrônica e 32 de mecânica.

Neste ano, também ocorreu a conclusão das primeiras turmas da escola nas habilitações profissionais técnicas, onde 21 alunos conseguiram o título de técnico em eletrônica, 12 o de técnico em mecânica e quatro o de técnico em eletrotécnica. Nota-se que a evasão da terceira para a quarta série foi baixa, a maioria dos alunos que concluíram a habilitação parcial continuou o curso até o final a fim de obter a habilitação plena.

O que há de novo neste plano é uma citação da participação de alunos em encontros estudantis promovidos pela Secretaria de Educação, embora como nos anos anteriores, informa que não houve a criação do grêmio estudantil. O Plano cita ainda que foi estabelecido o código disciplinar da escola com relação aos alunos, mas infelizmente o plano não contém esse código.

Um trecho interessante do plano escolar de 1990 é o item “Relacionamento Escola-Comunidade” que diz: “De modo geral, a comunidade permanece ‘fechada’ para a escola. A sociedade continua achando que a escola é do Governo, portanto o problema é

dele. O pessoal envolvido na escola tem que ‘esmolar’, principalmente, quando os alunos precisam fazer estágios; salvo quando são empregados da empresa”. Desta forma podemos entender que a escola ainda não tinha um bom relacionamento com a comunidade, que embora fosse responsável por formar mão de obra técnica para a cidade, ainda não conseguia firmar parcerias com as empresas da cidade.

O plano escolar de 1991 não foi encontrado, desta forma não há registros sobre o número de alunos/turmas que entraram neste ano, apenas é possível de analisar o número de alunos que concluíram as habilitações parciais e plenas já que estas informações constam no livro de registros de diplomas, onde houve 62 concluintes nas habilitações parciais, ou seja, 29% dos ingressantes de 1989, sendo 22 de eletrônica, 14 de eletrotécnica e 26 de mecânica, já nas habilitações plenas o número de concluintes foi de 61, o que mostra que apenas dois alunos que concluíram a habilitação parcial no ano anterior, não concluíram a habilitação plena.

No ano de 1992 uma mulher assume a direção da escola, ela é a Profa. Maria da Glória Rocha Pirolla Neste ano, a escola registra também o maior número de alunos matriculados desde a sua criação, são 472 alunos, sendo 206 nas 1<sup>as</sup> séries, 111 nas 2<sup>as</sup> séries, 93 nas 3<sup>as</sup> séries e 62 nas 4<sup>as</sup> séries. O número de alunos com mais de 19 anos volta a cair, desta vez eles representam 44,3% dos alunos, enquanto os alunos com menos de 17 representam 22,5%, ocorrendo, portanto, um ligeiro aumento com relação aos anos anteriores. Um dado importante para esse ano é o aumento de número de turmas de 12 para 14, sendo cinco 1<sup>as</sup> séries, três 2<sup>as</sup> séries, três 3<sup>as</sup> séries e três 4<sup>as</sup> séries.

A respeito de concluintes, 76 alunos concluíram as habilitações parciais neste ano, sendo 37 em eletrônica, 13 em eletrotécnica e 26 em mecânica, além destes, outros 49 concluíram a 4<sup>a</sup> série, finalizando, portanto, a habilitação plena foram 20 de eletrônica, 11 de eletrotécnica e 18 de mecânica. O que se percebe é que neste ano houve o maior número de evasão entre alunos da 4<sup>a</sup> série.

O plano de escolar de 1993, último ano da escola pertencendo à Secretária de Educação, também não foi encontrando para análise, o que temos são apenas os números de concluintes do ano, sendo 67 nas habilitações parciais, 29 de eletrônica, oito de eletrotécnica e 30 de Mecânica, além de 64 nas habilitações plenas, 25 de eletrônica, 14 em eletrotécnica e 30 de mecânica.

Percebe-se com esses números que a escola sempre teve um número de concluintes baixo se comparado aos ingressantes, mas é interessante notar que a escola sempre buscou driblar esse problema da evasão criando várias turmas na primeira série e juntando as turmas nas séries seguintes, permitindo assim oferecer mais vagas para as primeiras séries. É importante lembrar que na época não havia exames de admissão como ocorrem hoje com o Vestibulinho. Desta forma, a abertura de várias turmas para as séries iniciais permitiu atender o máximo de interessados possíveis. Das habilitações oferecidas pela escola na época, nota-se que a habilitação de eletrotécnica sempre teve um número de concluintes menor que as outras, mas é preciso levar em consideração que os alunos podiam optar entre eletrônica e eletrotécnica a partir da segunda série, neste ponto ao que tudo indica havia um interesse maior pela eletrônica. No entanto,

para entender melhor esse fenômeno seria necessário usar de fontes de história oral, pois apenas as pessoas que vivenciaram aquele tempo podem ajudar a encontrar respostas que a análise de documentos não nos permitiu encontrar.

## Caminhos a seguir

Notadamente ainda temos muitas perguntas que precisam ser respondidas, é preciso levar em consideração que o pouco tempo de atuação do grupo de estudos não nos permitiu alcançar todos os objetivos que pretendíamos, mas o trabalho continuará, até o momento tivemos como fonte apenas alguns poucos documentos escolares, que sem dúvida nenhuma nos permitiu desenhar o nosso norte. Mas sabemos que haverá ainda muito estudo e pesquisa para que a história da nossa Etec possa ser recontada de fato.

É preciso considerar que os estudos destes documentos escolares pelos integrantes do nosso grupo, permitiu descobrir alguns personagens essenciais para o emprego da história oral da Etec, e por isso essa nova etapa poderá trazer maior clareza para nossa história, já houve tentativas de contato com ex-alunos, no entanto sempre sem sucesso, mas estamos empenhados em continuar pois sabemos da importância da história da Etec para o município de Matão e por isso muito trabalho ainda há de ser feito.

Nunes (2010) lembra que as escolas são verdadeiros “celeiros” de memórias, que a importância destas instituições reside no fato de representar, durante a infância e a adolescência, para além de sua finalidade específica, um território de lenta aprendizagem do mundo exterior. Infelizmente a partir de análise de documento não é possível chegar a essas memórias, embora todo o trabalho realizado até momento tenha sido de grande importância, sabe-se que a real história encontra-se na memória daqueles que fizeram parte da história.

## Considerações Finais

Como pode se perceber, o trabalho para a construção do centro de memória e da história oral da Etec Sylvio de Mattos Carvalho está apenas em seu início, são quase 30 anos de história que precisam ser vasculhadas tanto documentalmente como através da história oral, com isso sabe-se que há um longo trabalho pela frente, e que, portanto este trabalho é apenas uma pequena semente de algo maior que há de surgir. Este estudo pode nos levar a conhecer ainda que superficialmente a história dos anos iniciais da escola técnica fornecendo alguns fatos relevantes para esta história e principalmente números de alunos e cursos oferecidos nesses primeiros anos da escola.

Sabe-se que ainda há um longo trabalho pela frente, e que os documentos já estudados precisam de novas releituras. Além disso, seria muito interessante que fossem encontrados os planos escolares ausentes neste estudo, dos anos de 1991 e 1993, necessários para o preenchimento de algumas lacunas, e que se entrevistem as pessoas que

fizeram parte dessa história dos anos iniciais da Etec Sylvio de Mattos Carvalho, pois com certeza suas memórias contem informações que documento nenhum será capaz de nos revelar.

## Referências

MATÃO, **História da Minha Rua: Sylvio de Mattos Carvalhos**. Disponível em [http://www.matao.sp.gov.br/site/historia\\_ rua3.php?id=12854](http://www.matao.sp.gov.br/site/historia_ rua3.php?id=12854) Acesso em: 03 Jul. 2014.

## Referências Bibliográficas

DINIZ, C. A. **A Educação Secundária No Interior Paulista**: Estudo Histórico sobre o Ginásio Estadual De Matão (1940-1965). 2012. 117 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara.

NUNES, Clarisse. Memória e história da educação: entre práticas e representações. **Revista Educação em foco**: história da educação. Vol. 07; nº 1, set. -fev. 2003/2004 (pp. 11-27).

# REVISITANDO A HISTÓRIA DA ESCOLA AGRÍCOLA DE BARBACENA A PARTIR DE REGISTROS ORAIS<sup>1</sup>

**Ana Carolina de Almeida Bergamaschi**

**Fabício Roberto Costa Oliveira**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

– Sudeste MG – Campus Barbacena

## Introdução

Em 9 de novembro de 1910, com a publicação do Decreto Nº 8.358, cria-se o Aprendizado Agrícola de Barbacena com a finalidade de ensinar aos filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais a arte do cultivo da terra, em consonância com o estabelecido pelo governo de Nilo Peçanha.

Nas primeiras décadas do século XX, o incremento do ensino agrícola era fundamental para o desenvolvimento do país, já que o Brasil era essencialmente agrícola. O Aprendizado Agrícola de Barbacena faz parte dessa história. Conforme levantamento histórico de Almeida et al. (1992), até o ano de 1933, o então Aprendizado, oferecia dois cursos: o “Preparatório”, com três anos de duração, e o “Profissional”, com dois anos de duração.

No ano de 1933, considerando que o desenvolvimento e a organização do Aprendizado Agrícola de Barbacena “foi de primeira classe”, esse é elevado à escola média de agricultura, passando a denominar-se “Escola Agrícola de Barbacena”.

Com o advento da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em 1946, Almeida et al (1992) aponta, que a Escola Agrícola de Barbacena passou a oferecer os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestria Agrícola, com duração de dois anos cada um e os cursos de continuação: horticultura, zootecnia e indústrias rurais, com duração de três anos.

O curso de Iniciação Agrícola destinava-se a dar a preparação profissional necessária à execução do trabalho de Operário Agrícola qualificado. E, o curso de Mestria Agrícola era posterior à Iniciação e tinha por finalidade a preparação profissional necessária ao exercício das atividades de Mestre Agrícola.

---

<sup>1</sup> Este texto é resultado da pesquisa intitulada “Revisitando a história da Escola Agrícola: história e memória de uma escola centenária”, desenvolvida no ano de 2013, no âmbito do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Barbacena, que contou com o apoio da FAPEMIG, pelo programa PROBIC JR.

<sup>2</sup> Decreto Nº 22.934, de 13 de julho de 1933.

A partir da década de 1960 o ensino técnico, de nível médio, sofreu uma série de transformações e a referida escola teve diferentes denominações, de acordo com momentos históricos e políticos vivenciados. Desde dezembro de 2008, a escola tornou-se um câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, denominando-se Câmpus Barbacena do IF – Sudeste MG.

Apesar de ser uma escola centenária, conhecida até os dias atuais como “Escola Agrícola”, pouco conhecemos sobre a trajetória dos jovens que estudaram nesta instituição. Buscando preencher parte dessa lacuna historiográfica, realizamos um trabalho investigativo junto a ex-alunos das décadas de 1940 e 1950.

Partindo dessas considerações, o objetivo deste artigo é apresentar a trajetória de quatro ex-alunos que estudaram na instituição nas décadas de 1940 e 1950, privilegiando como fonte o testemunho oral. Afinal, o que os estudantes, sujeitos ativos e plurais, têm a dizer sobre este ambiente escolar? Qual o papel da escola na formação desses sujeitos? Nesse sentido, pretendemos colaborar com a compreensão da história desta instituição, com elementos da cultura escolar que ultrapassam a legislação e os registros existentes até o momento.

## Considerações sobre a História Oral e a realização das entrevistas

O objetivo principal deste estudo foi iniciar a organização de um acervo documental de entrevistas que trouxesse à tona a história da escola, a partir dos sujeitos que estiveram neste ambiente escolar. Sendo assim, a coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas com ex-alunos que viveram na escola entre as décadas de 1940 e 1950.

Os sujeitos foram selecionados na própria “Escola Agrícola”, após a realização do XIII Encontro de Ex-alunos<sup>1 3</sup> realizado em meados de julho de 2013. A partir da primeira entrevista os demais nomes de possíveis entrevistados surgiram. Foram selecionados aqueles que residiam nas proximidades de Barbacena e que tiveram permanência por mais de cinco anos na escola.

As entrevistas foram importantes para a maior aproximação com o cotidiano escolar. As memórias dos sujeitos revelam diferentes facetas de análise, por apresentar aspectos internos à vida da escola que dificilmente estarão documentados. A realização de entrevistas, no sentido de reconstituição de um período histórico é, geralmente, conhecida como história oral. Segundo Queiroz (1988), a história oral é

[...] um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só in-

---

<sup>3</sup> Esse encontro acontece a cada três anos e é organizado pela Associação dos ex-alunos da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena “Diaulas Abreu”. A associação foi fundada pelo ex-aluno e ex-funcionário, Simão de Almeida, em 18 de julho de 1976 e reconhecida de utilidade pública com a Lei Estadual nº 8.138 de 1981, tendo mais de 5.000 associados, conforme levantamento realizado em 2009.

divíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. (QUEIROZ, 1988: 19)

Neste trabalho com a memória, revela-se uma série de facetas da vida social, não fixadas em versões oficiais. Sendo assim,

a história oral rompe silêncios provenientes do cotidiano, do fazer anônimo, revelando acontecimentos, experiências e concepções que não se encontram nos documentos escritos e nas versões oficiais da historiografia. A memória revela também a pluralidade das versões do vivido, opondo vozes que narram um mundo de conflitos, onde as relações sociais não são lineares. (FONSECA, 2000, p. 152)

Conforme apontam Coelho e Vidal (2013) quatro questões são particularmente importantes na utilização da história oral: o procedimento de campo e de análise de entrevistas; a discussão teórica sobre a rememoração; os procedimentos éticos e a transcrição. Neste sentido, destacamos alguns cuidados que foram tomados para a realização das entrevistas aqui analisadas.

Em todos os casos as entrevistas foram realizadas nas residências dos sujeitos pesquisados, em dia e hora previamente combinados, em locais de pouco ruído e confortável. O tempo de entrevista variou de uma a duas horas, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado, bem como do desenrolar da própria entrevista. No momento das entrevistas, o gravador foi utilizado, após o consentimento do depoente.

Para estimular a fala dos ex-alunos, recorreremos ao uso de fotografias que os próprios depoentes guardavam em seus arquivos pessoais. Este recurso foi igualmente importante para ampliar o conjunto de informações recolhidas. Destaca-se que um dos entrevistados guarda em sua residência o quadro de formatura de sua turma, que seria descartado na escola e foi reformado por sua iniciativa.

Para a realização das entrevistas seguiu-se um roteiro para a organização das falas, com o cuidado de minimizar a interrupção dos depoimentos. Este roteiro pode ser entendido em três partes: 1) Memórias da infância; 2) A chegada à escola; 3) As vivências e as práticas escolares; 4) A formação “depois da vivência”.

Nessa relação de pesquisa, uma das principais preocupações foi a de evitar distorções nas entrevistas, o que acontece quando o pesquisador direciona a resposta do entrevistado. Na verdade, essas distorções da relação de pesquisa são impossíveis de serem eliminadas, mas elas podem ser “reconhecidas e dominadas; e isso na própria relação de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem ser a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica” (BOURDIEU, 1997, p. 694).

Para minimizar as distorções da situação de entrevista, foi necessário o uso da reflexividade, no sentido de controlar os efeitos inevitáveis das perguntas. Como recursos empregados, podemos ressaltar: a mínima interrupção dos relatos, apesar de termos dirigido perguntas relacionadas à problemática da pesquisa; o emprego de linguagem clara; a utilização de recursos adicionais, como a fotografia.

Quanto às questões éticas sobre a utilização dos depoimentos transcritos, as considerações de Coelho e Vidal (2013, p.23) são importantes. Segundo os autores, em

pesquisas das Ciências Humanas muitas vezes os depoentes querem ser identificados, já que “veem na situação da entrevista a possibilidade de legar ao futuro sua versão sobre os acontecimentos, sua opinião, sua experiência”. Sendo assim, os testemunhos utilizados neste trabalho foram identificados, pois os depoentes optaram por ser reconhecidos.

## Quatro histórias que se cruzam na Escola Agrícola de Barbacena

*Eu te confesso uma coisa importante: a minha vida se estruturou toda na escola de Barbacena. Eu considero que tudo que eu consegui depois disso, foi o que eu consegui dentro daquela escola [...] A escola é tudo pra mim. Eu fico até emocionado quando falo na escola. (Pechincha, 2013)*

Esta fala retrata o sentimento dos ex-alunos ao exporem as suas histórias e memórias sobre a Escola Agrícola de Barbacena. Os quatro entrevistados evidenciaram que a escola deixou uma marca indelével em suas vidas.

Nesta perspectiva, admite-se a escola como um lugar que em determinado tempo formou a personalidade e a mentalidade de indivíduos ou grupos (FRAGO, 2001). A educação não se reduz aos ensinamentos dos programas curriculares, mas, principalmente, incute normas e valores, socializa e educa.

É conveniente caracterizar os quatro entrevistados, suas famílias e suas trajetórias até chegarem a Escola Agrícola. O objetivo é compreender as trajetórias de vidas, os motivos da escolha da escola, os investimentos da família e o sentido atribuído a essa instituição.

Benedito José Ferreira, nascido em Conselheiro Lafaiete (MG), foi criado por sua mãe, que era dona de casa. Filho único. Coursou o primário em grupo escolar da mesma cidade. A mãe conseguiu informações sobre a escola a partir de contato com um aluno que estudava em Barbacena. Benedito chegou à escola no ano de 1951, com onze anos de idade. Ingressou no curso de Iniciação Agrícola, em 1952 fez o curso de Mestría Agrícola e finalizou o curso de Horticultura, em 1957.

Edson Soares Pechincha, nascido na cidade de Conselheiro Lafaiete (MG). O pai era ferroviário e a mãe dona de casa. É o segundo na fratria de uma família de seis filhos. Vivia no meio urbano. Fez o primário em Conselheiro Lafaiete e estudou no Seminário em Mariana de 1944 a 1946. Aprendeu o ofício de barbeiro no Seminário e trabalhou em sua cidade quando retornou. Ingressou na escola no ano de 1948 com 16 anos no curso de Iniciação Agrícola. Em 1950 fez o curso de Mestría Agrícola, e posteriormente o curso de Zootecnia, formando-se em 1955.

Francisco Rodrigues de Oliveira, nascido na cidade de Alfredo Vasconcelos (MG). O pai era agricultor. É o terceiro de uma fratria de sete irmãos, vindos de origem rural. Coursou dois anos de primário em Barbacena (MG). Ele e seus três irmãos estudaram aqui. Francisco ingressou na escola em 1945 aos 13 anos. Iniciou no curso de Iniciação Agrícola, tendo recebido o título de Operário Agrícola, no ano de 1948 fez o curso de Mestría Agrícola e, em 1950, cursou o Técnico em Horticultura.

Simão de Almeida. Mato-grossense, nasceu em 1933 e viveu sua infância em sítio próximo a cidade de Nossa Senhora do Livramento (MT). A mãe faleceu em 1938. O pai era fazendeiro. Iniciou o curso primário em Nossa Senhora do Livramento (MT) e finalizou em Cuiabá (MT), em 1944. É o terceiro filho da fratria, tendo duas irmãs. Foi seminarista de 1945 a 1948, na cidade de São Paulo (SP). Chegou à escola em 1949 aos 15 anos de idade. cursou Iniciação e Mestria Agrícola.

Primeiramente, há que se destacar a variação de idades com que os entrevistados ingressaram na escola. Conforme orientação do Decreto Nº 22.934, de 13 de julho de 1933, que transforma o Aprendizado Agrícola de Barbacena em Escola Agrícola, para ser admitido ao curso de Adaptação, deveria ter o candidato entre 12 e 18 anos e saber ler e escrever. Para o curso profissional, em que os candidatos deveriam ter entre 16 e 21 anos, o principal critério era o exame de admissão, e, em caso de notas equivalentes, a preferência era dada ao filho de agricultor ou trabalhador rural. As vagas restantes eram destinadas aos alunos aprovados no 4º ano do curso de Adaptação, sendo 80% destinadas aos filhos de agricultores ou trabalhadores rurais e 20%, aos restantes.

Quanto ao motivo que os levaram a escolher a Escola Agrícola, destacou-se a possibilidade de continuação dos estudos e as condições de permanência na escola. Os trechos expostos a seguir demonstram que os entrevistados não delataram vocação agrícola ou habilidade com o meio rural. “A gente era obrigado. Fazia parte do curso”. (ex-aluno Simão de Almeida)

O Colégio Agrícola era procurado porque ele era gratuito né? Embora o colégio Estadual, chamado de ginásio mineiro na época, também fosse gratuito, mas era um colégio assim, mais de elite. Então, por exemplo, meu pai teria que pagar, se eu fosse estudar em outro colégio que não a Escola Agrícola, teria que pagar uma pensão aqui pra ficar, e o salário era pequeno e não tinha condições de fazer isso. Era uma opção quase que econômica. (OLIVEIRA, 2013)

Em um dos casos, a escola apareceu como oportunidade de superação de questões pessoais relacionadas ao abandono da família, como constata-se na fala a seguir.

Não, não tinha vocação pra isso não. Aqui foi a escola pra mim foi uma opção. Eu fiquei dez anos sem ver meu pai. [...] Cheguei aqui em 49 e falei assim: aqui eu tenho que me fazer, eu não posso sair da escola, porque eu não me dou com a minha madrasta. A vida é uma escola. (ALMEIDA, 2013)

Os entrevistados indicaram a escola como uma “escola de pobres”, conforme relato a seguir. “Aqui era o colégio dos pobres. O imaculada era dos ricos. Os filhos de fazendeiro ia tudo pro colégio imaculada. Aqui eram os enxadeiros”. (ALMEIDA, 2013)

Esse posicionamento coloca em questão que desde o Império e início da República a elite política do país propagou a correlação entre o ensino de ofícios e o atendimento a crianças e adolescentes pobres. Essa destinação “acabou por “naturalizar” a relação entre ensino técnico profissional e pobreza” (CHAMON, 2013, p.123), porém faz-se necessário destacar a condição distinta destes estudantes, já que tiveram a oportunidade diferenciada em relação à escolarização, o que supõe que suas famílias puderam prescindir do trabalho desses filhos para sua sobrevivência.

Também se destaca na fala dos entrevistados o encontro de estudantes vindos de municípios próximos a Barbacena e aqueles procedentes de localidades distantes como Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraíba. Esse dado aponta para a restrição de colégios que ofereciam o ensino secundário ou o curso técnico profissional, durante as primeiras décadas do período republicano brasileiro.

Outro ponto importante é o isolamento em que se encontravam. Três dos ex-alunos pesquisados relataram as dificuldades para ir para a casa aos finais de semana ou nos meses de férias.

O regime era esse, férias são férias. Ano letivo é ano letivo e acabou. A escola fecharia nas férias. Mas esse bando de [alunos de] fora, eles não tinham como ir. Então, o Dr. Diaulas admitia ficar. (FERREIRA, 2013)

Cabe observar ainda, as estratégias empregadas pelos alunos para aproximação com a família, como a leitura de cartas. “Tinha as cartas né. Todo dia tinha um guarda que recebia as cartas e ficava na janela. Todo mundo ia pra janela pra saber se veio carta. Uma beleza quando a gente recebia uma carta”. (ALMEIDA, 2013)

Os quatro entrevistados, que viveram em regime de internato, destacaram a rígida disciplina, a restrição do diálogo, as punições recebidas e a hierarquia existente nos espaços escolares. Esses elementos acabam por corroborar com uma cultura escolar própria.

A cultura escolar refere-se a “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p.10). O autor ressalta que tais procedimentos podem variar em determinadas épocas e apresentar diferentes finalidades, sejam elas religiosas, sociopolíticas ou de socialização.

Nesta definição, Julia (2001) chama atenção às práticas cotidianas e ao funcionamento interno da escola como elemento central de investigação. Vinão Frago (1995) também discorre sobre essa categoria de análise, considerando que a cultura escolar é ainda mais abrangente, abarcando toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer.

Assim, para efeitos deste trabalho faz-se necessário articular a definição da cultura escolar, os sujeitos escolares e os espaços e os tempos escolares, entendendo a noção de cultura escolar como “a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-culturais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos” (FARIA FILHO, 2008, p. 85).

## Os espaços, os tempos e as práticas escolares

Os guardas, o som da matraca e o silêncio. As vivências do dormitório estão fortemente presentes na memória dos ex-alunos.

As camas ali eram ordenadas. Ficava uma luz acesa muito mortiça a noite. Ficava um guarda a noite toda batendo ponto, de uma janela a outra. O dormitório era dividido em seções, mas não havia uma divisão física não. Cada duas fileiras de cama era uma sessão. Aí tocava aquela matraca para acordar, aquela de semana santa. (OLIVEIRA, 2013)

Foi possível identificar a apreensão do entrevistado ao tratar do rígido regime disciplinar que era intrínseco às condições de permanência na escola. Foi recorrente a lembrança da inspeção de guardas para que não escapassem do banho frio.

Aí acordou tinha que tomar banho, e banho frio. Podia ser junho, julho, qualquer época. Nós podíamos ter algum distúrbio psicológico, mas precisar de camisa de força eu nunca vou precisar. Aquilo ali era pior do que um choque, e não tinha jeito de fugir não. Os chuveiros eram abertos, tinha o Box ali e quando abria, abria tudo de uma vez e tinha que entrar, ensaboar e sair. Não tinha como matar o banho ou tomar de qualquer jeito. E pra fugir disso tinha que estar internado na enfermaria, doente mesmo. (OLIVEIRA, 2013)

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao uso de uma linguagem própria, com termos jurídicos, para tratar das práticas institucionais. Os alunos internalizavam com certa lógica punitiva e organizativa pré-existente e, a partir disso, procuravam manter a organização da escola. Abaixo apresentamos trechos que demonstram a prisão como forma de punição.

Nove e meia, dez horas vinha todo mundo embora. Tinha que chegar aqui dez horas da noite se não ficava preso. Tinha gente que ficava dois, três anos preso aqui dentro. Era o regimento interno de 1936. Então você conversava no dormitório, ficava preso; se você conversasse no vestiário ficava preso; se você conversasse no refeitório tava preso; se você conversasse no salão de estudos, tava preso. (ALMEIDA, 2013)

Depois que a gente saía do salão e ia pro dormitório, mesmo dentro do salão não tinha conversa. Depois que terminava o recreio era silêncio e não tinha conversa. A gente tinha que ocupar de estudo e não tinha outra coisa. Lá tinha vários castigos. (PECHINCHA, 2013)

No salão você ficava lá estudando não podia pegar um gibi pra ler não, o guarda ficava tomando conta. Se você lesse gibi e essas porcaria que tem hoje, você tava preso. (ALMEIDA, 2013)

É importante destacar a naturalização com que os entrevistados tratavam a ausência do diálogo e a rígida disciplina no ambiente escolar. O ex-aluno Edson Soares Pechincha, relatou que na escola existia uma “autodisciplina”, ou seja, a disciplina era feita pelos próprios alunos.

Ao ser questionado sobre essa “autodisciplina”, Edson expôs a situação ocorrida com um aluno na primeira hora dançante que ocorreu na escola, com autorização do diretor, em 1951. O aluno acabou sendo expulso da escola a partir da intervenção de colegas. Em suas palavras,

Ele deu um tapa na moça e os líderes das classes – eu era líder geral na época – nos reunimos na sala 40, lá em cima, por mais de uma semana. Por fim, nós oficializamos pro Dr. Diaulas que ele teria que ser mandado embora da escola. Uma semana depois ele foi mandado embora. Não foi a diretoria da escola, foram os alunos que tomaram essa providência. Por isso que eu te falo que a disciplina da escola era rígida, mas feita pelos próprios alunos, não tinha ninguém pressionando. (PECHINCHA, 2013)

Com os relatos acima é possível afirmar que havia na escola um modo de vida particular e, o que não era respeitado, sofria sanção, ora dos alunos líderes, ora dos guardas e inspetores.

Quanto às práticas escolares, os entrevistados apresentaram importantes aspectos. Inicialmente, as falas demonstram uma cultura própria do ambiente escolar e uma hierarquia intrínseca entre os alunos. Fonseca (2008) aponta que nem sempre os conflitos se mostram com clara evidência. Muitas vezes, eles encontram-se “nas pequenas estratégias cotidianas, nas diversas apropriações de valores, saberes, poderes” (FONSECA, 2008, p.63). Como exemplo dessa hierarquização, podemos citar: o horário de chegada diferenciado para alunos menores e alunos maiores de idade; a separação de estudantes no pátio de acordo com a localidade de que vieram; eleição para primeiro e segundo líder de turma, sendo que o primeiro tinha direito de expedir ordem de prisão<sup>4</sup> no caso de indisciplina.

É interessante explicitar que um dos entrevistados mudou-se para uma sala localizada fora do dormitório, lá permanecendo nos últimos dois anos em que esteve na escola. Segundo Edson, sua mudança se deu por ter sido líder de turma por vários anos e pela manutenção de um bom relacionamento com o diretor-geral. Para que ele e um colega de turma pudessem ser acomodados na sala, levaram suas camas e fizeram, na oficina de madeira, o esboço de um armário para guardar roupas e objetos. Neste mesmo local aconteciam os ensaios de uma banda, formada por alunos, denominada “Os colegiais”.

A rotina dos estudantes era “dura”. Acordavam às 5h30, tomavam banho frio e em seguida tomavam café. As aulas começavam às 7h e terminavam às 11h. Uma parte dos alunos descia para o campo e a outra ficava na sede, de acordo com a escala. Aqueles que estavam na sede almoçavam no refeitório e depois ficavam no pátio, sempre acompanhados pelos guardas e inspetores. As aulas recomeçavam às 13h e terminavam às 17h. Nos horários livres os alunos tinham que ir para sala e ficar estudando. Os guardas controlavam o que estavam lendo. Vale destacar que, para os maiores de 18 anos de idade existia uma sala própria para fumantes que podia ser usada após o almoço e após o jantar.

Ainda sobre as práticas escolares, os ex-alunos apontaram traços da rígida disciplina em sala de aula, como por exemplo, a obrigatoriedade de levantarem-se quando os professores chegavam na sala de aula, a ausência de liberdade para se expressarem ou para pedir para sair do local de estudo. Além disso, relataram que no final do dia os alunos que estavam no campo eram avaliados quanto ao desempenho no trabalho prático, recebendo uma nota de 0 a 10. Caso o rendimento fosse abaixo de cinco estavam sujeitos à privação de recreio.

Tratando dos professores, foi recorrente a ênfase na qualidade dos docentes. Além de lembrarem facilmente de seus nomes e de métodos de ensino específicos, os depoentes exprimiram admiração e respeito pela postura adotada pelos professores.

---

<sup>4</sup> A ordem de prisão era o registro escrito feito pelo líder da turma ou pelo guarda de um comportamento inadequado. Essa ordem não era definitiva. O aluno podia recorrer contra o efeito suspensivo, e o diretor-geral decidia sobre a manutenção ou não da ordem.

Outra dimensão da cultura escolar que merece destaque refere-se aos espaços escolares. Os depoentes evidenciaram o controle no pátio interno, o silêncio nos corredores e a restrição de acesso a laboratórios e biblioteca.

O laboratório de química nunca foi usado, fiquei lá oito anos e nunca entrei lá. No último dia de aula da professora Regina, ela foi mostrar o laboratório pra nós. [...] tudo era muito limpo, muito certinho, mas não podia usar, nunca. [...] Tinha uma biblioteca e ninguém podia usar a biblioteca, era totalmente fechada, não podia usar. *Aí, no final [último ano do curso] que começou a usar a biblioteca, podia pegar os livros, mas não tinha bibliotecária e era muito desorganizado. [...] Tinha um laboratório de física. Lá tinha aparelhos que gastavam energia solar. Era laboratório que na época nenhuma escola tinha. Nem os professores usavam. Eles iam na escola, davam aula e pronto (OLIVEIRA, 2013, com grifos nossos).*

Quanto ao uso de laboratórios, um dos entrevistados relatou que com a vinda de um novo professor de química o acesso às práticas foi possível. Segundo ele, no laboratório de química,

[...] tinha tudo que você podia imaginar, eu fazia de tudo naquele laboratório. Eu fazia esmalte de unha lá. Eu ia arranjava radiografia que era celuloide. Dissolvia aquele celuloide com acetona e tinha um produto alemão que eu nunca mais nem vi, chamado oseína, uma colher de oseína pra um litro já era uma beleza. Então eu fazia esmalte de unha e usava a maquina de vácuo que tinha dois motores, um de ar comprimido e outro de vácuo e tinha lá os biquinhos. Então eu usava a maquina de vácuo pra filtrar o esmalte, usava o papel de filtro. Fiz muitas vezes de varias cores. (PECHINCHA, 2013)

Os ex-alunos apresentaram o diretor Diaulas Abreu como exemplo e marco disciplinar na escola. De fato, a atuação de Diaulas Abreu foi diferenciada já que esteve à frente da escola desde a sua criação até 1955.

A partir das falas dos depoentes podemos supor que Dr. Diaulas Abreu controlava tudo o que ocorria na escola: as questões pedagógicas acompanhando o trabalho dos professores, as administrativas observando os aspectos institucionais da escola e disciplinares garantindo e supervisionando para que o regulamento interno fosse seguido. Além desses aspectos, os relatos descrevem que o diretor acompanhava a alimentação dos alunos fazendo suas refeições diariamente no refeitório, e deliberava também sobre as atividades realizadas fora do espaço escolar.

O Dr. Diaulas era muito [...] só quem conviveu com ele é que pode avaliar o Diaulas Abreu. Ele tinha uma série de bobagens, normais, talvez por excesso de responsabilidade. Ele não gostava de futebol. Tanto que a escola não tinha futebol. E nós tínhamos dois times internos lá e, uma quantidade enorme de alunos jogavam naqueles times em Barbacena, então eu consegui juntar tudo dentro da escola e fundamos um time da escola. E, quando nós fundamos esse time e organizamos tudo, eu fui falar com ele, e falei “o senhor pode ficar sossegado, que futebol não machuca ninguém, a coisa é normal, é um esporte”, aí ele falou “mas o que que precisa?”, falei “nós precisamos de material esportivo porque não tem nenhum material esportivo aqui. Os que nós temos aqui estão precários”. Ele chamou o Paixão, que era o secretário da escola e falou com ele “você resolve com o Pechincha aí o que que vai precisar”. (PECHINCHA, 2013)

O único entrevistado que relatou que em muitos momentos de sua trajetória na instituição teve acesso direto para falar com Dr. Diaulas foi o depoente acima, ex-aluno Edson Soares Pechincha. Possivelmente, esse fácil acesso deu-se pela sua condição de líder geral.

Cada turma tinha primeira turma e segunda turma. Ai todo mês elegia um líder. Esses líderes elegiam o líder geral que tinha acesso ao Diaulas Abreu e ao inspetor. Ninguém conversava com o Diaulas Abreu não. Quem somos nós de conversar com o diretor. Se você tivesse oportunidade de conversar com o diretor era muito difícil, questão grave, e acompanhado pelo chefe de disciplina. (ALMEIDA, 2013)

Diaulas Abreu é o mito da escola. Era um homem de cultura francesa como era toda a elite intelectual da época. Ele era assim, eu estudei lá oito anos e eu nunca conversei com ele ou fui no gabinete. Era um distanciamento grande. Não que ele fosse assim, a gente percebia nas conversas, ele ficava conversando com os professores e tal e notava que ele era um sujeito afável. Ele era assim, tinha um bom humor. (OLIVEIRA, 2013)

Apesar da rígida disciplina e do distanciamento evidente entre alunos e diretor geral, todos os casos pesquisados demonstraram grande admiração e respeito por esse diretor. Nesse sentido, ressalta-se na fala a seguir o recorte temporal em que a escola foi dirigida por Diaulas Abreu como um marco disciplinar.

Em 1955 Dr. Diaulas aposentou. Ai começou, vieram outros sistemas. João Lopes [diretor da escola de 1955 a 1961], sabe como é, foi modificando, já conversava no refeitório, teve grandes mudanças em relação a disciplina de Diaulas Abreu que era baseada em regime interno de 1936. (ALMEIDA, 2013)

Considerando que três dos casos pesquisados trata-se de ex-alunos que atuaram na direção do Centro Social Hamilton Navarro, vale a pena discorrer sobre a atuação dos estudantes nesse órgão estudantil. O Centro Social foi criado em 1939 e recebeu o nome de Hamilton Navarro em homenagem a um professor da instituição.

Como principais conquistas desse órgão de representação estudantil, os depoentes destacaram: espaço para plantação no Núcleo de Agricultura, para posterior venda de produtos com verba destinada ao Centro Social; hora dançante no salão, aos domingos com participação da banda “Os colegiais”; jardinagem no pátio que era de areia e a extinção do uso de uniforme fora das dependências da escola, como verifica-se na fala a seguir.

F: Nós tínhamos um uniforme de trabalhar lá dentro, toda a escola. Tipo um blazer, a calça caqui e a botina. E a gente entrava com a cueca só e pra sair tinha que ser o uniforme, tinha o *cap* parecido com o de polícia e uma platina de acordo com o ano que estava. Camisa branca e gravata. E isso segregava muito a gente cá fora. Porque a escola começou como aprendizado agrícola. Logo que foi criado a elite, os fazendeiros tinham força na época, então fazia aquilo pros filhos deles estudarem. Então havia muita segregação social sobre os alunos que as mocinhas aqui que esperavam ver um possível casamento “ah esses aqui são todos pobres. Os filhos de doutor estão no ginásio mineiro”. Nós lutamos com o grêmio pra sair sem o uniforme cada um com a sua roupa. Ai sentimos uma menor segregação.

Entrevistador: Então foi uma conquista do grêmio?

F: Foi. Passamos a sair com roupa comum, ai nivelou. Parou com aquela identificação pejorativa. Então foi assim uma inserção social. (OLIVEIRA, 2013)

Nesse sentido, apesar do ambiente rígido disciplinado, os ex-alunos apontaram o Centro Social Hamilton Navarro, como espaço de articulação social que alargou as possibilidades de diálogo no espaço institucional.

Por fim, cabe-nos destacar o destino desses sujeitos após formarem-se na escola. Benedito cursou três cursos de nível superior: Direito, Psicologia e Filosofia e trabalhou como funcionário do Banco do Brasil. Atualmente está aposentado e reside em Barbacena (MG). Edson Soares Pechinha cursou Direito e trabalhou como Assessor Jurídico do Ministério da Agricultura, onde aposentou-se. Reside em Juiz de Fora (MG). Francisco Rodrigues de Oliveira, formou-se em Engenharia Agrônômica na Universidade Federal de Viçosa onde foi professor. Fez mestrado em Matemática na Universidade de Brasília. Montou um escritório de planejamento e topografia. Lecionou no curso técnico agrícola, na década 1960, na Escola Agrotécnica de Barbacena. Aposentou-se como professor da Universidade e reside em Barbacena (MG). Simão de Almeida foi professor do Projeto F22 do Ministério da Agricultura, de 1958 a 1960. Fez concurso em 1960 e foi nomeado para ingressar como funcionário da Escola Agrícola em 1964. Permaneceu na escola até completar 70 anos, aposentando-se em 2003. Até os dias atuais, é presidente vitalício da Associação dos Ex-alunos da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena MG “Diaulas Abreu” e reside em Barbacena.

## Considerações Finais

A partir do estudo da trajetória dos sujeitos que viveram na Escola Agrícola de Barbacena durante as décadas de 1940 e 1950, foi possível detectar uma cultura própria dessa instituição e uma efetiva participação dos sujeitos na construção e vivência dessa cultura. Cabe observar que os alunos apresentavam uma linguagem própria, identificando-se não pelo nome, mas pelo número de matrícula. E, ainda hoje, se referem aos colegas de escola pelo seu número.

No contexto das práticas escolares, destaca-se que a rigidez nas relações e no convívio, contribuíram para o surgimento de um regime hierárquico e de autodisciplina próprios, no qual os alunos tinham função diferenciada, já que por vezes cumpriam regras e por vezes as cobravam.

Nesse sentido, as práticas escolares foram pesquisadas tendo-se o cuidado de evidenciar o processo de construção dessas práticas, envolvendo os diferentes sujeitos escolares e as diferentes referências culturais.

Ressaltamos que as memórias e as representações dos alunos dessa instituição podem contribuir para a entender e reconstruir as diversificadas concepções em torno dos espaços de estudo e ensino da escola e os significados dela para aqueles que aprendiam.

Neste movimento de revisitar a história da Escola Agrícola de Barbacena – a partir dos sujeitos que estiveram neste ambiente escolar, destacamos que o acervo documental das entrevistas, cujos resultados foram discutidos neste trabalho, será abrigado na Sala da Saudade “Daciano Miranda de Oliveira”. Essa sala foi criada na década de 1990 e está localizada nas dependências do Instituto Federal Sudeste MG – câmpus Barbacena. Trata-se de uma sala concedida à Associação de ex-alunos da escola, que abriga quadros de formatura e fontes iconográficas. Faz-se necessário a organização e identificação das fotos, bem como a organização de doações de arquivos pessoais de ex-alunos contribuindo assim para a preservação deste patrimônio abrigado na instituição.

No câmpus Barbacena do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste MG, assim como sugere Moraes e Zaia (2013) “os acervos do “arquivo morto” apresentam-se dispersos, e seus documentos guardados em diferentes locais dentro da instituição”. Esse arquivo conta com documentos que retratam as funções administrativas dos setores de Recursos Humanos e Financeiro e livros em que constam registros de matrículas de alunos e outros lançamentos ligados às relações de ensino aprendizagem. Infelizmente, no decorrer dos 114 anos de existência dessa instituição, vários documentos já foram perdidos. Nesse sentido, faz-se necessário e urgente a organização do acervo arquivístico dessa escola, buscando o resgate e a preservação da história dessa instituição, possibilitando assim, novos estudos que contribuam com a história da Educação Profissional brasileira.

## Referências

### Fontes orais

- ALMEIDA, Simão de. Revisitando a história da Escola Agrícola: história e memória de uma escola centenária. *IF Sudeste MG*, Barbacena: 2013. Entrevista concedida a Fabrício Roberto Costa Oliveira; Camila Damasceno de Paula; Larissa Pamplona de Oliveira.
- FERREIRA, Benedito José. Revisitando a história da Escola Agrícola: história e memória de uma escola centenária. *IF Sudeste MG*, Barbacena: 2013. Entrevista concedida a Camila Damasceno de Paula; Larissa Pamplona de Oliveira.
- OLIVEIRA, Francisco Rodrigues. Revisitando a história da Escola Agrícola: história e memória de uma escola centenária. *IF Sudeste MG*, Barbacena: 2013. Entrevista concedida a Ana Carolina de Almeida Bergamaschi; Camila Damasceno de Paula; Larissa Pamplona de Oliveira.
- PECHINCHA, Edson Soares. Revisitando a história da Escola Agrícola: história e memória de uma escola centenária. *IF Sudeste MG*, Barbacena: 2013. Entrevista concedida a Ana Carolina de Almeida Bergamaschi.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Simão de; et al. **Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG** – Diaulas Abreu. Barbacena: EAFB-MG, 1992. 41 p.
- BOURDIEU, Pierre (coord.). “Compreender”. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1997.
- BRASIL. Decreto N° 8.358, de 09 de novembro de 1910. Crêa um aprendizado agrícola na cidade de Barbacena, Estado de Minas Geraes. Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10. ago. 2013.
- BRASIL. Decreto N° 22.934, de 13 de julho de 1933. Transforma o Aprendizado Agrícola de Barbacena em Escola Agrícola e dá outras providencias. Rio de Janeiro, 1933. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/> . Acesso em: 10. ago. 2013.
- BRASIL. Decreto-Lei N° 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/> . Acesso em: 10. ago. 2013.

- CHAMON, Carla Simone. Retratos de meninos, fragmentos de histórias: os alunos da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1930 – 1940) In: NASCIMENTO, Adalson. CHAMON, Carla Simone. **Arquivos e História do ensino técnico no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. p. 121-140.
- COELHO, Patrícia. VIDAL, Diana Gonçalves. Registros orais: reflexões sobre depoimentos gravados como fonte de pesquisa para a história da educação e de memória para a comunidade escolar. In: NASCIMENTO, Adalson. CHAMON, Carla Simone. **Arquivos e História do ensino técnico no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. p. 15-30.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís de Lima e Fonseca (orgs.) **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/CNPq, 2008. p. 77-97.
- FONSECA, Nelma Marçal Lacerda. A história oral no museu da escola de Minas Gerais: Relato sobre o caminho percorrido. In: Filho, Luciano Mendes de Faria (org.). **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação**, Bragança Paulista, SP: Editora Autores Associados, 2000.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima. História da Educação e História Cultural. In VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e Fonseca (orgs.) **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/CNPQ, 2008. p. 49-75.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.1, p.9-43, set./dez. 2001.
- QUEIROZ, M. I. P. P. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. In: VON SIMSON, O. M. Experimentos com história de vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: Viñao Frago, A.; Escolano, B. **Currículo, espaço e subjetividade**. 2ed. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

## Agradecimentos

Aos ex-alunos por nos informarem parte de suas histórias.

Às bolsistas de iniciação científica, Camila Damasceno de Paula e Larissa Pamplona de Oliveira, financiadas pela FAPEMIG, pela dedicação e empenho no decorrer do desenvolvimento da pesquisa “Revisitando a história da Escola Agrícola: história e memória de uma escola centenária”.

# OS PRIMÓRDIOS DA ESCOLA NORMAL EM PINDAMONHANGABA E SUA TRANSIÇÃO PARA A ETEC JOÃO GOMES DE ARAÚJO

**Cilmara Aparecida Ribeiro<sup>1,2</sup>**

**Lucia da Silva Teixeira<sup>2</sup>**

**Patrícia Campos Magalhães<sup>2</sup>**

1. Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá

2. Escola Técnica Estadual João Gomes de Araújo

## Introdução

A cidade de Pindamonhangaba-SP situa-se na região do Vale do Paraíba Paulista, e possui como destaque, um tradicional educandário, denominado Etec João Gomes de Araújo, a escola é conhecida na região por oferecer cursos técnicos em diferentes eixos tecnológicos, sendo esses, na área de gestão, saúde, indústria, tecnologia e gastronomia, e também disponibiliza o ensino médio regular e integrado ao técnico. A instituição está vinculada ao CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza) desde 1994, completando neste ano, 20 anos no Centro Paula Souza, que desde então, oferece cursos de qualidade, para a população que procura oportunidades profissionais. Apesar da vinculação ao CEETEPS ser relativamente recente, a escola possui uma rica história, passando por mudanças e evoluções desde a sua fundação, no ano de 1931.

Esta pesquisa destina-se, a buscar informações do curso de formação de professores, para a educação básica, que iniciou em Pindamonhangaba na década de 20, do século passado como Escola Normal Livre Municipal, no ano de 1928, e trouxe para a população da cidade, uma opção de estudar em seu próprio município, sendo que, na época, os estudantes interessados em forma-se docentes, deslocavam-se para a cidade de Guaratinguetá-SP, onde o governo do estado mantinha o curso Normal Oficial. Dentro deste contexto, pesquisamos os acontecimentos, não somente na cidade de Pindamonhangaba, mas também no estado de São Paulo, para entender as razões da abertura e fechamento das Escolas Normais, a legislação e fiscalização para o funcionamento das mesmas, desta forma visualizando, como foi importante e gratificante, o período em que o curso de formação de docentes esteve em funcionamento, e a valorização do profissional nesta época. Paralelamente, mostraremos a transição do curso para a Etec João Gomes de Araújo, que ocorreu na década de 40, mas precisamente em 1948, depois da transferência da Escola Normal Livre Municipal para a cidade de Botucatu-SP, em 1939. Os registros evidenciam que, durante 44 anos, a instituição ofereceu o curso de formação de docentes, sendo um marco na cidade de Pindamonhangaba, com a mudança da nomenclatura para Magistério na década de 70, funcionou na escola até o ano de 1992, sendo, dois anos antes de a escola incorporar-se ao Centro Paula Souza.

## Objetivo

O objetivo deste trabalho é mostrar o início da escola de formação de professores na cidade de Pindamonhangaba, no início do século XX, e mostrar as transformações até a transição para Etec João Gomes de Araújo, que ocorreu na primeira metade do século passado. Considerando os 83 anos de funcionamento da instituição, e os 20 anos de vinculação ao CEETEPS, será de grande valia elaborar esta pesquisa, que contribuirá para evidenciar a importância do profissional professor, e como foi o trabalho de minimizar o analfabetismo no Brasil, e principalmente no estado de São Paulo.

## Metodologia

A fonte maior de informações para este trabalho foi o centenário jornal Tribuna do Norte, que possui um rico acervo desde seu ano de lançamento, em 1882. Considerando que, nossa pesquisa abrange inicialmente a primeira metade do século XX, o acervo do jornal pindamonhangabense, possui uma cobertura dos acontecimentos desta época.

Foram digitalizados os dados necessários, extraído do acervo jornalístico e também, foram utilizadas pesquisas de trabalhos acadêmicos diversos, como: artigos, comunicação científica, biografias de ex-alunos da extinta Escola Normal Livre Municipal de Pindamonhangaba, capítulo de livro sobre as Escolas Normais no Brasil, acervo histórico da atual instituição e acervo de ex-alunos participantes do grupo “Pindamonhangaba em Fotos Antigas”, sendo este grupo, responsável por diversas fotos e relatos, sobre os dois grandes educandários citados neste trabalho, a Escola Normal Livre de Pindamonhangaba de 1928 e o Colégio Estadual e Escola Normal de 1948, sendo este último, a atual Etec João Gomes de Araújo.

## Resultados e Discussão

### As raízes das Escolas Normais

A preocupação com a formação do profissional professor é um fato presente em qualquer país desenvolvido ou em desenvolvimento, no Brasil, em um momento em que o país se organizava e se estruturava, as ações relativas à educação se desenhava, conforme podemos destacar no texto baixo:

No ensino mútuo, um professor instrua os monitores para que estes atendessem os demais alunos da classe. O professor ensinava o método, treinava os monitores para conduzir os outros alunos. Dessa forma, se considerada como uma iniciativa de formação de professores, assim se apresenta o que chamamos de formação na prática, ou treinamento em serviço: ao mesmo tempo, o aluno atuava como monitor, e era treinado para o ofício de mestre. Esse dispositivo parecia resolver o problema da formação de professores e da implantação de escolas. Atendia a necessidade da população e resolvia o problema da falta de professores. Essa solução que parecia muito prática foi prevista também em lei.

É o que podemos entender pelo teor do Decreto de 15 de outubro de 1827, que mandou criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. A Lei de 1827 é na verdade um marco na história da educação brasileira. Ela inicia a presença do Estado na organização da Educação. Promulgada por D. Pedro I, propôs organizar e difundir a instrução, fiscalizar as escolas, propor um método para ensinar e encontrar mestres com as aptidões necessárias ao exercício da profissão. Apresentava a proposta de exames para seleção de mestras e mestres, ainda sem considerar, a formação em local específico. Era solicitado ao candidato o conhecimento do método mútuo. Entretanto, se o candidato a professor não estivesse preparado, o documento recomendava que buscassem a necessária preparação em curto prazo e às próprias expensas, nas escolas de Ensino Mútuo da capital. (GUEDES e SCHELBAUER, 2009, p.5).

Como podemos observar o decreto de 15 de outubro de 1827, que ocorreu na época do Brasil Imperial, foi um acontecimento impar para a história da educação brasileira, estruturando de forma ainda primária, a formação docente e a organização das escolas. A comemoração do dia do professor, que ocorre todo dia 15 de outubro, está relacionada à data do decreto de 1827. Dentro deste contexto histórico, observou-se que era necessário aprimorar a formação docente, em função das dificuldades da aplicação do método de Ensino Mútuo, e assim, inicia o processo de criação das escolas de formação de professores, chamada de Escola Normal, como podemos analisar, no texto de Guedes e Schelbauer (2009, p. 6).

A solução encontrada para a formação de professores não alcançou os objetivos desejados. Assim, a criação de uma escola com essa finalidade parecia mais viável. Dessa forma, foi criada a primeira Escola Normal no Brasil em 1835. O currículo da primeira Escola Normal compreendia os conteúdos que seriam ensinados na escola elementar pelo professor-diretor: Eram conhecimentos de leitura e escrita pelo método lancasteriano, cujos princípios doutrinários e práticos explicariam; as quatro operações de aritmética, quebrados, decimais e proporções; noções de geometria teórica e prática; elementos de geografia; princípios da moral cristã e da religião oficial e gramática nacional.

A denominação Escola Normal, deriva-se da técnica de criar normas e valores para a profissão docente, assim a primeira escola normal brasileira foi criada em 1835 na província do Rio de Janeiro, mas precisamente na cidade de Niterói-RJ. A partir desta iniciativa, as escolas de formação de professores foram sendo criadas nos demais estados brasileiros, conforme podemos observar na sequência histórica, ocorrida no século XIX, e apresentada no quadro 1, a seguir:

<b>Cidade/Estado</b>	<b>Região</b>
Rio de Janeiro, 1835.	Sudeste
Minas Gerais, 1835, (instalada em 1840).	Sudeste
Bahia em 1836 (instalada em 1841).	Nordeste
São Paulo em 1846.	Sudeste
Pernambuco e no Piauí em 1864 (ambas instaladas em 1865).	Nordeste
Alagoas em 1864 (instalada em 1869).	Nordeste
São Pedro do Rio Grande do Sul em 1869.	Sul
Pará em 1870 (instalada em 1871).	Centro-Oeste
Amazonas em 1872, embora já em 1871 tivesse sido criada uma aula de Pedagogia no Liceu.	Norte
Espírito Santo, em 1873.	Sudeste
Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874).	Sul
Maranhão em 1874.	Nordeste

**Quadro 1**– Sequencia histórica da criação das Escolas Normais no Brasil.

Fonte: TANURI, 2000 apud Guedes e Schelbauer, 2009.

## A Escola Normal Livre e Escola Normal Oficial (Lei de 1927)

Como podemos observar no quadro 1, que mostra a expansão das escolas normais no Brasil, ainda no século XIX, podemos visualizar a importância desta iniciativa para a história da educação brasileira, visto que, iniciou em um período pós-independência do país e se estende até os dias atuais, pois a preocupação e necessidade de formação de docente são universais, considerando que a educação é a porta de entrada para o desenvolvimento de uma nação.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, um fato mencionado em vários documentos de arquivos utilizados na busca de informações, foi à diferença entre a Escola Normal Livre e a Escola Normal Oficial. Observamos que desde a criação da primeira escola normal no Brasil, em 1835, as mesmas tiveram sérios problemas em se manterem ativas, ora por falta de profissionais, ora por falta de alunos, e na maioria das vezes, por falta de recursos financeiros e/ou investimentos. Assim, já no século XX, por iniciativa do governo, foram criadas as Escolas Normais Oficiais, que eram mantidas pelo governo do estado. Com a lei de 1927, o estado possibilitou que a iniciativa privada, criasse suas escolas normais, que passariam a ser denominadas de Escola Normal Livre, que seriam mantidas por

instituições particulares, e desta forma, ampliando as opções de escolas no estado de São Paulo. Podemos constatar as características da Lei Nº 2.269, de 31 de dezembro de 1927, conforme texto a seguir:

#### DAS ESCOLAS NORMAES LIVRES

**Artigo 19.** - O Governo poderá equiparar as officiaes de tres annos, nos termos da presente lei, as Escolas Normaes livres que se fundarem no Estado. **Artigo 20.** - São condições necessarias para a equiparação: **a)** terem sido fundadas taes escolas e serem mantidas por nacionaes, com corpo docente tambem de nacionaes, **b)** serem seus cursos e programmas organizados de accordo com o regimem adoptado nas Escolas Normaes officiaes; **c)** possuirem um patrimonio minimo de duzentos contos de reis; **d)** serem situadas em municipios, que não possuam Escola Normal official; e ser o seu lente de pedagogia e didactica de nomeação do Governo, com vencimentos identicos aos dos lentes das Escolas Normaes officiaes. **§ 1.º** - Será á dispensada a exigencia da letra «d» uma vez que a escola seja internato. **§ 2.º** - macada municipio não poderá ser equiparada mais de uma escola livre no regulamem de eternato. **Artigo 21.** - O Governo nomeará para funcionar junto a cada uma das Normaes livres um inspector fiscal, que ser estipendiado pelo estabelecimento equiparado, com vencimentos mensaes de um conto de reis. **Artigo 22.** - Essas Escolas deverão depositar, de seis em seis mezes, na Collectoria estadual local ou no Thesouro do Estado, adiantadamente, em duas quotas eguaes, a importancia correspondente aos vencimentos annuaes do inspector fiscal e do lente de pedagogia o didactica. **Artigo 23.** - Os profes diplomados das Escolas Normaes equiparadas gosarão de todos os direitos que tem os diplomados pelas Escolas, officiaes de tres annos. O Secretário de Estado dos Negocios do Interior, assim a faça executar. Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 31 de dezembro de 1927.

JULIO PRESTES DE AIBUQUERQUE

Fabio de Sá Barretto

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, aos 7 de janeiro de 1928 - Augusto Meirelles Reis Filho, Director Geral. (ALSP, 2014)

A Lei Nº 2.269, de 31 de dezembro de 1927, foi uma iniciativa estratégica para o estado de São Paulo, uma vez que possibilitou para todos os municípios que não possuíam uma Escola Normal Oficial, instalar uma escola de formação de professores, como ocorreu na cidade de Pindamonhangaba em 1928, com os esforços da administração municipal, criando a Escola Normal Livre Municipal.

## A Escola Normal no estado de São Paulo e na cidade de Pindamonhangaba-SP

Após a criação da lei de 1927, a expansão das escolas normais no estado de São Paulo, foi significativa, uma vez que as instituições interessadas, como, prefeituras municipais, instituições religiosas e privadas, visualizaram a oportunidade de criarem e administrarem suas próprias escolas normais, sendo um mercado em expansão na época, era de interesse de muitos, este negócio. Observamos o relato de Furtado (2007), em relação a esta questão:

No estado de São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX, havia escolas normais somente em **Guaratinguetá, Botucatu, Campinas, Itapetininga, Piracicaba, Casa Branca, São Carlos, Pirassununga e duas na Capital**, todas elas mantidas pelo governo estadual. Tal circunstância só se alterou com a implantação da Lei de nº. 2.269, de 31 de dezembro de 1927, que permitiu a iniciativa particular e os municípios abrirem cursos normais na condição de escolas normais livres, com possibilidade de serem equiparadas às oficiais de mesma natureza, situação esta que, por muito tempo, os legisladores paulistas resistiram em adotar por temerem o crescimento da rede escolas normais privadas em ritmo acelerado, apesar de ser uma prática comum em outros estados brasileiros como Minas Gerais e Bahia, desde o início do século XX. Essa lei foi justificada pelo governador Júlio Prestes como uma medida adotada para solucionar a carência de professores primários e, sobretudo, para expandir o ensino primário na zona rural (Mascaro 1956; Peres, 1966; Tanuri, 1979, 2000; Almeida, 1993 apud Furtado, 2007).

De fato, essa lei veio a atender as inúmeras solicitações feitas principalmente por parte de muitos municípios, desde o início do século XX, em nome do direito de criar uma escola normal. A reforma promovida pela Lei de nº. 2.269, de 31 de dezembro de 1927, de um lado, possibilitou um rápido desenvolvimento quantitativo de escolas normais livres, tanto na capital quanto no interior, absorvendo um número cada vez maior da população constituída principalmente pelo elemento feminino, contribuindo assim para resolver o problema da carência de professores para o exercício do magistério primário nas diferentes regiões do Estado (Tanuri, 1979 apud Furtado, 2007).

Por outro lado, provocou um crescimento desordenado dessas instituições, carentes de qualquer planejamento o que, na análise de Carlos Mascaro (1956) apud Furtado (2007), nenhuma administração posterior conseguiu remediar. Em 1928, por exemplo, em apenas um ano, foram criadas 13 escolas normais livres, portanto mais que o dobro das 10 escolas normais públicas/oficiais então existentes no estado de São Paulo.

Mostraremos uma sequência histórica, com o ano de abertura das primeiras escolas Normais Oficiais do Estado de São Paulo, considerando que, a primeira escola normal de São Paulo, foi fundada em 1846, mas não se manteve estável, sendo fechada e reaberta várias vezes, adquirindo estabilidade, somente na década de 1880, quando, finalmente, a necessidade do ensino elementar atingiu a um contingente maior da população, segundo Balão (2011, p.89). A seguir, o texto que nos posiciona historicamente, na linha do tempo da criação das escolas Normais Oficiais nas cidades do estado:

Com a expansão dos grupos escolares em São Paulo temos, concomitantemente, a expansão da Escola Normal. Entre 1890 e 1920, conforme Razzini (2005: 102) apud Balão (2011, p.88), temos no estado de São Paulo a construção de pelo menos 130 grupos escolares e a implantação de dez Escolas Normais. Mascaro (1956) apud Balão (2011, p.88), descreve a cronologia dessas escolas: em **São Paulo**, em **1880**, tem-se a reabertura da única escola normal (a “Escola Normal da Praça”); em **1894** cria-se a escola de **Itapetininga**, em **1896** a de **Piracicaba**, **1902** a de **Campinas**, em **1906** a de **Guaratinguetá**, em **1910** as de **Pirassununga** e de **Botucatu**, em **1912** a de **Casa Branca** e a outra escola da capital, a escola **normal do Brás**. Sendo, em um primeiro momento, apenas a “Escola Normal da Praça” uma escola secundária e as outras escolas primárias. Essa rede de escolas oficiais públicas se manteve estável até 1928, quando houve nova expansão de escolas normais. (BALÃO, 2011, p.88).

Focalizando em um contexto do Vale do Paraíba, observamos na citação de Balão (2011), que a opção para a população da região, incluindo a cidade de Pindamonhangaba, era cursar a Escola Normal Oficial de Guaratinguetá, sendo esta, cidade vizinha para os pindamonhangabenses, como podemos observar em uma notícia do jornal Tribuna do Norte, de 30 de novembro de 1930, que evidencia a formatura de uma cidadã de Pindamonhangaba, que se formou na cidade de Guaratinguetá, analisando com um olhar atual, podemos verificar o quanto era custoso para a população da época, a formação para professor, por isso o destaque no jornal, parabenizando a família e a Srta Celeste Wanda Gama Pestana, pelo brilhantismo nos exames concluídos.

Evidenciamos na pesquisa, que o acesso era de poucos para a formação de professor, por diversas razões, como: poucas Escolas Normais Oficiais distribuídas no estado, custo para formação, uma vez que era necessário se manter na cidade vizinha para estudar, o acesso limitava-se as famílias mais abastadas e com maior formação. Com esses fatos, após a criação da lei em 1927, houve uma expansão no estado de São Paulo, conforme podemos verificar na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Escolas Normais de São Paulo até 1954 (MASCARO, 1956, p.26-28, apud BALÃO, 2011).

Ano	Tipo de Estabelecimento	Locais
1928	LIVRE	Amparo, Araraquara, Itu, Jaboticabal, Jaú, Limeira, Lins, Lorena, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos e na capital paulista.
1929	LIVRE	Bragança Paulista
	MUNICIPAL	Sorocaba
1930	LIVRE	Agudos e Ribeirão Preto
1931	LIVRE	Bebedouro
1932	LIVRE	São José do Rio Preto
1934	LIVRE	Capital
1938	OFICIAL	Mococa
	LIVRE	Botucatu
1939	OFICIAL	Santa Cruz do Rio Pardo, Tatuí, Catanduva, Itapeva e Tietê.
	LIVRE	Batatais, Jardinópolis e na capital Paulista (4).
1940	LIVRE	Capital Paulista
1941	OFICIAL	Franca, Araçatuba e Assis.
1944	LIVRE	Avaré, Barretos, Birigui, a segunda de Lins, Marília, Olímpia, Penápolis, Ribeirão Preto, Santos e Sorocaba.
1945	OFICIAL	Bauru, Itapira, Lins, Mirassol, São Manoel, Taquaritinga e Taubaté.
	LIVRE	Bauru (2), Capital (2), Franca, Jaú e Laranjal Paulista.

Ano	Tipo de Estabelecimento	Locais
1946	OFICIAL	Jundiá, Ribeirão Preto, Cruzeiro, Pinhal, Piraju, São José do Rio Pardo e Sorocaba.
	LIVRE	Capital.
1947	OFICIAL	Jaú, Presidente Prudente, Capivari, Itápolis, Itu, Limeira, Jabuticabal, Piraju, Rio Claro, Santos, São José dos Campos, Caçapava, Jacaré e Novo Horizonte.
	LIVRE	Cafelândia, Ourinhos, Piracicaba e Capital (3).
1948	OFICIAL	Mogi das Cruzes, Barretos, Bebedouro, Dois Córregos, Garça, Marília, Pindamonhangaba e Santa Rita do Passa Quatro.
	LIVRE	Campinas (2), Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos e Tupã.
1949	MUNICIPAL	Rancharia
	LIVRE	Ribeirão Preto, Santo André, Santos, Sorocaba, Capital (3)
1950	OFICIAL	São José do Rio Pardo, Ituverava, Araraquara, Amparo, Araras, Avaré, Ibitinga, Penápolis, Pompeia, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, Tupã, Itararé, Matão, Nova Granada, Paraguaçu Paulista, Presidente Venceslau, Registro, São Vicente, Tanabi e na capital 2 (Ipiranga e Lapa).
	LIVRE	Araçatuba, Campinas (2), Catanduva, Franca, Itapetininga e São Paulo.
1951	OFICIAL	Bragança Paulista, Socorro e Capital (Pinheiros). Transformaram-se em Institutos de Educação a Escola Normal de Campinas “Carlos Gomes” e Padre Anchieta da capital.
	LIVRE	Adamantina, Assis, Guararapes, Lucélia, Marília, Ribeirão Preto, São Caetano do Sul, Valparaizo e São Paulo.
1952	OFICIAL	Campos do Jordão, Santo Andre, São Bernardo do Campo, Monte Aprazível e capital (Belenzinho).
	MUNICIPAL	Cachoeira Paulista, Igarapava, Lençóis Paulista, São Simão e Votuporanga.
	LIVRE	Araçatuba, Campinas (2), Franca, Presidente Prudente, Rio Claro, Santos e capital (7).
1953	OFICIAL	Andradina, Batatais, Ourinhos, Rancharia, Dracena e Osvaldo Cruz.
	MUNICIPAL	Andradina, Cajuru, Iguape e Mirandópolis.
	LIVRE	Bauru, Jundiá, Marília, Santo Andre, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto e capital (6).
1954	OFICIAL	Americana, Cafelândia, Pacaembu, Promissão, Ribeirão Bonito, Santa Barbara D'Oeste, Suzano, Votuporanga e capital (Penha, Mooca e Vila Mariana).
	MUNICIPAL	Capão Bonito, Conchas, José Bonifácio e Pedregulho.
	LIVRE	Bastos, Catanduva, Guaratinguetá, Ourinhos, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, Suzano, Taquaritinga, Taubaté e capital (13).

Podemos observar na tabela 1 que no estado de São Paulo, o crescimento dos estabelecimentos que ofereciam o curso de formação de professores, cresceu de forma significativa, a partir de 1928 e mais expressivamente a partir da década de 40, do século XX.

A partir das pesquisas efetuadas no jornal *Tribuna do Norte* e no acervo histórico da Etec João Gomes de Araújo, encontramos informações sobre a criação da Escola Normal Livre Municipal na cidade de Pindamonhangaba, no ano de 1928, apesar de que, na tabela 1, que organizamos a partir dos dados de Mascaro (1956, p. 26-28, apud BALÃO, 2011), os estabelecimentos de Ensino Normal no estado de São Paulo, a partir de lei de 1927, não consta a cidade de Pindamonhangaba no ano de 1928, como detentora de uma Escola Normal Livre. Em contrapartida, Tanuri (1979, apud INOUE, 2014), apresenta um mapa de São Paulo, onde observamos uma Escola Normal Livre, apontada sobre a cidade de Pindamonhangaba. Como se trata de informações do início do século passado, para evidenciar a existência da escola, os dados extraídos no centenário jornal *Tribuna do Norte*, de janeiro de 1932, conservado no acervo da instituição, pôde nos confirmar a existência e o funcionamento da Escola Normal Livre de Pindamonhangaba. Como evidencia maior, na edição do jornal de janeiro de 1932, está em destaque um sarau, organizado pela escola normal, para comemorar o quarto ano de fundação da mesma.

Nas buscas de informações pelo acervo do jornal *Tribuna do Norte*, verificamos que a Escola Normal Livre Municipal, funcionava no Palacete Visconde da Palmeira, atual Museu Histórico e Pedagógico de Pindamonhangaba, juntamente com a Escola de Farmácia e Odontologia que foi fundada em 1913, mas teve seu fechamento decretado em 1929, conforme informações do jornal, e alinhando com a história da Etec João Gomes de Araújo, após o fechamento da faculdade, em 1931, foi fundado o Ginásio Municipal, também no mesmo palacete, assim, a Escola Normal Livre Municipal, funcionou desde 1931, junto com o Ginásio Municipal, atual Etec João Gomes de Araújo. Na matéria jornalística, que reporta sobre o Sarau de Comemoração do 4º aniversário da Escola Normal, existe também uma notícia sobre o Ginásio Municipal de Pindamonhangaba, como se trata do ano de 1932, ambos estavam em funcionamento no mesmo município/prédio. Considerando que, mesmo estando em atividades no mesmo período e prédio, ambos eram instituições distintas, e com fins específicos, sendo que o Ginásio Municipal existe até os dias atuais e a Escola Normal Livre, existiu por um curto período, sendo transferida para Botucatu/SP, em 1939.

Notam-se por uma notícia do jornal *Tribuna do Norte*, de maio de 1933, que a Escola Normal Livre e o Ginásio Municipal (Figura 1) funcionavam em harmonia, dividindo as mesmas instalações prediais. Nas consultas do livro ponto, observa-se que alguns professores do Ginásio Municipal eram os mesmos da Escola Normal Livre, como a professora Alzira Pestana Franco, sendo a diretora da Escola Normal a professora Elvira Moura Bastos e o diretor do Ginásio Municipal o professor José Benedito Cursino.



**Figura 1** – Palacete Visconde das Palmeiras, abrigou a Escola Normal Livre e o Ginásio Municipal.

Fonte: Arquivo ETEC João Gomes de Araújo, 1928.

Conforme matérias jornalísticas na Tribuna do Norte, de 10 de janeiro e de 27 de novembro de 1932, a Escola Normal desenvolvia atividades de forma a interagir com a sociedade da época, sendo esse jornal, o meio de divulgação e propaganda, recortamos reportagens como: formaturas, bailes (baile da chave), escola complementar anexa, elogios a escola, visita do inspetor federal e a famosa e comentada formatura da turma de 1932, evidenciamos em uma reportagem da Tribuna do Norte Net (2014), como foi a honrosa comemoração. “Magnífica! É a expressão que nos acode para qualificar fielmente a festa de recepção de diplomas dos alunos que terminaram este ano o curso da nossa Escola Normal”.

Entre os nomes de grande relevância formados pela escola Normal Livre de Pindamonhangaba, encontramos Dr. Waldomiro Benedito de Abreu e professor Wilson Pires Cesar, ambos foram diretores da atual Etec João Gomes de Araújo, deixando um legado muito positivo. Encontramos na biografia do Dr. Waldomiro que o mesmo cursou a antiga Escola Normal Livre Municipal, e sobre o professor Wilson Pires Cesar, localizamos no jornal Tribuna do Norte, entre a relação de formandos de 1935.

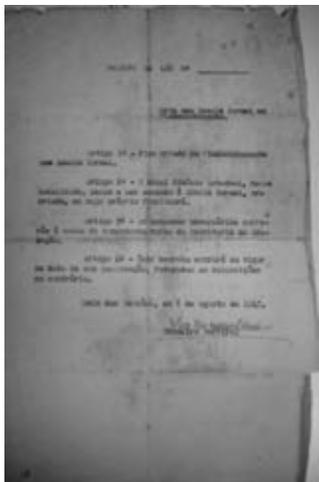
## A transição para a escola ETEC João Gomes de Araújo

Em relação à transição da Escola Normal Livre para a atual Etec João Gomes de Araújo, não foi efetuada em um processo simples, visto que, deparamos com informações no jornal Tribuna do Norte, em 29 de novembro de 1929 e 08 de novembro de 1930, indicando que a Escola Normal Livre, estava passando por dificuldades, mas em nenhum momento visualizamos seu fechamento, somente em 1939, encontramos uma notação de que a Escola Normal havia sido transferida para Botucatu/SP, mas é notável, que até o ano de 1936 as notícias sobre a escola são frequentes, e depois, as ocorrências só retornam já

na década de 40, indicando a necessidade de abertura de uma nova escola normal, em função do fechamento da antiga.

O poder municipal, após a transferência da Escola Normal Livre para Botucatu/SP, se empenha em trazer uma Escola Normal Oficial para a cidade, conforme noticiado no jornal Tribuna do Norte, de 25 de fevereiro de 1947, que o prefeito Sr. Álvaro Pinto Madureira e uma comissão, se reuniram em São Paulo para solicitar a escola ao governo do estado.

Se observarmos na tabela 1, em 1948, inicia-se a Escola Normal Oficial em Pindamonhangaba, fato este constatado, na reportagem do jornal Tribuna do Norte em 1947, com a notícia. "A Escola Normal de Pindamonhangaba está criada e lotada. Por muito tempo, desde a extinta Escola Normal Livre Municipal, quando a mocidade Pindense, deseja obter o diploma de professor, com sacrifícios e a custo de despesas forçadas, ia ela para outras cidades, como Taubaté-SP e Guaratinguetá-SP, enfrentar a luta na consecução do seu objetivo!". No acervo da Etec João Gomes de Araújo, encontramos um documento que especifica o momento da criação/instalação do curso na escola (Figura 2). A escola foi criada em 1947 e iniciou suas atividades em 1948, e desta vez a Escola Normal e o Ginásio Estadual, estavam no mesmo prédio e faziam parte da mesma instituição, e assim, ocorreu a transição da Escola Normal de Pindamonhangaba com a Etec João Gomes de Araújo (Figura 3), e essa união estendeu-se até 1992, sendo que na década de 1970, o curso sofreu uma alteração na denominação, sendo Habilitação Específica para Magistério, e manteve esse nome até o final da sua última turma, no início da década de 1990.



**Figura 2** – Documento que oficializa a Escola Normal Oficial em anexo ao Colégio Estadual em Pindamonhangaba, em 1947.

Fonte: Acervo da ETEC João Gomes de Araújo, 2014.

**Figura 3** – Aula da turma do Normal Oficial no palacete Visconde da Palmeira, década de 50.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Hilma Vellutini, em 2014.



## Conclusão

Ao finalizarmos esta pesquisa histórica e pedagógica, concluímos o quanto os administradores da cidade de Pindamonhangaba, se empenharam em trazer e manter um curso de formação de professores para a cidade, e verificamos também, o quanto a documentação do acervo histórico na Etec João Gomes de Araújo é rica e conservada, digitalizamos e utilizamos documentos de 1928, sendo que são os mais antigos encontrados no acervo dos professores da escola. Observamos também, os nomes de grandes personalidades da cidade, que passaram pelos bancos escolares das Escolas Normais, como a professora Gabriella Monteiro de Athayde Marcondes, Prof<sup>o</sup> Alzira Pestana Franco, professor Wilson Pires Cesar, todos foram homenageados, recebendo nomes de escolas públicas do município, e o Dr. Waldomiro Benedito de Abreu que é o patrono do arquivo histórico da cidade de Pindamonhangaba. Foi muito valioso, verificar como a evolução das Escolas Normais no estado de SP e como tudo começou no nosso país. Não poderíamos deixar de citar, o valioso acervo do jornal Tribuna do Norte, que com certeza nos auxilia para sanar todas as dúvidas em relação as informações do século passado, é um grande presente para nós pesquisadores da história da educação, poder usufruir do acervo desse jornal, é uma verdadeira testemunha da história da cidade de Pindamonhangaba. Concluímos que as transformações ocorridas em torno da evolução da formação docente em Pindamonhangaba foram decisivas para minimizar o analfabetismo na cidade e região, e como o estado de São Paulo se empenhou na estruturação deste segmento. A Etec João Gomes de Araújo se orgulha deste período dourado da educação pública do nosso país.

## Referências

### Fontes primárias

Acervo Histórico da Etec João Gomes de Araújo, de 1928 a 2014.

Acervo pessoal de Antonio Pedro de Carvalho Giudice e Maria Hilma Vellutini, contatados em 2014.

TRIBUNA DO NORTE. Formatura da pindamonhangabense Celeste Wanda Gama Pestana, na Escola Normal Oficial de Guaratinguetá-SP. Pindamonhangaba, 30 de novembro de 1930.

TRIBUNA DO NORTE. Prefeito Dr. Francisco Lessa Junior, informação a situação financeira da escola. Pindamonhangaba, 29 de novembro de 1929.

TRIBUNA DO NORTE. Prefeito Dr. Francisco Lessa Junior, noticiando a situação da Escola Normal Livre. Pindamonhangaba, 08 de novembro de 1930.

TRIBUNA DO NORTE. Sarau da Escola Normal em comemoração ao 4º ano de fundação da escola. Pindamonhangaba, janeiro de 1932.

TRIBUNA DO NORTE. Propaganda das primeiras provas parciais da Escola Normal Livre e do Ginásio Municipal. Pindamonhangaba, maio de 1933.

TRIBUNA DO NORTE. Reportagem da Escola Anexa Complementar a Escola Normal Livre de Pindamonhangaba. Pindamonhangaba, 10 de janeiro de 1932.

TRIBUNA DO NORTE. Notícias sobre o Baile da Chave. Pindamonhangaba, 27 de novembro de 1932.

TRIBUNA DO NORTE. Formatura Escola Normal Livre – Wilson Pires Cesar. Pindamonhangaba, 22 de dezembro de 1935.

TRIBUNA DO NORTE. Prefeito Dr. Álvaro Pinto Madureira, em SP solicitando uma Escola Normal Oficial. Pindamonhangaba, 25 de fevereiro de 1947.

## Referências Bibliográficas

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman e SCHELBAUER, Anaete Regina. Os sentidos da prática de ensino na formação de professores no âmbito da Escola Normal. **Seminário de Pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá, 08 e 09 de junho de 2009.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Escola Normal: O projeto das elites brasileiras para a formação de professores**. Mestre em Educação pela UEM, professora do Departamento de Educação da Faculdade de Artes do Paraná, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Interinstitucional em Artes da FAP. Acesso em 08 de março de 2014.

FURTADO, Alessandra Cristina. **A expansão das Escolas Normais de Ribeirão Preto/SP e as oportunidades abertas de ingresso no magistério primário (1928-1946)**. História da Formação Docente no Brasil – Comunicação Científica. IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores – 2007. UNESP – Universidade Estadual Paulista – Pro Reitoria de Graduação.

BALÃO, Regina. **Curso de formação de Professores Primários: Vida e Morte, a experiência de uma escola estadual – 1964-2004**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28062011-094241/pt-br.php> Acesso em: 07 mar. 2014.

INOUE, Leila Maria. **Igreja Católica e a Formação de Professores em São Paulo: A Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus (1943)**. UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05-%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/IGREJA%20CATOLICA%20E%20FORMACAO.pdf> Acesso em: 10 jul. 2014.

## Internet

TRIBUNA DO NORTE NET. Disponível em: <http://jornaltribunadonorte.net/historia>. Acesso em: 08 jul 2014.

TRIBUNA DO NORTE NET. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.net/noticias.asp?cod=4&edi=141> Acesso em: 08 de jul. 2014.

TRIBUNA DO NORTE NET. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.net/noticias.asp?cod=4&edi=151> Acesso em: 08 mar.2014.

DELMANTO, Armando Moraes. Disponível em: <http://www.armandomoraesdelmanto.com.br/?area=artigos&id=77&pagina=> Acesso em: 08 mar. 2014.

AL.SP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei-2269-31.12.1927.html> Acesso em: 09 jul. 2014.

# PROFESSORA JULIA WANDERLEY UMA GUARDIÃ DE MEMÓRIA

**Silvete Aparecida Crippa Araújo**  
Universidade Federal do Paraná

A presente pesquisa inserida no eixo temático Coleções, Acervos e Centros de Memória como lugares vivos e dinâmicos na difusão de processos de produção de saberes e de conhecimentos na educação profissional e tecnológica, pretende relatar sobre a importância do acervo fotográfico, referente aos postais e fotografias colecionados pela professora Julia Wanderley, a primeira mulher do Paraná a pedir permissão para frequentar a escola normal e obtendo permissão para tal intento. Ao investigar essa temática sentiu-se a necessidade de analisar com maior apreço as coleções que Julia Wanderley possuía especificamente as fotografias e cartões postais, os quais tiveram significativa importância na construção e fortalecimento de sua memória<sup>1</sup>, configurando representações e atributos que foram se conformando em torno de sua pessoa.

Um dos atributos designados a esta personagem social, reconhecida no Paraná como mulher e professora exemplar é o de grande colecionadora, guardiã da memória de seu povo. É possível afirmar que o enquadramento da memória referente à Julia Wanderley é alimentado pelo material fornecido pela história, o que a tornou uma pessoa constantemente rememorada, em especial, pelas fotos e cartões postais que colecionava utilizados amplamente como fonte de pesquisas sobre a história do país e do Paraná em especial.

O período estudado é o do final do século XIX e início do XX em Curitiba, isto é período de transição do regime imperial para o republicano. Neste período 'ser civilizado', como os franceses e europeus em geral, significava maior presença feminina (e registro desses momentos) em acontecimentos da vida social (CORBIN, 1991; D'INCAO, 2004). E foi o que a organizada professora Julia Wanderley fez como várias outras mulheres deste período fizeram de forma mais ou menos sistemática e diversificada. Suas coleções, sem

---

<sup>1</sup> Memória, entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (Pollak, 1992, p. 201). Também compreendida enquanto vida sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1981, p 8 -9).

dúvida, ricas de informações, caprichosamente ordenadas durante anos, não podem deixar de serem consideradas como elemento representativo dos 'novos tempos'.

A colecionadora Julia Augusta de Souza Wanderley<sup>2</sup> nasceu no dia 26 de agosto de 1874 em Ponta Grossa cidade da província do Paraná, uma província ainda jovem, instalada em 19 de dezembro de 1953, que buscava se firmar no cenário político e econômico do Brasil imperial. A família de Julia Wanderley em 1877 veio a se estabelecer em Curitiba, e foi primeiramente morar no Cajuru<sup>3</sup> (região de Curitiba, mas que não era central).

Em outubro de 1879, em meio a estas mudanças, a família de Julia Wanderley mudou-se do Cajuru para o centro da cidade, área considerada urbana naqueles dias, ou seja, mudaram para o local do homem moralizado, morigerado<sup>4</sup> e disciplinado.

Julia Wanderley viveu em Curitiba até a data de seu falecimento em 05 de abril de 1918. Foi uma jovem que em 1890 aproveitou o momento propício que permitia à mulher se profissionalizar como professora e pediu permissão para participar junto com os rapazes do curso normal, no que consegue êxito. Matriculou-se na Escola Normal de Curitiba junto a outras três moças, legitimando esta escola como promíscua<sup>5</sup> e formou-se como professora normalista no final de 1892. Também foi diretora de Grupo Escolar e na sequência diretora de Escola Intermediária e membro do Conselho Superior do Ensino Primário do Paraná.

Julia Wanderley foi uma mulher de classe média, filha de um comerciante republicano, que viveu numa época de transição política no país, período também de transformações socioeconômicas importantes, momento em que no Brasil a educação da população, especialmente a educação primária, ganhou atenção acentuada, em grande parte devido ao pensamento positivista dos organizadores do novo regime político. Uma senhora das primeiras décadas do século XX deveria saber conservar um ar modesto e uma atitude séria quando transitasse pelos espaços públicos, pois a todos deveria impor respeito. A também colecionadora Julia Wanderley vivia este panorama social, o qual nos revela uma memória individual e coletiva específica de um tempo<sup>6</sup> e lugar.

---

<sup>2</sup> Julia Augusta de Souza Wanderley, depois de casada Julia Augusta de Souza Wanderley PETRICH, forma como ela também assinava seus documentos. Usaremos o nome pelo qual a professora é mais lembrada até os dias de hoje: JULIA WANDERLEY.

<sup>3</sup> Localidade que abrigou por muitos anos o Orfanato do Cajuru. Em 1899 a Congregação das Irmãs de São José de Chambéry adquire uma chácara e uma casa de campo em terreno de 15 hectares no bairro do Cajuru para instalação do Noviciado de São José e uma Casa Provincial e em 1901 foi criado o Orfanato do Cajuru, já com algumas crianças recolhidas.

<sup>4</sup> A morigeração era uma das bandeiras defendidas, principalmente pelos governantes do Paraná no final do regime monárquico. O morigerado seria aquele que compartilhava do ideário da positividade do trabalho e da acumulação; aquele que sabia se portar dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas. (PEREIRA, 1996).

<sup>5</sup> Escola promíscua era a escola que aceitava alunos de ambos os sexos.

<sup>6</sup> Tempo compreendido neste artigo como possuidor de temporalidades múltiplas, desvinculado do tempo pautado pela cronologia linear, mecânica e factual, que rejeita o acontecimento puro e simples como instrumento de uma análise mecanicista da causalidade histórica. (VOLVELLE, 1986, apud BENCOSTTA, 2011, p. 399).

Para um historiador, conhecer totalmente a história de seu personagem através das memórias reavivadas é impossível, mas se esta pessoa marcou uma época, e ainda marca a sociedade em que viveu como Julia Wanderley, fica para o pesquisador a curiosidade e a paixão por desvendar pelo menos as marcas e reflexos que esta pessoa deixou; e no caso de Julia Wanderley investigar como se construiu e se reconstrói os lugares de memória de uma pessoa de expressão social.

Julia Wanderley se mostrava interessada nas novidades da época e colecionava imagens referentes aos fatos de destaque do seu tempo, além de fotos de família e amigos. As imagens colecionadas contêm comentários e anotações que descrevem cenas do cotidiano, locais e fatos históricos. Não foi possível saber em que momento da vida Julia Wanderley começou a colecionar imagens de cartões postais e fotografias, nem tampouco como obtinha essas imagens. Pretende-se compreender o papel das coleções iconográficas de Julia Wanderley, a memória que ela procurou preservar, bem como vislumbrar o lugar social que lhe foi atribuído o qual a elegeu guardiã da memória paranaense.

## JULIA WANDERLEY: Arquivando memórias de família

A fama de colecionadora, guardiã da memória de Curitiba especificamente, atribuída a Julia Wanderley é constantemente revitalizada. Vislumbra-se que eram nas coleções que sua organização se revelava de maneira particular, destacando-se em seu meio pelo extremado zelo que tinha por suas coleções de fotografias e cartões postais (algumas fotos supostamente tiradas pela própria professora), de recortes de jornais, de revistas e até de pedaços de tecidos de roupas “para o Julinho”<sup>7</sup> registrado em seu Livro íntimo ou Diário<sup>8</sup>.

O Livro íntimo ou Diário de Julia Wanderley<sup>9</sup> é um testemunho de seu amor maternal: são páginas com contornos da “mão do Julinho” (como está registrado no diário), com 8, com 9 e com 10 anos de idade representam as marcas visíveis do crescimento do menino. Muitos desenhos e os primeiros escritos de Julinho. Uma coleção de pequenas amostras de tecido para roupas do menino, cuidadosamente dispostas e coladas, lado a lado, em mais de uma folha, com a discriminação do tecido e valor. Também no diário constavam recortes de jornais com anúncios de médicos (Julinho poderia precisar?) e escolas (nas quais o filho poderia estudar um dia?), e também os que informam sobre o aniversário de Julio Petrich da Costa e sobre doações para instituições de caridade que

<sup>7</sup> Forma carinhosa como a professora Julia se referia ao seu filho nas fontes pesquisadas. Julio Petrich da Costa era na realidade filho biológico de Minervina, a irmã mais nova de D. Julia. Para saber mais ver ARAUJO, 2013).

<sup>8</sup> Excertos (xérox) do chamado Livro íntimo ou Diário de Julia Wanderley e estão inseridos em uma compilação, junto com cópias de outros textos, fotos, recortes de jornais sobre a professora. Esta compilação, encadernada com o título: **Julia Wanderley** – escritos, homenagens e fotografias [19-], está na biblioteca da Faculdade Dr. Leocádio José Correia (FALEC), de Curitiba.

<sup>9</sup> No estudo feito por Pucci (1987, p.40-41), há a informação que o Livro íntimo ou Diário (original), além de outros álbuns de Julia Wanderley, teria sido guardado por Luiz Gastão, filho de Julio Petrich da Costa.

o casal Petrich fazia em nome do filho, uma prática social da época atribuída a gente de bem<sup>10</sup>.

O hábito de colecionar de Julia Wanderley remonta seus tempos de juventude e a acompanhou durante sua trajetória de vida, hábito que estava em sintonia com uma época em que as jovens, além de lerem romances no silêncio de seus quartos, escreviam diários e, como afirmou Perrot (2005, p.37-39), colecionavam “mil nada” que recordassem momentos especiais: flores secas, bibelôs, jóias de família, e depois fotografias, croquis e cartões postais e de viagem e outros objetos. Eram lembranças nítidas de uma vida, imagens que representam uma memória apontando os lugares de realização histórica, testemunhos de uma existência. Coleções que quando perquiridas nos fazem reencontrar (no sentido de retomar) os dias antigos, tempo perdidos que a memória corrobora em ressuscitá-lo<sup>11</sup>. “A memória introduz o passado no presente sem modificá-lo, mas necessariamente *atualizando-o*” é o que afirma Seixas (2004, p. 50, grifo da autora).

Julia Wanderley entre suas coleções coligiu, organizou e encadernou as revistas Fon-Fon e Careta, periódicos que engendravam um espaço privilegiado para divulgar imagens, costumes e comportamentos que afirmavam um caráter social distinto e modelar buscando certa hegemonia cultural. As revistas passam a ter maior diversidade e acentuam a sua produção no início do século XX, e menciona Junior (2012 p. 46), que as revistas ilustradas se tornam produtos constituintes de uma empresa mercantil a qual busca sustentar-se pela permanência de seu produto no mercado de consumo e deviam corresponder as expectativas de um determinado público consumidor, visando atingir e/ou ampliar o maior número de leitores. Ao que se verifica Julia Wanderley fez parte deste seletor público leitor.

As revistas Fon-Fon e Careta representavam anseios e perspectivas de uma elite letrada. A elite e as classes médias urbanas assumiram um importante papel como classe consumidora e reprodutora de um sistema capitalista, que impulsionava o tortuoso processo de modernização. (JUNIOR, 2012 p. 31)

Além de sua coleção de revistas, de outras coleções e de breves escritos, Julia Wanderley se mostra, mas de maneira peculiar, como uma arquivista, uma mulher exemplar que deveria ser seguida, observada por seus familiares, amigos, alunos, admiradores e, principalmente por seu filho. Ela desejava que o seu único filho Julio conhecesse melhor a mulher que tanto o esperou e criou e para isso, repetiu uma prática que se difundiu entre as mulheres de ‘boa família’ desde os tempos do Império: escreveu um diário, conhecido como o Livro íntimo ou Diário de Julia Wanderley. Mauad (2002, p.137-176), assegura que muitas mulheres do Brasil do século XIX faziam anotações do dia-a-dia: de

<sup>10</sup> Segundo Schaeffer; Britto; Kleinke (1985, p.20), também existiriam, neste material, orientação sobre educação e estímulo ao futuro profissional de Julinho. Para realizar essa pesquisa foi possível consultar apenas parte do Livro íntimo ou Diário de Julia Wanderley.

<sup>11</sup> A memória é, portanto algo que atravessa, que vence obstáculos, que emerge, que irrompe. Os sentimentos sobre este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes. Ainda que a integralidade do passado esteja irremediavelmente perdida, aquilo que retorna vem inteiro, íntegro porque vem acompanhado de suas tonalidades emocionais e “charme” afetivo. (SEIXAS, 2004, 46-47).

seus afazeres domésticos na casa, com os filhos e o marido; de suas leituras, passeios, idas à igreja. Verdadeiros registros do cotidiano feitos por pessoas que deveriam viver para suas famílias.

De certa forma Julia Wanderley determinou, indiretamente, um papel a ser assumido posteriormente por Julio Petrich: o de guardião da memória, materna e familiar, alguém, que conforme menciona Schapochnik (1998, p. 460), faz um papel que se “assemelha ao de um duble de arquivista, que reúne e atribui uma ordem de pertinência ao acervo”<sup>12</sup>. Julio Petrich da Costa continuará a colecionar fotografias de sua família, de Curitiba, do Paraná, etc., revivendo uma prática de sua mãe. Colecionar, contudo é uma ação que de certa forma mostra os hábitos, paixões e excentricidades comuns entre os colecionadores, e pode representar uma mania ou até uma arte. Para Schapochnik (1998, p. 433), o colecionador culmina a paixão individual pela propriedade privada, o que pode ser convertido em fuga apaixonada, refúgio “em meio a objetos que são também narcísicos do eu”.

Ao longo dos anos o que transparece é a preocupação e o cuidado de Julia Wanderley em registrar a trajetória de vida de Julio Petrich, a dela própria e de sua família, para o próprio filho e, também, para a sociedade curitibana. A fotografia utilizada para solenizar e eternizar momentos da vida particular, familiar ou social, foi um artifício muito utilizado por Julia Wanderley inclusive para reforçar o seu lugar de memória.

As fotografias de família, ou seja, os álbuns familiares se revelaram por uma sensação em que ainda preponderava um valor de culto, para solenizar e eternizar os grandes momentos da vida familiar reafirmando um sentimento de unidade. Schapochnik (1998, p. 460), observa que as fotografias isoladas ou reunidas num álbum apresentam a qualidade de ser um dos mais preciosos “lugares da memória familiar”. Investida de um valor simbólico e afetivo as fotografias ficavam sob a tutela de um guardião da memória familiar e Julia Wanderley nesse caso se revelou uma guardiã, uma arquivista da memória familiar, inclusive fazendo observações pertinentes a cada época e acontecimento em todas as fotos. Afirma Pollak (1989, p. 10), que “o que está em jogo na memória (na sua constituição e formalização) é também o sentido da identidade individual e do grupo”, ou seja, toda memória individual representa os anseios e necessidades de um grupo que se pretende fortalecer e legitimar.

Julia Wanderley irá através de suas imagens fotográficas reforçar o modelo de organização de corpos utilizado para fotografar a família no final do século XIX e início do século XX, onde o homem, tido como provedor, chefe da família, tinha o lugar de destaque, ficava geralmente sentado numa posição referente a um suposto reinado. Ao analisar a foto da família de Visconde de Nacar<sup>13</sup>, localizada no Acervo Julia Wanderley do MUNESP/

<sup>12</sup> Várias imagens feitas e/ou colecionadas por Julio Petrich da Costa também estão expressas na Casa da Memória de Curitiba e constam no acervo de Julia Wanderley.

<sup>13</sup> Manuel Antônio Guimarães, Visconde de Nacar, foi um importante político e comerciante no Paraná. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991.

SBEE<sup>14</sup>, se confirma o padrão fotográfico dos homens em destaque nas posições que ocupam, nas vestes, embora as mulheres e crianças também estejam arrumadas e posicionadas na composição do grupo, a imagem fotográfica representa certa convenção social de uma determinada época e Julia Wanderley perpetua esta conformação. É necessário conceber a família como um sujeito coletivo que narra e tem a disposição o manejo e a construção de um espaço de ficção, logo a foto deve ser entendida como o meio que produz imagem, a qual visualiza a família, e o álbum de família se constituiu como um arquivo, que conta ou pretende contar uma história.

O álbum de família anuncia um tempo historiado e ritualizado, orienta um olhar para o futuro e para observadores restritos. O “álbum é foto apenas pela metade: a outra metade se deve a quem coleciona e o conta” (SILVA, 2008, p. 38). No nosso caso, quem conta a história através de imagens é Julia Wanderley, tida como arquivista da família.



**Figura 1** – Júlio Petrich da Costa e Julia Wanderley.

Fonte: Julia Wanderley: Escritos ([19-], p.65) no Acervo da Biblioteca da FALEC

São muitos os tempos colecionados por Julia Wanderley, muitas das fotografias guardadas e arquivadas por ela no álbum familiar, acompanham o crescimento do seu filho, são verificadas imagens do batizado, em festas, da primeira comunhão, entre outras. As idades de Julio Petrich variam; supostamente algumas fotos foram tiradas pela professora, por familiares ou amigos, mas muitas foram feitas em estúdio fotográfico. Analisando a história da fotografia, Júnior (2012, p. 72), nos lembra “que as elites procuraram moldar em suas crianças alguns costumes adotados pelos adultos de acordo com a cultura fotográfica social da época”, portanto o comportamento fotográfico de Julia Wanderley atendia aos padrões de um tempo, quando reconhecemos na foto um disciplinamento

<sup>14</sup> Museu Nacional do Espiritismo/Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas.

dos corpos. No final do século XIX e início do XX, no atelier fotográfico as crianças eram aprisionadas, moldadas, pela pose, nas festas de família pelos trajes enfeitados, na escola pela disciplina dos estudos e em casa pela moral das orações e temores a Deus. (MAUAD, 2002, p.174)

Uma imagem fotográfica no seu acervo, chama particularmente a atenção, pois ela mostra uma forma supostamente descontraída de fotografar uma família, apresenta a fachada da casa de madeira de Antonio Herderico da Costa e Minervina Wanderley da Costa, irmã de Julia Wanderley, no bairro Juvevê em Curitiba. Algumas pessoas estão postadas na frente do imóvel, as roupas denunciam um dia festivo, que estava ensolarado. Uma mulher está com um bebê nos braços, seria Julia Wanderley? Provavelmente. Ao lado desta mulher está um casal, o homem segura a mão de outra criança, seriam os Wanderley da Costa? Várias jovens e um homem a cavalo (apenas para a pose da foto?) também aparecem, e outro homem ocupa o primeiro plano da fotografia, abrindo a cena com uma sombrinha aberta, utensílio geralmente usado pelas mulheres (seria Frederico Petrich, marido de Julia?). Na fotografia está escrito “Julio Petrich da Costa, 17 de novembro de 1901”. Como o menino nasceu dia 1º de novembro, a data da fotografia coincide com a publicação, em jornal de Curitiba, de nota enviada pelo casal Petrich comunicando o “nascimento de seu querido filho adotivo” (PETRICH, [19-], p.11).

Provavelmente a foto foi utilizada para celebrar, legitimar e eternizar um momento especial na família de Julia Wanderley os primeiros dias de vida de seu filho. Seria também um meio utilizado para reforçar a aceitação da família sobre a doação da irmã e do cunhado? Silêncios! Segundo Lissovsky (1998, p. 26), a “foto oscila entre aquilo que lhe escapa e isto que nela se infiltra”, o gesto, representado pelo ‘clíc’, consoma a espera e contém a renúncia que todo fotógrafo deve fazer para que haja uma imagem fora de si, portanto é necessário ao historiador saber ler uma imagem naquilo que ela tentou representar e aquilo que de fato ela representa na sua totalidade.

De forma geral o “ato fotográfico tornou-se um fator influente no comportamento social, visto que todos aqueles que desejaram ‘dar-se a ver’ e mobilizaram-se para ‘deixar registrar’ pela máquina fotográfica, visaram posteriormente, a promoção de suas imagens” (JUNIOR, 2012, p. 53 – grifo do autor). A fotografia expressa um momento ativado pelo clique de uma máquina, o qual congelado no tempo revela essa “coisa um pouco terrível que há em toda fotografia: o retorno do morto” (BARTHES, 1984, p. 20). De certa forma quem é fotografado e rememorado por esta ou aquela foto nunca morre, a fotografia de pessoas, amigos e família é uma maneira de dizer baixinho ao nosso ouvido ‘Olhe’, ‘Estou aqui’, ‘Lembrem-se de mim’. Julia Wanderley, ao legar sua coleção a posteridade, deixa-nos estas exclamações.

Julia Wanderley nos dá pistas de como gostaria de ser rememorada: esposa, mãe dedicada, professora, diretora e amiga, representações expressas nas imagens configuradas em seu acervo fotográfico. Diante da objetiva de uma câmera fotográfica, a foto-retrato, conforme assegura Barthes (1984, p. 26-27), engendra quatro imaginários: “Diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exibir

sua arte”. Quando nos deparamos com a fotografia antiga, percebe-se que ainda há um resquício do comportamento utilizado para posar para os retratos pintados, haja vista que os fotografados/modelos, preservam ainda um ar estático e específico para cada momento ou lugar, não uma mímica.

Toda fotografia corrobora como testemunho de um tempo e lugar, impregnada de intensão especialmente quando selecionada e arquivada. A foto-retrato se investe de um sentido, ou seja, de uma intenção em que há necessidade de representar aspectos de uma vida, um momento sutil em que o fotografado não é nem sujeito e nem objeto, para Barthes (1984, p. 27-28) o fotografado é antes “um sujeito que se sente tornar-se objeto” naquele exato momento do ‘clíc’ vive uma microexperiência da morte (dos parênteses): torna-se verdadeiro espectro.

O momento do ‘clíc’ para Lisovsky (1998, p. 15), representa o instante do salto de um tigre em sua presa, instante onde o acontecimento é imobilizado “cristaliza-se como mônada”. Importante ressaltar a posição em que Julia Wanderley assume frente ao fotógrafo, no instante do ‘clíc’, na cristalização da imagem sendo geralmente o centro, ou figura central nas fotos principalmente com o filho, na escola e com as amigas.

É possível observar que quando Julia Wanderley é retratada com o filho, como uma mulher mãe, a mulher emoção visivelmente transparece, a exemplo da foto em que ela e seu filho estão ao lado do túmulo do pai de Julia Wanderley, um culto a memória dos mortos ou mais uma forma de expressar o sentimento humano, como o de perda e saudade, expressões de nossas fraquezas emocionais. Foto ainda não apresentada por seus memorialistas a qual apresenta uma mulher que também se comove, humana.

Muitas são as fotos encontradas de Julia Wanderley com a família e um pouco menos com amigos, elementos que ajudaram a marcar sua memória como exímia colecionadora, mulher forte e exemplar. Entretanto devemos destacar que foi uma presença importante para a história do Paraná, visto que suas fotografias e postais expressam várias imagens/documentos e imagens/monumentos<sup>15</sup> sobre acontecimentos significativos que ocorreram no Paraná os quais marcam uma materialidade passada.

## JULIA WANDERLEY: guardando a memória social

Além de colecionar fotografias de Julio Petrich, seus familiares e amigos, Julia Wanderley também possuía uma coleção de fotografias e cartões postais que registravam temas da vida cotidiana e os momentos considerados excepcionais do período

---

<sup>15</sup> Para Le Goff, a história representa a forma científica da memória coletiva, é o resultado de uma construção, sendo que os materiais que a immortalizam são o **documento** e o **monumento**. Para o autor, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: **os monumentos**, herança do passado, e os **documentos**, escolha do historiador” (LE GOFF, 1996, p.535).

que viveu em Curitiba, constituindo as representações da sociedade paranaense. Essas imagens nos instigam a interpretar uma totalidade ou ideia que permeiam um período/tempo.

Essas fotografias e postais, portanto são imagens que concorrem para a localização social e política de um tempo específico. Captam transformações da urbe (praças, monumentos, etc), eventos artísticos, homenagens públicas e festas (religiosas ou não)<sup>16</sup>. De acordo com Schapochnik (1998, p. 440), desde o século XIX este hábito de tudo registrar, colecionar, fotografar era “um verdadeiro culto da aparência exterior, com vistas a qualificar de antemão cada indivíduo”. E Julia Wanderley, bem expressa esse momento que avança o século XX, com muita disciplina e ordem, na forma como foi lembrada por seus pares, e exemplo de sua ex-aluna Maria Nicolas, que faz referência sobre Julia Wanderley a qual era “ordenada em todos os seus atos, pode-se dizer que era disciplinada militarmente”. (NICOLAS, 1977, p. 182)

Ressaltando que a imagem em si não explica com profusão um período, contudo nos convida e instiga a recriá-lo, revivê-lo e a rememorar-lo. Ao contemplar as fotos e postais da coleção de Julia Wanderley, encontramos vestígios de um passado nas imagens as quais pretendem trazer vida aos acontecimentos passados, quando nos propomos analisar tais imagens, eis que resuscitamos memórias que podem ser utilizadas como elementos primordiais à história provavelmente era o que pretendia D. Julia ao arquivar imagens. Podemos observar tais imagens iconográficas nos acervos da Casa da Memória<sup>17</sup> e do MUNESP/SBEE, fotos e postais referentes aos mais variados temas relacionados a diversos acontecimentos históricos.

Julia Wanderley também apoiava as causas do Estado em que nasceu e viveu. O jornal A República, de 13 de julho de 1904, informava a participação da professora e suas alunas no “*meeting* de estudantes<sup>18</sup>” que aconteceu na Praça Tiradentes (marco zero de Curitiba) em repúdio pela deliberação política de Governo Federal dada a questão do Contestado, que privilegiou o estado de Santa Catarina em detrimento do Paraná<sup>19</sup>. Verificamos mais um atributo endereçado a Julia Wanderley, a de mulher politizada.

<sup>16</sup> Este material pode ser encontrado na Casa da Memória de Curitiba e no Museu Nacional do Espiritismo/Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos.

<sup>17</sup> A família de Julia Wanderley doou grande parte de sua coleção de fotos e postais, os quais não se referiam a família e amigos, ao Instituto Histórico Geográfico do Paraná, que doou em dezembro de 1993 as reproduções fotográficas ao **Acervo Julia Wanderley** da Casa da Memória de Curitiba, órgão pertencente a Fundação Cultural de Curitiba. Foram catalogadas 1290 fotos identificadas e 56 não identificadas, num total de 1346 fotos. Memorando nº julho/91-01 – Fundação Cultural de Curitiba.

<sup>18</sup> Vários forma os protestos referentes à perda de boa parte de terras que estavam sendo disputadas entre Paraná e Santa Catarina. Ocorreram ‘meetings’ dos empregados do comércio, das colônias polonesas, italianas e portuguesas, dos estudantes entre outros. Paranaenses ilustres como Sebastião Paraná, Cônego Braga, Lourenço de Souza, Vicente Machado, Ermelino de Leão, Francisco Ribeiro entre outros fizeram parte deste protesto público que incluía os ‘Meetings’ e as Conferências (jornal **A República** do mês de julho de 1904).

<sup>19</sup> Sobre a questão do Contestado, entre outros, veja: Gallo, 1999; Machado, 2004.

Nas fotografias e postais que Julia Wanderley colecionou vários eram relativos ao tema desta disputa. Tal questão nos convida a perceber que Julia Wanderley apresenta através de suas imagens fotográficas os conflitos e posturas apropriados a um determinado tempo e a sua posição ideológica dos fatos. É significativo ressaltar que a fotografia “é uma representação de algo que realmente existiu e a representação de algo que foi intencionalmente criado”. (JUNIOR, 2012, p. 79)

Outros aspectos históricos em forma de fotos ou postais foram arquivados por Julia Wanderley, como foi o caso das disputas por poder presidencial no Estado impresso num postal representado por uma charge crítica, Saretta apud Júnior (2012, p. 77-78) informa que a incompatibilidade entre o sistema político e econômico brasileiro começaria a ser mais acirrado na década de 1920 e desembocaria nas transformações que decorreram a partir de 1930. Contudo anteriormente já se percebia várias críticas ao governo instituído no país e estados. Questões provavelmente presentes no contexto social da época, registrados por Julia Wanderley e que a condiciona como uma pessoa portadora de engajamento político e crítica social. Importante apontar que fotografia e charge não contemplam os mesmos traços distintivos, “a fotografia sempre diz alguma coisa, mas não diz qualquer coisa, por mais que se procure manipulá-la”. (JUNIOR, 2012, p. 79)

Toda imagem traz informações visuais sobre o mundo e tem a função primeira a de garantir, reforçar, reafirmar e explicitar nossa relação com o mundo visual verifica-se que é de grande importância a maneira como analisamos as imagens que nos chegam aos olhos. Aumont (1993, p. 81), faz menção que a imagem desempenha um papel de descoberta do visual, ela nos permite que essa relação seja aperfeiçoada e mais bem dominada, tanto como reconhecimento (função representativa) como rememoração (função simbólica).

Portanto ao observar uma das imagens (charge) percebeu-se uma conotação crítica sobre a política, referente à disputa de poder na primeira década do século XX e na outra a sucessão de poder que engendra a alternância de líderes e interesses, daí depende-se o fortalecimento da memória de um determinado momento político, imagens que imputaram a Julia Wanderley a adjetivação de ser uma personalidade feminina que estava atenta às questões sociais e políticas de seu tempo e mais ainda que como guardiã destas imagens/memórias possibilita conjecturar como era a mentalidade do grupo social daquela época, de forma geral.

Entre muitos outros temas da história do Paraná, Julia Wanderley tem na sua coleção de postais a imagem referente a um acontecimento muito delicado ao estado do Paraná, que foi a Revolução Federalista e a tragédia ocorrida com o Barão de Serro Azul<sup>20</sup>, assunto proibido até os meados de 1940 no Estado, vislumbra-se com isso que

---

<sup>20</sup> Ildefonso Pereira Correia, Barão do Cerro Azul (Paranaguá 1849 - Morretes 1894), proprietário rural e político brasileiro. Foi o maior exportador de erva-mate do Paraná. Durante a revolução Federalista, ele e outras cinco pessoas proeminentes da cidade de Curitiba foram executadas sumariamente na Serra do Mar sem qualquer processo legal ou acusação formal. Para saber mais ver VARGAS, 2004 e/ou o filme **O Preço da Paz**.

os silêncios políticos não sobrepujam as vozes dos indivíduos. É possível silenciar um acontecimento de grande impacto social eternamente? Ledo engano! São estes acontecimentos que propiciam que vozes sejam ouvidas e o historiador, curioso e atento, deve tentar dar uma ordem, ou seja, situar com maior propriedade o tempo, o espaço e as vozes condizentes e destoantes referente a tal fato. A imagem como vestígio de um momento, é construída pelo espectador, bem como também constrói o espectador (AUMONT, 1993, p. 81).

Julia Wanderley também arquivou em sua coleção várias fotos que representam as manifestações sociais e de lazer dos curitibanos, novos espaços e tendências iam se configurando. Schapochnik (1998, p. 459), alerta que a fotografia constitui o vestígio de alguma coisa que realmente existiu, mas que não pode ser tida como a imagem exata do ocorrido, portanto o historiador precisa ter muito discernimento na sua análise e narrativa sobre as imagens.

Além de colecionar postais e fotos que representavam de certa maneira o contexto social e político do momento, também apresentava os acontecimentos sociais que traziam a cidade um ar de modernidade, como as mulheres vistas de forma geral circulando mais pelos espaços públicos. As imagens da coleção de Julia Wanderley revelam e narram uma nova cultura, que se pretendia estabelecer, o novo, o moderno, o civilizado, o ideal republicano procurando entrar em cena, as imagens tomam lugar das percepções diretas, haja vista que podemos narrar às imagens tendo em vista a compreensão do interesse, lugar e tempo em que se encontram. Manguel (2001, p. 21), menciona que “qualquer imagem admite tradução em uma linguagem compreensível, revelando ao espectador aquilo que podemos chamar de Narrativa da imagem”.

Ao observar as imagens do acervo de Julia Wanderley, é possível compreender uma narrativa subliminar sobre as consolidações e os anseios que foram se consolidando em decorrência da nova organização que se estabelecia no país como a ocorrência das festas cívicas (republicanas), a exemplo da parada militar em homenagem a Duque de Caxias, as festas populares como o carnaval<sup>21</sup> promovido no centro da capital do Paraná bem como as festas promovidas pelos imigrantes, verificada na foto dos italianos, essas festas eram uma maneira de preservar e ressaltar os costumes e a identidade de um grupo.

Outras representações são narradas pelas imagens fotográficas como a chegada da industrialização no Estado que fomentou novas formas de organização do trabalho<sup>22</sup>. Parafraçando Júnior (2012, p. 89), houve locais, bem como acontecimentos que foram privilegiados para se fazer o registro fotográfico, e Julia Wanderley bem soube arquivar tais imagens e fortalecer sua memória. Imagens que serviram para identificar certo nú-

<sup>21</sup> Embora a elite e classe média preferissem o carnaval dos clubes de acordo com o modelo europeu e assim se protegiam do conglomerado popular

<sup>22</sup> O empresariado local buscava uma indústria com máquinas modernas, preocupando-se em deslocar o poder político dos grupos do campo para os industriais da cidade.

mero de qualidades socioculturalmente elaboradas. Reconhecer o mundo visual nas imagens pode ser útil na realização de várias pesquisas, além de proporcionar também um prazer específico, resultante da satisfação psicológica pressuposta pelo fato de “reencontrar”. (AUMONT, 1993, p. 83).



**Figura 2** – Exposição Industrial.

Fonte: Coleção Julia Wanderley do Acervo do MUNESP/SBEE.

Julia Wanderley também coligiu imagens-memórias de uma nova cultura escolar que foi se configurando no Paraná com a constituição dos Grupos Escolares e a feminização da Escola Normal, da qual ela foi também fomentadora. Essas instituições deveriam estar pautadas por uma nova organização administrativo-pedagógica, as quais deveriam promover modificações no tempo e espaço escolares, nos currículos, na forma de gestão e na postura didática do professor, sob o símbolo da ordem e do progresso.

As fotos escolares analisadas configuram um contexto que identifica a importância da organização dos corpos aos serem fotografados, imagens que Julia Wanderley fortalece ao selecionar suas fotos. Embora houvesse toda uma organização e postura exigida para ser fotografado, percebe-se que existiram os insubordinados, como o menino com o dedo no nariz ao lado da professora Julia (sentada ao centro) no momento do ‘clíc’ fotográfico. Ao analisar uma imagem devemos ter a convicção de que além de ser uma imagem do real, a fotografia é um vestígio diretamente calçado sobre o real, como uma pegada. (Bencostta, 2011, p. 398)



**Figura 3** – Fachada do Grupo Escolar Tiradentes.



**Figura 4** – Turma de Julia Wanderley.

Fonte: Coleção Julia Wanderley no Acervo do MUNESP/SBEE.

As imagens fotográficas do universo escolar da coleção de Julia Wanderley representam uma vasta fonte pesquisa sobre a história da escolarização no Paraná nas primeiras décadas do século XX e suas representações. Atuando inicialmente como professora primária, entende-se que foi imperioso o recrutamento de profissionais femininas para atender à difusão da educação entre uma população de origens e hábitos diversificados. A vista disso, nas primeiras décadas do século XX, o crescente número de mulheres professoras esteve intimamente relacionada à remodelação e difusão da escola primária. A feminização do magistério evidenciada no final do regime Imperial, foi fortalecida e ampliada após a institucionalização da República, estará intimamente relacionada ao crescente desinteresse dos homens pela docência<sup>23</sup>. Analisando e comparando as fotos a seguir se evidencia que os rapazes que se formaram em 1905 estão em menor número que as moças em 1907 na Escola Normal. Entretanto o acervo fotográfico de Julia

<sup>23</sup> De acordo LAGRAVE (1991), a feminização do magistério foi mais um episódio de “uma emancipação sob tutela” do que de uma luta por espaço no mundo educacional e do trabalho.

Wanderley guarda esta memória, significativa de um tempo. Podemos pensar juntamente com Bencostta (2011, p. 402), que sendo as fotografias escolares uma “fonte histórica carregada de sentido, a compreensão de sua representação somente será possível caso as informações resultantes da análise estiverem relacionadas ao contexto histórico no qual foram produzidas”.



**Figura 5** – Formatura dos alunos, em 1905.



**Figura 6** – Alunas da Escola Normal, em 1907.

Fonte: Coleção Julia Wanderley no Acervo do MUNESP/SBEE.

Ressalta-se que as imagens fotográficas de propriedade de Julia Wanderley expressam anseios e necessidades de um país republicano, que aspirava ordem e progresso na configuração política, administrativa e escolar. Arrolado a isso depreendemos a necessidade, perante as imagens observadas, de ordem e organização nas escolas para educar os corpos e mentes dos alunos e na cidade a urbanização para educar e condicionar corpos e mentes da população de forma geral. Logo a fotografia sendo uma valiosa fonte de pesquisa, enquanto interface entre história e memória, pode-se afirmar que a imagem compreende, portanto, um suporte material da memória, uma testemunha de um “aconteceu assim”, e logo podemos “verificar comportamentos, tradições, eventos tal como o fotógrafo os percebeu”. (BENCOSTTA, 2011, p. 407).

A construção da memória de Julia Wanderley, de sua missão educativa, de importante guardiã da memória associa-se de forma explícita à tese da construção de uma nova nação, civilizada e moderna. E ela retrata este momento ao arquivar imagens de uma Curitiba que crescia, direcionava os ignorantes para a escola, os órfãos para os asilos, os doentes para os hospitais, os vadios para a cadeia e os dementes ao hospício, e exemplo do Hospício dos Alienados<sup>24</sup>. E a cidade de Curitiba de forma geral? Sendo urbanizada e saneada, se tornando moderna e acolhedora aos olhos de Julia Wanderley.

É necessário destacar que a diversidade de imagens fotográficas e postais que Julia Wanderley colecionou, e que ganharam ares de documento/monumento são registros mecanizados de fragmentos de um mundo visual, deflagrados em vários momentos e espaços e “puderam ser interpretados como prova concreta de uma determinada realidade proposta” (JÚNIOR, 2012, p. 52). Imagens que reunidas por Julia Wanderley condicionam o nosso olhar, se não tivermos atentos, e designaram-lhe a missão de guardiã da memória paranaense.

## Considerações Finais

Reconhecer a relação da coleção de fotos e cartões postais de Julia Wanderley e os novos padrões de visibilidade que se estabeleciam no Paraná do final do século XIX e início do XX deram suporte para compreender a memória que lhe foi consagrada a de importante colecionadora. Para realizar tal intento foi necessário situar Julia Wanderley, tentar compreender a sua intenção e a preocupação com a organização de suas imagens iconográficas, ou seja, interpretar e perquirir a memória que ela procurou preservar. Foi significativo analisar as imagens e discursos que foram reproduzidos em um tempo e lugar específico, para assim bem entender as representações que elegeram Julia Wanderley guardiã da memória paranaense. Não é pretensão dar como concluída esta pesquisa, pois outros elementos podem ser analisados e discutidos referentes às coleções de Julia Wanderley e a época desta distinta personagem histórica.

## Referências

### Referências Bibliográficas

- ARAUJO, S. A. C. de. **Professora Júlia Wanderley: uma mulher-mito** (1874-1918). Curitiba: Ed. UFPR, 2013.
- AUMONT, J. A parte do espectador. In: AUMONT, J. **A imagem**. Campinas, Papirus, 1993, p. 77-96.
- BARTHES, R. Capítulo I. In: **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, pp. 11-91.

---

<sup>24</sup> Em 25 de março de 1903 foi inaugurado no bairro do Ahú, o Asylo de Alienados de Nossa Senhora da Luz, nome este em homenagem a padroeira da cidade. (PIZANI, 2002)

- BENCOSTTA, M. L. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História**, 2011, vol 30, nº 1, p. 396-411.
- CINTRA, E. P. de U. **Ensino profissional feminino em Curitiba**: a Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955). Dissertação. (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- CORBIN, A. O segredo do indivíduo. In: Ariès, P.; Duby, G. (dir.) **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Vol.4, p.419-501.
- D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 223-240.
- DEL CIMA, M.; ROBERTO, Y. **A família imperial brasileira em antigos e raros cartões-postais**. Petrópolis: Museu Imperial, nov-dez. 1991. [Catálogo de Exposição], p.14.
- FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam I. M. (orgs) **Desafios da Imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- GALLO, I.C.A. **O Contestado, o sonho do milênio igualitário**. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.
- HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios**, 1875-1914. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. JOLY, M. O que é imagem. In: **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996, p. 13-40.
- JÚNIOR, Cláudio de Sá Machado. **Fotografias e códigos culturais**: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- LAGRAVE, R.M. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G.; PERROT, M. (org.) **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991, p.505-543
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LISSOVSKY, M. Sob o signo do “clic”: fotografias e História em Walter Benjamin. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. L. M. (orgs) **Desafios da Imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- MACHADO, P.P. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. A. (coord.); Sevcenko, N. (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 368-420.
- MANGUEL. A. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 137-175.
- MAUAD, A. M. **Poses e flagrantes**: ensaios de história e fotografia. Rio 2008
- NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História: História e Cultura. São Paulo: Editora da PUC, 1981, p. 7-28.
- PEREIRA, M. R. de M.. **Semeando iras rumo ao progresso**. Ed. UFPR: Curitiba, 1996.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.
- PIZANI, M.A. P. N. **A atuação de religiosas em Curitiba na assistência aos alienados durante a República Velha**. Cogitare Enferm, 2002; 7(1): 44-53

- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, M. Memória e identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- SANTAELLA, L. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- SCHAAF, M. B.; GOUVEA, R. R. Significados da urbanização: traços e fontes do historiador. In: SÁ, C. (org.) et al. **Olhar urbano, olhar humano**. São Paulo: IBRASA, 1991.
- SCHAEFFER, E.; BRITTO, E. O.; KLEINKE. **Educadores do Paraná: vida e obra de Julia Wanderley**. Curitiba: Faculdade TUIUTI, 1985.
- SCHAPOCHNIK, N. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, F. A. (co-ord.); Sevcenko, N. (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 423-512.
- SCHMIDT, B. B. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Revista Anos 90** (UFRGS), Porto Alegre, v.6, p. 165-192, 1996.
- SEIXAS, J. A. de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 37-58.
- SILVA, A. **Álbuns de família**: a imagem de nós mesmos. São Paulo: Senac, 2008. VARGAS, Túlio. **A Última Viagem do Barão do Serro Azul**. Curitiba: Ed. Juruá, 2004. WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1995, p. 25-37.

## Fontes

- A República**, Meeting de estudantes. Curitiba, 13 de julho de 1904. p. 2-3.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ**. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991.
- ERVEN, H. M. **Julia Wanderley: uma vida que se igualou o seu destino**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná; Associação Paranaense de Imprensa, 1945.
- JULIA WANDERLEY**: ESCRITOS, HOMENAGENS E FOTOGRAFIAS. Curitiba: s.n., [19-]– BIBLIOTECA DA FALEC.
- NICOLAS, M. **Pioneiras do Brasil**. Curitiba: [s.n.], 1977.
- PUCCI, I. **Julia Wanderley**: mestra no ser e no saber. 1987.
- UM OLHAR PARA O FUTURO: coleção Julia Wanderley. **Boletim Casa Romário Martins**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2005.

# COLEÇÃO DE ARNALDO CECCONI: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA CULTURA ESCOLAR DO CURSO DE MECÂNICA DA ETEC PHILADELPHO GOUVÊA NETTO

**Jurema Rodrigues**

Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto

---

## Introdução

O resgate histórico da Coleção de Arnaldo Cecconi irá enaltecer e tornar público as Práticas Escolares e Pedagógicas desenvolvidas pelo educador em sua trajetória de docência no Curso de Mecânica da Escola Técnica Estadual (Etec) Philadelpho Gouvêa Netto, enaltecendo todo o processo de crescimento, de modernização e de permanência do curso de Mecânica.

A memória, na medida em que se relaciona com o passado, passa a constituir um elo indiscutível com o presente. O passado torna-se, em parte, produto do presente, sendo que, ao reconstruírem, os indivíduos e os grupos sociais dão nova forma à memória, reescrevem e a refazem.

Nessa concepção, este trabalho propõe recuperar e preservar a história do curso de Mecânica com o propósito de produção historiográfica acerca da coleção das práticas desse educador. Ao enaltecer o avivamento dos fatos ocorridos na trajetória de Arnaldo Cecconi, relata-se também a história escolar por meio do estudo e pesquisa das análises e registros dos dados resgatados de documentos gerados e/ou recolhidos pela instituição de ensino.

[...] escola é objeto específico e central de estudos e não apenas como contexto de ocorrências de fenômenos que se desenvolvem na dimensão de sujeitos ou de determinadas práticas, como lugar de reprodução de relações sociais ou de mera implementação de reformas e políticas educacionais. (Marin, et al, 2005, p.172).

Com isso, ao recuperar e preservar a história da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, seus anos de progressão com desafios e conquistas, assume-se a perspectiva de objeto de pesquisa seja para a comunidade escolar e pesquisadores de história da educação profissional, nos encontros de capacitação do Centro Paula Souza, como no IV Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Coleções, Acervos e Centros de Memória no Centro de Capacitação do Centro Paula Souza; no site da Etec Philadelpho Gouvêa Netto e no Centro de Memória do Philadelpho. Desta forma, o projeto fomenta o patrimônio tecnológico, uma vez que possibilita o acervo dos dados coletados,

situados no presente, pela história da educação profissional, contribuindo com sólidos regimentos, designados ao “Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional”.

## Testemunho oral de Arnaldo Cecconi

A pesquisa em história oral permite testemunhar fatos e ações guardados no tempo que, muitas vezes, se dispersam nas lacunas documentais. Por ser fundamento de compensação, não é documento equiparável aos preexistentes, escritos, logo, o diálogo ao passado com integrantes que, de forma direta ou indiretamente contribuíram com a história, é constitutivo e indispensável para o registro histórico.

[...] A História das Instituições Educativas, a História da Educação passa a ser também a história das leituras, de professores, de disciplinas, de didáticas, de métodos, de políticas, da relação entre professor e aluno, da cultura escolar. Constitui-se, portanto, numa variedade de objetos que enriquecem a história da educação. Esses “novos objetos”, por sua vez, ampliam consideravelmente o conceito de fontes, ou documentos relevantes ao trabalho do historiador da educação. (CORSETTI, 2007, pp.525-546)

Nesse suposto, o testemunho oral é parte deste artigo, traz em destaque o relato de Arnaldo Cecconi, entrevistado em quinze de fevereiro, na sala dos professores da Etec Philadelpho Gouvêa Netto. Personalidade representativa para a educação profissionalizante de São José do Rio Preto e região.

Arnaldo Cecconi, nascido em 30 de maio de 1937 em São José do Rio Preto. Filho de Gino Cecconi e de Helena Gerosa. Casado com Sônia Maria Ferriani Cecconi, com quem teve três filhos: Arnaldo Filho, Humberto e Ronaldo, e seis netos. Formado em Máquinas e Motores, curso de formação profissional de dois anos, realizado entre 1962 e 1963; exerceu a função de Inspetor de Qualidade nos Motores Rolls - Royce S.A. de 1962 a 1963; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (FADIR, Faculdade de Direito de São José do Rio Preto/SP, em 1972); Licenciatura Plena em Mecânica, Desenho aplicado à Mecânica e Desenho Técnico (UNAERP, Universidade de Ribeirão Preto, em 1977), Engenharia Civil (FAENGER, Faculdade de Engenharia de São José do Rio Preto, SP, em 1983); Licenciatura Plena em Construção, (FATEC, Taquaritinga, SP, em 1998); Pós-Graduado em Didática de Ensino Superior (FARFI, Faculdade Rio-pretense de Filosofia Ciências e Letras, SJRP, em 1995); Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UNIMAR, Universidade de Marília, SP, em 2001). Exerceu atividades profissionais docentes e de coordenação de área na Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto, no período de 15 de março de 1971 a 30 de maio de 2007; na Faculdade de Engenharia de São José do Rio Preto, de 01 de agosto de 1989 a 27 de fevereiro de 2009, na disciplina de Desenho Técnico; e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José do Rio Preto, SP, de 01 de março de 1993 a 2002 na disciplina de Desenho. Aos 19 de agosto de 2000, aposentou-se; no mesmo ano, foi readmitido após a realização de novo concurso. Em 2007, aos setenta anos, exonerou-se pela Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

## A importância do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza na História da Etec Philadelpho Gouvêa Netto

Ao discorrer sobre a história da Etec, fundamenta-se a missão da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza em promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho.

Desde 27 de outubro de 1993, a Etec Philadelpho Gouvêa Netto, pelo Decreto 37.735/93, com vigência a partir de 01 de janeiro de 1994, faz parte da Autarquia do Governo do Estado de São Paulo, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto apresenta grande demanda de candidatos para os cursos oferecidos, uma vez que oferece cursos de qualidade gratuitamente. Os alunos apresentam bom desempenho, classificam a Etec sempre nos primeiros lugares entre as escolas da cidade de São José do Rio Preto no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e no ingresso em faculdades públicas. Os concluintes têm credibilidade no mercado de trabalho, são cada vez mais procurados pelas empresas e indústrias da cidade e região.

O Centro Paula Souza contempla professores e gestores da educação profissional com programa de capacitação para a melhoria da qualidade do ensino médio e técnico. Oferece qualificação e inserção digital de professores e alunos com o portal Clickideia. Promove projetos de Memórias e História da Educação Profissional, e projetos de educação empreendedora com o Portal do Desafio INOVA Paula Souza.

A Etec possui um corpo docente altamente especializado com profissionais graduados, pós-graduados e mestres, com vasta experiência profissional no Ensino Médio e no Ensino Técnico, admitidos através de concurso público. Os funcionários são qualificados para o desempenho de suas funções.

Para assegurar a sustentabilidade financeira da unidade escolar e a melhoria contínua dos serviços educacionais públicos, em vinte e quatro de setembro de 2012, data da assinatura do Contrato CEETEPS nº 371/2012, Processo CEETEPS nº 2928/2012, conforme publicação do Diário Oficial Poder executivo – Seção I, de vinte e cinco de setembro de 2012, a Unidade de Infraestrutura (UIE) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, na gestão da diretora superintendente Laura Laganá, destinou R\$ 6.831.149,68 (seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta centavos) para reforma nos blocos 1, 2, 3, 4, 5, quadra e áreas externas do prédio escolar; ampliação de 100m<sup>2</sup> no entorno da quadra esportiva, e 1300m<sup>2</sup> de construção dos blocos de Laboratório de Informática, Biblioteca, Cozinha, sob a execução da contratada Construtora Carvalho Costa & Silva Ltda. A conclusão dos serviços prestados ocorreu no final de julho de 2014, segundo planilha de gastos, o investimento totalizou em R\$ 8.008.98,21, (oito milhões, oito mil, noventa e oito reais e vinte e um centavos) com a otimização dos espaços, a aquisição de novos equipamentos e mobiliários.

## **Recorte escolar dos cursos da área de Mecânica das décadas de 1950 a 1970: do curso prático do ensino profissional ao ginásio industrial**

Desde a criação do Curso Prático do Ensino Profissional em 1956, o curso de Ajustagem Mecânica, da área de Mecânica em interação com o setor Industrial, é o pioneiro na história da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Iniciou como Curso Prático do Ensino Profissional de São José do Rio Preto em 24 de abril de 1956. No mesmo ano, foi transformado em Escola Artesanal, pelo Decreto Nº 26.417. A escola oferecia, para o sexo masculino, os cursos de Ajustagem Mecânica (para menores de 12 anos), Extraordinário de Iniciação, Continuação e Complementar (maiores de 14 anos).

Em 1963, passou a denominar-se Escola Ginásial pelo Decreto Nº 41.895. Em 1965, transformou-se em Ginásio Industrial pelo Decreto Nº 44.533. Em 17 de fevereiro de 1967, de acordo com a Lei nº 9.733, o Ginásio Industrial recebeu o patronímico “Philadelpho Gouvêa Netto” em homenagem ao ex-prefeito de São José do Rio Preto da década de 1950.

Segundo registros arquivados nos acervos escolares da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, os cursos em 1966 eram distribuídos em Pré-Industrial de Admissão, Curso de Aprendizagem Profissional de três anos letivos, e Curso Ginásial Industrial de quatro anos. Após o Ginásio Industrial, o aluno poderia seguir o Colégio Técnico (existente em São Paulo), recebendo um certificado equivalente ao clássico ou científico.

As escolas técnicas eram vinculadas ao Departamento de Ensino Técnico do Governo do Estado, a partir de 1971, passaram para a rede de Ensino Básico da Secretaria de Educação. No mesmo ano, o Ginásio Industrial “Philadelpho Gouvêa Netto” abrigou duas salas do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto.

Visto as alterações educacionais, em 1975, o Colégio Técnico Industrial incorporou o Ginásio Industrial em virtude da Rede Física (Decreto Nº 7.400/1975). Nessa junção, permaneceu o Colégio Industrial, cujo patronímico manteve do Ginásio Industrial, passando a denominar Centro Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”.

## **Transcurso das principais diretrizes curriculares do curso Técnico em Mecânica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto a partir de 1971**

Entre os tempos históricos dos cursos da área de Mecânica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, a escola ofereceu ensino de qualidade de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e segundo as diretrizes da Educação Profissional do Estado de São Paulo. Ao discorrer sobre suas grades curriculares, notam-se diversas mudanças de acordo com as leis, decretos, pareceres e deliberações.

O Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, criado pelo Decreto Nº 52.553, iniciou suas atividades no dia 15 de março de 1971, com os cursos: Técnico em Edificações e Técnico em Mecânica, no período noturno, em duas salas juntas ao Ginásio Industrial Philadelpho Gouvêa Netto, transferindo-se em meados do mesmo ano, para o prédio da Av. Faria Lima, nº 5541.

O curso Técnico em Mecânica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto (1971) era anual com duração de três anos com estágio supervisionado de mil e duzentas horas. Caracterizava-se por uma dupla função: a de preparar para o prosseguimento dos estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica, conforme a Lei Nº 5.692/71, com obrigatoriedade do ensino profissional para o 2º grau.

Em 1977, no prédio da Av. dos Estudantes, nº 3278, a Unidade escolar seguia o currículo do 2º grau para três séries, conforme a Lei Nº 5692/71 e parecer 45/72-CFE. A 1ª série com matérias da educação geral, e a partir da 2ª série, escolha da habilitação profissional.

Em 1979, o currículo do curso sofreu alteração para quatro anos, tendo, na 1ª série, disciplinas de formação geral agrupadas em áreas de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências, com a escolha do curso na 2ª série. As 2ª e 3ª séries de formação geral e de formação técnica. Para 2ª série, desenho técnico, eletrotécnica; para 3ª série, produção mecânica, órgãos de máquinas, mecânica aplicada, desenho técnico, tecnologia das máquinas, ferramentas, materiais. Na 4ª série apenas matérias técnicas: projeto de máquinas, ferramentas e dispositivos, instalações industriais, produção mecânica, prática em mecânica, controle dimensional, projetos e instalações industriais e ensaios dos materiais.

No decorrer dos anos, a escola recebeu as seguintes denominações: Escola Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” (15/08/1980), Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto” (10/06/1985).

Segundo o plano escolar de 1987, conforme a lei 7044/82, após o término da primeira série, o aluno fazia a escolha do curso profissionalizante para dar sequência em mais três séries. As disciplinas da parte comum (Art.7º da lei 5692/71, Res. CFE nº 58/76) eram distribuídas em quatro séries. As disciplinas da parte diversificada (Mínimos profissionalizantes – Parecer CFE nº 45/72) eram distribuídas em: eletrotécnica na 2ª e 4ª séries; desenho técnico de mecânica e produção mecânica nas 2ª, 3ª e 4ª séries; mecânica aplicada, órgãos de máquinas e tecnologia dos materiais, máquinas e ferramentas nas 3ª e 4ª séries. O estágio supervisionado com a carga horária total de trezentas e vinte horas.

O Técnico em Mecânica (1987) recebia formação de 2º grau para a responsabilidade pela produção de peças, máquinas ou motores, desde a leitura dos desenhos passando pela execução dos cálculos até a montagem e o ajuste do material a ser produzido. Realizar tarefas tais como: desenhar e detalhar peças e conjuntos de máquinas; elaborar orçamentos de materiais e mão de obra; cuidar da manutenção do equipamento e ferramentas utilizadas; utilizar conhecimentos tecnológicos para identificar e resolver problemas da área.

O currículo escolar no período de 1987 a 1992 visava além do detalhamento dos conteúdos, às relações sociais e do mundo do trabalho. Como expressou Araújo:

Acreditávamos, porém, que a vida do currículo, que é mais sentida pelo aluno nas suas relações sociais de trabalho, depende não só dos conteúdos e estratégias de ensino, mas, principalmente, das relações sociais na escola, que expressarão seus compromissos éticos e sociais. (ARAÚJO, 1995, p.78)

Pelo Decreto 37.735/93 de 27/10/93, com vigência a partir de 01/01/94, a Escola foi transferida para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, passando a denominar-se Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto.

A Coordenadoria de Ensino Técnico - CETEC autoriza, para o ano de 1997, a instalação e funcionamento do curso regime de Ensino Supletivo Modalidade Qualificação Profissional Plena – IV em Mecânica, de dezoito semanas, com carga horária total da parte diversificada de 1350h, carga horária do estágio supervisionado de 360h, fixados pelo Parecer CFE 45/72, Deliberação CEE. 23/83.

A habilitação Plena de Técnico em Mecânica (1998) passou a modular, com duração de vinte semanas, de três módulos semestrais para período diurno e noturno, em conformidade com a Lei Federal nº 9394/96, Decreto nº2208/97, Parecer CNE nº 05/97.

Em 1998, a carga horária dos conteúdos profissionalizantes era composta de 1300 horas para Currículo Básico, 200 horas para as disciplinas optativas e 400 horas de Estágio Supervisionado.

Na década de 2000, a Coordenadoria de Ensino Técnico (CETEC) do CPS contou com as contribuições do Grupo de Estudo - profissionais da área, docentes, especialistas e supervisão educacional - para elaboração do Laboratório de Currículo dos cursos Técnicos.

O Laboratório de Currículo possibilitou a construção de uma metodologia adequada para o desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem e sistema de avaliação com a pretensão de garantir a construção das competências propostas nos Planos de Curso. Com isso, o currículo passa a difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, o respeito ao bem comum, à ordem democrática e o preparo para o trabalho.

Em 25 de setembro de 2008, a Lei nº 11.788, Art. 2º, sancionada pelo Governo Federal, autoriza o estágio obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

Mediante a nova organização curricular, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi inserido nos Planos de Curso como requisito obrigatório para obtenção do diploma de técnico.

No primeiro semestre de 2010, sob o Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, a Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Mecânica passou a contar com quatro módulos semestrais de 2000 horas-aula de componentes curriculares e 120 horas relativas ao desenvolvimento Trabalho de Conclusão de Curso.

Com módulos distribuídos em: Módulo I Qualificação Técnica de Nível Médio Assistente de Processos Industriais; Módulos I + II para Qualificação Técnica de Nível Médio de Assistente de Usinagem; Módulos I + II+III para Qualificação Técnica de Nível Médio de Assistente Técnico em Mecânica; e Módulos I + II+III+IV para Habilitação Técnica de Nível Médio de Técnico em Mecânica.

Nos últimos anos, o curso Técnico em Mecânica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto tem como objetivo o preparo do profissional Técnico em Mecânica para atuar na elaboração de projetos mecânicos e sistemas automatizados; montagem e instalações de máquinas e equipamentos; planejamentos e realizações de manutenções; possuindo aptidão para o desenvolvimento de projetos de fabricação e montagem de conjuntos mecânicos; elaborações de documentações; realização de compras e vendas técnicas e também o cumprimento de normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental.

Nesse transcurso, tem-se a descrição das principais Diretrizes Curriculares do Curso Técnico em Mecânica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto. Nota-se que, atualmente, a relação entre currículo e cultura é primordial, numa contínua reflexão para a obtenção de melhores resultados.

## **Perspectivas e desafios: práticas escolares e pedagógicas de Arnaldo Cecconi**

A coleção das práticas escolares e pedagógicas de Arnaldo Cecconi é objeto de estudo histórico dividido em quatro momentos: décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Expõe o papel desempenhado pelo trabalho do educador, as perspectivas e desafios da cultura escolar do curso Técnico em Mecânica e a valorização dos sujeitos escolares como agentes sociais.

O patrimônio cultural, quando bem compreendido, expressa diferentes representações coletivas que estabelecem múltiplas conexões entre si. [...] Valores e interesses não existem a esmo nem constituem vagas abstrações, mas estão associados a práticas sociais concretas e são construídos e vividos no interior da vida social, com seus conflitos, contradições, consensos e hierarquias. (VELOZO, 2006, p.439-440)

## **Práticas escolares nos cursos de Mecânica da década de 1970 com a criação e instalação do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto**

Segundo registros de Portaria de admissão do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, 11ª IREP, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 3º do Decreto 52.356, de 12/1/1970, o diretor Olavo Fonseca admite Arnaldo Cecconi, formado em Máquinas e Motores em 1963, para regência de quatro aulas semanais excedentes da disciplina de Desenho, conforme a portaria de admissão nº 1/71, e de três aulas

excedentes de Resistências e Tecnologia, portaria de admissão nº 3/71, em quinze de março de 1971, mesma data inicial das atividades do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, cujo ano foi marcado por importantes acontecimentos educacionais como a Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus, nº 5692/71, promulgada pelo governo federal.

[...] Em 1970, foi criado o Ensino Técnico de Segundo Grau em Rio Preto, o Colégio Técnico, como não tinha professores para lecionar na área de mecânica, o diretor da época, professor Olavo Fonseca, me convenceu, e fui lecionar na Escola Técnica, cujo vestibular foi em janeiro de 1971 com mais ou menos 70 a 80 alunos inscritos, parte do curso de Mecânica e parte do curso de Edificações. A escola começou realmente a funcionar em março, fui um dos primeiros professores. Comecei a trabalhar em 15 de março de 1971. Lecionando, me apaixonei por lecionar. [...] O Colégio contava com duas salas de aulas para as aulas teóricas, uma sala de edificações e uma sala de mecânica. Laboratório só tinha o de mecânica. Edificações tinha o almojarifado, onde guardava alguns equipamentos como o teodolito. Sala de desenho, nós não tínhamos, era feito na carteira mesmo, com uma régua bem pequena, de madeira inclusive, esquadro, etc., mas eram carteiras maiores que as atuais, e dava para trabalhar. [...] A primeira turma do Colégio era de três anos com acréscimo do estágio. Como o curso era novo, alguns alunos não acreditavam muito. Então, faziam o Colégio Técnico aqui e o Científico no Instituto de Educação. (CECCONI, 2014)

O ensino técnico passou por mudanças, as escolas técnicas passaram para a rede de Ensino Básico da Secretaria de Educação. Em 1976, Arnaldo Cecconi ministrava as disciplinas de Desenho Técnico, Prática Profissional, Projetos de Máquinas e Ensaios Tecnológicos, Instalações Industriais.

No mesmo ano, foram extintos os Esquemas I (para nível superior) e II (para nível técnico) que diplomavam professores em licenciaturas atípicas, nem curta, nem plena conforme Parecer nº 4.417/76 do Conselho Federal de educação. Para resolver essa atipicidade, de acordo com o artigo 12 da resolução anexa ao Parecer, passou a considerar todos os concluintes dos Esquemas I e II como licenciados plenos. Em 1977, segundo anexo II, Ficha cadastral de 1992, arquivada na Diretoria de Serviço da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, o professor concluiu o curso Esquema II e obteve o registro no MEC, número "L" 220.850 em Licenciatura Plena.

[...] Para que eu desempenhasse bem minha função, fui procurar curso de formação Esquema II. Infelizmente a escola de São Paulo que dava parte pedagógica fechou, depois apareceu o curso na UNAERP - Ribeirão Preto. [...] Então, eu e outros professores fizemos o curso em Ribeirão Preto, toda sexta-feira íamos para lá, fazíamos aulas aos sábados também. Continuei lecionando (Fig.1), a escola passou por uma série de transformações. Com isso, em 1977 concluí o curso, recebi o diploma e o registro no MEC em Licenciatura Plena em Desenho Técnico, Desenho aplicado à Mecânica e Mecânica. Hoje não tem mais isso, mas eu tenho o registro no MEC "L" nº 220850. (CECCONI, 2014)

Disposto em discutir os assuntos educacionais, Arnaldo Cecconi não dispensava reflexões sobre os desafios que a educação profissional enfrentava quanto ao mercado de trabalho, a conclusão de estágio, entre outros assuntos de interesse do curso. Cabe mencionar que o estágio já era fator de dificuldade para a conclusão do curso técnico,

sendo facilitado somente em 2008, com a Lei nº 11.788, Art. 2º, sancionada pelo Governo Federal, em que o estágio passa a ser obrigatório ou não obrigatório.

Em entrevista realizada pelos alunos do Curso Técnico para a publicação no Jornal do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, denominado Canguru, nº 3, de agosto/setembro de 1975. Arnaldo Cecconi responde:

- [...] Faltam no Brasil, aproximadamente 12000 técnicos para um número reduzido de escolas técnicas. No Estado de São Paulo, faltam aproximadamente 4000 a 5000 técnicos, sendo que as escolas produzem a média de 800 técnicos.

- [...] Infelizmente, as indústrias brasileiras não possuem uma mentalidade de estágio propriamente dita, pois só admitem o aluno estagiário como funcionário para experiência de 90 dias. (CECCONI, 1975)

Atuando na docência e na coordenação do curso Técnico em Mecânica, preocupado com a formação profissional dos alunos e com o incentivo às aulas práticas na confecção de projetos. O professor Arnaldo Cecconi orienta seus alunos na construção do 1º Coletor de Energia Solar em Rio Preto, como publicam os jornais locais, fontes valiosas de registro sobre o cotidiano da escola.

**Em Rio Preto, estudantes constroem 1º Coletor de energia solar.** Desenhado e montado pelos alunos do Curso de Mecânica do CEI “Philadelpho Gouvêa Netto” [...] “Os alunos que montaram o engenho gastaram cerca de 10 mil cruzeiros.” relata o professor Arnaldo Cecconi. (Jornal Correio Araraquarense, de 3 de agosto de 1977)

**Aquecedor de água através de energia solar.** Sob a orientação do professor Arnaldo Cecconi, os alunos projetaram, desenvolveram e executaram um coletor solar [...]. (Jornal Folha de Rio Preto, 26 de agosto de 1979)

**A Secretaria da Educação enviou recentemente um representante – o professor Fahad Moysés Arid – Assessor de Gabinete – ao Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”** para verificar os trabalhos que vem sendo desenvolvidos [...]. Arid garantiu aos estudantes o interesse por parte da secretaria em melhorar as condições do ensino profissionalizante. (Editorial do Jornal Diário da Região, 28 de outubro de 1979)

O crescimento do Ensino profissionalizante em São José do Rio Preto, nos anos 70, é memorial valioso para a cidade e região, sua cultura escolar está carregada de lutas e conquistas de seus sujeitos: direção, funcionários, docentes e discentes que fizeram a história, sem medir esforços para a instalação e mudança para o prédio próprio na Avenida dos Estudantes nº 378, e para expansão com novos cursos do Centro Estadual Interescolar “Philadelpho Gouvêa Netto”.

Trouxemos todos os equipamentos do laboratório do Colégio e do Ginásio. As luminárias e uma série de coisas do prédio velho, doamos para o São Judas, o resto trouxemos para cá. [...] Fizemos a mudança em janeiro e fevereiro, apesar de o prédio ter sido inaugurado em 6 de agosto de 77. É lógico que aproveitamos, mas muitos tornos de 1950, não estavam na modernidade. Depois, recebemos todo tipo de equipamento que deve ter um laboratório mais completo. Fica difícil você formar um aluno com uma máquina defasada. Vieram tornos, fresas, bancadas, máquina de solda, serra de fita, serra comum, furadeiras. (CECCONI, 2014)

## Práticas escolares nos cursos de Mecânica da EESG “Philadelpho Gouvêa Netto”: exigências e demandas de trabalhadores e de empresas da década de 1980

O cenário do governo militar brasileiro da década de 80, alinhado ao imperialismo norte-americano, é marcado por reformas educacionais oriundas dos acordos MEC-Usaid e convênios assinados com a UNESCO. Em 1982, o governo militar recorreu a um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No mesmo ano, em setembro, segundo os acervos escolares, a Escola Estadual de Segundo Grau “Philadelpho Gouvêa Netto”, assim denominada desde 16/08/80, pela Resolução SE nº 66, foi incluída no projeto do MEC – Banco Mundial, para receber recursos destinados à ampliação do prédio, ao reequipamento técnico, programas de aperfeiçoamento docente e discente, integração empresa-escola com a participação técnica da empresa na atualização de técnicas usadas na escola. Na época, a Unidade Escolar, com 920 alunos, mantinha os cursos de Mecânica, Edificações, Eletrotécnica e Telecomunicações, este último o único oficial no Estado de São Paulo.

Querido pelos alunos, desde o início de sua docência e coordenação, Arnaldo Cecconi esteve presente em festividades escolares como Parainfo dos Formandos, plantio de sessenta árvores em 1978 na área escolar, na coordenação de Festas como da Primavera, Mostras Técnico-Industriais desde a primeira em 1984, entre outras.

Juntamente com os professores do curso, Evaldo Batista e Jair Latange, desenvolvia Projetos e Máquinas. No quarto ano de cada curso Técnico em Mecânica, os alunos finalizavam projetos desenvolvidos nas aulas de desenho e oficina dos quatro anos do curso. Confeccionaram equipamentos e maquinários que ainda estão em uso no Laboratório de Mecânica, tais como: Policorte para corte de barras de aço, confecção de 1980 (Figura 1); Calandra para corte de perfis metálicos, confecção de 1981 (Figura 2); Furadeira Elétrica de porte pequeno para furar placa de computador, confecção de 1982 (Figura 3); Balancim Mecânico para serviço de prensagem, confecção de 1983 (Figura 4).



**Figura 1** – Policorte de 1980

Fonte: Acervo em uso do Laboratório de Mecânica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.



**Figura 2** – Calandra de 1981

Fotografia digital de Jurema Rodrigues, em 2014.



**Figura 3** – Furadeira Elétrica de porte pequeno de 1982 para furar placa de computador

Acervo em uso do Laboratório de Mecânica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.



**Figura 4** – Balancim de 1983.

Fotografia digital de Jurema Rodrigues, em 2014.

## Peças confeccionadas pelos alunos sob a orientação do professor Arnaldo Cecconi:

Cabe registrar que, apaixonado pela profissão e pelos assuntos educacionais, não media esforços para representar a Escola na coordenação de distribuição de verbas provenientes do Banco Mundial para o reequipamento técnico; na divulgação dos cursos nas palestras, nas exposições escolares, nas edições do Jornal da própria Escola, O Moinho, ou nos Jornais locais. Como consta no relato abaixo sobre o desenvolvimento do curso em 1984.

[...] O aluno recebe as disciplinas do ensino técnico a partir do 2º ano, em quatro partes técnicas fundamentais: Órgãos de Máquinas; Mecânica Aplicada e Eletrotécnica; Organização e Normas; Tecnologia dos Materiais, Máquinas e Ferramentas. [...] O laboratório é bem montado, contando com Máquina Universal de ensaio, Durômetros, Mesa de Seno, vinte Tornos, seis fresadoras, seis planas, seis soldas elétricas, forno de têmpera e revenido, etc. O aluno toma conhecimento de como devem usar as referidas máquinas, qual a manutenção preventiva e melhor uso de equipamento. [...] Enfim, no mundo moderno onde o progresso é a tônica em todos os setores, de um botão a um navio, de um marcapasso a uma Nave Espacial, existe sempre a mão de um Técnico em Mecânica. (CECCONI, O Moinho, 1984)

No acervo escolar, consta registrado na publicação do Jornal escolar, O Moinho, de 1987, que, no início da instalação do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto, “o curso de Mecânica contava com três tornos, uma solda elétrica e uma serra, além dos maquinários pertencentes ao antigo Ginásio Industrial”. “Em 1987, o Laboratório foi reequipado, dispondo de vinte e sete tornos, oito fresadoras, oito planas, seis soldas elétricas, uma solda a ponto, uma solda oxi-acetilênica, dois fornos de tempera e revenido, uma serra de fita para aço, duas serras mecânicas, sete furadeiras, dez esmeris, uma máquina Universal de Ensaio e três durômetros, mais os maquinários projetados e construídos na própria Escola com o apoio dos professores, tornando o nosso laboratório de máquinas o maior do Oeste Paulista” (Figura5).



**Figura 5**– Maquinários do Laboratório do Curso Técnico em Mecânica em 1987.

Fonte: Acervo do Centro de Memória do Philadelpho, em 2014.

Na década de 80, mediante o cenário de crise econômica no Brasil, e alterações na legislação, como a inclusão da Lei nº 7.044/82 que alterou a redação da Lei nº 5.692/71 quanto às habilitações profissionais, até então, obrigatórias no 2º grau, para opcionais, a Escola Técnica Estadual “Philadelpho Gouvêa Netto” manteve-se com cursos técnicos de boa qualidade, atentos às exigências e demandas de trabalhadores e de empresas.

Na 3ª Mostra Técnico-Industrial de 1987, de acordo com o Jornal Escolar O Moinho da EESG “Philadelpho Gouvêa Netto” recepcionou expositores de empresas e indústrias do município e região. Recebeu a Indústria ROMI S.A., de Santa Bárbara d’ Oeste, produtora da mais completa linha de máquinas-ferramentas. A ROMI apresentou o torno “Cosmos 30 CNC” ou “Galaxie CNC”, dos mais modernos, em 1987, de comando numérico computadorizado. Além de ministrar palestra e curso de 40 horas sobre “Noções de Programação e Operação de Máquinas” com comando numérico computadorizado para alunos e professores.

## **Práticas escolares nos cursos de Mecânica com a transferência da ETE Philadelpho Gouvêa Netto para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS na década de 1990**

Mudanças relevantes marcam as escolas técnicas do Estado de São Paulo na década de 1990. A partir de 1.º de janeiro de 1992, pelo Decreto 34.032, de 22/10/91, a ETEG Philadelpho Gouvêa Netto foi transferida para Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico com todos seus bens móveis e imóveis. Na ocasião, a escola funcionava em três períodos com 823 alunos, distribuídos em 31 classes, sendo nove delas de manhã, sete à tarde e 15 à noite.

O resultado da transferência não foi satisfatório, mediante os impasses, as escolas passaram para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, vinculado à UNESP (Universidade estadual Paulista). Assim, a partir de 01/01/94, pelo Decreto 37.735/93, a escola passa a denominar-se Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto.

Quando ocorreu a transferência da Secretaria da Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia [...] não conseguiram gerenciar as escolas técnicas. Já existia o Centro Paula Souza com seis, depois mais seis e mais duas, totalizando catorze escolas. Tentamos ir para o Centro Paula Souza, só que houve um movimento inverso de professores das escolas técnicas do CPS junto com a USP para que não passássemos para o Centro Paula Souza, porque eles tinham um ordenado muito maior que o da Secretaria da Educação. [...] Como a Secretaria de Ciência e Tecnologia não conseguiu evoluir a parte técnica, voltamos para a Secretaria da Educação, que também não conseguiu, se falou em passar para a Secretaria Agrícola, a mecânica seria seccionada em várias partes, os cursos de edificações para a secretaria do governo, enfim, iriam desmanchar. [...] Ainda havia um grupo de dez pessoas, formado por alguns professores da USP que estavam gerenciando mudança na educação. Conseguimos convencê-los de que estávamos bem instalados, tínhamos condições e que o ideal seria ir para o CPS. O governador, que não me lembro de quem era na época, passou as escolas para o CPS. Entretanto, começaram os problemas; primeiro era preciso ter requisitos, segundo, todos os professores deveriam fazer uma prova de concurso, em São Paulo e Campinas, mas uns passaram, outros não. [...] Passei e

acabei pegando todas as trinta e seis aulas, sobraram três ou quatro aulas. [...] Inicialmente não havia verba. Trabalhávamos muito com a APM, que era muito forte, resolvíamos o problema dos materiais. [...] No decorrer dos anos, houve mudança radical nas grades curriculares. (CECCONI, 2014)

No período de 23 a 27 de outubro de 1985, de acordo com registro no Jornal da escola denominado O Moinho, de onze de novembro de 1985, a I Semana de Mecânica da ETE Philadelpho Gouvêa Netto foi realizada sob a coordenação de Arnaldo Cecconi, cuja programação das palestras consistia em “Mecânica Automobilística na era da eletrônica”, com o Eng. Mecânico Rolando Roberto Santoro; “Controle de qualidade (óleos) – Mercado de Trabalho”, com o Eng. Mecânico José Rubens Fogaça; “Bosch” (Equipamentos utilizados na Mecânica), com o Gerente de desenvolvimento de novos produtos, Dorival Santoro. Além de debate de ex-alunos do curso de Mecânica.

Na coordenação do Vestibulinho ETE Philadelpho Gouvêa Netto, Arnaldo Cecconi, em entrevista para reportagem local, Folha de São Paulo de 05/12/94, menciona o número de inscritos de 1535 para 400 vagas para ingresso em 1995. Para 1996, inscreveram 2083 candidatos para os oito cursos da ETE.

Novos rumos foram tomados com a concretização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20/12/96, após manifestações contrárias ao “Projeto da Reforma da Educação Profissional”, que visava separação da formação profissional em três níveis: ensino básico, técnico e tecnológico; e questionamentos quanto à falta de ação conjunta representativa e esforço educacional conjunto do vínculo do CEETEPS e a UNESP no ano de 1996. Em novembro de 1996, Jornal Escolar, da ETE Philadelpho Gouvêa Netto, O Moinho anuncia, para 1997, o oferecimento do curso de Mecânica de quatro semestres para concluintes do curso de 2º Grau completo ou para quem estivesse cursando o ensino regular em outra escola.

A ETE Philadelpho Gouvêa Netto (1997), para melhor qualificação e atenta às exigências do mercado de trabalho, realizou, de forma extracurricular, o Curso de Formação de Jovens Empreendedores para três turmas de quarenta alunos. Segundo o Jornal Escolar O Moinho, nº 40, ano XIII, na aula inaugural do referido curso, realizada no dia 20 de março de 1997, esteve presente o Diretor Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Marcos Antônio Monteiro, alunos, professores, supervisores e diretores técnicos do SEBRAE.

Na Semana de Mecânica de 1997, ocorrida no mês de outubro, sob a coordenação do Arnaldo Cecconi, foram proferidas as palestras de “Automação industrial”, com o Eng.º Ericson Fagneni, da Automação Ltda., e o Eng.º Rubens Barreto Alvarenga, da Automação Comércio Rio Preto Ltda.; a palestra “Soldagem de Manutenção”, com o Professor Josefah Prado, da Eutectil Brasil Indústria e Comércio Ltda., além da presença do conselheiro do CREA.

No ano de 1998, os currículos foram estruturados por módulos. Ao final de cada módulo cursado, o aluno recebia um certificado de Qualificação Profissional, após a conclusão dos módulos, recebia Diploma de Técnico, desde que apresentasse o certificado de conclusão de 2º grau (Ensino Médio).

Segundo os registros presentes em arquivos e acervos da instituição, aponta-se que em 1998, os professores elaboravam seus planos de aula através das Ementas dos conteúdos, enviadas pelo CPS, a exemplo disso, a ementa para Desenho Técnico, 1º ciclo de 60 ha, na qual se estabelecia o seguinte conteúdo: Definição – Normas Técnicas e Ferramentas, Desenho Geométrico, Escalas, Cotagem, Projeções oblíquas, Projeções ortogonais, Vistas Auxiliares. A partir de 1999, o Centro Paula Souza passou a elaborar o Plano de Curso para determinar as bases tecnológicas, as competências e habilidades de cada componente curricular a serem desenvolvidos, respectivamente, nos módulos do curso Técnico em Mecânica.

Para a implantação da Reforma do ensino Profissionalizante, no que se refere às inovações introduzidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases, LDB, Lei Federal nº 9394/96, e pelo Decreto nº2208/97, era necessário investir em equipamentos e capacitação de recursos humanos. Com isso, segundo publicação no Jornal Escolar O Moinho, nº 45, ano XIV, de abril de 1998, a ETE Philadelpho Gouvêa Netto mais cinco ETEs ligadas ao Centro Paula Souza CEETEPS, localizadas nos municípios de Botucatu, Ribeirão Preto, duas da cidade de São Paulo, e Santos, foram contempladas com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, de iniciativa do Ministério da Educação e Desporto – MEC, em parceria com o Ministério do Trabalho – MTb. Na cerimônia de assinatura dos convênios, realizada no Palácio dos Bandeirantes, na cidade de São Paulo, em dois de abril de 1998, o professor Arnaldo Cecconi como coordenador do direcionamento da verba do PROEP para ETE Philadelpho Gouvêa Netto, representou a diretora da Unidade escolar, Maria Carolina Cosenzo.

Com a verba do PROEP, a escola ficou equipada em todos os cursos. Mudamos sempre para melhor. Por exemplo, para o curso de Informática, vieram 68 computadores, para Enfermagem, boneco mecânico, cérebro, coração etc. Para o curso de Mecânica e de Edificações, vieram vários equipamentos modernos, ar. A Reforma da parte física ocorreu de 1999 a 2000: troca do piso da escola, construção de rampa de acesso e banheiros para uso de deficientes físicos, pintura, forro térmico nos laboratórios, perfuração de poço artesiano, muro de fecho aumentado, reforma da quadra poliesportiva, reforma do auditório com ar condicionado central, modernização dos laboratórios, construção de elevador, entre outras benfeitorias. (CECCONI, 2014)

No ano de 1998, a sala de desenho, local de trabalho de muitos anos, passa a ter seu nome, Sala Professor Arnaldo Cecconi, uma justa homenagem pelos anos dedicados à docência e à coordenação de área.

Em julho de 1998, Arnaldo Cecconi conclui o curso de Programa de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação Profissional, (antigo Esquema I), instituído pela Resolução CNE 02/97, Convênio CEETEPS – APETESP, de 540 horas, para as Disciplinas do Currículo do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, com habilitação em Construção, realizado no período de 04/04/1998 a 31/07/1998, na FATEC de Taquaritinga, Estado de São Paulo. Além da capacitação em CAD MicroStation para Desenho Auxiliado por Computador, curso de 40 horas, realizado em Ribeirão Preto no mesmo ano de 1998.

Ministrou o curso de Programa de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação Profissional (Antigo Esquema I) juntamente com a diretora da ETE Philadelpho Gouvêa Netto, para os professores de São José do Rio Preto e Região em 1999.

Em 1983, conclui engenharia Civil na Faculdade de Engenharia de SJRP, depois em 1998, conclui o curso Programa de Formação Pedagógica de Docentes (antigo Esquema I) em Taquaritinga. Em 1999, em Rio Preto, montei e ministrei o curso de Programa de Formação Pedagógica de Docentes (Antigo Esquema I) juntamente com a diretora da ETE, Maria Carolina Cosenza Araújo, e um professor de Ribeirão Preto. Lecionei a parte de didática e a Maria Carolina, a parte de psicologia. Muitos dos nossos professores fizeram o curso. Ministramos o curso para os professores de Enfermagem, Prótese, Mecânica, Edificações, Informática etc. Continuei estudando, depois fiz mestrado em Marília – UNIMAR, com o tema: A Educação Profissional como agente do desenvolvimento sustentável: Desafios, em 2001. (CECCONI, 2014)

Novos caminhos marcaram a década de 1990, impulsionados pela mudança das escolas técnicas para Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, pelo Projeto de Reforma da Educação Profissional, a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20/12/96, mudanças curriculares, Programa de Expansão da Educação Profissional, iniciativa do MEC em parceria com o Ministério do Trabalho.

Sob a coordenação de Arnaldo Cecconi, para melhor atender às exigências do mercado de trabalho e atualização dos alunos da Etec, o Laboratório do curso Técnico em Mecânica foi reorganizado sob a redistribuição a cargo, principalmente, do professor Rolando Roberto Santoro. Incluiu-se, também, a supervisão do Laboratório de Computadores, denominado sala C18, localizado no bloco principal do prédio escolar, principalmente para aulas de Desenho Auxiliado por Computador, esteve sob a responsabilidade do professor José Ricardo Camilo Pinto, com direito ao abono pecuniário para organização e manutenção dos equipamentos.

## **Práticas escolares nos cursos de Mecânica da Etec Philadelpho Gouvêa Netto no cenário de expansão de cursos na década de 2000**

Anos de expansão para a Etec Philadelpho Gouvêa Netto com a criação do curso Técnico em Mecatrônica em 2001, e a criação dos cursos Técnicos em Administração, Contabilidade e Secretariado, instalados em salas de aula da Escola Estadual Professor José Felício Miziara. Programa de expansão da educação profissional gratuita no Estado de São Paulo, parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento, Centro Paula Souza e Secretaria de Educação.

No período de 2001 a 2006, Arnaldo Cecconi assumiu a coordenação do curso Técnico em Mecatrônica, curso que tem por objetivo a formação do profissional para atuar em projetos, execução, instalação, manutenção de máquinas e equipamentos automatizados e sistemas robotizados (Figura 6).

Depois que foi criado o curso Técnico em Mecatrônica (2001), os laboratórios de Mecânica, Telecomunicações, de Desenho Assistido por Computador, de Hidráulica e Pneumática e de Automação passaram por uma reorganização, teriam que ser mais atualizados, porque ou você se atualiza, ou você está fora do mercado, já que o curso Técnico em Mecatrônica envolve a parte de mecânica e de eletrônica. (CECCONI, 2014)



**Figura 6** –Maquinários do Laboratório do curso Técnico em Mecânica na década de 2000.

Fonte: Acervo do Centro de Memória do Philadelpho, em 2014.

Para que novos horizontes fossem abertos, atuou como Multiplicador do curso de Formação Empreendedora na Educação Profissional – Projeto Integrado MEC (SEMTEC) SEBRAE de Técnicos Empreendedores, no período de 2001 a maio de 2002. Capacitação a Distância de Professores para o Empreendedorismo, com programa embasado nos pressupostos estratégicos da nova educação profissional brasileira, com contribuição para a solução dos problemas nacionais por meio do ensino do empreendedorismo.

Como coordenador dos cursos Técnicos em Mecânica e Mecatrônica, participou dos encontros e das capacitações: “A Construção e o Funcionamento do Laboratório de Currículos” e “Avaliação e Certificação de Competências Profissionais” organizados pelo CETEC para implantação dos cursos de Mecânica por Competência.

No decorrer dos anos dedicados à Etec Philadelpho Gouvêa Netto de 15/03/1971 a 30/05/2007, ministrou, em períodos diversos, as disciplinas de Desenho Técnico, Desenho de Mecânica, Desenho de Arquitetura, Desenho de Eletrotécnica, Projetos de Máquinas, Produção Mecânica, Resistência dos Materiais, Ensaios Tecnológicos, Ética Profissional e Cidadania Organizacional.

Quando foi exonerado em 30/05/2007, não lhe faltaram homenagens. A direção do professor Alberto Moutinho Bastos proferiu no Jornal PHILA de 2007 que “Arnaldo Cecconi é a história viva da Etec, personificando o professor ético, participativo, empre-

endedor, idealista, e que nunca mediu esforços pelo engrandecimento da nossa escola". Em 2010, na gestão da diretora, professora Valéria Regina Donatoni Anguera, recebeu merecida homenagem pelo "Compromisso e Dedicção", publicada na Revista PHILADELPHO40ANOS da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

"O prazer de lecionar é ver que aquele aluno, depois de alguns anos, lhe agradece. Nesses 35 anos de trabalho, tive uns cinco alunos, no máximo, a quem tive que chamar atenção, ser mais rígido, mas mesmo assim, nunca ninguém disse que não gostava da minha aula. Todos que eu encontro me tratam muito bem". (CECCONI, 2014)

## Considerações Finais

A trajetória do professor Arnaldo Cecconi, desde o início das atividades do Colégio Técnico Industrial em 1971, mostra seu compromisso com atuação ética, consciente, crítica e produtiva no campo profissional, na difusão de valores fundamentais para o crescimento da Escola Técnica Estadual Philadelpho Gouvêa Netto. Denota que a escola tem a capacidade de produzir uma cultura específica, singular e original quando seus sujeitos assumem papéis com eficiência de forma democrática e cooperativa, uma vez que, "as práticas culturais mais do que outras instâncias ensejam e contribuem para a organização dos interesses coletivos" (VELOSO, 2008, p. 5-6).

Dessa forma, a Coleção Arnaldo Cecconi contribui para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais da sociedade escolar, fornecendo como auxílio materiais, fotos, e narrativas, configurando um acervo de valor histórico e cultural tanto para o memorial do curso Técnico em Mecânica, da própria Etec quanto para a história da educação Profissional e Tecnológica.

## Referências

### Fontes Primárias

- Caixa de Prontuário nº 537, Processo de Arnaldo Cecconi, nº 4994/1994 - Arquivo Permanente da Diretoria de Serviço da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.
- Diário Oficial Poder Executivo – Seção I, 25/09/2012. Acervo escolar da Diretoria de Serviço da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.
- Folha de São Paulo de 05/12/94. Acervo escolar registrado no Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.
- Jornal Correio Araraquarense, de 3 de agosto de 1977. Acervo escolar registrado no Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.
- Jornal Diário da Região, 28 de outubro de 1979. Acervo escolar registrado no Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.
- Jornal Escolar Canguru do Colégio Técnico Industrial de São José do Rio Preto de 1975 – 1980. Acervo escolar registrado no Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.
- Jornal Escolar O Moinho da E.E.S.G. "Philadelpho Gouvêa Netto" de 1984 – 1999. Acervo escolar registrado no Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Jornal Escolar PHILA da Etec Philadelpho Gouvêa Netto de 2000 - 2010. Acervo escolar registrado no Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Jornal Folha de Rio Preto, 26 de agosto de 1979. Acervo escolar registrado no Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Plano de Curso de 1971 a 1980 – Arquivo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Plano de Curso de 1981 a 1990 – Arquivo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Plano de Curso de 1991 a 2007 – Arquivo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Plano de Escolar de 1971 a 1980 – Arquivo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Plano de Escolar de 1981 a 1990 – Arquivo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Plano de Escolar de 1991 a 2007 – Arquivo Permanente da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

Revista PHILADELPHO40ANOS, novembro de 2010. Acervo escolar registrado no Centro de Memória da Etec Philadelpho Gouvêa Netto.

## Fonte oral

CECCONI, Arnaldo. **Entrevistado por Jurema Rodrigues**. Sala dos professores da Etec Philadelpho Gouvêa Netto, São José do Rio Preto/SP, em 15 de fevereiro de 2014.

## Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Almério Melquíades. **A reformulação curricular nas escolas técnicas do Ceetps**: uma experiência inovadora. São Paulo, 1995.140f. Dissertação de Mestrado (Educação: Supervisão e Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Profª Dra. Mere Abramowicz.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2006.<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf.24/12/2013>.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br>.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC. **Currículo**: conhecimento e cultura. Ano XIX – nº 1 – abril de 2009.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Revista Brasileira de Educação Brasília: MEC, 2008. **Revista Brasileira de Educação da educação Profissional Tecnológica**. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev\\_brasileira.pdf/](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf/) Acesso 8 maio.2014.
- CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Cem anos de educação profissional e tecnológica pública no estado de São Paulo: entre a celebração e a avaliação. In: ALMEIDA, Ivanete Bellucci P. de Almeida e BATISTA, Sueli Soares dos Santos (orgs.). **Educação Tecnológica: reflexões, teorias e práticas**. Jundiaí. Paco Editorial: 2012. 204p.
- CENTRO PAULA SOUZA/ Unidade de Ensino Médio e Técnico/grupo de formulação. Formulação e Análises Curriculares. Planos de curso das habilitações Profissionais técnicas de nível médio. Organização: Soely Faria Martins -1999 - 2011

- CORSETTI, B. Movimento social e escola no Rio Grande do Sul: um estudo no campo da História das Instituições educativas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, nº 2, 525-546, jul./dez.2007, pp.525-546.
- FORQUIN, J. **Escola e cultura**: as bases sociais epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 1, p.10, 2001.
- MARIN, Alda Junqueira, et al. Escola como objeto de estudos nos trabalhos acadêmicos brasileiros: 1981/1998. **Cadernos de pesquisa**. V.35, n.124, p.171-199, 2005.
- VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n.1, p. 437-454, jan/ jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.ucg.br/index.php/habitus/article/view/363/301>>. Acesso em: 5 jul. 2014.
- VELOSO, Mariza. **O poder da cultura na integração sul-americana**. Articulação latinoamericana cultura e política. Pós-doutora em antropologia urbana pela New York University, doutora em antropologia cultural pela Universidade de Brasília e professora da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco – Ministério das Relações Exteriores, 2008.

# DESAFÍOS Y ALCANCES DE LA EDUCACIÓN EN PATRIMONIO EN VENEZUELA: ASPECTOS DE LA CULTURA INMATERIAL

**Jenny González Muñoz**

Universidad Latinoamericana y del Caribe (ULAC)

---

## Introducción

En Venezuela la conservación y salvaguarda, así como la previa detección y registro del Patrimonio Cultural tanto material como inmaterial, tiene sus bases legales fundamentales en la Ley de Patrimonio Cultural, la cual a partir de la implementación del Reglamento del año 2005, impulsa la creación del Instituto de Patrimonio Cultural, institución que tiene como misión amparar el cumplimiento cabal de dichos aspectos en todo lo que concierne al territorio nacional. A pesar de las políticas públicas que en materia cultural se viene desarrollando, aún existe una problemática preocupante en lo que respecta concretamente al Patrimonio Cultural Inmaterial, ya que éste tiene una serie de características que lo diferencian sustancialmente del resto de los bienes patrimoniales, lo cual se puede observar, por ejemplo, cuando se intenta hacer registro, archivo y documentación de dichas manifestaciones, trabajo que en la mayoría de los casos se focaliza en su “materialidad” y no en su “espiritualidad”.

Estas situaciones hacen emerger desafíos en cuanto a la conservación y salvaguarda de dicho patrimonio, pudiendo ser solventados puntualmente al ser llevados a cabo proyectos de educación en patrimonio vinculados con el conocimiento, acercamiento y sensibilización hacia los bienes culturales en sus diversas manifestaciones, lo cual también se circunscribe, aunque desde otra perspectiva, al Patrimonio Cultural Material. En este sentido, el objetivo primordial de esta propuesta es sugerir alternativas de Educación en Patrimonio para proveer de herramientas necesarias a quienes llevan a cabo la ejecución, tanto directa como indirecta, de programas educativos en dicha área, teniendo entre las líneas estratégicas a aplicar: bases fundamentales de conocimiento sobre patrimonio, implicaciones sociales e importancia ante la cotidianidad en procura de la construcción de identidades locales, regionales y nacionales; es de destacar la emergencia de un trabajo mancomunado Estado-escuela-sociedad civil y el continuo seguimiento de las ejecuciones de dichos programas sobre Educación en Patrimonio.

Es significativo, en este caso, el hecho de que es conveniente, a la hora de aplicar metodologías de trabajo en función de los aspectos patrimoniales, que existe una

diferencia entre Educación patrimonial y Educación en patrimonio, siendo que cada una abarca intereses y alcances distintos. En el presente trabajo se ha utilizado una metodología de trabajo con consulta bibliográfica y un enfoque de observación participante, lo cual permite ver desde cerca las realidades expuestas para poder lograr una óptica en la que la sensibilización hacia aspectos culturales, artísticos y, por ende, patrimoniales, vayan más allá de las aulas de clases, posesionándose en otros espacios como plazas, calles, estaciones de metro, entre otras, que forman parte del paisaje cultural fundamentalmente de la ciudad de Caracas, puesto que ésta, al ser la capital del país, es la que mayor movimiento cultural tiene y, además, es el centro desde el que las leyes patrimoniales nacionales son estudiadas y ejecutadas como piloto para su desarrollo en otros ámbitos de la geografía, donde ha emergido propuestas interesantes, tales como la implementación de la Guardia Patrimonial, constituida por personal militar con una mediana inducción sobre el patrimonio y su importancia para la identidad del país, con el propósito de velar por el cuidado constante de los bienes, edificaciones, y otros de índole material, para evitar su deterioro, mal uso, vandalismo, destrucción, todo lo cual, apunta a la salvaguarda, sobre todo de esculturas, otras obras, instalaciones y demás, que se encuentran a la intemperie en calles, por ejemplo. En este sentido, la educación desde la sensibilización hacia el conocimiento, es una labor necesaria no solo en los infantes sino en los adultos, quienes, por ignorancia muchas veces infringen las leyes patrimoniales contribuyendo, con su permiso omnisciente, a la violentación del patrimonio venezolano.

## Reglamentaciones venezolanas sobre Patrimonio Cultural

En 1975 se crea la Dirección de Patrimonio del Consejo Nacional de la Cultura (CONAC), ente del Estado que durante gran parte del siglo XX y albores del XXI, funge como rector en materia cultural nacional, en sus trabajos se incorpora cantidad de propuestas de capacitación en cuanto a metodologías en boga para los momentos históricos del caso, lo que conlleva a enviar profesionales a cursar estudios básicamente sobre conservación y restauración en países como Italia, España y Francia, situación necesaria para cubrir las demandas de la emergencia del momento.

Varias décadas más tarde, en la Gaceta Oficial n° Extraordinario 4.623 de fecha 3 de septiembre de 1993, se decreta la Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural en la que se promueve la creación del Instituto de Patrimonio Cultural (IPC), ente que tiene como objetivo principal la “identificación, preservación, rehabilitación, defensa, salvaguarda y consolidación de obras y lugares” (Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural, 2005, p. 9) tanto de utilidad pública y de interés social, como de aquellos que son creados por el ser humano en cualquier ámbito, o los naturales, siempre y cuando se encuentren ubicados físicamente en el territorio nacional y que “por su contenido cultural constituyan elementos fundamentales de nuestra identidad nacional” (Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural, 2005, p. 6), en esta categoría son tomadas en cuenta, igualmente, poblaciones, lugares, objetos y documentos personales con valor histórico, paisajes, y demás, así como el “patrimonio vivo”, es decir, se contempla los diversos tipos de patrimonio

establecidos por la UNESCO. En la década del 90 el IPC estaba adscrito al Ministerio de la Secretaría de la Presidencia de la República, siendo tutelado por el CONAC, no obstante, a partir del año 2005, como consecuencia de la creación del Ministerio del Poder Popular para la Cultura y la disolución del CONAC, el instituto pasa a ser parte del ente ministerial siendo constituyente de una de sus plataformas y teniendo autonomía.

De acuerdo a lo establecido por la UNESCO, en la Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural de Venezuela y, asimismo, en el Reglamento de fecha 30 de junio de 2005, se conceptualiza acerca de los bienes culturales materiales o inmateriales. De modo que, según lo cual, el Patrimonio Cultural de Venezuela está conformado por “los bienes inmuebles de cualquier época que sea de interés conservar por su valor histórico, artístico, social o arqueológico que no hayan sido declarados monumentos nacionales” (Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural, 2005, p. 7), de manera que es significativo el hecho de que en dicho Reglamento se considere el valor cultural de un bien más allá del tiempo, lo cual se coloca en enfrentamiento con cánones tradicionales que dan por sentado que algo es patrimonializable<sup>1</sup> por ser “viejo” y no según las características que pudiera tener en relación a la historia que ha contribuido a construir, a la que narra, de una u otra manera.

La Providencia Administrativa n° 012/05 del 30 de junio del mismo año, de conformidad con lo dictaminado en la Carta Magna Nacional, concretamente en el artículo 99, devela que el Estado tiene el deber de garantizar la preservación, conservación y restauración del patrimonio material e inmaterial, con la finalidad de “facilitar el manejo y salvaguarda de las manifestaciones culturales inscritas en el Registro General del Patrimonio Cultural” (Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural, 2005, p. 48), promoviendo (o intentando hacerlo) una acción organizacional nacional en pro de dar herramientas imprescindibles para la protección de dichos bienes, implicando, por ende, una sustentabilidad en el tiempo.

En lo que se refiere al registro del patrimonio cultural venezolano, tanto material como inmaterial, el IPC lleva a cabo una serie de controles para garantizar el buen desempeño de las labores de detección, postulación y aceptación de los bienes. En este sentido, la existencia del Registro General de Patrimonio Cultural es significativa, pues es una herramienta que establece ciertas categorías para los bienes materiales, a saber: centros históricos, barrios, urbanizaciones, calles, avenidas, plazas, parques, edificios, estatuas, ruinas, sitios arqueológicos, obras de arte, etc.; y para los inmateriales, vinculados éstos a las manifestaciones colectivas, la creación individual de “carácter intangible<sup>2</sup>” y la tradición oral. Estos registros son hechos por medio de la utilización

<sup>1</sup> Es decir, que tiene condiciones para ser declarado patrimonio.

<sup>2</sup> Es de considerar en este sentido que el Reglamento deferido habla de manifestaciones de carácter “intangible”, terminología que, aunque aún usada en otros países de Latinoamérica, como Argentina, Chile, Uruguay, entre otros, la propia UNESCO la ha sustituido por “inmaterial”, tomando en cuenta que ese supuesto carácter “efímero” de dichas manifestaciones no es tan cierto, de hecho la música, la tradición oral, un ritual, son perceptibles más allá del sentido del tacto o de la vista, y su durabilidad en el tiempo depende de otros factores como la memoria, por ejemplo, lo cual las hace transformables, pero no ausentes. La Convención para la salvaguarda del patrimonio cultural inmaterial (2003) en su Artículo 2 determina: “Se entiende por

de un formato posibilitado por el propio IPC, el cual debe ser debidamente llenado y enviado a los entes respectivos, de acuerdo a la ubicación geográfica del postulante y/o del bien o manifestación; en dicha ficha técnica se devela la relevancia que se da al apoyo comunitario para lograr el reconocimiento del bien como patrimonio cultural nacional. Como resultado de todo ese proceso, el ente del Ministerio del Poder Popular para la Cultura, realizó el Censo patrimonial 2004-2007, marcando el inicio de una serie de trabajos posteriores en materia de declaración de patrimonio en el ámbito cultural, conllevando a la publicación en un principio, de 336 catálogos, realizados por empadronadores comunitarios ubicados por municipios en cada uno de los estados del país, en los que se registra la presencia reconocida de bienes y manifestaciones tanto materiales como inmateriales.

No obstante, y sin negar la alta significación que tienen esos trabajos, el registro de la cultura inmaterial llevado a cabo por medio de la herramienta referida, tiene ciertas fallas, puesto que se continua documentando y archivando como el material, es decir, se le da un tratamiento similar, lo cual imposibilita una salvaguarda efectiva. En artículo que publicáramos con motivo del 6° Seminario de Conservación Urbana, realizado en 2011, en la ciudad de Recife, Brasil, intitulado "How to register memory? Documentation, recording, archiving and preservation of intangible cultural heritage in Venezuela", hicimos esta aseveración dando a entender que el patrimonio cultural inmaterial, tal como lo acota el especialista Mário Chagas, se sostiene en su carácter "espiritual", por lo tanto, no puede ser registrado y documentado como una materialidad, en este sentido, las fotografías, las filmaciones, los sonidos, el carácter ritual de una danza, una ceremonia, un mito contado, deben ser debidamente explicados (previa investigación profunda) y tomados en cuenta los cuadernos de trabajos de los especialistas antropólogos (si los hubiere), pues sólo así se puede dar el verdadero sentido que promueve el "entender" procesos culturales encajados en sus distintas épocas y tiempos históricos.

*Heritage as a set of tangible and intangible assets inherited from our ancestors is not constrained by a certain time that it enhances on the contrary it remains entrenched in the temporal and spatial (Hernandez, 2002), hence its dynamic character. The product of this heritage is collected and preserved to continue its transmission from generation to generation, avoiding a potential rupture or disintegration, which can lead to an inevitable loss. (GONZÁLEZ MUÑOZ, J., 2012, p. 54)*

Tal como acota la cita, el patrimonio es una cuestión que tiene que ver con la herencia, y en ese sentido, con algo tremendamente valorizable, no sólo por su costo como capital en dinero, sino desde el punto de vista de la transmisión de conocimientos.

---

'patrimonio cultural inmaterial' los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas –junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que le son inherentes- que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural (...) es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad y contribuyendo así a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana". (GALLART, María Antonieta. Cuaderno 1. Patrimonio Cultural Inmaterial. México: Consejo Nacional de la Cultura y las Artes. 2008.)

Es un conjunto de activos tanto materiales como inmateriales heredados de nuestros antepasados que, como acota Hernández (2002) no se pierde su significación con el pasar del tiempo, sino por el contrario, permanece atrincherado en él y desde allí se crece en su propio dinamismo. El producto de esta herencia es recogido y preservado para continuar su transmisión de generación en generación, evitando una posible ruptura o desintegración, que podría conducir a una inevitable pérdida, inclusive desde el olvido.

## Educación en torno al patrimonio, una cuestión de sensibilización

Organismos como la UNESCO se han abocado a establecer mecanismos para el reconocimiento y consecuente salvaguarda de los bienes culturales por medio de las declaratorias de patrimonio, en sus diversas áreas, ya que éste no es un sólo, pues está desde el digital, genético, inmaterial, material, industrial, emergente, comunitario, de la humanidad, hasta el cultural, natural, histórico, artístico y familiar (Chagas, 2005), entre otros tantos que van naciendo producto de las necesidades sociales, políticas y económicas. De manera que, según el organismo internacional, el patrimonio cultural “no se limita a monumentos y colecciones de objetos, sino que comprende también tradiciones o expresiones vivas heredadas de nuestros antepasados y transmitidas a nuestros descendientes” (CHAGAS, 2005, p. 116), lo cual le da una relevancia a las manifestaciones que tienen carácter simbólico.

En este ámbito el patrimonio puede ser visto desde diversas perspectivas, tal como lo asegura Mário Chagas, al acotar que éste es una capacidad de expresarse que inclusive puede ser un tanto difusa, así se equipara con lo que se ha dado en llamar cultura, memoria o imaginario, por estar involucrado en él una cantidad de elementos diferenciados y amplios, tales como el valor y la herencia. La necesidad de recuperar la capacidad operacional de esta aseveración conlleva a una recalificación de la palabra llegando a colocarla tradicionalmente relacionada con la herencia, bien familiar o generacional, donde, a pesar de que pudiere tener un gran valor económico, es el afectivo el que tiene mayor preponderancia:

*A palavra patrimônio é, ainda hoje, a capacidade de expressar uma totalidade difusa, à semelhança do que ocorre com outros termos como cultura, memória e imaginário. Frequentemente, aqueles que desejam alguma precisão se veem forçados a definir e redefinir o termo. A necessidade de recuperar sua capacidade operacional, driblando seu acento de difusa totalidade, está na raiz das constantes requalificações a que essa palavra tem sido submetida. Se tradicionalmente ela foi utilizada como uma referência a “herança paterna” ou aos “bens familiares” transmitidos de pais (e mães) para filhos (e filhas), em particular no que se referia aos bens de valor econômico e afetivo, ao longo do tempo gradualmente adquiriu novos contornos e ganhou outras qualidades semânticas, sem prejuízo do domínio original. (CHAGAS, 2005, p. 115)*

Siendo que la cultura es todo lo que realiza el ser humano social ya que es su propia invención, el término patrimonio no es otra cosa que la normatización de esas manifestaciones culturales. Esta es implementada socialmente ya que se precisa de una

organización a través de leyes para poder desplegar mecanismos, como se acotó en la sección precedente, de detección, documentación, registro, archivo, para una posterior declaración que lleve a la protección y salvaguarda, siendo éstas el último eslabón de esta gran cadena.

El patrimonio está íntimamente relacionado con la memoria, sobre todo cuando se habla de la cultura de carácter inmaterial, pues su presencia en el tiempo descansa en la tradición oral y las prácticas, siendo de uso generacional inmediato. En 1927 Maurice Halbwachs habla de la existencia de los cuadros sociales de la memoria y, posteriormente, de la memoria colectiva, siendo ésta producto de cantidad de recuerdos que pertenecen, de una u otra forma, a personas que conforman un mismo grupo, quienes comparten recuerdos por serles comunes y afines.

La memoria colectiva, como aquella compartida en cuanto a recuerdos que se han desarrollado en similares espacios y tiempos, conjuga en el pasado un conjunto de representaciones que tienen una continuidad social, así ella, como “reconstrucción parcial y selectiva de ese pasado”, tiene puntos percibidos por dicha sociedad, entonces el fenómeno de la memoria, según Halbwachs, existe a través de las relaciones sociales, cuyas referencias principales son el lenguaje (palabra), el espacio (lugar) y el tiempo, (delimitación). Los cuadros sociales, como unión de representaciones fijadas en recuerdos que se manifiestan a voluntad a nivel social, permiten que los miembros de un pueblo tengan tradiciones devenidas, entre otras cosas, de la oralidad, puesto que el lenguaje es un instrumento concreto que posibilita, tanto su identificación como su cohesión, ya que no sólo es un bien compartido, sino asimilado y aceptado.

En este sentido, la memoria, en sus diversos procesos, funge como un hilo conductor que ayuda a enhebrar construcciones humanas en dinamismo, tal las culturales, configurando una serie de abordajes hermenéuticos de importancia para la puesta en marcha de diversas terminologías en relación al patrimonio (cultural) en las que elementos como los valores y la herencia son imprescindibles; de manera que el factor educación (visto como herramienta para el aprendizaje y también como instrumento para la creatividad y la acción progresiva de “hacer”, tal como lo observa el Maestro don Simón Rodríguez<sup>3</sup>) sobre el patrimonio es vital para procesos de salvaguarda y conservación de los bienes y manifestaciones culturales.

Queremos recalcar que desde nuestra perspectiva pedagógica relacionada con este ámbito cultural específico, existe una diferencia entre educación en patrimonio y educación patrimonial, siendo entendida esta última como aquella que trabaja en función de la identificación de bienes y manifestaciones que pudieran ser elevadas al rango de patrimonio y, a partir de allí, concretar programas para promoverlas y difundirlas con

---

<sup>3</sup> Filósofo venezolano (1769-1854) quien en sus múltiples libros, hace una serie de disquisiciones sobre el rol de la educación en Latinoamérica con propuestas basadas fundamentalmente en la Educación Popular, es decir, para todos los sectores sociales, y la creatividad desde lo práctico por encima de lo netamente académico. Para mayor información consultar *Sociedades Americanas*, publicado en Caracas por Fundación Biblioteca Ayacucho, número 150 de la Colección Clásica.

la finalidad de salvaguardarlas en el tiempo. La educación en patrimonio, por su parte, se enfoca en la sensibilización por medio del conocimiento de bienes y manifestaciones desde el conocimiento de los mismos, ambas tienen como denominador común el objetivo final de salvaguardar y conservar el patrimonio, pero la educación en patrimonio apunta hacia la implementación de políticas públicas en pro de la investigación, mientras que la patrimonial se sostiene a partir de lo ya establecido por otros terceros y desde allí enseña.

El rol de la escuela en la educación en patrimonio es imprescindible y debe ir de la mano con la enseñanza de la historia, pues, como ya es sabido, el conocimiento de nuestros orígenes es fundamental en la construcción de identidades culturales, especialmente las nacionales. No obstante, en Venezuela (que es el caso analizado acá) no hay suficiente personal profesional integrado a la escuela preparado académicamente para dicho fin, a lo que hay que agregar la ausencia de *currículo* donde disciplinas sobre patrimonio estén presentes. Planteado esto, la propuesta sería incluir la sensibilización hacia el arte en sus diferentes acepciones, desde la escuela con ahínco en la educación media, con esto quiero decir que en la enseñanza de Historia del Arte es perentorio hacer entender el valor identitario de bienes y manifestaciones hechas por las diferentes civilizaciones, haciendo hincapié en la filiación que tienen con nuestra sociedad nacional y/o local, es decir, explicar ¿por qué eso es importante para mí? ¿Por qué tengo que cuidarlo y respetarlo y hacer que los demás lo hagan?

Asimismo, es conveniente señalar que no es condición *sin eua non* la observancia de la educación en patrimonio como un acto formal, académico, un sistema de estructura jerarquizada que se extiende desde la primaria hasta la universitaria; ya que puede y debe partir desde distintas instancias como la no formal, como toda actividad educativa organizada que no forma parte del sistema educativo académico, (COOMBS, 1973, citado por BALLART HERNÁNDEZ y TRESSERAS, 2007), dicese talleres, cursos, actividad práctica. En este caso de educación no formal, es sumamente importante el rol del museo como institución que tiene la doble posibilidad de mostrar y educar desde la sensibilización, puesto que cuenta con personal conocedor y un área de educación cuyo deber ser es el poder brindar a los públicos herramientas útiles sobre el patrimonio y lo vital que este es para la construcción continua de la identidad nacional. Desde el museo cada exposición debe llevar consigo un programa educativo con actividades vinculadas con la sensibilización hacia el patrimonio mostrado, con miras a trabajar en conjunto para la salvaguarda y conservación del mismo.

El trabajo de educación en patrimonio desde el ámbito no académico tiene un cúmulo de posibilidades en las comunidades. Debemos tener presente que todas y todos somos miembros de alguna comunidad, de manera que la doble fórmula conocimiento-sensibilización de bienes y manifestaciones patrimoniales (decretadas o no, en el caso de los patrimonializables) son garantía para su protección, conservación y salvaguarda, porque las comunidades mismas se “apropian” de ellos, saben que son parte de sus procesos históricos y, por consiguiente, forman parte de su identidad cultural y social. Este es un trabajo de calle, constante, que debe partir de los entes e instituciones vinculados con el

patrimonio cultural (tanto material como inmaterial), y debe tener con carácter de obligatoriedad, un seguimiento y una evaluación que permita mejorar posibles deficiencias, solventar errores, y adecuar progresivamente a las emergencias de la contemporaneidad, acciones, conceptos y metodologías en educación patrimonial.

En lo que respecta a la labor vinculada con la gestión patrimonial fuera del ámbito de la escuela o la institución museística, devenida ésta de alcaldías, gobernaciones y otros organismos del Estado, la inclusión de la Guardia Patrimonial ha dado buenos resultados, en el sentido de la presencia de personal militar para custodiar obras ubicadas en bulevares, plazas, salidas de las estaciones del Metro. Pero quizá una debilidad destacable es que dichos militares no han sido informados ni educados acerca del Patrimonio Cultural, lo que trae consigo que su trabajo solo se limite al cuidado “simple” y no a la multiplicación de saberes en los públicos, de modo que la labor queda incompleta, tanto en la Guardia Patrimonial como en su rol, que debería ser sensibilizador también.

Para ejemplificar lo que hemos referido, tomamos la Colección de PDVSA La Estancia, organismo cultural del Estado que forma parte de Petróleos de Venezuela, “destinado a la valoración, restauración, promoción y difusión del acervo histórico y artístico del país. Sus acciones se fundamentan en los principios del Plan Siembra Petrolera y del Gobierno Bolivariano; tienen como propósito apoyar programas de desarrollo social y afianzar la identidad de las venezolanas y venezolanos”<sup>4</sup>. Entre sus logros está la revitalización del Boulevard de Sabana Grande (Caracas), conocido lugar donde confluyen tiendas, restaurantes, iglesias, bancos, etc., frente a una gran cantidad de usuarios que lo frecuentan diariamente. Como parte de su objetivo principal el organismo ha desplegado a lo largo de dicho espacio una cantidad de esculturas de diversas temáticas y artistas, cuyos materiales son resistentes a los embates ambientales y, sobre todo, humanos, dentro del proyecto está la salvaguarda de dichas obras al incorporar a la Policía Nacional y Guardia Patrimonial el cuidado de las mismas. La escultura “Hasta las metras”<sup>5</sup>, es una de las más fotografiadas y admirada por los visitantes del paseo, no obstante esa condición, no escapó de las manos inescrupulosas de quienes, ya sea por la razón que fuere, llevan a cabo el acto de ultraje a la obra patrimonial sino también de aquellos que permiten que eso suceda. Esta pieza originalmente tenía las metras con las que los niños juegan pegadas al suelo, las cuales ya no están, pues fueron robadas y luego varias veces sustituidas por el organismo custodio, hasta que no fueron colocadas más.

En el mismo paseo observamos otra obra de la colección de PDVSA La Estancia; se trata de la conocida como “Hombre de la lap top”<sup>6</sup> la cual es bastante visitada, sobre todo, para tomarse fotos sentados a su lado por causa de su ubicación en uno de los tantos bancos que hay desplegados a lo largo del boulevard. A la fecha se este artículo no ha sufrido ataques a su estructura.

---

<sup>4</sup> <http://www.pdvsaestancia.com>

<sup>5</sup> Para observarla se puede acceder a <http://www.pdvsaestancia.com> [Consultada en 2014]

<sup>6</sup> Idem

Tajati<sup>7</sup> es una obra de la reconocida artista plástica venezolana Lía Bermúdez, en la que los materiales utilizados para su confección permiten una interacción constante. A parte de esta propuesta encontramos la escultura de un nobel artista nacional, Johan González, realizada como homenaje al gran artista plástico venezolano Armando Reverón<sup>8</sup>, en ocasión de los 124 años de su natalicio, la cual también forma parte de las esculturas<sup>9</sup> colocadas a lo largo del boulevard de Sabana Grande, bajo custodia de la Alcaldía de Caracas, municipio Bolivariano Libertador, y PDVSA La Estancia.

Otra obra que queremos destacar es el Abra Solar<sup>10</sup>, del escultor Alejandro Otero (1921-1990), hermosa estructura que fue poco a poco desmantelada por indigentes para vender sus aspas móviles por ser de aluminio, material de costo elevado y altamente solicitado en el mercado. La instalación está ubicada en un sector de Plaza Venezuela (Caracas), pudiendo ser divisada desde varios corredores viales, siendo fácil su acceso. Luego de una restauración rigurosa por parte de PDVSA La Estancia, se procedió a su reapertura en 2007, en este particular se lee en el diario de circulación nacional El Universal (10/11/2007):

Después de muchos meses y de una cuidadosa restauración, finalmente fue develada ayer la obra Abra Solar, del escultor venezolano Alejandro Otero.

El alcalde de Libertador, Freddy Bernal, y la gerente del Centro de Arte La Estancia (organismo que estuvo a la cabeza de la restauración), Beatriz Sansó, estuvieron presentes en el acto en donde esta instalación fue otra vez expuesta al ojo público y fueron encendidas las luces que la adornan, con la idea de continuar la iluminación del bulevar de Sabana Grande y además evitar que vuelva a ser desmantelada. Con este fin también se prevé colocar en el sector mensajes de concientización.<sup>11</sup>

En este punto queremos resaltar el uso de una amplia iluminación como instrumento que coadyuva a la conservación de dicha obra de arte, al poner en evidencia a quienes intenten vulnerarla, a lo que se suma la presencia de la Guardia Patrimonial al custodiar el espacio de la plaza y, además, la colocación de “mensajes de concientización” para los públicos, es decir, crear conciencia, sentido de pertenencia, informar, educar sobre ese patrimonio que embellece, pero que forma parte del paisaje cultural de la ciudad de Caracas. Hasta el año 2014, el Abra Solar está en perfectas condiciones.

---

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> Nacido en Caracas (Venezuela) en 1889 y fallecido en la misma ciudad en 1954, es considerado el mejor artista plástico del país en el siglo XX. Su obra está plagada de imágenes oníricas, desdibujadas, con un intenso trabajo de la luz y los colores, en los que la supuesta falta de ellos es una presencia significativa. Son importantes también sus muñecas de trapo, homenaje a la madre y la esposa, a la mujer misma. Reverón es el maestro de la luz, lo que plasmó en distintas superficies y con todo tipo de materiales. En su obra se distinguen tres periodos: azul, blanco y sepia.

<sup>9</sup> Idem

<sup>10</sup> Idem

<sup>11</sup> Disponible en [http://www.eluniversal.com/2007/11/10/ccs\\_art\\_reinagurado-en-plaza\\_586178](http://www.eluniversal.com/2007/11/10/ccs_art_reinagurado-en-plaza_586178). [Consultado en 2014]

Pero resulta que el vandalismo hacia las obras de arte y el patrimonio cultural en sí, no solamente está focalizado en los espacios públicos abiertos, también son centro de esto aquellos que concentran flujos de personas como, por ejemplo, las estaciones del Metro de Caracas, por causa de la desinformación y falta de educación en patrimonio a los usuarios. La figura a continuación muestra claramente a un usuario de la estación Plaza Venezuela, conexión a la línea 3, cuando descansa sobre la estructura de la instalación que forma parte de la colección de arte de dicha compañía estatal de transporte, en las horas de mayor confluencia de pasajeros la instalación se observa llena de personas sentadas, con morrales, bolsas, etc. Es de hacer énfasis en que actualmente, por causa del progresivo deterioro de la misma y para resguardarla, está delimitada de manera provisional, por un cordón de seguridad de cinta plástica.



**Figura.** – Usuario de la estación Plaza Venezuela, descansa sobre la estructura de la instalación que forma parte de la colección de arte de dicha compañía estatal de transporte.

Fuente: Acervo de la autora, en 2014.

Por solo nombrar una, en la estación Chacaíto, del Metro de Caracas, la cual forma inicial del eje que compone el paseo del Boulevard de Sabana Grande, se encuentra varias obras de arte, entre instalaciones y esculturas, unas más resguardadas que otras, no obstante, observamos que está latente la poca conciencia institucional hacia la conservación y salvaguarda de éstas, siendo expuestas sin señalizaciones, ni acompañamiento educativo, dejando solo al rótulo de identificación la responsabilidad de “informar”.

En un reportaje sobre la revitalización del ya expuesto Boulevard de Sabana Grande, en entrevista al asesor técnico del proyecto de recuperación por parte de PD-VSA La Estancia, Alejandro López, se infiere una realidad que se puede aplicar a varias situaciones, entre ellas las de las estaciones del Metro respecto al Patrimonio Cultural Material, pero también en lo que se refiere al Patrimonio Cultural Inmaterial, ya que todo tiene que ver con la sensibilización desde la información, donde el rol de la educación es fundamental.

Es necesario potenciar el uso cultural y residencial en el bulevar para que haya más apropiación, más dolientes. Siguen habiendo muchas edificaciones sin ningún uso, que podrían funcionar como un preescolar, un servicio médico o como viviendas. Se

abren ahora grandes oportunidades para hacer intervenciones no tan tímidas, sino más complejas y más audaces.<sup>12</sup>

El hecho de colocar obras de arte creadas para la interacción con las personas en lugares de uso público, bien sea al aire libre o no, yendo más allá del acervo del museo y otras instituciones dedicadas al ámbito cultural, es significativo para crear un ambiente de reciprocidad donde se de apertura a la ampliación de conocimientos. Pero todo esto debe estar vinculado con un trabajo previo de sensibilización del hecho cultural desde la educación, tanto formal como no formal, para poder garantizar la construcción de un camino que apunte hacia la conservación y salvaguarda de los bienes y manifestaciones culturales de una localidad, región o nación, lo cual, obligatoriamente, debe contar con un plan bien estructurado de seguimiento, evitando así que se pierda el trabajo hecho y se vuelvan a repetir viejos esquemas en deterioro del patrimonio de los pueblos.

Los ejemplos que hemos colocado son aparentemente materiales, pero hay que recordar que la línea divisoria entre patrimonio material y el inmaterial es muy difusa, puesto que ambos tienen elementos comunes, solo en la labor de registro, documentación y archivo es necesario hacer la diferenciación completa; todas estas obras, aunque evidentemente materiales, llevan en sí una carga simbólica, de significados, características que hacen posible que labor educativa.

## Una herencia que casi olvidamos (A modo de conclusión)

El patrimonio cultural inmaterial tiene como característica primordial su sustento en el ser humano mismo. Su sostenibilidad en el tiempo está establecida a partir del propio ser humano, en su memoria, su olvido, su constancia, su vulnerabilidad, su dinamismo, las manifestaciones inmateriales se hacen presentes, pero también son susceptibles a sufrir drásticas transformaciones o desaparecer.

La educación en patrimonio es importante porque puede servir de herramienta para solventar posibles conflictos en cuanto a la observación y comprensión de las diversas maneras de “expresar cultura”. En ella está la base para la conservación y salvaguarda y eso solo puede surgir desde la promulgación y puesta en marcha de políticas públicas vinculadas con dicho proceso, que, valga decir, también es turístico, social y económico, pues pudiera convertirse en una fuente alternativa. En este sentido, la sensibilización desde la infancia, y la ubicación en la temporalidad histórica de los públicos, se hace cada día de mayor emergencia para la constitución de una sociedad consciente de su rol, tanto de participante como de educador, con voluntad para extender a otros sectores que deberán, a su vez, hacer el mismo trabajo. Esta labor educativa, también es una suerte de patrimonio cultural heredado de generación en generación, esta vez no necesariamente

---

<sup>12</sup> Reportaje hecho por Gabriela Tarazona, para Radio Mundial, titulado “Arduas labores de recuperación. Bulevar de Sabana Grande: la Caracas gentil asoma de nuevo”- Disponible en; <http://radiomundial.com.ve/node/216058>

en el cuño familiar, pero si focalizada en la construcción colectiva para fortalecimiento de la memoria histórica de comunidades, naciones y regiones.

Los bienes y manifestaciones de carácter patrimonial solo pueden ser salvaguardados del olvido (lo que lleva a su desaparición total) cuando los pueblos a los que les pertenecen aprendan y sientan su verdadero rol dentro de la sociedad contemporánea. Este es un trabajo mancomunado donde todas y todos debemos ser participantes y facilitadores.

## Referencias bibliográficas

- BALLART HERNÁNDEZ, Joseph. y Jordi Juan i TRESSERAS. **Gestión del patrimonio cultural**. Barcelona: Ariel. 2007
- CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, J. y DODEBEI, V. (Org.), **O que é a memória?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2005, pp. 115–132.
- CHOAY, Françoise. **As questões do patrimônio**. Antologia para um combate. Trad. Luís Filipe Sarmento. Lisboa: Edições 70. 2001.
- GONZÁLEZ MUÑOZ, Jenny. How to register memory? Documentation, recording, archiving and preservation of intangible cultural heritage in Venezuela. En: Mendes Zancheti, S. y Similä, K. (Org.), **6° International Seminar on Urban Conservation** [Libro em línea]. Olinda & Rome: Latam. 2012. Disponible: [http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM\\_19\\_Measuring-Heritage-Performance00\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_19_Measuring-Heritage-Performance00_en.pdf). [Consulta: 2013, Jun. 01]
- GONZÁLEZ MUÑOZ, Jenny. Políticas Públicas en materia cultural en Venezuela: participación ciudadana en procesos de desarrollo. En: MICHELON, Francisca Ferreira, MACHADO JÚNIOR, Claudio, SOSA GONZÁLEZ, Ana. **Políticas Públicas do Patrimônio Cultural ensaios, trajetórias e contextos**. [Libro em línea]. Pelotas: Editorial da Universidade Federal de Pelotas. 2012. Disponible: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ppgmp/publicacoes/ppublicas2012/> [Consulta: 2013, Junio 15]
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux da memoire**. Paris: Archontes. 1976.
- HERNÁNDEZ, Francisca. **El patrimonio cultural: la memoria recuperada**. España: Edic. Trea. 2002.
- Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural y su Reglamento (1993, Septiembre 03). Instructivo que regula el Registro General del Patrimonio Cultural venezolano y el manejo de los bienes que lo integran. Caracas: IPC, 2005.

# DESFILES ESCOLARES COMEMORATIVOS NO GINÁSIO INDUSTRIAL DE ORLÂNDIA: NOS ANOS DE 1960 E 1970

**Maria Teresa Garbin Machado**

Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado  
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/ UNESP

---

## Introdução

Os desfiles escolares constituem eventos que, juntamente com outras práticas como hasteamento da bandeira e entoação do hino nacional, agiram nos sentimentos e no imaginário de alunos e suas famílias, bem como da sociedade em geral. Permanecendo na memória escolar, muitas vezes ficaram como práticas sedimentadas representativas de momentos cívicos e sociais do cotidiano escolar.

No entanto, Mogarro (2005) apresenta as escolas como instituições complexas, com formas específicas de organização e funcionamento, constituindo universos específicos e contraditórios, com identidade própria e carregadas de historicidade, e a investigação das formas de fazer e pensar, dos comportamentos sedimentados ao longo do tempo, remetem ao conceito de cultura escolar.

Desta forma, a cultura escolar não pode ser entendida como uma cultura própria; mas representativa da cultura do grupo na qual a escola se encontra inserida. Esta possui momentos de rotina e momentos especiais, como camadas sobrepostas e entrelaçadas de um substrato formado ao longo do tempo e, portanto, merecedoras de análise, ao refletirem as formas de fazer e de pensar da comunidade escolar (MOGARRO, 2005).

Furtado (2012) apresenta que os estudos da cultura escolar, emergindo como tema privilegiado e valorizado, passou a abarcar pesquisas a respeito das instituições escolares, fazendo parte da História Cultural, que se estendeu para novas correntes historiográficas no Brasil, a partir de 1990.

Tomando como suporte teórico a literatura da História Cultural, o objetivo deste trabalho busca o resgate das práticas voltadas ao cultivo de valores cívicos e sociais desenvolvidos dentro e fora da escola, com foco nos desfiles comemorativos realizados nas décadas de 1960 e 1970, na atual Escola Técnica Estadual (Etec) Professor Alcídio de Souza Prado, de Orlandia. No recorte temporal considerado, a escola objeto deste trabalho constituiu a Escola Industrial em 1963, o Ginásio Industrial a partir de 1965, até sua transformação em Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado em 1976, que marcou o início da profissionalização compulsória da Lei 5692/71.

As fontes visitadas foram artigos de jornais da época, registros de livros de atas escolares e documentos do Centro de Memória da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, que configuram, em sua diversidade e variedade, o patrimônio educativo da instituição, uma vez que são portadores de informações valiosas que trazem, do passado ao presente, aspectos da vida da escola, que tornam possível escrever seu itinerário. Ao serem produtos de uma sistemática escrituração, revelam as relações sociais que foram sendo desenvolvidas pelos atores educativos, seja na gestão administrativa, nas relações pedagógicas, na construção de saberes, e nas relações sociais. Portanto, estando presente na materialidade de documentos, de forma mais consistente e lógica do que outros espólios, a escrita ocupa uma posição de grande centralidade no cotidiano e na história da escola (MOGARRO, 2005).

Os jornais tiveram a finalidade de apresentar as relações entre a escola e a cidade, na qual se encontra inserida. Nas últimas décadas, ao ser incorporada a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é monumento, foi ampliado o universo das fontes históricas. No entanto, Cruz e Peixoto (2007) propõem uma reflexão sobre a historicidade em cada conjuntura estudada ao entenderem que a imprensa, como força social ativa, se encontra no campo da subjetividade e intencionalidade de seus autores.

Neste sentido, Mogarro (2005) enfatiza a necessidade de articular e cruzar as informações de cada tipo de documento com outros pertinentes a ele, estabelecendo um diálogo entre as diversas fontes de informação e os vários documentos, numa perspectiva de complementaridade e articulação.

Os jornais orlandinos visitados, todos de uma coleção particular, com exceção da edição de O Prumo, foram:

- O Imparcial- seu responsável foi Crispim José de Carvalho Filho, e circulou de 1956 a 1962, tendo sido visitado um exemplar de 1954,
- O Regional- sob a Direção de Otacílio Gonçalves Ferreira, com correspondentes em Sales Oliveira, Morro Agudo e Nuporanga e colaboradores diversos, apresentava o *slogan* "Semanário dedicado aos interesses de toda uma região". Foi visitado em seus anos I e II, correspondentes ao ano de 1970,
- Folha de Orlândia- circulou em três gerações ou fases. A primeira fase teve como Diretor o professor Cyro Armando Catta Preta, com edições de 1960 a 1962. A segunda fase circulou a partir de 1973, com uma tiragem de 2.000 exemplares, tendo como jornalista responsável Divo Marino e Diretores Antônio Luiz Sanitá, Luiz Sérgio da Silva Sordi e Adilson Francisco Nunes. A terceira fase circulou a partir de 1989, tendo como Diretor Mário da Silva Sordi, não sendo conhecida sua finalização. Para este trabalho foram visitados exemplares de 1973,
- O Prumo- constituiu em uma edição comemorativa de 1º de fevereiro de 1969, com tiragem de 3.000 exemplares e distribuição gratuita, em número único. Composto e impresso na Gráfica São José, foram responsáveis pela edição Walter Francelin e Otacílio Gonçalves Ferreira.

A escola objeto deste trabalho se encontra localizada em Orlandia, a nordeste do estado de São Paulo. Situada nas cercanias de importantes centros urbanos como Ribeirão Preto, Franca, Sertãozinho e Barretos, e a 362 quilômetros da capital do estado, é conhecida atualmente como “cidade empreendedora”, sendo que no passado recebeu inúmeros cognomes como “Capital do Arroz”, “Cidade Jardim”, “Capital das Avenidas”, entre outros (FÉLIX, 2012).

Ao apresentar, de forma breve, a trajetória da escola objeto deste trabalho, torna-se necessário recuar no tempo até 1949, quando o Curso Prático Profissional foi instalado, em atendimento a necessidade de mão-de-obra da classe trabalhadora em geral. Em um município que, crescendo ao redor da Estrada de Ferro Mogiana, tinha em sua população muitos agricultores e imigrantes voltados ao plantio de café, o comércio e a indústria denotavam a necessidade de pessoas escolarizadas e com uma melhor profissionalização. Com cinco salas agregadas ao prédio do então Ginásio Estadual local, a escola enfocada ofereceu, no seu primeiro ano de funcionamento, os cursos práticos de dois anos de Mecânica Geral para 30 alunos, e Cursos Femininos de Costura e Bordados para 40 alunas (MACHADO, 2011).

Cumprindo sua missão de formar profissionais em atendimento ao mercado de trabalho local, a escola continuou mantendo cursos práticos de Ajustagem Mecânica Geral, Corte e Costura e Economia Doméstica até 1964, além de outros cursos profissionalizantes, como os cursos extraordinários de Iniciação, Continuação e Complementar, com variações de Ajustagem e Tornearia até 1963 e noturno até 1964, mesmo após ter sido transformada em Escola Artesanal em 1954, e Escola Industrial, em 1963 (ESCOLA INDUSTRIAL DE ORLÂNDIA, 1964).

A clientela destes cursos era constituída de filhos e filhas de famílias de baixa renda, que após terminarem o primário, não tinham outra alternativa do que a de frequentar cursos de profissionalização rápida, diurnos e noturnos, com um currículo modesto, para o imediato aproveitamento no mercado de trabalho, sem vislumbre algum de continuidade de estudos, tanto social, como legalmente. No curso de Mecânica Geral, os meninos tinham aulas de tornearia, fresaria e cálculos mecânicos, além de disciplinas de cultura geral, como Português, Matemática e História. Após a conclusão do curso eram aproveitados em oficinas, postos de combustíveis da cidade e revendedoras de veículos automotores e também nas indústrias de beneficiamento de arroz e de torradores de café (MACHADO, 2011).

As meninas que frequentavam os cursos de Corte e Costura e Economia Doméstica possuíam o mesmo perfil dos alunos do curso de Mecânica. De famílias modestas, sem possibilidade de continuar os estudos, viam nos cursos profissionalizantes uma forma de aquisição de algum refinamento em sua cultura geral e nas lidas domésticas, diferentemente de filhas e filhos de famílias mais abastadas da cidade, encaminhados ao ginásio estadual, com possibilidades de continuidade de estudos (MACHADO, 2011).

A escola objeto deste trabalho, transformada de Curso Prático em Escola Artesanal em 21/01/1954, obteve melhorias curriculares, com opção pela continuidade de estudos em Escolas Industriais de Franca e Ribeirão Preto, que ofereciam cursos com quatro séries de oito aulas diárias, de segunda a sábado. Com o aumento do alunado oriundo da

própria cidade e das vizinhas, a Prefeitura Municipal cedeu um prédio na Avenida do Café, que a partir de 1959 passou a ser ocupado pela escola após o recebimento de melhorias como quadra de esportes, salas para artes industriais e de aulas, almoxarifado, cozinha e laboratórios para aulas práticas (MACHADO, 2011).

A Lei das Diretrizes e Bases de 1961 perpetuou a seletividade e a dualidade na estrutura educacional brasileira, especialmente com o ensino secundário, devido a reunião dos ramos do ensino técnico-profissional, sob a denominação de ensino médio. Com o golpe militar de 1964, adequações foram realizadas para o ajustamento da legislação educacional à situação vigente, e muitas destas adequações se referiram ao ensino profissionalizante. Desta forma, a Escola Artesanal teve sua denominação alterada para Escola Industrial, em 30 de abril de 1963, juntamente com autorização para expedição de diplomas ginásiais com validade nacional (LIMA, 1987).

Em 19 de fevereiro de 1965, a Escola Industrial teve seu nome alterado para Ginásio Industrial Estadual, o que lhe concedeu um novo olhar por parte da população da cidade, uma vez que, juntamente aos cursos profissionais já existentes, oferecia o curso ginásial industrial. Em 1968, em homenagem a um professor orlandino, a escola passou a ser denominada Ginásio Industrial Estadual “Professor Alcídio de Souza Prado” (MACHADO, 2011).

O curso ginásial industrial, cujo ingresso impunha a aprovação do exame de admissão após o curso primário, apresentava currículo equivalente ao curso propedêutico, acrescido de disciplinas específicas e prática profissional, com aulas no período da manhã e da tarde. Os discentes agora eram constituídos, em sua maior parte, por alunos da própria cidade, que cientes da colocação no mercado de trabalho garantida aos egressos, também reconhecia a escola como gratuita de qualidade, com oferecimento de materiais didáticos e merenda. As matrículas para o curso ginásial industrial, iniciadas em 1963 com uma centena de alunos, alcançaram seu ápice em 1972, com 728 alunos. Porém, de uma maneira geral, apenas metade deles chegava ao final do ano letivo, e a quantidade de alunos concluintes demonstrava uma enorme distância estatística entre as matrículas efetuadas e as conclusões do curso (MACHADO, 2011).

Para contextualizar a cidade de Orlandia na década de 1960, foram buscados alguns dados no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1960.

Com uma população de 12.067 pessoas em 1962, quando o censo foi realizado, a cidade de Orlandia, localizada a nordeste do estado de São Paulo, na região de Ribeirão Preto, despontava como “cidade Jardim”, “capital do Arroz” e “capital dos jardins e avenidas”. O orçamento da Prefeitura Municipal, bem como as arrecadações municipais e federais de 1969, somente foi ultrapassado na região, pelos das cidades de Ribeirão Preto, com 170.000 habitantes, e Franca, com 75.000 (IBGE, 1962).

A economia orlandina se fundamentava, na época enfocada, na agricultura e na indústria. Na agricultura, o café, que no censo de 1954 havia colocado Orlandia como o maior produtor da região, foi dando espaço para outras culturas, como algodão e arroz, e a indústria se desenvolveu em atendimentos ao setor agrícola, com estabelecimentos de beneficiamento de café, arroz, algodão, bem como fábricas de óleos vegetais, torradores de café e sacarias (IBGE, 1962).

Diferentemente dos censos anteriores, ocorreu uma inversão na porcentagem de pessoas que viviam na zona urbana, com um aumento de 31,7% no censo de 1954, para 56% no censo de 1962. No município orlandino, 97% dos domicílios eram atendidos por abastecimento de água da rede geral, e 81% possuía energia elétrica (IBGE, 1962).

No setor empresarial, indústrias já haviam se instalado a partir da década de 1950, como a Companhia Mogiana de Óleos Vegetais, que chegou a ser a maior produtora individual de sementes de soja no Brasil, empregando mais de 900 funcionários. A Metalúrgica Orlandia, produtora de arames e telas, com uma quantidade semelhante de funcionários e o Brejeiro, que estendia seus investimentos para o beneficiamento de arroz, desvinculando-se de negócios voltados ao aproveitamento do algodão, continuaram se expandindo. A primeira indústria da cidade, a fábrica de torradores de café Indústria Fabrizio, continuava suas atividades, iniciadas na década de 1940, e em 1963 foi fundada uma cooperativa de agricultores (Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia-CAROL) que trouxe grande impulso econômico para a cidade (FÉLIX, 2012).

Os anos de 1960 foram marcados pelo crescimento e desenvolvimento da cidade, aliados a melhorias de infraestrutura. Em 1968 possuía 2.200 prédios construídos, dos quais 2.100 eram servidos por redes de água, esgotos e energia elétrica, devido à extensão da iluminação pública e pavimentação de 130 quarteirões nos últimos cinco anos, conforme a edição única comemorativa do jornal O PRUMO, de 1º de fevereiro de 1969, com tiragem de 3.000 exemplares e distribuição gratuita (SABIA QUE; 5 ANOS, 1969).

O transporte ferroviário foi sendo substituído pelo rodoviário, e a Via Anhangueira encurtava as distâncias para Uberaba, Ribeirão Preto, e para a cidade de São Paulo. Este tipo de transporte impulsionou a implantação de revendas de veículos, lojas de fornecimento de peças e acessórios e baterias, postos de serviços e oficinas mecânicas.

Quanto à escolaridade, de 10.257 pessoas com mais de cinco anos, 55% declararam saber ler e escrever, e destas, 1.888 pessoas ou 18,4% da população considerada eram estudantes. O quadro abaixo apresenta porcentagens da população estudantil, em comparação com as populações em idades de frequentar escolas, e as que ofereciam algum tipo de escolaridade.

POPULAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE ESTUDANTES	% DE ESTUDANTES POR FAIXA ETÁRIA
1.815	5 a 9 anos	697	38,4%
1.586	10 a 14 anos	934	58,8%
1.262	15 a 19 anos	172	13,6%
5.594	20 anos ou mais	85	1,6%
10.257 (TOTAL)		1.888 (TOTAL)	

**Quadro 1** –Estudantes por faixa etária, do município de Orlandia em 1962.

Fonte: IBGE, V. I, t. XIII.

Os dados apresentados acima permitem a constatação de que, mesmo na faixa de 10 a 14 anos, com a maior porcentagem de estudantes por faixa etária, esta se apresentou muito longe do ideal, no sentido da inclusão da clientela na escola. Os alunos inseridos no ensino primário eram distribuídos pelo Grupo Escolar Coronel Francisco Orlando e nas escolas rurais. Como o segundo Grupo Escolar e o curso primário anexo ao Instituto de Educação Estadual tiveram suas atividades iniciadas somente a partir de junho de 1962, não há dados quanto à inserção destes no universo de estudantes considerado pelo Censo. Acima do ensino primário, os alunos se encontravam distribuídos entre o Ginásio Estadual e a Escola Artesanal. Os 85 estudantes, de 20 anos ou mais, frequentavam os cursos da Escola Artesanal e da Escola Comercial de Orlandia (IBGE, 1962).

Neste contexto, as escolas da cidade atendiam a clientela escolar advinda de uma população de agricultores, comerciantes e empresários. A mão de obra qualificada para oficinas, postos de serviço e indústrias era suprida, em sua maior parte, pelos alunos do Ginásio Industrial, por meio do oferecimento de cursos ordinários e extraordinários de Mecânica Geral, Costura, Educação Doméstica e Ajustagem Mecânica até 1964. Estes foram substituídos no ano seguinte pelos cursos de Aprendizagem Profissional (CAP), diurnos e noturnos, estendidos até 1970, juntamente com cursos preparatórios, oferecidos de 1966 a 1968.

Além dos cursos profissionalizantes, a escola passou a oferecer o curso ginasial industrial. Iniciado em 1963 com 99 alunos, teve seu alunado ampliado de forma crescente até 1972, quando atingiu a quantidade de 728 alunos, decrescendo gradativamente para que a escola abrigasse o 2º grau, a partir de 1974, sendo extinto em 1978 (GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 1970; 1975).

Desta forma, nos anos de 1960 e 1970, muitas alterações ocorreram quanto aos cursos oferecidos, e à clientela, em sua quantidade e perfil. Tais mudanças exigiram a construção de um prédio próprio para abrigar a escola, a partir de 1976.

Relatos e fotos de época apresentam o Ginásio Industrial como uma escola destacada pelos desfiles cívicos e comemorativos, com carros alegóricos que, confeccionados nas oficinas pelos próprios alunos e professores, compartilhavam a atenção da população orlandina com os do Instituto de Educação local, que contrariamente à escola enfocada, era considerado elitizado e sede do curso ginasial propedêutico.

Conforme Renk (2008), os desfiles cívicos e comemorativos constituem momentos festivos da vida escolar e, diferentemente da rotina, as festas são especiais, ficando registradas na memória mais intensamente, e em um tempo considerado mais rápido. Os momentos de rotina têm seu tempo passando mais lentamente do que os festivos.

O tempo escolar é um tempo institucional, pessoal, cultural e individual, sendo plural e diverso. Os tempos do professor, do aluno e da administração são diferentes. O tempo escolar pode ser entendido como um tempo cultural, uma construção social que implica em determinada vivência ou experiência temporal, vivida também pelas famílias dos alunos e pela comunidade. Portanto, a vida escolar, entendida como um espaço de culturas escolares e do tempo escolar, é marcada por significações simbólicas para os diferentes atores sociais, com sensações, emoções e significados diferenciados (RENK, 2008).

Além do tempo, as festas recriam e resgatam o espaço e as relações sociais, podendo ser classificadas como festas de ordem e festas de desordem. As festas cívicas, principalmente os desfiles comemorativos como os de sete de setembro e as festas religiosas, tanto sacras no interior dos templos, como as profanas, fora dos templos, são entendidas como festas de ordem. A festa da desordem é o carnaval, como uma festa da inversão da ordem, da hierarquia (RENK, 2008).

Também Lacerda (2012) apresenta que o costume de organizar cortejos públicos acontece nas sociedades como uma maneira de desfile a elas mesmas, podendo ter várias naturezas, como carnavalescos, cívicos, políticos, religiosos, culturais, educativos, temáticos, esportivos, fúnebres e tantos outros. Neles, os diferentes grupos se expressam por meio de exposições previamente organizadas, que em seus movimentos, irrompem e interferem no cotidiano da cidade.

As posições dos sujeitos em um cortejo são marcadas por uma distinção em diversos grupos sociais, e a participação pode ser opcional, obrigatória e até mesmo negada. Na atualidade, os cortejos dispõem de naturezas diversas, podendo agregar sujeitos que comportam intencionalidades distintas ou compartilhadas (LACERDA, 2012).

Desta forma, a participação dos integrantes em um desfile é marcada pela ambiguidade, uma vez que a adesão ao desfile pode ser obrigatória, em função do pertencimento do sujeito a uma instituição, para receber uma nota de participação, ou espontânea. Quanto aos professores e funcionários, a presença no desfile é carregada de intencionalidades diversas, entremeadas por manifestações de protestos ou de satisfação, em relação à participação no evento. Às vezes contrariados e demonstrando cansaço perante o tempo de espera, é possível notar, nos participantes, em seguida, o prazer em desfilar (LACERDA, 2012).

Como uma festa de ordem, os desfiles são carregados de simbolismo, no qual são carregados estandartes, bandeiras, com os participantes enfileirados e uniformizados. Tudo deve estar bem organizado, com uniformes alinhados, fileiras retas, poesias decoradas, hinos bem cantados e discursos emocionantes (RENK, 2008).

A escolha do tema do desfile pode ter relevância política por parte do poder municipal. De qualquer forma, é por meio dele que a escola e a população em geral produzem diferentes sentidos. Ao se envolver com detalhes relacionados às fanfarras, trajes e alegorias, a escola materializa os temas propostos, negocia a participação dos estudantes e desempenha o importante papel que lhe cabe na realização deste evento. A população, atraída por diversos motivos a observar o desfile, também se expõe e participa do evento ao apresentar diferentes manifestações (LACERDA, 2012).

Os desfiles se iniciam por uma área de concentração, que compreende um ponto de encontro inicial, constituindo um fantástico cenário em constante movimento, com jovens e outras pessoas, geralmente expostos ao Sol. Em seguida, o cortejo se movimenta em um itinerário determinado, com as diversas escolas participando seguindo uma sequência predeterminada.

O momento mais importante é a passagem na frente do palanque oficial, onde se reúnem os políticos locais e aqueles que dispõem de visibilidade social na cidade pe-

quena. O palanque é montado próximo à praça, e em suas proximidades se concentra a maior quantidade de espectadores. É neste momento marcante do ponto alto do desfile, que a escola apresenta o que tem de melhor, por meio de exposições musicais, coreografias especiais ou disparos de rojões de fumaça (LACERDA, 2012).

Após as exposições principais, os participantes do desfile se dirigem para a área de dispersão, onde são dispensados do evento. Nos desfiles escolares do Ginásio Industrial, a concentração era na Avenida do Café, ou em frente à Prefeitura Municipal, seguindo em linha reta em direção à Praça Mário Furtado, onde o palanque oficial se encontrava. As exposições principais eram realizadas naquele momento, sendo apreciadas pela população em geral, que se concentrava preferencialmente próxima a este local. Em seguida, o cortejo retornava ao Ginásio Industrial, delimitado como lugar de dispersão e dispensa dos participantes do desfile.

Os anos de 1960 e 1970 foram de grande importância na história da escola objeto deste trabalho, sendo uma das razões para tal, o aumento da quantidade do alunado, que de 130 alunos em 1960 passou para 565 em 1970. O curso ginásio industrial foi instalado a partir de 1953, com 99 alunos, e gradativamente, ao ampliar as séries, chegou a ter 556 alunos em 1970 (GINÁSIO ESTADUAL INDUSTRIAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 1970).

A instalação do curso ginásio industrial, juntamente com os cursos profissionalizantes, fortaleceu a representatividade da escola perante a população orlandina, colocando-a ao lado do Instituto de Educação de Orlandia, com seu curso ginásio. Este, além do curso ginásio, possuía Curso de Formação de Professores Primários, de Aperfeiçoamento, de Especialização em Educação Pré-Primária, e de Administração Escolar, o curso Primário Anexo, e ainda os cursos científico e normal. Com sua história ainda a ser escrita, prevalecem na memória de seus ex-alunos os jornais escolares, as reuniões do grêmio estudantil, os desfiles comemorativos e ambientes como a Biblioteca, o Salão Nobre e o Laboratório de Ciências, além da Praça Rosa Martins, na frente do prédio.

A representatividade do Ginásio Industrial perante a comunidade também se manifestava por meio de participações em eventos diversos registrados pelos jornais Folha de Orlandia e O Regional como o VI Seminário de Ensino Industrial, organizado na própria escola, de 12 a 19 de setembro de 1970, com maratona intelectual e esportiva para 500 alunos das escolas de ensino industrial da região (VI SEMINÁRIO, 1970), na VIII Semana do Ensino Industrial em Mococa, de 7 a 15 de outubro de 1973 (GINÁSIO INDUSTRIAL, 1973), e a montagem de uma feira industrial no recinto do Banco do Brasil da cidade, em julho de 1973 (PEQUENA MOSTRA, 1973).

As exposições de final de ano, bem como as formaturas, merecedoras de grande destaque, estiveram presentes em toda a história da escola. Tomando como exemplo a década de 1950, no jornal Imparcial, em uma mesma página, constam notícias a respeito de convites abertos à comunidade em geral, tanto a respeito da formatura, como da exposição de trabalhos dos alunos da Escola Artesanal de Orlandia (EXPOSIÇÃO, 1954).

Porém o objetivo deste trabalho, embora busque o resgate das práticas voltadas ao cultivo de valores cívicos e sociais desenvolvidos dentro e fora da escola, tem seu foco nos desfiles comemorativos.

Dentre eles, merecem destaque como festas religiosas profanas de ordem, as procissões de Corpus Christi, nas quais eram decorados tapetes que acompanhavam o trajeto a ser feito, com a participação na sua confecção, de vários segmentos da comunidade. A participação da escola era iniciada muito antes do evento em si, por meio da escolha do tema principal e uma preparação meticulosa dos materiais diversos a serem utilizados, como sergagem tingida com anilina, cascas de ovos, pó de café, vidro moído entre outros.

A participação da escola mereceu destaque na notícia do jornal O Regional, em 1970:

#### CIDADE SE ENFEITOU DIA 28

Dia vinte e oito, dia de Corpo de Cristo, as ruas de Orlândia, em algumas partes, receberam vários grupos de estudantes, destacando-se os do Ginásio Industrial, que realizaram delicados trabalhos ornamentais e decorativos.

Isto já está se tornando tradicional em nossa cidade, e a exemplo de Matão, cidade que primeiro usou de tais recursos, tudo é feito para que a procissão, conduzindo a figura do Salvador, percorra as várias partes da cidade, por sobre flores e motivos cristãos.

Neste ano, os destaques estiveram defronte a duas igrejas, na rua Hum e defronte a Prefeitura. (CIDADE, 1970, f. 1).

A cidade de Orlândia celebrou as “Festas do Arroz” entre 1968 e 1972, eventos que monopolizaram a cidade em todos os seus aspectos, principalmente no escolar, no social e no econômico (Figura 1). Neste trabalho, serão focados os desfiles que ocorreram no ano de 1970, na III Festa do Arroz, devido às fontes encontradas relativas ao ano citado, como outros exemplos de festas de ordem.



**Figura 1** – Desfile Comemorativo dos 25 anos do Ginásio Industrial em 1974.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Etec Alcídio, em 2014.

Apesar das Festas do Arroz ocorrerem no meio do ano, entre junho e julho, a expectativa do evento se fazia manifestar por notícias nos meses anteriores, que relembra-  
vam os eventos já ocorridos de maior destaque, como mostra a notícia abaixo, do jornal  
O Regional, juntamente com uma foto de carro alegórico:

ACREDITAMOS que este ano teremos outra vez, o desfile de carros alegóricos, a exemplo  
do que aconteceu por ocasião da realização da I Festa do Arroz. A FOTO ACIMA estampa  
um dos que se apresentaram na ocasião (ACREDITAMOS, 1970, f. 3)

Outra notícia reveladora da expectativa depositada nos desfiles comemorativos,  
como pontos altos da programação da III Festa do Arroz consta na coluna Notas, do jornal  
Regional:

Os desfiles estudantis deste ano serão realizados à noite e se constituirá na maior reali-  
zação da III Festa do Arroz. Pelo menos se se comparar aos desfiles dos anos anteriores,  
o organizado para a noite do dia 27 é uma coisa espetacular (DESFILES à noite, 1970).

O trabalho de preparação dos desfiles comemorativos foi mencionado na coluna  
Sociedade e Derivados, do jornal O Regional:

Nos estabelecimentos de ensino, já é grande o trabalho para a arrumação dos carros ale-  
góricos. É que cada um vai apresentar, no monumental desfile, a 27 de junho, às 18 horas,  
um aspecto da vida de Orlândia (NOS ESTABELECEMENTOS, 1970).

Na programação oficial da III Festa do Arroz consta a sequência pré-determinada  
do desfile a ser realizado, entre outros eventos, conforme notícia do jornal O Regional:

Grande desfile com batalhões simbólicos de nossas escolas, caracterizando:

**Grupo Escolar Jardim Boa Vista** - Motivos Folclóricos;

**Grupo Escolar Prof. Iracema Miele** - Disneylândia;

**Grupo Escolar Cel. Francisco Orlando** - Personagens da literatura infantil;

**Parquinho Municipal "Nosso Parquinho"** - Monteiro Lobato e a infância;

**Instituto de Educação** - As Artes;

**Ginásio Industrial** - Alegoria à Orlândia;

**Ginásio Comercial** - Brasil nos esportes.

Participação da banda do Terceiro Batalhão Policial de Ribeirão Preto e da Fanfarra  
do Ginásio Comercial de Orlândia (PROGRAMAÇÃO, 1970)

O evento foi de grande importância também política, uma vez que o desfile teve  
como principal assistente o governador Laudo Natel, instalado em um palanque na Praça  
Mário Furtado, juntamente com autoridades e pessoas consideradas importantes pela  
localidade, conforme notícia no jornal O Regional:

Da residência do Prefeito orlandino, o Governador e sua comitiva rumaram para a Praça  
Mário Furtado, onde um palanque foi montado para que os visitantes pudessem apreciar  
o sensacional desfile escolar que fazia parte da programação. Ali o governador Dr. Laudo  
Natel foi aplaudidíssimo pelos populares que reconhecem nêles um excepcional trunfo

para o Estado de São Paulo. O Governador por sua vez, aplaudiu constantemente os belos quadros apresentados no desfile, principalmente quando os carros alegóricos passaram por diante do palanque onde está instalado (LAUDO, 1970).

A descrição do desfile, que a pedidos da comunidade em geral, foi reprisado em outro dia, consta da notícia abaixo, com destaque para a atuação dos ginásios, no jornal O Regional:

#### DESFILE - ATRAÇÃO MAIOR NO SÁBADO

Marcado para as 18 horas, o desfile teve seu início além das 19 horas porque o Sr. Laudo Natel foi retido em conferência com os prefeitos da região além do tempo calculado. O desfile foi aberto pela Banda do 3º BP de Ribeirão Preto que executou dobrados em homenagem ao futuro governador. Surgiu na avenida logo depois a fanfara do Ginásio Comercial, em uniformes azuis e vermelhos; Passaram dois batalhões dos ginásios estaduais, um representando as artes; era o Instituto de Educação de Orlândia. O outro, o Ginásio Industrial Prof. Alcídio de Souza Prado trouxe seus alunos e carros representando uma alegoria em homenagem a Orlândia. Representando o Brasil nos esportes, com grande número de figurantes passou a representação do Ginásio Comercial (...). O desfile atingiu o auge no sábado. Esteve melhor do que os outros dois realizados em anos passados, por ocasião da I e II Festa do Arroz. Tanto superou as expectativas que foi necessário reprisá-lo. No programa constava apenas uma apresentação do desfile. Entretanto, dado o entusiasmo do público e os elogios recebidos, das autoridades presentes, no sábado, a Comissão Organizadora se viu obrigada a realizá-lo na terça-feira, dia trinta, o que foi feito com o mesmo brilhantismo (DESFILE, 1970).

## Considerações Finais

Com a política da Lei 5.692/71, os cursos exclusivamente propedêuticos como o antigo colegial, representado pelos cursos clássico e científico, não tiveram mais lugar nesse grau de ensino (CUNHA, 2000).

O Ginásio Industrial, havia em 1974 comemorado seu jubileu de prata, e conforme a redistribuição da Rede Física municipal, se firmou com um novo *status*, ao abrigar no ano seguinte, além do 1º grau da 5ª. a 8ª.s séries, também o 2º grau, com as habilitações de Auxiliar Técnico em Mecânica e Técnico em Economia Doméstica (LIMA, 1987).

A Lei 5692/71, determinante da profissionalização compulsória, trouxe uma radical mudança no cenário educacional da época. A escola, então denominada de Centro Interescolar a partir de 1976, teve seu prédio atual inaugurado, cujas novas instalações permitiram o acolhimento adequado de cursos oriundos de outras escolas, com ampliação significativa da quantidade de alunos e da equipe escolar, sendo a única destinada ao oferecimento do ensino de 2º grau estadual da cidade.

A época do Ginásio Industrial, finda com a instalação do 2º grau, representou um período da trajetória da escola que foi encerrado por determinação legal, uma vez que a partir de 1976, o primeiro grau foi sendo extinto gradativamente até 1978, dando lugar exclusivamente para o segundo grau.

Porém, práticas cívicas e sociais como os desfiles comemorativos, as exposições de trabalhos dos alunos e as formaturas agiram nos sentimentos e no imaginário de alunos e suas famílias, bem como da sociedade em geral. Partilhadas pelos diversos atores nas instituições escolares, se solidificaram em lembranças marcantes da época do curso ginásial industrial, mescladas entre as de festividades, e as do resgate do cotidiano, como aulas práticas nas oficinas ou nas salas de economia doméstica. Segundo Mogarro (2005), o cidadão comum e as populações em geral evocam as recordações de sua infância e juventude, as histórias de vida, as recordações, e o seu passado até o presente.

O sucesso destas práticas sedimentadas junto às comunidades locais constitui um indicador quanto à sua importância, tanto no cotidiano como nas festividades, que somente foram possíveis devido à eficiência na gestão e organização escolar, ao trabalho educativo diferenciado da equipe escolar, e a motivação, com consequente envolvimento dos alunos.

Desta forma esperou-se chegar a algumas constatações a respeito da relevância escolar e social de práticas escolares, com enfoque particularizado nos desfiles escolares comemorativos, no recorte temporal citado.

## Referências

### Referências Bibliográficas

- CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, Brasília: Flacso, 2000.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo. n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- FÉLIX, Sandra Regina (org.). **Orlândia: Cidade das Avenidas**. São Paulo: Nova América, 2012. 80 p.
- FURTADO, Alessandra Cristina. Arquivos, fontes e instituições: um itinerário de pesquisa sobre o arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto-SP (1918- 1960). **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp. v. 8, n. 2. p. 186- 209, jul/dez. 2012.
- LACERDA, Mitsi Pinheiro de. A presença da escola no desfile de aniversário da cidade pequena. **Educação em Perspectiva**, v. 3, n. 2, p. 282- 306, jul/dez. 2012. Viçosa. Disponível em <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoem perspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/289/87>>. Acesso em 15 jun. 2014.
- MACHADO, Maria Teresa Garbin. Os destinatários do ensino assistencial e compensatório, até a escola técnica profissional do trabalhador urbano. In: **VI Congresso Brasileiro de História da Educação**, Vitória, 2011. CD-Rom.
- MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Revista Pró-Posições**, v. 16, jan/abr. 2005. Disponível em <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposioes/edicoes/texto198.html>>. Acesso em 05 jun. 2014.

RENK, Valquiria Elita. Devoção à Deus e à Pátria: elementos da cultura escolar das escolas polonesas e ucraninas do Paraná. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracaju. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: Universidade federal do Sergipe, 2008. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/455.pdf>. Acesso em 16 jun. 2014.

## Fontes

- ACREDITAMOS que. **O Regional**. OrLândia, Ano I, num. 45, vinte e dois de fevereiro de 1970.
- CIDADE se enfeitou dia 28. **O Regional**. OrLândia, Ano I, num. 52, dois de junho de 1970.
- CINCO anos: 130 quarteirões pavimentados. **O Prumo**. OrLândia, número único, 1º de fevereiro de 1969.
- DESFILE- Atração maior no sábado. **O Regional**. OrLândia. Ano II, num. 57, 5 de julho de 1970.
- DESFILES à noite. **O Regional**. OrLândia, Ano II, num. 54. 17 de junho de 1970.
- ESCOLA INDUSTRIAL DE ORLÂNDIA. **Registro Federal e Documentos Biográficos**. OrLândia, SP: 1964. 2 f.
- EXPOSIÇÃO de trabalhos dos alunos da Escola Profissional. **O Imparcial**. OrLândia, num. 151, 12 de dezembro de 1954.
- GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Histórico- 1949- 1970**. 1970. 4 f.
- GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Livro de Matrículas e Exames Finais dos Cursos de 2º grau**. OrLândia: SP, 1975, 200 f.
- GINÁSIO INDUSTRIAL na VIII SEI. Síntese Esportiva. **Folha de OrLândia**. OrLândia, Ano I, n. 24, 21 de outubro de 1973.
- IBGE. **Censo Demográfico**. São Paulo: Série Regional. Rio de Janeiro: 1962. Volume I, t. XIII.
- IV SEMINÁRIO do Ensino Industrial. **O Regional**. OrLândia. Ano II, num. 54, 17 de junho de 1970.
- LAUDO assiste a desfile escolar. **O Regional**. OrLândia. Ano II, n. 57, 5 de julho de 1970.
- LIMA, A. R. **Proposta de ampliação do prédio escolar. EEPSP “Professor Alcídio de Souza Prado”**. OrLândia, 1987.
- NOS ESTABELECIMENTOS de ensino. **O Regional**. OrLândia. Ano II, n. 54, 17 de junho de 1970.
- PEQUENA MOSTRA INDUSTRIAL. **Folha de OrLândia**. OrLândia, Ano I, n. 54, 08 de julho de 1973.
- PROGRAMAÇÃO Oficial da III Festa do Arroz. **O Regional**. OrLândia. Ano II, n. 54, 17 de junho de 1970.
- SABIA que. **O Prumo**. OrLândia, número único, 1º de fevereiro de 1969.

# RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E PESSOAL NO CENTRO PAULA SOUZA: ENTRE 1995 E 2002

**Izabel Castanha Gil**

Escola Técnica Estadual Prof. Eudécio Luiz Vicente

## Introdução

Este relato refere-se à experiência que vivenciei entre 1995 e 2002, período em que estive mais próxima à Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec), atuando como coautora na produção de material didático e como colaboradora nos encontros para capacitação de professores, a convite da professora Sonia Morandi (*in memoriam*), responsável pelas disciplinas de Geografia, Tecnologia e meio ambiente e Geografia do turismo. A narração segue a perspectiva endógena, partindo da minha percepção, como docente da rede Paula Souza, e como colaboradora da Cetec. Certamente, haverá lacunas em relação às ações estruturantes da equipe gestora, no entanto, assim o faço com o intuito de apresentar a dimensão oposta, caracterizando a dialética que se estabelece nas relações hierárquicas institucionalizadas.

O trabalho tem também a intenção de iniciar a sistematização do acervo pessoal, que venho construindo desde 1977, quando ingressei na carreira do magistério paulista, focando no recorte temporal entre 1995 e 2002, período em que atuei mais diretamente com a referida professora. Até a presente data o material está condicionado em pastas arquivo sequenciadas por data e por nomeação de conteúdo. Para a sistematização pretendida neste trabalho baseio-me no princípio da proveniência. Segundo Ariane Ducrot (1998), por esse princípio

[...] os documentos não devem ser tratados isoladamente segundo um quadro metódico, e sim ficar agrupados em seus fundos de origem, sendo o fundo o conjunto de arquivos que provêm de uma mesma entidade - repartição, órgão público, pessoa, família, empresa etc.

Além da participação como professora em busca de suporte técnico-pedagógico disponibilizado nos encontros denominados capacitações, a convite da professora Sonia Morandi, atuei como produtora de material didático para o ensino médio, na disciplina Geografia, e para o ensino técnico, nas disciplinas Tecnologia e ambiente e Geografia do turismo.

Na condição de coautora mantive contato mais próximo com a professora Sonia Morandi por meio dos encontros previstos no projeto institucional e em outros especialmente agendados para o andamento dos trabalhos de produção de material didático, ligações telefônicas, e correspondências por malote interno. As correspondências eletrônicas ainda não eram ágeis como atualmente. Em meus arquivos, mantenho uma correspondência informal assinada pela professora Sonia Morandi afirmando que ficou um mês sem internet e que a mesma, quando retornou, não funcionava a contento.

Na segunda metade da década de 1990, foram elaboradas as propostas curriculares para as disciplinas do ensino médio e do ensino técnico, sob coordenação dos responsáveis técnicos denominados ATD (Assistente Técnico de Disciplina). Por se tratar de uma proposta educacional específica, voltada essencialmente à formação de estudantes de nível médio e formação técnica para o pós-médio, impôs-se a necessidade da criação de material didático, que subsidiasse as práticas docentes em sala de aula. Algum tempo depois, essa denominação ficou especificada como PRD (Professor Responsável por Disciplina).

Alguns PRD elaboraram seu material didático, outros buscaram engajamento com professores atuantes na rede, como forma de envolvê-los nas ações e descentralizar o projeto institucional. A professora Sonia Morandi escolheu a segunda opção, assim, alguns professores puderam vivenciar a experiência de coautoria. Além da minha pessoa, o professor doutor Lourenço Magnoni Junior, da Escola Técnica Estadual de Cabrália Paulista, também produziu material didático, especialmente no segmento atividades didático-pedagógicas para os alunos.

Leciono na Escola Técnica Estadual (Etec) Prof. Eudécio Luiz Vicente, localizada em Adamantina, a seiscentos quilômetros da capital. Essa distância, no entanto, é mais subjetiva do que geográfica: são nove horas dentro de um ônibus para ir, mais nove horas para retornar. Nesse intervalo, um dia de trabalho na Cetec, após um dia de trabalho antes de embarcar. O direito ao trânsito, na volta, estende-se apenas ao período da manhã. Esse esforço é recompensado pela atualização proporcionada nas capacitações e pela troca de experiências, que acontecem em paralelo aos encontros. Muitas vezes, esses encontros acontecem já durante a viagem, estendem-se pelas horas de espera na estação rodoviária Barra Funda, adentram-se no metrô, e se prolongam nos espaços dos cafés, já na sede do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), que funcionava no bairro do Bom Retiro, praça Coronel Fernando Prestes, 74.

Dependendo dos intervalos de tempo entre os horários demarcados nas passagens e o horário do evento, ainda era possível esticar o convívio com colegas nas ruas 25 de março, José Paulino, ou outros endereços adjacentes. Esforços físicos prolongados, arranjos familiares para acomodar os filhos pequenos ou em idade escolar, contorcionismos no horário de aulas, principalmente quando se trabalha em mais de uma instituição, entre outras quebras na rotina (especialmente feminina), acabam sendo compensados pela oportunidade de atualização, quando os encontros são propositivos. Por outro lado, os investimentos técnico-pedagógicos das equipes centrais replicam-se nas inúmeras

salas de aula dos professores que respondem ao estímulo proposto. Essa simbiose é o oxigênio das redes de ensino.

O quadro 1 permite observar a quantificação de alguns aspectos vivenciados no período delimitado: foram 213 horas distribuídas em 28 encontros oferecidos pela Cetec, sendo apenas dois ocorridos em Marília; os demais aconteceram na capital. A logística para a participação nos mesmos pode ser assim quantificada: cerca de 504 horas em viagens de ônibus, perfazendo cerca de 33.600 quilômetros no itinerário Adamantina/São Paulo/Adamantina.

<b>Quantidade de encontros</b>	<b>Quantidade de horas registradas nos atestados de participação</b>	<b>Quantidade de horas em viagens de ônibus (Expresso de Prata Ltda.)</b>	<b>Quantidade de quilômetros percorridos</b>
28	213 horas	504 horas	33.600 Km

**Quadro 1** – Logística dos encontros na CETEC, entre 1995 e 2002.

Fonte: Arquivo pessoal de Gil, Izabel Castanha, em 2014.

Neste trabalho procuro fazer uma síntese da trajetória percorrida durante o período delimitado. As ações e as estratégias desenvolvidas pela coordenadora do projeto, professora Sonia Morandi, foram contextualizadas por meio da redação textual, compilações dispostas em quadros, e seleção de algumas imagens. Toda a narrativa mantém fidelidade à experiência vivenciada, com o intuito de contribuir para a formação da memória da Cetec nos componentes curriculares mencionados. Certamente, aqui estão as minhas percepções, porém as faço de maneira responsável, em agradecimento à oportunidade proporcionada pela saudosa professora coordenadora e ao CEETEPS.

Revisitando os arquivos foi possível ratificar o profissionalismo e a competência da professora Sonia Morandi. Seus objetivos e estratégias são claros e precisos, fortalecendo a instituição e a ciência geográfica. O hábito de guardar materiais de várias naturezas, dos mais simples aos documentos oficiais, recebidos e gerados ao longo do processo, contribuiu muito para esta produção textual.

Enalteço o projeto Memórias e História da Educação Profissional, coordenado pela professora doutora Maria Lucia Mendes de Carvalho, disponibilizando oportunidade para que o trabalho de todos nós possa compor a memória institucional do CEETEPS.

## **Produção de material didático: convite e estratégias teórico-metodológicas**

Fui admitida como docente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza em 01 de fevereiro de 1995, por meio de concurso público realizado na cidade de São Paulo. Várias correspondências oficiais, via malote interno, chegavam às unidades escolares, trazendo convites para capacitações de Geografia. Esses convites

davam continuidade a um trabalho iniciado pela Cetec, em 1994, quando “foi dado início a um projeto de reestruturação curricular através da elaboração da primeira versão da Proposta Curricular de Geografia” (Apresentação da 4ª versão do Caderno Experimental de Geografia, 1998). Os encontros, bastante intensos tanto em propostas quanto em periodicidade, procuravam aperfeiçoar e consolidar a referida proposta curricular. Durante a fase exploratória, em que os PRD buscavam conhecer melhor o corpo docente da rede Paula Souza, éramos convidados a expor nossas experiências pedagógicas. Estive presente em quase todos, conforme relação de eventos disposta no quadro 3.

Além do convite para os encontros de Geografia, também recebíamos convites para as capacitações no componente curricular denominado Tecnologia e meio ambiente. A inclusão deste componente curricular tornou-se obrigatória em todos os cursos técnicos oferecidos pelo CEETEPS, daí a necessidade da elaboração de uma proposta curricular, produção de material didático, e suporte teórico-metodológico. De acordo com a Informação Cetec/Grupos nº 483/99, professores de várias áreas do conhecimento podiam lecionar esse componente curricular, caracterizando a formação de um grupo bastante heterogêneo.

Em 1995, tive a oportunidade de apresentar um relato de experiência desenvolvida nos cursos técnicos em que lecionava, na Etec Prof. Eudécio Luiz Vicente, em Adamantina/SP, denominado “A geografia está mais perto de você do que você pensa: uma experiência pedagógica com alunos dos cursos técnicos”. Relatei ações em defesa do meio ambiente e da cidadania, quando engajei os alunos da Etec num movimento social denominado “Adamantina em defesa de nossos córregos”, que consistia na luta contra a contaminação que a SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) provocava nos córregos do município, despejando esgoto *in natura* nesses mananciais.

No encontro seguinte foi solicitado que levássemos algum material didático utilizado em sala de aula. Selecionei uma atividade recém desenvolvida com a terceira série do ensino médio, incluindo a avaliação que acabara de aplicar. Além da professora Sonia Morandi, o material foi analisado pelo professor doutor Ruy Moreira, que atuava como consultor acadêmico de Geografia para a Cetec. Naquele mesmo ano publiquei o primeiro livro de minha autoria: o paradidático “Conta outra, vovô” (Editora e Gráfica Oeste, 1995) e também o apresentei. Saí do encontro com o convite para participar do projeto de produção de material didático.

O quadro 2 reproduz a avaliação aplicada aos alunos do terceiro ano do ensino médio, que se constituiu em uma das pontes para a atuação como coautora na produção de material didático da Cetec.

1. Compare o mapa e a foto de Adamantina (1948) para responder as questões propostas.



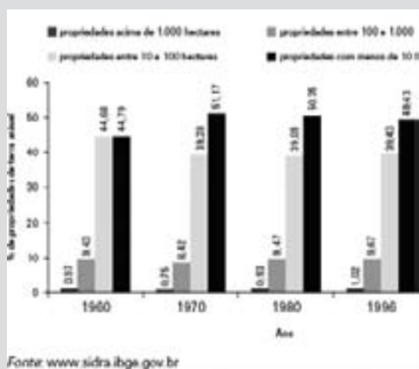
- A) Qual produto agrícola constitui-se no elo entre o mapa e a foto?
- B) Indique transformações espaciais provocadas pelo cultivo desse produto, apontando os atores sociais envolvidos no fenômeno cartografado e fotografado.
- C) Faça uma associação entre a expansão desta cultura e a questão ambiental nas regiões onde se instalou.
- D) Qual é a sua atual condição como cultura comercial na área

2. Utilize o conteúdo desenvolvido no bimestre, mais os seus conhecimentos pessoais para interpretar as charges selecionadas.

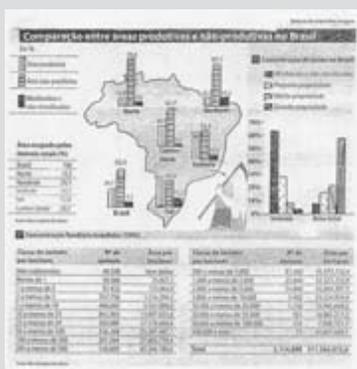


Fonte: Jornal do MST

- A) Quais fenômenos estão representados nas duas charges?
  - B) Com a industrialização, o meio rural se tornou cada vez mais dependente do meio urbano. Cite e explique um exemplo que manifeste a dependência do campo em relação à cidade.
3. A interpretação do atlas fundiário, elaborado pelo INCRA, e do gráfico da evolução da estrutura fundiária, elaborado com dados do IBGE, mostra dados oficiais sobre a questão agrária no Brasil.



Evolução da estrutura fundiária 1960-1996



Estrutura fundiária brasileira – INCR 1996

Imagine uma sessão do Congresso Nacional em que será votada a lei que cria e regulamenta a reforma agrária.

I- Um deputado da bancada ruralista, tentando convencer os parlamentares, utilizando dos dados oficiais, faz um discurso contrário à reforma agrária.

II- Um outro deputado, simpático à reforma agrária e indignado com as afirmações do deputado, toma o microfone e utilizando-se dos mesmos dados, expõe uma outra versão sobre a questão agrária e fundiária do Brasil.

Proposta de trabalho:

Reproduza o teor de cada discurso destacando os argumentos expostos pelas duas pessoas. Obs: Cada texto deve ter, no máximo, 15 linhas.

**Quadro 2** – Cópia da avaliação aplicada aos alunos do 3º ano do segundo grau, apresentada no encontro de professores de Geografia, em 1995.

Fonte: Arquivo pessoal Gil, Izabel Castanha, 2014.

Entre 1997 e 2000, por meio de Projeto de HAE (Hora Atividade Específica), passei a ser remunerada para as produções textuais. As estratégias de trabalho funcionavam da seguinte maneira: inicialmente, nos foram apresentadas as propostas curriculares nos encontros, que passaram a acontecer com bastante regularidade. O Quadro 3 sintetiza o trabalho da PRD Sonia Morandi e a movimentação de grande parte dos professores responsáveis pelas disciplinas sob sua coordenação. Os mesmos procedimentos se repetiram nas três disciplinas: Geografia, Tecnologia e meio ambiente e Geografia do turismo. As três propostas curriculares foram produzidas quase ao mesmo tempo, considerando sua necessidade estruturante no funcionamento dos cursos.

Mesmo não tendo o curso Técnico em Turismo na Etec em que leciono, participei da elaboração dos dois trabalhos (proposta curricular e produção do livro didático). Procurando contextualizar a minha participação como coautora na elaboração de material didático para as três disciplinas, inseri as datas em que atuei oficialmente nos encontros,

cujo nome fazia parte da pauta do evento. Atuei em vários outros encontros, porém, na condição de colaboradora, sem registros documentais.

O material didático era feito por partes. Em cada bimestre criávamos uma atividade de inspirada em um dos temas elencados na proposta curricular, que seria apresentada aos professores durante os encontros. Eles tinham a incumbência de desenvolvê-la em sala de aula, trazendo seus comentários avaliativos no próximo encontro. O processo era bastante democrático, dando ampla oportunidade de participação e protagonismo aos professores. Ao final, foram produzidas quatro atividades por ano, sendo uma por bimestre.

<b>Título do encontro</b>	<b>Data de realização/ duração</b>	<b>Coordenação e especialistas convidados</b>	<b>Local de realização</b>
Reunião do GATC (Grupo de Atividades Técnico-Culturais)	16/3/1995 – 7 horas	Sonia Morandi	Marília – ETEC Antonio Devizati
V Encontro de Professores de Geografia	11/8/1995 – 8 horas	Sonia Morandi e Izabel Castanha Gil Relato de experiência: A Geografia está mais perto de você do que você pensa: uma experiência pedagógica com alunos de cursos técnicos	São Paulo ETEC São Paulo
I Encontro de Professores de Geografia	28/03/1996 – 8 horas	Sonia Morandi	CETEC – São Paulo Sala 11 P
IV Encontro de Professores de Geografia	09/08/1996 – 8 horas	Sonia Morandi	CETEC – São Paulo Sala 11 P
VI Encontro de Professores de Geografia	16/10/1996 – 8 horas	Sonia Morandi	CETEC – São Paulo Sala 11 P
Mesa redonda: O trabalho no mundo globalizado	19/11/1996 – 3 horas	Sonia Morandi Prof. Dr. Ruy Moreira Prof. Dr. Ricardo Antunes	CETEC – São Paulo Sala 11 P
VII Encontro de Professores de Geografia	19- 20/11/1996 – 16 horas	Sonia Morandi	CETEC – São Paulo Sala 11 P
Seminário Cenário Pós-Moderno	26/03/1997 – 7 horas	Silvia de Souza Queiroz e outros	Anfiteatro da FATEC e Museu Lasar Segall
Visita à Volkswagen do Brasil	04/06/1997 – 8 horas	Sonia Morandi	Taubaté/SP

<b>Título do encontro</b>	<b>Data de realização/ duração</b>	<b>Coordenação e especialistas convidados</b>	<b>Local de realização</b>
IV Encontro de Professores de Geografia	26/08/1997 – 8 horas	Sonia Morandi e Izabel Castanha Gil	CETEC – São Paulo Sala 11 P
1º Encontro de Professores de Tecnologia e Meio ambiente	12/02/1998 – 8 horas	Sonia Morandi	ETEC São Paulo – São Paulo
I Encontro de Professores de Geografia	13/03/1998 – 8 horas	Sonia Morandi	ETEC São Paulo – São Paulo
III Encontro de Professores de Tecnologia e Meio Ambiente	28/04/1998 – 8 horas	Sonia Morandi Temas: 1. Gestão dos recursos hídricos em São Paulo: a questão da água. Sabesp 2. Biodiversidade e sua importância. Luiz Eduardo C. Lima. ETE Caçapava.	CETEC – São Paulo Sala 11 P
I Encontro Regional de Professores de Geografia	30/04/1998 – 8 horas	Sonia Morandi	Secretaria Municipal de Cultura – Marília/SP
IV Encontro de Capacitação Docente em Tecnologia e Meio Ambiente	25/06/1998 – 8 horas	Sonia Morandi	CETEC – São Paulo Sala 11 P
III Encontro de Capacitação de Professores de Geografia	29/09/1998 – 8 horas	Sonia Morandi	ETEC São Paulo – São Paulo
V Encontro de Professores de Geografia	27/11/1998 – 8 horas	Sonia Morandi Profª drª Ayr Balestreri Rodrigues/USP	ETEC São Paulo – São Paulo
Encontro de Capacitação Docente em Geografia	05/03/1999 – 8 horas	Sonia Morandi	CETEC – São Paulo Sala 11 P
Encontro de Capacitação em Geografia do Turismo	13/04/1999 – 8 horas	Sonia Morandi Profª Ms. Izabel Castanha Gil Tema: Instrumentalização para a construção de habilidades em cartografia no Ensino de Geografia do Turismo Jaqueline Gil: Formação em turismo – uma visão discente	CETEC – São Paulo

<b>Título do encontro</b>	<b>Data de realização/ duração</b>	<b>Coordenação e especialistas convidados</b>	<b>Local de realização</b>
Curso de Capacitação Docente em Geografia do Turismo – 1ª parte	16/04/1999 – 8 horas	Sonia Morandi	CETEC – São Paulo Sala 11 P
Curso de Capacitação Docente em Geografia do Turismo e Ecoturismo	04/09/1999 – 8 horas	Sonia Morandi Profª drª Adyr Balestreri Rodrigues/USP	CETEC – São Paulo
Encontro: Geografia do Turismo	05/10/1999 – 8 horas	Sonia Morandi	CETEC – São Paulo
Encontro para Capacitação em Geografia do Turismo	25/02/2000 – 8 horas	Sonia Morandi Profª Ms. Izabel Castanha Gil	CETEC – São Paulo
Curso de Cartografia Aplicada ao Turismo	12 e 26/06/2000 – 16 horas	Sonia Morandi Prof. Dr. Marcelo Martinelli	CETEC – São Paulo
Curso em Capacitação Docente em Turismo e Meio Ambiente	11/08/2000 – 8 horas	Sonia Morandi Profª Maria Dalva Oliveira Soares ETEC Campinas	FATEC São Paulo
Encontro de Professores de Tecnologia e Meio ambiente Programa Profissão-CEETEPS e Secretaria de Estado da Educação de SP	30/10/2002 – 4 horas	Sonia Morandi Izabel Castanha Gil	FATEC São Paulo

**Quadro 3** – Participação em encontros de Geografia promovidos pela Cetec, entre 1995 e 2001.

Fonte: Certificados expedidos pela Cetec.

Fonte: Arquivo pessoal de GIL, Izabel Castanha, em 2014.

No texto de Apresentação da reedição revisada do Caderno Experimental de Geografia – Caderno 2 (1998), lê-se:

Durante o ano de 1996, foi desenvolvido o primeiro projeto de Preparação e material Didático de Apoio ao Ensino de Geografia, cujas atividades iam sendo debatidas nos encontros de professores.

Por se tratar de uma proposta curricular inédita para o ensino de geografia nas escolas técnicas, fazia-se necessária a elaboração de material didático de apoio aos professores, em 1997, então, outras propostas de atividades foram apresentadas com temas pertinentes ao programa da segunda série, resultando na montagem deste segundo caderno que se compõe basicamente de duas partes: uma, que apresenta textos de caráter acadêmico, com vistas à construção de conceitos, seguidos de atividades variadas e outra, composta de textos atualizados e informativos, que visam estimular o debate e consequentemente sedimentar os conceitos trabalhados.

Trata-se de um material alternativo, onde os assuntos são mostrados com a seguinte estrutura: apresentação do tema, justificativa, objetivos, fontes de pesquisa, metodologia e avaliação.

Geografia mereceu atenção especial, pois se estendia às três séries do ensino médio, e se constituía na disciplina chave do projeto da Cetec. Em janeiro de 1998, o material preliminar foi impresso em forma de caderno espiral, com o título Caderno experimental de Geografia, sem especificação de editora. Antes dos cadernos, em cada bimestre os professores recebiam cópias impressas. Em 2003, foi publicada a versão final do material, em forma de livro, pela Copidart Editora Ltda., reunindo a proposta para as três séries do ensino médio. A autoria é da professora Sonia Morandi, minha participação é citada na apresentação. Ela é a criadora da metodologia de ensino composta pelo título mais: 1. Justificativa, 2. Objetivos, 3. Interdisciplinaridade, 4. Fontes de pesquisa, 5. Fases de execução e metodologia, e 5. Avaliação.

A publicação das versões experimentais, em forma de cadernos espirais, contou com apoio da FAT (Fundação de Apoio à Tecnologia) e do CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza). O preço do material era bastante acessível e os professores interessados faziam seu contato diretamente com a editora. Por se tratar de material alternativo, a adoção não se constituía numa obrigatoriedade. O acompanhamento das escolas que o adotavam era feito mensalmente, por meio de controle repassado pela editora. De acordo com a relação das escolas impressas na contracapa dos cadernos, em 1999, a rede Paula Souza mantinha 97 escolas, incluindo ETE (Escolas Técnicas) e ETAE (Escolas Técnicas Agrícolas). Atualmente, ambas são denominadas como Etecs (Escolas Técnicas Estaduais).

Os contatos com a editora eram feitos pessoalmente pela professora Sonia Morandi, que, em várias ocasiões, relatou as inúmeras dificuldades de várias naturezas vivenciadas com a mesma. Há registros escritos por ela mencionando algumas das dificuldades. Conforme o combinado, como coautora, minha parte corresponderia a 5% das vendas. O CEETEPS deixava livre os direitos autorais.

Em 29 de junho do ano 2000, em evento realizado no edifício Ramos de Azevedo, ocorreu o lançamento dos livros “Tecnologia e Ambiente” e “Geografia do Turismo” (Figuras 1, 2 e 3). O evento foi bastante prestigiado, com a presença de várias pessoas do *staff* administrativo do CEETEPS (Figura 4).



**Figuras 1 e 2** – Frente e verso do convite de lançamento dos livros de Tecnologia e ambiente e Espaço e Turismo. São Paulo, Edifício Ramos de Azevedo, 29 de junho de 2000.

Fonte: Acervo pessoal de Gil, Izabel Castanha, em 2014.



**Figura 3** – Da esquerda para direita: Professoras Sonia Morandi, Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara e Izabel Castanha Gil, durante o lançamento dos livros Tecnologia e ambiente e Espaço e Turismo.

Fonte: Acervo pessoal de Gil, Izabel Castanha, em 2014.

**Figura 4** – Da esquerda para direita: Secretário Estadual de Meio Ambiente, Antonio Carlos Mendes Thame, Remo Favorini (CEETEPS) e professora Sonia Morandi. Junho de 2000.

Fonte: Acervo pessoal de Gil, Izabel Castanha, em 2014.



Os relatórios que disponho correspondem ao período de 02 de janeiro a 31 de maio de 2000 e de 01 de junho a 31 de dezembro de 2000. O valor unitário dos cadernos girava em torno de R\$ 6,50. Depois dessa data não tive mais contato com a editora, desconhecendo por completo a continuidade das vendas. O Quadro 4 sintetiza os relatórios de vendas do material, no ano 2000.

<b>Período: 02/001/00 a 31/05/2000</b>	<b>Período: 01/06/2000 a 31/12/2000</b>
4957 cadernos, adquiridos por 85 escolas <sup>1</sup> .	920 cadernos adquiridos por 56 escolas.

**Quadro 4** – Demonstração das vendas dos materiais didáticos dos três componentes curriculares.

Fonte: Relatórios expedidos pela Copidart Editora Ltda. do Arquivo pessoal de Gil, Izabel Castanha, em 2014.

Vale ressaltar que os registros, do segundo semestre, referem-se aos cadernos experimentais de Geografia, ao livro “Tecnologia e ambiente”, e ao livro “Geografia do turismo”. A venda dos dois livros ocorreu no segundo semestre, uma vez que foram lançados em 29 de junho de 2000. Analisando a aquisição do material a partir desses registros, conclui-se que o árduo trabalho pedagógico desenvolvido nos encontros com professores não surtiu o efeito esperado. Algumas hipóteses justificam esses resultados: 1) a condição de uso como material alternativo não desafiou os professores a aventurar em fontes mais ousadas; 2) os registros referem-se a um período curto de tempo, logo após o lançamento; 3) não havia um esquema consistente de comercialização e de distribuição, por parte da editora; 4) os meus registros são parciais.

Nas várias conversas informais, a professora Sonia Morandi ressaltou os desencontros entre as estratégias de ação, que dariam continuidade ao projeto iniciado em 1997, com a produção de material didático, e a desmobilização promovida por parte da gestão central, retirando do rol de prioridades a política de produção de material didático. A proposta era dar continuidade aos encontros, de modo a consolidar a implantação da proposta curricular nas escolas técnicas. O eixo estruturante para a disciplina de Geografia era espaço e técnica, considerando a natureza técnica da rede Paula Souza. Em junho de 2000, a imprensa institucional e local divulgam o projeto desenvolvido na Etec Prof. Eudécio L. Vicente de Adamantina, baseada na proposta curricular de Geografia e Tecnologia e meio ambiente.

Em 2001, a Copidart lançou a segunda edição do livro “Tecnologia e ambiente”. Essa obra e o livro “Espaço e turismo” tiveram boa repercussão. Eles são citados nas referências bibliográficas de várias propostas de cursos técnicos, cursos de graduação e até mesmo de pós-graduação. Aparecem nas referências bibliográficas de artigos científicos e em outras fontes. Em vários congressos de turismo o livro compõe as estantes de vendas. A Secretaria de Estado da Educação reeditou o livro “Tecnologia e ambiente” como material básico do Programa Profissões, distribuindo dez mil exemplares em todo o Estado de São Paulo.

<sup>1</sup> Nesse total estão relacionadas seis escolas de outras redes, que não o CEETEPS.

A partir do ano de 2001, não houve renovação do Projeto de HAE para produção de material didático. Em 2002, houve apenas um evento com a nossa participação. Como docente, continuei pondo em prática a proposta curricular que havíamos criado, porém, sem a proximidade anterior entre a sala de aula e os momentos de reflexão.

A interação entre a Cetec e os professores foi se desmobilizando e, consequentemente, perdendo a unidade do grupo. A dispersão das escolas também não favorece a aproximação entre os professores. Aos poucos, cada um voltou a trabalhar de maneira isolada. Por várias vezes conversei com a professora Sonia Morandi por telefone, que informava a imprevisão do retorno do projeto de capacitação. Pouco tempo depois ela passou por problemas de saúde, vindo a falecer em 25 de maio de 2005. Recebi a notícia por telefone, numa ligação do colega Lourenço Magnoni Junior, que também a publicou em <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/listageografia/conversations/messages/29998>.

## Desdobramentos acadêmicos do trabalho

Durante o período em que vigorou o projeto de estruturação e consolidação das propostas curriculares e da produção de material didático para os componentes curriculares coordenados pela professora Sonia Morandi, nossa atuação profissional extrapolou a sala de aula. Foram várias participações em encontros pedagógicos e congressos promovidos por universidades e pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), em que pudemos expor algumas experiências e refletir, academicamente, sobre elas. O Quadro 5 sintetiza esse fato. Nesses eventos apresentávamos os trabalhos desenvolvidos em espaços de diálogo e outras modalidades, além de coordenar minicursos e mediar mesas redondas. Algumas palestras também foram proferidas, sempre abordando os aspectos teórico-metodológicos das propostas curriculares e sua aplicação em sala de aula.

<b>Data</b>	<b>Evento e trabalho apresentado</b>	<b>Local e entidade promotora</b>
Junho 1996	Curso Ensino de Geografia: revendo posturas, tomando decisões Conferência: O ensino de Geografia no segundo grau Izabel Castanha Gil	AGB Seção local Bauru/SP
Setembro 1997	Publicação da atividade pedagógica Inovações tecnológicas neste final de século: modernidade para quem? Izabel Castanha Gil	AGB Bauru/SP Revista Ciência Geográfica nº 8, ano III, p. 41-52
Julho 1998	XI Encontro Nacional de Geógrafos Comunicação livre: Projeto institucional (do CEETEPS) para produção de material didático de geografia para ensino técnico de 2º grau. Sonia Morandi e Izabel Castanha Gil	Vitória da Conquista/BA AGB/UESB

<b>Data</b>	<b>Evento e trabalho apresentado</b>	<b>Local e entidade promotora</b>
29/06/2000	Lançamento dos livros Espaço e turismo e Tecnologia e meio ambiente Sonia Morandi e Izabel Castanha Gil	São Paulo/SP Edifício Ramos de Azevedo
2000/2003	Projeto interdisciplinar Aqui estou, aqui preservo: o meu ambiente é o meu lugar. Izabel Castanha Gil, Eunice Ladeia Guimarães Lima e Maria Bernadete Maranhã	Adamantina/SP ETEC Prof. Eudécio L. Vicente
07/06/2000	Lançamento oficial do programa Cultura Ambiental, em parceria com a Rádio Cultura, 106 kHz, mantida pela FAI (Faculdades Adamantinenses Integradas) Izabel Castanha Gil, Eunice Ladeia Guimarães Lima e Maria Bernadete Maranhã	Adamantina/SP ETEC Prof. Eudécio L. Vicente
Julho de 2000	XII Encontro Nacional de Geógrafos Minicurso: Espaço e turismo – uma proposta de geografia Sonia Morandi e Izabel Castanha Gil	Florianópolis/SC AGB e UFSC
Julho de 2000	XII Encontro Nacional de Geógrafos Espaço de diálogo: Aqui estou, aqui preservo. O meu ambiente é o meu lugar Izabel Castanha Gil	Florianópolis/SC AGB e UFSC
2º trimestre 2000	Publicação da experiência didática Aqui estou, aqui preservo. O meu ambiente é o meu lugar no Encarte Pedagógico da revista Ciência Geográfica nº 22, p. 6-10. Distribuição de 5.000 exemplares no XII ENG. Autoria: Izabel Castanha Gil, Eunice Ladeia Guimarães Lima e Maria Bernadete Maranhã	AGB Bauru/SP
Novembro de 2000	IV Encontro Nacional de Turismo com Base local Proposta Pedagógica de Geografia do Turismo do CEETEPS/SP Sonia Morandi e Izabel Castanha Gil	Joinville/SC IELUSC
2/3/2001	Encontro de Professores de São José do Rio Preto: Educação, Cultura e Espaço Conferência: Ensino de geografia: reflexões teórico-metodológicas Izabel Castanha Gil	AGB Bauru/SP Delegacia de Ensino de São José do Rio Preto

<b>Data</b>	<b>Evento e trabalho apresentado</b>	<b>Local e entidade promotora</b>
02/04/2002	Projeto Circuito Gestão – Módulo IV – Gestão Educacional e Cotidiano nas Escolas - Apresentação do projeto Aqui estou, aqui preservo. O meu ambiente é o meu lugar Izabel Castanha Gil	Osvaldo Cruz/SP Secretaria de Estado da Educação de São Paulo
30/10/2002	Encontro de Professores de Tecnologia e Meio Ambiente Programa Profissão-CEETEPS e Secretaria de Estado da Educação de SP Sonia Morandi e Izabel Castanha Gil	S. Paulo– FATEC Programa Profissão CEETEPS e Secretaria de Estado da Educação/SP
Maio de 2004	XIV Congreso Mundial de Ciencias de la Educación Educadores para una nueva cultura Apresentação do trabalho La radio como instrumento pedagógico y de reflexión em médio a las nuevas tecnologías de la información Izabel Castanha Gil	Santiago/Chile AMSE/AMCE/WAER Facultad de Educacion de la Pontificia Universidad Catolica de Chile

**Quadro 5** – Apresentação de trabalhos acadêmicos em Congressos e Encontros, produções bibliográficas, palestras, minicursos, como desdobramento das propostas curriculares de Geografia, Tecnologia e ambiente e Geografia do turismo da Cetec/CEETEPS.

Fonte: Arquivo pessoal. Gil, Izabel Castanha, em 2014.

## Reflexões (ou inconclusões)

Em sala de aula o trabalho docente deve pautar-se pela autonomia. O professor e seus alunos formam um universo repleto de conteúdo, significado e simbologia, porém, essa unidade dialética – professor/alunos – não deve caracterizar-se pelo isolamento. A sala de aula constitui-se num território específico, porém vinculado a um todo maior, que é a educação. A generalização do termo educação, no entanto, é codificada em ações e instâncias muito bem definidas: o projeto pedagógico da escola, que, por sua vez, deve estar em sintonia com os princípios político-filosóficos da instituição da qual faz parte.

Esta, por sua vez, tem a função de estabelecer as diretrizes e dar o suporte necessário para a sua implementação, incluindo aí o apoio técnico-pedagógico, o acompanhamento e a cobrança de resultados. Esse trabalho de retaguarda proporciona segurança ao professor, pois lhe define parâmetros, aponta desvios e reconhece o esforço.

A autonomia fica por conta da formação docente, criatividade e visão de mundo, algo que o professor não deve abrir mão. Face à complexidade do mundo contemporâneo, marcado pela velocidade e pelas fontes difusas de acesso ao conhecimento, a atuação das equipes técnico-pedagógicas é fundamental. Por isso, o resgate da memória

institucional ganha relevo. A retrospectiva, nesse caso, não se reveste de saudosismo, mas de olhar reflexivo sobre uma trajetória.

O que deu certo pode e deve ser perpetuado, compreendendo a perpetuação como o suceder das ações avaliadas a partir de critérios bem definidos. A correção dos desvios de rumos, bem como a adequação constante aos desafios do presente somente são possíveis quando há memória para que esta atue como um lastro em relação às ações atuais.

Poucas instituições brasileiras têm a cultura do resgate histórico como instrumento avaliativo. As pessoas passam, as instituições ficam. Se bem documentadas, elas tornam-se guardiãs dos processos sociais, uma vez que são elas – as instituições – as protagonistas de muitos desses processos.

Como docente que viveu momentos distintos em relação à atuação da Cetec, destaco a importância do retorno de uma política mais efetiva de acompanhamento do trabalho pedagógico no ensino médio. Se a alma do Centro Paula Souza é a formação técnica, o corpo da instituição é consistentemente formado por jovens que a buscam pelas portas do ensino médio.

Quando o senhor Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917) idealizou e batalhou pela instalação da escola politécnica, certamente, ele partia do pressuposto de que os alunos já tinham concluído a etapa básica de sua formação. Alicerces firmes constituem bases sólidas para voos inimagináveis. O ensino médio constitui-se na etapa final da formação básica, quando se constroem e se consolidam as estruturas do conhecimento formal.

## Referências

### Referência Bibliográfica

DUCROT, Ariane. **A classificação dos arquivos pessoais e familiares**. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2059>. Acessado em 10/06/2014.

IMBERNÓN, Francisco. **La formación y el desarrollo profesional del profesorado: hacia una nueva cultura profesional**. Espanha: Graó, 1998.

MORANDI, Sonia. **De geografia para o pós-médio**. Acesso em 12/06/2014. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/19.pdf>

MORANDI, Sonia. **Espaço e técnica**. São Paulo: Copidart/CEETEPS/FAT, 2003.

MORANDI, Sonia e Izabel Castanha Gil. **Tecnologia e ambiente**. 2ª ed. São Paulo: Copidart/CEETEPS/FAT, 2001.

MORANDI, Sonia e Izabel Castanha Gil. **Espaço e turismo**. 2ª ed. São Paulo: Copidart/CEETEPS/FAT, 2002.

### Fonte:

GIL, Izabel Castanha. **Arquivo pessoal**. Adamantina/SP, 1989-2014.

# QUAL A IMPORTÂNCIA DE SE ESCREVER UMA BIOGRAFIA ALIMENTAR? ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DE TEXTOS BIOGRÁFICOS

**Luiz Fernando Santos Escouto**

Faculdade de Tecnologia Estudante Rafael Almeida Camarinha

## Introdução

A gastronomia segundo Savarin (1989) é um estilo de vida, o resumo do mundo, é a diferença entre o prazer de comer e o prazer da mesa. Segundo Braune (2007), gastronomia é uma arte ou ciência que exige conhecimento e técnica de quem a executa e formação do paladar de quem a aprecia.

A gastronomia antes reservada ao recinto das cozinhas e a publicações, especializações, hoje já frequenta livremente todos os espaços do nosso cotidiano, a tal ponto que atraindo o interesse de um público cada vez maior e dos meios acadêmicos, foi parar nas salas de aulas de cursos superiores (SILVA, 2005).

Comer junto está profundamente associado aos laços afetivos entre os membros de uma família (ASSUNÇÃO, 2008). A memória gustativa é uma forma de memória que representa no nível individual o valor de permanência de vestígios passados (FLANDRIN & MONTANARI, 1998; CORÇÃO, 2006)

A memória pode ser entendida como capacidade de relacionar um evento atual, com um evento passado do mesmo tipo, portanto, como uma capacidade de evocar o passado através do presente (JAPIASSÚ, 1996). Isso é bastante perceptível quando temos experiência de um sabor ou cheiro que percebíamos ou tínhamos enquanto crianças, mais tarde quando adultos ao sentirmos o cheiro ou sabor somos remetidos, voltamos ao passado e invocamos essa lembrança.

Existem lugares da memória, lugares particulares ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independente da data real em que a vivência se deu (POLLAK, 1992). A memória é a forma mais alta da imaginação humana, e não a simples capacidade de recordar. Se a memória se dissolve, conseqüentemente o homem se dissolve.

O Projeto Pedagógico é um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica do Curso. Trata-se da própria concepção do Curso que descreve um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas

nos alunos, além de se constituir em referencial que norteia a construção e a implementação do Curso, o que inclui a metodologia de desenvolvimento das diversas ações visando a mediação entre alunos e professores e entre esses e a comunidade. Assim, o Projeto Pedagógico de um Curso não é a mera organização curricular, pois reflete o posicionamento institucional diante da realidade e do desenvolvimento da área de conhecimento e explicita as diversas ações interdisciplinares dos diversos Cursos da instituição.

O projeto pedagógico exprime, assim, a articulação existente entre a educação superior, o compromisso profissional e as transformações sociais, possibilitando antever as condições de ensino oferecidas. Ele articula e integra todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso, evitando a fragmentação de disciplinas; integra professores e cria conteúdos mais consistentes; permite também avançar na interdisciplinaridade, pois os conteúdos disciplinares passam a refletir aspectos da dialogicidade de forma a evitar a compartimentalização.

Marília é hoje o maior Pólo Industrial de Alimentos do Brasil, sendo uma ótima opção de investimento, que une oportunidades de desenvolvimento econômico a muita qualidade de vida. Através de pesquisa realizada pela FIPE-USP, Marília ficou em 1º lugar em Desenvolvimento do Estado. Foi apontada pela Unicef-ONU como Cidade Amiga da Criança e também reconhecida pelo Instituto Ayrton Senna como cidade Modelo de Educação. É apontada como modelo em estrutura de ensino e como a quarta cidade mais segura do Estado.

Tudo isso fez com que Marília se transformasse em pólo regional, com índice positivo na geração de empregos nas indústrias de alimentos e demais segmentos. Por apresentar este perfil de crescimento na área alimentícia, o Centro Paula Souza instalou uma Faculdade de Tecnologia (FATEC) em Marília, visando qualificar os trabalhadores que atuam no mercado de alimentos e abrindo novas oportunidades a todos que buscam ensino público com qualidade.

A Fatec “Estudante Rafael Almeida Camarinha” (Fatec-Marília) foi criada em 02 de março de 2006, por meio do Decreto Nº 50.575, pelo Governador Geraldo Alckmim e iniciou suas atividades acadêmicas em 22 de março de 2006 com o curso de Tecnologia em Alimentos e possui instalações próprias. Sua missão é “Formar profissionais competentes e éticos, capazes de enfrentar desafios na busca do desenvolvimento tecnológico, social e econômico” (Quadro I).

<b>ATOS LEGAIS REFERENTES AO CURSO</b>	
Criação da FATEC	Decreto nº 50.575/2006
Autorização	Parecer CEE nº 181/2007
Reconhecimento	Portaria CEE/GP nº 154/2007
Área de atuação	Curso Superior de Tecnologia em Alimentos
	Curso Superior de Tecnologia em Mecanização em Agricultura de Precisão
	Pós Graduação em Gestão de Qualidade
	Programa Especial de Formação de Docentes 2011 – Esquema I

**Quadro I** – Atos legais referentes ao curso Superior de Tecnologia em Alimentos, em 2006.

A ideia da introdução da disciplina “Gastronomia” na grade do curso de Tecnologia em Alimentos na Fatec/Marília fez parte do conjunto dos últimos ajustes com relação a entrada de novas disciplinas, que compunha a tarefa de reestruturar e propor o novo currículo do curso. A principal alegação no período era de que a presença da disciplina poderia contribuir para, ao mesmo tempo, gerar uma atualização no currículo, o que favoreceria o diálogo de disciplinas classificadas como básicas e tecnológicas, e porque sendo a gastronomia uma disciplina que vinha de outro eixo tecnológico (hospitalidade, turismo e lazer) estaria em elaboração, numa perspectiva interdisciplinar, um novo olhar sobre o alimento e a alimentação bem como sobre as práticas de consumo, além disso motivar e atrair interessados em prestar o vestibular e, posteriormente, depois de percorrerem as nuances teórico e práticas do curso de tecnologia em alimentos poderiam seguir estudos tecnológicos em nível de extensão e pós-graduação, no Brasil e no exterior.

A disciplina Gastronomia é recente no curso de Tecnologia em Alimentos na Fatec/Marília e data de fevereiro de 2012. Em sua ementa o curso visa preparar os acadêmicos para perceberem a Gastronomia como área interdisciplinar e de interface com a ciência, a tecnologia e a arte, e, por conseguinte, como marco referencial na geração de conhecimentos e saberes correlacionados a cultura alimentar e a educação do gosto. Tem por objetivo oportunizar ao tecnólogo em alimentos a possibilidade de construir uma visão gastronômica amparada nas expressões mais significativas da cultura contemporânea a saber: as ciências humanas, as técnicas culinárias e a arte cinematográfica. Assim os conteúdos são trabalhados e agrupados colecionando encontros que tratam de leituras da Gastronomia através dos aspectos histórico-antropossociológicos e filosóficos. A coleção de encontros favorece a construção de leituras de si a partir da elaboração de biografias alimentares, leituras do outro que tem por base a linguagem do cinema por meio de filmes com foco gastronômico e leituras técnico-culinárias que subsidiam o desenvolvimento e acompanhamento das práticas gastronômicas.

O objetivo do estudo foi analisar as respostas/narrativas a pergunta sobre a importância de se escrever uma biografia alimentar na aula de gastronomia a partir de textos biográficos.

## Material e Métodos

Foram coletadas 39 produções escritas com textos narrativos breves que foram gerados na aula de gastronomia onde foram trabalhados quatro relatos autobiográficos. Em seguida foi proposta aos acadêmicos a questão: Qual a importância de se escrever uma biografia alimentar na aula de gastronomia?

Foi solicitado que os acadêmicos elaborassem seus registros no verso do instrumento de coleta de dados intitulado “pauta gastronômica”. O procedimento para a seleção dos textos foi o sorteio aleatório e, foram selecionados seis. Os nomes dos acadêmicos são fictícios.

A análise narrativa dos textos gerados foi baseada nas leituras expressas por Amon & Menasche (2008) e Figueiredo (2011), que auxiliaram na construção de uma perspectiva

sobre a narrativa “alimentar”, e as leituras de Carvalho (2003), Reis & Antonello (2006) e Santos & Dalto (2012) que discutiram a análise narrativa como metodologia.

## Resultados e Discussão

Segundo Bolívar (apud Santos & Dalto, 2012) ao analisar narrativas na área da educação matemática afirmou que o objetivo da análise narrativa é produzir uma narrativa que apresenta sutilezas, singularidades dos dados que são produzidos por meio de um relato que oferece detalhes e peculiaridades do modo como os alunos produzem significados e constituem objetos que não podem ser expressos em definições, enunciados factuais ou proposições abstratas, como é o raciocínio lógico formal. Para Bolívar (apud Santos & Dalto, 2012) a narrativa se caracteriza como:

[...] a qualidade estruturada da experiência entendida e vista como um relato; por outro (como enfoque de investigação), as diretrizes e formas de construir sentido, a partir de ações temporais e pessoais, por meio da descrição e análise de dados biográficos.

Garnica (apud Santos & Dalto, 2012) afirma que a narrativa:

[...] expressa o que é possível dizer, num mundo onde esses ditos ressoam. As narrativas, registros da ação, permitem compreender algumas das crenças segundo as quais as pessoas agem. Permitem compreender que não há manutenção eterna nem alteração frequente: mostram que mantemos hábitos no esforço de rompê-los, que afirmamos querer romper hábitos para que possamos mantê-los. Ao fim e ao cabo, mostram que vivemos num mundo no qual esses discursos têm lugar e, de um modo ou outro, fazem sentido.

O modo narrativo de produzir conhecimento segundo Bolívar (apud Santos & Dalto, 2012) funciona

[...] por meio de uma coleção de casos individuais nos quais passa-se de um para outro, e não de um caso específico para uma generalização. A preocupação não é identificar cada caso em uma categoria geral; o conhecimento vem por analogia, de onde um indivíduo pode ou não ser similar a outros. O que importa são os mundos vividos pelos entrevistados, os sentidos singulares que expressam e as lógicas particulares de argumentação que apresentam.

Segundo Carvalho (2003) o auto-relato pode ser tomado como um *locus* privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural. A biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária. Diz a autora que cultural ou individualmente o relato biográfico como ato narrativo proporciona ao sujeito sempre uma nova oportunidade de se apresentar, recontar e reposicionar-se, tecendo e retecendo a *intriga*, sob os limites da discordância do destino, do tempo e do desconhecimento de si mesmo.

Ao contar as suas histórias, as pessoas podem expressar sua identidade, relações e emoções. Além disso, podem ordenar e orientar eventos da vida e, em alguns casos, obter uma nova perspectiva desses eventos e podem resolver, freqüentemente, problemas. Assim, a comunicação de histórias reveladoras é considerada um impulso humano

natural. Seja qual for a abordagem utilizada, a função da análise narrativa é considerar o potencial das histórias para dar significado às vidas das pessoas e o tratamento dos dados como histórias (TORODE, apud Reis & Antonello, 2006).

Segundo Figueiredo (2011) o contar histórias é uma das formas pelas quais os sujeitos e as comunidades compreendem seu passado, seu presente e seu futuro. Nessa discussão da narrativa suscitam questões de como as narrativas sobre a comida (re) constroem a vida dos sujeitos, o que complexifica a questão, pois requer outro tipo de abordagem.

Partiu-se de produções escritas e foi construída uma narrativa que se constituiu na articulação de características, particularidades e sutilezas a respeito do modo como os acadêmicos trabalharam com a questão proposta na aula de gastronomia. Abaixo são apresentados os textos narrativos breves que foram selecionadas para análise.

Para Santos a importância de escrever uma biografia alimentar é “[...] que ela traz momentos inesquecíveis onde a família está presente a mesa, com variados cardápios e com a simplicidade de cada prato. Momentos que ficam na memória para sempre”.

A acadêmica relata que escrever passa pelo recordar momentos em família à mesa, no consumo de comidas simples que ficaram na memória. DaMatta (1987) afirma “que saudade de falar aquela língua que é como o ar que eu respiro e de comer aquela comida que, além de me nutrir, traz à tona gostos e cheiros que estão enfiados dentro do meu ser”. Para Souza a importância de escrever uma biografia alimentar reside:

“[...] na descrição das sensações e lembranças que se teve e ressaltar os hábitos, costumes e a questão cultural que vem se perdendo ao longo do tempo, já que muitos alimentos e preparações vêm sendo substituídos por industrializados pela facilidade e acessibilidade, levando-se em consideração que nós temos cada dia menos tempo para nos dedicar à cozinha”.

Para Silveira a importância de escrever uma biografia alimentar é:

“[...] uma forma de resgatar lembranças muitas vezes perdidas, trazer a memória momentos em família, conversas, uma forma de resgatar a história, infâncias, momentos únicos e bons. Saber de onde veio e lembrar o porquê de certas características pessoais”.

Em ambos os relatos, ao narrarem a importância da lembrança para a memória, nos escritos ganham valor hábitos e costumes que tentam resgatar a história singular vivida da infância à vida adulta em família, contudo, a comida moderna parece já não mais servir como espelho. Assim, segundo Amon e Menasche (2008) a relação que se estabelece entre a comida e a memória estão fundamentadas na ideia de que a comida tem uma dimensão comunicativa. A comida constitui assim um veículo para manifestar significados, emoções, visões do mundo e identidades. Para Bernardo (apud Figueiredo, 2011) lembrar e narrar são ações que ocorrem simultaneamente. Em outras palavras elas são indissociáveis.

Para Azevedo a importância de escrever uma biografia alimentar se traduz num “[...] conhecimento do seu próprio eu, de suas lembranças. Saber profundamente o que se está comendo em uma refeição”.

Ao relatar sobre o saber o que se come numa refeição relacionada ao conhecer-se, fica nítida a importância do escrever como tradução da construção subjetiva da identidade. Para Pollak (1992) há uma relação entre memória e a própria identidade, sendo a memória um fenômeno construído consciente ou inconsciente, como resultado do trabalho de organização individual ou socialmente. Do mesmo modo Carlos (2009), define a identidade como uma imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela mesma, a imagem que ela constrói e apresenta a outros e a si própria, onde o sujeito acredita na sua representação e também da percepção que este quer que os outros tenham de sua vida e identidade.

Para Valenciano a importância de escrever uma biografia alimentar consegue:

“[...] trazer a lembrança do passado para o presente em pequenos detalhes, que vão desde uma simples refeição, [...] um bate-papo onde está reunida toda a família em volta de uma mesa farta ou não. Mas a simplicidade de se fazer um bom prato com toque simples é que fica na memória para sempre e, quando lembramos nos enche de emoção e alegria. Tempos que não voltam mais.”

A importância de escrever reside na capacidade de revisitar o passado, que atualizado está presente em breves porções junto à família em torno da mesa, porque enquanto se deliciam fortalecem os vínculos, ao conversarem refazem o memorial narrativo do simples e seus nuances. Por isso para Bernardo (1998) a narrativa é a expressão da memória, (...) e elementos novos são constantemente incorporados tornando-se próprios de uma determinada narrativa, muitas vezes, a narrativa vai além, incorporando como memória, situações vividas ou imaginadas pelo “outro” e narradas como se as tivesse vivido, uma vez que há concordância e coerência com os seus pensamentos, pois a narrativa não se interessa pelo puro em si como a informação, e sim por essas construções de si que o sujeito faz bem como da representação de sua identidade. Do mesmo modo para Figueiredo (2011) o ato de comer junto – é um comportamento não automático que se liga de modo muito íntimo à nossa sobrevivência e às nossas emoções. Mesmo por circunstâncias impositivas os hábitos alimentares continuam sendo veículos de profunda emoção e carregada de profundos laços afetivos que podem ser levados na memória.

Para Lima a importância de escrever uma biografia alimentar se deve ao fato:

“[...] de nos remeter, principalmente, às lembranças do passado, coisas comuns como almoço em família, cada vez mais raro, e que nos permite refletir sobre nossas atitudes e comportamentos nos dias atuais. Resgatar valores, princípios, cultura e tradição familiar fazem parte de uma boa biografia alimentar e fortalecem os sentimentos e a memória.”

Segundo o relato, a importância de escrever contempla ao mesmo tempo as lembranças de um passado que já não mais existe e faz parar e pensar o que aconteceu com o comportamento alimentar não só daquilo que pode ser percebido no imediato, mas toda a cultura e nela a herança culinária, tradição e memória que puderam ser trazidos à consciência. Segundo Bosi (apud Figueiredo, 2011) a memória aparece como uma força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

Para Figueiredo (2011) o caldo básico da relação entre comida e memória é a cultura. Desta maneira podemos compreender que os alimentos não são apenas comidos, mas também pensados.

Assim para Neto (apud Figueiredo, 2011) o resgate do passado pela memória é o ponto de partida para o conhecimento. Produzir uma história de vida, e dar a ela a forma de uma biografia não se limita somente ao ato de registrar uma narrativa. Esse talvez seja o que há de mais visível ao se narrar uma vida. Ao narrar sobre a vida, toca-se em questões profundas, pois, mesmo sem perceber e sem conhecer os domínios ou os seus modos de uso, nos sentimos intuitivamente confrontado a alguma coisa que se diz respeito à esfera íntima e privada.

Para Santos a importância de escrever uma biografia alimentar está nos:

“[...] relatos ligados à degustação que foram percebidos, embora o tempo possa querer amortecer essas lembranças, a documentação é algo que possa ser relatada e que quando lida, irá trazer à tona aqueles momentos passados.”

No relato do acadêmico a importância de escrever parte do que se percebe na degustação, e que por meio do registro de lembranças como documento de história de vida, faz ressurgir o passado através de momentos. Assim Ackerman (apud Figueiredo, 2011) e Demeterco (1998) afirmam que a comida é “grande fonte de prazer, um mundo complexo de satisfação, tanto fisiológica quanto emocional, que guarda grande parte das lembranças de nossa infância”.

A comida é uma linguagem que agrega representações que retrata a família, principalmente a mulher como mãe e dona-de-casa, repleta de simbolismos presente nas formas de comer (RIBEIRO, apud Figueiredo, 2011).

Amon & Menasche (2008) argumentam que a voz da comida cotidiana, em contraposição à comida dos rituais, narra negociações de sentido e afirma a identidade de uma comunidade tanto quanto as suas transformações, em decorrência da convivência com outros grupos sociais. As histórias que a comida de um outro lugar conta no lugar que a hospeda resgatam a memória do lugar de origem. Ao mesmo tempo em que reafirmam e reconstróem essa memória para gerações futuras da comunidade, as narrativas da comida podem incorporar novos traços à memória. As narrativas da comida sedimentam e transformam a identidade, o sistema de pertencimentos e as visões de mundo da comunidade no novo contexto. Tratamos, portanto, da memória social e daquilo que a memória singular pode resgatar dela.

## Considerações Finais

Uma característica presente em várias produções, cada uma com sua singularidade e maneiras de lidar com o enunciado da pergunta, foi a utilização de uma estratégia pessoal para responder e abordar sobre o tema.

Focando a sutileza da resolução descrita pelo acadêmico, foi realizada uma leitura do modo como se produziu o significado para essa parte do enunciado e como

escreveu sua resposta, transformando a pergunta e seguindo a sua lógica particular de pensar.

A análise narrativa se apresenta como uma estratégia metodológica ainda em construção, pelo menos em trabalhos de análise de produção escrita. Os trabalhos encontrados que analisaram produções escritas de acadêmicos, por meio dessa abordagem, ressaltaram que cada acadêmico tem um modo idiossincrático de lidar com o enunciado proposto.

Construiu-se um relato a respeito das particularidades de alguns acadêmicos por meio de uma leitura de sua produção escrita tendo como foco as singularidades, as particularidades, as lógicas particulares de cada produção.

Por fim, a forma expressa nas respostas narradas à pergunta sobre a importância de se escrever a biografia alimentar representou um modo particular de como o processo pedagógico, que procurou ser sensibilizador, foi realizado em nível de sala de aula, e como por meio das lembranças alimentares, os acadêmicos inscreveram na memória gustativa suas histórias de vida.

## Referências Bibliográficas

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social.

**Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2008.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. Comida de mãe: notas sobre alimentação, família e gênero. **Cader-  
no Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 19 n. 01, jan./jul. 2008.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São  
Paulo**. São Paulo: EDUC: Fapesp, 1998.

BRAUNE, Renata; FRANCO, Silva C. (2007). **O que é Gastronomia**. São Paulo. Brasiliense, 2007.

BRILLAT– SAVARIN, Jean– Anthelme. **A fisiologia do gosto**. Trad. Enrique Raul Renteria Guimarães.  
Rio de Janeiro: Salamadra, 1989.

CARLOS, Suely Alves de. **Identidade, memória e gênero nas obras literárias de Orlanda Ama-  
rilis e Clarice Lispector**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARVALHO, I. C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica.  
**Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 283-302, 2003.

CORÇÃO, M. **Memória gustativa e identidade: de Proust à cozinha contemporânea**. Curitiba,  
UFPR, 2006. Artigo.

DAMATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O correio**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 7,  
22. jul. 1987.

DEMETERCO, S. M. da S. **Doces lembranças: cadernos de receitas e comensalidade**, Curitiba: 1900-  
50. 1998. 190 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998. 190 f.

FIGUEIREDO, Samira Coutinho. **Comida como narrativa: histórias de vida sobre experiências ali-  
mentares ao longo da vida**. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Escola de  
Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Dir.). **História da alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo (1996). **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992.
- REIS, D. G. dos. & ANTONELLO, C. S. Ambiente de mudanças e aprendizagem nas organizações: contribuições da análise da narrativa. São Paulo. **Gestão.org**, v. 4, n. 2, p. 1-18, 2006.
- SANTOS, J. R. V. dos & DALTO, J. O. Sobre análise de conteúdo, análise textual discursiva e análise narrativa: investigando produções escritas na Matemática. Rio de Janeiro. **ANAIS DO V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**. p. 1 – 20, 2012.
- SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne seca**: um tripé culinário no Brasil colonial. São Paulo: Senac, 2005.

# DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E HISTÓRIA: O CASO DO TÉCNICO EM INFORMÁTICA (PROCESSAMENTO DE DADOS)

**Fernanda Mello Demai**  
**Marcio Prata**

Unidade de Ensino Médio e Técnico

---

## Propósitos e fundamentação

Este trabalho objetiva difundir algumas das principais práticas de elaboração e de reelaboração curricular do Centro Paula Souza (CPS), tendo em vista as necessárias adequações dos cursos técnicos e dos cursos tecnológicos às demandas socioprofissionais e políticas, de acordo com sua historicidade.

Será aprofundada a discussão curricular no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as transformações diacrônicas da habilitação profissional técnica de nível médio de Técnico em Informática, anteriormente denominada Técnico em Processamento de Dados, a partir dos respectivos paradigmas legais e ideológicos, desde os anos das décadas de 1980 até o atual ano de 2014.

Serão apresentados também alguns aspectos da organização metodológica e administrativa de elaboração e de reformulação curricular, incluindo as parcerias entre o setor produtivo e o Centro Paula Souza, visando a um trabalho curricular conjunto e direcionado às reais necessidades da sociedade e do mundo do trabalho.

Além de um breve recorte desses paradigmas legais dos anos de 2000, será feito um resgate da mudança curricular, sob abordagem diacrônica, tomando-se alguns referenciais e diretrizes curriculares regulamentadoras de cursos técnicos nos anos das décadas de 1980 e de 1990, com estudo de caso voltado para alguns aspectos do oferecimento da habilitação profissional de Técnico em Processamento de Dados.

A concepção de currículo escolar em educação profissional (EP), neste início de século XXI, no CPS, pode ser definida basicamente como a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, de atribuições, de atividades, de competências, de habilidades e de bases tecnológicas, organizados em componentes curriculares, a fim de atender objetivos bem delimitados.

O currículo é, etimologicamente, o “caminho”, ou seja: a trajetória que percorrem educandos e educadores, em um meio sociopolítico e cultural, o qual interfere, determina e é determinado pelas práticas educativas.

No currículo escolar, tem-se, dessa forma, a sistematização dos conteúdos educativos planejados para um curso ou disciplina, que visa à orientação das práticas pedagógicas e administrativas da escola, de acordo com as filosofias subjacentes a determinadas concepções de ensino, de educação, de História e de cultura, elaborada conforme leis e diretrizes oficiais.

O currículo não é e não pode ser entendido como imparcial, pois está totalmente atrelado às ideologias e ao pensamento de uma época.

Neste artigo, em um estudo de transformação histórica de um curso técnico, o recorte temporal é relativamente recente, mas verificam-se mudanças políticas e sociais determinantes do processo de ensino-aprendizagem, evidenciando a relação entre currículo e sociedade.

Atualmente considerar as relações entre currículo e cultura é primordial, não obstante a importância do conhecimento escolar (científico, tecnológico).

No Centro Paula Souza, a importância dos aspectos culturais no currículo é manifestada na Educação por Projetos, na organização da Feira Tecnológica do Centro Paula Souza (com projetos interdisciplinares), nos trabalhos de conclusão de curso obrigatórios, no aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores e na própria educação por competências profissionais, cuja ênfase é a atuação profissional para a solução de problemas reais do mundo do trabalho e da vida do cidadão, ancorada historicamente, socialmente e politicamente, ou seja, contextualizada, com vistas à eficiência e à eficácia da Educação Escolar e ao desenvolvimento da autonomia do educando. A cultura é o fator comum entre sociedade, ideologia, História e conhecimento.

O currículo deve ser analisado, planejado, desenvolvido e avaliado em uma perspectiva multicultural e interdisciplinar, evitando-se a fragmentação e a descontextualização de conhecimento, a criação aleatória de componentes curriculares, a avaliação puramente somativa, classificatória e meritocrática – e, por conseguinte, a exclusão e a ineficácia da Educação Escolar.

A todo currículo, além de uma ideologia, subjaz uma metodologia, ou seja, o conjunto de procedimentos executados para o planejamento curricular e também para sua implantação, de acordo com aspectos e diretrizes legais.

A metodologia curricular pode ir além das diretrizes propostas por instâncias governamentais, com a observação de outros segmentos da sociedade.

Para a Educação Profissional e Tecnológica, temos observado uma melhoria significativa nas diretrizes legais, federais e estaduais, como sua inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Capítulo da Educação Básica (LDB, Capítulo II, “Da Educação Básica”): “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art. 22)

Além disso, no disposto para o Ensino Médio, há uma preocupação com o preparo para o trabalho e para a vida cidadã:

[...] O Ensino Médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas

[...] A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

[...] A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida da seguinte forma:

I. articulada com o ensino médio

II. subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

[...] A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I. os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II. as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III. as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico (LDB, Seção IV – Ensino Médio, Seção IV-A – “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”)

Com essa inclusão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na LDB, os sistemas e redes de ensino profissional ganham força, assim como se evidencia a necessidade, cada vez maior, de formação profissional, primordialmente em concomitância com o Ensino Médio.

Historicamente, houve obrigatoriedade do ensino profissional na Educação Básica, assim como houve ruptura dessa obrigatoriedade e separação do Ensino Médio da possibilidade de formação profissional.

A partir de 2004, reencontram-se na legislação as duas possibilidades: Educação Profissional Técnica de Nível Médio concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, ou seja: articulada com o Ensino Médio.

Neste trabalho, vamos abranger dois momentos históricos: de uma formação profissional integrada ao ensino médio, concomitante (anterior ao Decreto Federal Nº 2208/ 1997) e um momento posterior, a partir do Decreto Federal Nº 5154/ 2004, em que são previstas as duas formas de oferecimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: concomitante e subsequente.

Além das diretrizes legais para a Educação, prioriza-se, no Centro Paula Souza, um olhar para a produção de outras instâncias governamentais, como o Ministério do Trabalho e Emprego, que organiza e disponibiliza uma Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), cujo principal objetivo é dar parâmetro a contratações e à própria dinâmica de cargos e ocupações no Brasil, regulamentando o exercício de profissões.

Em nosso país, os Ministérios da Educação (incluindo a Educação Profissional) e o Ministério do Trabalho e do Emprego não estão unificados, nem os seus produtos (diretrizes curriculares e catálogos de ocupações). A nosso ver, faz parte de uma metodologia de planejamento curricular eficaz a união desses dois aspectos, a Educação e o Trabalho

– e isso deve ser uma iniciativa de cada instituição ou rede de ensino, pois para o âmbito federal o Ministério do Trabalho e do Emprego não regula Educação Profissional e Tecnológica – nem planejamento, nem desenvolvimento nem gestão curricular.

Muito recentemente, nota-se, nos instrumentos disciplinadores do Ensino Técnico, algumas referências à CBO, o que é uma iniciativa ainda incipiente, mas que deve ser destacada por sua pertinência à elaboração de currículo da Educação Profissional e Tecnológica.

A metodologia atualmente utilizada pelo Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac), um departamento da Unidade de Ensino Médio e Técnico do CPS, criado especialmente para estudar e desenvolver currículo, parte primordialmente da pesquisa dos perfis e das atribuições profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho – e na seleção de competências, de habilidades e de bases tecnológicas, de acordo com os perfis profissionais e com as atribuições. Consulta-se o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação – MEC (CNCT – MEC) para adequação da nomenclatura da habilitação, do perfil profissional, da descrição do mercado de trabalho e da possibilidade de temas a serem desenvolvidos. Posteriormente, são estabelecidos os componentes curriculares e as respectivas cargas horárias, de acordo com as funções do processo produtivo.

Esses componentes são construídos a partir da descrição da função produtiva subjacente à ideologia curricular, bem como pelas habilidades (capacidades práticas), pelas bases tecnológicas (referencial teórico) e pelas competências profissionais, a mobilização das diretrizes conceituais e das pragmáticas.

Para a construção curricular, uma das principais fontes é também a descrição de cargos/ funções do próprio mercado de trabalho, representado pelas instituições parceiras, tanto públicas, como privadas.

No CPS, o trabalho de “Laboratório de Currículo” é sistemático, desde 1999. Entendemos aqui por “Laboratório de Currículo” o processo e os produtos relativos à pesquisa, ao desenvolvimento, à implantação e à avaliação de currículos escolares pertinentes à Educação Profissional técnica de nível médio.

Os currículos da educação profissional técnica de nível médio, em estágio imediatamente anterior, eram organizados por áreas profissionais, contemplando as respectivas competências profissionais, habilidades e bases tecnológicas, segundo o modelo dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, dos anos de 2000. Foram, também, organizados cursos de especialização profissional técnica de nível médio, vinculados a determinada(s) habilitação(ões) profissional(is), para dar atendimento às demandas do mercado de trabalho.

Com a publicação do Parecer CNE/ CEB nº 11/ 2008 e da Resolução CNE/ CEB nº 03/ 2008 (alterada pela Resolução CNE/ CEB nº 4/ 2012), que disciplinou a instituição e a implantação do CNCT– MEC nas redes públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, o projeto do “Laboratório de Currículo” passou por uma adequação ao novo paradigma de organização de cursos por eixos tecnológicos (e ruptura do paradigma da

organização de cursos por áreas profissionais), com vistas a uma maior interdisciplinaridade entre os campos do saber, com a flexibilização dos limites da abrangência e do número de áreas profissionais: os eixos tecnológicos mobilizaram mais de uma área profissional como categorias organizadoras dos cursos técnicos.

Dentre os paradigmas legais e histórico-ideológicos, que mudaram o percurso do oferecimento e dos mínimos curriculares estabelecidos para a habilitação profissional de Técnico em Processamento de Dados, serão utilizados o Parecer do Conselho Nacional de Educação do antigo Ministério da Educação e do Desporto Nº 579 de 1997 e o Parecer do extinto Conselho Federal de Educação Nº 2.467, de 1973.

## Discussão e resultados

Para uma análise aprofundada da evolução histórica do currículo do Técnico em Informática, é necessário observar, primeiramente, a definição da sua denominação inicial, o Técnico em Processamento de Dados. De acordo com o Dicionário Houaiss (2010, p. 629), a definição dessa terminologia é atribuída ao “tratamento sistemático de dados, através de computadores, para a obtenção de um determinado resultado”. Tal definição precisa nos leva, portanto, ao profissional que, por meio do aprendizado de técnicas de programação e de estrutura de dados, desenvolve sistemas para as mais diversas necessidades organizacionais.

Nas décadas de 1980 e 1990, o ensino dos alunos de Técnico em Processamento de Dados, no CPS, era focado em quatro principais temas: Organização de Empresas, Estatística, Contabilidade e, por fim, Processamento de Dados – este último trazia as disciplinas de caráter puramente técnico ao curso. Todos esses temas recebiam uma abordagem focada, também, na Matemática. Notava-se assim a preocupação que a instituição já possuía, através da história, em não apenas formar profissionais operacionais, mas que tivessem capacidade de desenvolver-se como cidadãos e empreendedores.

O profissional em Processamento de Dados, saindo dos limites de sua própria definição dicionarística, gerencia e configura sistemas complexos e desenvolve programas não só para computadores, mas para outros dispositivos, além de dominar a língua inglesa (tendo em vista que os comandos e linguagens são predominantemente desenvolvidos em inglês), além de ser um profissional multitarefa, pois, para atender às necessidades das organizações, precisa conhecer os diversos segmentos do comércio e da indústria.

Essa observação mostra que, embora o currículo estivesse alinhado com as necessidades da época, sua nomenclatura tornou-se limitadora ao próprio profissional, conforme constatação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica:

2. Com o decorrer dos anos, as inovações tecnológicas foram incorporadas ao currículo do referido curso de forma a atender o perfil profissional, caracterizando como Técnico em Informática e não apenas em Técnico em Processamento de Dados.

[...] 4. Constata-se, diante disso, que a nomenclatura “Técnico em Processamento de Dados” não corresponde ao perfil atual do técnico, omitindo seu potencial para enfrentar os desafios do mercado de trabalho nessa área. (MINISTÉRIO DA EDUCACAO E DESPORTO, 1997)

Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação de Nível Técnico, do Ministério da Educação, reforçam a abrangência e da atuação do profissional, dando à Informática um *status* de área profissional, uma categoria organizadora de várias habilitações profissionais (e não um único curso), reforçando a alteração de nomenclatura ocorrida em 1997:

O curso técnico de Informática deve profissionalizar o indivíduo, permitindo-lhe compreender o funcionamento do computador, suas possibilidades de configuração, criação de programas e integração com outras áreas. Para atingir este objetivo, conhecimentos adquiridos na educação básica também são importantes.

[...] Por outro lado, a demanda pode requerer técnicos de Informática com conhecimentos mais específicos de uma dada área profissional, como é o caso de gestão, indústria, telecomunicações, geomática, etc. Nesses casos são múltiplas as possibilidades que a escola tem para oferecer cursos técnicos de Informática aplicada a processos produtivos específicos: módulos comuns com o curso de outra área, parceria com outra escola especializada, módulos de especialização, regime de aprendizagem em alternância com empresas, etc. (MEC, 2000, p. 4-5)

Por fim, outro importante instrumento para o desenvolvimento curricular, a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – já citada no presente artigo, mostra a amplitude da atuação do profissional Técnico em Informática, representado pela família 3171 – Técnicos em desenvolvimento de sistemas e aplicações:

Desenvolvem sistemas e aplicações, determinando interface gráfica, critérios ergonômicos de navegação, montagem da estrutura de banco de dados e codificação de programas; projetam, implantam e realizam manutenção de sistemas e aplicações; selecionam recursos de trabalho, tais como metodologias de desenvolvimento de sistemas, linguagem de programação e ferramentas de desenvolvimento. Planejam etapas e ações de trabalho. (CBO)

Partindo para uma análise do ponto de vista curricular, o ensino da Informática contemporâneo continua tendo como foco o ensino da lógica de programação e algoritmos, das linguagens contemporâneas e de estrutura de dados. Porém, como já mencionado anteriormente, o desenvolvimento do profissional no CPS é orientado por meio de projetos, com recursos que agregam ao currículo uma abrangência que não existia em tempos anteriores. Os alunos de Processamento de Dados – anos 80 e 90 – e de Informática realizavam, até o ano 2000, o Estágio Profissional supervisionado (Deliberação CEE N.º 23/83 e Lei Federal N.º 9394/96), obrigatório, possibilitava ao aluno a necessária experiência profissional. Atualmente, em vez do estágio, são oferecidas práticas que estimulam a interdisciplinaridade e o trabalho em equipe, que trazem situações do mundo do trabalho ao cotidiano do aluno, junto dos docentes e de colegas em diferentes níveis de progresso na aprendizagem. Essas transformações, assim, impactaram de forma positiva na qualidade do curso ofertado pelo Centro Paula Souza ao longo dos últimos anos.

Assim, o Plano de Curso de Técnico em Informática, organizado pelo primeiro processo de Laboratório de Currículo, com implantação no ano de 2001, desobrigava o aluno

a realizar o Estágio Supervisionado e trazia “disciplinas” específicas para as necessidades de seu período, tais como Tecnologia e Meio Ambiente, e Arquitetura e Computadores e Redes.

A constante atualização do setor trouxe, ainda, mais três atualizações curriculares para o Centro Paula Souza, alinhando a formação dos profissionais com o surgimento das principais tecnologias que seriam tendências mundiais. Assim, em 2003, o Técnico em Informática passava a operar e configurar aplicativos que demandavam utilização da Internet (além de outras atualizações do currículo, como maior direcionamento das competências, habilidades e bases tecnológicas por componente curricular).

Com a publicação do Parecer CNE/ CEB Nº 11/ 2008 e da Resolução CNE/ CEB Nº 03/ 2008 (alterada pela Resolução CNE/ CEB Nº 4/ 2012), que disciplinou a instituição e a implantação do CNCT – MEC nas redes públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, o projeto do “Laboratório de Currículo” passou por uma adequação ao novo paradigma de organização de cursos por eixos tecnológicos (e ruptura do paradigma da organização de cursos por áreas profissionais), com vistas a uma maior interdisciplinaridade entre os campos do saber, com a flexibilização dos limites da abrangência e do número de áreas profissionais: os eixos tecnológicos mobilizaram mais de uma área profissional como categorias organizadoras dos cursos técnicos. Então, em 2009, o curso foi reformulado no Gfac passou a desenvolver o já citado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além das novas tecnologias e linguagens que foram implantadas no currículo (tendo em vista que a última atualização havia sido concluída em 2003).

Já em 2011, o CPS passou a oferecer o curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, tendo em vista que, até 1999 o curso foi oferecido como Técnico em Processamento de Dados Integrado ao Ensino Médio, sendo interrompido a partir Decreto Nº 2208, de 17 de abril de 1997 (revogado pelo Decreto Nº 5.154, de 2004).

No ano seguinte, o curso concomitante ao Ensino Médio foi novamente reformulado e, dentre as principais novidades no currículo, estão dois componentes curriculares específicos de Segurança Digital e de Programação para Mobilidade – que abordam o desenvolvimento de sistemas para celulares, *smartphones* e *tablets* – tendências consolidadas no mercado atual e do futuro.

Por fim, no ano de 2014, o Centro Paula Souza iniciou um novo curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, de acordo com a nova legislação vigente para o Ensino Médio e que, também, contém as principais ferramentas e linguagens, além da Programação para Mobilidade, que já era oferecida no curso concomitante.

Atualmente são ministradas, também, as seguintes Especializações Profissionais para os concluintes do curso de Técnico em Informática:

- Desenvolvimento de Aplicativos para *Smartphones*;
- Desenvolvimento e Produção *Mainframe*;
- *Java-WR (WebSphere/Rational)*;

Para ilustrar as análises, apresentamos a seguir as matrizes curriculares que apresentam as transformações curriculares sofridas pelo curso nas últimas três décadas:

CURSO SUPLETIVO - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - HABILITAÇÃO: TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS									
LEGISLAÇÃO	MATÉRIAS	COMPONENTES CURRICULARES	TM	PERÍODO NOTURNO			C.H.		
				MÓDULO	1 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>		3 <sup>o</sup>	Cred
MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE PARECER CEE 2467/73 E DELIBERAÇÃO CEE 23/83	ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATÍSTICA CONTABILIDADE	Organização de Empresas	D		2	2	4	72	
		Estatística	D	2			2	36	
		Contabilidade	D			3	3	54	
	PROCESSAMENTO DE DADOS	Fund. de Proce.de Dados	D	2	2	2	6	108	
		Técnicas de Programação	D	6	6	6	18	324	
		Ling. de Programação	D	6	6	6	18	324	
		Técnicas de Operação	D	4	4	4	12	216	
		Tec. de Sist.de P de Dados	D	2	2	2	6	108	
	Int. aos Sist. Operacionais	D	2	2	2	6	108		
	ESTÁGIO PROFISSIONAL							180	
SUB-TOTAL				24	24	27	75	1800	
DELIBERAÇÃO CES 18/72	Matemática		D	2	2		4	72	
SUB-TOTAL					2	2		4	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				26	26	27	79	1872	

Fonte: Arquivo Permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

A “grade curricular” anterior apresenta um curso de “Qualificação Profissional IV” de Técnico em Processamento de Dados, válida para turmas iniciadas de 1989 a 1995. Esse curso dava habilitação profissional ao egresso do Ensino Médio.

CURSO DE 2º GRAU							
Início: 2º Sem./97							
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL IV - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL PLENA. TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS							
LEGISLAÇÃO	MATÉRIAS	COMPONENTES CURRICULARES	PERÍODO DIURNO/ NOTURNO				C.H.
			Nº DE TERMOS: 63				
			2º/97	1º/98	2º/98	TOTAL	TOTAL
L E 1 F E D E R A L PARECER CFE 2467/73	ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATÍSTICA CONTABILIDADE	Organização de Empresas	2	2		4	76
		Estatística		3		3	60
		Contabilidade	2	2		4	76
	PROCESSAMENTO DE DADOS	Fund. de Proce.de Dados	5			5	90
		Técnicas de Programação	4	4	5	13	252
		Ling. de Programação	5	5	5	15	290
		Técnicas de Operação		5	5	10	200
		Tec. de Sist.de Proc. Dados	2	2	4	8	156
	Int. aos Sist. Operacionais		5		5	90	
	ESTÁGIO PROFISSIONAL						
TOTAL DE HORAS DO MÍNIMO PROFISSIONAL			25	23	19	67	1890
5692/71 DEL CEE 33/ 83	ALÍNEA “C” ART. 5º LEI 5692/71	Banco de Dados			2	2	40
		Inglês			2	2	40
		Português			2	2	40
CARGA HORÁRIA MAT. LIVRE ESCOLHA				2	6	8	160
CARGA HORÁRIA TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA			25	23	25	75	1750
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			25	23	25	75	1750

Fonte: Arquivo Permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

Esta “grade curricular” apresenta um curso de Qualificação Profissional IV de Técnico em Processamento de Dados, válida para turmas iniciadas de 1997 e 1998.



4.5 Proposta de Carga Horária e de Componentes Curriculares			
<b>Módulo I</b>	<b>Horas</b>	<b>Módulo II</b>	<b>Horas</b>
Organização de Empresa	32	Estatística	48
Fundamentos de Processamento de Dados	48	Técnicas de Programação	64
Técnicas de Programação	48	Linguagem de Programação	48
Linguagem de Programação	64	Técnicas de Operação	48
Técnicas de Operação	48	Introdução aos Sistemas Operacionais	48
Introdução aos Sistemas Operacionais	32	Técnicas de Sistemas e Processamentos de Dados	48
Matemática Financeira	32	Banco de Dados	32
Ética e Cidadania	32	Inglês Instrumental	32
Direito e Legislação	32	Tecnologia e Meio Ambiente	32
Leitura e Produção de Textos	32	<b>Total de Carga Horária – 400 horas</b>	
<b>Total de Carga Horária – 400 horas</b>			
<b>Módulo III</b>	<b>Horas</b>		
Gestão e Qualidade	32		
Contabilidade	48		
Técnicas de Programação	80		
Linguagem de Programação	80		
Técnicas de Operação	32		
Introdução aos Sistemas Operacionais	32		
Técnicas de Sistemas de Processamento de Dados	48		
Arquitetura de Computadores e Redes	48		
<b>Total de Carga Horária – 400 horas</b>			

Fonte: Arquivo Permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

A proposta curricular de 2001, do primeiro curso de Técnico em Informática, que foi organizado no Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza.

CURSO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA		ÁREA: INFORMÁTICA			
Lei Federal nº 2024/96 - Resolução CEE/CEB nº 04/99 - Parecer CEE/CEB nº 18/99 - Decreto Federal nº 2124/04 - Resolução CEE/CEB nº 61/07 - Instrução CEE nº 08/2000 Plano de Curso aprovado pela Comissão de Coordenação do CEEPC de 11/07/2003, publicado no DOE de 27/07/2004, seção 2, página 22					
1º MÓDULO	CH/BA	2º MÓDULO	CH/BA	3º MÓDULO	CH/BA
Gestão de Sistemas Operacionais I	30	Gestão de Sistemas Operacionais III	30	Gestão de Sistemas Operacionais III	30
Operação de Software Aplicativos I	100	Operação de Software Aplicativos II	30	Aplicativos para Internet	30
Instalação e Manutenção de Computadores I	30	Instalação e Manutenção de Computadores II	30	Programação de Computadores III	100
Lógica de Programação	100	Programação de Computadores I	100	Desenvolvimento de Software III	100
Desenvolvimento de Software I	100	Desenvolvimento de Software II	100	Tecnologias e Linguagens para Banco de Dados II	30
Organização Empresarial	30	Tecnologias e Linguagens para Banco de Dados I	30	Análise e Projeto de Sistemas II	30
Linguagens, Tecnologias e Trabalho	30	Análise e Projeto de Sistemas I	30	Redes de Computadores	30
		Inglês Técnico	30	Gestão, Cidadania e Qualidade	30
<b>TOTAL</b>	<b>800</b>	<b>TOTAL</b>	<b>800</b>	<b>TOTAL</b>	<b>800</b>
<b>Total Geral</b>					<b>1200</b>
Estratégia Superintendente					
Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Auxiliar de Informática Módulo I		Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Programador de Computadores Módulos I e II		Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Informática Módulos I e II e III	

Fonte: Arquivo Permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

Esta matriz curricular representa o segundo currículo de Técnico em Informática, e foi oferecido entre 2003 e 2008.

EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO									
Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Informática (L.S.)									
Lei Federal n.º 5.094/06, Decreto Federal n.º 6.184/2006, Resolução CNE/CES n.º 01/2008, Resolução CNE/CES n.º 01/2009, Resolução CNE/CES n.º 11, de 12-8-2009, Resolução CNE/CES n.º 05, de 9-7-2009, Decreto nº 6.789/2009, Lei nº 12.526/2012, Resolução CNE/CES n.º 03, de 8-7-2009, Portaria CEBTEC n.º 13, de 6-7-2009, publicada no DOE de 15-1-2009, seção 1, página 92.									
<b>MÓDULO I</b>			<b>MÓDULO II</b>			<b>MÓDULO III</b>			
Componentes Curriculares		Carga horária (horas/ano)		Componentes Curriculares		Carga horária (horas/ano)		Componentes Curriculares	
	Teórica	Prática	Total		Teórica	Prática	Total		Teórica
0.1 – Gestão de Sistemas Operacionais I	20	20	40	0.1 – Gestão de Sistemas Operacionais II	20	20	40	0.1 – Gestão de Sistemas Operacionais II	20
0.2 – Instalação e Manutenção de Computadores	60	60	120	0.2 – Estrutura de Dados	60	60	120	0.2 – Programação de Computadores I	60
0.3 – Lógica de Programação	60	60	120	0.3 – Programação de Computadores I	60	120	120	0.3 – Desenvolvimento de Software I	60
0.4 – Instalação de Software Operacionais	60	120	180	0.4 – Desenvolvimento de Software II	60	120	180	0.4 – Programação para Internet	60
0.5 – Técnicas e Linguagens para Banco de Dados I	20	20	40	0.5 – Técnicas e Linguagens para Banco de Dados II	20	20	40	0.5 – Programação para Projeto	20
0.6 – Inglês Instrumental	60	60	120	0.6 – Gestão de Comunicação de Dados I	20	20	40	0.6 – Gestão e Controle Operacionais	60
0.7 – Logística, Trabalho e Tecnologia	60	60	120	0.7 – Gestão de Comunicação de Dados II	20	20	40	0.7 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática	60
0.8 – Organização Empresarial	60	60	120	0.8 – Gestão de Programação	20	20	40		
				0.8 – Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática	60	60	120		
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>400</b>	<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>240</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>
<b>MÓDULO I</b>			<b>MÓDULO I + II</b>			<b>MÓDULO I + II + III</b>			
Qualificação Técnica de Nível Médio de Auxiliar de Informática			Qualificação Técnica de Nível Médio de Auxiliar em Programação de Computadores			Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Informática			
Total de Carga Horária Teórica: 475 horas/ano			Total de Carga Horária Prática: 1025 horas/ano			Trabalho de Conclusão de Curso: 120 horas			

Fonte: Arquivo Permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

Esta matriz curricular foi oferecida entre 2009 e 2011, atendendo ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC (2008).

MATRIZ CURRICULAR									
Eixo Tecnológico	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					Habilitação Profissional de Técnico em Informática (L.S.)			
Lei Federal n.º 5.094, de 20-12-2006; Resolução CNE/CES n.º 01/2008; Resolução CNE/CES n.º 01, de 9-7-2009; Resolução CNE/CES n.º 11, de 12-8-2009; Decreto Federal n.º 6.784, de 28-7-2009; Resolução CNE/CES n.º 03, de 8-7-2009; Portaria CEBTEC n.º 13, de 6-7-2009, publicada no Diário Oficial de 5-10-2009, seção 1, página 92.									
<b>MÓDULO I</b>			<b>MÓDULO II</b>			<b>MÓDULO III</b>			
Componentes Curriculares		Carga horária (horas/ano)		Componentes Curriculares		Carga horária (horas/ano)		Componentes Curriculares	
	Teórica	Prática	Total		Teórica	Prática	Total		Teórica
0.1 – Lógica de Programação	60	120	180	0.1 – Técnicas de Orientação e Gestão	60	60	120	0.1 – Gestão de Comunicação de Dados	60
0.2 – Técnicas de Programação para Internet I	60	60	120	0.2 – Técnicas de Programação para Internet II	60	60	120	0.2 – Tecnologias para Internet	60
0.3 – Técnicas de Linguagens para Banco de Dados I	60	60	120	0.3 – Técnicas de Linguagens para Banco de Dados II	60	60	120	0.3 – Técnicas de Linguagens para Banco de Dados III	60
0.4 – Gestão de Sistemas	60	60	120	0.4 – Desenvolvimento de Software I	60	120	180	0.4 – Desenvolvimento de Software II	60
0.5 – Gestão de Sistemas Operacionais I	60	60	120	0.5 – Programação de Computadores I	60	120	180	0.5 – Programação de Computadores II	60
0.6 – Gestão de Software Aplicativo	60	60	120	0.6 – Gestão de Sistemas Operacionais II	60	60	120	0.6 – Segurança Digital	60
0.7 – Instalação e Manutenção de Computadores	60	60	120	0.7 – Empreendedorismo e Inovação	60	60	120	0.7 – Ética e Cidadania Organizacional	60
0.8 – Inglês Instrumental	60	60	120	0.8 – Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática	60	60	120	0.8 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática	60
0.9 – Logística, Trabalho e Tecnologia	60	60	120						
<b>TOTAL</b>	<b>540</b>	<b>600</b>	<b>1.140</b>	<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>180</b>	<b>360</b>	<b>TOTAL</b>	<b>540</b>
<b>MÓDULO I</b>			<b>MÓDULO I + II</b>			<b>MÓDULO I + II + III</b>			
Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Auxiliar de Informática			Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de Auxiliar em Programação de Computadores			Habilitação Profissional de Técnico em Informática			
Total de Carga Horária Teórica			600 horas/ano			Trabalho de Conclusão de Curso			
Total de Carga Horária Prática			1.140 horas/ano			120 horas			
						Este curso não possui Etágio Supremaciano			

Fonte: Arquivo Permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

Esta matriz curricular é a atual organização curricular do curso, válida para turmas a partir de 2012.

As matrizes curriculares a seguir referem-se ao curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, a primeira sendo oferecida de 2011 a 2013, e a segunda de 2014 em diante.

MATRIZ CURRICULAR								
Eixo Tecnológico	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CURSO	Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de <b>TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO</b> (PERÍODO DIURNO)			TÉCNICO EM		
Resolução SE n.º 78, de 7-11-2006, Lei Federal n.º 894/96, Decreto Federal n.º 5134/2004, Parecer CNE/CEB n.º 38/2004, Lei Federal n.º 11741/2008, Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20-9-2012, Resolução CNE/CEB n.º 1, de 30-1-2012, Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13-7-2012, Parecer CNE/CEB n.º 5, de 4-9-2011, Parecer CNE/CEB n.º 11, de 12-8-2008, Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9-7-2008, alterada pela Resolução CNE/CEB n.º 8, de 6-6-2012, Desbargão CEE n.º 105/2012, Res. Indagação CEE n.º 8/2008 e n.º 108/2011. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cefet – 138, de 4-10-2012, publicada no Diário Oficial de 5-10-2012 – Poder Executivo – Seção I – página 38.								
Ensino Médio	Base Nacional Comum	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares		Carga Horária em Horas-aula			Carga Horária em Horas
					1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	
		Linguagens	Língua Portuguesa e Literatura	160	160	160	480	424
			Artes	80	-	-	80	71
			Educação Física	80	80	80	240	212
		Ciências Humanas	História	80	80	80	240	212
			Geografia	80	80	80	240	212
			Filosofia	40	40	40	120	106
		Matemática	Sociologia	40	40	40	120	106
			Matemática	120	160	160	440	388
			Raça	80	80	80	240	212
		Ciências da Natureza	Química	80	80	80	240	212
			Biologia	80	80	80	240	212
			<b>Total da Base Nacional Comum</b>	<b>920</b>	<b>980</b>	<b>980</b>	<b>2880</b>	<b>2567</b>
		Parte Diversificada	Língua Estrangeira Moderna – Inglês	80	80	120	280	247
Língua Estrangeira Moderna – Espanhol	-		*	*	*	*		
<b>Total da Parte Diversificada</b>	<b>80</b>		<b>80</b>	<b>120</b>	<b>280</b>	<b>247</b>		
<b>Total do Ensino Médio</b>		<b>1000</b>	<b>960</b>	<b>1100</b>	<b>2960</b>	<b>2614</b>		
Formação Profissional	Gestão de Sistemas Operacionais I e II	80	80	-	160	141		
	Instalação e Manutenção de Computadores	80	-	-	80	71		
	Lógica de Programação	120	-	-	120	106		
	Tecnologias e Linguagens para Banco de Dados I e II	80	80	-	160	141		
	Organização Empresarial	80	-	-	80	71		
	Programação de Computadores I e II	-	120	80	200	177		
	Desenvolvimento de Software I e II	-	120	80	200	177		
	Empreendedorismo	-	-	80	80	71		
	Redes de Comunicação de Dados I e II	-	80	80	160	141		
	Análise de Programação	-	80	-	80	71		
	Ética e Cidadania Organizacional	-	-	40	40	35		
	Operação de Software Aplicativo	80	-	-	80	71		
	Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em informática	-	-	80	80	71		
	Programação para internet	-	-	80	80	71		
<b>Total da Formação Profissional</b>		<b>520</b>	<b>560</b>	<b>520</b>	<b>1600</b>	<b>1415</b>		
<b>TOTAL GERAL DO CURSO</b>		<b>1520</b>	<b>1520</b>	<b>1620</b>	<b>4560</b>	<b>4029</b>		
Observação								
* - Os conhecimentos de "Língua Estrangeira Moderna - Espanhol" serão desativados de acordo com o Ofício Circular n.º 051/2012 - GM/Gepep								
1ª série: Qualificação Técnica de Nível Médio de <b>AUXILIAR DE INFORMÁTICA</b>								
2ª + 3ª séries: Qualificação Técnica de Nível Médio de <b>AUXILIAR EM PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES</b>								
3ª + 2ª séries: Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de <b>TÉCNICO EM INFORMÁTICA</b>								
Carga Horária Semanal: 40 horas-aula (horas-aula de 50 minutos)								

Fonte: Arquivo Permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

MATRIZ CURRICULAR									
Eixo Tecnológico	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CURSO	Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (PERÍODO DIURNO)						
Resolução SE n.º 78, de 7-11-2008, Lei Federal n.º 9394/96, Decreto Federal n.º 5154/2004, Parecer CNE/CEB n.º 39/2004, Lei Federal n.º 12741/2008, Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20-9-2012, Resolução CNE/CEB n.º 2, de 30-5-2012, Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13-7-2010, Parecer CNE/CEB n.º 3, de 4-5-2011, Parecer CNE/CEB n.º 11, de 12-6-2008, Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9-7-2008, alterada pela Resolução CNE/CEB n.º 4, de 6-6-2012, Deliberação CEE n.º 105/2011, das indicações CEE n.º 8/2000 e n.º 108/2011, Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetes – 182, de 26-9-2013, publicada no Diário Oficial de 27-9-2013 – Poder Executivo – Seção I – página 40.									
Ensino Médio	Base Nacional Comum	Línguas	Língua Portuguesa e Literatura	180	180	180	480	424	
			Artes	120	--	--	120	106	
		Ciências humanas	Educação Física	80	80	80	240	212	
			História	80	80	80	240	212	
			Geografia	80	80	80	240	212	
			Filosofia	40	40	40	120	106	
		Matemática	Sociologia	40	40	40	120	106	
			Matemática	180	120	120	400	353	
			Física	80	80	80	240	212	
		Ciências da Natureza	Química	80	80	80	240	212	
			Biologia	80	80	80	240	212	
		<b>Total da Base Nacional Comum</b>			<b>3000</b>	<b>840</b>	<b>840</b>	<b>2680</b>	<b>2307</b>
		Parte Diversificada	Língua Estrangeira Moderna – Inglês	80	80	120	280	247	
	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol		*	*	*	*	*		
	<b>Total da Parte Diversificada</b>			<b>80</b>	<b>80</b>	<b>120</b>	<b>280</b>	<b>247</b>	
	<b>Total do Ensino Médio</b>			<b>3080</b>	<b>920</b>	<b>960</b>	<b>2960</b>	<b>2614</b>	
	Formação Profissional	Lógica de Programação	120	--	--	120	106		
Instalação e Manutenção de Computadores		80	--	--	80	71			
Operação de Software Aplicativo		80	--	--	80	71			
Ética e Cidadania Organizacional		40	--	--	40	35			
Técnicas de Programação para Internet I e II		80	80	--	160	141			
Tecnologias e Línguas para Banco de Dados I e II		80	80	--	160	141			
Linguagem de Programação Orientada a Objetos		--	120	--	120	106			
Gestão de Sistemas Operacionais		--	120	--	120	106			
Análise de Sistemas		--	80	--	80	71			
Empreendedorismo e Inovação		--	40	--	40	35			
Desenvolvimento de Software		--	--	120	120	106			
Programação de Computadores		--	--	120	120	106			
Tecnologias para Mobilidade		--	--	80	80	71			
Redes de Comunicação de Dados		--	--	120	120	106			
Maneja e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática		--	--	80	80	71			
<b>Total da Formação Profissional</b>			<b>480</b>	<b>520</b>	<b>520</b>	<b>1520</b>	<b>1343</b>		
<b>TOTAL GERAL DO CURSO</b>			<b>3560</b>	<b>1440</b>	<b>1480</b>	<b>4480</b>	<b>3957</b>		
Observação									
* -- Os conhecimentos da "Língua Estrangeira Moderna – Espanhol" serão desenvolvidos de acordo com o Ofício Circular n.º 055/2011 – GSE/Geped									
1ª série: Qualificação Técnica de Nível Médio de AUXILIAR DE INFORMÁTICA									
1ª e 2ª séries: Qualificação Técnica de Nível Médio de AUXILIAR EM PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES									
1ª e 2ª e 3ª séries: Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de TÉCNICO EM INFORMÁTICA									
Carga Horária Semanal: 40 horas-aula (horas-aula de 50 minutos)									

Fonte: Arquivo Permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

Desta forma, todos os cursos de Técnico em Informática iniciados em 2009 atendem, além de outras ferramentas de planejamento curricular, ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC:

EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
TÉCNICO EM INFORMÁTICA - 1.000 HORAS		
Desenvolve programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utiliza ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realiza testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados. Executa manutenção de programas de computadores implantados.		
POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> <li>① Lógica e linguagens de programação</li> <li>② Sistemas operacionais</li> <li>③ Hardware</li> <li>④ Interpretação de especificações de sistemas computacionais</li> <li>⑤ Banco de dados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>① Biblioteca com acervo específico e atualizado</li> <li>② Laboratório de informática com programas específicos</li> </ul>

Fonte: MEC, 2012

De todas essas possibilidades históricas, virtualidades ou efetivações curriculares, verificamos a recorrência de temas centrais, na estruturação dos perfis profissionais e organizações curriculares: Linguagem de Programação, Sistemas Operacionais, Técnicas de Operação, Técnicas de Programação, Lógica.

Essa recorrência evidencia o processo de consolidação da área, que alia a retomada e inovação tecnológica, em prol da Ciência e da Tecnologia.

O trabalho curricular no Centro Paula Souza, com todas as mudanças de paradigma, de legislação, de diretrizes e de programas, também passou por alterações profundas, como a própria instituição da Educação por competências profissionais, em detrimento de uma Educação exclusivamente direcionada por conteúdos científicos e tecnológicos, diríamos até enciclopédicos.

Quase uma década após a organização de cursos por competências, em áreas profissionais, houve a mudança para eixos tecnológicos, os quais substituíram a organização anterior. Isso se deu pela institucionalização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC. Esse Catálogo também especificou e limitou a variedade das denominações, dos perfis e dos temas curriculares. Todas as instituições de ensino que ofertam Educação Profissional foram afetadas pelas normatizações do Catálogo, incluindo o Centro Paula Souza, com seu crescente número e diversidade de cursos.

Outras mudanças ocorreram, como a volta da possibilidade de oferta do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, além do Ensino Técnico concomitante ou subsequente ao Ensino Médio. Essa retomada dos cursos integrados (Médio e Técnico) gerou – e ainda está gerando – muitas discussões e reelaborações curriculares.

Além das mudanças decorrentes da legislação, os valores culturais diversos (e divergentes, em muitos casos) afetam os currículos e os objetivos curriculares de qualquer instituição, e o Centro Paula Souza faz uma reflexão contínua sobre valores culturais e sua relação com História, política, ideologia – e currículo.

O próprio Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac), da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, como seu codinome “Laboratório de Currículo” expressa, torna-se o espaço, o local e o conjunto de pesquisas, de pesquisadores, de práticas e de praticantes, de experiências e de experimentadores da área curricular, pensando a Educação Profissional e o Ensino Médio. Logo, continuamente, reflexão e crítica, adaptação, reorganização, planejamento, replanejamento partem desse grupo – e são mobilizados por ele para a obtenção dos melhores resultados.

As mudanças sempre foram um desafio constante da área curricular no Centro Paula Souza, e a institucionalização de um departamento de dedicação exclusiva ao Currículo Escolar é prova da inovação do Centro Paula Souza, de seus cursos, professores e funcionários administrativos.

Com o advento dos eixos tecnológicos e da possibilidade de oferecimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio tanto na forma articulada, como na forma subsequente ao Ensino Médio, o Gfac teve que se reestruturar, em termos de equipe e de estratégia de elaboração curricular.

Houve a criação de uma equipe multidisciplinar, com representatividade de especialistas de várias áreas profissionais e eixos tecnológicos, além das áreas de conhecimento e disciplinas do Ensino Médio, além da instauração de um Núcleo de Estudo de Currículo de Educação Profissional e Tecnológica, cujo objetivo primordial é abrir um espaço para discussão constante teorias e de práticas curriculares.

Com as mudanças sociais e políticas, que envolvem as transformações tecnológicas e a demanda de formação profissional, o processo de formação de parcerias torna-se indispensável, tanto para a construção, como para a implantação e para a gestão curricular.

Desde o ano de 2000, a Unidade de Ensino Médio e Técnico prioriza o trabalho efetivo com parcerias para o desenvolvimento curricular. Parte-se de uma prerrogativa de que somente a escola, como instituição de ensino, não pode construir, nem desenvolver currículo de Educação Profissional e Tecnológica de forma alienada, isolada, em relação ao setor produtivo.

A seguir, sintetizamos essa iniciativa, que se tornou uma prática ao longo de quase 15 anos.

Apresentamos apenas as parcerias voltadas para a área de Informática, atual eixo tecnológico de Informação e Comunicação:

Ano	Parceiros	Cursos
2008	IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	Especialização em <i>Java-WR</i>
2013	IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	Especialização em <i>Java-WR</i>
		Especialização em Desenvolvimento e Produção <i>Mainframe</i>
	Catraca Livre Portal e Comunicação Ltda.	Formação Inicial e Continuada em Práticas em Mídias Sociais
	Instituto Nextel	Especialização em Desenvolvimento de Aplicativos para <i>Smartphones</i>

Fonte: Arquivo permanente do Grupo de Formulação e Análises Curriculares, em 2014.

Pode-se observar que as parcerias envolvem outros segmentos profissionais, originados pela sociedade e pela evolução tecnológica, envolvendo tecnologia móvel e servidores de grande porte, por exemplo.

Como destaque para o tema central desse artigo, a área de Informática, destacamos as parcerias com a IBM Brasil e com o Instituto Nextel, que fundamentaram a construção de diversos currículos inovadores, como Técnico em Informática, Técnico em Programação de Jogos Digitais e Técnico em Informática para Internet.

Dessa forma, verifica-se, historicamente, uma ampliação de oferta, pois, de uma única possibilidade, o curso Técnico em Processamento de Dados, temos, no eixo tecnológico de Informação e Comunicação, atualmente, em 2014, 9 cursos, com aproximadamente 33% desenvolvidos em parceria, apenas nesse eixo tecnológico Informação e Comunicação.

## Considerações finais

Constata-se uma discrepância entre mudanças de denominação e mudanças de conteúdo curricular.

Em vários casos, existe mudança de nomenclatura de um curso sem necessariamente haver nova diretriz curricular ou novas alternativas de itinerários formativos.

Com o curso Técnico em Processamento de Dados, essa discrepância entre mudança de denominação *versus* mudança de conteúdo curricular foi verificada historicamente, por determinações legais, conforme ilustrado e comentado no corpo do trabalho.

Com o advento do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, a denominação Técnico em Informática, com uma padronização de conteúdo curricular, veio a público também como uma determinação legal.

A partir das constantes consultas públicas possibilitadas pelo MEC, para constante atualizações do CNCT, vieram críticas e sugestões de modificação da nomenclatura da habilitação, pois, segundo especialistas técnicos e gestores da Educação

Profissional e Tecnológica, a denominação Técnico em Informática é mais ampla (é o nome de uma área) e não é a mais indicada para o perfil profissional exposto pelo MEC, muito mais voltado para programação de computadores/ desenvolvimento de software.

Essas sugestões estão sendo analisadas pelo MEC. O Centro Paula Souza participa ativamente dessas consultas públicas e continuará fundamentando justificativas para uma melhor especificação da nomenclatura do curso Técnico em Informática, denominação esta que, devido à sua imprecisão (por ser muito abrangente), é frequentemente apontada como uma das causas de desistência por parte dos alunos.

Constata-se também uma ampliação de oferta na área de Informática (eixo tecnológico Informação e Comunicação), determinada e possibilitada tanto pela legislação de Educação Profissional e Tecnológica, como pela formação de parcerias com o mercado produtivo.

Os projetos para o eixo tecnológico Informação e Comunicação tendem a continuar essa metodologia e essa prática de formação de parcerias com o setor produtivo, visando à atualização, elaboração e desenvolvimento curricular.

A Educação Profissional e Tecnológica, a nosso ver, deixando a prerrogativa de um trabalho isolado, alheio à sociedade e ao setor produtivo, tende a crescer e a tornar-se mais eficaz.

Nosso entendimento é de que as parcerias entre quem planeja currículo e quem emprega os egressos da Educação Profissional e Tecnológica deva ser primordial, iniciando não apenas no meio de um processo, mas em todo o percurso de projeto e desenvolvimento curricular.

Nas palavras de Martino (2012):

Um dos principais problemas da escola de hoje é o isolamento dos demais setores produtivos e sociais. Como herdeira de uma concepção tradicional de ensino, a escola é acostumada a considerar-se sozinha e a exercer funções de modo abstrato, sem conexão com o todo social. Contudo, essa concepção de escola não mais se sustenta em um momento em que as mudanças são permanentes e desenham um cenário marcado pela complexidade. Assim, o fato de os educadores empreenderem essas tarefas significa também entender que a formação profissional não constitui apenas um fator que contribui para o aumento da produtividade e a melhoria das condições de competitividade, mas é também um instrumento essencial das políticas públicas, especialmente daquelas voltadas para os setores mais vulneráveis, como jovens, menores desocupados, trabalhadores em processo de conversão etc. Esse desafio múltiplo é de tal grandeza que, provavelmente, não pode ser abordado com possibilidades de êxito por nenhum dos atores isoladamente, daí a necessidade de uma integração geral entre todos os setores responsáveis pelo desenvolvimento social (MARTINO, 2012, p. 20-21)

O intuito do Gfacc é continuar na atuação das esferas legais, participando de consultas e decisões públicas, bem como partir para uma atuação mais real e intensiva junto ao setor produtivo, no curso de Informática, como para outras habilitações.

## Referências

### Referências Bibliográficas

- BRASIL. Decreto Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/lei%20organica%20ensino%20industrial%201942.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/lei%20organica%20ensino%20industrial%201942.htm)>. Acesso em: 11 abr. 2011.
- BRASIL. Lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1 e 2 graus e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2014.
- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE). Parecer n.º 45/72. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/7\\_Gov\\_Militar/parecer%20n.45-1972%20a%20qualifica%E7%E3o%20para%20o%20trabalho%20no%20ensin.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/parecer%20n.45-1972%20a%20qualifica%E7%E3o%20para%20o%20trabalho%20no%20ensin.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2014.
- BRASIL. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Deliberação CEE 23/1983. Estabelece normas gerais para o Ensino Supletivo no Sistema de ensino do Estado de São Paulo. Disponível em: <[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/delcee23\\_1983.htm?Time=6/5/2008%208:04:20%20AM](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/delcee23_1983.htm?Time=6/5/2008%208:04:20%20AM)>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/ CEB 4/ 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <[http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_CEB\\_%204\\_1999.pdf](http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CEB_%204_1999.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- BRASIL. Decreto Federal 2208/ 1997, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/254359.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2014.
- BRASIL. Decreto Federal 5154/ 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/ CEB 3/ 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parecer CNE/ CEB 11/ 2008. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC. 2012. Disponível em: <[http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et\\_informacao\\_comunicacao/t\\_informatica.php](http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et_informacao_comunicacao/t_informatica.php)>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/ CEB 4/ 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução

- CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866)>. Acesso em: 28 jun. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília. MEC. 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO). Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.956 p.
- MARTINO, Mariluci Alves. **A importância das parcerias na Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2012. 144p.

## Fontes

- BRASIL. MINISTÉRIO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer 2.467/1973.
- BRASIL. Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 26 de dezembro de 1996. 7. ed. Atualizada em 25.10.2012. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO/GABINETE DO MINISTRO. Parecer 579/1997.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. Deliberação CEETEPS3, de 30-05-2008. DOE. 31/05/2008, Seção I, p.35.
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA. Deliberação CEETEPS 4, de 5-2-2009. D.O.E de 06/02/2009, Seção I, Pág. 27.
- CENTRO PAULA SOUZA. Institucional. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/>>. Acesso e: 7 jun. 2012.
- CENTRO PAULA SOUZA. Institucional. Unidade de Ensino Médio e Técnico. Disponível em: <<http://www.cpsctec.com.br/>> Acesso em: 7 jun.2012.
- CENTRO PAULA SOUZA. Institucional. Unidade de Ensino Médio e Técnico. Grupo de Formulação e Análises Curriculares. Disponível em: <<http://www.labcurriculo.educacao.ws/>> Acesso em: 7 jun.2012.
- CENTRO PAULA SOUZA. Unidade de Ensino Médio e Técnico. Grupo de Formulação e Análises Curriculares. Arquivo permanente. Suporte: impresso.
- CENTRO PAULA SOUZA. Unidade de Ensino Médio e Técnico. Grupo de Formulação e Análises Curriculares. Planos de curso das habilitações profissionais técnicas de nível médio. Organização: Soely Faria Martins. 1999-2011.
- CENTRO PAULA SOUZA. Unidade de Ensino Médio e Técnico. Grupo de Formulação e Análises Curriculares. Planos de curso das habilitações profissionais técnicas de nível médio. Organização: Fernanda Mello Demai. 2011-2014.

# A CONSTRUÇÃO DE SABERES E MEMÓRIAS AO VIÉS DAS ANTIGAS AULAS DE E.P.B. E DE EVENTOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS NA FATEC DE OURINHOS (SP)

**Eunice Corrêa Sanches Belloti**

Faculdade de Tecnologia de Ourinhos

## Introdução

As Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo) são instituições públicas de Ensino Superior pertencentes ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. É uma das quatro instituições estaduais de educação superior mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo no Brasil, junto com a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp).

As Fatecs são importantes instituições brasileiras de Ensino Superior, sendo pioneiras na graduação de tecnólogos. Elas estão localizadas em diversas cidades paulistas, com cinco campus na capital e cinquenta e uma unidades na Grande São Paulo, interior e litoral do Brasil. (FAT, 2013).

A Faculdade de Tecnologia de Ourinhos é uma das unidades dessa instituição pública do Governo do Estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 1991, com o curso de Processamento de Dados. Atualmente, a Fatec-Ourinhos oferece quatro cursos superiores de Tecnologia, devidamente autorizados e reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo, são eles: Agronegócio, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Jogos Digitais e Segurança da Informação. Nesses cursos frequentam aproximadamente mil alunos, que se deslocam de várias regiões do estado e do país, buscando um ensino reconhecido por sua qualidade e pelo destaque que seus alunos egressos têm nas organizações que os empregam.

Esse ensino com uma educação de qualidade busca preparar os alunos para que sejam profissionais capazes e competentes. Pois a educação oferece condições para que os alunos a vivam na sociedade como membros questionadores, que sejam indivíduos racionantes, imparciais e criativos, segundo Lipman (2001).

Um dos fatores importantes e necessários para o processo de aprendizagem e educação é a motivação. O ponto de partida para o aluno está no reconhecimento de que tem a necessidade de aprender. Essa necessidade desperta e dirige o aluno para o conhe-

cimento e o professor conseguirá mais e melhores resultados na aprendizagem de seus alunos se considerarem em sua atitude pedagógica o humor, o entusiasmo, a aplicação prática, a variação de estratégias de ensino, os recursos instrumentais e a participação. (GIL, 2010)

O conhecimento aparece de acordo com Hernández (2000) para cada pessoa como um processo que acontece em contextos sociais, históricos e culturais específicos, também é um processo de examinar a realidade de maneira questionadora e de construção de visões e versões diante da realidade, dos problemas e das circunstâncias.

Essa relação com o conhecimento é uma relação com o mundo, consigo mesmo e com o outro, é uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação, uma ocasião, etc., afirma Charlot (1997) apud Perrenoud (2000, p. 75): “Educar é antes de tudo, mobilizar o aluno para que se torne um aprendiz [...] também exige uma proximidade, uma cumplicidade, uma aproximação”.

O aluno aprende no decorrer de sua vida onde as informações se encontram e passa a conhecer e compreender sua aprendizagem, modificando assim suas atitudes, por meio dos conhecimentos e sentimentos que experimenta nos fatos e nas ideias que a escola e a sociedade lhe apresentam.

Toda a aprendizagem para ser significativa precisa envolver o aluno como pessoa, como um todo por meio das ideias, dos sentimentos, da cultura e da sociedade, segundo Abreu e Masetto (1990). Aquilo que é aprendido só vai modificar os valores, os conceitos, a autoestima e o comportamento se de fato fizer sentido para cada pessoa.

Para que o processo de aprendizagem, voltado aos alunos da Fatec-Ourinhos favorecesse o alcance dos objetivos educacionais, buscaram-se estratégias que incluíram uma organização de aulas que visassem facilitar todo esse processo.

Um aprendizado que envolva conhecimentos mais gerais, uma formação mais arrojada que permita a valorização do ser humano como um todo deve pautar o ensino na graduação. (CERCHIARI; CAETANO E FACCENDA, 2005).

A seguir este artigo se divide em dois momentos: o primeiro deles se destaca como ‘A Construção de Saberes e Memórias ao Viés das Antigas Aulas de E.P.B.’ e o segundo ‘Eventos Culturais e Artísticos – Projeto Virada Fatecana’

## **A Construção de Saberes e Memórias ao Viés das Antigas Aulas de E.P.B.**

A criação da Fatec-Ourinhos, com um curso de Processamento de Dados, foi um grande acontecimento em Ourinhos e região, desencadeando novos rumos e transformando para sempre a cidade (BELLLOTI, 2013).

Com o início do curso de Processamento de Dados na Fatec-Ourinhos no segundo semestre de 1991 como Extensão de Campus da Fatec-São Paulo, duas das disciplinas do currículo do curso eram Estudos dos Problemas Brasileiros I (E.P.B. I) e Estudos dos

Problemas Brasileiros II (E.P.B. II), oferecidos no terceiro e no quarto semestres do curso respectivamente, a princípio foram ministradas pelo Coordenador da extensão de Campus, professor Paulo Henriques Chixaro, posteriormente no primeiro semestre de 1995 a autora deste artigo, professora Eunice Corrêa Sanches Belloti assume as disciplinas.

É importante ressaltar que de acordo com Belloti (2013), em 09 de dezembro de 1997, foi criada a Fatec Ourinhos, pelo Senhor Governador Mário Covas, começando assim uma nova fase na instituição.

A professora ministrou as duas disciplinas até o primeiro semestre de 1999, quando a disciplina de E.P.B. I passou a ser ministrada pelo professor Francisco Claudio Granja, até sua extinção no segundo semestre de 2001 e, o professor assume E.P.B. II até os últimos alunos que estavam em grade atrasada fecharem a matéria.

Abreu e Masetto (1990) afirmam que o professor deve conhecer estratégias existentes para poder empregá-las ou adaptá-las, dessa forma as aulas de E.P.B. passaram a ser organizadas de forma diferente do formato original, transformando saberes, levando artes, cultura, eventos, palestras e várias atividades que envolveram toda a instituição da Fatec-Ourinhos.

Resgatando um pouco da história da disciplina de E.P.B. destaca-se:

O termo Educação Moral não é novidade para a educação brasileira. A maioria dos brasileiros com mais de 30 anos, já ouviu falar nessa “matéria” e, muitos de nós, a cursaram nos tempos de colégio. Não há como fugir: todos que passaram pelo ensino formal no período de 1969 a 1993, cursaram as disciplinas “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política do Brasil” e para os alunos do Ensino superior, a inesquecível “Estudos dos Problemas Brasileiros” (EPB). Tais disciplinas foram criadas, através de um decreto-lei, em 12 de setembro de 1969, durante o governo ditatorial do presidente Garrastazu Médici. (LEPRE, 2008).

Nessa época, o governo militar assumiu o poder no Brasil, a partir do golpe de 1964 e todos os setores da sociedade passaram a servir à ditadura, a Educação era um desses fatores. Em 1969 surgem os decretos-lei, normatizando a Educação do país; entre eles o Decreto-Lei Nº 869, que institui a disciplina “Educação Moral e Cívica” com obrigatoriedade nas escolas de todos os graus e sistemas do país:

A seguir, na íntegra, do Decreto-Lei Nº. 869, de 12 de setembro de 1969:

Dispõe sobre a inclusão da educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional no. 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional no. 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam: Artigo 1º – É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País. Artigo 2º – A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a

projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; g) preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. Parágrafo único – As bases filosóficas de que trata este artigo deverão motivar: a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno; b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais. Artigo 3º – A Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos da escolarização. § 1º – Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de “Organização Social e Política Brasileira”. § 2º – No sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de “Estudo de Problemas Brasileiros”, sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo. Artigo 4º – Os currículos e programas básicos, para os diferentes cursos e áreas de ensino, com as respectivas metodologias, serão elaborados pelo Conselho Federal de Educação, com a colaboração do órgão de que trata o artigo 5º, e aprovados pelo Ministro da Educação e Cultura. Artigo 5º – É criada, no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). § 1º – A CNMC será integrada por nove membros, nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas dedicadas à causa da Educação Moral e Cívica. § 2º – Aplica-se aos integrantes da CNMC o disposto nos §§ 2º, 3º e 5º do artigo 8º da Lei no. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Artigo 6º – Caberá, especialmente à CNMC: a) articular-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo, para implantação e manutenção da doutrina (grifo nosso) de Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 2º; b) colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e programas de Educação Moral e Cívica; c) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica; d) influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas editoriais, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação, das entidades de classe e dos órgãos profissionais; e das empresas gráfica e de publicidade; e) assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista de moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste Decreto-lei. Parágrafo único – As demais atribuições da CNMC, bem como os recursos e meios necessários, em pessoal e material, serão objeto de regulamentação desse Decreto-lei. Artigo 7º – A formação de professores e orientadores da disciplina “Educação Moral e Cívica” far-se-á em

nível universitário e, para o ensino primário, nos cursos normais. § 1º – Competirá ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais de Educação, adotar as medidas necessárias à formação de que trata este artigo. § 2º – Aos Centros Regionais de Pós-Graduação incumbirá o preparo de professores dessa área, em cursos de mestrado. § 3º – Enquanto não houver, em número bastante, professores e orientadores de Educação Moral e Cívica, a habilitação de candidatos será feita por meio de exame de suficiência, na forma da legislação em vigor. § 4º – No ensino primário, a disciplina “Educação Moral e Cívica” será ministrada pelos professores, cumulativamente com as funções próprias. § 5º – O aproveitamento de professores e orientadores na forma do § 3º será feito sempre a título precário, devendo a respectiva remuneração subordinar-se, nos estabelecimentos oficiais de ensino, ao regime previsto no artigo 111 do Decreto-lei no. 200, de 25 de fevereiro de 1967. § 6º – Até que o estabelecimento de ensino disponha de professor ou orientador, regularmente formado ou habilitado em exame de suficiência, o seu diretor avocará o ensino da Educação Moral e Cívica, a qual, sob nenhum pretexto, poderá deixar de ser ministrada na forma prevista. Artigo 8º – É criada a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica a ser conferida pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante proposta da CNMC a personalidades que salientarem, em esforços e em dedicação à causa da Educação Moral e Cívica. Parágrafo único – A CNMC proporá ao Ministro da Educação e Cultura as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo. Artigo 9º – A CNMC elaborará projeto de regulamentação do presente decreto-lei, a ser encaminhado ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Educação e Cultura, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste Decreto-lei. Artigo 10 – Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 12 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República. AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD. Aurélio de Lyra Tavares. Márcio de Souza e Mello. Tarso Dutra. (BRASIL, 1969)

Por esse Decreto-Lei, o governo militar regulariza a disciplina para o Ensino Superior, tornando-a obrigatória. Para Lepre (2008) a obrigatoriedade da disciplina teve como objetivo a manutenção do modelo social vigente, reforçando nas pessoas o nacionalismo e a doutrinação da ditadura. Segundo Nascimento (2012), E.P.B. visava reforçar o patriotismo e o moralismo, além de atacar obstáculos ao desenvolvimento econômico brasileiro, questões de segurança nacional e não socializava para a cidadania nos sentidos socioeconômico, dos direitos civis e da participação política.

Nunes e Rezende (2012), afirmam que na ditadura militar no Brasil pretendia-se formar indivíduos que se adequassem à nova ordem social. A implementação e obrigatoriedade de disciplinas como Educação Moral e Cívica e E.P.B. objetivavam moldar o comportamento dos estudantes e convencer a população acerca das benesses do regime militar.

Portanto, de acordo com Lepre (2008), a disciplina “levava com ela o ranço da ditadura”, que perdurou no país de 1964 a 1984. Buscando uma visão alternativa o então Coordenador da extensão de Campus da Fatec São Paulo, em Ourinhos, professor Paulo Henriques Chixaro, solicitou da professora ao assumir as disciplinas de E.P. B. I e II que buscasse novas estratégias de trabalho, que organizasse de forma dinâmica e motivadora as aulas para os alunos, que a disciplina fosse também um elo e um ponto de encontro com a comunidade local.

Abreu e Masetto (1990) esclarecem que o professor deve conhecer as estratégias existentes para poder empregá-las ou adaptá-las, para isso necessita ter conhecimentos de si próprio, para saber se as estratégias estão de acordo com suas características pessoais, incluindo até seus valores e credibilidade.

Embasada nestes propósitos, a organização das disciplinas passou a ser dirigida, além de seu conteúdo programático, aos assuntos de interesse dos alunos, com recursos voltados a comunidade local. Os temas eram elencados no início dos semestres a fim de que grupos constituídos de alunos e determinados pela professora organizassem palestras e eventos sobre os assuntos levantados.

As aulas tornaram-se eventos de grande motivação para os alunos matriculados nas disciplinas e para outros, que mesmo não estando matriculados assistiam às aulas.

Durante todos os anos que as disciplinas de E.P.B. I e II foram oferecidas, do primeiro semestre de 1995, ao primeiro semestre de 2001, de acordo com artigos de jornais locais da Hemeroteca da Fatec-Ourinhos, vários assuntos foram abordados e um grande número de pessoas como artistas, profissionais, políticos, religiosos, moradores de Ourinhos e região passaram pela instituição, expressando suas opiniões, seus saberes, seus conhecimentos, produzindo assim uma aprendizagem diferenciada e voltada aos valores humanos.

O início da Hemeroteca da Fatec-Ourinhos deu-se em 1997, de acordo com seus registros, mais de cento e cinquenta matérias foram publicadas sobre os eventos nas disciplinas de E.P.B. I e II, do ano de 1997 a 2002. Dessas matérias destacam-se:

Toshio (Prefeito Municipal de Ourinhos) faz palestra na FATEC. Padre fala sobre a igreja do ano 2000 a alunos da FATEC. Alunos da FATEC assistem palestra sobre L.E.R. Sargento fala sobre a Unidade de Resgate a alunos da FATEC. Mercado de trabalho é tema de palestra na FATEC. Alunos da FATEC assistem palestra sobre marketing. Alcoólicos anônimos na FATEC. Atores falam sobre teatro a alunos da FATEC. Alunos da FATEC participam de simulação de seleção pessoal. Bombeiro realiza treinamento de prevenção de incêndio na FATEC. Palestra na FATEC une semiótica, informática e cultura geral. Psicóloga fala sobre vida emocional na FATEC. Toshio faz palestra e inaugura galeria na FATEC. DSTs são temas de palestra na FATEC. FATEC promove palestra sobre estresse. Alunos discutem sobre apelação na televisão. Aluna da FATEC orienta discussão sobre "Vida fora da Terra". Palestra aborda direito e informática. Alunos discutem família e formação de caráter. Pastor fala sobre religiosidade a alunos. Secretário (Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ourinhos) fala sobre economia brasileira na FATEC. Representante do COAS (Centro de Orientação e Apoio Sorológico) faz palestra na FATEC. Artista plástico fala sobre arte a alunos da FATEC. Médico ensina os primeiros socorros a alunos da FATEC. Reestruturação produtiva e adoção são temas de palestras. Reestruturação do trânsito em Ourinhos é tema de palestras. Remédios e MERCOSUL são temas de palestras. Atividade em faculdade incluíram política e saúde. Questões ambientais são discutidas em faculdade. Teatro e violência foram temas de palestras. Emprego é tema de discussão na Fatec. Dentistas falam sobre Odontologia Preventiva. Alcoolismo e morte são temas de palestras na Fatec. Palestra destaca a importância do espanhol. Fatec recebe delegada de ensino. Jornalismo foi tema de palestra na Fatec. Problemas da educação brasileira foi assunto de palestra na Fatec. Psicóloga fala sobre auto-estima aos alunos da Fatec. Professor

Norival Vieira da Silva faz palestra na Fatec. Doenças mentais: Abrangência e limite foi tema de palestra na Fatec. Treinamento contra incêndio na Fatec. Solidão na era da Computação. Alunos aprendem mais sobre Deficiência e Civismo. Espiritismo e Sexualidade foram temas de Palestras na FATEC. Alunos da FATEC estudam os crimes em Informática. Racismo é tema de Palestra na FATEC. Alunos discutem o Adultério Virtual. Alunos de E.P.B. 1 da FATEC – Ourinhos aprendem mais sobre L.E.R.. Alunos da FATEC assistem a Palestra sobre Johrei, Agricultura Natural e o Belo. Vice-Prefeito eleito falou sobre Planos de Governo aos Alunos da FATEC. Perícia criminal foi tema de palestra na Fatec. Fatec discute direito trabalhista e previdenciário. Debate sobre vida após a morte na Fatec. (HEMEROTECA FATEC-OURINHOS, 1997-2001).

Esses temas e eventos foram alguns dos que aconteceram nas aulas de E.P.B. e comprova a diversidade de assuntos, o envolvimento dos alunos com a comunidade e a motivação que toda essa dinâmica trouxe para a instituição.

Em 1993, durante o governo do Presidente Itamar Franco, que as disciplinas Educação Moral e Cívica e E.P.B. deixaram de ser obrigatórias nas escolas; por meio da Lei Nº 8.663, de 14 de junho de 1993. Segue a Lei:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º – É revogado o Decreto-Lei no. 869, de 12 de dezembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País e dá outras providências. Art. 2º – A carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior, bem como seu objetivo formador de cidadania e de conhecimento da realidade brasileira, deverão ser incorporados sob critério das instituições de ensino e do sistema de ensino respectivo às disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais. Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 14 de junho de 1993, 172º da Independência e 105º da República. ITAMAR FRANCO. Murílio de Avellar Hingel. (BRASIL, 1993).

Na Fatec-Ourinhos, as disciplinas continuaram por mais algum tempo e a sua extinção foi motivo de tristeza, pois as articulações produzidas pelo aprendizado proporcionado pelas informações trazidas durante as aulas foi algo muito valioso, tanto para alunos, professores, funcionários e direção como para a comunidade. Destaca-se, a seguir o segundo momento deste artigo.

## Eventos Culturais e Artísticos – Projeto Virada Fatecana

De acordo com os dados do Relatório Socioeconômico desenvolvidos pela FAT (FUNDAÇÃO DE APOIO A TECNOLOGIA, 2013), os alunos que estudam nas Fatecs na sua maioria são jovens, de 18 a 23 anos, do sexo masculino e solteiros, com renda familiar de até cinco salários mínimos e já chegaram à instituição com o desejo de frequentar futuramente uma pós-graduação ou um MBA.

Os alunos que frequentam um curso superior enfrentam mudanças direcionadas ao aprimoramento do indivíduo, estão participando de uma sociedade do conhecimen-

to e da competitividade, que levam esses alunos a perceberem a universidade também como um bem econômico, que permitirá no futuro, ao término desses cursos um grau de autonomia financeira. (ZABALZA, 2004).

Os alunos das Fatecs na sua maioria são trabalhadores, que buscam em sua formação um preparo adequado para melhorar suas participações no mercado profissional, na busca de autonomia financeira, estão muitas vezes afastados de apresentações e eventos culturais e de artes em função do trabalho, da escassez do tempo e inclusive da questão econômica.

As artes são utilizadas como meio de alcançar mudanças significativas em vários setores da sociedade. Elas são vistas e sentidas de formas diferentes para cada pessoa, para muitos está associada ao belo, para outros como elemento de desconstrução. Vários são os jovens que relatam experiências de êxito na utilização das artes como elemento transformador da vida.

Na Educação Superior, as artes podem auxiliar o jovem em sua forma de ser, levando-o a manifestar-se de modo mais criativo, mais envolvido com seus semelhantes e principalmente mais produtivo. Portanto, trazer artes e cultura para o Ensino Superior é algo impactante à vida do indivíduo.

Segundo Rodrigues e Lück (2001), os desafios atuais da sociedade exigem profissionais com qualificações cada vez mais elevadas, aumentando a responsabilidade das universidades na formação de seus alunos, buscando alternativas de novos conhecimentos para que esses alunos ampliam seu repertório social e melhoram suas condições no mundo do trabalho

A prática educacional no momento requer um ensino aberto para novos valores e significados, com um ato de criação de sentidos para aqueles que aprendem uma profissão. (ARROYO, 2009).

A formação universitária “exige o compromisso com a produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento da capacidade de adaptar-se a mudanças”. Esses novos conhecimentos devem envolver cultura e arte, que impõe no Ensino Superior um ressignificado ao ato de ensinar e aprender. (RODRIGUES; LUCK, 2001).

É no campo da educação, de acordo com Althaus (2004), que encontramos uma crença na perspectiva da resignificação do ensinar, pois o ensino da graduação deve formar profissionais capacitados para uma era de imprevisíveis mudanças, é um ato de criação de possibilidades para a construção do conhecimento.

Freire (1996), afirma que aprender não é meramente repetir a lição dada e sim construir, reconstruir, mudar. Assim, segundo Veiga (2006), o ensino permite uma prática pedagógica criativa e reflexiva que envolve outras práticas que permite inclusive compartilhar e exprimir afetividade.

As práticas culturais e sociais, as apresentações de artes e cultura incorporadas em uma instituição de Ensino Superior acrescentam fatores significativos na vida cotidiana dos universitários. Tendo uma representatividade fundamental como fenômeno social, movimentando esses universitários, tornando-os mais conscientes, voltados aos va-

lores humanistas e éticos mais reforçados, podem expressar seus sentimentos e emoções, e desenvolver a compreensão e a transformação da realidade educativa que os envolvem.

Por meio destas manifestações socioculturais, cujas tendências transformadoras podem contribuir significativamente para integrar o meio acadêmico, pode-se ter uma visão mais ampla para entender e compreender este compartilhar dos alunos que são fundamentais para os acontecimentos da sociedade contemporânea, dando significado à real função de educador.

Os educadores universitários, esclarece Zabalza (2004), devem estar interligados com seus educandos, para que no ensino ocorra um diálogo participativo e democrático e conseqüentemente resulte em desenvolvimento pessoal desses universitários para sua formação.

Guerra; Moreira e Romagnoli (2005) afirmam que essa interligação pode possibilitar ao aluno o encontro com ações que inscrevam diferentes modos de subjetivação, permitindo que reinventem diariamente diferentes formas de serem sujeitos, se posicionando frente a sua própria história e vida.

Um outro olhar se propõe ao espaço universitário, a abertura de um espaço que deve proporcionar satisfação, desenvolvimento pessoal e social, o desfrutar de vivências cujos valores podem favorecer a vivência integral do aluno universitário por meio da cultura e das artes.

Com base nas pesquisas evidenciadas, a professora Me. Eunice Corrêa Sanches Belloti e seus colaboradores propuseram a direção da Fatec-Ourinhos, um projeto intitulado “Virada Fatecana” cujo objetivo geral é: proporcionar a comunidade de alunos universitários da Fatec-Ourinhos um contato mais próximo com as artes e a cultura. Como objetivo específico tem-se: organizar apresentações e eventos nos horários de intervalo de aulas, de artistas ou grupos de representações artísticas e culturais, uma vez ao mês; grupos esses inseridos ou não na comunidade universitária.

Essas apresentações e eventos de artes e cultura acontecem no pátio da instituição e na quadra poliesportiva, são apresentações de alunos, professores, artistas ou grupos de representações artísticas e culturais, da cidade e da região que são previamente anunciadas e obedecem a um calendário definido pela autora do projeto e seus colaboradores.

Músicas, danças, poesias, peças teatrais, nos mais variados estilos fazem parte da “Virada Fatecana”, artistas locais e regionais, professores, funcionários e alunos da instituição, são os atores e autores dos espetáculos participando das apresentações que levam aplausos e grandes emoções aos presentes, em um espaço de acolhimento, aconchego e diversidade.

## Conclusões

As aulas de E.P.B. ao serem extintas no formato oferecido pela Fatec-Ourinhos, desapontou em demasia toda a comunidade acadêmica e sociedade. As propostas oferecidas eram motivadoras e proporcionaram incentivo à participação dos alunos nos mais variados segmentos da sociedade.

Contudo, as atividades do projeto “Virada Fatecana”, que teve início em 2010, ocorrem com grande sucesso e incentivam o envolvimento dos alunos nos eventos, respectivamente ratificando suas participações ativas, possibilitando novas experiências e vivências, representando para os alunos novas formas de socialização, estabelecendo envolvimento interpessoais, em que o tempo livre dos intervalos de aulas não está ocupado somente com as tarefas de estudos, mas também com “situações agradáveis, com atividades que efetivamente divirtam e contribuam para o desenvolvimento pessoal” (CAMARGO, 1998, p.33).

Os resultados das apresentações propostas no projeto “Virada Fatecana” são consideravelmente positivos e motivadores, proporcionando um bem-estar geral à instituição.

É interessante destacar que as participações de professores, funcionários e alunos nos eventos, principalmente em apresentações de canto e dança, cresce significativamente ao longo dos anos de duração do projeto.

As principais sugestões de mudanças para o projeto são no âmbito de sua frequência, referem-se à ampliação das atividades para mais possibilidades de dias e horários. Considerando esta percepção, nota-se a valorização do espaço universitário para atividades culturais e de artes, sendo estes elementos fundamentais para a resignificação do aprender e ensinar no Ensino Superior.

Portanto, torna-se essencial que os espaços universitários favoreçam novas vivências, trazendo ganhos para a qualidade de vida tanto do corpo discente como do corpo docente e funcionários das instituições.

Novas atividades deverão ser propostas para a continuidade do projeto, tornando-se premente a relação da resignificação do ensinar à vida acadêmica dos universitários da Fatec– Ourinhos, promovendo assim evolução e engajamento dos seres humanos num ambiente de bem-estar, resgatando as movimentações e as motivações das antigas aulas de E.P.B. oferecidas por esta instituição.

## Referências

### Referências Bibliográficas

- ABREU, Maria Cecília; MASETTO, Marcos Tarciso. **O professor universitário em aula**. 8 ed. São Paulo: MG Ed Associados, 1990.
- ALTHAUS, Maiza Taques Margraf. Aprender, Conhecer e Pensar: Resignificando Conceitos para a Docência Universitária, 2011. In: **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná-Curitiba, Brasil. Disponível em: < [http://educere.bruc.com.br/CD2011/autores\\_m.html](http://educere.bruc.com.br/CD2011/autores_m.html)>. Acesso em: 29 abr. 2014.
- ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BELLOTI, Eunice Corrêa Sanches. Aspectos de Subjetivação e Memória na Criação da Extensão de Campus da Fatec-SP – em Ourinhos. **Jornada Internacional Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2013. (Comunicação Oral).

- BRASIL. Decreto-Lei Nº. 869, 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>>. Acesso em: 14 jun.2014
- BRASIL. Lei Federal Nº 8663. 14 de junho de 1993. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1989\\_1994/L8663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8663.htm)>. Acesso em 14 jun.2014.
- CAMARGO, Luis Otávio de Lima. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.
- CERCHIARI, Ednéia Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia (Natal)**. Volume 10, nº 3, Sept./Dec. (2005) Natal, RN, Brasil.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUERRA, Andréa Maris Campos; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A crise subjetiva na universidade: perspectivas e desafios contemporâneos, 2005. **Mental**. Volume 3, nº 5, 9-27, nov. Barbacena, MG, Brasil. Disponível em: <<http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=s1679-44272005000200>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LEPRE, Rita Melisa. Considerações sobre a Educação Moral no Brasil: Percurso Histórico e Proposta Atual, 2008. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigo.asp?entrid=1073>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- LIPMAN, Matthew. **O Pensar na Educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NASCIMENTO, Eugênio. EPB e a ditadura, 05 abr. 2012. Disponível em: < <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=3481>>. Acesso em: 12 jun.2014.
- NUNES, Nataly; REZENDE, Maria José de. O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. Anais do **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina–trabalhadore (a) s em movimento: constituição de um novo proletariado**, 2012. UEL.
- PERRENOUD, Phillipe. **Pedagogia Diferenciada. Das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- RODRIGUES, Mara Eliane F.; LÜCK, Esther Hermes. A Resignificação do ato de Ensinar e Aprender na Universidade: o ensino de Biblioteconomia em questão. 2001. **Congresso Nacional Bad**, 7, Porto, Portugal. Actas. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicações/index.php/congressosbad/article.../687>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Técnicas de ensino**: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus, 2006.
- ZABALZA, A. Miguel. **O Ensino Universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## Fontes:

- FAT – Fundação de Apoio à Tecnologia. **Relatório Socioeconômico**. São Paulo: CEETPS, 2013.
- HEMOROTECA FATEC-OURINHOS: Artigos e recortes de jornais relacionados a Fatec-Ourinhos, 1997-2001.

# TECNOLOGIA SOCIAL, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA E ALTERAÇÕES NA VIDA DOS SUJEITOS

**Claudia Freitas Góes**

Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Superintendência de Educação Profissional

*“Não há sociedade sem trabalho e sem educação”.*

**Konder**

## Introdução

Considerando-se a contingência de milhares de jovens que necessitam, o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-lo mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, p.77, 2010)

A Educação Profissional da Bahia compõe uma Superintendência, a SUPROF, que está diretamente ligada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), o órgão central da educação pública baiana.

A SUPROF foi criada pelo Decreto Lei Nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, constituindo-se assim, política pública do Estado da Bahia com o compromisso de fortalecer a educação técnica profissional como projeto político que assegure uma oferta de educação tecnológica pública e de qualidade socialmente referenciada.

A oferta de vagas nos cursos técnicos da educação profissional baiana, entre os anos 2007 e 2012, teve o crescimento de mais de 1.400%, saltou de 4.016 matriculados, em 2007, para 56.604, em 2012, e tem crescido a ampliação da sua rede física e sua presença no interior do estado. Hoje ela está nos 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia.

Para efetivar esta interiorização antigas unidades escolares, inclusive escolas agrícolas abandonadas, foram transformadas em CETEP- Centros Territoriais da Educação Profissional<sup>1</sup> que oferecem cursos de diferentes Eixos Tecnológicos e em CEEP – Centros

---

<sup>1</sup> Os Centros têm o objetivo de atender às demandas do território de identidade a qual pertence, tem uma abrangência territorial ampliada podendo ter anexos sob sua direção.

Estaduais de Educação Profissional que ofertam cursos dos Eixos Tecnológicos em menor proporção.

Com as crescentes demandas sociais e econômicas por cursos técnicos, a implantação de Centros tem se ampliado cada vez mais e foi necessário ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio em Unidades Escolares que antes só ofereciam o Ensino Médio regular. Inaugurando mais uma possibilidade de formação técnica para adolescentes, jovens e adultos trabalhadores. São as denominadas Unidades Escolares Compartilhadas.

Toda esta estrutura tem como concepção pedagógica o trabalho como princípio educativo, o que possibilita a formação do ser humano crítico, reflexivo e emancipado.

## **A divisão administrativa da Superintendência de Educação Profissional**

A Superintendência de Educação Profissional está dividida em várias diretorias, as quais cumprem ações específicas, integram-se na dinâmica do funcionamento da Superintendência.

A Diretoria de Desenvolvimento de Educação Profissional (DIRDEP) é responsável pelo currículo, seus artefatos e implementações. Coordena as ações e proposições pedagógicas da orientação e da certificação profissional, especialmente voltada para o estágio curricular, que na educação profissional da Bahia é obrigatório para a obtenção do diploma de técnico. A estruturação e atualização do acervo técnico bibliográfico e da memória da educação profissional é parte de suas ações. É esta diretoria quem promove o acompanhamento e o incentivo de práticas pedagógicas inovadoras. Analisar os aspectos pedagógicos e metodológicos dos planos de cursos é parte de suas demandas, além de voltar-se para a formação continuada de professores e gestores que atuam nesse campo educacional.

Há também uma Diretoria responsável pelo planejamento da oferta de cursos, monitoramento das matrículas, lançamentos e controle dos dados no Sistema da Gestão Escolar (SGE), além de implantar e acompanhar o funcionamento dos Conselhos dos Centros de Educação Profissional e de cuidar das Diretrizes para o provimento de pessoal, da programação ou da relocação de professores da Rede da Educação Profissional. Está sob sua responsabilidade, a operacionalização institucional do estágio curricular e o zelo jurídico no cumprimento das Diretrizes e Normas Legais relativas à educação profissional, sempre com foco na articulação entre as dimensões legais, institucionais e pedagógicas. Estas são algumas das atribuições da Diretoria de Institucionalização da Educação Profissional (DIREPI).

Há uma Diretoria que realiza os processos de aquisição e contratação de serviços, é quem analisa o plano de ação do ponto de vista financeiro, repassa recurso, atende as demandas por reformas e equipamentos básicos para os Centros e Unidades Compartilhadas, analisam e gerencia convênios, contratos e acordos de cooperação técnica com terceiros. Cabe a essa Diretoria executar recursos originados de convênios firmados com

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com os quais é possível adquirir equipamentos, investir em formação e realizar obras de reforma e ampliação física. Estas são algumas das responsabilidades atribuídas à Diretoria de Gestão da Educação Profissional (DIRGEP).

Por fim, a Diretoria de Estudos e Pesquisas da Educação Profissional (DIRPEP). Ela está voltada para elaboração de estudos das demandas do mundo do trabalho, sua relação com as ocupações e as áreas de atividades, criação de cursos específicos de acordo com os Territórios de Identidade. Articula diálogos e interlocuções com outros atores externos à SUPROF que promovem educação profissional, neste sentido busca estabelecer parcerias e trocas. Esta Diretoria desenvolve ações e contribui para elaboração de instrumentos destinados à disseminação da produção científica e acadêmica da Superintendência.

A SUPROF é signatária dos 10 Compromissos do Programa Todos pela Escola preconizados pela Secretaria da Educação cujos pressupostos são: i) Alfabetizar crianças até os oito anos de idade e extinguir o analfabetismo escolar; ii) Fortalecer a inclusão educacional; iii) Ampliar o acesso à educação integral; iv) Combater a repetência e o abandono escolar; v) Assegurar a alfabetização e a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular; vi) Valorizar os profissionais da educação e promover sua formação; vii) Fortalecer a gestão democrática e participativa na rede de ensino; viii) Inovar e diversificar os currículos escolares promovendo o acesso dos estudantes ao conhecimento científico, às artes e à cultura; ix) Estimular as inovações e o uso das tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão escolar; e x) Garantir o desenvolvimento do jovem para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho. Mesmo considerando que alguns dos compromissos aí dispostos não dialoguem diretamente com a educação profissional são eles, que em integração, podem garantir aos estudantes o direito de aprender, estimular o crescimento e assunção das metas do IDEB estabelecidas pelo MEC para escolas, municípios e Estado, as metas estão previstas para serem cumpridas entres os anos de 2001 e 2014.

Nessa perspectiva, a educação profissional propõe em sua matriz curricular a integração entre os conteúdos da base nacional comum, o conteúdo da formação técnica geral e o da formação técnica específica; o estímulo à continuidade dos estudos, o incentivo a pesquisa e as tecnologias sociais; a valorização dos saberes e dos conhecimentos cientificamente referenciados.

Por meio dessas e de outras metodologias, a educação profissional desponta como uma grande oportunidade de um futuro melhor para jovens e trabalhadores baianos que por meio dela podem fazer um curso técnico de nível médio, e preparar-se por meio da formação integral, para os desafios de um mundo em constante transformação ao articular tradição e tecnologia, trabalho e cultura, valorização da identidade e diálogo com o mundo. Assim buscamos formas e alternativas reais para que essa juventude encontre nos Territórios de Identidades onde estão inseridos, alternativas de crescimento pessoal e econômico por meio de tecnologias sociais capazes de resolver os desafios ali presentes e estimular o crescimento sócio ambientalmente responsável numa relação em cadeia que respeite, desenvolva e inove as vocações econômicas desses mesmos Territórios.

## Território de Identidade

Atualmente, no Brasil e em grande parte da América Latina, houve um aumento de uso dos termos “território”<sup>2</sup> e “identidade” para nomear e para embasar projetos e programas governamentais voltados às áreas rurais.

[...] toda *identidade* é socioculturalmente construída e permanentemente reconstruída pelos contextos, nas mais diversas escalas, a partir de valores herdados e da ação das forças hegemônicas, cujo objetivo principal é aglutinar, mobilizar, criar sinergias para a aceitação e para a legitimação das imposições coletivas [...]. Dessa forma, entende-se que todo *território*, ao ser estabelecido, passa a apresentar características identitárias e relações de poder espacializadas. (RITTER, p.99, 2011)

Portanto, o uso do termo “território de identidade”<sup>3</sup> pode ser definido conforme (SANTOS, 2011) para implantação de infraestruturas, crescimento e avanço de determinada sociedade, de acordo com o dinamismo econômico e cultural. E ainda, acrescentaremos que também, há similitudes socioculturais que ultrapassam limites e fronteiras por vezes artificialmente constituídas.

Pensando nisso, a divisão dos Eixos Tecnológicos realizado pela SUPROF é por território de identidade, procurando promover o desenvolvimento e avanço nas localidades dos municípios baianos, criando formas de intervenções sociais de acordo com a demanda de cada realidade nos seus referidos territórios, buscando por meio desta, fortalecer a identidade dos sujeitos dentro das suas possibilidades e realidades nas localidades que vivem. Como, há quatro anos já vem mostrando significativamente, através de mudanças socioeconômicas e de comportamento desses estudantes.

## Formas de ingresso na Educação Profissional

Para ingressar na educação profissional da Bahia o estudante obedece a critérios de acordo com a sua realidade escolar e etária. Ele pode ao concluir o ensino fundamental escolher uns dos cursos técnicos, oferecidos pela rede, esta é a modalidade Educação Profissional Integrada – EPI, porque ele cumprirá o ensino médio ao longo de quatro anos obtendo ao final a conclusão do ensino médio com a formação técnica profissional. Outra modalidade é a Concomitância: o adolescente deve estar matriculado numa Unidade de

<sup>2</sup> O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

<sup>3</sup> Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

ensino médio regular onde cursará as disciplinas da base nacional comum, e no contraturno, matricular-se também num curso técnico em um Centro de Educação Profissional onde cursará os componentes curriculares ligados à formação técnica geral e a formação técnica específica em curso cuja duração é de três anos.

Mas, a educação profissional não está voltada exclusivamente para os que cumpram o percurso formativo em condições referenciadas, daí a existência de outras modalidades, tais como: Subsequente - PROSUB são cursos técnicos direcionados aos que já concluíram o ensino médio em escola pública, independente da idade atual e retornam à escola para fazer uma formação técnica profissional que tem a duração de dois anos. É uma modalidade ofertada apenas nos Centros de Educação Profissional por meio de sorteio eletrônico monitorado pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outras Instituições representativas do estado da Bahia.

Por uma necessidade de reparação social e buscando alcançar aqueles que não completaram o percurso formativo do ensino fundamental a SUPROF promove outra modalidade: PROEJA Fundamental. Com ele, a partir dos dezoito anos o jovem e o adulto trabalhador têm a oportunidade de elevar a escolaridade e obter uma qualificação sócio-profissional ao final de dois anos e meio. O mesmo acontece para os que não tiveram o ensino médio concluído. Este ao se matricularem no PROEJA Médio obterão, além da elevação da escolaridade, uma formação técnica ao cumprirem o período definido pela matriz curricular.

## Trabalho como Princípio Educativo

A concepção marxiana de trabalho já refere ao tanto que ele altera a vida humana, e o tanto quanto alteramos sua dinâmica. O trabalho se constitui de direito e dever gerando o que Frigotto (2010) chamará de um princípio formativo e educativo. “O trabalho como *princípio educativo* deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza, e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar o seu meio de vida”. (FRIGOTTO, p.60, 2010). E segue em sua reflexão:

*O trabalho como princípio educativo*, então, não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Um dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito pelo fato de o ser humano se constituir em um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural, transformando em bens, para sua produção e reprodução. (FRIGOTTO, p.61, 2010)

Mas, não podemos confundir mundo do trabalho, com o apressamento imediato para o mercado do trabalho e nem com o produtivismo do trabalho. (FRIGOTTO, 2010). Trata-se de uma relação mediata. Sua relação intrínseca dá-se com o trabalho na sua natureza ontocriativa (KOSIK, 1976 apud FRIGOTTO, 2010). No processo dialético, considerando que a formação profissional específica, para ser efetiva, é preciso da condição

prévia na educação básica (fundamental e médio) articulando-se, portanto, a ela e às mudanças científico-técnicas do processo produtivo de desenvolvimento humano.

Considerando-se a contingência de milhares de jovens que necessitam, o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-lo mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, p.77, 2010)

Assim, a SUPROF em consonância com as políticas públicas da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC vem na direção do avanço e da transformação. Para isso propõe alterar as relações sociais por meio da Educação com ações voltadas para a igualdade ao reconhecer os direitos sociais básicos dos sujeitos, entre eles o direito a uma formação técnica profissional pública de qualidade, socialmente referenciada e acessível para todos.

## Tecnologia Social e Alteração de Vida dos Sujeitos

A Tecnologia Social é todo produto, método, processo ou técnica criada para solucionar algum tipo de problema social e que atendam aos quesitos de fácil aplicabilidade e cause um impacto social relevante e crescente a um território ou região. Tem como proposta, segundo Dagnino (2004), satisfazer o consumo popular, as necessidades básicas que servem para produzir a infraestrutura, ou para a agregação de valor às matérias-primas e ainda fortalecer a identidade do sujeito no meio em que está inserido.

Observando o processo do desenvolvimento e da formação social e educacional dos sujeitos, nesse caso, de alguns estudantes da Educação Profissional do estado da Bahia e também, provocadas pelas narrativas e vivências com estes atores, ora em encontros, ora em visitas, ora nos acolhimentos diante de impasses e vitórias, registramos seus depoimentos, declarando as suas transformações e suas perspectivas de vida diante da diplomação do curso técnico.

Os relatos de depoentes verídicos foram recolhidos de diversas formas: em entrevistas, em visitas nas Unidades Escolares; nas ações de acompanhamento; nos atendimentos presenciais feitos na SUPROF na Coordenação de Orientação e Certificação e na de Currículo e Práticas Pedagógicas. E até mesmo na formatura de 2012, no Centro de Convenções do Estado da Bahia, quando a Assessoria de Comunicação da SUPROF teve a responsabilidade de entrevistar e registrar.

Na condição que me encontro, atualmente de coordenadora no setor de currículo e práticas pedagógicas desta superintendência, fico mobilizada e impulsionada a dar um tratamento de relevância a escuta dessas vozes. Daí absolvendo timidamente a leitura de Vygotski para analisar como os sujeitos desta polifonia, ainda que desconheçam os fundamentos teóricos desse grande pensador e pesquisador da Educação, revelam-se regida por este grande maestro.

Evidencia essa função da escola para o desenvolvimento do indivíduo através do ensino aprendizagem, demonstrando que é em seu interior, que serão substanciados os saberes cotidianos em saberes científicos, sendo que aqueles correspondem aos saberes construídos no âmbito extra-escolar e estes referem-se aos saberes construídos no interior das escolas, o saber sistematizado, bem elaborado o saber socialmente “aceitável”, que sofrem modificações no âmbito escola e posteriormente se tornam instrumentos de interação e mudança social. (VYGOTSKY, 2010)

Com base na citação acima veremos a seguir os depoimentos dos estudantes da Educação Profissional que relatam as suas alterações de vida.

Esse curso foi maravilhoso para mim. Eu me sinto muito feliz em estar realizando um grande sonho meu, de tocar em frente o meu desejo de ser uma empreendedora. Agora eu posso ter uma perspectiva e pensar bastante no meu futuro.

Francemar Santos – Técnica em Administração, formada.

CEEP em Gestão Severino Vieira em Salvador.

A experiência foi muito inovadora. O contato com as pessoas, com as matérias novas. Eu percebi que era um diferencial para mim, que era algo que eu não veria no ensino médio normal. E isso serviu muito para a minha vida. Até hoje eu estou tendo um crescimento por conta desta oportunidade que eu soube aproveitar.

Everton Brasil – Técnico em Logística, formado.

CEEP em Logística e Transporte Luiz Pinto de Carvalho em Salvador.

Enxergo minha região com outro olhar. Este curso agregou valor ao meu trabalho e à minha vida. Tudo valeu à pena. Aqui tivemos professores e profissionais maravilhosos. Quero continuar a estudar, fazer faculdade e investir no meu próprio negócio.

Jovânia Amaral da Silva – Técnica em Agroecologia, formada.

CEEP do Campo Milton Santos em Arataca.

Tomando posse desses depoimentos e dialogando com Freire (2005) compreendemos que “o homem como um ser inconcluso, consciente de sua inconclusão, e seu permanente movimento de busca do Ser *Mais*” (FREIRE, p. 83, 2005)

Amadureci muito nestes dois anos de curso. Cresci como pessoa e profissional. Me orgulho de ter feito o curso no CETEP, lá é uma família. Somos formados para valorizar o ser humano, lembrando sempre de colocar em prática o nosso conhecimento em benefício da comunidade.

Simone Barbosa Barros – Técnica em Enfermagem, formada.

CETEP do Sisal em Sisal.

O desenvolvimento da Educação Profissional produz no indivíduo um impulso para a vida, próprio do espanto filosófico de que tratavam os gregos. Consigo perceber nestes depoimentos os impactos produzidos por uma concepção de Currículo que oportuniza inter-relações significativas e aparentemente contraditórias, mas complementares: ciência e arte, geral e específico, rigor e criatividade, técnica e cultura, saberes e conhecimento, tradição e transformação, formação técnica e continuidade de estudos e outros binômios que tão largamente usamos ao longo dessa narrativa que não dariam conta de revelar as muitas possibilidades da Educação Profissional nas vidas dos sujeitos.

Mas, como isso acontece? Seguindo a tradição marxista, para Vygotski é através da atividade humana que o ser humano transforma o contexto social no qual se insere e nesse processo constitui a si mesmo como sujeito, ou seja, constitui o seu psiquismo. A história do desenvolvimento da sociedade e de cada pessoa, portanto, está diretamente relacionada às transformações da atividade humana e dos motivos que a impulsionam.

Esse curso me ajudou a conseguir o emprego que eu estou. Se eu não tivesse conhecimento na área, talvez a empresa não me contratasse. Esse curso me acrescentou, além de conhecimento, mais aptidão na área. E com o tempo que eu fui estudando, fui tendo mais gosto pela área.

Alex Silveira – Técnico em Informática, formado.

CEEP em Apoio Educacional e Tecnologia da Informação Isaias Alves em Salvador.

Para gente que é do Nordeste de Amaralina, que já passou por dificuldade no atendimento, por conhecer a realidade da comunidade, não tem nada que nos deixe mais felizes do que poder ajudar as pessoas.

Jamile Ribeiro – Técnica em Enfermagem, estudante

CEEP em Saúde e Tecnologia da Informação Dr. Carlos Correa de Menezes Sant'Anna em Salvador.

O curso alia teoria e prática. Em atividade recente, nós, estudantes do curso, assumimos o cardápio do Centro. Colocamos em prática o que aprendemos nas aulas teóricas: as técnicas de corte, o método de cozinhar, a organização e planejamento de cardápio, a importância da higiene na manipulação dos alimentos. Comecei o curso pela curiosidade. Agora, quero seguir carreira nesta área e aprofundar meus estudos.

Solange Ferreira – Técnica em Cozinha, estudante.

CEEP em Serviço e Processos Industriais Irmã Dulce em Simões Filho.

Sabemos que nossa qualidade de vida depende de atitudes conscientes. Hoje tenho mais consciência do quanto é importante colocar em prática o que aprendi e aprendo no curso em benefício da comunidade onde moro.

Márcia Ferraz – Técnica em Meio Ambiente, estudante.

CETEP Itaparica em Paulo Afonso.

Esse curso técnico já mudou bastante minha vida. Meu irmão também faz logística, tá trabalhando. Foi por causa dele que me interessei. Tô fazendo estágio no Tribunal da Justiça do Estado da Bahia. Nós dois já estamos ajudando minha mãe, com as despesas de casa, melhorias para convivência. Tudo melhorou bastante, já comprei computador. Cada dia, eu gosto mais do meu curso.

Jair Nascimento Brito - Técnico em Logística, estudante.

CEEP em Logística e Transporte Luiz Pinto de Carvalho em Salvador.

Estas narrativas, então, pela carga de verdade que sustentam e revelam nos seus discursos, demonstra o quanto às articulações possibilitadas e oportunizadas pela concepção de currículo da Educação Profissional da Bahia, mesmo com seus limites, foram e são, capazes de propiciar e oportunizar aos sujeitos, os estudantes, especialmente. Pois é para estes sujeitos que o currículo como artefato educativo que é, está destinado. Cabe também ao currículo organizar e sistematizar os conteúdos e as metodologias propician-

do caminhos para o encontro e a valorização dos saberes, da ciência, da cultura em seus sentidos mais amplos e complexos dialogando de acordo ao território de identidade em que vive, causando um impacto social e econômico nas suas localidades.

## Considerações Finais

A educação problematizadora, que não é fixismo reacionário, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos – como “projetos” -, como seres que caminham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar; mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro. (FREIRE, 2005)

O autor adverte e impulsiona ao estímulo de, na condição de professoras e professores cuidar do tipo de articulação, de aprendizagem e de transferência de conhecimento que queremos, com nossas pedagogias e nossas metodologias.

Mulheres e Homens somos os únicos seres que historicizam a aprendizagem, pelas alterações que ela provoca, tanto no âmbito individual quanto no social. Por isso, somos os únicos seres na natureza para quem aprender é uma aventura criadora e criativa, algo que nos estimula essa autorreferência, esse olhar valorativo para si mesmo, para o grupo e para o território onde estamos inseridos de forma a tomá-los como elementos de nossa construção como sujeito histórico no mundo.

A Educação Profissional da Bahia é um convite e ao mesmo tempo uma reflexão para professores e estudantes no sentido de serem sujeitos participes dessa subjetividade que emerge. Por sermos profissionais, ora em ação na institucionalidade, sabemos que a Educação Profissional e os sujeitos a quem diretamente nos referimos, os estudantes, aprendem, apreendem, significam e ressignificam a vida e seus sentidos. Este é uma síntese de como a SUPROF se relaciona com os sujeitos, assim como um breve estudo da concepção de currículo desta Educação relacionando-as com as alterações de vida. Sabemos dos limites que este trabalho apresenta, da inconclusão e da parcialidade dos seus dados, entretanto, a realidade apresenta possibilidade concreta de desenvolvimento humano do sujeito e mudança na localidade onde vive, principalmente nos aspectos socioeconômicos e culturais, dessa forma acreditamos que o caminho percorrido precisa ser reconhecido.

## Referências

### Fonte Primária

BAHIA, Educação Profissional da – Trabalho, Educação e Desenvolvimento – Legislação Básica – 2010 – 2011.

## Referências Bibliográficas

- DAGNINO, Renato. **A tecnologia social e seus desafios**. Disponível em em: HTTP: [www.ige.uni-camp.br/](http://www.ige.uni-camp.br/) Acesso em 08 fev. 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 31 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2005.
- FRIGOTTO, Galdencio. CIAVATTA, TT Maria. RAMOS, Marize (orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, Galdencio. CIAVATTA, TT Maria (orgs). **A formação do cidadão produtivo**. A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília, Inep, 2006.
- KOSIK, Karel, **Dialética do concreto**, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- RITTER, Carlos. **Reflexões Epistemológicas** sobre os “Territórios de Identidade”. Revista Geografar. [www.ser.ufpr.br/geografar](http://www.ser.ufpr.br/geografar). Curitiba, v. 6, n.1, p.95 – 109, jun./2011
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, 10ª edição Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- VYGOTSKY, L.S. (Lev. Semenovich). **A Formação Social da Mente**. Ed. Martins Editora, 2010.

# PRÁTICAS EDUCATIVAS E PROFISSIONAIS: OS EQUIPAMENTOS DO CURSO TÉCNICO EM ELETRÔNICA DA ESCOLA ROSA PERRONE SCAVONE

**Anderson Wilker Sanfins**  
Escola Técnica Estadual Rosa Perrone Scavone

---

## Introdução

As escolas profissionais, principalmente aquelas com cursos técnicos industriais, na área de eletrônica, mecânica, eletrotécnica, informática, química, etc., contam com uma estrutura de laboratórios equipados e muito bem aparelhados, que facilitam as ações educativas diárias e validam as aulas práticas, pois permitem aos futuros técnicos o manuseio com os equipamentos que serão utilizados no mercado de trabalho.

Com o avanço da tecnologia, infelizmente, muitas escolas optaram por programas e simulações com software e descartaram esse Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, seja por falta de espaço ou de uma política de preservação para a história da educação profissional. Uma das escolas que procuram preservar esse patrimônio é a Escola Técnica Estadual (Etec) Rosa Perrone Scavone, localizada em Itatiba-SP.

A criação dessa escola profissional na cidade de Itatiba se deu pela Lei N.º 77, de 23 de fevereiro de 1948, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 25 de fevereiro de 1948, com a denominação de “Cursos Práticos de Ensino Profissional de Itatiba”. A publicação da Lei, criando a escola, não significava seu efetivo funcionamento, o que era comum neste período. As escolas eram criadas, mas, somente entravam em funcionamento alguns anos após a publicação, foi o que ocorreu com os Cursos Práticos de Ensino Profissional de Itatiba, que passaram a funcionar em 1950, ou seja, dois anos após a publicação.

A Escola Técnica entrou em funcionamento em março de 1950, com os cursos práticos profissionais de mecânica, marcenaria e corte e costura, que funcionaram até a década de 1970, quando foram criados os cursos Técnicos Industriais de Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica. O Curso Técnico de 2º Grau com Habilitação Plena em Eletrônica foi criado em 1975 e, dos três cursos criados na década de 1970, é o único que permanece até os dias atuais; o curso de Mecânica transformou-se em Projetos Mecânicos e o Curso de Eletrotécnica foi extinto ao final da década de 1980.

Atualmente a Escola Técnica atende a 21 cidades da região, a saber: Campinas, Jundiá, Bragança Paulista, Morungaba, Paulínia, Amparo, Atibaia, Valinhos, Vinhedo,

Várzea Paulista, Sumaré, Hortolândia, Piracaia, Campo Limpo Paulista, Bom Jesus dos Perdões, Louveira, Pedreira, Cajamar, Itupeva, além de Itapeva e Extrema no estado de Minas Gerais. Segundo dados da secretaria acadêmica, a escola formou mais de vinte mil estudantes no Ensino Técnico.

No ano de 2014, segundo o Banco de Dados do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), a escola tem matriculados 1.193 alunos, divididos entre Ensino Médio e Ensino Técnico. O Ensino Médio, no período diurno e o Ensino Médio Integrado ao Técnico de Informática, em período integral, conta com 349 alunos matriculados e se destina aos concluintes do Ensino Fundamental, o Ensino Técnico, no período tarde e noite, conta com 844 alunos matriculados e tem como pré-requisito de ingresso estar cursando a 2ª ou 3ª Série do Ensino Médio ou tê-lo concluído. Nos cursos técnicos a escola conta com os cursos de eletrônica, eletromecânica, automação industrial, projetos mecânicos, administração, logística, informática, manutenção e suporte em informática. A Etec ainda administra classes descentralizadas, com o curso Técnico em Administração nas cidades de Morungaba, Pinhalzinho e Pedra Bela.

Para o Ensino Técnico a escola conta com oito laboratórios: Laboratório de Programação, Laboratório de Informática Aplicada, Laboratório de Sistemas Integrados Multimídias, Laboratório de Sistemas de Comunicação, Laboratório de Sistemas Digitais e Microprocessados, Laboratório de Eletrotécnica, Laboratório de Eletrônica Analógica, Laboratório de Pneumática/Hidráulica e Oficina Mecânica.

Com quase 40 anos de funcionamento o curso Técnico de Eletrônica, torna-se o mais antigo da escola e passou por todas as transformações da evolução tecnológica. Dos equipamentos com válvulas, sua substituição pelos transistores e até chegar aos circuitos integrados (C.I.), a escola procurou e conseguiu preservar alguns desses equipamentos que eram utilizados pelos alunos no laboratório de eletrônica analógica. Grande parte dos equipamentos foram descartados, devido à obsolescência ou a falta de peças para manutenção e outros para dar lugar a novos equipamentos que foram adquiridos pela unidade escolar.

Segundo Granato e Lourenço (2011, p.88), o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia, do ponto de vista da tutela, encontra-se em situação vulnerável, de abandono, sujeito a arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis ou mesmo perda irremediável.

O patrimônio é um legado nosso para gerações futuras, e por isso deve ser protegido de forma que outras pessoas possam conhecê-lo. São objetos que têm valor no sentido da história que carregam, da ligação com a ciência e a tecnologia e, por vezes, até mesmo valor econômico. Mas, não se pode descartar o fato de que carregam também emoções. Como todo patrimônio, o patrimônio cultural da ciência e tecnologia é formado pelos significados que congrega, alimentando nosso conhecimento. (GRANATO, 2013, p. 2)

Essa realidade é vivenciada por professores e pesquisadores das escolas técnicas do Paula Souza e do Brasil, na qual a ausência de políticas ou programas governamentais para a preservação da memória científica e tecnológica brasileira permite que os instrumentos/equipamentos da Ciência e Tecnologia tomem os destinos mais

variados possíveis e os que continuam preservados devem-se ao trabalho e esforço de poucos professores e gestores, o que constatamos também como realidade na escola de Itatiba.

A Etec graças ao trabalho de preservação da memória tecnológica possui muitos equipamentos preservados como: osciloscópios e fontes de alimentação valvulados, multímetros analógicos, geradores de função, entres outros, em pleno funcionamento, que garantem uma visão diferenciada e a possibilidade de enriquecimento das práticas escolares e pedagógicas do ensino profissional do curso Técnico em Eletrônica. Devemos lembrar que esses equipamentos, eram os mesmos utilizados pelos futuros técnicos, no mercado de trabalho, principalmente para manutenção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, como rádio e TV, pois no final do século XX, era mais viável consertar esses aparelhos devido ao alto custo para troca, realidade diferente dos nossos dias em que muitos eletrodomésticos são descartados e trocados por novos.

Este trabalho contou com o apoio e a participação de professores e tem como objetivo primordial recuperar, reunir e manter o acervo técnico, científico e cultural dessa unidade escolar, preservando a memória da instituição em seu contexto histórico. A escola sempre teve o objetivo montar um Centro de Memória, devido ao grande número de documentos, fotos, registros, equipamentos, que possibilitará aos alunos, professores, e pesquisadores, estudarem a educação na cidade de Itatiba e o Ensino Técnico pelas lentes da Escola Rosa Perrone Scavone.

Com o crescimento da escola, principalmente nos últimos cinco anos, inviabilizou-se a montagem do Centro de Memória, devido à falta de espaço físico, desta forma, todo o arquivo esta armazenado em diversos locais, por exemplo o arquivo de professores que passaram pela escola, encontra-se na Diretoria de Serviços, todos os arquivos de ex-alunos encontram-se na Diretoria Acadêmica, as fotos e arquivos históricos, na diretoria da escola e os equipamentos no laboratório de eletrônica analógica.

Esta pesquisa buscou identificar os equipamentos do laboratório de eletrônica analógica, que fizeram parte da história da escola. Conseguimos identificar quatro equipamentos: dois osciloscópios, uma fonte de alimentação e um multímetro analógico, sendo que dois equipamentos são da década de 1970 e são valvulados, dispositivos da primeira geração dos componentes eletrônicos. Nesta busca, deparamos em inúmeras dificuldades, em função da não existência de manual dos equipamentos e falta de informações dos mesmos, principalmente na Internet. A pesquisa foi compartilhada com os professores mais antigos da escola, que chegaram a usar esses equipamentos e colaboraram na sua preservação.

Atualmente os professores apresentam os equipamentos aos atuais alunos da escola, mostrando o histórico dos equipamentos e acreditam que o empenho na preservação contribuirá para a preservação da história do curso, da escola e da instituição.

A seguir listamos os equipamentos e as características encontradas:

## Fonte de Alimentação Dupla 406 – Leepuc

As fontes de alimentação ajustável ou variável são instrumentos utilizados para ajustar tanto a tensão quanto a corrente de saída, que serão utilizadas para energizar circuitos e componentes eletrônicos, para a realização de testes de funcionalidade e experimentos. Uma fonte de alimentação tem por objetivo transformar a energia elétrica da rede de tensão em corrente alternada (*AC - Alternating Current*), para uma energia em corrente contínua (*DC - Direct Current*). Essas fontes de alimentação são usadas em bancadas ou linhas de produção, e são indicadas para diversas aplicações:

A realização de testes, reparos e recargas de equipamentos eletrônicos;

- Alimentar circuitos de projetos eletrônicos em protoboards<sup>1</sup>;
- Testes de consumo de produtos;
- Localização de curto circuito;
- Auxiliar no desenvolvimento e projeto de novos produtos;
- Laboratórios educacionais, etc.

A fonte de alimentação dupla 406 (Figura 1) da Etec Rosa Perrone Scavone, da marca Leepuc, guardada no Laboratório de Eletrônica Analógica, é uma fonte de alimentação para 200 VDC/ 100mA, valvulada que se encontra em perfeitas condições de funcionamento. A fonte consta como compra pelo Governo de São Paulo, com patrimônio número 193797. Em uma etiqueta interna na fonte, encontramos os seguintes dizeres: “Aparelho Modelo 406, nº 09 e com revisão mecânica, revisão eletrônica, regulagem, calibração e revisão final em 29 de junho de 1974”.



**Figura 1** – Painel Frontal da Fonte de Alimentação Dupla.

Fonte: Acervo da Etec Rosa Perrone, em 2014.

<sup>1</sup> Protoboard: uma placa de ensaio ou matriz de contato, é uma placa com furos e conexões condutoras para montagem de circuitos eletrônicos experimentais. A grande vantagem da placa de ensaio na montagem de circuitos eletrônicos é a facilidade de inserção de componentes, uma vez que não necessita soldagem.

A marca Leepuc, segundo pesquisa no site da Receita Federal, pertence a empresa LEEPUC Ind. e Com. de Artigos Politécnicos Ltda., criada em 27 de dezembro de 1968, tinha a sede na Rua Marques de São Vicente, 225 - Gavea - Rio de Janeiro/RJ, consta que a empresa não esta mais ativa e foi baixada o CNPJ no site da Receita Federal em 31/08/2008. Nenhuma outra informação foi encontrada sobre a empresa, apenas informações de outros produtos que ela vendia como osciloscópios, gerador de rádio frequência, etc., portanto, caso a fonte de alimentação necessite de manutenção, deve-se recorrer a fornecedores de componentes antigos ou técnicos que tenham familiaridade com as válvulas, o que também é raro nos dias atuais.

As válvulas são componentes eletrônicos utilizados nos primórdios da evolução tecnológica (Figuras 2 e 3), a primeira válvula termiônica foi o diodo patenteado por J. A. Fleming em 1904. O diodo de Fleming surgiu do trabalho baseado no Efeito Edison, cerca de duas décadas atrás. O desenvolvimento seguinte da válvula termiônica ocorreu nos EUA em 1906, quando Lee de Forest acrescentou um terceiro eletrodo à válvula. O princípio de operação de todas as válvulas termiônicas é o fluxo controlado de elétrons num vácuo a partir de um catodo aquecido até a um anodo positivamente carregado. Elétrons intermediários podem ser colocados entre o anodo e o catodo para controlar o fluxo de elétrons. A I Grande Guerra resultou no uso difundido de técnicas de comunicação "sem fio" para sinalização militar, com consequentes aprimoramentos nas válvulas. Ao término da guerra, tríodos puderam ser produzidos para operação nos transmissores e receptores, e a teoria e operação desses dispositivos tornaram-se melhor aplicadas em equipamentos. Os desenvolvimentos de pós-guerra foram projetados com vistas a aumentar a amplificação e a reduzir o consumo de potência, e também aumentar a frequência de operação. As válvulas iriam revolucionar todos os equipamentos eletrônicos, como os rádios e as primeiras TVs valvuladas, durante toda a primeira metade do século XX, a invenção da válvula permitiu que os equipamentos eletrônicos saíssem do meio científico e militar e chegasse aos lares, primeiro com os rádios e depois com a televisão. A segunda grande revolução eletrônica acontecerá com a invenção do transistor, em 1947, por William Bradford Shockley, Walter H. Brattain e John Bardeen, criado nos laboratórios da Bell e se baseava no conceito de que era possível controlar o fluxo elétrico num material sólido como o silício. Vem daí o nome de eletrônica "*do estado sólido*" para designar a nova tecnologia que substituiu a tecnologia das válvulas onde o fluxo elétrico era controlado no vácuo. Os transistores substituíram completamente as válvulas nas décadas seguintes, porém estas continuaram sendo usadas principalmente em circuitos amplificadores.

Nos dias atuais, é raro encontrar equipamentos ou aparelhos valvulados, são relíquias, principalmente expostos em museus de tecnologia, mais difícil ainda é encontrar esses equipamentos em funcionamento, devido à falta de peças para manutenção, desta forma, essa fonte de alimentação da Etec Rosa Perrone (Figuras 2 e 3), além de ser rara, é fundamental para entender a história da eletrônica e da tecnologia, além do curso técnico em eletrônica que foi ministrado pela Etec desde sua fundação.



**Figuras 2 e 3** – Circuitos Internos da Fonte de Alimentação Dupla com detalhes das válvulas eletrônicas.

Fonte: Acervo da Etec Rosa Perrone, em 2014.

## Osciloscópio PANTEC Labo 5100 15Mhz

Os osciloscópios são instrumentos utilizados para visualizar a forma de onda dos sinais, possibilitando análises qualitativa e quantitativa dos componentes eletrônicos que geram as diversas formas de onda. Existem vários modelos de osciloscópios, os mais simples são dotados de um tubo de raios catódicos (TRC) com uma tela transparente revestida de material fluorescente. Quando o feixe de elétrons incide em sua superfície, deixa uma impressão (um ponto luminoso) visível na parte externa da tela do tubo. A trajetória do feixe de elétrons pode ser alterada antes de atingir a tela fluorescente. O desvio ocorre em decorrência das tensões aplicadas entre placas colocadas horizontal e verticalmente, permitindo que a forma de onda seja visualizada.

Atualmente existem osciloscópios, tanto analógicos como digitais e a teoria de funcionamento de ambos é a mesma, o que os difere é apenas algumas mudanças em como utilizá-los. Os osciloscópios digitais popularizaram esta ferramenta, pois se comparados aos analógicos, eles são mais baratos, tem seu tamanho e peso reduzidos (existem modelos que podem ser levados no bolso, ou ainda conectados ao seu computador) e contam com recursos que facilitam a utilização.

A fabricante do osciloscópio (Figura 4) é a Empresa Panambra, que está presente no mercado brasileiro há mais de 70 anos, segundo o site da empresa a mesma *“participou ativamente do processo de industrialização brasileiro, em particular nos segmentos metal-mecânico e o conjunto de instituições voltadas para o ensino técnico-profissional”*. Atualmente a empresa concentra-se em quatro principais áreas de atuação: automotivo, teste e medição, equipamentos didáticos e pesquisa e maquinário para corte, conformação, usinagem e forjaria. Segundo os princípios e valores da empresa:

- Agir sempre, com todos, e em qualquer situação, com honestidade, ética profissional e responsabilidade socioambiental.
- Prometer somente aquilo que possa ser cumprido.
- Não nos eximir de nossas responsabilidades no pós-vendas.

- Buscar permanentemente novidades, evoluções tecnológicas ou métodos de trabalho que representem custos mais vantajosos para nossos clientes.
- Manter equipes de trabalho enxutas, motivadas e comprometidas com a nossa missão e os nossos princípios e valores.



**Figura 4** – Painel Frontal Osciloscópio PANTEC Labo 5100 15Mhz.

Fonte: Acervo da Etec Rosa Perrone, em 2014.

Esse osciloscópio da Figura 4, segundo relato de professores da Etec foi muito utilizado durante as décadas de 1980 e 1990, período em que a escola sofria com a falta de equipamentos em seus laboratórios, muitos dos osciloscópios eram ultrapassados e existiam três osciloscópios novos, dois osciloscópios PANTEC Labo 5210 15Mhz e um Osciloscópio PANTEC Labo 5100 15Mhz, que era conhecido na época como “*pantequinho*”, devido ser menor que os outros dois equipamentos da marca PANTEC.

Os professores relataram que foram duas décadas difíceis para a escola, no qual, tinham apenas três equipamentos para turmas de 35 alunos, os alunos se revezavam para utilizar o equipamento. Devido a utilização constante neste osciloscópio, houve um desgaste nos números impressos no painel, que foi refeito através da colagem de um adesivo com os números, isso permitiu a utilização do equipamento por muitos anos. A partir dos anos 2000, a escola começou a receber novos equipamentos e investimentos nos laboratórios, sendo assim o osciloscópio “*pantequinho*” foi finalmente aposentado, porém continua em perfeitas condições de funcionamento e foi guardado em um armário do Laboratório de Eletrônica Analógica, junto a outros equipamentos preservados para o futuro Centro de Memória da escola. Dessa forma, esse osciloscópio, cumpriu em muito seu trabalho, para aprendizado de milhares de técnicos que passaram pela escola técnica e hoje atuam no mercado de trabalho, com equipamentos bastante sofisticados, mas tiveram a base para utilização desses equipamentos com o famoso “*pantequinho*”.

## Osciloscópio HP 143S Display Section

O osciloscópio HP (Figura 5), acreditamos ser um dos equipamentos mais antigos na Etec Rosa Perrone, também valvulado, esse equipamento sempre impressionou os alunos pelo tamanho e a dimensão da tela.



**Figura 5** – Painel Frontal Osciloscópio HP 143S Display Section.

Fonte: Acervo da Etec Rosa Perrone, em 2014.

A marca HP (Hewlett-Packard), geralmente esta associada a impressoras e calculadoras, mas foi somente na década de 60 que a HP entrou no ramo de informática e, nas décadas seguintes fez inúmeros lançamentos de produtos inovadores como calculadoras, de mesa e de mão, computadores, impressoras, entre outros produtos. A HP esta presente hoje em mais de 170 países, somente a marca HP esta avaliada em US\$ 22,19 bilhões, ocupando a posição de numero 12, no ranking das marcas mais valiosas do mundo. No Brasil a HP se consolidou como uma das maiores fabricantes de impressoras jato de tinta, laser monocromática e coloridas, multifuncionais, scanners e servidores de impressão. Mas essa história de sucesso começou com equipamentos como esse osciloscópio da Etec, o início da empresa data de 1938, quando os americanos Bill Hewlett e Dave Packard, dois estudantes da universidade de Stanford, investiram US\$ 538 para montar uma garagem, no subúrbio de Palo Alto, Califórnia. O primeiro produto criado pela dupla foi um oscilador de áudio, batizado de HP200A, instrumento muito utilizado para engenheiros testar equipamentos de som. Um dos primeiros clientes foi o Walt Disney Studios que adquiriu oito destes osciladores para desenvolver e testar o som para o filme de animação “Fantasia”. Com o sucesso do primeiro produto, ambos resolveram, em 1939, fundar a Hewlett-Packard Company. O nome da empresa foi decidido na moeda, com o sobrenome de Hewlett na frente.

O osciloscópio HP da Etec Rosa Perrone, guardada no Laboratório de Eletrônica Analógica, é um equipamento para medições até 5MHz. O equipamento consta como comprado pelo Governo do Estado de São Paulo, com patrimônio número 193767. Em

uma etiqueta encontramos como serial nº 1321A 00858, made em USA, sendo um aparelho importado que permaneceu por muitos anos de utilização no curso técnico em eletrônica da escola. Segundo professores, quando esse equipamento ficou obsoleto, devido a baixa capacidade de medição, ele continuou sendo utilizado principalmente em eventos como Escola Aberta e exposições, no qual era mostrado aos visitantes, o equipamento sendo exibido uma figura de Lisajuss.

Na matemática, a curva de Lissajous é o gráfico produzido por um sistema de equações paramétricas que descreve um complexo movimento harmônico. Essa família de curvas foi estudada por Nathaniel Bowditch em 1815, e mais tarde por Jules Antoine Lissajous, em 1857. Existem duas formas de trabalhar com as figuras de Lissajous para se medir amplitude, frequência e fase de sinais senoidais, o mais comum é o osciloscópio, mas elas podem ser produzidas em computadores e mesmo por sistemas mecânicos:

#### **a) Sinal único**

Com a ajuda de um gerador de sinais senoidais ligado a uma das entradas, pode-se descobrir as características de qualquer sinal senoidal que seja aplicado na outra entrada. Este fato torna as figuras de Lissajous um importante recurso para o diagnóstico de problemas em equipamentos, ou ainda para a medida de frequências sem que para isso seja necessário usar um freqüencímetro.

#### **b) Dois sinais**

Neste caso, podemos usar as figuras de Lissajous para medir a fase entre eles. Basta aplicar os sinais nas entradas vertical e horizontal do osciloscópio (que terá o sincronismo interno desligado) e analisar a figura formada, que poderá ser qualquer uma das que são mostradas abaixo.

## **Multímetro Analógico 484 ENGRO**

O multímetro é um dos instrumentos mais usados em eletrônica, podendo ser analógico ou digital. Nos primórdios da indústria eletrônica, os multímetros mais utilizados eram os analógicos, em função do preço dos multímetros digitais que eram elevados, atualmente com a queda no preço dos multímetros digitais, praticamente ninguém mais utiliza o multímetro analógico. Um multímetro digital pode ser encontrado por R\$ 12,00 (doze reais) ou até menos, desta forma, disseminou no mercado o uso do multímetro digital, e nas escolas técnicas os alunos não aprendem mais a usar o multímetro analógico, já iniciam o curso aprendendo com um multímetro digital.

O multímetro analógico tem um ponteiro (galvanômetro) que se desloca sobre um painel com escalas graduadas que permitem a leitura do valor mensurado, desta forma o técnico precisa interpretar as escalas e se necessário fazer as divisões de cada intervalo de escala. No multímetro digital a leitura do valor medido aparece em um display digital, a preferência pelos multímetros digitais se deve principalmente a essa facilidade de uso.

Os multímetros são aparelhos que fazem diversas medidas de grandezas físicas, nos primórdios os técnicos em eletrônica utilizavam diversos aparelhos: amperímetro,

voltímetro, ohmímetro, etc. todos eles foram incorporados em um único aparelho, daí vem o nome, multi meter (múltiplas medidas), ou simplificando, multímetro. Com os multímetros é possível medir tensão, corrente, resistência, frequência, capacitância, indutância, temperatura, entre outras, também é possível testar componentes como diodos e transistores.

A ENGRO é uma empresa voltada para a fabricação de instrumentos elétricos. Fundada em 19 de março de 1954, desenvolve, produz e comercializa equipamentos de alta tecnologia que monitoram e controlam temperatura, grandezas elétricas e processos. A missão da empresa é *“fabricar produtos e prestar serviços para industriais em geral do setor público e privado com equipamentos para poder monitorar e controlar parâmetros elétricos para uma melhor produção e atender todas as necessidades do mercado”*.

O multímetro 484 ENGRO (Figura 6), encontra-se guardado no Laboratório de Eletrônica Analógica da ETEC Rosa Perrone e tem as seguintes características e medidas: OHMS máximo: 20MW, VCC máximo 1200v, VCA máximo: 1200v, ACC máximo: 3A, TESTE BATERIA, TESTE PILHA DE 1,5v, TESTE CONTINUIDADE: COM INDICAÇÃO LED, LOGICA: TTL LO HI TREE STATE, LI máximo: 150MA DB, HFE máximo: 1000. Esse multímetro foi utilizado pelos alunos, nas aulas práticas das disciplinas de eletrônica analógica, eletrônica de potência, eletrônica digital, entre outras. Segundo professores, existiam cerca de vinte multímetros no laboratório, os alunos sentavam em grupos de três ou quatro alunos por bancada. Para fazer os experimentos os alunos, se deslocavam até o armário para retirar os instrumentos: fonte de alimentação, multímetro, cabos de testes e protoboard, o professor distribuía os componentes eletrônicos, os alunos montavam os circuitos em protoboard, faziam os testes e medidas e posteriormente preenchiam um relatório a ser entregue ao professor. Desta forma, o multímetro era equipamento fundamental na vida de um técnico, e muitos dos alunos que passaram pela escola técnica aprenderam com o modelo 484 da ENGRO.



**Figura 6** – Multímetro Analógico 484 ENGRO.

Fonte: Acervo da Etec Rosa Perrone, em 2014.

## Considerações Finais

Observamos que é muito difícil, para grande parte das escolas técnicas, preservar o patrimônio cultural da ciência e tecnologia, graças a diversos fatores como falta de espaço físico, troca dos equipamentos devido ao avanço tecnológico, falta de peças para reposição, etc. A escola Rosa Perrone Scavone, se destaca por conseguir preservar alguns destes equipamentos, em perfeitas condições de funcionamento, tornando possível compreender toda a inovação tecnológica de um curso da área industrial, como o Técnico em Eletrônica. Foi importante e gratificante descobrimos que os professores apresentam esses equipamentos aos alunos, para mostrar a história e o avanço tecnológico dos aparelhos, pois muitos alunos, ainda jovens, podem vivenciar os recursos que possibilitaram o início da revolução tecnológica e ficam impressionados pela preservação, funcionamento e eficácia de tais equipamentos e sua substituição por novos dispositivos que reduziram o tamanho e os custos.

A importância de se conhecer o passado, as técnicas utilizadas, os planos de aula, as experiências desenvolvidas, desperta o interesse por todo este material, visando sua utilização e estudo para a história da ciência, da escola e do Centro Paula Souza, todos esses aspectos fizeram com esta temática fosse contemplada na pesquisa e abriu caminho para troca de informações com outras escolas técnicas que também mantêm equipamentos eletrônicos e poderá no futuro gerar um catálogo dos equipamentos eletrônicos das escolas do Centro Paula Souza.

## Referências

### Referências Bibliográficas

- ANDREY, João Michel. **Eletrônica Básica: teoria e prática**. São Paulo: Rideel, 1999.
- CIAVATTA, Maria. **O Mundo do trabalho em imagens – A fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.
- CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide Simas. **Celso Suckow da Fonseca**. Coleção Educadores MEC. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- GRANATO, Marcus, et. al. **Cartilha de Orientações Gerais para Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013.
- GRANATO, Marcus e LOURENÇO Marta C. **“Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade”**. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, n.4, dez.2010/mar.2011 – ISSN – 2177-4129.
- LAURINDO, Arnaldo. **50 anos de ensino profissional Estado de São Paulo 1911 – 1961**. 2º vol. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S/A, 1962.
- NAVARRA, Wanda Silveira. **O uso da terra em Itatiba e Morungaba**. 1977. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- PINTO, Luiz Fernando Teixeira. **Eletrônica: eletrônica analógica**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2011. (Coleção Técnica Interativa, Série Eletrônica, v. 2)

SANFINS, Anderson Wilker. **Ensino Técnico e Industrialização em Itatiba: A História da Escola Técnica Estadual Rosa Perrone Scavone (1948 – 1994)**. Dissertação de Mestrado. Universidade São Francisco, Itatiba, 2011.

TURNER, L. W. **Manual do Engenheiro Eletrônico**. Vol. 2. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Hemus, 1982

## Internet

**Banco de Dados. Mapeamento de Totais de Alunos**. Disponível em:

<<http://www.cpscetec.com.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

**ENGRO – O nome em Instrumentos Elétricos**. Quem Somos. Disponível em:

<<http://www.engro.com.br/br/a-engro>>. Acesso em: 29 mai. 2014.

**Fonte de Alimentação DC para Testes em Bancada**. Disponível em: <[http://www.jbminstrumentos.com.br/instrumentos-medicao/fonte\\_alimentacao.html](http://www.jbminstrumentos.com.br/instrumentos-medicao/fonte_alimentacao.html)> Acesso em: 18 jun. 2014.

**Founding HP**. Disponível em:

<<http://www8.hp.com/us/en/hp-information/about-hp/history/founders.html>> Acesso em: 05 jun. 2014.

**Panambra. Empresa. Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.panambra.com/pagina/Empresa>> Acesso em: 16 jun. 2014.

# A MEMÓRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NEWTON SUCUPIRA COMO ESPAÇO DE ESTUDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DA BAHIA

**Ruy José Braga Duarte**  
**Átila Cesar de Oliveira**

Centro de Educação Profissional Newton Sucupira

---

## Introdução

No intuito de situar o processo da educação profissional no Brasil e na Bahia, faremos um breve passeio pelo caminho da sua implantação, a partir dos povos indígenas até o Brasil contemporâneo. Com o propósito de contribuir no eixo temático “Apropriações de espaço institucional para estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional e tecnológica”.

Os povos indígenas no Brasil desenvolviam sua educação pelo método da observação e repetição, pois, os adultos faziam e ensinavam aos jovens como suprir suas necessidades básicas, por exemplo, a caça e a pesca. Assim, a aprendizagem passava por “saberes” e “fazer”, atividade esta que ainda vemos nos dias atuais.

Já, no Brasil colônia, a educação foi implantada através dos jesuítas, que além de catequisar, principal obra educacional da Igreja, também, educaram os índios, desempenhando um papel importante no processo de consolidação de colonização, assim como, construíram escolas para os colonizadores, em especial a elite.

No período de transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, deu-se as primeiras medidas sobre o aparelho escolar estatal, em 1808.

As primeiras instituições públicas a ser fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado. No Rio de Janeiro, foi criada a Academia de Marinha e as cadeiras de Anatomia e Cirurgia (1808); o curso de Agricultura (1814); o curso de Desenho Técnico (1818); a Academia de Artes (1820). Na Bahia, foram criadas as cadeiras de Cirurgia e de Economia Política (1808); o curso de Agricultura (1812); O curso de Química (1817). (Manfredi, 2002, p.74, apud, Cunha, 2000a, p.69)

O Estado brasileiro deu os primeiros passos em direção à formação profissional na primeira década do século XX, mais precisamente em 1906, com Nilo Peçanha, já em São Paulo, capital, em 1911 oficializou-se as primeiras escolas profissionais, ensino das artes industriais e de economia e prendas manuais. Contudo, apenas em 1930 foi criado o Ministério da Educação pelo Presidente Vargas modificando a estrutura do ensino

profissional tornando-se escolas federais de ensino profissional técnico. Vale lembrar que nesta década deu-se início um processo de intensa repressão com a criação do Estado Novo (1935 – 1945). O pós-Estado Novo que se deu a partir de 1945 a 1964, não houve significativas mudanças.

No que diz respeito aos sindicatos, só na segunda metade dos anos 50 é que foram extintos alguns preceitos legais herdeiros do período ditatorial – por exemplo, o atestado de antecedentes para os candidatos às direções sindicais, a nomeação de interventores, etc. O Estado continuou sendo o principal protagonista dos planos, projetos e programas de investimentos que alicerçaram o parque e o empresariado industrial. (Manfredi, 2002, p.102)

As concepções de escola durante as décadas de 1940 a 1970 constituíram dualidades de concepções e práticas: a) educação escolar acadêmico – generalista, onde aos alunos eram apresentados a um conjunto de conhecimentos básicos que iam se ampliando no decorrer da progressão alcançada; b) educação profissional, onde aos alunos eram apresentados uma série de informações específicas práticas para o exercício de uma profissão, porém, sem aprofundamento teórico científico, que contribuísse para o avanço futuro, seja nos estudos ou na profissão.

É nessa conjuntura que a educação profissional vem se desenvolvendo ao longo da história. Assim, veremos como se constituiu o CEEP Newton Sucupira.

## O CEEP Newton Sucupira

Com a grande expansão imobiliária durante o século passado e a migração de muitos trabalhadores para a capital do Estado da Bahia, Salvador, a necessidade de criação de moradias populares fora do eixo central da cidade foi se delineando e se concretizando com a criação de vários empreendimentos pela então URBIS<sup>1</sup>. Dentro desta

---

<sup>1</sup> A HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA S.A URBIS, é uma sociedade de economia mista, constituída por tempo indeterminado, nos termos da lei estadual nº 2.114 de 04/01/1965. As principais finalidades da URBIS quando criada era: 1 – Estudar as questões relativas à habitação popular e ao planejamento e à execução das suas soluções observada a política de desenvolvimento econômico e social do Estado; 2 – Formular, coordenar e executar o plano estadual de habitação e seus diversos sub programas; 3 – Promover a urbanização de áreas habitacionais carentes de infra estrutura básica e propiciar a ocupação de vazios urbanos destinados a implantação de assentamentos residenciais de interesse social, particularmente aqueles voltados a população de baixa renda;

A sigla URBIS é originária do latim visto que URBIS nesse idioma significa cidade. O primeiro conjunto habitacional construído pela URBIS foi o conjunto Sete de Abril em setembro / outubro de 1967 com 500 unidades no padrão 02 quartos. O último conjunto financiado foi o Vila Serrana em Vitória da Conquista no ano de 1990. A maior aglomeração de mutuários da URBIS localiza-se em Cajazeiras onde existem 21.984 imóveis financiados pelo SFH. Durante o decorrer dos anos a URBIS incorporou duas empresas a CEDUR (Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano) e a HAMESA (Habitação e Melhoramento do Estado da Bahia S.A. Alagados). Bairros com conjuntos da URBIS em Salvador: Cajazeiras, Cabula, Saboeiro, Alagados, Mussurunga, Doron, Faz. Grande, Itapagipe, Imbuí, Castelo Branco, Pirajá, Valéria, Vista Alegre de Coutos, Boca da Mata, Solar Boa Vista, Eng. Velho de Brotas, Paripe, Periperi, Ilha Amarela. Desde janeiro/1999 a URBIS encontra-se em processo de liquidação.

expansão nasce um novo bairro, Mussurunga, entre a Av. paralela e a estrada velha do Aeroporto. Fundado em dezembro de 1978, o bairro é dividido em onze setores, batizados por letras, de A a L e está situado às margens da Avenida Paralela, próximo ao Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães (ou Dois de Julho) e ao Litoral Norte, estrada de acesso às mais belas praias do litoral da Bahia. Os bairros mais próximos são: Itapuã, São Cristóvão, Bairro da Paz (antiga Malvinas), Praia do Flamengo, Stella Maris, Piatã, Jardim das Margaridas, Cajazeiras e Itinga. Mussurunga é conhecida como a “Terra dos Aviões”, em função das aeronaves que sobrevoam o bairro já em baixa altitude, preparando-se para aterrissagem no aeroporto.

Assim sendo, como qualquer bairro quer seja popular ou não, necessidades básicas vão surgindo à medida que a população vai se instalando e crescendo, e o local vai se caracterizando como residencial. De imediato instala-se um comércio, constrói-se uma igreja e uma escola.

A Escola de 2º Grau Professor Newton Sucupira, construída e inaugurada no governo Roberto Santos, localizada na Rua M, Setor F, S/Nº, Mussurunga I, município de Salvador, foi criada pela Portaria nº 502/79, publicada no D. O. de 20/01/79 para ministrar o Ensino Fundamental (5ª a 8ª) e Médio, com os cursos profissionalizantes nas habilitações Técnico em Mecânica, Auxiliar Técnico em Eletricidade e Técnico em Administração, autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, de acordo com a Resolução Nº 926/81, publicada no D.O. de 27 de janeiro de 1982.

A Escola Técnica Estadual Newton Sucupira passou por um período de transformação durante a turbulenta fase educacional que o Brasil enfrentou principalmente na reformulação do Ensino Técnico, fase esta que se discutiam os avanços significativos na área de educação e trabalho (Kuenzer, 1988, p.89), com isso, foi consolidado o ensino Técnico na escola sendo confirmado em 22 de outubro de 1982 tendo sua denominação alterada, passando a ser chamada de Escola Técnica Estadual Newton Sucupira, (ETENS), conforme Portaria Nº 8479, publicada no D.O. de 22 de outubro de 1982, sendo mantidos os cursos Técnico em Mecânica, Auxiliar Técnico em Eletricidade e Técnico em Administração. Com a extinção desses cursos, iniciou-se a partir de 1997 o curso de Formação Geral, contando com boa infraestrutura e sob a administração do professor Edinil do Espírito Santo, confirmou a ETENS como Escola Técnica realizando inúmeras parcerias com empresas privadas e estatais no sentido de absorver a mão de obra qualificada pela Escola, que pedagogicamente tinha uma relação afinada entre teoria e prática, fundada no conceito de práxis.

Com o movimento do processo político as transformações educacionais foram acontecendo, entre elas a fusão nível médio e formação profissional, definido por Leis, Decretos, Portarias, Pareceres e Resoluções (BAHIA, 2006) fortalecendo-se até acontecer à reforma do Ensino Médio e Técnico no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O Patrono, “Profº Newton Sucupira” vincula-se a um dos velhos troncos da aristocracia açucareira, de famílias extensas, base do que Gilberto Freire chamaria de patriarcalismo nordestino, aqueles mesmos senhores de engenho que no século XVIII já olhavam com desdém a denominação portuguesa e à época da independência alteraram seus nomes com o intuito de dar-lhes um colorido nativo – os Gê Acaiaba, os Tibiriçá, os Tapajós, os

Sucupira, entre tantos outros, no Nordeste como em outras regiões do País – com Formação na legendária Faculdade de Direito do Recife, professor titular em diversas instituições, inclusive na Universidade Gama Filho onde foi agraciado com o título de Professor Emérito, coordenador de programas de pós-graduação em educação, formulador de políticas públicas nesta área que tiveram intensa e persistente reverberação social, pensador do fenômeno educacional num viés eminentemente filosófico e histórico, membro de deferentes entidades acadêmicas, inclusive o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde cumpriu quatro mandados sucessivos como 1º vice-presidente, Newton Lins Buarque Sucupira dedicou sua vida a uma instituição ainda muito jovem no Brasil – a Universidade.

A contribuição que Newton Sucupira entendeu, muito acertadamente, dar, foi a de reformar a Universidade para conseguir, a médio e longo prazo, formar novas gerações de profissionais, inclusive os professores que atuariam diretamente no ensino básico e os produtores de conhecimento. Por indicação de Anísio Teixeira, Sucupira tornou-se membro do Conselho Federal de Educação, onde teve papel fundamental na formulação e na implementação da reforma universitária brasileira.

Atualmente proveniente do processo de eleição direta para direção de escola – uma reivindicação antiga da classe trabalhadora em educação – iniciado em dezembro de 2008, tem como Diretor Ruy José Braga Duarte.

No dia 02 de dezembro de 2010, através da Portaria Nº 8301, a então, Escola Técnica passou a se chamar Centro de Educação Profissional em Controle e Processos Industriais Newton Sucupira (CEEP Newton Sucupira), ofertando os cursos técnicos em Manutenção e Suporte em Informática, Eletromecânica, Eletrotécnica e Manutenção Automotiva, nas formas de articulação Ensino Profissional Integrado (EPI), Subsquente e Projea (Educação Jovens e Adultos).

O Centro Estadual de Educação Profissional Newton Sucupira possui uma área de 12.000m<sup>2</sup>, sendo 5000m<sup>2</sup> de área construída contendo: 17 salas de aula, uma sala dos professores, nove laboratórios, duas salas multimeios, uma biblioteca, uma cantina, um ginásio de esportes, 22 sanitários, uma sala de informática, direção, vice-direção, secretaria, coordenação, sala de reunião da coordenação, almoxarifado e um depósito.

Com esta infraestrutura e dando sequencia ao trabalho desenvolvido, o CEEP Newton Sucupira, vem proporcionando acréscimo de conhecimento e história a partir da realidade para a comunidade escolar e extra escolar, pois com a revitalização dos laboratórios, das salas de aula, das salas multimeios, dos espaços de convivência para estudantes e professores, do ginásio de esportes e da biblioteca entre outros, o que proporciona com as práticas pedagógicas, o fortalecimento do conhecimento para os trabalhadores, possibilitando assim, qualificação profissional.

## A memória

Compreendemos que memória está diretamente ligada à história, assim sendo, a história é a produção da existência dos homens em sociedade (Ciavatta, 2005). Portan-

to, a fim de possibilitar avanços significativos na formação dos estudantes, buscamos na historicidade do CEEP Newton Sucupira, dados que contribuam para tal formação, e aos “lugares de memória”,

Que são os arquivos, as bibliotecas, os dicionários, os museus, cemitérios e coleções, assim como as comemorações, as festas, os monumentos, santuários, associações, testemunhos de um outro tempo, “sinais de reconhecimento e de pertencimento a um grupo” em uma universais (com legislação pertinente, garantia orçamentária e continuidade) que levam ao aumento da escolaridade. (CIAVATTA, 2005)

Numa sociedade dividida em classes se faz necessário entender que as diferenças, são e estão postas à luz da sociedade e para além do que a escola ensina, pois a realidade concreta revela imagens que necessitam reflexões profundas de professores e estudantes, a exemplo da violência dentro e fora da escola, gravidez na adolescência, descaracterização da identidade local, desigualdade social, o trabalho e o emprego, são alguns elementos que podem ser discutidos a partir da história local e da instituição. Dessa forma, destacamos que a escola é um local de memória seguramente rico de possibilidade para o conhecimento, para além dos documentos oficiais que revelam o funcionamento escolar burocrático. Pois, a memória oculta nos atores que ainda transita o ambiente educacional traz contribuições significativas no desenvolvimento e produção de conhecimento. Logo, provocar os estudantes a colherem material imagético e oral para melhor construção profissional, requer pesquisa rigorosa, atenção e disciplina, visto que, verificar como exemplo: a) o período de fundação do bairro e da escola; b) o caminho percorrido da escola até a atualidade; c) a constituição cultural da escola; d) os processos de trabalho desenvolvidos na escola; e) a formação dos professores; f) a perspectiva dos estudantes; g) a compreensão de mundo do trabalho, etc.

É neste universo complexo e contraditório que inquirimos como CEEP Newton Sucupira coopera com a memória e história da educação profissional e tecnológica na Bahia, através de ações com foco em Tecnologia Social<sup>2</sup>?

## O CEEP Newton Sucupira como espaço de estudo da educação profissional

A proposta do trabalho pedagógico consiste no uso do método dialético, tendo o trabalho como princípio educativo e a intervenção social como princípio pedagógico, cujo objetivo é envolver o educando na aprendizagem significativa dos conteúdos, oferecendo aos mesmos, possibilidades de aprender criticamente o conhecimento científico. Seguindo tal pensamento, considerando a memória a partir dos fatos e dados históricos,

<sup>2</sup> Entendemos como tecnologia social baseado em Dagnino, (2004), onde, ela deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; não-discriminatória; liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários – entre patrão e empregado; orientada para um mercado interno de massa; libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários.

a escola tem o compromisso de respeitar os saberes dos educandos, aproveitando sua experiência, discutindo sua realidade, associando os saberes curriculares à experiência social, valorizando e resgatando a diversidade cultural, enriquecendo assim o conhecimento, pois ao mesmo tempo em que se ensina estamos num constante aprender. Devemos compreender que os estudantes chegam à escola trazendo uma cultura que precisa ser respeitada e contextualizada, assim como o professor, pois em sala de aula os dois lados aprenderão juntos, uns com o outro, para isso, torna-se necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a todos a possibilidade de se expressar num ambiente de respeito, solidário, com direitos e deveres bem claros. A conservação do patrimônio cultural da escola perpassa por estes caminhos que estão inseridos na memória local.

É importante que professores e estudantes assumam a postura do diálogo e da curiosidade compreendendo o papel da escola como sendo impulso para produção do conhecimento e de memória, preparando o estudante para o exercício da cidadania e seu desempenho em sociedade. Sabe-se que as questões educacionais estão intrinsecamente ligadas aos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais. É uma relação dialética, a educação pode interferir na sociedade contribuindo para sua transformação, como também os problemas da sociedade podem afetar a educação. Por esta razão a prática pedagógica vem se desenvolvendo fazendo relação entre memória, conteúdo escolar e a realidade concreta, visando a transformação da sociedade (ação – compreensão – ação). Pois a memória é elemento importante de compreensão e intervenção na prática social. Mas, para isto, os problemas da realidade deverão ser investigados a partir do contexto vivido através de uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto, tendo sempre em vista a formação de um sujeito crítico, participativo, disciplinado, responsável que compreende as relações sociais nas quais está inserido, através de análise da história, das situações, e das experiências do seu cotidiano.

A aparência empírica da realidade é superficial e contraditória com a sua própria essência. As aparências reais, mas superficiais, ao serem registradas como ideias espontâneas dos indivíduos, são conceitualizadas como senso comum (no pensamento de Vygotsky, são os conceitos cotidianos). A função real da teoria científica é penetrar a superfície empírica da realidade e captar as relações que geram as formas “fenomênicas” da realidade, sua aparência, ou sua forma sensível. Assim, os conceitos científicos se distinguem dos cotidianos na medida em que os primeiros procuram descrever os aspectos não observáveis da realidade.

Portanto, na busca de compreensão e dominação dos fenômenos, os homens constroem conceitos em níveis distintos de apreensão de seus fundamentos. Num primeiro nível os conceitos são construídos a partir da experiência sensível, da observação dos fenômenos na forma como eles se manifestam. Num nível mais aprofundado, eles expressam a essência dos fenômenos; ou seja, os elementos não diretamente acessíveis à observação ou à ação direta das pessoas. Os primeiros se constituem nos conceitos cotidianos e os segundos, nos conceitos científicos.

Sob o prisma das práxis, mesma matriz filosófica sob a qual se apoiou Vygotsky para a elaboração de suas teorias sobre o desenvolvimento humano e as implicações

educacionais, Gramsci (1991a) diria que os conceitos cotidianos se encontram no plano do senso comum. A função do pensamento consiste em penetrar a superfície dos fenômenos observáveis, procurando captar sua essência, chegando à compreensão elaborada ou científica do fenômeno. Essa compreensão se constitui em bom senso que, compartilhado por um grupo social, expressa uma concepção sobre a realidade. Karel Kosik (1989) definirá esse processo como a superação da pseudoconcreticidade em direção ao concreto pensado.

Nesse sentido, a memória como processo de estudo, e, a escola, também, como espaço de estudo se consolida no concreto pensado e em construção de possibilidades reais de apropriação do conhecimento. Vejamos, quando tratamos da memória distante e da memória recente para entendermos a realidade, estamos em um processo de aprendizado a partir da história, ou seja, é na história que se constrói e se dão os elementos básicos para a apropriação do conhecimento. Assim, no CEEP Newton Sucupira, o processo de estudo através da memória da Instituição se dá numa relação dinâmica, já que o desenvolvimento educacional não é estético, é sempre dinâmico. Ao buscar os elementos históricos que consolidaram a Instituição como de educação profissional, notamos a importância e o significado social que esta consolidação tem para a comunidade, o que era posto como uma referência de mão de obra, hoje se demonstra como uma referência de conhecimento técnico, tal alteração se evidencia nas formas e trato com o conhecimento técnico, além do tecnicismo, isto é, na busca de um cidadão crítico, reflexivo, questionador, emancipado.

Tudo isto está baseado na construção de um novo modelo de educação profissional. O Estado da Bahia retomou a Educação Profissional em 2006, durante o segundo mandato do Presidente Lula, fase de início do processo de ressignificação deste ensino no Brasil. Contudo, o modelo instituído até então continuava a reprodução de mão de obra, ou seja, o ensino tecnicista.

Em dezembro de 2007, foi criada a Superintendência da Educação Profissional (SUPROF) para tratar exclusivamente da Educação Profissional, através do Decreto Lei Nº 10.955/2007, ligada a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, tendo como compromisso fortalecimento da educação técnica profissional e projeto político que assegure uma oferta tecnológica pública e de qualidade socialmente referenciada. O conjunto desta política pública direcionou a Educação Profissional do Estado a dar avanços a partir das demandas encontradas através das dificuldades que os estudantes trabalhadores apresentaram durante anos, pois, a divisão social do trabalho (Trabalho Intelectual versus Trabalho Manual) se torna ponto central para entender a concepção do que é o Trabalho como Princípio Educativo. Assim,

[...] o trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como *princípio educativo* deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. (FRIGOTTO, 2005, p.60)

Dessa forma, a estrutura de currículo apresentada na Educação Profissional da Bahia, traz uma ressignificação do modelo curricular tradicional, visto que, uma das metodologias está vinculada à intervenção social, ou seja, ensino com retorno à sociedade, entendendo que são sujeitos históricos, fortalecidos pela sua identificação com seus territórios, compreendendo assim, a sua profissão. Exatamente aqui temos caminhos de resgate da memória da instituição no sentido de compreensão deste novo modelo, passando principalmente pelo currículo.

A SUPROF, respeitando o referido Decreto-Lei, formatou um currículo em três blocos de componentes que se relacionam Base Nacional Comum (BNC), que são garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB); Formação Técnica Geral (FTG) que tem como fundamental compreensão fazer com que o estudante entenda a relação teoria e prática, e trabalho e educação; e por fim a Formação Técnica Específica (FTE) organizada por categoriais curriculares, tem seus componentes curriculares ligados ao curso escolhido pelo estudante, definido pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

A Categoria Curricular presente no bloco dos componentes curriculares da FTE é dividida da seguinte forma: i) Contextualização, composto por componentes que fazem relação com o processo histórico e social à luz das necessidades humanas e das transformações da sociedade; ii) Fundamento, conjunto de componentes voltados para os conhecimentos de base essencial, que tratam da razão de ser de determinado curso, área de conhecimento, ou profissão; iii) Tecnológicos, estão os componentes que favorecem os resultados práticos no desempenho da profissão, expressam-se no contexto socioambiental, econômico e contribuem com as transformações da realidade conhecida; e o iv) Instrumental, onde os componentes desta categoria estimulam o desenvolvimento de habilidades para execução dos conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos de forma articulada para que assim possam promover o encontro entre teoria e prática. Proporcionando assim, para os estudantes, conhecimento e diálogo com o curso técnico da sua escolha, sabendo da sua importância histórica e as possibilidades de inserir-se no mundo do trabalho.

Podemos perceber que na contextualização estão colocados elementos fundamentais para o desenvolvimento humano do estudante através de diversos conteúdos, conceitos, etc. Inclusive a memória local dos espaços e da sociedade.

## Considerações Finais

A Educação Profissional da Bahia, assim como as instituições, em particular as de educação profissional, são um convite e ao mesmo tempo uma reflexão para professores e estudantes no sentido de serem sujeitos partícipes dessa memória carregada de subjetividade que emerge da historicidade. Por sermos profissionais, ora em ação na institucionalidade, sabemos que a Educação Profissional e os sujeitos a quem diretamente nos referimos, os estudantes, aprendem, apreendem, significam e ressignificam a vida e seus sentidos. Sabemos dos limites que ele apresenta, da inconclusão e da parcialidade dos seus dados, entretanto o caminho percorrido precisa ser reconhecido, pois entende-

mos que para se fazer história, os homens em primeiro momento precisam estar vivos e se manterem vivos, para que a partir daí o movimento das relações sociais aconteçam e se desenvolvam, que sejam verificadas a partir dos processos históricos, no resgate da memória. Pois, nesse desenvolver-se são criadas as condições de elevação da consciência humana rumo à emancipação. Assim, acreditamos que no processo de luta, que vem sendo travada, alcancemos a superação do modo de produção capitalista.

Por fim, agradecemos ao mesmo tempo que ficamos orgulhosos com os nossos estudantes em particular a Natália Cristina Costa dos Santos, do 3º ano do curso de Eletrotécnica, que vem ao longo dos anos desenvolvendo, com propriedade, suas habilidades e os conhecimentos adquiridos durante o curso.

## Referências

### Fonte:

BAHIA, Educação Profissional da – Trabalho, Educação e Desenvolvimento – Legislação Básica – 2010 – 2011.

## Referências Bibliográficas

- DAGNINO, Roberto. **Tecnologia Social**, uma estratégia para o desenvolvimento, 187-210, 2004
- FREITAS, Luis Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação**: confronto de logicas. São Paulo: Moderna, 2003 – (Coleção cotidiano escolar)
- FRIGOTTO Galdencio. CIAVATTA, TT Maria. RAMOS, Marize (orgs). **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FRIGOTTO, Galdencio. CIAVATTA, TT Maria (orgs). **A formação do cidadão produtivo** – A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília, Inep, 2006.
- KOSIK, Karel, **Dialética do concreto**, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Bomtempo, 2007.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- VYGOTSKY, L.S. (Lev. Semenovich). **A Formação Social da Mente**. Ed. Martins Editora, 2010. Disponível em: <http://educacaoprofessionaldabahia.blogspot.com.br/2011/02/estudantes-do-ceep-em-controle-e.html>. Acesso em 02 jun. 2014.

# O ARQUIVO ESCOLAR E O CENTRO DE MEMÓRIA DO COLÉGIO AGRÍCOLA SENADOR CARLOS GOMES DE OLIVEIRA – CASCGO

**Danielle Engel Cansian Cardoso**

**Gisele Gutstein Guttschow**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense  
Universidade Federal do Paraná

Esse trabalho se insere no eixo “Apropriação de espaço institucional para estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional e tecnológica” do IV Encontro de Memória e História da Educação Profissional: coleções, acervos e centros de memória.

A leitura do capítulo do livro de BELLOTO (2006) sobre o ciclo vital dos documentos e sua função arquivística, fez refletir sobre o acervo escolar do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Campus Araquari.

O objetivo desse artigo é mostrar os iniciais passos para a criação do Arquivo Permanente bem como o Centro de Memória Senador Carlos Gomes de Oliveira, nas dependências do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC (Instituto Federal Catarinense) – Campus Araquari.

O IFC Campus Araquari é fruto da então criada Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira<sup>1</sup>, cuja finalidade foi uma formação educacional profissionalizante na área da agropecuária a nível de primeiro grau. As obras dessa escola começaram em 26 de fevereiro de 1954 iniciando suas atividades escolares em 1959 com o curso de operário agrícola. Este colégio foi um dos primeiros na educação agrícola no Estado de Santa Catarina, se estabelecendo no município de Araquari (GARCIA, 1989).

Segundo Garcia (1989), o colégio foi criado através de acordo firmado entre os governos da União e do Estado de Santa Catarina, conforme Diário oficial da União nº 63, publicado em 18 de março de 1954 e teve o empenho do Senador Carlos Gomes de

---

<sup>1</sup> Carlos Gomes de Oliveira, nascido em 12 de outubro de 1894 na cidade de Joinville. Seus primeiros anos de vida escolar foram em escolas do seu município natal que lecionavam o ensino em português. Após estudou poucos anos na Deutsche Schule, atual Associação Educacional Luterana Bom Jesus Lelusc, cujo ensino era ministrado na língua alemã. Após passar pelo ensino no Colégio Conselheiro Mafra foi para Florianópolis estudar no Colégio Catarinense. Em 1918 graduou-se em Direito na Faculdade do Largo São Francisco na cidade de São Paulo. De volta a Joinville fundou e redatou o Jornal de Joinville. Em 1928 elegeu-se deputado federal, no período ditatorial de Vargas foi nomeado diretor do Instituto do Mate. Em 1950 foi eleito senador da República. (COSTA, 1996).

Oliveira para a construção da instituição de ensino. Inicialmente esse estabelecimento de ensino receberia o nome de Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, porém no ano de 1959, quando iniciou as atividades escolares houve a mudança do nome da escola para Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira<sup>2</sup>, pois, reconhecia “[...] o esforço e empenho deste político na implantação do educandário no município de Araquari” (GARCIA, 1989, p.12). Nesse período a Escola esteve subordinada as orientações do Ministério da Agricultura.

Segundo Cristofolini [*et alt*] (2009), em 1967 a Escola foi transferida para a subordinação do Ministério da Educação e Cultura e a partir de 1968, por meio de um decreto, passou a integrar o sistema federal de ensino vinculada a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Através da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira (última nomenclatura empregada), deixa de ser uma escola vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina e passa a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), instituição que possui uma estrutura multicampi que conta atualmente com quinze campus localizados no estado de Santa Catarina e articulados pela reitoria que está localizada na cidade de Blumenau/SC.

O Instituto Federal Catarinense é um dos 38 institutos criados pela Lei Nº 11.892/2008 e originalmente foi constituído mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio e pelas Escolas Técnicas vinculadas à UFSC: Colégio Agrícola de Camboriú e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira.

Essa mudança na estrutura organizacional da instituição trouxe novas oportunidades e também novos desafios, principalmente no que se refere a criação de novos cursos técnicos integrados, subsequentes, cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas) e especialização, pois durante décadas a instituição centralizou seus esforços em um único curso, o Curso Técnico em Agropecuária. Atualmente os cursos ofertados no campus Araquari são: Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, Curso Técnico em Agrimensura Subsequente ao Ensino Médio, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Licenciatura em Química, Bacharelado em Sistemas de Informação e Bacharelado em Medicina Veterinária.

Esse novo percurso vislumbrado pela instituição e pelos indivíduos que dela fazem parte, trouxeram à tona, a visualização da necessidade de guarda dos registros escolares e memórias do passado, e a criação de novas metodologias e normas de registro documental para os acontecimentos e criações do tempo presente e futuro.

---

<sup>2</sup> Somente após a Constituição de 1988 é que foi permitido dar nomes de pessoas vivas a instituições. (CRISTOFOLINI, 2009, p. 10).

As vivências administrativas e o conhecimento histórico das autoras<sup>3</sup> sobre a instituição, impulsionaram o interesse pela verificação de como se apresentava a guarda dos registros documentais, principalmente, em um primeiro momento os registros acadêmicos de ex-alunos da instituição.

Não foi surpresa deparar que os documentos da instituição escolar estavam alojados em um local denominado Arquivo Morto. Entendemos, como definição de *Arquivo Morto*, as considerações de Zaia (2005, p.166):

“arquivo morto”, termo comumente utilizado que, dentro da escola, se refere aos muitos espaços em que encontramos documentos acumulados: banheiros desativados, vãos embaixo de escadas, quartos de guarda de materiais de limpeza, dispensas dos refeitórios, salas desativadas próximas à lanchonete, porões, sala de materiais da fanfarra, “cantos” da biblioteca em atividade (ou desativada), entre outros.

Juntou-se a vontade de duas servidoras da instituição arraigadas do espírito de zelo pelos documentos em ressuscitar o “Arquivo Morto” e transformá-lo em Arquivo Escolar Permanente e Centro de Memória.

Esse trabalho iniciou com nossa visita a um dos “Arquivo Morto”. Ele estava depositado/localizado entre a sala número um dos professores e a sala da Direção de Desenvolvimento Educacional (DDE) e da Coordenação Geral de Ensino (CGE), local que conta também com várias divisórias que servem de sala a diversos professores. Em geral, ele se condicionava a guarda de documentos relativos à secretaria escolar, no entanto com o passar de alguns anos, passou a servir de espaço para depósito de livros, materiais de expediente como giz e fitas além de materiais e objetos diversos.

Diante das condições precárias observadas no ambiente destinado ao “Arquivo Morto”, deu-se início a um trabalho de conscientização dos gestores da instituição, iniciado pela apresentação dos problemas e possíveis soluções para a guarda dos registros acadêmicos e memórias institucionais.

Na mesma época em que ocorriam as conversas com a gestão sobre a necessidade de mudança de localização do Arquivo para uma maior valorização e melhor guarda dos registros documentais institucionais, deparou-se com a solicitação da reitoria para a nomeação de um servidor por campus para a constituição de uma Comissão Responsável pela Guarda e Manutenção do Acervo Acadêmico do Instituto Federal Catarinense. O campus Araquari nomeou a servidora Danielle Engel Cansian Cardoso como membro da comissão e mais doze integrantes foram nomeados por outro campus do IFC. A comissão foi oficializada através da Portaria Nº 370/2014, de 20 de fevereiro de 2014, assinada pelo reitor Francisco José Montório Sobral. Porém vale ressaltar que, até o presente momento,

<sup>3</sup> Danielle Engel Cansian Cardoso – servidora técnica-administrativa do Instituto Federal Catarinense no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais. Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE (2013).

Gisele Gutstein Guttschow -professora temporária do Instituto Federal Catarinense, ministrando as disciplinas de História e História da Educação. Doutoranda em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação na Universidade Federal do Paraná– UFPR.

nenhum encontro dos membros indicados da comissão mencionada não foi realizado. Todo o exercício em prol dessa construção do Arquivo Permanente, no campus Araquari está ao encargo da atuação voluntária de Danielle Engel Cansian Cardoso e Gisele Guttschow.

O trabalho de conscientização da gestão realizado pelas servidoras e a oficialização da Portaria de criação da Comissão Responsável pela Guarda e Manutenção do Acervo Acadêmico do Instituto Federal Catarinense foram os dois primeiros passos, daquilo que se sabe ser uma longa caminhada em busca da construção do Arquivo Permanente e do Centro de Memória do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira. O consentimento da direção é imprescindível para as ações de organização e preservação desses espaços normalmente esquecidos no ambiente educacional, pedagógico e administrativo da escola. Vale constatar que isto não é uma característica pertinente só a esta instituição, mas sim a um descaso a nível nacional de guarda dos documentos pertinentes as instituições públicas e privadas. Há pesquisas recentes voltadas tanto na área de Patrimônio quanto na História da Educação que trazem à tona essas discussões.

Esse processo de reconhecimento passa por uma política de gestão que mobiliza para o registro consciente dos fatos e ações que acontecem na instituição. Passa também pela organização dessa documentação de forma que facilite sua busca, divulgação e socialização desse material. A apresentação desses registros à sociedade visa também ajudar a proporcionar às pessoas um acesso fácil aos documentos institucionais além de sua utilização como instrumento de gestão. CARDOSO (2013)

Alguns meses depois teve-se a notícia de que o IFC– campus Araquari, disponibilizou uma sala e sete prateleiras para a acomodação dos documentos que estavam alojados no “Arquivo Morto”. Durante o processo de transferência da documentação do então “Arquivo Morto” para o futuro “Arquivo Permanente” encontrou-se vários materiais, dentre eles, fotos, jornais, folhetos de divulgação dos cursos oferecidos pelo Colégio, materiais ligados a formaturas, fitas de vídeo evidenciando festividades do Colégio Agrícola, dentre outros. Frente a isso, o olhar se ampliou e foi percebido que além da constituição de um Arquivo Permanente da Instituição poderia também realizar um Centro de Memória da mesma.

Sabe-se que um trabalho com a memória da Instituição requer a ajuda e investimento de vários personagens que passaram pela escola como alunos, professores e técnico–administrativos como também a própria comunidade na qual o atual IFC está inserido.

Além disso, para Rueda (2011) estão relacionados à Memória Institucional os processos que se referem à trajetória da instituição, como dados, procedimentos, produtos e documentação, elementos que fazem parte da rotina da instituição e dos seus momentos de decisão e que devem estar organizados e seguros para que estas informações possam ser utilizadas quando necessário.

Os documentos escolares são para a instituição seus testemunhos imbricados de memórias particulares das ações que os forjaram. Há efetiva contribuição dos registros escolares para o entendimento da história das instituições educativas.

O trabalho com a história local pode fornecer elementos que permitam o entendimento do particular com o geral. No tocante à comunidade, essa auxilia na construção do Centro de Memória proposto quando as pessoas que a constituem sentem-se participantes/atuantes da história do seu entorno.

Reporta-se aqui, ao entendimento de memória baseado nas considerações de Candu (2011) que estabelece que a memória é uma faculdade do indivíduo, ou seja, a Instituição não produz memória, mas sim as pessoas que fazem parte dela.

Ratificando essa ideia conta-se com a colaboração de Davallon (2007) que sinaliza que embora a memória esteja viva entre nós isso não garante que ela existirá para sempre. Dessa maneira, se faz necessário que o indivíduo se torne responsável pelos registros, pelo arquivamento, pela guarda, manutenção e possibilite o acesso das pessoas não só da Instituição, como também da comunidade em geral ao Arquivo Permanente e ao Centro de Memória.

Assim, a premissa é possibilitar que o IFC campus Araquari possua um Arquivo Permanente e um Centro de Memória interligados, que contenham documentos/memórias da instituição que evidenciem a trajetória dessa e demonstre a importância dos sujeitos e indivíduos na produção de registros, pois estes são os elementos que representam e representarão a Instituição ao longo de sua existência.

O entendimento aqui é considerar que os materiais que foram encontrados nos "Arquivo Morto" tornem-se objetos de futuras investigações e pesquisas, possibilitando a transformação desses em documentos profícuos de estudos no campo da História, Cultura e Patrimônio bem como da História da Educação.

Como já salientava Bloch (2001) tudo o que é produzido, fabricado ou inventado pelo homem diz respeito a ele, dessa maneira esses documentos dizem respeito ao que foi produzido na instituição. Observa-se que como os primeiros passos para a criação do Arquivo Permanente estavam sendo dados, era a hora de buscar conhecimento sobre arquivos, centros de memória, registro documental e memória institucional.

Os estudos feitos sobre a razão de existir dos arquivos públicos mostram que a dinâmica encontra-se em torno do ciclo vital dos documentos, como podemos observar em Bellotto (2006). A autora nos diz que

Sendo a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de "arsenal da administração" para a de "celeiro da história", (...). A distância entre a administração e a história no que concerne os documentos é, pois, apenas uma questão de tempo.

Bellotto (2006) explica que o ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades:

- arquivos correntes, nos quais estão os documentos durante o seu uso funcional, administrativo, jurídico. O período de permanência dos documentos nesse arquivo depende do tipo de documento, função do documento e vigência, mas

geralmente levam um ano para passar para o arquivo central onde permanecem de cinco a dez anos, onde continuam sendo considerados arquivos correntes. Nessa fase os documentos situam-se junto ao produtor do documento.

- arquivo intermediário, nesta fase os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda, podem ser utilizados pelos setores que produziram, o prazo aproximado de permanência é de 20 anos, e é nessa fase que os documentos são submetidos às tabelas de temporalidade, que são redigidas pelas comissões de avaliação e fixam critérios e justificativas para que se possa eliminar certos papéis desnecessários. Podem estar mais afastados dos seus produtores.
- arquivos permanentes, a terceira idade dos documentos tem início no período entre os 25 e 30 anos, contados da data de criação do documento ou do fim de sua tramitação. Essa fase conduz os papéis aos locais de preservação definitiva, os arquivos permanentes, que devem estar acessíveis à pesquisadores e dotados de salas de consulta pois são a matéria-prima da história.

Vidal (2005, p.2) enfatiza a necessidade de “[...] integrar o funcionamento da secretaria à prática do arquivo permanente, gerando instrumentos de trabalho próprios ao universo documental da escola [...]”.

Bellotto (2006) complementa dizendo que, para o documento fazer o percurso natural da administração escolar à história é necessário que determinadas potencialidades sejam reveladas por parte do arquivista e do historiador. Dessa maneira ao arquivista cabe: identificar, descrever, resumir e indexar. Ao historiador suas funções estão pertinentes a: selecionar, interpretar e explicar o documento dentro do enredo histórico produzido. Assim sendo a integração pretendida entre o Arquivo Permanente e o Centro de Memória no IFC campus Araquari, ganha força e crédito ao entrelaçar as funções administrativas com as funções históricas do documento.

Sabe-se que para ocorrer a integração entre a administração e o campo histórico é necessário que as pessoas que atuam na Instituição se conscientizem que todas as ações ligadas a ela devem ser documentadas de maneira detalhada para que no futuro essas informações contidas nesses documentos tenham valor histórico de pesquisa.

O arquivo permanente não é construído por acaso, mas a partir de determinados acontecimentos cotidianos que geram documentos referentes aos registros administrativos e escolares e é exatamente essas infinidades de documentos e informações que fazem parte do corpo documental da história da instituição.

Os documentos que se encontram no Arquivo Permanente no Instituto Federal Catarinense– campus Araquari, se referem ao arquivamento da documentação de ex-alunos da instituição separados por pastas individuais, numeradas pelo número de matrícula de cada estudante e seguem essa sequência em seus devidos cursos. Há uma determinada lógica de documentos na maioria das pastas constantes no Arquivo Permanente. Faz-se referência aqui de pastas de ex-alunos do curso na área de agropecuária de nível técnico. Esses começam com histórico escolar final do aluno, ou parcial no caso dos

estudantes que foram transferidos antes da conclusão do curso, após tem-se os boletins de notas e frequência dos referidos anos de curso, em seguida uma ficha de identificação dos alunos com informações de seus dados pessoais, o histórico da procedência desse aluno, ou seja onde esse estudou anteriormente, certidão de nascimento do estudante e correspondências e solicitações da família solicitando autorizações das mais diversas à direção da escola. Como a escola já trabalhava com o regime de internato, era comum que os pais dos alunos pedissem a liberação dos mesmos nos finais de semana. Em algumas pastas constam o exame de admissão para a entrada do mesmo no Colégio, além de atestado médico e de vacinação.

É importante ressaltar que as pastas são encontradas em seu estado bruto e estão sendo assim organizadas neste primeiro momento com todos os documentos que foram anexados a ela no período de permanência do aluno na instituição.

É possível que após organizado, a priori, o Arquivo Permanente e o Centro de Memória, se crie uma comissão para análise dos documentos arquivados e posterior avaliação do que deve permanecer na pasta, já que na primeira organização encontrou-se alguns registros repetidos.

Atualmente a exigência documental foi ampliada, cita-se a partir desse momento os documentos encontrados nas pastas dos arquivos correntes de alunos do curso técnico integrado para se visualizar tal questão: o requerimento de matrícula, no qual consta os dados pessoais do ingressante, fotografia do aluno, a forma de ingresso qual a chamada de ingresso pelo exame de classificação e se o ingresso ocorreu por ampla concorrência ou por ação afirmativa<sup>4</sup>), auto declaração da etnia/raça, sobre as necessidades especiais, situação socioeconômica. Todas essas informações se fazem necessárias, pois a Instituição insere estes dados em sistemas gerenciais do governo federal de ensino. Há também o termo de compromisso assinado pelos pais/responsáveis do estudante que diz respeito a assumir total responsabilidade a eventuais danos causados pelo estudante a instituição bem como seu patrimônio e autorização para que o aluno se ausente da instituição em virtude da realização de viagens de estudo. Termo de autorização para uso de imagem, cópia do RG, CPF, certidão de nascimento, carteira de vacinação, tipo sanguíneo e fator RH, cópia do exame médico, histórico escolar do ensino fundamental da escola de origem do aluno.

Esse rol de documentos pertinentes aos estudantes do IFC campus Araquari, traz principalmente para a pesquisa em História da Educação fontes de investigação profícuos. Há, segundo as considerações de Gonçalves (2008), um esforço nesse campo para o atentamento da preservação e organização dos arquivos da escola. Pois o documento na área da História só ganha sentido se relacionado ao meio que o produziu. Esses documentos não foram organizados e armazenados ao acaso, pelo contrário fazem parte dos requisitos documentais exigidos pela administração escolar e pelo cotidiano burocrático que estão inseridos também nas questões pedagógicas. Por isso é imprescindível que os

---

<sup>4</sup> Refere-se as diferentes cotas estabelecidas pela legislação federal vigente.

documentos de um determinado âmbito não sejam separados para efeitos de organização em hipótese alguma, para que não se perca o contexto de criação e a continuidade das informações.

Os arquivos são locais na qual os pesquisadores passam horas a fio na busca por fontes dos seus objetos eleitos para investigação e análise. Eles são, conforme Nora (1993) lugares de memória, ambientes para a guarda dos acervos e também locais abertos para a construção de novas leituras sobre acontecimentos passados e de novas problematizações as pesquisas vindouras.

A organização do Arquivo Permanente e o Centro de Memória do IFC campus Araquari está na sua fase inicial, porém já se observa suas efetivas funções dentro do âmbito de registro acadêmico da instituição. A secretaria escolar e acadêmica quase que semanalmente recebe solicitações referentes a criação de segundas vias de histórico escolar, diplomas e certidões de aluno aprendiz, sendo assim, a visita ao Arquivo Permanente por parte das servidoras do setor é frequente.

Frente a organização disposta do Arquivo Permanente após sua transferência para a nova sala adquirida, a busca por documentos, conforme relatado pelas usuárias, facilitou o encontro rápido e eficaz dos documentos requeridos. Mas, sabe-se que há muito por se fazer, pois como se trata de documentação muito antiga existe muito resíduo em função da guarda não adequada até então. Dessa forma, a limpeza constante dos documentos se faz necessária bem como a digitalização de toda essa documentação.

Essas são ações que até o presente momento não foram realizadas e não existe previsão para tais concretizações, em função de carga horária das duas servidoras que se disponibilizaram a efetuar tais empreendimentos, o alto custo na digitalização dos documentos, não se tornando prioridade em função disto e a falta de local para a efetivação do Centro de Memória. O espaço atual do Arquivo Permanente ainda não é o ideal e logo se tornará inviável devido ao seu tamanho e espaço de mobilidade das pessoas. O receio é que com o passar do tempo se as ações para a mudança não forem concretizadas, o Arquivo Permanente volte a ser aquele “Arquivo Morto” que foi descrito no início desse artigo.

Outra questão que se faz receosa é a que diz respeito a efetiva movimentação de ações institucionalizadas em prol da criação do Centro de Memória e evolução do Arquivo Permanente. Pois acredita-se que, se não existe a institucionalização dessa vontade, as ações ficam somente a cargo do voluntariado dos servidores do campus, o que demonstra a fragilidade do processo. Sendo que já houve a criação por meio de portaria da comissão responsável pela guarda e manutenção do Acervo Acadêmico do Instituto Federal Catarinense.

Sendo assim, as atitudes tomadas até o momento para a construção desses dois acervos são as primeiras ações realizadas na instituição do campus de Araquari.

O espaço concedido nesse Encontro para relatar essa experiência também se faz importante na divulgação e registro do trabalho interno de construção do Arquivo Permanente e Centro de Memória do Instituto Federal Catarinense, campus Araquari.

## Referência Bibliográfica

- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4.e.d; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ofício de historiador. Jorge Zahar: Rio de Janeiro. 2001.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARDOSO, Danielle Engel Cansian. **Memória Institucional**: estudo de caso do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Araquari. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville-Univille, Joinville, 2013.
- COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem**: tensões sociais e controle. (Joinville: 1917/1943). Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do departamento de História da Universidade Federal do Paraná– UFPR. Curitiba, 1996.
- CRISTOFOLINI, Nilton José; POCERA, Joverci Antônio; MONZANI, Rodrigo Martins; OLIVEIRA, Sueli Regina. **Os 50 anos do ensino agrícola em Araquari** – uma história de sucesso! Instituto Federal Catarinense– campus Araquari. Jaraguá do Sul: gráfica Arte Impressa, 2009.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In Pierre Archard...[et al]. **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- GARCIA, Francisco Airton. **Escola de iniciação agrícola “Senador Gomes de Oliveira” 1959 a 1970**. 1989. 34f. monografia apresentada para obter o grau de especialista em História da América. UNIVILLE: Joinville, 1989.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **O arquivo histórico escolar, a Universidade e a Escola**: diálogos possíveis. Cadernos de Educação/Fae/PPGE/UFPEL/Pelotas [31]:71-84, julho/dezembro 2008.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto história, São Paulo, vol.10, p.7-28, dez/1993.
- VIDAL, Diana Gonçalves. **Dossiê**: arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. Revista Brasileira de História da Educação. N.10.jul/dez.2005.
- RUEDA, Valéria Martins da Silva; Freitas, Aline de; VALLOS, Valéria Martins. **Memória Institucional**: uma revisão da literatura. São Paulo CRB-08 digital, v.4, n.1, abr.2011, p.78-89.
- ZAIA, Iomar Barbosa. **O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar**. Revista Brasileira de História da Educação. N.10.jul/dez.2005.

# O PATRIMÔNIO CULTURAL DA ESCOLA TRAJANO CAMARGO: UM REGISTRO DOS BENS MATERIAIS

**Marlene Aparecida Guiselini Benedetti**  
Escola Técnica Estadual Trajano Camargo

## Introdução

A Escola Técnica Estadual Trajano Camargo é, desde 1994, uma das escolas técnicas integrantes do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, rede de escolas com cursos de ensino médio, ensino médio integrado ao técnico e técnico modular, as Etecs, e com cursos superiores de tecnologia, as Fatecs. A CEETEPS é uma autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

O primeiro projeto de pesquisa, iniciado há alguns anos, foi motivado pela curiosidade em entender o conteúdo de quatro livros ponto de uma escola profissional pouco conhecida por nós, professores e funcionários da Etec Trajano Camargo. Com dados coletados no acervo da Gazeta de Limeira, jornal local, e depoimentos de quatro antigos alunos, foi constatado que a atual escola técnica teve origem na Escola Profissional Mixta Primária de Limeira, posteriormente denominada Escola Profissional Mixta “Dr. Trajano Camargo”<sup>1</sup>. Criada em 05 de setembro de 1934, pelo Ato Municipal 39, da prefeita Maria Thereza Silveira Mello de Barros Camargo<sup>2</sup> funcionou entre os anos de 1935 e 1939. No período diurno (tarde) ofereceu os cursos de Mecânica, Marcenaria e Corte e confecção (com dois anos de duração), e, no período noturno, os cursos de alfabetização, Corte e confecção e Desenho técnico. A narrativa dessa trajetória está no trabalho denominado “Trajano Camargo – a Escola Profissional da década de 1930: construção da história”.

O Decreto-Lei Nº 14.385, de 19 de dezembro de 1944, criou a Escola Industrial “Trajano Camargo” de Limeira. Para a edificar o prédio, a prefeitura municipal doou um terreno de 5.760m<sup>2</sup>. O projeto previa dois prédios: um mais amplo, com pisos no subso-

---

<sup>1</sup> Em homenagem ao ilustre limeirense, engenheiro, um dos pioneiros da indústria local e um dos fundadores da Machina São Paulo, falecido, em 08/04/1930, aos 40 anos. Teve importante atuação na sociedade local nos campos da educação, cultura, saúde e política.

<sup>2</sup> Maria Thereza Silveira Mello de Barros Camargo, viúva do Dr. Trajano, foi prefeita de Limeira (1934-35) nomeada pelo interventor Armando de Salles Oliveira e deputada estadual eleita pelo Partido Constitucionalista (1935-37).

lo, térreo e superior, e um 2º prédio, de menores proporções, com piso térreo e subsolo parcial. As obras ficaram paralisadas durante muitos anos. Finalmente, em 17 de maio de 1953, a escola foi oficialmente inaugurada. Só o prédio do fundo, delimitado pelas ruas Sargento Pierrotti, Alferes Franco e Santa Cruz estava concluído. Passaram a funcionar o curso industrial básico de Mecânica de máquinas (e Fundação) e o curso extraordinário de Torneiro e Ajustador mecânico. A cultura escolar e as práticas educativas foram lembradas e registradas na pesquisa nominada “Escola Trajano Camargo: o curso industrial básico e o extraordinário (1953-1957)”. Com a conclusão parcial das obras do prédio da frente, teve início o curso feminino de Corte e costura, em 1960. As mudanças ocorridas no espaço escolar constituíram o foco da pesquisa intitulada “Trajano Camargo: a ocupação do espaço escolar na década de 1960”.

As fontes de consulta dos estudos sobre os anos de 1950 e 1960 foram livros do arquivo permanente da diretoria acadêmica e da diretoria de serviços, fichas individuais dos alunos e professores, fotografias e depoimentos de história oral, com imagem e som. O material recuperado e reproduzido deverá compor um futuro Centro de Memória Trajano Camargo.

Pensando sobre o resgatar, inventariar, preservar e divulgar, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP) escolheu, para o IV Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, a ser realizado nos dias 6 e 7 de outubro do corrente ano, o tema “Coleções, Acervos e Centros de Memória”. A presente pesquisa se enquadra no eixo temático “Coleções, Acervos e Centros de Memória como lugares vivos e dinâmicos na difusão de processos de produção de saberes e de conhecimentos na educação profissional e tecnológica”. E nesse fazer são promovidas ações para recuperar, valorizar e preservar o patrimônio educativo institucional.

## Conceitos, fontes e seleção

Para dar conta da tarefa, muitas perguntas surgiram: qual o conceito de patrimônio? O que pode ser considerado patrimônio dessa escola? Aqueles que estão à vista no jardim, nas salas, nos corredores, no auditório ou “escondidos” nos laboratórios? Se forem muitos, como selecioná-los? Quem poderia ajudar nessa empreitada de indicar, ver e enxergar, informar, descrever, medir, fotografar? Enfim, quem poderia contribuir para a escrita da história da Escola Técnica Trajano Camargo?

Conforme a Constituição Federal de 1988, no art. 216, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A escolha do presente estudo recaiu sobre o patrimônio material – obras de arte, móveis, troféus esportivos, instrumentos, ferramentas e máquinas que, incorporados ao cotidiano, muitas vezes, passam despercebidos ao olhar que não vê e ao manuseio que não indaga.

Como a instituição escolar não tem livro de inventário, a descrição, indicação, procedência e observações sobre os bens se deve a lembranças de antigos alunos que hoje nela atuam como professores, coordenadores, gestores e funcionários. Um auxiliar docente, o Reinaldo, descreveu ferramentas e máquinas dos laboratórios de metrologia e de mecânica; o Luiz, livrou materiais de descarte (como um relógio de parede e dois projetores de *slides*) e, a pedido, tirou as medidas do monumento do patrono, transpostas para o AutoCad pelo professor de desenho técnico, o Baccan. Com máquina fotográfica profissional, a Josiane, atendente de classe, clicou dezenas de ferramentas, equipamentos e máquinas nos laboratórios de Metrologia, Metalografia, Fundição e Mecânica. Com telefone celular, outros materiais – projetor de filme, canhão de luz, máquinas de escrever e troféus esportivos recentes foram fotografados por uma aluna do ensino médio e monitora de história, a Beatriz. A identificação e as fotos dos troféus esportivos conquistados pelos alunos e alunas, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 foi, em parte, realizado como trabalho de conclusão de curso (TCC) por um grupo de alunos do curso de eventos, no 1º semestre de 2013. Outras informações puderam ser pinçadas nas várias entrevistas com antigos alunos e professores realizadas para essa e para as pesquisas anteriores. E, no decorrer da escrita, foi de grande valia a contribuição do prof. João Augusto Montesano com suas leituras, sugestões e correções do texto e da terminologia técnica. Inegavelmente, todos contribuíram para a escrita dessa história.

## Habilitações técnicas e modalidades de ensino

Cronologicamente, pode ser dito que primeira escola Trajano Camargo foi a escola profissional primária municipal. A segunda foi a escola industrial – ginásio com cursos de Mecânica de máquinas (e Fundição), o extraordinário do período noturno e o curso feminino de Corte e costura. Era ginásio industrial, mas, nos anos 70, recebeu as habilitações técnicas de 2º grau de Metalurgia (1974); Eletromecânica, Economia doméstica e Desenhista de ferramentas e dispositivos (1975). Posteriormente com a denominação de Centro Estadual Interescolar Trajano Camargo instalou os cursos de Nutrição e Dietética (1976), de Mecânica e Decoração (1978). Na subsequente escola estadual de 1º e 2º grau (EEPSG), foram criadas as habilitações plenas de Secretariado e de Química (1987). É transformada em escola de 2º grau (EESG) e integrada às escolas técnicas estaduais com o nome de Escola Técnica Estadual (Etec) Trajano Camargo. Ao longo do tempo, quanto os cursos oferecidos, certas mudanças puderam ser anotadas: a extinção das habilitações de Economia doméstica (1981), Decoração (1988), Desenho de ferramentas e dispositivos (1990) e Secretariado (1999); a substituição de Eletromecânica por Eletroeletrônica (1993); o fim das habilitações plenas e a introdução do ensino modular (1997);

a implantação do ensino médio e do curso de Administração (1998); a criação de técnico em Turismo (2001), substituído pelo de Agenciamento de viagens (2009), por sua vez, substituído pelo de Eventos (2011). Outras mudanças ocorreram com a instalação dos cursos de Contabilidade, Comércio, Logística e Administração nas classes descentralizadas. Essas extensões da escola sede têm funcionado em prédios de escolas estaduais de Limeira e de Cosmópolis. As justificativas para a criação/extinção (como o curso Técnico de Comércio), dentre outras, podem estar relacionadas à baixa demanda, à elevada taxa de evasão, ao mercado que ora atrai ora não absorve mão de obra bem como à oferta de cursos de nível superior na cidade. Ou talvez, à inexistência de um projeto pessoal de futuro que justifique e compense o esforço do presente.

## Os bens materiais: um registro e o conhecimento possível

### Obras de arte e móveis

O edifício da Etec Trajano Camargo é circundado por árvores e grades. Na frente, há um jardim, mastros para quatro bandeiras e o busto do patrono (Figura 1). A escultura em bronze está fixada numa estrutura de granito – base e coluna, voltada para o cruzamento da rua Tenente Belizário com a rua Santa Cruz. A obra é assinada por Lelio Coluccini<sup>3</sup>. Deve ter sido uma encomenda feita ao escultor pela família do Dr. Trajano de Barros Camargo, falecido em 1930. Sobre o como e o quando chegou à escola, foram obtidas apenas duas informações. Uma delas é de que o busto estava no pátio da “Machina S. Paulo”, senhor Crespo [o 1º diretor] pediu para a família que permitiu o traslado. A placa foi fundida na “Machina São Paulo”, conforme o professor Manoel da Silva, ex-diretor da escola. A outra informação é de que o busto ficava no meio de um lago, na frente da fábrica, de acordo com Renato de Almeida, ex-funcionário da empresa. A obra tem as seguintes dimensões: da base ao topo da cabeça – 2,50m de altura; base da coluna – 1,80x1,50m; coluna principal – quadrado de 0,50x1,60m de altura; busto – 0,50x0,50 (alt. e larg.); diâmetro da cabeça – 33 cm<sup>4</sup>. A placa de bronze registra

DR.

TRAJANO DE B. CAMARGO  
PATRONO DÊSTE ESTABELECIMENTO  
DECR. Nº 14385 DE 19-12-1944

<sup>3</sup> Renomado escultor ítalo-brasileiro (1910-1983). Estudou artes plásticas na Itália. Durante anos morou e atuou em Campins/SP. Suas obras – esculturas e monumentos, estão espalhadas por praças, parques, jardins, museus e/ou outros locais de cidades como Campinas e São Paulo.

<sup>4</sup> No passado, um *playboy* da cidade deve ter escolhido o monumento como alvo para seus tiros. Um deles atingiu a coluna de granito. Um furo bem visível atesta o ato.



**Figura 1** – Escultura do patrono.  
Fonte: Acervo da Etec Trajano Camargo, em 2014. Fotografia: Josiane Stahl, em 9 de outubro de 2013.

A inauguração do monumento aconteceu, provavelmente, entre os anos de 1960 e 1963. Maria Elisa Panaro, aluna da primeira turma feminina (1960-63), recorda que houve festa na ocasião. Cantaram o hino nacional, o diretor, senhor Creso, discursou, mas “pena que nada foi fotografado”.

No *hall* de entrada, na parede do lado direito, se encontra um retrato do patrono – óleo sobre tela (altura – 1,20m, comprimento – 0,80m), de Tony Koegl<sup>5</sup>, datado de 1935 (Figura 2). A família Barros Camargo, proprietária da Machina São Paulo<sup>6</sup> deve ter feito a encomenda. A tela aparece em uma fotografia da Escola Profissional Mixta Dr. Trajano Camargo<sup>7</sup>. Quando ela chegou ao novo prédio da escola industrial? Em que local esteve desde o fechamento da escola profissional, em 1939? Com quem? Lacunas a serem preenchidas. O tempo que deixou suas marcas, os cupins que atacaram a moldura de madeira, o craqueamento da pintura (parte inferior da tela) são os responsáveis por uma certa deterioração da obra. A moldura foi substituída. A tela se encontra em local pouco adequado à sua preservação.

<sup>5</sup> Pintor nascido em Hall, no Tirol, em 1898. Veio para o Brasil em 1923. Residiu em Limeira nos anos de 1930. Pintou, em 1934, a tela de Nossa Senhora rodeada de anjinhos que está na Igreja Matriz de N.S. das Dores (SALVO, 1998).

<sup>6</sup> A Machina São Paulo, empresa para a produção de máquinas para beneficiamento de café teve sua origem na “Souza Penteadado e Cia”, empresa fundada em 1914, em Piracicaba, por Trajano de Barros Camargo e mais dois sócios. Posteriormente, com a saída de um deles, teve seu nome alterado para “B. Penteadado e Cia” e transferida para Limeira (1917). Na década de 1920, a sociedade foi desfeita e o Dr. Trajano se tornou o único proprietário.

<sup>7</sup> Onze fotos da escola profissional de Limeira foram recebidas através das redes sociais. Não puderam ser publicadas no trabalho. Conforme indicação, elas fazem parte do acervo da Casa Aluísio de Almeida do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Vários contatos foram mantidos com a instituição que afirma não ter condições de localizar tais fotos por falta de funcionário.



**Figura 2** – Quadro do patrono por Tony Koegl, 1935.

Fonte: Acervo da Etec Trajano Camargo, em 2014. Fotografia: Josiane Stahl, em 08 de setembro de 2014.

O piano *Dörner Grand Prix* Turin chegou à escola na década de 1960<sup>8</sup>. Fabricado por F. Dörner & Sohn, Stuttgart, Alemanha, era o instrumento de trabalho da professora de canto orfeônico, D. Dyrcea Ricci. Antes do piano, para dar o tom, ela usava o diapasão ou diapasão, instrumento afinador. Costumava fazer paródias com as músicas de sucesso e animava os saraus promovidos pelos alunos. O Hino à Limeira<sup>9</sup> tem a letra do Dr. Guilherme Mallet Guimarães e a melodia de Dyrcea Ricci Ciarrochi. Foi autora de outros hinos. Formou um coral. Conforme declaração do professor Manoel da Silva, cada apresentação do coral na escola era um auditório repleto. O grupo era convidado, inclusive, para se apresentar nas sessões de posse de prefeito municipal e de diretor do Limeira Clube. O troféu Fumagalli de 1964 – “O melhor do ano – Conjunto Vocal – Coral Limeirense”, recentemente identificado entre os troféus esportivos, deve ter sido conquistado pelo coral formado pelos alunos do Trajano Camargo. É o sabido até o momento. O piano não tem sido usado nos dias atuais.

Poucos móveis foram inventariados. No *hall* de entrada, a escrivaninha de boa madeira e belo modelo. Com alguma adaptação e tampo de vidro, tem abrigado exposições temporárias montadas pela professora de artes. É uma peça dos anos de 1940-1950 e deve ter pertencido ao Grupo Escolar “Cel. Flaminio Ferreira de Camargo” que era a mais antiga escola primária de Limeira e funcionava em um belo prédio, no

<sup>8</sup> Não há documentação que informe se o piano foi comprado pela escola ou enviado pelo Departamento do Ensino Técnico. Ele não consta dos bens patrimoniais da instituição escolar. Até dezembro de 1961, a profa. Dyrcea tocava em um harmônio portátil marca Bohn (DOCUMENTOS HISTÓRICOS).

<sup>9</sup> Oficializado pela Lei Municipal nº 1.221/70, de 26 de outubro de 1970, assinada pelo prefeito Sebastião Fumagalli.

centro da cidade. A partir de 1984, suas classes de 1ª a 8ª série do ensino de 1º grau foram remanejadas para a EEPG Trajano Camargo. O edifício foi ocupado pelo Museu Histórico e Pedagógico Major José Levy Sobrinho, o qual está em processo de restauro há mais de quatro anos.

A mesa redonda baixa era parte da mobília da sala do orientador educacional (anos 1961/62). A poltrona de dois assentos e a cadeira de mola formavam a mobília do consultório odontológico que funcionava no subsolo, segundo as lembranças do professor Baccan. A mesa e a namoradeira estão na sala do diretor. A cadeira de mola está na antessala da diretoria de serviços. Requer manutenção na engrenagem e na pintura. Dos primeiros tempos da escola, são as pranchetas da sala de desenho, ainda hoje utilizadas pelos estudantes de mecânica e metalurgia.

## Troféus esportivos

As maiores conquistas foram obtidas pelos alunos do professor Júlio Américo Barbugli Abbade. Ele chegou em Limeira, em junho de 1958, para dar aulas na Escola Industrial Trajano Camargo, seu local de trabalho durante vinte e sete anos. Naquela época, o prédio da frente estava em construção<sup>10</sup>. O espaço para as aulas de educação física era um quadrado de terra na frente do prédio das oficinas. Então teve que preparar os meninos em locais variados

[...] a parte de atletismo eu levava no Tiro de Guerra, na pista de atletismo; a parte de basquete nós treinávamos no Nosso Clube, às vezes, e, às vezes, no Gran São João; o futebol, que não disputava campeonato, mas que os alunos queriam jogar, nós jogávamos onde hoje é o cemitério II, ali no começo da Av. Saudades; natação nós praticávamos na CME (Comissão Municipal de Esporte). Ao lado do zoológico era o bosque e ali tinha uma piscina que nós usávamos para os treinamentos. Esses troféus, então, eram adquiridos pelos treinamentos que fazíamos. Não dávamos folga. Os alunos que queriam disputar tinham que treinar para poderem representar bem a escola. [...] Primeiro era feita uma eliminatória na cidade: de basquete, vôlei, atletismo, natação, etc. Os classificados iam para a fase regional em Campinas, Americana, Araras, Rio Claro, Piracicaba. Os vencedores regionais iam disputar a final dos campeões regionais em São Paulo. Nós fomos duas vezes para as finais, de atletismo e basquete [não vôlei, não chegou, pegamos o 2º lugar]. E fizemos apresentação de ginástica rítmica, no estádio do Pacaembu (ABBADE, 2013).

<sup>10</sup> O prof. Júlio Abbade coordenou a campanha para construção da quadra esportiva, no início dos anos de 1960. Formou a fanfarra. Seu nome foi dado à quadra. A placa comemorativa foi retirada pelo diretor da época (1971-73), em virtude de desavenças pessoais. Em solenidade realizada no dia 31 de maio de 2016 o prof. Júlio foi homenageado. A quadra esportiva passa a levar seu nome.

Mas, a equipe de vôlei conquistou um troféu de 1º lugar num torneio local como comprova a figura 3.



**Figura 3** – Primeira Olimpíada Semana do Município – Campeão CME 1964 – vôlei.

Fonte: Centro de Memória da Etec Trajano Camargo, em 2014.

Os troféus de 1964 a 1994 estão na sala do Centro de Memória Trajano Camargo, em fase de organização. Ao todo sessenta e dois identificados. São fruto do esforço de equipes masculinas e femininas, nas modalidades de atletismo, vôlei, handebol, tênis de mesa, futebol e basquete. Os troféus conquistados entre 2005 a 2015 se encontram no *hall* da biblioteca escolar.

O professor Abbade contou que:

[...] como já era uma época militar, você lidava mais com a exigência de ensinar o aluno a ordem unida, ensinar o aluno a respeitar a bandeira, ensinar o aluno a cantar o hino nacional, que ele cantava na aula. Para ser dispensado da aula [de educação física] eles eram obrigados, e aprendiam, a gritar *Brasil*, [...]. Quer dizer, era antes um regime meio, meio militar [...] A disciplina era estritamente rigorosa. O aluno tinha que se *apresentar perfeitamente uniformizado, se não, não participava da aula (IDEM)*.

O treinamento e a disciplina para alcançar o sucesso esportivo é coerente com a tendência tecnicista e competitiva da educação física nesse período. A imposição dos calendários cívicos, do patriotismo formal é perceptível nos elaborados desfiles e nas apresentações de ginástica rítmica em grandes espaços, como campo de futebol. Nos anos de 1980 e 1990, houve uma queda brutal na disputa e/ou conquista de troféus esportivos. Uma recuperação tem-se verificado nos últimos anos em modalidades como xadrez, handebol, tênis de mesa e voleibol, na categoria “sub 17” (anos) ou infanto-juvenil. Em parte, uma explicação pode vir da aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que conferiu uma nova identidade ao ensino médio, tido como a

etapa final da educação básica. A educação física é agora um componente curricular mais voltado ao conhecimento, à cultura do corpo, à qualidade de vida, à cidadania. O jogo é entendido como um instrumento pedagógico, um meio de ensinar, perdeu o caráter de competição.

## Utensílios, instrumentos, ferramentas e máquinas

O primeiro passo para dar aos objetos arrolados alguma historicidade, é definir termos:

**Utensílios** são objetos que, não sendo centrais ao processo de produção ou re-produção do conhecimento científico, o auxiliam. Não alteram as propriedades físicas e químicas dos sistemas. Exemplos: pinça, bureta, lamparina (THESAURUS).

**Instrumentos científicos** são objetos que exploram um efeito, ou lei científica, conhecido para evidenciar uma grandeza observável relativamente a um sistema ou para modificar de forma controlada esse sistema. O uso do instrumento científico revela, qualitativa e quantitativamente, de modo direto ou indireto, através da medição, registro/registo, processamento ou ainda através da imposição de condições aos limites controláveis ao sistema em estudo, características inicialmente desconhecidas do estado desse sistema. Exemplos: ábaco, computador, compasso, balança, galvonômetro (THESAURUS).

**Ferramentas** são instrumentos utilizados na produção de algo, de um “monumento” do trabalho. Exemplos: brocas, chaves de fenda, alicates (VIDAL, 1988, p.59).

**Máquinas** são objetos ou associações de objetos que produzem ou transformam energia. Exemplos: gerador, alternador (THESAURUS).

**Patrimônio cultural** – aquele conjunto de produções tangíveis e intangíveis do ser humano e seus contextos sociais e naturais que constituem objeto de interesse a ser preservado para as futuras gerações. [...] o patrimônio cultural da ciência e tecnologia inclui o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos (inclusive documentos em suporte papel), utilizados em laboratórios [...] (GRANATO e LOURENÇO, 2010)

Na impossibilidade de arrolar e descrever os equipamentos e instrumentos de todos os atuais cursos técnicos da escola Trajano Camargo, foram descritos os de Metalurgia e Mecânica, por serem habilitações técnicas instaladas na década de 1970 e que mantêm turmas até hoje<sup>11</sup>.

**Misturador** – máquina cuja função é misturar areia com aditivo, para a obtenção de uma mistura homogênea, própria para a utilização em moldes. Encontra-se em bom estado de conservação. É ainda usada nas aulas práticas desenvolvidas no laboratório de fundição.

---

<sup>11</sup> No convívio diário, é possível obter alguns informes sobre esses cursos técnicos posto que antigos alunos e professores continuam a atuar na instituição escolar.

**Forno mufla** – utensílio para produzir e armazenar calor. Um está no laboratório de Metalografia. É hoje pouco usado porque há dois fornos mais novos, mais rápidos no aquecimento e com menor consumo de energia elétrica. Há três fornos mufla nos laboratórios de química.



**Figura 4** – Forno mufla. Acervo da Etec Trajano Camargo, em 2014.

**Paquímetro** – instrumento científico de medida utilizado para determinar, com precisão, medidas lineares. O exemplar inventariado, da marca *Roch, France*, está guardado no laboratório de metrologia, em estojo almofadado, impecável porque, provavelmente foi pouco manuseado. Hoje, nas atividades didáticas é suficiente um instrumento menor (0-150mm).

**Súbito** – instrumento de medida de diâmetros internos. Longe das vistas, encontra-se no laboratório de metrologia, acondicionado em caixa de madeira, sem o relógio comparador. Faltam algumas peças. Um folheto em alemão acompanha o instrumento. Deve ter sido enviado, ou adquirido, pelo curso de mecânica da escola, nas décadas de 1950/60. Não tem sido utilizado nas atividades docentes, mas é de uso comum em certos ramos da indústria.

**Calibrador traçador** (Figura 5) – instrumento para traçar em peças retas, com precisão. Foi fotografado o que estava mais visível no laboratório de Mecânica. Ele é da marca Mitutoyo, com escala de 0-200 mm, confeccionado em alumínio. O eixo é de aço e a base e o suporte são de ferro fundido. Há outros exemplares de calibrador traçador (graminho) na mecânica e na metrologia.



**Figura 5** – Calibrador traçador de altura com ajuste fino. Acervo da Etec Trajano Camargo, em 2014.

Everaldo Chinellato, aluno da 1ª turma do curso extraordinário de Torneiro mecânico da escola industrial (1953-55) em depoimento colhido em 2010, disse que

[...] o graminho foi o 1º serviço que eu fiz na escola como exercício prático. O graminho não era igual a esse aí e aquilo ficou gravado, né, e então quando eu estava prestes a vender o torno fiz essa miniatura [de inox] pra oferecer pra escola, em 2007. O graminho era um instrumento pra centrar a peça. Hoje em dia não se usa.

O graminho também foi um instrumento feito nas aulas de mecânica da escola profissional de Limeira, sendo usado até hoje, nas palavras de Edison José Christovam<sup>12</sup>. Os alunos faziam as peças de ferro comum, tirado do maciço limado, e, para isso, usavam várias limas. Além do graminho, confeccionaram as réguas, o goniômetro, os compassos de torno para medir diâmetros externos e internos.

**Furadeira manual** – máquina ferramenta ou máquina de trabalho que executa furos em ferro, madeira, plástico e alvenaria. Encontra-se no almoxarifado do laboratório de mecânica. Foi substituída pela furadeira elétrica manual.

<sup>12</sup> Edison José Christovam é filho de José Geraldo Christovam (1922-1986). Seu pai foi aluno de mecânica da Escola Profissional Mixta Primária Dr. Trajano Camargo, curso concluído em 1937. As ferramentas estão guardadas em uma caixa de madeira, igualmente confeccionada na escola.

**Compassos**<sup>13</sup> – instrumentos científicos para medir diâmetros internos e externos e para traçar. Pertencem ao laboratório de mecânica. São utilizados, esporadicamente, nas atividades práticas docentes.



**Figura 6** – Compassos. Acervo da Etec Trajano Camargo, em 2016.

**Suta** – instrumento ajustável utilizado para medir e traçar ângulos. Uma haste de alumínio se conecta à lâmina de metal por meio de um parafuso borboleta. Peça simples que se encontra no laboratório de mecânica.

**Ferramentas variadas** – alicates, brocas, chaves de fenda, tesouras, talhadeiras e outras, como deve ter uma oficina bem equipada.

**Fresadoras** – máquinas que transformam as peças cilíndricas em engrenagens. Têm sido usadas para fins didáticos. Na oficina de mecânica há duas unidades. Uma é a fresadora Sajo UF-48, fabricada na Suécia, em 1951<sup>14</sup>, e reformada como trabalho de conclusão de curso (TCC), em 2013. A outra máquina é a Universal Sanches Blanes, sem data de fabricação.

<sup>13</sup> Identificação: Figura 3 – troféu da 1ª Olimpíada Semana do Município– Campeão Volei – CME 1964. Fotografia: 3ª série do curso de eventos. 01/07/2013. Figura 4 – forno mufla. Fotografia: Marlene Aparecida Guiselini Benedetti. 19/01/2014. Figura 5 – calibrador. Fotografia: Marlene Aparecida Guiselini Benedetti. 16/03/2014. Figura 6 – jogo de compassos. Fotografia: Josiane Stahl. 02/04/2014.

<sup>14</sup> Uma fresadora marca “Sajo”, universal – UF-48M, equipada com um aparelho divisor, um por quarenta (1:40); um cabeçote vertical com inclinação de trezentos e sessenta (360°) graus; um jogo de engrenagens; dois discos de furos; um macaco mecânico pequeno de apoio; uma barra tirante suporte, uma placa universal de oito (8) polegadas; três eixos porta frezas; um motor elétrico de três HP, duzentos e vinte/trezentos e oitenta (220/380) volts, cinquenta/sessenta (50/60) ciclos segs.; uma moto bomba para refrigeração, com condutor e torneira. Cor cinza aço. Escola Industrial “Trajano Camargo” de Limeira. Documentos Históricos 1961-1962, no. 18, fl. 2 – consultado em 04/06/2016, descrição literal. Acervo Diretoria de Serviços.

**Plaina limadora** – Sanches Blanes – máquina para aplainar superfície de peças chatas. Fabricação: outubro de 1976. Na oficina de mecânica há duas unidades.

**Tornos mecânicos** – máquinas automáticas não programáveis para tornear peças cilíndricas. A oficina de mecânica tem 2 tornos IMOR, modelo Oficina 420, fabricado em 1970, barramento de 0,50m; 1 torno IMOR, modelo P 400, barramento de 1,20m, fabricado em 1970; 8 tornos Micro Nardini, modelo 500 ES, fabricado em 1973 e construído para as escolas técnicas<sup>15</sup>.

As aulas práticas, desenvolvidas em laboratórios e oficinas, para turmas de até 20 alunos, requerem o uso de equipamentos de proteção individual – EPI. No laboratório de Metalografia, é obrigatório o uso de óculos de segurança, jaleco e sapatos de couro fechado (equipamentos trazidos pelos alunos). Nas práticas de fundição e solda, em virtude das altas temperaturas, é necessário o uso de máscaras, avental, luvas, mangotes e perneiras em raspa de couro (equipamentos fornecidos pela escola). O laboratório Metalográfico tem equipamentos novos comprados com verba do CEETEPS, há cerca de quatro ou cinco anos, tais como: uma embutidora, cinco politrizes<sup>16</sup>, sendo duplas duas delas, um microscópio de última geração, um estereoscópio<sup>17</sup>, um microdurômetro<sup>18</sup>, um durômetro<sup>19</sup>, dois fornos mufla; duas cortadeiras de disco<sup>20</sup> e uma máquina universal de ensaios<sup>21</sup>. Alguns desses equipamentos foram montados recentemente. Outros equipamentos foram recebidos em doação. A Indústria Varga, atual TRW, doou um forno mufla e o primeiro microscópio estereoscópio. Na ocasião, a empresa necessitava de mão de obra qualificada (o Trajano Camargo poderia prepará-la) e estava renovando seus equipamentos. A Bosch, de Campinas doou, em 1996, por intermédio de um aluno, um microscópio metalográfico<sup>22</sup>.

A mesa de resfriamento para tratamento térmico foi construída pelos alunos como trabalho de conclusão de curso, em 2013, e depois doada. Como observou o professor Montesano “É uma nova tendência. Os alunos querem ajudar o curso com equipamentos que não dispomos. É uma forma de gratidão e também uma procura por reconhecimento, uma vez que o trabalho e o grupo ficam marcados no curso.” Enfim, con-

---

<sup>15</sup> As fresadoras Universal Sanches Blanes e a Sajo UF-48, mais duas plainas limadoras Sanches Blanes, duas furadeiras de coluna e dois tornos Nardini Micro 500-ES, no total de oito máquinas estão prestes a serem transferidas para outras escolas técnicas do Centro Paula Souza. Motivos: falta de espaço para as aulas práticas no laboratório de mecânica e o recebimento, em 2015, de duas fresadoras ferramenteiras Veker 420i e dois tornos Nardini Nodus 220 Gold.

<sup>16</sup> equipamento utilizado para o lixamento e polimento de amostras metalográficas.

<sup>17</sup> instrumento ótico associado a um sistema de iluminação (incidente e transmitida), que permite a visualização ampliada e tridimensional dos objetos sob observação.

<sup>18</sup> equipamento para medir a dureza de metais após tratamentos térmicos.

<sup>19</sup> equipamento para medir a dureza dos metais.

<sup>20</sup> instrumento de análise de ensaios.

<sup>21</sup> máquina para fazer os ensaios sob diferentes tipos de esforços (tração, compressão, flexão, cisalhamento, etc.).

<sup>22</sup> instrumento ótico associado a um sistema de iluminação (incidente e transmitida), que permite a visualização ampliada e tridimensional dos objetos sob observação.

tando com outros equipamentos não mencionados, o laboratório que não contava com rede elétrica suficiente, teve seu problema sanado na reforma de 2015.

Todavia, nem sempre o laboratório de metalurgia foi bem equipado. A metalurgia do passado fazia uso de torno de madeira, desgrossadeira, tupia. Aliás, nem laboratório existia, nos anos 70, de acordo com Flávio Henrique Marcolino, antigo aluno, professor e ex-coordenador do curso. Ligação estreita de mais de três décadas. Ele relatou que havia uma máquina, a *shell molding*, para fazer as cascas dos moldes, um forno de poço a óleo baiano (óleo queimado), caixas de moldação, um misturador de areia (usado até hoje), todo o ferramental para fazer a moldação e bancadas. A fundição era manual. Alguma coisa, em termos de espaço físico, foi feita em 1978/79.

Como máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos quebram, enferrujam, requerem manutenção, envelhecem, são colocados de lado e precisam ser substituídos, mesmo porque acontece o avanço tecnológico. Dessa maneira, dezenas deles, como tornos mecânicos, plainas, furadeiras, morsas, desempenos, afiadoras de ferramentas, fresadora, máquina de solda, serra de fita, compressor de ar foram considerados sem utilidade para a escola. Outros mais como geladeiras, freezer, fogões, arquivo e armário de aço, aparelho de som, balança, mimeógrafos, foram igualmente relacionadas no pedido de baixa patrimonial<sup>23</sup>. Há tempos estão para serem vendidos em leilão, por valores fixados entre R\$ 5,00 e R\$3.200,00. Havia uma certa urgência nesse descarte em função de uma grande reforma do prédio escolar que deveria ter sido iniciada em 2009. Como não aconteceram nem a grande nem a pequena reforma, a urgência passou e o material está no mesmo local – nos fundos do prédio, cada vez mais enferrujado e deteriorado. O entulho está aumentando com as cadeiras desmanteladas.

Em 2015, aconteceu uma reforma do prédio. Obras de acessibilidade, telhado, parte hidráulica, elétrica e pintura externa. E uma sala foi destinada ao Centro de Memória Trajano Camargo. Novos desafios. Como montar? Quais bens selecionar? Como manter um centro de memória? Como atuar?

## Práticas escolares e recursos materiais: anotações

Com o intuito de não perder e de reunir dados dispersos nos vários depoimentos de história oral colhidos ao longo dos anos, foi inserido esse texto que, talvez, possa ser considerado um apêndice ao texto principal. São passagens que revelam a cultura escolar

[...] constituída por um conjunto de teorias, saberes, ideias e princípios, normas, regras, rituais, rotinas, hábitos e práticas, a cultura escolar, na sua acepção mais lata,

<sup>23</sup> A comissão formada pelos professores da área de mecânica – Arnold Bacchan Filho, José Roberto Gardinalli e Darci José Mestre, emitiu um parecer técnico em 11 de novembro de 2011. E outro em 2014. Até julho de 2016, o leilão não tinha acontecido. Três empresas apresentaram orçamentos do lote.

remete-nos também para as formas de fazer e de pensar, para os comportamentos, sedimentados ao longo do tempo e que se apresentam como tradições, regularidades e regras, mais subentendidas que expressas, as quais são partilhadas pelos actores educativos no seio das instituições. Os traços característicos da cultura escolar (continuidade, persistência, institucionalização e relativa autonomia) permitem-lhe gerar produtos, que lhe dão a configuração de uma cultura independente. [...] (MOGARRO, 2005).

Assim é que: no ginásio industrial, no curso de mecânica de máquinas, nos anos de 1950,

[...] tinha máquinas radial, fresadora, [...] a plaina limadora. Aprendi a trabalhar com a fresadora e fui trabalhar como fresador no Rocco [...] não me lembro [que tornos havia]. Tinha 2 ou 3 tornos. Tinha que revezar” (FAVERI, 2012).

“[no fundo do prédio estavam dispostas as] oficinas de forjaria, ajustagem, fundição, modelação e mecânica, [...]. No último ano da primeira turma, em 1956, fizemos três máquinas, que precisavam ficar prontas porque a dona Terezinha vinha abrir a exposição. Não tínhamos recursos. E já, naquela época, fizemos uma parceria com a Indústria Penedo – das três máquinas, o Trajano ficava com uma e o Penedo com as outras duas. Essas máquinas, três serras mecânicas, com caixa de 3 velocidades, foram projetadas pelos alunos, sob a minha supervisão. Até então as máquinas existentes só tinham uma velocidade. O Penedo fundiu as peças, deu o material e nós usamos as peças. E essa turma trabalhou dia e noite, passaram a noite aqui. Tinha gente da 2ª. turma também” (MIKAMI, 2011).

Nos anos de 1960-70, alguns professores, agora licenciados em faculdade de filosofia, ciências e letras, introduziram em suas aulas materiais diferenciados, inovadores. O intuito era torná-las mais dinâmicas, produtivas e interessantes. Resultados alcançados com a projeção de imagens do livro na parede da sala graças ao canhão de luz *Ross London*, aos *slides* sobre temas de geografia e de ciências colocados para rodar no projetor e graças aos “projetores de filmes falados, filmes com som, às vezes a gente conseguia emprestado – algum aluno trazia de parente e a gente levava, usando também o sistema de audiovisuais da melhor qualidade” (SILVA, 2013). Às salas ambiente de geografia, a pioneira, se juntaram as de ciências, história. Todas essas práticas pedagógicas foram um sucesso, de acordo com estudantes do período.

A impressão de textos, imagens e provas nos mimeógrafos a álcool e à tinta foi de grande valia para os professores. Na secretaria eram usadas máquinas de escrever. No curso de Secretariado também. Restaram duas, a *Royal*, mais antiga e a *Remington*. Não vão se transformar em ferro velho. Foram consideradas como bens do patrimônio escolar, com direito a um lugar no centro de memória.

O desenho não só foi uma importante disciplina nos vários cursos das escolas profissionais e industriais como também foi uma habilitação técnica no Trajano Camargo. Em 1953, no período noturno, com 3 anos de duração começou a funcionar o curso extraordinário noturno de Desenho técnico mecânico, com as séries de iniciação, continuação e complementar. A cada uma delas era expedido um certificado de conclusão na especialidade. As vozes dos entrevistados dizem que:

[...] em 1955, a Industrial abriu o curso de Desenho Técnico noturno do qual eu fiz parte. Quando entramos tinha 35-40 alunos. Foram saindo, saindo, desistindo e terminamos o curso em quatro [...] entrávamos às 7 horas e saíamos às 10-11 da noite. [...] naquele tempo faltava luz, em Limeira. Tinha aula que interrompia, precisava de lampião e a luz era muito fraca e não tinha quase. E esse é um dos pontos que fazia a aula adiantar ou atrasar. [...] Era desenho toda noite [...] Seu Lourenço fazia o desenho na lousa e dava todas as medidas para fazer. Por exemplo, fazer o desenho de uma engrenagem. Engrenagem é uma peça que requer muitos pormenores, é uma peça que encaixa uma na outra, então tem que ter determinada folga em milímetro, o centro, tudo certinho. Então explicava na lousa e depois mandava fazer o desenho no papel. Era folha de papel, era grande. Essa a escola parece que dava, não me lembro. [...] usava régua T, compasso, esquadro, transferidor, régua comum, lápis próprio, HB um com grafite mais mole e mais dura" (FERLIN, 2012).

O material "era tudo do aluno. Para desenho, caderno e as folhas de cartolina. Não tinha prancheta. Em casa eu tinha uma prancheta. Na escola era carteira comum" (GHISELLINI, 2012). A partir da década de 1970, um novo equipamento, o tecnógrafo, veio facilitar a tarefa de desenhar. Esse instrumento substituiu a régua T e os esquadros. Há 30 deles na sala de desenho. A outra inovação é o computador. O DAC (sigla em português) ou CAD (sigla em inglês), ferramenta empregada para a aprendizagem de desenho técnico. Utiliza *software* específico de AutoCAD, o *Solid Works* e o *Autodesk Inventor* (BACCAN, 2014).

## Considerações Finais

Como todo trabalho de pesquisa essa é restrita e continua em aberto. O objetivo inicial era registrar os bens materiais da Etec Trajano Camargo. Mas nesse fazer, afloraram os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão pertencentes ao patrimônio cultural imaterial. Com vários cursos técnicos em funcionamento, só foi realizado um levantamento parcial e uma ligeira descrição de instrumentos científicos, equipamentos, ferramentas e máquinas, em particular dos cursos técnicos de metalurgia e mecânica. A maioria das peças selecionados foi fotografada para ser colocada em ficha de registro. Com as ações de fotografar, descrever, registrar, conversar e perguntar tem sido criada, numa visão pessoal, uma certa "atmosfera histórica", um certo interesse pelo passado, em alguns funcionários e professores. Talvez porque essas ações despertaram sentimentos de identidade, pertencimento e reconhecimento ou, quem sabe, de percepção de que são agentes históricos.

## Agradeço a colaboração

Arnold Baccan Filho; Beatriz Siqueira Reis; Darci José Mestre; Flávio Henrique Marcolino; Gleydson Leandro da Silva Souza; Josiane Stahl; João Augusto Montesano; Luiz Augusto de Almeida; Reinaldo Dibbern e dos depoentes abaixo relacionados, que, com suas memórias, enriqueceram essa narrativa.

## Referências

### Fontes orais

- ABBADE, Júlio Américo Barbugli: professor de Educação Física e vice diretor. 25 anos na escola Trajano Camargo. Local: Clínica de Fisioterapia Abbade. 12/06/2013.
- FAVERI, José Carlos: concluinte da 1ª turma do curso industrial básico de mecânica de máquinas (1953-56). Local: sala do CPD 4 da Etec Trajano Camargo. 20/07/2012.
- FERLIN, Nairo Angelo: concluinte da 1ª turma do curso extraordinário de desenho técnico mecânico (1955-57). Local: residência do entrevistado. 01/10/2012.
- GHISELINI, Antenor: concluinte da 1ª turma do curso extraordinário de desenho técnico mecânico (1955-57). Local: residência do entrevistado. 13/05/2012.
- MIKAMI, Celestino: professor de mecânica. 34 anos na escola Trajano Camargo. Local: sala do CPD 5. Etec Trajano Camargo 31/05/2011.
- SILVA, Manoel da: professor de geografia e diretor do GIE Trajano Camargo e do Colégio Técnico de Limeira (Cotil). Local: sala do diretor. Etec Trajano Camargo. 05 /08/2013.

### Fontes primárias

- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio. Ministério da Educação, Brasília, 1999.
- ESCOLA INDUSTRIAL TRAJANO CAMARGO. **Documentos históricos – 1961-1962.**
- ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL TRAJANO CAMARGO. **Plano Plurianual de Gestão (PPG) – 2014-2018.** Limeira. Março de 2014.

### Referências Bibliográficas

- BATTISTONI FILHO, Duílio. **Lélio Coluccini: o escultor de Campinas.** Disponível em: [http://www.centrodememoria.unicamp.br/biblioteca/arquivos/sarao\\_vol3/revista9/sarao\\_texto\\_01](http://www.centrodememoria.unicamp.br/biblioteca/arquivos/sarao_vol3/revista9/sarao_texto_01)  
Acesso em: 08 out. 2013
- BONATO, Náilda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Rev. Bras. Hist. da Educ.**, São Paulo, Julho/dez/2005 n.10, p.193-220. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE10.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2011.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, jan/abr/2004. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf)> Acesso em: 03 mar. 2009.
- FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961 (1º vol.), 1962 (2º vol.).

- FURTADO, Alessandra Cristina. Arquivos, fontes e instituições: um itinerário de pesquisa sobre o arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960). **Patrimônio e memória**. São Paulo: UNESP, v. 8, n. 2, p.186-209, julho-dezembro, 2012. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/276>> Acesso em: 10 fev. 2013.
- GAZETA de LIMEIRA. **Suplemento histórico: 1826-1980**. Limeira: Limeira Artes Gráficas, 15 de setembro de 1980.
- GRANATO, Marcus. LOURENÇO, Marta. Reflexões sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia na Atualidade, publicado no **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.4, dez.2010/mar.2011-ISSN-2177-4129. Disponível em: <[www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede](http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede)> Acesso em: 16 fev. 2014.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Rev. Bras.de Hist. da Educ.**, v.1, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br> – acesso em: 12/02/2013.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (coord.). **Oralidade: Revista de História Oral**. São Paulo: Universidade de São Paulo, jul/dez-2008, nº 4.
- MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 10 jul /dez 2005, p. 2.
- NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico**. Disponível em: [http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/463PaoloNosella\\_EsterBuffa.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/463PaoloNosella_EsterBuffa.pdf) – acesso em: 27/06/2014.
- PEREIRA, Júlio Jesus. **Memorial descritivo arquitetônico do prédio da Ete Trajano Camargo**. Limeira. Agosto 2007.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **História oral na educação: memórias e identidades** – palestra. Cetec Capacitações, Etec de Artes. São Paulo, 2013.
- SALVO, Tininha Paolillo de. **A tela...O pintor...**Limeira: Sociedade Pro Memória de Limeira. 1998.
- SANTOS, Jailson Alves dos. **A trajetória da educação profissional in 500 anos da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 3 ed., p.205/224.
- THESAURUS DE ACERVOS CIENTÍFICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://thesaurusonline.museum.pt/>> Acesso em 23 jul. 2014.
- VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 18, set / dez. 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE18.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2012.
- VIDAL, Diana Gonçalves. **Técnica e sociedade no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- ZOTTI Solange. **Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial**. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_102.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_102.html) Acesso em: 08 jul. 2013.

# A CONSTRUÇÃO DE UM ARTEFATO HISTÓRICO NO CURSO DE MECÂNICA DO GINÁSIO INDUSTRIAL

## PEDRO FERREIRA ALVES

**Vagner Braz**

Escola Técnica Estadual Pedro Ferreira Alves

---

A história do Ginásio começa em meados da década de quarenta, com o prefeito Pedro Ferreira Alves escrevendo um bilhete ao amigo Constantino Alves. Primeiro registro. O prefeito, em 19 de junho de 1945, impossibilitado de ir a São Paulo autoriza o amigo acompanhar a marcha dos papéis referentes à criação do estabelecimento na cidade. Em 14 de setembro de 1946, o Decreto-Lei Nº 16.108 estabelece os fundamentos para a criação de cursos práticos de Ensino Profissionalizantes em municípios do Estado de São Paulo. O decreto estabelece no artigo 8º que o governo criará cursos práticos de ensino profissionalizantes nas cidades que, além das necessidades locais devidamente comprovadas, doarem terreno conveniente, por intermédio da municipalidade, para construção do prédio.

No ano de 1948, dia 23 de fevereiro, o governador Adhemar de Barros por meio da Lei Estadual Nº 77, atende inúmeras cidades, inclusive, o município de Mogi Mirim. Solicitação atendida, providenciar uma área adequada para construção do Ginásio no município torna-se necessário. Segundo alguns relatos, na cidade não havia um local adequado para a construção.

Passaram-se vários anos. O Estado aguardava a municipalidade tomar providências, por outro lado, prefeitura solicitava do Estado o terreno para construção. Nos 10 anos de espera que se seguiram nada foi feito.

Em 1958, por pressão das forças políticas locais junto ao governador Jânio Quadros o mesmo determinou que seu secretário de viação e obras, Faria Lima, localizasse em Mogi Mirim um terreno viável para a construção do ginásio industrial. No prazo de quinze dias, segundo relatos do Sr. Rogerio Mazzola, o secretário determinou que seus assessores fossem à cidade e agilizassem o processo. Seguindo a orientação do secretário, os assessores concluíram que a melhor área seria a do Instituto Masculino de Menores.

Os estudos preliminares foram entregues ao governador que determinou a abertura de concorrência pública para construção no local determinado. No ano de 1959, as obras do ginásio iniciaram, e junto com elas um ciúme por parte da direção do instituto de menores, que perdeu vários metros quadrados, e uma capela que precisou ser demo-

lida para dar lugar ao prédio da administração e secretaria do novo colégio, o qual ficou pronto no início de 1960.

O prédio do ginásio já existia, porém não funcionava como escola. A comunidade pressionava a prefeitura e a municipalidade, para cumprir seu papel, cobrava da administração estadual. O governo reincidentemente abusava do discurso de, não possuir verbas, mas por se tratar de um ano político, o ano 1962, marca as primeiras providências a serem tomadas para o funcionamento do ginásio: com a morte do ex-prefeito Pedro Ferreira Alves, em abril de 1962, políticos da cidade homenagearam a figura ilustríssima do Prefeito, dando ao ginásio seu nome.

A partir desse momento, passaria a ser reconhecido oficialmente por “Ginásio Industrial Pedro Ferreira Alves”. Mas, a cidade vai ficar conhecendo-o como Ginásio Industrial.

Com o registro da implantação da Escola Técnica Estadual (Etec) Pedro Ferreira Alves, por meio da primeira turma de formandos na década de 1960, no ginásio industrial da cidade, algumas questões foram arrebanhadas para a discussão sobre a memória da escola. Esta classificação se justifica por se tratar de uma mudança significativa promovida pelo governo militar, tirando de cena o ginásio industrial e colocando o colegial industrial. E que cabe aqui pesquisar-las, por se tratar de um projeto de memória, levantando dados dos alunos que estudaram no ginásio industrial logo depois que a lei 5692/71 entrou em vigor no estado de São Paulo. Revelar e registrar algumas dessas experiências vividas é sim uma forma de aproximar-se da história e uma articulação para guarda adequada do material produzido, possivelmente em um Centro de Memória na própria escola.

É possível considerar esses caminhos nos documentos encontrados na atual Escola Técnica Pedro Ferreira Alves, visualizar algumas práticas e currículo empregados com a primeira turma de alunos da Mecânica do 2º grau em Mogi Mirim na década de 70, inclusive a relação com alguns artefatos. As informações encontradas nesses documentos até o momento, ajuda a desvendar sua natureza interessante. Portanto esse artigo foi escrito com informações que por ventura foram possíveis serem alçadas até nesta ocasião, cabendo ainda algumas entrevistas de história oral, metodologia aprendida no curso “História Oral na educação: memória e identidades” e informações que ainda estão sendo levantadas, por tratar-se de um projeto anual vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP).

O artigo “A Construção de um Artefato Histórico no curso de Mecânica do Ginásio Industrial Pedro Ferreira Alves” foi escrito mediante a proposta de identificação de equipamentos e instrumentos que não serão mais utilizados nas práticas escolares e que poderiam ficar expostos no Centro de Memória para estudos e pesquisas sobre a evolução da técnica e da tecnologia, diante de tal situação alguns textos despertaram algumas reflexões.

Ao ler o artigo “Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas” e perceber como a autora descreve seu trabalho de pesquisa nos colégios e assenta uma função respeitável nestes arquivos, como núcleo de informação importante sobre a escola, uma reflexão é apresentada neste texto. O papel dos arquivos escolares que se en-

contram na nossa instituição e o quanto esses arquivos nos auxiliam na construção de artefatos históricos que contribuíram para edificação do conhecimento ao longo dos anos.

A situação triste que vale ressaltar, foi constatar que a condição descrita por Mogarro (2005), nas escolas de Portugal, é a mesma que acontece na nossa escola aqui no Brasil. A preocupação com esses arquivos ainda é muito pouca. As disposições várias vezes alteradas, impossibilitando enxergar a configuração original que os documentos foram guardados e somente o registro no papel para contar um pouco dessa organização, também é uma característica marcante nos arquivos de nossa escola.

É importante lembrar que ao longo dos 50 anos de existência da escola, muitos desses arquivos considerados sem importância pelas direções anteriores, considerados papel velho sem importância, foram descartados. Um outro tanto de documentos se perderam por não estarem bem conservados. E muito da história que continha neles também se perdeu.

Constatar que arquivo mesmo mal conservado tem ganho uma importância singular na reconstrução de uma narrativa, faz pensar que estes documentos junto com relatos de pessoas, que também tem uma ligação com a escola, pode-se estabelecer uma relação entre os documentos e o tema que se propõem neste artigo, o estudo do currículo, as práticas pedagógicas e os artefatos culturais, ambos alvos de registros da vida escolar.

Ao iniciar-se a verificação nos arquivos escolares e por se tratar de um momento histórico significativo, o recorte década de 1970, o seu conjunto nos fornece e permite uma fundamentação histórica. A mudança provocada pela Lei Nº 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, contribuiu para essa análise e como sugere Mogarro (2005), um documento com base na escrita da história.

Estes documentos chamando aqui de arquivos escolares, no caso da Etec Pedro Ferreira Alves, seus livros de registros e outros apontamentos, vão ocupar um lugar de importância no universo cultural da escola, pois sabe-se que a escola vive dos apontamentos das mais variadas espécies, de um registro acadêmico arquivado no prontuário do aluno, sua ficha de matrícula, seus boletins, atestados e os livros de registros. Pois foi através de um livro de registro que se chegou ao termo de expedição de diploma da primeira turma de formando do curso técnico de mecânica do segundo grau. Com base na Lei 5696/71

[...] e nas normas do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação, para que possam gozar de todos os direitos e prerrogativas a ele inerente, esse mesmo termo é remetido a Delegacia de Ensino de Mogi Mirim em 11/03/1980 nos termos do decreto Estadual nº 7510/76, artigo 79, inciso II, alínea " para que o diploma fosse expedido.

Estas palavras foram transcritas do documento pertencente ao arquivo escolar, o livro de registro de diploma das habilitações profissionais de 2º grau da EESG Pedro Ferreira Alves, isto é, fonte de informação. Registro datado no termo de abertura do livro em 30 de dezembro de 1977. E assim concluir que o início da turma se deu segundo o livro de registros de menções finais no ano de 1974, por tanto a escola precisou de um tempo até a Lei 5692/71 ser implantada de fato.

A escola vive também dos registros administrativos, que serão considerados de certo modo arquivos escolares, arquivos que dizem respeito a organização, estrutura, patrimônio, vida funcional dos professores, suas práticas e currículos. Quanto mais registros, mais pode-se conhecer a história de uma escola. São estes registros escritos que permitem refletir sobre a existência de artefatos. Artefatos históricos que contribuíram muito mais como ferramentas no desenvolvimento do currículo e das práticas pedagógicas desenvolvidas dentro das instituições.

Relevantes por tanto para o entendimento das práticas e do desenvolvimento das técnicas na educação profissional do estado de São Paulo, portanto, buscar a história da escola por meio dos documentos escolares é o que se pretende fazer. E desta forma criar condições para que a preservação dos mesmos seja tratada com mais seriedade.

A documentação trabalhada mostrou-se como um caminho a ser seguido e os nomes dos alunos que compunham a turma de mecânica nos foi revelado. Nesta análise um aluno dessa turma chamou a atenção, Gilberto Machado da Silva. Professor da escola no curso de Mecânica durante metade da década 1990 e toda década de 2000 e, atualmente professor da Faculdade de Tecnologia em Mogi Mirim. Em conversa com o professor o mesmo lembrou que tinha sido da primeira turma do colegial. Uma entrevista que ainda não aconteceu foi marcada, para que ele relatasse um pouco das práticas desenvolvidas e lembrasse de alguns professores daquela época.

Além dos registros através dos livros de cadastros de alunos, que nos permite a definição do perfil dos alunos, frequência, faixa etária, rendimento acadêmico e uma análise sócio econômica, a metodologia da história oral vai ser aplicada aqui, para que possamos criar um caminho para chegarmos a um artefato cultural objeto secundário do projeto, mas importante nesta discussão.

Por conta da comemoração do cinquentenário da escola em março de 2014, os registros escolares constituíram-se em fonte importantíssima para o resgate da história da escola. Os registros permitiram recontar uma parte importante da trajetória da instituição. Permitiu também um exercício de pensamento. A urgência de um levantamento da documentação histórica, dos arquivos escolares existente e uma forma de preservá-los. E assim deixar guardado na própria escola em ambiente adequado os registros produzidos, para que a futuras gerações possam ter acesso a eles.

Pensando o que acontece com a documentação escolar, a preocupação sempre é maior com a parte acadêmica, nesses registros encontra-se toda a vida do aluno. Esses registros acadêmicos na Etec Pedro Ferreira Alves estão em sua grande maioria bem preservados, mas a parte dos registros de antigos professores não está na escola.

Os professores que lecionaram antes da escola passar para o Centro Paula Souza tiveram seus registros transferidos para outro local. O registro desses professores encontra-se na Diretoria de Ensino de Mogi Mirim, e por conta, da escola não ter essa documentação uma dificuldade instalou-se na pesquisa. O acesso aos dados dos professores nos foi permitido, mas as informações encontradas eram somente funcionais. Informações reveladoras, mas muito particularizadas.

A festividade dos cinquenta anos reaproximou da escola alguns professores e diretores ainda vivos, em uma das conversas o antigo professor e diretor Alberto de Carvalho Filho prometeu e emprestou a sua documentação, que está entrelaçada com a vida da escola, para que pudéssemos analisar, mas a exigência era que devolvêssemos e assim fizemos.

Através da documentação do professor descobriu-se o currículo do curso de Mecânica do 2º grau, alvo do projeto de horas atividades específicas (HAE) 2014, e da caracterização do trabalho de gestão e de organização pedagógica da escola. Com essa documentação foi possível ver a evolução do professor ao longo dos anos, mas também perceber sua ligação acadêmica e administrativa com o ambiente escolar, pois dentro da sua documentação mantinha guardado alguns trabalhos de alunos da época que ainda dava aula. Toda sua vida funcional separado ano por ano. Esses são registros escolares que não estão na escola, mas que ajudam a contar um pouco como um artefato pode ser construído através da dedicação do professor para com a sua prática docente.

Surpresa foram as evidências encontradas, o professor deu aulas na primeira turma de Mecânica em 1974. Marcou-se com o antigo professor uma entrevista que também ainda não ocorreu, para que nessa entrevista relatasse como eram suas práticas pedagógicas, inclusive, se lembrasse ainda, como eram suas aulas quando os alunos tinham que ir para a oficina mecânica e aprender a operar entre outras coisas um torno. Usar a metodologia da história oral nesse momento se faz necessário, pois o discurso do professor é carregado de significado e representações sociais.

Refletindo ainda sobre o cruzamento de informações que esses documentos podem proporcionar, um outro documento usado nessa análise foi a fotografia. A imagem de um torno numa fotografia antiga nos permitiu olhar para ele como um equipamento ali parado no canto da oficina mecânica e associar a ele o conceito de artefato desenvolvido aqui.

Analisando a fotografia da coleção de fotos antigas doadas pelo antigo diretor Rogerio Mazzola, o auxiliar docente Rossi, que trabalha atualmente na escola, identificou o torno da marca Romi modelo Imor. No momento que viu a foto identificou que o torno ainda estava em nossa oficina, foi feito um registro fotográfico (Figura 1). Sendo usado até pouco tempo. Mas que por conta da reorganização atual da oficina o torno seria encostado, mesmo porque várias de suas engrenagens já haviam sido usadas em um torno mais novo, seu motor teria sido desmontado e as peças estavam em um outro motor, mas o torno está lá, resistindo ao tempo, ali esperando alguém descobrir e olhá-lo com outros olhos.

Diante do cruzamento de informação, tínhamos um artefato que tem os requisitos necessários. Identificamos um equipamento, que agora é somente mais um objeto, pois não se pratica mais nada nele, não será mais utilizado nas práticas escolares e por acumular todo esse processo histórico, amalgamado, ele é o escolhido. O torno, segundo alguns indícios está na escola pelo menos desde a década de 1970, coincidentemente o mesmo período que se propõem o trabalho descrito. Este objeto possibilitou que muitos

professores que passaram por ali exercitassem sua técnica e muitos alunos aprendessem com a ferramenta.



**Figura 1** – Torno Imor S. BARBARA E - S.PAULO, BRASIL, dentro da oficina da Etec Pedro Ferreira Alves. Fotografia de Vagner Braz, em maio de 2014.

O torno pode ficar exposto no Centro de Memória para estudos e pesquisas sobre a evolução da técnica e da tecnologia. E o melhor, tanto o antigo professor Alberto, quanto o aluno daquela época, Gilberto lembram do torno. A partir de agora, o torno será nosso artefato cultural para buscar informações mais detalhadas sobre o torno, da marca Romi. Esta investigação seguiu um rumo impensável, mas que vale ressaltar aqui pois mostra o quanto um artefato é interessante e não fica preso só no universo que se destina. Nesse trabalho de pesquisa sobre o artefato, o Hospital Pérola Byington - Centro de Referência da Saúde da Mulher, surgiu. Pérola foi uma mulher engajada e destemida em relação a promoção da saúde da mulher, mas interessante é que ela tem uma ligação com as empresas Romi, a mesma que fabricou o torno que é alvo da nossa pesquisa. O relato aqui é para mostrar o quanto o estudo de um artefato nos permite olhar também para outros caminhos e não somente o que buscamos.

Mesmo não sendo alvo principal do trabalho, confirmar se é verdadeira ligação da Perola com a empresa Romi se faz necessária, pois a Perola mostrou que através de suas práticas conseguiu realizar transformações importante para a saúde da mulher. Uma parte importante desse trabalho tenta descrever exatamente as práticas e o quanto isso faz a diferença, inclusive na construção de um artefato cultural.

Um contado inicial com a empresa foi feito para saber, e se possível, determinar a data de fabricação do torno. Nos registros patrimoniais que estão na escola o único registro encontrado é torno mecânico e as informações sobre a aquisição desse objeto são

que foi feita uma transferência da Secretaria da Educação para a de Ciência e Tecnologia quando a escola passou a integrar o Centro Paula Souza.

No que diz respeito aos documentos e aos artefatos, o importante é salientar que não se deve perder de vista as informações cruzadas que esses documentos podem nos dar, esse cruzamento nos permite perceber as práticas desenvolvidas e a construção de um artefato que não é só cultural é também tecnológico.

## Construção de um artefato cultural e tecnológico

Ao pensar o conceito artefato uma complicação é colocada, defini-lo. Diante de uma definição sempre e bom lembrar que um conhecimento menos elaborado, conhecido como senso comum, sempre vai se contrapor ao conhecimento científico, sendo o primeiro marginalizado, mas que serve de orientação no cotidiano da maioria dos indivíduos, geralmente localizado entre o individual e o social pois são compartilhados e elaborados na construção de significados sociais.

Se usarmos também a premissa da representação social como um modelo de pensamento prático, uma orientação para compreensão e domínio dos meios materiais e sociais no qual indivíduos estão inseridos. Esta inclusão proporcionará um sentido arqueológico ao artefato: As formas de construção do pensamento estão relacionadas ao contexto social dos indivíduos e como eles significam suas inserções neste contexto.

Cabe aqui carregar o conceito de outros sentidos e não somente registrar a definição mais simples, um objeto fabricado pelo homem que dá informações sobre a cultura do seu criador e usuários. Compete a partir de agora e ao nos apropriarmos do espaço institucional para estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional e tecnológica, trazemos à tona a construção de artefatos culturais e tecnológico, apoiados nos registros escolares, pois os artefatos só os são dentro do contexto que se destina.

Não é o estudo do artefato em si, mas as relações promovidas por ele que nos interessa num primeiro momento. Pensando num ambiente escolar, num curso de mecânica na década de 1970, descobrir as práticas desenvolvidas pelo docente dentro do espaço escolar é uma condição importante. Pressupor por parte do educador um conhecimento do currículo e das práticas pedagógicas, para que o mesmo possa ser desenvolvido a ponto de o conhecimento ser transmitido também é uma premissa relevante. Porém, se elaborarmos uma relação com o artefato e criamos formas singulares de uso, então estaremos ressignificando a relação com o artefato em questão. Nestas condições, as formas de pensar e de construir o conhecimento poderão ser modificadas. A relação com o artefato e a prática pedagógica pressupõe conhecimento, por isso a relação deve ser considerada.

Ao fazer referência ao artefato tecnológico uma reflexão aparece. Aprender não está no desenvolvimento das tecnologias, mas sim na relação que sujeitos têm com os artefatos que lhe traz conhecimento. Por exemplo, o simples contato com um torno não muda a forma de elaboração e expressão de um estudante de mecânica na década de 1970, mas as práticas dos docentes com os alunos isso sim proporciona conhecimento.

Ao analisarmos um torno mecânico da década de 1960 e 1970, determinamos essa data pois os tornos que deram início a escola chegaram pelas mãos do então primeiro diretor o Sr. Rogerio Mazzola, que os trouxe num catado feito por várias escolas técnicas do interior e até mesmo da capital. Tornos esses que seriam usados na prática escolar. Essa história é conhecida hoje e está registrada, graças aos registros escolares que se tem, para um trabalho de resgate de memória com o diretor da época. Resgatou-se uma prática adotada pelo diretor para que a escola pudesse funcionar. E os tornos fazem parte dela ainda como simples objetos.

Ao usar um torno, em 2014, para desenvolver as práticas pedagógicas dentro da oficina da escola, percebe-se que o princípio do torno independente se é o da década de 1970, ou de 2014, é igual. Sim é óbvio e incontestável que tecnologicamente um é muito mais superior ao outro, mas tanto faz ser um torno mecânico ou um eletrônico, ambos são um objeto. O torno sempre será um objeto. Um objeto sem uso da técnica nunca será uma ferramenta. Portanto uma ferramenta só é, quando se aplica nela a técnica das quais os objetos dependem.

O docente, seja ele da década de 1970 ou de hoje deve trazer consigo a técnica, a suas práticas e o conhecimento do currículo. Portanto o professor deve amalgamar-se as ferramentas e esse processo dá início a constituição do artefato tecnológico proposto aqui. A energia produzida junto à ferramenta, o professor sabe o que deve fazer – foi imbuído de um saber-fazer, ensinar o aluno a operar o torno, essa relação entre professor aluno e o artefato, nos mostra o caminho para pensarmos um artefato cultural e tecnológico.

Para chegarmos ao artefato tecnológico, precisamos começar no objeto que tem em si o conhecimento cristalizado, o fim de um processo de entendimento e transformação de coisas. Aqui representado pelo torno sem uso. Para esse objeto se transformar em uma ferramenta, será preciso conhecimento da técnica, no caso o professor conhecedor de como o torno funciona e como opera-lo, para que atinja o fim desejado, ensinar, que deve ser a prática pedagógica desenvolvida pelo professor. Processo que evidencia os artefatos culturais e tecnológicos é do professor que teve que aprender para ensinar. Desenvolveu uma energia que precisará aplicar no uso do torno. Condensou esse procedimento em suas práticas, portanto nesse momento o torno passa de um simples objeto, para uma ferramenta que deve atingir o fim desejado, a aprendizagem.

Usar as práticas aliada ao currículo é um instrumento para chegarmos as ferramentas utilizadas e assim chamar essas ferramentas de artefatos históricos e tecnológico, para nos auxiliar e contribuir com as Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica.

## Conclusões Finais

Diante de um artefato cultural produzido ao longo de 50 anos de história, os questionamentos iniciais começam a incomodar novamente. Pesquisa, análise, levantamento, entrevistas, algumas burocracias dentro e fora da escola. Leitura de alguns artigos para localizar-se melhor dentro da discussão proposta. Discussão de algumas metodolo-

gias. Tudo isso para os equipamentos e instrumentos que não mais utilizados nas práticas escolares, possam fazer parte de um patrimônio escolar que merecidamente deve ser preservado.

Considerar os arquivos escolares com fonte importante para conhecermos melhor a história, mostra-se viável. Portanto organizar um espaço para que essa história possa ser recontada também deve ser, além de uma ação didático pedagógica uma medida preservacionista. E nos coloca a questão central que nos trouxe até aqui, os arquivos escolares guardados na nossa instituição e os relatos das pessoas que fazem parte desta história, nos auxiliam e muito na construção de artefatos históricos e contribuem para aperfeiçoamento do conhecimento ao longo dos anos.

A história de maneira geral constrói artefatos, amalgamando as experiências de todos que usufruíram deles, tanto de uma maneira quanto de outra. Ao olhar para história da Etec Pedro Ferreira Alves, percebe-se que os artefatos sempre estiveram presentes. Artefatos que foram identificados na prática do então diretor do ginásio industrial Rogerio Mazzola, que lá em 1963, já estavam sendo produzidos, quando ele sai a procura desses equipamentos. Ele nos relata o seguinte na entrevista que nos concedeu:

[...] E assim foi e eu fazia uma verdadeira peregrinação, ia com o caminhão da Prefeitura de Mogi Mirim nessas escolas e ia retirando esses materiais. Lembro me inicialmente que Sorocaba tinha seis bancadas de mecânica com cada bancada com seis morsas. Então foram as primeiras coisas que eu trouxe, trouxe para Mogi Mirim e assim foi máquinas, furadeiras, os primeiros tornos, tornos já usados. [...]

A prática descrita aqui pelo senhor Mazzola nos mostra que alguns desses equipamentos já eram artefatos pois traziam consigo uma experiência, já tinha sido usado como ferramentas para transmitir conhecimento. O mesmo acontecendo com o torno Romi, usado pela turma de mecânica lá na década de 1970, aliás não foi só nessa turma, mas em muitas turmas de várias décadas e com vários professores, que por várias décadas sedimentaram seus conhecimentos usando o torno como uma ferramenta.

Um fato importante a ser ressaltado é que estes artefatos foram substituídos por outros, por exemplo quando nos referimos a um torno, percebe-se que esse artefato evolui junto com a tecnologia. O homem também evolui com a tecnologia, se pesarmos nas relações e como se pesássemos o seguinte: - os aprendizes são os mesmos que eles sempre foram? - os métodos que funcionaram com os professores quando eles eram estudantes funcionarão com seus alunos? Podemos pensar que os artefatos evoluem por conta da tecnologia, mas o que realmente faz a diferença e como relaciona-se com a coisa evoluída e a técnica, no caso a prática do professor é o que conta muito.

A técnica aliada ao esforço do professor só é possível desvendar se nos arquivos escolares essas técnicas ficaram registradas. Sabendo da importância desses registros até mesmo para podermos evidenciar os artefatos, dois professores da escola têm participado, desde 2013, de projetos na Unidade de Ensino Médio e Técnico (Cetec) sobre a Memórias e História da Educação Profissional no estado de São Paulo. Com a proposta de implantação na Etec Pedro Ferreira Alves de um centro de memória com o intuito de

conscientizar toda a comunidade para a importância da preservação do Patrimônio do Histórico Escolar.

Embora o projeto esteja iniciando, podemos constatar que a escola está recheada de peças, sabendo que muitas delas com os registros adequados, deixariam de ser meros objetos e passariam a ser artefatos, deste modo passariam a ser artefatos históricos. E como a proposta desse artigo é construir um artefato cultural, mais precisamente um artefato usado no curso de mecânica, o artefato escolhido foi o torno, que já não se encontra mais na oficina e está em trânsito para o Centro de Memória da escola. Diante de tudo que foi exposto ele e o elemento que reúne todos os pré-requisitos levantados aqui para ser considerado um artefato histórico e tecnológico.

## Referências

### Fonte oral:

Entrevista com o professor e diretor Rogerio Mazzola, em 14 de junho de 2013, em Mogi Mirim.

### Fonte primária

Coleção de Fotografias “Professor Rogerio Mazzola”, em 2014.

## Referências Bibliográficas

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. RIBEIRO, Susana Lopes Salgado. **História Oral na educação: memória e identidades**. São Paulo. Centro Paula Souza. 2014.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. Campinas. **Pro-Posições** v.16, n i(46) – jan/abril 2005  
Acesso em 09/06/2014

MOGARRO, Maria João. GONÇALVES, Fernanda. CASIMIRO, Jorge. OLIVEIRA, Inês Cavadas de. Inventário e digitalização do patrimônio museológico da educação: um projeto de preservação e valorização do patrimônio educativo. **Revista História da Educação**. v.14, n.30, jan. / abr., 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28916> - Acesso em 10 jun. 2014.

## Internet

REVISTA MENSAL ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO – COM CIÊNCIA. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=70&id=867>>. Acesso em: 10 jun. 2014

PRENSKY, Marc. Nativos Digitais, Imigrantes Digitais. NCB University Press, vol. 9, n.5, out. 2001. Disponível em: <<http://crisgorete.pbworks.com/w/file/attach/58325978/Nativos.pdf>> Acesso em: 20 jun.2014.



[www.cps.sp.gov.br](http://www.cps.sp.gov.br)

Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia

04310-010 • São Paulo • SP

Tel.: 11 3324-3300

